

CLARA MIGUEL ASPERTI NOGUEIRA

CRONISTAS DO RIO:

o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac

(*Kosmos*, 1904-1908) e Lima Barreto (*Careta*, 1915-1922)

Volume I

ASSIS

2012

CLARA MIGUEL ASPERTI NOGUEIRA

CRONISTAS DO RIO:

o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac

(*Kosmos*, 1904-1908) e Lima Barreto (*Careta*, 1915-1922)

Volume I

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis — UNESP — Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social.

Orientador: Dr. Alvaro Santos Simões Jr.

ASSIS

2012

CLARA MIGUEL ASPERTI NOGUEIRA

CRONISTAS DO RIO: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis para obtenção do título de Doutor em LETRAS (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Data da Aprovação: 04/07/2012

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR - UNESP/Assis



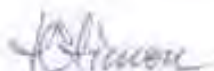
Membros: PROF. DR. BENEDITO ANTUNES - UNESP/Assis



PROF. DR. GILBERTO FIGUEIREDO MARTINS - UNESP/Assis



PROF. DR. MAURO NICOLA PÓVOAS - FURG/Rio Grande



PROF. DR. LUIZ CARLOS SANTOS SIMON - UEL/Londrina

Ao Lucas,
Primeiro leitor e minha fortaleza.
Este trabalho também é um pouco seu.
Obrigada por me amar tanto...

Ao Chede Miguel (“Bady”),
Jornalista, propagandista e editor por
vocaçãõ e por inspiraçãõ... Simplesmente
meu avô querido. Saudades...

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Dr. Alvaro Santos Simões Junior, pela orientação segura e sempre presente. Com cuidadosa atenção guiou-me pelos intrincados percursos da pesquisa de 2004 para cá e orientou-me respeitando minha independência criativa e intelectual. Agradeço sua generosa e inspiradora dedicação.

Aos professores Dr. Benedito Antunes e Dr. Gilberto Figueiredo Martins, membros da Banca de Qualificação, que tanto me ensinaram com suas críticas, sugestões e questionamentos. Agradeço ainda aos professores que gentilmente aceitaram compor a mesa da Defesa Final de Tese.

Ao meu marido Lucas, cuja presença apaixonada sempre trouxe vida para minha rotina por vezes tão árida. Obrigada por entender minhas limitações, pelo carinho, pelo cuidado e por muito mais.

Aos meus queridos pais, Dante e Cristina Asperti, grandes incentivadores para que este trabalho se concretizasse. Meus grandes exemplos. Um dia, quero ser igual a vocês.

Ao meu irmão, Pedro Asperti, uma figura muito particular e importante na minha vida pessoal e intelectual. Nossas personalidades tão diferentes não são obstáculos para a nossa igual paixão em aprender coisas novas.

À minha sobrinha Julia Vasconcelos Asperti, afilhada querida, tão pequena e tão importante.

Aos meus queridos sobrinhos Pedro, Alice e Vinícius, pelas alegrias que somente as crianças podem proporcionar em certos momentos.

À minha querida avó Cecília Miguel, por me alfabetizar e por me amar tanto. Seus brigadeiros adoçaram, e muito, momentos difíceis e amargos desta trajetória.

À CAPES, por me proporcionar respaldo financeiro para a conclusão do Doutorado e finalização deste material. Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, pela solicitude com que sempre me atenderam; aos funcionários da Biblioteca Central da UNESP/Assis, pela gentileza e rapidez no atendimento e aos auxiliares do Setor de Periódicos Digitalizados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela atenção com que respondiam às minhas constantes dúvidas e pedidos.

Sem cada um de vocês certamente esse sonho não se realizaria!

O olhar percorre os caminhos como páginas escritas: a cidade diz tudo aquilo que deves pensar, faz-te repetir o seu discurso, e quando pensas estar visitando Tamara não fazes mais do que registrar os nomes com os quais ela se define a si própria e a todas as suas partes.

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino in Cidades invisíveis

NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. **CRONISTAS DO RIO: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (*Kosmos*, 1904-1908) e Lima Barreto (*Careta*, 1915-1922)**. 2012. 286f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, a crônica era cultivada por grandes escritores e contava com bom público leitor. Através do novo gênero, escritores renomados buscaram no jornalismo, principalmente carioca, a consolidação da carreira, e acabaram por se transformar em verdadeiros comentaristas do cotidiano da República recém-implantada. O Rio de Janeiro, no final do século XIX e início do século XX, ficou marcado como o aglutinador das novas tendências culturais, políticas e sociais que se espalhavam pelo mundo. Neste contexto, que abarcava uma capital que se queria civilizada e moderna, é que encontramos a publicação de crônicas de dois ícones da época: Olavo Bilac e Lima Barreto. Esta pesquisa pretenderá demonstrar os encontros e afastamentos que marcaram a escrita destes dois nomes da literatura, tendo como principal enfoque a modernização da Capital Federal decorrente das reformas profiláticas, promovidas por Pereira Passos e Rodrigues Alves, bem como de seus desdobramentos sócio-culturais, principalmente a partir de 1904. O trabalho terá como objetivo central a análise das crônicas produzidas por Olavo Bilac e Lima Barreto, escritores que podem ser considerados, cada um à sua maneira, grandes resenhistas desta nova metrópole. Além da abordagem literária das crônicas, a importância jornalística do gênero também será priorizada, assim como a força ideológica que ora repelia ora aproximava as visões destes escritores frente ao turbilhão de novidades que invadia o Rio de Janeiro. Através do estudo das crônicas bilaquianas, publicadas na revista *Kosmos*, de 1904 a 1908, e barretianas, publicadas na revista *Careta*, de 1915 a 1922, as representações da metrópole em formação e os discursos ideológicos e literários engendrados por ela serão a mola-mestra da pesquisa, que reunirá ao estudo histórico da *Belle Époque* a análise e a comparação das obras de dois grandes autores da literatura brasileira.

Palavras-chave: Olavo Bilac; Lima Barreto; crônicas; modernização e modernidade carioca; *Kosmos*; *Careta*; literatura e jornalismo.

NOGUEIRA, Clara Miguel Asperti. **CHRONICLERS FROM RIO: the process of modernization of Rio de Janeiro in the chronicles of Olavo Bilac (*Kosmos*, 1904-1908) and Lima Barreto (*Careta*, 1915-1922)**. 2012. 286 pages. Thesis (PhD in Language and Literature). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

ABSTRACT

In the second half of the 19th century, the chronicle was cultivated by great writers and had a good readership. Through the new genre, renowned writers sought in journalism, especially in Rio, their careers consolidation, and eventually turned into real everyday commentators of the recently deployed Republic. Rio de Janeiro, in the late 19th and early 20th century, was marked as the uniting of new cultural, political and social trends, which were spread across the world. In this context, which included a capital that was desired to be modern and civilized, is where we find the publication of the chronicles of two icons of that time: Olavo Bilac and Lima Barreto. This research will intend to show the similarities and separations that marked the writing of these two names in literature, having the main focus on modernization of the Federal Capital resulting from prophylactic reforms promoted by Pereira Passos and Rodrigues Alves as well as their socio-cultural developments, mainly from 1904. This essay will have as its central objective the analysis of the chronicles produced by Olavo Bilac and Lima Barreto, writers who may be considered, each in his way, great reviewers of this new metropolis. Besides the literary approach of the chronicles, the journalistic importance of the genre will also be prioritized, as well as the ideological force which sometimes repelled and sometimes approached the views of those writers before the whirl of news that were invading Rio de Janeiro. Through the study of Bilac's chronicles, published in *Kosmos* magazine, from 1904 to 1908, and Barreto's ones, published in *Careta* magazine, from 1915 to 1922, the representations of the metropolis in formation and the ideological and literary speeches created by it will be the mainspring for the research, which will bring together to the historical study of *Belle Époque* the analysis and comparison of two great authors' productions in Brazilian literature.

Keywords: Olavo Bilac; Lima Barreto; chronicles; modernization and modernity in Rio de Janeiro; *Kosmos*, *Careta*, literature and journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10	
1. A imprensa e a crônica como espaços legitimadores da modernidade	18	
2. Olavo Bilac e Lima Barreto: a <i>flânerie</i> pela cidade cindida	22	
3. Faces cariocas: a escolha de Olavo Bilac e Lima Barreto	28	
 CAPÍTULO PRIMEIRO:		
O intelectual no limiar do século XX: os posicionamentos de Olavo Bilac e Lima Barreto		
Barreto	32	
1. Olavo Bilac: o percurso do intelectual orgânico	33	
a) Bilac, jornalista: republicano de primeira hora	37	
b) A importância da <i>Gazeta de Notícias</i>	45	
2. Lima Barreto: o percurso do intelectual combativo	55	
a) <i>Diário Íntimo</i> : a importância do viés autobiográfico na escrita barretiana	59	
b) Lima Barreto, jornalista: as instâncias consagradoras e suas <i>Impressões de Leitura</i>	69	
3. Olavo Bilac e Lima Barreto: a intelectualidade em seus extremos	78	
 CAPÍTULO II:		
<i>Kosmos</i> (1904-1909): a imprensa em prol de uma causa		91
1. Tempos modernos: a reurbanização carioca	94	
2. A vida urbana como matéria-prima	102	
3. A sacralização do espaço urbano e a Avenida Central como vitrine	110	
4. A padronização do refinamento	116	
5. Olavo Bilac: a voz catalisadora da “República das Letras” e o oráculo das reformas — os antecedentes	124	
 CAPÍTULO III:		
Revista <i>Careta</i> (1908-1922): marcas da modernização da imprensa no século XX		129
1. Nova fase de modernização: o surgimento da <i>Careta</i>	131	
2. Relevo artístico e intelectual	133	

3. A padronização a serviço da modernidade	141
4. Marcas da modernidade: a caricatura como forma de convencimento	154
5. Lima Barreto e a <i>Careta</i> : a visibilidade do público e a observação aguda da cidade	159

CAPÍTULO IV:

O Rio de Janeiro por dois ângulos: os posicionamentos de Olavo Bilac e de Lima

Barreto face ao turbilhão urbano	165
1. Sintonias e distanciamentos nos projetos políticos e literários de Bilac e Lima	174
a) Reformas urbanas: o Rio de Janeiro na vitrine ou o avesso do Rio de Janeiro	178
b) Costumes da cidade moderna: será progresso ou apenas modismo?	210
c) Cidades em destaque: Petrópolis e os ambientes elegantes	232
2. As contradições: das novas tecnologias ao carnaval com futebol	247

CONSIDERAÇÕES FINAIS	261
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	267
--------------------------	------------

Bibliografia utilizada	267
------------------------------	-----

Bibliografia consultada	274
-------------------------------	-----

ANEXOS	287
---------------------	------------

Nota explicativa	291
------------------------	-----

ANEXO A — <i>Kosmos</i>	294
-------------------------------	-----

ANEXO B — <i>Careta</i>	396
-------------------------------	-----

INTRODUÇÃO

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer aprendizagem. Walter Benjamin in Infância em Berlim

A cidade do Rio de Janeiro, no limiar do século XX, distinguia-se como ambiente privilegiado para a configuração da ansiada modernidade brasileira não apenas por ser a Capital Federal da jovem República, mas por agregar os mais diversos grupos sociais e, conseqüentemente, os mais variados anseios do cosmopolitismo em efervescência.

A dinâmica da modernidade brasileira sempre esteve vinculada, no início da centúria passada, aos processos de reurbanização e profilaxia carioca — e suas possíveis decorrências morais e sociais — engendrados pela municipalidade no raiar dos 1900. As metáforas da demolição e da construção¹ traduziriam seguramente esses novos “tempos eufóricos”² que convulsionaram, para o bem ou para o mal, a cidade do Rio de Janeiro. Não obstante, as experiências do progresso e da emancipação do moderno geraram inúmeros

¹ Segundo Renato Cordeiro Gomes, o “[...] jogo destruição/construção é a polaridade que molda e anima a cultura do modernismo do século XX, atesta Marshall Berman, que associa os termos da dicotomia, respectivamente, a estilhaçamento, trituração da vida/desenvolvimento, renovação”. In: GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.94.

² Cf. DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983.

contrassensos, visto seu caráter muitas vezes excludente e autoritário, como atesta Renato Cordeiro Gomes:

Depois de consolidada a República, assiste-se no início deste século [XX], a um aceleração sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca e à implementação do projeto modernizador da capital federal. Embora fosse o centro político e financeiro e tivesse o maior contingente populacional e consumidor do país, e se caracterizasse como o centro cosmopolita por excelência do Brasil, o Rio de Janeiro mantinha ainda as feições de uma cidade colonial. Revelava o anacronismo de sua velha estrutura urbana. Fazia-se necessária a remodelação da cidade, para que a ordem e o progresso civilizatórios fossem encenados.³

Para tentar revelar as contradições suscitadas pela modernidade e procurar encontrar uma consonância sobre os processos sociais que insinuavam um mundo moderno, recorrer-se-á, em primeiro lugar, à obra de Marshall Berman⁴ para se recuperar a dinâmica e as características desta chamada vida moderna.

Desejo de mudança, de autotransformação e de transformação do mundo em redor, o terror da desorientação e da desintegração são alguns dos vários sentidos possíveis para a *modernidade*, segundo o pensador Berman, para o qual todas essas variáveis possíveis se resumiriam na seguinte máxima: “Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual ‘tudo o que é sólido desmancha no ar’”.⁵ Na aventura de desvendar os mistérios que estão por detrás da vertigem da modernidade, partir-se-á do princípio básico de se tentar distinguir conceitos tão pasmosos quanto controversos e voláteis como *modernidade* e *modernização*. É importante insistir, no entanto, que tais julgamentos provocam, muitas vezes, opiniões nem sempre amplamente consensuais.

Segundo Marshall Berman, *modernização*, em linhas gerais, remeteria à ideia de *processo social*, ou, em outras palavras, de um conjunto de experiências concretas compartilhadas entre os homens:

O turbilhão da vida moderna tem sido alimentado por muitas fontes: grandes descobertas nas ciências físicas, [...] a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, [...] acelera o próprio ritmo de vida, [...] rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistemas de comunicação de massa, dinâmicos em seu desenvolvimento, que embrulham e amarram, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades [...]. No século XX, os processos sociais

³ GOMES, op. cit., p.104.

⁴ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁵ *Ibidem*, p.13.

que dão vida a esse turbilhão, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se “modernização”.⁶

Por sua vez, no que tange à apreciação do sentido de *modernidade*, ainda de acordo com a acepção proposta por Berman, a ideia remeteria a um *estado social*, ou seja, um conjunto de vivências simbólicas também partilhadas entre os homens:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o *seu* mundo transformando-o em *nosso* mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz.⁷

Para a pesquisadora Sandra J. Pesavento,⁸ a dialética *modernização versus modernidade* seria sintetizada no espaço físico da cidade, espécie de microcosmo da modernidade por excelência. No conceito ora proposto, a estudiosa elege a modernidade como a expressão intelectual do projeto histórico chamado modernização, espécie esta de experiência do “viver em metrópole”, produzida pela transformação capitalista burguesa do mundo. Para tanto articula que na “[...] conhecida opinião de Georg Simmel, a cidade é o lugar da construção da modernidade, ou, melhor dizendo, a metrópole é a forma mais específica de realização da vida moderna”.⁹

É bem verdade que o significado profundo da modernidade é essencialmente impreciso, embora possa ser percebido como um ideário de mundo vinculado à preocupação com a aparência do novo. Charles Baudelaire foi certamente um dos escritores do século XIX que mais colaborou para forjar entre seus pares contemporâneos a consciência do novo homem moderno. Para Walter Benjamin, profundo pesquisador da obra baudelaireana e também filósofo do mundo moderno, o projeto poético d’*As flores do mal* de Baudelaire serviria para dar forma à modernidade, e a cidade de Paris seria a realização concreta desta modernidade. Corrobora a afirmação Sandra J. Pesavento:

⁶ Ibidem, p.16.

⁷ Ibidem, p.13-14.

⁸ Cf. PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 2002. p.30.

⁹ SIMMEL apud Ibidem, p.158.

A Paris de Baudelaire é a metrópole em mudança, é já a “cidade aberta” demandada pelos leitores do urbano do final do século XVIII e que, sob Haussmann, parecia ter entrado num processo contínuo de transformações. Baudelaire vivenciou o início deste processo e foi capaz de resgatar as sensações visuais do seu tempo, traduzindo-as em linguagem poética.¹⁰

Através dos diversos volumes que compõem os escritos de Benjamin,¹¹ sejam aqueles que configuram estudos sobre Charles Baudelaire ou aqueles que impõem a iniciação à metrópole urbana, é possível percorrer com certa organização o caminho da cultura da modernidade. Se o ensaio “Paris, capital do século XIX”¹² retoma o turbilhão da vida moderna alavancada pelas reformas parisienses da era Haussmann e descortina a história social da cidade metropolitana e de suas multidões, o tratado das *Passagens*¹³ culmina numa grande coleção de documentos, recortes e fragmentos relacionados à vida parisiense e teoriza sobre o sentido profundo da formação da metrópole, metonímia coesa da modernidade urbana.

Destarte, no que tange ao cenário brasileiro finissecular (e carioca, em particular), questões sobre a modernidade sempre permearam o pensamento nacional. Entretanto, como anteriormente mencionado, o termo “modernidade”, ambíguo por natureza, pode muitas vezes confundir-se com contemporaneidade, uma vez que o signo moderno carrega consigo as ideias do novo e do atual. No que tange ao limiar do século XX brasileiro, em específico para a intelectualidade responsável por moldar o pensamento nacional em voga, a modernidade estava intrinsecamente coadunada ao processo de expansão urbana e de dinamização das cidades. Em outras palavras, a materialização da modernidade em terras

¹⁰ PESAVENTO, loc. cit.

¹¹ Sobre o conceito de modernidade, ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 5 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993. (obras escolhidas, v. I); BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. (obras escolhidas, v. II); BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (obras escolhidas, v. III).

¹² “‘Paris, capital do século XIX’, escrito em 1935 e publicado em 1955, procura caracterizar, por meio de alguns *flashes*, a época de Baudelaire como período de ‘modernização’. Esse texto constitui a abertura do ‘Tratado das Passagens’”. In: MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*. Goiânia: Editora da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002. p.48.

¹³ Obra para a qual o filósofo e historiador Walter Benjamin dedicou os últimos quatorze anos de sua vida (1927-1940), *Passagens* é uma coleção incompleta de documentos sobre a vida parisiense do século XIX. Metonímia da cidade moderna, Paris, em meados do século XIX, era palco da vida burguesa e espaço privilegiado de redefinição dos valores públicos e privados. Dotada de forte identidade urbana, a cidade tornar-se-ia símbolo do novo ambiente moderno a partir do modelo de reurbanização encetado pelo Barão de Haussmann entre 1853 e 1870. As reformas, amplamente apoiadas pela alta burguesia receosa sobre uma possível nova “Revolução”, não apenas guarneceriam como tornariam a cidade a representação máxima e universal do cosmopolitismo. Paris era, a partir deste embelezamento estratégico, a Cidade-Luz. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

nacionais estaria, em sua gênese, ligada à transformação material, industrial e principalmente técnica dos grandes centros.

Contudo, como um dos últimos países a abolir a escravidão (que se deu ainda por pressão inglesa, frisa-se) e tendo instaurado uma república sem participação popular e moldada nos quartéis militares poderia aderir ao ideário liberal importado do moderno modelo europeu? A considerável dissonância entre a realidade nacional e o plano dos ideais republicanos deixaria sempre em evidência como as práticas sociais brasileiras eram deslocadas, enviesadas e fora do lugar como tão bem ilustrou Roberto Schwarz.¹⁴ O cenário brasileiro formado por uma elite patriarcal, paternalista e estamental,¹⁵ a rigor, era inadequado ao arquétipo de modernidade importado da Europa:

Relacionar *Brasil e modernidade* significa tratar de uma inserção. Sim, pois o Brasil, e os demais países latino-americanos, em razão de seu passado colonial e suas decorrências — escravidão, latifúndio, dependência econômica e política — tiveram seus processos de desenvolvimento limitados e, em grande medida, controlados por esses estigmas que se cristalizaram na estrutura produtiva e social, perdurando mesmo depois de a industrialização tornar o sistema colonial vazio de sentido. Em outros termos, o Brasil chegava às décadas finais do século XIX com boa parte de sua elite rural resistindo a abolir a escravidão, com sua estrutura produtiva monocultora e latifundista [...] A esse tempo, o mundo assistia estarecido à 2ª Revolução Industrial.¹⁶

No entanto, era impossível ficar alheio ao turbilhão de novidades em voga e, de alguma maneira, a ideia de modernidade teria de se adaptar à realidade tropical e o Rio de Janeiro, com urgência de salubridade e de ordenamento do espaço urbano, seria usado como instrumento retórico de concretização da ordem e do progresso. Modernizar o país seria a maneira concreta de “comprar” o bilhete do trem do progresso e, por conseguinte, tentar redimir seu histórico agrário, colonial e atrasado. Desta feita, a reprodução privilegiada da modernidade, ou mesmo, em outras palavras, a mais perfeita expressão do urbano, encontraria sua melhor representatividade coletiva, em primeiro plano, nos projetos de

¹⁴ No ensaio “As ideias fora do lugar”, Schwarz empreende uma descrição original sobre os impasses da sociedade brasileira após o grito de independência. Ao defender os ideais mais caros da civilização ocidental, o Brasil ainda dependia do clientelismo e da barbárie da escravidão para se inserir no novo contexto liberal. Cf. SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: Idem. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. p.9-34.

¹⁵ Raymundo Faoro aponta o período colonial brasileiro como a origem da burocracia no país. De acordo com a tese do autor, toda a estrutura patrimonialista estamental foi importada do estado absolutista português e implantada aqui, formando nossa base sócio-política. Todavia, enquanto outros países superaram esse entrave, no Brasil acabou-se por tornar a base de nossa estrutura econômica e política. Cf. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1998. 2vv.

¹⁶ PERES, Maria Theresa Miguel; TERCI, Eliana Tadeu. Revisitando a modernidade brasileira: nacionalismo e desenvolvimento. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n.29, p.137-154.

transformação física da urbe e, em segundo plano, na literatura, forma específica de reconhecimento social do mundo.

A modernidade brasileira, em tese, pôde ser inserida a partir da remodelação urbana concebida pela conjunção das forças políticas da dupla Rodrigues Alves e Pereira Passos e, do mesmo modo, a partir do novo horizonte técnico que aportava em terras brasileiras no começo do século XX. Renato Cordeiro Gomes interpreta com propriedade a euforia carioca ampliada pelo *slogan* “O Rio civiliza-se” — criado pelo cronista mundano Figueiredo Pimentel:

Era preciso construir um palco ilusionista para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos. O Rio, assim, civilizava-se sob patrocínio do poder, das elites aburguesadas. O projeto tinha por objetivo criar uma imagem de credibilidade aos olhos do mundo civilizado. Acompanhar o progresso significava colocar-se no mesmo paradigma dos padrões e ritmos da economia europeia.

[...]

O projeto propugnava não só remodelar fisicamente a cidade, com a abertura de novas avenidas e reforma do porto, demolir as casas do centro para a construção de novos prédios, mas também higienizar e sanear.

[...]

Impunha-se a demolição da cidade velha para construir o cenário moderno. A literatura que representa este processo é filha da cidade, que experimenta novos ritmos e ganha reputação de centro de mudanças intelectuais e culturais. Escrever/ler o Rio de Janeiro era, desta forma, conjugar experiência urbana e modernidade.¹⁷

Por outro lado, no que tange à desejada concretização da modernidade simbólica, pode-se pensar na força da literatura como instrumento disseminador do moderno. Pela crônica, a representação crítica ou apologética da modernidade era evidenciada pelo recurso da temática majoritariamente urbana, pela analogia com o periodismo; pela tradução dos valores sociais, culturais e urbanos em voga. Pela forma e pelo conteúdo, a crônica tematizaria a ambiguidade do moderno, dilacerado entre demolições e construções, entre artefatos técnicos e diversidades culturais, entre a modernização laudatória dos novos tempos e ao mesmo tempo autoritária e excludente. A crônica representaria a cidade dividida entre a manutenção de elementos tradicionais de sua formação espiritual e os anseios impingidos por este novo lócus moderno. A incoerência intrínseca à modernidade é bem ilustrada por Maria Cristina T. Machado, que recorre a importantes pensadores:

Benjamin e Baudelaire, tanto quanto os demais teóricos da modernidade [...], chamam a nossa atenção para o aspecto contraditório da modernidade,

¹⁷ GOMES, op. cit., p.104-105.

entendido como a discrepância entre as enormes possibilidades abertas pelo progresso da técnica (aspirações da modernização) e a ausência efetiva de um mundo melhor.¹⁸

Escrever sobre o Rio de Janeiro era forma coesa de se representar a inserção brasileira na efervescência da *Belle Époque* e no contrassenso da desejada modernidade. Gênero literário ideal para conjugar o signo de progresso e as experiências urbanas, a crônica serviu como documento leitor da metrópole bem como veículo tradutor das novas vivências modernas. Para tanto, a tentativa de determinação dos limites teóricos acerca do gênero “crônica” se faz necessária, neste momento, para justificar não apenas a preferência por analisar uma forma textual irregular e heterogênea como a crônica como também para entender os subterfúgios literários e estilísticos que o próprio gênero possibilitou para os cronistas Olavo Bilac e Lima Barreto na busca de seus objetivos. Para ambos, a linguagem da crônica autorizou diversas possibilidades críticas. A partir da aparente despretensão e fluidez que o gênero permite, a produção cronística de Bilac e Lima criou caminhos para o questionamento social muito bem articulado pela pena dos cronistas em *Kosmos* e *Careta*. Para tanto, recuperar rapidamente os caminhos percorridos pelo gênero em terras brasileiras faz-se pertinente.

Entre as diversas assimilações culturais e sociais absorvidas do Velho Continente, o jornalismo brasileiro — e em especial o carioca — bebeu da fonte francesa. Os homens de letras, responsáveis pela produção literária do novo periodismo, a partir do último quartel do século XIX, não apenas seguiam as influências literárias francesas como contaminaram a literatura feita para o jornal com o aroma francês. Assim, muitas das seções do periodismo nacional eram desenvolvidas à imagem e semelhança dos congêneres europeus. Dentre várias absorções, o romance-folhetim — e posteriormente a crônica — seria uma das principais contribuições culturais advindas da Europa.

Rapidamente popularizado pelo gosto brasileiro, o romance escrito em capítulos ocupava, para fazer jus ao nome, o rodapé do jornal ou, de acordo com o dicionário francês, *rez de chaussée*.¹⁹ Tal criação literária poderia ser uma tradução francesa, como foi a estreia da nova entidade literária em terras brasileiras com a publicação, em 1838, no *Jornal do Comércio*, do francês *Capitão Paulo* de Dumas, ou mesmo um legítimo romance-folhetim

¹⁸ MACHADO, op. cit., p.45.

¹⁹ MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 96.

nacional como *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1830-1861), publicado no *Correio Mercantil* entre 1852 e 1853.

Com efeito, assimilado pelo jornalismo nacional, o folhetim tão bem se adaptou ao gosto principalmente carioca que logo o gênero tomou as cores locais e ganhou espaço de destaque na imprensa local. Com a evolução imposta pela modernização da imprensa, o romance-folhetim continuou a ocupar esse espaço, em que, às vezes, também passaria a figurar a crônica. Reflexo mais claro da impulsão jornalística nacional de meados de 1880, a crônica abdicou de seu caráter folhetinesco para se tornar um dos gêneros mais indispensáveis do jornal.

Assim como seu local de origem, o “assoalho” do jornal, estudiosos como Davi Arrigucci Jr.²⁰ e Antonio Candido²¹ lembram que a crônica é como uma conversa própria do dia-a-dia, ou seja, “perto do chão”, próxima aos leitores. Voltada para o cotidiano, sua linguagem e composição criam-se de forma solta e descompromissada. Dessa linguagem natural é que nasce a despreensão tão singular da crônica. Amiga da verdade e do fato miúdo, estaria a crônica mais perto da vida cotidiana.²²

Olavo Bilac e Lima Barreto, cada qual à sua maneira, ora aproximando-se pela devoção ao Rio de Janeiro ora afastando-se em seus projetos políticos, ideológicos e literários opostos, demonstrariam a modernidade brasileira tanto pelo exercício da crônica quanto na representação constante do ambiente carioca urbano cosmopolita. Pelo olhar literário destes dois emblemáticos personagens do cenário literário nacional, reconstruir-se-á o paradigma da cidade moderna brasileira: o Rio de Janeiro.

²⁰ Cf. ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmento sobre a crônica. In: Idem. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 51 seq.

²¹ Cf. CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13 seq.

²² Análises mais exaustivas sobre a origem e a fixação do gênero “crônica” no periodismo nacional foram desenvolvidas durante as pesquisas para a defesa da dissertação de Mestrado. Para tanto ver: ASPERTI, Clara Miguel. *Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 2007. p.92-100.

1. A IMPRENSA E A CRÔNICA COMO ESPAÇOS LEGITIMADORES DA MODERNIDADE.

Pode-se ler a respeito dos acontecimentos importantes do mundo nos livros de história, mas quem quiser saber o que era viver esses acontecimentos o melhor que terá de fazer será ler os jornais publicados na época. Duane Bradley in A imprensa: sua importância na democracia.

A imprensa é, ao mesmo tempo, fonte documental, memória viva de um tempo, agente histórico e depositário de farto material literário, e a citação acima ajuda a compreender como as fontes primárias se recobrem de importância única não apenas para elucidar o presente, mas, sobretudo, para desvendar o passado. Momento particular na história social do Brasil, dado o redirecionamento político e cultural em curso na ocasião, a virada do século XIX para o século XX é recorte temporal privilegiado para entender a imprensa não somente como guardião do literário ou do informativo, mas como veículo de reconstrução do passado, espaço público democrático e lugar legitimador da cidadania.²³

Assim, o advento da República e da “Regeneração” — espécie de comprovação concreta do sucesso republicano — ajudou a imprensa brasileira e, sobretudo, carioca a se consolidar como objeto e sujeito da história nacional. Se o periodismo finissecular estampou em suas páginas nossa *Belle Époque*, tais mudanças políticas, econômicas e sociais advindas com a implantação do novo sistema político também estimulariam a sociedade na busca de progresso não apenas social ou cultural, mas, sobretudo, técnico. De acordo com Nicolau Sevcenko:

Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade. Esse “novo jornalismo”, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado, torna-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom-tom sob a atmosfera da Regeneração.²⁴

²³ A ideia da possível relação de poder existente entre imprensa, democracia e cidadania foi absorvida por meio da leitura de *História da imprensa no Brasil*. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

²⁴ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.119.

O raiar do século XX ficaria, pois, marcado como a era da modernidade técnica. O maior beneficiado da revolução tecnológica que aportou no Brasil na efervescência do novo século seria a imprensa, juntamente com seu *modus operandi*, que passaria por adaptações estruturais e temáticas. No entanto, o que mais chamaria a atenção na recente maneira de se fazer jornalismo seria a transformação na fatura do periodismo. A partir do trato graficamente mais esmerado e de arrojadas formas de diagramação e ilustração, o formato *revista*, marcado por certa reflexão despreziosa, pela abordagem literária e informações leves, teria seu momento de destaque — não ao ponto de coibir ou impossibilitar a circulação do tradicional jornal diário, mas delimitando mais sua atuação — neste novo ambiente diversificado por inúmeras práticas culturais.

Não obstante, por vezes, é difícil senão ambíguo definir os formatos *jornal* e *revista*. Na fase embrionária do periodismo nacional, a diagramação das revistas, muitas vezes, vinha no formato tradicional de jornal, isto é, com folhas soltas, numa padronagem que dificulta sua individualização. Convém recorrer a Ana Luiza Martins para se entender a dificuldade em particularizar a produção periódica nacional da época:

A produção da revista em formato de jornal, trazendo as folhas soltas, *in folio*, foi prática frequente no periodismo, dificultando singularizá-la a partir de sua configuração. Tanto quanto o uso indiscriminado da forma, o emprego ambíguo de sua nomenclatura, oscilando entre revista e jornal, gerou equívocos de concepção, relativizando sua definição, mutável no curso de seu processo histórico.

[...]

Se isso ocorria na fase de incipiência original de nosso periodismo, no Brasil do último quartel do século XIX, a emergência de uma imprensa mais competitiva e a divisão de competências entre o jornalista e o literato conferiram à revista um texto mais elaborado, outro cuidado gráfico, eventualmente melhor fatura.²⁵

Assim, à revista caberia não apenas representar o progresso e o fim da sociedade colonial. Em linhas gerais, ao operar a ideia de moderno, o formato ajudaria a compreender o sistema cultural da época — fosse pela linguagem, pelo abuso do recurso iconográfico ou pelo padrão gráfico inovador. Ao formato *revista* competiu não apenas o espaço para a legitimação da modernidade ou como depositório da literatura vigente, mas, sobretudo, o papel de mercadoria de fácil consumo. Novamente cabe a Ana Luiza Martins explicar a via de mão dupla que surgiu no bojo da febre das revistas ilustradas:

²⁵ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república* - São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial: FAPESP, 2008. p.69-70.

A revista, na sua modalidade específica de impresso ligeiro, beneficiou-se profundamente dessa circunstância literária, técnica e mercadológica; desde que submetida às suas regras. Permitiu o abuso da literatura a serviço da reportagem e, precedendo o jornal, resultou em veículo para experimentos da modernidade técnica. Com uma diferença do periodismo progressivo, pois proliferou em outras mãos: as de homens de mercado, que faziam da revista seu *negócio*.²⁶

A intelectualidade literária em destaque no período — percebendo o lugar estratégico das revistas como ambiente de divulgação de ideias e, ao mesmo tempo, tentando redefinir seu lugar social como escritor, neste turbilhão de transformações culturais, políticas e sociais em curso — recorreria ao novo jornalismo para se pôr em letra impressa e reocupar seu lugar nesta nova ordem social. A questão do intelectual tem sido problematizada por muitos pesquisadores, e a chegada do século XX suscita reflexões acerca da redefinição do campo intelectual brasileiro frente ao novo regime estabelecido. Tais questionamentos estão evidentes no texto introdutório à obra *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*:

A figura do intelectual sempre esteve relacionada a ideias e a palavras, sem dúvida as ferramentas necessárias para o exercício de sua atividade. A conturbada passagem do século XIX para o século XX abre novos caminhos para as expressões artísticas e culturais, como demonstram os grandes nomes da literatura europeia e latina-americana, dentre eles, James Joyce, Ítalo Svevo, Luigi Pirandello, Olavo Bilac, José Veríssimo, Eça de Queirós, Fernando Pessoa, José Enrique Rodó, Franz Kafka, Marcel Proust, Robert Musil e outros. Autores que assinalam a seu modo as inquietações de seu tempo.

As mudanças que delineiam esta nova ordem social afetam o lugar ocupado pelo intelectual, provocando questionamentos e reflexões sobre seu perfil e atividades. É nas primeiras décadas do século XX que este personagem protagonista da história da civilização ocidental se torna então mais público do que nunca.²⁷

Para tanto, se a revista foi o canal ideal para a divulgação da *intelligentsia* dominante da época, a literatura foi o discurso eficaz para este intelectual-literato registrar sua subjetividade e seu tempo. A crônica, metáfora perfeita do compromisso entre a literatura e a vida urbana, seria instrumento invariável na construção do novo ideário nacional.

É bem verdade que não é intenção deste trabalho simplesmente vincular forçadamente a história da evolução política, cultural e social do Brasil, em específico a da

²⁶ Ibidem, p.142.

²⁷ PETERLE, Patrícia et al. (Org.). Apresentação. In: Idem. *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis: FCL – UNESP Publicações, 2006. p.7-8.

Primeira República, com a história da literatura. Para tentar manter certa independência crítica, Antonio Candido serve como guia ao propor a seguinte advertência:

Traçar paralelo puro e simples entre o desenvolvimento da literatura brasileira e a história social do Brasil seria não apenas enfadonho mas perigoso, porque poderia parecer um convite para olhar a realidade de maneira meio mecânica, como se os fatos históricos fossem determinantes dos fatos literários, ou como se o significado e a razão-de-ser da literatura fossem devidos à sua correspondência aos fatos históricos.²⁸

Contudo, o momento político e social em questão guarda vínculos quase placentários com a literatura produzida no país, e ainda é Candido quem confirma esta possível conexão, quando diz que nos “países da América Latina a literatura sempre foi algo profundamente empenhado na construção e na aquisição de uma consciência nacional, de modo que o ponto de vista histórico-sociológico é indispensável para estudá-la”.²⁹

É importante sempre insistir, portanto, que quando a crônica entra em cena nos estudos literários é difícil não se permitir questões de ordem histórica nos debates, principalmente quando a proposta se volta para a produção jornalístico-literária da *Belle Époque*, pois na medida em que a crônica mantém aproximações formais e temáticas com o impresso e também com o urbano, torna-se quase involuntário o estudo mais abrangente da importância deste gênero, e não apenas naquilo que tange seu valor literário para a posteridade.

²⁸ CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. In: Idem. *A educação pela noite e outros ensaios*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p.197.

²⁹ Ibidem, p.217.

2. OLAVO BILAC E LIMA BARRETO: A FLÂNERIE³⁰ PELA CIDADE CINDIDA.

E, pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade. Olavo Bilac in Gazeta de Notícias.

Projetavam-se avenidas; abriam-se nas plantas squares, delineavam-se palácios e, como complemento, queriam também uma população catita, limpinha, elegante e branca: cocheiros irreprensíveis, engraxates de libré, criadas de olhos azuis, com o uniforme como se viam nos jornais de moda da Inglaterra. Lima Barreto in Recordações do escrivão Isaías Caminha.

A relação e os entrecruzamentos que aproximam estas duas entidades — literatura e experiência urbana — de forma geral são os fios condutores deste trabalho. A crônica tem na cidade o seu húmus temático e seu espaço legitimador por excelência. As multidões urbanas, o caos das construções, os problemas intrínsecos aos grandes centros populacionais em qualquer tempo são questões de primeira hora para a crônica e para o cronista urbano. Por sua vez, a cidade, seus cenários e personagens têm através da crônica seu discurso mais verdadeiro e expressão literária mais significativa.

A escolha tanto por Olavo Bilac quanto por Lima Barreto se justifica, assim, em primeiro lugar, porque ambos vivenciaram, seja a partir do centro ou da periferia do ambiente urbano e cultural carioca, as transformações da *Belle Époque* e os ecos da vivência moderna. Suas colaborações jornalísticas revelam as tensões que separavam ambos na observação do Rio de Janeiro, mas a devoção incontestável pela cidade carioca os aproxima na tentativa de traduzir as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do Brasil da época para os seus leitores. As manifestações literárias de Bilac e de Lima — bem como as contradições próprias de cada escrita — são significativas para a compreensão de um tempo marcado pela tensão numa cidade cindida pelo novo e pelo antigo. Não obstante, a leitura comparada, em teoria, é expediente metodológico conveniente quando se aventa

³⁰ Sobre o comportamento do *flâneur*, comenta Walter Benjamin: “Na figura do *flâneur* prefigurou-se a do detetive. Para o *flâneur*, essa transformação deve assentar-se em uma legitimação social de sua aparência. Convinha-lhe perfeitamente aparentar uma indolência, atrás da qual, na realidade, se oculta a intensa vigilância de um observador que não perde de vista o malfeitor incauto”. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (obras escolhidas, v. III). p.219.

recuperar o roteiro individual ou ratificar as diferenças entre personalidades tão díspares. Os itinerários e as existências de Olavo Bilac e de Lima Barreto, tão inversos, se cruzam e se encaixam quando os objetos da escrita de cada um se equiparam.

Embora sejam objetos atualmente mais presentes em pesquisas acadêmicas, tanto o estudo da crônica enquanto gênero literário quanto da *Belle Époque* nacional persistem suscitando investigações. Desta maneira, o desejo de se confrontar as crônicas produzidas por Olavo Bilac e Lima Barreto para periódicos cariocas — *Kosmos* e *Careta* respectivamente — e suas relações e contrassensos com o ambiente moderno que então se delineava bem como as opiniões frente ao projeto modernizador que se prefigurava no Rio de Janeiro tomou forma e mostrou-se pertinente. Distintos pretextos influenciaram essa opção.

Em primeiro plano, sendo a crônica uma obra literária fruto de seu tempo, a apreciação desse gênero de texto — sua forma e conteúdo — propicia o julgamento e a comparação das posições, dos juízos e, fundamentalmente, dos recursos literários arranjados por Bilac e Lima, especificamente, no momento político, social e literário proposto. A finalidade é investigar, por meio da escrita e do estilo dos dois cronistas, a força da literatura como ferramenta de persuasão.

Outra justificativa decisiva para iniciar este cotejo remonta à possibilidade da reconstrução do passado nacional recente. A investigação encetada com o Mestrado já defendia esta hipótese, e para o andamento dos trabalhos do Doutorado, o alargamento da pesquisa teria como parâmetro o confronto de duas personalidades e de duas obras muitas vezes rotuladas como opostas. Através das publicações de Olavo Bilac e de Lima Barreto, além da análise do contexto social da época, buscar-se-á compreender como a literatura jornalística destes dois autores contribuiu, levando-se em conta as particulares visões literárias e ideológicas de cada um, para a formação da opinião do público leitor no início do século XX. Para dar conta do recorte cronológico e temático proposto, recorreu-se a algumas medidas metodológicas para a escolha dos objetos de estudo.

Em primeiro plano, Bilac, durante mais de 20 anos de atividade jornalística, publicou um volume monumental de crônicas nos mais diversos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na *Kosmos*, Bilac colaboraria até quase o derradeiro número da revista, especialmente publicando na seção “Crônica”, de 1904 a 1908. O poeta parnasiano assumiu o posto assim que a revista passou a circular em janeiro de 1904. Contudo, Bilac abandonaria a

colaboração mensal em meados de 1908, um ano antes do último número da *Kosmos* chegar às bancas.³¹

Os textos selecionados para esta parte do *corpus* se referem à temática proposta pelo trabalho: integram-no apenas crônicas claramente alusivas à modernização urbana orquestrada pelo prefeito Pereira Passos e seus auxiliares na então Capital Federal. É importante ressaltar que toda a pesquisa foi feita baseada na leitura e reprodução das crônicas em seu veículo original.³² Bilac publicou 46 crônicas durante sua participação na *Kosmos*. De todo este vasto material, foram selecionados, de modo criterioso, 33 textos. Acredita-se que este montante represente de forma mais significativa e objetiva a posição do cronista frente ao movimento de reurbanização do Rio de Janeiro.

Em segundo plano, no que tange à escolha sistemática das crônicas barretianas, Afonso Henriques de Lima Barreto publicou na revista *Careta* do Rio de Janeiro em dois momentos distintos de sua carreira jornalística. Primeiramente durante o ano de 1915 e, posteriormente, de 1919 a 1922. Esta primeira colaboração na *Careta* se estenderia então até o fim de 1915 e Lima aproveitaria a oportunidade de participação em uma revista de maior alcance para comentar os mais diversos assuntos: eleições municipais, política, cidadania, descasos da municipalidade e, sobretudo, o cotidiano do Rio de Janeiro — desde as estações de trem dos arrabaldes suburbanos, como a sua paragem de Todos os Santos, até a “modernizada” Avenida Central. Entretanto, seria a partir de setembro de 1919 que Lima Barreto voltaria de maneira constante e definitiva para a *Careta*. Seu retorno marcaria não só sua consolidação como cronista fixo da revista, mas também como um dos raros jornalistas oposicionistas e críticos dos rumos da cidade.

Os textos ora selecionados para completar o *corpus* da pesquisa se referem à temática proposta pelo trabalho: crônicas em que Lima Barreto claramente advoga em nome da cidade e, principalmente, de seus cidadãos, além de elaborar críticas às modificações, muitas vezes arbitrárias, impostas ao Rio de Janeiro.

³¹ Mensalmente, Olavo Bilac colaborou como um verdadeiro editorialista de *Kosmos* — entre janeiro de 1904 e maio de 1908. Durante este período foram localizados sete números que comprovam a ausência do parnasiano, por motivos de saúde ou de viagem, da sua faina mensal. Nestas ausências o pseudônimo GIL assina seis números e as iniciais L. de S. apenas um.

³² Toda a pesquisa feita na *Kosmos* para o levantamento e leitura das crônicas de Olavo Bilac foi realizada através de leitura e reprodução de originais, gentilmente cedidos pela *Biblioteca Acácio José Santa Rosa*, órgão pertencente à Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis) e pela *Seção de Periódicos* da Biblioteca Nacional.

É preciso salientar que toda a pesquisa foi feita balizada na leitura dos números digitalizados da revista na qual Lima Barreto publicaria semanalmente, durante aproximados quatro anos. De todo este múltiplo material, foram selecionados, de modo seguro, 48 textos. Acredita-se assim que este montante configure de maneira expressiva a disposição do cronista frente ao movimento de reurbanização do Rio de Janeiro.³³

De forma evidente, as reformas urbanas e sanitárias ocorridas intensamente a partir de 1903 promoveram opiniões muitas vezes divergentes nestes dois escritores. Em crônica de 1915, publicada durante sua colaboração para o *Correio da Noite*, Lima lançaria farpas às reformas urbanas que, em seu juízo, trouxeram, à época, poucos benefícios práticos à cidade:

O Rio de Janeiro, da avenida, dos *squares*, dos freios elétricos, não pode estar à mercê de chuvaradas, mais ou menos violentas, para viver a sua vida integral.

Prefeito Passos que tanto se interessou pelo embelezamento da cidade, descuroou completamente de solucionar esse defeito de nosso Rio. Infelizmente, porém, nos preocupamos muito com os aspectos externos, com as fachadas, e não com o que há de essencial nos problemas de nossa vida urbana, econômica, financeira e social.³⁴

Para Lima Barreto, essa era a verdadeira face carioca: uma cidade deformada por reformas urbanas pouco sólidas e de efeito meramente estético. Tomando muitas vezes para si o papel do combatente denunciador da superficialidade das mudanças profiláticas do Rio, Lima utilizava constantemente o espaço da crônica para apontar o artificialismo do projeto cosmopolita, além de constantemente pôr em dúvida, frente à opinião pública, os benefícios sociais supostamente gerados. Como um grito de alerta, Lima Barreto deflagrou em sua escrita, inúmeras vezes, a imagem inversa àquela do Rio de Janeiro idealizado.

Em oposição à desconfiança de Lima, tem-se a presença do espírito empreendedor e cosmopolita de Bilac que, no início do século XX, se lançou como um dos sustentáculos públicos das medidas urbanas e sanitárias da municipalidade:

A Avenida... Parece-me que a vejo acabada, ampla e formosa, com as suas árvores, os seus palácios, as suas lâmpadas elétricas, os seus “refúgios”, e

³³ Todas as edições da revista *Careta* estão acessíveis na seção de periódicos digitalizados pela Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm. Acesso em: 3 de maio de 2010.

³⁴ BARRETO, Lima. As enchentes. In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1. p.159.

cheia de uma multidão contente e limpa. Ainda não é realidade: mas já não é sonho.

[...]

E, pela Avenida em fora, acotovelando outros grupos, fui pensando na revolução moral e intelectual que se vai operar na população, em virtude da reforma material da cidade.³⁵

Esta crônica é curiosamente de dezembro de 1903, ou seja, ela foi publicada pouco mais de três meses antes da abertura oficial e efetiva da edificação da Avenida. Em tal momento o núcleo carioca nada mais era ainda do que um gigantesco atoleiro, ou melhor, um enorme canteiro de obras. Contudo, não era assim que Bilac o via. Na tentativa de generalizar sua crença no futuro, o periodista jogou com seus leitores, para que estes acreditassem na ilusão da Avenida já concluída, e de tal modo talvez tentar evitar que estes se aborrecessem com a desordem que tomava conta da urbe. É interessante esse posicionamento, pois a Avenida Central apenas encetaria obras concretas de remodelação em março de 1904; mas Bilac, empenhado, já preparava a população leitora para o futuro moderno que a Avenida acomodaria.

Essa confrontação evidente nos juízos de valores de Lima e Bilac não se finda unicamente na questão da modernização carioca. Na realidade, essas medidas profiláticas e urbanizadoras são, de certo modo, os centros irradiadores de paradoxos literários, linguísticos, retóricos e ideológicos que surgem do confronto entre os dois cronistas.

Também não se pode perder de vista o relativo afastamento cronológico que aparta as duas produções. Bilac concentrou suas atividades jornalísticas no período 1897-1908 — auge de sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e *Kosmos*. Já Lima Barreto passaria a colaborar em periódicos de maior circulação, de modo geral, de 1900 até 1922, como a *Careta*, *Gazeta da Tarde* e *Correio da Noite*.

Bilac viveu a efervescência da *Belle Époque*, tendo como espelho o cosmopolitismo eufórico da França. Em oposição, Lima Barreto destacou-se, a rigor, em um momento conflituoso de nossa literatura e de nossa história. Crises e instabilidades político-econômicas acompanharam a eclosão, em 1914, da Primeira Grande Guerra na Europa. Era o declínio e a decadência da *Belle Époque* no Velho Continente — e aqui. No Brasil, um espírito de mudança e de busca pelo novo surgia. Crises culturais e pessimismo acerca da

³⁵ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1903. p. 1, 7. col.

importância da cultura europeia virão a atingir-nos enfim na renovação cultural de 1922, com a Semana de Arte Moderna em São Paulo. Lima Barreto teria, neste contexto, uma colocação divergente à de Bilac na *Belle Époque*. O afastamento temporal diferenciou sua escrita que, em decorrência disso, pôde ler as reformas urbanas e sanitárias e seus desdobramentos sociais sem contaminar-se com os excessos cosmopolitas da época. A modernização carioca, o relativo afastamento temporal entre as publicações de Bilac e Lima e conseqüentemente as diversas questões formais acerca do trabalho literário dos cronistas serão, a rigor, os pilares desta análise.

É preciso mencionar que, evidentemente, a abordagem da produção de crônicas de Olavo Bilac e Lima Barreto, de forma individual, não é inédita. Em 2001, Antonio Dimas coletou e transcreveu boa parte das crônicas bilaquianas publicadas no periodismo nacional de 1890 a 1908. Mesmo não se tratando de uma coletânea completa, o extenso trabalho de Dimas — em 2006 publicado em caixa de três volumes — mantém-se como uma análise ampla da carreira bilaquiana. Também é importante fazer referência a outro trabalho organizado por Dimas em 1996. Sob o título de *Vossa Insolência*, o professor coletou e organizou 57 crônicas de Bilac publicadas em diversos jornais, além de trazer um texto introdutório crítico no que tange ao esclarecimento sobre aspectos estéticos da crônica bilaquiana.

Já a respeito da literatura para jornal feita por Lima Barreto, coube à professora Beatriz Resende publicar, em 2004, a contribuição de Lima ao periodismo nacional. Contudo, em 1993, Resende também trabalharia, de modo mais direcionado, as relações conflituosas entre Lima Barreto e o Rio de Janeiro na obra *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, bem como fez Nicolau Sevcenko em 1985 com *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, no qual Lima e a instituição da República são desvendados. Entretanto, um estudo comparativo entre ambos os cronistas talvez seja pertinente para se retratar uma literatura conflituosa e ao mesmo tempo tão próxima no que se refere ao universo carioca do limiar do século XX.

Embora a presente pesquisa afaste-os ao evidenciar que o nicho jornalístico angariado por cada um os situa em polos opostos, o estudo tenta aproximar os dois autores utilizando como objeto de estudo as crônicas em que há de modo direto ou subliminar a paixão pelo Rio de Janeiro, bem como novamente força uma aproximação quando equaciona, via crônica, que as posições e contradições ideológicas e políticas particulares de cada um tornam ambos, outrora tão díspares, um tanto mais próximos. Sendo assim, o escopo

fundamental da pesquisa seria comprovar a tese de que *a configuração e o desenvolvimento temático das crônicas desses autores foram condicionados por seus posicionamentos políticos, ideológicos e sociais e, principalmente, pela padronização exercida pelo periodismo sobre os literatos da época.*

Como já anteriormente mencionado, a principal base da pesquisa fixar-se-á na análise de crônicas de Olavo Bilac publicadas na revista *Kosmos*, de 1904 a 1908, e de Lima Barreto publicadas na revista *Careta*, no ano de 1915 e de 1919 a 1922. Este recorte cronológico se faz imprescindível por diversas razões. Em primeiro plano, é importante ressaltar que apesar de Bilac e Lima terem sido contemporâneos, o período mais fértil da carreira jornalística de cada um deu-se em momentos diferentes. Se Bilac alcançou notoriedade máxima nas folhas periódicas no limiar do século XX, Lima Barreto se destacou mais claramente a partir de 1910. Deste modo, delimitar o início da pesquisa nos primeiros anos do século XX faz com que os dois autores sejam comparados sob um contexto social, e até mesmo literário, mais equiparado. Também é interessante comentar que a opção pela análise de crônicas publicadas no início do século XX marca a ascensão de Lima no trabalho jornalístico e também evidencia claramente o sucesso de Bilac nas mais respeitáveis folhas cariocas do momento.

Na realidade, é fácil de perceber, dentro da história literária do início do século XX, várias características antagônicas entre Bilac e Lima; desde seus posicionamentos políticos, suas relações sociais ou mesmo a visibilidade e o destaque social e literário conquistados por cada um. Contudo, o processo de modernização do Rio de Janeiro de certo modo os aproximou. Desde os primeiros trabalhos de demolição até as conseqüentes tentativas de se influir socialmente na população, as transformações físicas e sociais cariocas foram constantemente motes para as produções, ficcionais e, sobretudo, de crônicas, de Olavo Bilac e Lima Barreto, entre fins do século XIX e primeiras décadas do novo século.

3. FACES CARIOCAS: A ESCOLHA DE OLAVO BILAC E LIMA BARRETO.

Tente capturar o retrato da história nas representações mais insignificantes da realidade, em suas migalhas, por assim dizer. Walter Benjamin.

Segundo as lições oficiais ou, pelo menos, as mais difundidas e populares, Olavo Bilac, nosso “Príncipe dos Poetas”, é o mestre dos versos do parnasianismo brasileiro.

Já Lima Barreto, um mulato alcoólatra abatido pelo preconceito em seu tempo, rezando pela mesma cartilha, é o escritor iconoclasta e cheio de sarcasmo. Até onde a ladainha tantas vezes repetida por apologistas e muitos detratores destas duas figuras da literatura nacional é verdadeira? A poesia métrica e sonora de um e os romances críticos e mordazes de outro resumem todo o projeto literário destas personalidades, à primeira vista tão díspares entre si? No tocante à temática urbana, as crônicas produzidas por ambos, um tanto distantes temporalmente entre si, poderiam aproximar posturas intelectuais tão singulares? Por meio do trabalho jornalístico e, principalmente, por meio da devoção ao Rio de Janeiro, tentar-se-á mostrar como personalidades tão opostas podem, surpreendentemente, aproximar-se.

O objetivo maior deste trabalho é pensar como cada um filtrou pelas lentes à disposição as mudanças ocorridas no cenário carioca da modernização e traduziu este novo panorama em crônica. Olavo Bilac e Lima Barreto viram na imprensa e no exercício da crônica a maneira diligente para divulgar as reformas — concretas ou simbólicas — que ambos reputavam indispensáveis à sociedade carioca.

Para se alcançar a elucidação das premissas propostas anteriormente, o trabalho apoiar-se-á em leituras teóricas diversas no intento de balizar as análises dos periódicos, das crônicas e do contexto histórico que permeia o período delimitado. O estudo coadunará julgamentos históricos dos séculos XIX e XX, caracterização principalmente do periodismo carioca e participações bilaquianas e barretianas neles, além da efetiva análise do objeto de estudo, as crônicas de Olavo Bilac elaboradas para a revista *Kosmos* bem como os textos de Lima Barreto publicados na revista *Careta*. Neste sentido, o encaminhamento da redação contemplará quatro capítulos.

Para que fosse possível entender a cidade carioca por meio do discurso jornalístico-literário produzido por Olavo Bilac e por Lima Barreto, a pesquisa desdobrou-se da seguinte maneira: em primeiro lugar, ocorre a reflexão sobre os itinerários intelectuais percorridos por estes dois escritores. O capítulo de abertura deste trabalho, intitulado “O intelectual no limiar do século XX: os posicionamentos de Olavo Bilac e Lima Barreto”, focalizará a participação dos dois escritores-cronistas no campo intelectual vigente nas primeiras décadas do século XX. Através da recuperação dos projetos literários e da participação de ambos no cenário literário e jornalístico do limiar do século XX será possível trazer à luz os caminhos profissionais e, essencialmente, as posturas intelectuais que impuseram a Olavo Bilac e Lima Barreto trajetórias opostas na “cidade das letras”. Se a reputação bilaquiana facilitou sua jornada intelectual, a verve ácida barretiana infligiu

obstáculos para seu ingresso no debate público. Apesar disso, em algum ponto, a literatura trabalhada por Olavo Bilac e por Lima Barreto força o entrecruzamento destes itinerários intelectuais. Para a redação deste capítulo será fundamental o apoio de obras como *Os intelectuais e a organização da cultura*, de Antonio Gramsci (1968); *Os intelectuais e o poder*, de Norberto Bobbio (1997); *Estrutura social da República das Letras* (Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930), de A. L. Machado Neto (1973); *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatinos), de Sérgio Miceli (1977); *O pré-modernismo*, de Alfredo Bosi (1966); *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*, de Antonio Candido (2000); além dos estudos de Pierre Bourdieu sobre a influência do campo literário e intelectual na construção das práticas sociais, tais como “Campo intelectual e projeto criador” (1968) e *O poder simbólico* (1989).

Reconstruir o roteiro intelectual percorrido pelos dois autores auxiliará na avaliação sobre os desvios tomados por cada um; desvios estes que fizeram com que adotassem, muitas vezes, caminhos opostos e opiniões antagônicas. O entendimento do trajeto intelectual, nem sempre linear, percorrido por Olavo Bilac e Lima Barreto permitirá apreender ainda os posicionamentos sobre a cidade carioca, a grande paixão que invariavelmente aproximou ambos. Para que o confronto destas personalidades fosse realizado, estudos individuais sobre os autores foram utilizados na reflexão, tais como *Bilac, o jornalista*, de Antonio Dimas (2006); *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*, de Alvaro S. Simões Junior (2007); *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, de Nicolau Sevcenko (2003); *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto*, de Carlos Erivany Fantinati (1978).

Em seguida, nos capítulos “*Kosmos* (1904-1909): a imprensa em prol de uma causa” e “*Revista Careta* (1908-1922): marcas da modernização da imprensa no século XX”, por meio da apreciação particularizada das revistas que contaram cada qual com a participação de Olavo Bilac e de Lima Barreto, perseverar-se-á em compreender não apenas como se configurava e se padronizava o jornalismo na época, mas, sobretudo, entender porque competiu a determinadas revistas receber a colaboração de autores tão dessemelhantes em suas trajetórias intelectuais. *Kosmos* e *Careta* afastam Olavo Bilac e Lima Barreto, escritores que podem ser considerados, cada um à sua maneira, grandes resenhistas da nova metrópole que surgia, ao comprovarem que o nicho jornalístico que cada um conquistou conformou suas escritas em extremos bem díspares. Para a escritura destes

dois capítulos, a pesquisa balizou-se na apreciação de textos teóricos que dessem conta do desenvolvimento e da modernização da imprensa nacional no começo do século XX bem como retratassem a aceitação, a influência e a importância desta nova imprensa-empresa no cotidiano do leitor brasileiro no seu papel de formador do público. Para este embasamento teórico recorreu-se a estudos como *Imprensa e cidade* (2006) e *História da imprensa no Brasil* (2008), ambos de Tânia Regina de Luca e de Ana Luíza Martins; *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república - São Paulo (1890-1922)*, de Ana Luíza Martins (2008); *História da imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1999); *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*, de Flora Sussekind (2006); *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909), de Antonio Dimas (1983) e *História da caricatura no Brasil*, de Herman Lima (1963).

Para finalizar, a escritura do quarto capítulo, intitulado “O Rio de Janeiro por dois ângulos: os posicionamentos de Olavo Bilac e de Lima Barreto face ao turbilhão urbano”, recairá na análise crítica das crônicas bilaquianas e barretianas que tematizavam os processos de modernização carioca e seus futuros desdobramentos sociais bem como atentará para a observação das contradições que emanam de cada retórica. O discurso assim incidirá sobre as interseções entre a literatura empenhada e persuasiva de Olavo Bilac produzida para *Kosmos* e a voz do estranhamento e a escrita combativa de Lima Barreto publicada em *Careta*, frente ao momento histórico ambíguo por que passava a República: “Regeneração” ou Bota-Abaixo”?

As crônicas de Olavo Bilac e de Lima Barreto se afastavam ao entenderem cada uma a sua maneira um Rio de Janeiro particular, no entanto, estas mesmas produções se aproximavam ao se constatar que apesar de projetarem metrópoles diferentes, ambos os autores tinham o Rio de Janeiro como importante mote de suas escritas. Para comprovar e ratificar como estes literatos testemunharam, por meio da crônica, a avalanche de transformações que impingiu ao Rio uma face civilizada e cosmopolita, porém que ainda não conseguia deixar de ser popular e mestiça, os estudos produzidos por Antonio Dimas, *Bilac, o jornalista* (2006) e *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909) (1983), serão indispensáveis para o entendimento do empenho civilizatório de Bilac em *Kosmos*, bem como as apreciações de Beatriz Resende, *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos* (1993), e de Carlos Erivany Fantinati, *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto* (1978) serão guias para a análise das crônicas barretianas publicadas na *Careta*.

CAPÍTULO PRIMEIRO

O INTELLECTUAL NO LIMAR DO SÉCULO XX: OS POSICIONAMENTOS DE OLAVO BILAC E LIMA BARRETO

A literatura [...] é a terra prometida em que a linguagem se torna aquilo que na verdade deveria ser. Ítalo Calvino in Seis propostas para o próximo milênio

Na contemporaneidade, Olavo Bilac e Lima Barreto são considerados intelectuais que se empenharam, nas primeiras décadas do século XX, em deslindar a cidade do Rio de Janeiro para seus respectivos leitores. Cada um a sua maneira e recorrendo aos veículos de divulgação³⁶ condizentes aos seus perfis, como ainda se ressaltará nos capítulos seguintes, estes autores fizeram por meio, principalmente, da crônica, a topografia social da metrópole carioca. Os problemas urbanos e sociais cariocas eram os temas principais e recorrentes na escrita jornalística de ambos. O mapeamento urbano, cultural e político da então Capital Federal passou pela escrita destas duas personalidades da história literária

³⁶ Norberto Bobbio pondera sobre a importante relação existente entre imprensa e intelectualidade: “Já se disse repetidas vezes que o precedente mais convincente dos intelectuais de hoje são os *philosophes* do século XVIII. Mas é preciso acrescentar que o aumento daqueles que vivem não apenas pelas ideias, mas também de ideias, deveu-se à invenção da imprensa e à facilidade com que as mensagens transmissíveis por meio das palavras podem ser multiplicadas e difundidas. Após a invenção da imprensa, a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais...” In: BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. p.120.

nacional. Entretanto, se o Rio de Janeiro, com seus múltiplos e, muitas vezes, contrastantes enfoques, foi matéria fértil nas colunas jornalísticas destes cronistas, outros aspectos tanto da trajetória de Bilac quanto do percurso de Lima Barreto fizeram com que eles se afastassem profundamente. Deste modo, recuperar o itinerário intelectual feito pelos dois autores em questão ajudará a ponderar sobre os desvios tomados por cada um; desvios estes que fizeram com que adotassem, muitas vezes, opiniões antagônicas. O entendimento do trajeto intelectual, nem sempre linear, percorrido por Olavo Bilac e Lima Barreto possibilitará entender ainda os posicionamentos sobre a cidade carioca, a grande paixão que invariavelmente aproximou ambos.

1. OLAVO BILAC: O PERCURSO DO INTELLECTUAL ORGÂNICO.

O jornal é um instrumento de educação e de justiça; ninguém se faz jornalista para praticar a crueldade e o mal. Olavo Bilac in Gazeta de Notícias, 17 de fevereiro de 1894.

O exercício sistemático da crônica jornalística foi a maneira mais conveniente que Olavo Bilac encontrou para sua inserção intelectual na vida pública... Antonio Dimas in Bilac, o jornalista.

O principal projeto que norteou a vida pública de Olavo Bilac e ocupou grande parte de seu trajeto jornalístico foi a modernização carioca. O projeto literário bilaquiano, ancorado pelo modelo parnasiano baseado na tríade “forma”, “beleza” e “perfeição”, acompanhava, paralelamente, o projeto ideológico, de “limpeza”, “urbanidade” e “saneamento”, cuja aplicação acompanhou o literato durante toda a sua carreira jornalística.

Fazer emergir, juntamente das belezas naturais do cenário carioca, a sonhada materialidade da urbanização e, por conseguinte, presenciar o florescimento da modernidade, que permitisse à urbe carioca acompanhar os passos acelerados das grandes metrópoles avançadas da Europa e da América do Norte, era a essência do trabalho bilaquiano nos jornais e revistas para os quais trabalhou ininterruptamente de 1890 a 1908.

Contudo, seguindo a evolução de sua biografia,³⁷ percebe-se que Bilac não foi homem de uma única paixão, embora o Rio de Janeiro fosse a idolatria incontestável deste homem da cidade. Em sua *flânerie* rotineira, a ambição acalentada pelo jornalista por um ambiente cosmopolita acompanhava seus passos no desejo de vivenciar uma cidade renovada e expurgada das pestilências tropicais, tão comuns e habituadas ao clima nacional.

Entretanto, outras questões povoavam a cabeça de Bilac. Não apenas as melhorias na infraestrutura e na higienização do Rio de Janeiro fariam da sua cidade querida padrão de civilidade e de beleza equiparáveis às belas Paris e Buenos Aires. Bilac, partidário do cosmopolitismo e da civilização como um ideal abrangente, não deixava de pensar que outros aspectos conspirariam a favor da evolução não apenas urbana e profilática da cidade — e, conseqüentemente, da nação — mas também influenciariam para um melhor desenvolvimento social da população.

Deste modo, não se pode deixar de mencionar as diversas outras bandeiras erguidas pelo intelectual Bilac durante sua vida pública. Já no ocaso de sua atividade jornalística, a luta em prol da universalização da instrução primária básica e pela alfabetização ampla, a defesa da língua portuguesa em sua produção didática e paradidática e, finalmente, a larga campanha pelo alistamento militar obrigatório bem como a criação da Liga da Defesa Nacional — o mais controvertido engajamento público assumido por Bilac — foram os movimentos cívicos comandados e apoiados pelo poeta-jornalista e que configuraram seu itinerário patriótico.

Desde a juventude, ainda nos bancos estudantis das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro³⁸ — onde já atuava em duas frentes, ora na lapidação de sonetos parnasianos, ora na divulgação, via imprensa estudantil, das reivindicações dos estudantes,

³⁷ Grandes pesquisadores fizeram excelentes recuperações biográficas de Olavo Bilac em seus trabalhos como, por exemplo, ARROYO (1952), CARVALHO (1942), DIMAS (2006), ELTON (1954), JORGE (2007), LAJOLO (1982), MAGALHÃES JR. (1974), SIMÕES JR (1995 e 2007). Para bibliografia completa, ver REFERÊNCIAS, ao final deste trabalho.

³⁸ Aos quinze anos, seguindo a tradição das famílias abastadas brasileiras, Olavo Bilac matriculou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, em 1880. Mesmo ainda não tendo idade suficiente para a admissão, seu pai, como importante membro das tropas na Guerra do Paraguai, conseguiu, junto ao imperador, um decreto autorizando o jovem Bilac a se matricular no primeiro ano do curso médico da instituição. Demonstrando pouca vontade para a prática médica, o poeta ingressou na carreira apenas para satisfazer a vontade e a pressão do pai que, na sua rigidez militar, não concordaria com um filho boêmio e sem formação superior. Entretanto, já contaminado pelo “vírus literário” na faculdade, em 1886, mesmo cursando o quinto ano do curso médico com mérito, o poeta abandonou os estudos e não evitou o esperado rompimento com o pai. Cf. MAGALHÃES JR., Raimundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana, 1974. p.18-19.

— e de Direito,³⁹ em São Paulo, Olavo Bilac já elaborava seu repertório jornalístico baseado na discussão da coisa pública — tendência esta que se confirmaria com a futura e assídua colaboração no periodismo paulistano e carioca. Corrobora a afirmação Antonio Dimas:

Nessa fase [início da década de 1890], Bilac está construindo seu repertório jornalístico, cuja marca mais visível são a concretude e o pragmatismo de seus assuntos, voltados, de preferência, para a coisa pública, para aquilo que, hoje em dia, se chama de exercício de cidadania.⁴⁰

Esta confluência entre a teoria e a práxis, mencionada por Dimas, permeou sua escrita que, a partir da luta pela abolição dos escravos, com o intenso envolvimento nos conflitos pós-proclamação da República e nos apelos pragmáticos pela modernização urbana carioca como um todo — material, social e até mesmo espiritual da sociedade — culminaria na retórica militarista elaborada a partir de 1915.

Não apenas por meio do exercício contínuo da crônica nos mais respeitados e populares periódicos do início do século XX como também através da incursão pelos meandros político,⁴¹ militar e educacional da nação, Bilac pôde, pelos meios convincentes e, sobretudo, convenientes, se integrar à vida pública do país. Sua atuação, por mais que tenha se concentrado por razões conhecidas no Rio de Janeiro,⁴² encontrou também terreno fértil longe do centro carioca, graças ao sucesso conquistado desde a primeira edição de suas *Poesias*, em 1888, cuja notoriedade ocasionada ao então jovem poeta possibilitou, em outro momento, a inserção do intelectual doutrinário nos mais variados estados da nação.

É relevante ressaltar que a retórica militarista e a defesa da língua portuguesa como bem coletivo da nação, baseadas num civismo ultrapassado na

³⁹ Em meados da década de 1880, Olavo Bilac encantou-se pela jovem poeta Amélia de Oliveira, irmã de seu grande amigo Alberto de Oliveira. Para demonstrar retidão de caráter e ambições futuras, Bilac resolveu, em abril de 1887, matricular-se na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, com o propósito de obter o diploma de bacharel e o respeito da família Oliveira. Entretanto, o sonho de constituir uma família nos tradicionais moldes burgueses da época caiu por terra. Em 1888, com o abandono do curso jurídico, que nunca chegou mesmo a frequentar oficialmente, e o consequente rompimento com Amélia, Bilac passou a se dedicar exclusivamente ao recente lançamento de suas *Poesias* e à vida jornalística e boêmia carioca. Cf. ELTON, Elmo. *O noivado de Bilac* (com a correspondência inédita do poeta à sua noiva D. Amélia de Oliveira). Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954. p.20 et seq.

⁴⁰ DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. v. 3, p.139.

⁴¹ Provas irrefutáveis da influência exercida por Olavo Bilac nas esferas públicas de poder no decorrer de sua carreira de poeta e jornalista foram as inúmeras nomeações políticas recebidas. Ainda em 1891 foi nomeado Secretário do Interior, pelo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Portela. Em 1900, o literato acompanhou, como jornalista correspondente, a comitiva do então presidente da república Campos Sales em visita oficial à Argentina. Serviu como delegado brasileiro pela *Alliance Latine* de Paris, junto às festas de Renan, em 1903. Cf. *Ibidem*, p.183.

⁴² O Rio de Janeiro, como capital da recente República instaurada, era polo aglutinador das tendências em voga na época. Qualquer um que desejasse fama, reconhecimento e estabilidade social escolheria a cidade carioca como domicílio na virada do século XIX para o século XX.

contemporaneidade, podem soar, e com razão, retrógradas e passadistas. O pesquisador Alvaro S. Simões Junior opina sobre esse momento da vida de Bilac com grande propriedade:

É bem verdade que hoje não se aceita a imposição de uma norma linguística única a toda uma sociedade e nem mesmo se observam os preceitos estéticos acatados por Bilac, que foram historicamente superados. Da mesma forma, já não se admitem pacificamente lições de civismo e muito menos propostas de redenção nacional a partir das casernas. Reconhece-se, no entanto, a necessidade imperiosa de preservar o patrimônio histórico e artístico nacional, que ainda hoje se encontra ameaçado pela incúria governamental. De qualquer modo, não se pode negar às obras e iniciativas de Olavo Bilac coerência e sinceridade e nem mesmo deixar de reconhecer a persistência com que se dedicou às suas campanhas.⁴³

Entretanto, na segunda década do século XX, na concepção civilizatória bilaquiana, com o prenúncio da Primeira Grande Guerra, que mudaria os rumos políticos, culturais e econômicos em todo o globo, elas tinham razão de ser. Sua verve patriótica e não belicosa — é importante frisar — provavelmente surgiu em seu exílio em Minas Gerais, entre novembro de 1893 e junho de 1894, quando, sob influência espiritual de Afonso Arinos, mentor e guia intelectual da história mineira e brasileira, Bilac mergulharia na cultura brasileira nativa. Como historiador, professor de História do Brasil no Ginásio Mineiro e lente de Direito Penal na Faculdade Livre de Direito, Afonso Arinos teria enorme importância no desenvolvimento intelectual de Olavo Bilac. Este sentimento de recuperação do nativismo brasileiro ganharia proporções intensas e passaria a ocupar grande parte das preocupações cívicas de Bilac, a partir do abandono da lide jornalística em 1908 — e completar-se-ia em 1916, com a instauração oficial da Liga da Defesa Nacional.

Por mais que a bandeira militar de Bilac tenha perdido a vigência na atualidade, ela é representativa do intelectual envolvido com uma causa maior: a defesa de nossas fronteiras e da unidade federativa da nação. Assim, mesmo considerada retilínea,⁴⁴ a trajetória de Olavo Bilac conheceu alguns pequenos desvios. É preciso ressaltar que as diversas nomeações para cargos públicos puderam, em diferentes momentos de sua vida, aproximá-lo do perfil do intelectual autoritário, adulator e reacionário. Essas diversas aproximações do poder oficial da época suscitam alguns questionamentos sobre o real posicionamento bilaquiano frente a sua realidade social, como, por exemplo, um suposto

⁴³ SIMÕES JR., Alvaro S. Do cárcere ao exílio: percalços do cronista Bilac (1892-1894). In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de et al. (Org.). *Estudos comparados de literatura*. Assis: FCL – UNESP Publicações, 2005. p.21.

⁴⁴ Cf. *Ibidem*, p.11.

bovarismo do jornalista que, como membro oriundo e atuante da boêmia dourada finissecular, afastava os membros pertencentes ao campo intelectual dominante da sociedade comum. O hipotético bovarismo poderia ser fruto da engessada fama de parnasiano isolado na “Torre de Marfim”?

Na aventura de se tentar diluir a imagem de *persona* governista que sua empreitada cívica pode ter-lhe deixado, a partir de todas essas questões, tentar-se-á esboçar os contornos do perfil de Bilac intelectual. Como um típico intelectual anatoliano⁴⁵ do final do século XIX, tal e qual um “oráculo” dos destinos do país, por meio dos grandes jornais, das importantes revistas e dos órgãos públicos de que fez parte, Bilac trouxe para si certa responsabilidade de guia intelectual da nação receosa com o progresso e carente de civilização.

A) **BILAC, JORNALISTA: REPUBLICANO DE PRIMEIRA HORA.**

O intelectual é o agente político que reflete, principalmente, sobre símbolos e ideias. Desde o *Caso Dreyfus*,⁴⁶ quando o escritor, em suas práticas sociais, passou a fazer uso público da razão, os chamados intelectuais são considerados como indivíduos portadores e transmissores de ideias. A imprensa, por sua vez, por ser o suporte eleito por grande parte da intelectualidade vigente⁴⁷ como condutor de valores, foi o agente perfeito, a partir da segunda metade dos Oitocentos, para as elites intelectuais veicularem ideais e posições políticas e sociais públicas. No Brasil, em específico, os periódicos foram o “húmus” perfeito para se fazer fertilizar as representações que exaltavam o progresso, índice este muito próprio do campo intelectual dominante nacional, no início do século XX, ansioso para apagar da

⁴⁵ Essa nomenclatura foi sugerida por Sérgio Miceli em pesquisa que examinou a trajetória social de uma categoria de letrados atuantes no período da República Velha (1889-1930). Cf. MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha* (estudo clínico dos anatolinos). São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

⁴⁶ O conhecido *Caso Dreyfus* originou-se da fraudulenta condenação, por alta traição, do oficial do exército francês Alfred Dreyfus. Apesar de inocente, já que a acusação baseou-se em documentação caluniosa, o réu, de ascendência judaica, foi condenado à prisão perpétua, em 1894. As altas patentes do exército, responsáveis pelo julgamento, acobertaram o erro judicial, envolvidas pelo movimento antissemita que influenciava a Europa nos anos finais do século XIX. Em 1898, novas evidências sobre a inocência de Dreyfus possibilitaram um segundo julgamento. Entretanto, a manutenção da antiga sentença provocou a indignação de muitos homens públicos, como jornalistas e literatos, em especial de Émile Zola. O famoso escritor, aproveitando-se da sua voz pública, divulgou, através do jornal *L'Aurore*, carta aberta ao então presidente francês intitulada *J'accuse!*, na qual defendia a liberdade do injustiçado. A partir deste famoso episódio, que dividiu a França entre apoiadores e opositores de Dreyfus e, conseqüentemente, de Zola, o termo “intelectual” passou, em linhas gerais, a designar o agente social que faz uso de sua voz pública para atuar e intervir na sociedade.

⁴⁷ O pesquisador Machado Neto disserta sobre o conceito de “vigência intelectual” como forma de designar todos os usos, costumes, modismos, valores, instituições, palavras e ideias que durante certo tempo dominam a vida intelectual de uma dada sociedade. Cf. MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da República das Letras* (Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930). São Paulo: Editora da USP; Editorial Grijalbo, 1973.

memória o ranço colonial herdado do Império. Bilac, através de suas colunas de crônicas e sátiras, foi um destes intelectuais empenhados na discussão crítica da sua realidade.

A trajetória intelectual de Bilac jornalista começou a se delinear claramente após o regresso de sua primeira e tão esperada viagem à Europa, no ano de 1891. Em 1890, após breve colaboração na *Gazeta de Notícias*⁴⁸ do Rio de Janeiro, Bilac foi convidado por José do Patrocínio, seu grande amigo, para ser correspondente internacional da *Cidade do Rio*, vespertino de propriedade do próprio Patrocínio, fundado em setembro de 1887. Desde o lançamento do periódico, Bilac assiduamente colaborava com algum texto, apesar dos atrasos em receber a contrapartida pela participação.

Entretanto, o convite para enviar notícias do velho continente arrebatou Bilac que, em julho de 1890, afivelou suas malas e aportou em Paris, a cidade-modelo da elite intelectual da época. O jornal divulgaria em sua primeira página a turnê do novo correspondente:

Parte para a Europa, no dia 10, o extraordinário moço com cujo nome se aureolam estas linhas, com cujo retrato se glorifica esta página.

[...]

E leva dentro do coração muitos corações amigos, que veem nele a síntese dignificada do talento e do caráter nacionais, e que o sabem amar como ele merece, e que, no tristíssimo momento da despedida, hão de deixar escapar um pedaço da alma, quando, na efusão dos mais nobres sentimentos, derem-lhe o beijo sagrado do irmão, o abraço comovedor do amigo sincero.⁴⁹

Ao regressar ao Rio de Janeiro, em março de 1891, na mesma *Cidade do Rio*, o ainda jovem e fervoroso Olavo Bilac pôde praticar sua escrita empenhada, principalmente no que tangia à crítica francamente aberta ao governo “autoritário” e “inconstitucional”⁵⁰ do novo presidente Floriano Peixoto. Em outras palavras, como republicano convicto que era, Bilac passaria a se opor, nas páginas da *Cidade do Rio*, ao contragolpe orquestrado pelo almirante Custódio José de Melo que ocasionou a queda de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano, e a tomada de poder por Floriano. No

⁴⁸ Em 31 de agosto de 1884, Olavo Bilac teve rápida estreia na *Gazeta de Notícias* com seu primeiro soneto, intitulado “A Sesta de Nero”, considerado por Alceu Amoroso Lima como “o marco da consolidação do Parnasianismo” no Brasil. Em abril de 1890, Bilac, novamente, colaboraria com a *Gazeta de Notícias*. Entretanto, essa participação foi breve. In: LIMA, Alceu Amoroso. *Olavo Bilac: Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1959 (nossos clássicos, 2). p. 8.

⁴⁹ EXPEDIENTE. *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1890, p. 1, 1. col.

⁵⁰ Floriano Peixoto assumiu o poder após a renúncia de Deodoro da Fonseca, em novembro de 1891. Pela constituição, Floriano deveria propor novas eleições, visto que ainda não haviam decorrido dois anos da posse do presidente efetivamente eleito. No entanto, esta obrigatoriedade não foi cumprida, gerando revolta da oposição. Cf. SIMÕES JR., op. cit., p.14.

entanto, é preciso ressaltar que medidas antidemocráticas e contrárias ao novo regime também foram tomadas por parte do então presidente Deodoro da Fonseca e que culminariam com sua forçosa renúncia.

De acordo com Alvaro S. Simões Junior, Deodoro “iniciou um processo ilegal de deposição das câmaras e governos estaduais que se lhe mostraram hostis, mantendo o país em um clima de instabilidade política”.⁵¹ É também indispensável lembrar que, com a saída do primeiro presidente republicano, Bilac e muitos dos seus pares perderam as regalias que o funcionalismo público proporcionava aos correligionários de Deodoro. O parnasiano foi ferrenho opositor das conspirações que originaram a renúncia de Deodoro não apenas por apoio irrestrito ao governo deodorista, mas, sobretudo, por que este lhe concedia satisfatórias benesses. O governador Francisco Portela, em 1891, nomeou Bilac para o cargo de oficial maior da Secretaria do Interior, além de contemplar outros tantos intelectuais engajados na causa republicana com diversos cargos públicos. Com a reviravolta na política deodorista, Portela foi deposto e com ele a conveniência do cargo público conquistada pelo trabalho em prol da proclamação da República por Bilac foi por água abaixo.

Apesar da tendência republicana da *Cidade do Rio*, a parceria entre Bilac e Patrocínio viria a terminar em agosto de 1893, ainda no governo de Floriano Peixoto. A antiga colaboração do jornalista na sempre periclitante folha do abolicionista Patrocínio — o primeiro jornal de circulação regular em que Bilac publicou habitualmente — se interromperia por dissensões políticas:

Por divergências políticas, o poeta deixara a *Cidade do Rio*, onde o talento de Patrocínio seria colocado a serviço dos projetos golpistas do almirante Custódio José de Melo, ex-ministro da Marinha, que romperia com o presidente Floriano Peixoto.⁵²

Quando José do Patrocínio preferiu apoiar a tendenciosa intenção golpista presente nas novas conspirações custodistas, Bilac não se sujeitaria a condescender nesta questão política. Entretanto, o afastamento definitivo da *Cidade do Rio* não fez Bilac perder a grande admiração que Patrocínio lhe inspirava. Por ocasião do falecimento do amigo ainda das lutas abolicionistas, Bilac publicou, na *Gazeta de Notícias*, bela crônica necrológica:

⁵¹ Idem. *A sátira do Parnaso*: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. p.49. Na mencionada obra, o pesquisador Alvaro S. Simões Junior sintetizou as principais ideias expostas no volume *República Velha*, de Edgard Carone, sobre as crises que culminaram na renúncia de Deodoro da Fonseca.

⁵² Idem. A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. In: *Eixo e a roda*. Belo Horizonte, v 9/10, p. 239-250, 2004.

Há certos homens que não podem desaparecer da vida, sem um abalo profundo e um desequilíbrio geral: o seu desaparecimento é, na ordem moral, o que seria, na ordem física, o desaparecimento de um continente, tragado pelas águas. Para o Brasil, e para a civilização, Patrocínio era um desses homens-ideais, uma dessas “forças vivas da Natureza”, cujo aniquilamento não se pode dar “sem uma dilatada perturbação de todo o corpo social”.⁵³

No entanto, antes de abandonar a *Cidade do Rio*, mais exatamente no início de 1892, Olavo Bilac ajudaria a pôr nas ruas um novo jornal. *O Combate*, libelo confeccionado especialmente para criticar e se opor à política de Floriano Peixoto, mostraria claramente o perfil empenhado de Bilac, tão evidente ainda nestes momentos mais combativos da vida do jornalista. Os jornalistas Lopes Trovão e Pardal Mallet foram os fiéis companheiros de Bilac na fundação d’*O Combate*. Talvez este jornal, juntamente com *A Rua*, — periódico de evidente espírito republicano, inaugurado pelos mesmos Bilac e Mallet, além de Raul Pompéia⁵⁴ e Luís Murat, em abril de 1889 — tenha sido aquele em que mais claramente tenha-se delineado o empenho político no trabalho intelectual de Bilac. Nestas folhas, ressaltava-se o vivo entusiasmo do engajamento político e ideológico do poeta-jornalista que, especificamente n’*O Combate*, “com o pseudônimo de Pierrot, [...] ficou encarregado da seção ‘Vida Fluminense’ e através dela atazanou Floriano entre janeiro e abril de 1892”.⁵⁵

Todavia, a intenção de servir como invariável opositor do governo Floriano Peixoto contribuiu para a vida curta do satírico e jocoso *O Combate*. Poucos meses separaram a fundação, em janeiro de 1892, do último suspiro do libelo antiflorianista, ocorrido em abril do mesmo ano. Não foi apenas a índole cáustica e ferina dos articulistas que decretou a morte do jornal. Bilac, abertamente partidário de Deodoro da Fonseca, participou de uma tentativa de golpe em abril de 1892. A rebeldia bilaquiana, que lutava pela volta de Deodoro, lhe custou não apenas o fechamento do jornal como também quatro meses de reclusão na Fortaleza da Laje. Do calvário do cárcere, cheio de solidão e péssimas condições alimentares, tão bem ilustrado pela carta que o próprio Bilac enviou da prisão ao amigo Max Fleiuss, o poeta somente se livraria em agosto daquele ano:

⁵³ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1905. p. 1, 1. col.

⁵⁴ Tal era o empenho de Bilac pela causa deodorista que este desafiaria o amigo Raul Pompéia, antigo parceiro n’*A Rua* e notório florianista, para um duelo, que felizmente não chegou a se realizar. Cf. SIMÕES JR., Alvaro S. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. p.50.

⁵⁵ DIMAS, op. cit., p.43.

Pedes-me que te escreva... Que queres tu que eu escreva? Fisicamente, vivo, há quase quatro meses, insulado no meio do mar alto; moralmente, vivo insulado no meio do meu tédio, do meu profundo, do meu imenso Tédio.

[...]

Ó paternal! ó afetuoso! ó imensamente benigno governo, que me atribulas a alma, violando-me a correspondência e cercando-me de vexames — mas que, em compensação, me cevas a carne, com enxurradas de feijão bichado e com himalaias de carne seca podre! Nem sei te dizer, meu caro Max, o quanto estou mudado. Creio que daqui a pouco, quando me anistiares, com a mesma sem-cerimônia com que me prenderam — eu surpreender-me-ei a odiar a liberdade e a ter náuseas diante da carne fresca! Força de hábito.⁵⁶

Sem perder o humor acre e certa indolência, Bilac narrou ao historiador Fleiuss os duros momentos da prisão. Do mesmo modo, e seguindo os caminhos percorridos pela obra *A sátira do Parnaso*,⁵⁷ chega-se à seguinte crônica de confissão de Bilac, publicada muitos anos após sua cruzada deodorista, no vespertino *A Notícia*, a dama cor de rosa em cujas páginas Bilac colaborou desde sua inauguração em setembro de 1894 até a aposentadoria jornalística, em 1908. Na mencionada crônica, Bilac evidenciaria o papel agressivo d'*O Combate*:

Há muitos anos, tínhamos Pardal Mallet e eu um jornal diário, revolucionário, vermelho, terrível — *O Combate*, por amor do qual fomos parar, como dois conspiradores perigosíssimos — ele na fronteira do Peru, a ver tartarugas, e eu na fortaleza da Laje, a ver navios.⁵⁸

Após sua libertação, acochado pelas constantes pressões infligidas pelo estado de sítio florianista e por mais uma detenção em fins de 1893, Bilac sabiamente refugiou-se em terras mineiras. Dessa expedição bilaquiana surgiriam frutos que definiriam a postura doutrinária do jornalista no decorrer de sua carreira. Em sua passagem pelos históricos panoramas mineiros, vê-se não apenas o amadurecimento do homem Bilac. Nota-se que, apesar de forçado, o “estágio de estudos” nas Minas Gerais significou uma mudança nítida de postura no jornalista e intelectual Bilac. Das caminhadas nas vielas de Ouro Preto, como sua biografia deixa evidente, o poeta transmudou-se de aguerrido rebelde em crescente patriota. Da experiência da luta republicana, redundando em prisão, vê-se, nos tempos mineiros, o afloramento da experiência existencial e histórica do cidadão empenhado.

⁵⁶ BILAC, Olavo. Carta a Max Fleiuss. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, v.40, n.132, p.483-484, dez. 1932. O acesso ao fragmento desta carta foi possível através das indicações e transcrições constantes em *A sátira do Parnaso*. In: SIMÕES JR., op. cit., p.51.

⁵⁷ *Ibidem*, p.50.

⁵⁸ B. [Olavo Bilac] Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1906. p.2, 3. col.

O período sabático passado em Minas Gerais, primeiramente em Ouro Preto, sob os cuidados e ensinamentos de Afonso Arinos, e por fim, em Juiz de Fora, contribuiu fortemente para a configuração do sentimento nacionalista que tomaria conta de Bilac nos anos finais de vida. As relações de profunda amizade e de admiração nutrida por Arinos fizeram com que Bilac mergulhasse intensamente na história mineira e nacional. Desta imersão no passado colonial da nação surgiram diversos textos em que Bilac deixaria aflorar a tendência patriótica e nacionalista. Comprova a afirmação Antonio Dimas:

De modo inesperado, seu exílio político transformara-se em ganho pessoal e intelectual, além de modificar para romaria involuntária aquilo que lhe fora imposto como calvário. Romaria que lhe atçou os brios nacionalistas e que acabou também por arremessá-lo a projeções utópicas de um país prestes a se modernizar.⁵⁹

Ainda de acordo com Dimas, a passagem de Bilac por Minas Gerais foi decisiva para sua transformação temática e ideológica; o exílio, graças à influência de Arinos, modificaria o poeta no jornalista interessado, espécie de arauto do nacionalismo, pois este aprenderia nas lições do mestre mineiro que entender o passado é instrumento eficiente para se compreender o presente e, “inconformado com nosso comportamento perdulário perante o passado e com nosso vandalismo no presente, resta[ria] ao cronista a projeção de um futuro auspicioso, cheio de realizações”.⁶⁰ É importante lembrar que data, de sua temporada mineira, a publicação de seu primeiro volume de crônicas, evento que comprova a efervescência criativa do retiro mineiro bilaquiano.

Em crônica de setembro de 1901, mais de meia década após o seu retorno de Minas Gerais, e sem esconder sua tendência moralizante, a influência de Arinos ainda ecoava na escrita jornalística de Bilac. O texto, claramente nacionalista, prova como a experiência adquirida no exílio sustentaria de modo consistente o trabalho intelectual de Olavo Bilac:

[...] a verdade é que abafamos dentro d’alma a ideia do passado, como sufocaríamos um remorso importuno. Somos todos, mais ou menos, como o mulatinho idiota que unta os cabelos com óleo de babosa para lhes disfarçar o comprometido encrespamento, e para explicar a cor morena da pele, pretende descender de algum velho caboclo, cacique autêntico, — como se

⁵⁹ DIMAS, op. cit., p.86.

⁶⁰ Ibidem, p.21 et seq.

fosse mais vergonhoso provir de um preto das *malocas* de Angola do que provir de um bugre do Tocantins.⁶¹

Do período passado em Minas Gerais, além da imersão na matéria histórica da nação e a conseqüente concepção do embrião patriótico em sua retórica, Bilac também conservaria o profundo respeito e admiração por Arinos, seu protetor contra as arbitrariedades florianistas e tutor nos caminhos do nativismo. Em banquete-homenagem a Afonso Arinos, proferido em 27 de agosto de 1916, Bilac reconheceria toda a importância do pesquisador mineiro para sua formação intelectual:

Falar-vos-ei de Affonso Arinos de Mello Franco, meu amigo querido, meu companheiro de vinte anos. Falando dele, falo de todos vós.

Conheci-o, a princípio, em Ouro Preto, na austera Vila Rica; ali vivi com ele, no silêncio e na poeira dos arquivos; e ali comecei a admirar o profundo brasileirismo orgânico, que forrava o seu espírito. Conheci-o depois, e melhor, na Europa, no tumulto de Paris, em longas viagens, romarias a catedrais e a castelos, passeios por cidades e campos. Na Europa, Affonso Arinos era ainda mais Brasileiro que no Brasil.

[...]

O seu talento literário e o seu nacionalismo combinavam-se, integravam-se, completavam-se. Foi sempre assim que o conheci, homem e artista, novelista e dramaturgo, historiador e paisagista, sempre Brasileiro, — Brasileiro na palavra e no coração. Duas virtudes máximas dominaram a sua vida. Como escritor, era adorador e servidor da correção da língua portuguesa e nossa. Como cidadão, era um fiel amante e filho fervoroso da sua pátria.⁶²

É importante ressaltar que, nesta forçosa temporada mineira, apesar de se manter afastado do burburinho carioca, Bilac continuava a enviar sua contribuição para a *Gazeta de Notícias*. Durante o retiro mineiro, entre novembro de 1893 e junho de 1894,⁶³ o jornalista intercalava seus estudos históricos com o comprometimento de enviar a “Crônica livre”, para a *Gazeta de Notícias*, sob o pseudônimo de Fantasio; com esta colaboração, selar-se-ia definitivamente a parceira entre Bilac e a folha. A seção “Crônica livre”, grosso modo, pode ser considerada o passaporte de Olavo Bilac para o acesso irrestrito ao prestigioso jornal carioca. No entanto, esta colaboração iniciada nos idos de 1893 se consagraria definitivamente em 1897, quando Bilac passou a assumir a crônica dominical do jornal.

⁶¹ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1º de setembro de 1901. p. 1, 1. col.

⁶² Idem. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924. p.29 et seq.

⁶³ O exílio em Minas Gerais terminou com a eleição de Prudente de Moraes em 1894.

Dos momentos tumultuosos vividos na *Cidade do Rio* e n' *O Combate* e dos caminhos tortos que o levaram as Minas Gerais ficaram as lembranças de tempos difíceis e inspiradores. A partir da volta de Bilac do exílio, tudo conspiraria para a escolha do jornalista como cronista principal da *Gazeta*, em substituição ao mestre Machado de Assis, que se aposentaria da crônica dominical do jornal, cedendo o mais nobre espaço da folha para Bilac brilhar de março de 1897 a novembro de 1908, em sua mais duradoura e consagrada colaboração para o periodismo carioca da época.

Os reveses políticos e as mágoas florianistas fizeram abrandar a verve crítica de Bilac que, a partir de 1894, — momento em que Prudente de Moraes assumia a presidência da república com a responsabilidade de manter a recente ordem política afastada de novas revoltas populares — acenaria com uma escrita mais madura. Assim, Bilac passaria a assumir uma postura mais cordata e, até mesmo, mais burguesa. O novo *modus operandi* bilaquiano fica claramente expresso nas palavras de Alvaro S. Simões Jr:

Defensor de ideias que foram paulatinamente encampadas pelo poder público, Bilac foi um típico intelectual empenhado das primeiras décadas da República Velha, que, após um período de boêmia e relativa rebeldia, aproximou-se do poder público, colocando seu talento à disposição do Estado. Mas esse aspecto de sua atividade foi por muito tempo menosprezado pela crítica literária.⁶⁴

E mais a frente, o pesquisador conclui acerca da adaptação de Bilac à nova conjuntura política e social da nação:

As críticas formuladas, a partir de 1894, nas crônicas e poemas satíricos às políticas públicas, malgrado sua eventual acidez, tinham o objetivo de esclarecer e orientar o grupo hegemônico, não o de favorecer a ascensão de outro grupo.⁶⁵

O novo cargo na *Gazeta de Notícias* e a responsabilidade em assumir o posto de observação que outrora fora de Machado exigiam não apenas apuro estilístico, espirituosidade e destreza no manejo dos assuntos em voga na Capital Federal, como também demandavam, principalmente, postura pública condizente com um jornal que, apesar de se autoproclamar liberal e popular, não desejaria confrontar o poder vigente de forma escancarada.

⁶⁴ SIMÕES JR., op. cit., p.75.

⁶⁵ Ibidem, p.114.

B) A IMPORTÂNCIA DA GAZETA DE NOTÍCIAS.⁶⁶

Apesar de lhe proporcionar sua primeira viagem à Europa,⁶⁷ em março de 1891, como correspondente internacional da *Cidade do Rio*, o rompimento com o periódico de Patrocínio, por divergências políticas e ideológicas, em agosto de 1893, foi inevitável. Não obstante, o fim definitivo da parceria entre Bilac e a *Cidade do Rio* selaria também o início do arrefecimento da escrita combativa do poeta-jornalista. As experiências contundentes com a republicana *A Rua* e o tendencioso e antiflorianista *O Combate* — e essencialmente o governo de distensão de Prudente de Moraes — marcariam o afastamento de Bilac da atuação direta e ferina da crítica político-jornalística. Com o abandono do estilo cáustico comum a estas últimas colaborações, Bilac se assentaria definitivamente na *Gazeta de Notícias*.

A despeito do estilo agressivo ter-se acalmado com a participação na *Gazeta*, o regresso de Minas Gerais também colaborou para refinar a escrita bilaquiana. É bem verdade que textos ferinos ainda mantinham-se na ordem do dia da escrita bilaquiana, mas agora se mostravam sob a elegante artimanha da ironia e da sátira. E seria novamente a *Gazeta de Notícias* a principal porta-voz do novo estilo bilaquiano de fazer crítica.

Muito mais inteligente e espirituoso, o exercício da sátira, além de aprimorar a verve humorística do escritor, permitiu à escrita bilaquiana manter seu quinhão crítico. Não obstante, o novo recurso também possibilitou ao poeta o passeio por novas formas de atuação persuasiva sem se comprometer diretamente com o poder público que, com o fim da fase mais turbulenta de implantação da República,⁶⁸ lhe acenaria constantemente com cargos públicos que o consolidariam como um dos representantes máximos do perfil aburguesado da intelectualidade republicana.

⁶⁶ Estudo específico sobre a principal colaboração de Olavo Bilac para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro foi feito ainda durante as pesquisas para a defesa da Dissertação de Mestrado, cujo objetivo se baseou na análise do conjunto de crônicas de Bilac publicado no jornal entre 1897 e 1908 e na seleção de 60 crônicas que versavam sobre o principal tema exercitado por Bilac na coluna dominical da *Gazeta*: a reurbanização da Capital Federal. Deste modo, não se justifica, neste atual estudo, uma análise exaustiva desta colaboração bilaquiana. Para tanto ver: ASPERTI, Clara Miguel. *Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 2007.

⁶⁷ Além desta primeira viagem, como colaborador da *Cidade do Rio*, Bilac visitaria o Velho Continente em mais três ocasiões: nos anos de 1904, de 1912 e de 1916.

⁶⁸ Comenta Antonio Dimas sobre os momentos mais tensos da instauração republicana: “Na fase turbulenta da implantação da república brasileira, a Revolta da Armada de 1893 provocou verdadeira diáspora entre intelectuais brasileiros sediados no Rio de Janeiro”. In: DIMAS, op. cit., p.69.

A *Gazeta de Notícias* foi a principal porta-voz do ideário bilaciano a partir da década de 1890. O jornal carioca, sempre aberto às colaborações literárias e bom pagador pelas contribuições dos literatos da época, contava em seus quadros com nomes de peso da literatura vernácula e até mesmo internacional. Por suas colunas passaram nomes consagrados como os de Eça de Queirós e Émile Zola, entre tantos outros. Desde seu número inaugural, a folha trabalharia também para manter coesa a classe intelectual dominante do período. A *Gazeta* funcionou, desde o seu lançamento, não apenas como forte agregadora do grupo cultural atuante no momento em questão como serviu de grande divulgadora das letras no limiar do século XX.

Fundada pelo respeitado jornalista Ferreira de Araújo em agosto de 1875, a *Gazeta de Notícias* sempre seria, na República Velha, berço para os mais proeminentes escritores da época:

Foi Ferreira de Araújo quem iniciou no Brasil, com sua folha, a fase do jornal barato, de ampla informação. A *Gazeta de Notícias*, no seu tempo, era um jornal moderno, de espírito adiantado, o primeiro órgão da nossa imprensa que divulgou a caricatura diária, a entrevista e a reportagem fotográfica.⁶⁹

Ferreira de Araújo, homem de seu tempo e grande empreendedor sem deixar de ser cultor das letras, faria da *Gazeta* um periódico afinado com a contemporaneidade e aberto para as artes em geral e, em particular, para a literatura. Em 1891, nos *Perfis Contemporâneos*, Lino de Assunção, parceiro de redação de Ferreira de Araújo, faria sintomática homenagem ao dono da *Gazeta de Notícias*:

Pertence o dr. Ferreira de Araújo ao número e geração daqueles que abriram caminho na vida pelo mérito próprio, e não pelo rebaixamento do valor alheio, triste processo hoje tanto em uso, e entrou na imprensa, não por não ter outra vida onde acomodar a sua inutilidade como tantos, mas por temperamento de artista, e bem preparado com todas as armas que dá um curso superior científico a uma sólida educação literária. Imaginação viva, algo poética, bom senso inalterável, inteligência de fino quilate e maleável talento para se adaptar a qualquer assunto, conjunto de qualidades são estas, que o fazem o tipo perfeito do jornalista moderno, de

⁶⁹ JORGE, Fernando. *Vida e obra de Olavo Bilac*. Introdução de Menotti Del Picchia. 5 ed. São Paulo: Novo Século Editora, 2007. p.51.

quem, no combate, são tanto para temer as aceradas e mordentes ironias, como o desfechar certo e implacável de argumentos irrespondíveis.⁷⁰

A *Gazeta de Notícias*, a partir de 1893, por iniciativa de Ferreira de Araújo, passaria a ser a casa de Olavo Bilac. Após anos conturbados de atividade jornalística, Bilac galgaria espaço na folha tão sonhada pelos literatos brasileiros a partir do último quartel do século XIX. Em crônica de homenagem ao fundador do jornal, Bilac resumiu toda a importância da *Gazeta* e de Ferreira de Araújo para os escritores que sonhavam com reconhecimento e estabilidade profissional e financeira:

Foi ele quem chamou ao jornal a gente moça, que se ensaiava nas letras. Na *Gazeta de Notícias*, que possuía a colaboração preciosa de Machado de Assis, de Eça de Queirós e de Ramalho Ortigão, começaram a aparecer os rapazes cheios de talento, mas ainda sem nome, que daquelas colunas se impuseram ao público; as “Canções Românticas” e as “Meridionais” de Alberto de Oliveira foram reveladas pela *Gazeta*; na *Gazeta*, apareceu Valentim Magalhães, da *Gazeta* nasceu a corrente, que canalizada depois na *Semana* e na *Vida Moderna*, se espalhou num movimento de franca renascença literária, talvez o mais belo e fecundo de quantos já houve no Brasil, depois do período do “indianismo” de Alencar e Gonçalves Dias; e foi dali que se revelou ao público, em folhetins de uma fulguração genial, o espírito radiante de José do Patrocínio, alma de chamas e perfumes, de raios e rosas.

Foi também na *Gazeta* que os pintores, os escultores, os músicos encontraram sempre defesa, amparo, propaganda. Ferreira de Araújo adorava todas as artes: e não esqueçamos que foi principalmente nas páginas do seu jornal que se travou a grande batalha da reconstituição da velha Academia de Belas Artes, transformada em Escola Nacional, e entregue à direção dos artistas mortos, que a salvaram da caturrice acadêmica, e do marasmo senil em que ela jazia.

Esses dois serviços prestados por Ferreira de Araújo: a *democratização* da imprensa diária e o apoio dado a uma geração literária e artística, cujo talento não tinha campo em que se pudesse exercitar, já bastariam para tornar inesquecível o seu nome, na história da Inteligência brasileira.

Mas o fundador da *Gazeta de Notícias* não foi somente um chefe: foi também um soldado combatente, e dos mais brilhantes. A sua maneira de escrever criou escola.⁷¹

Entretanto, a grande consagração bilaquiana, no respeitado jornal carioca, viria, de forma definitiva, em março de 1897. Quando o mais respeitado cronista da *Gazeta de Notícias* resolveu se aposentar da função de resenhista oficial dos domingos, Olavo Bilac, a convite do próprio de Ferreira de Araújo, assumiu o lugar do renomado “Bruxo do Cosme

⁷⁰ ASSUNÇÃO, Lino. Dr. Ferreira de Sousa Araújo. *Perfis Contemporâneos*, Lisboa, p.150, 1891. Este artigo, digitalizado na íntegra, foi gentilmente cedido pelo professor Alvaro S. Simões Jr. Infelizmente não foi possível obter a referência completa da publicação.

⁷¹ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1905. p. 3, 1. col.

Velho” nas colunas dominicais. Ferreira de Araújo, ao estender a mão a Bilac, avalizaria a posse do mais novo titular da crônica dominical:

Para substituir Machado nessa função de cronista, Ferreira de Araújo, proprietário da *Gazeta de Notícias* e jornalista respeitável, convocou Olavo Bilac, cuja colaboração para o jornal já vinha ocorrendo há [sic] alguns anos, de modo intermitente.⁷²

Não seria um escritor qualquer que assumiria a coluna de crônicas na *Gazeta de Notícias* de todos os domingos. O jornal mais lido do cenário carioca no começo do século XX exigiria um nome respeitável para contribuir com a folha no dia mais popular da semana. Olavo Bilac, já consagrado com o sucesso de suas *Poesias*, de 1888, se adequava, assim, ao ideal do periódico. Além do mais, pesava a responsabilidade de substituir o presidente da Academia Brasileira de Letras, o mais respeitado e incensado escritor já naqueles tempos. Desde 1892, Machado de Assis assinava, aos domingos, a afamada coluna “A Semana” e substituí-lo requereria não apenas talento à altura mas também, e sobretudo, destaque intelectual para desviar-se da sombra do antecessor. Em crônica de despedida, Machado confessaria:

Se Deus descansou um dia, depois de seis dias de trabalho, força é que eu descanse algum tempo depois de uma obra de anos. Há cerca de cinco anos vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem nenhum propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto.⁷³

Entre 7 de março de 1897 e 1º de novembro de 1908,⁷⁴ Bilac faria da sua nova coluna, que passaria a denominar-se “Crônica”, palanque de suas análises e de seus desabafos. Os mais variados temas foram escrutinados pela pena bilaquiana e, sempre com pitadas de ironia, Bilac contemplaria seus leitores com a apreciação minuciosa e prolongada dos mais díspares aspectos da sociedade carioca e brasileira da época, bem como consolidaria a fama de cidadão empenhado em deslindar os problemas que assolavam sua cidade querida: o Rio de Janeiro — seu principal objeto de exame e, ao mesmo tempo, de adoração — nas sempre extensas colunas que compunha para os domingos na *Gazeta*. Abaixo, segue trecho

⁷² DIMAS, op. cit., p. 38.

⁷³ ASSIS, Machado de. A Semana. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1897. p. 1, 1 col.

⁷⁴ Aparentemente, neste dia se encerra a colaboração de Olavo Bilac para a *Gazeta de Notícias*. Ao consultar o periódico, entre os meses de novembro e de dezembro de 1908, nenhuma outra colaboração de Bilac foi localizada. Em seu último texto não há nenhuma referência ao possível motivo do afastamento definitivo da *Gazeta*.

de crônica que comprova como a *Gazeta de Notícias* foi o palco perfeito para Bilac exaltar seu amor ao Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, maldizer suas “doenças”:

O Rio de Janeiro está, quase sempre, assim... Cidade macambúzia, cidade de dispépticos e de mesentéricos. Sebastianópolis parece estar sempre carregando o luto de uma grande catástrofe. Já alguém notou que o carioca anda sempre olhando para o chão, como quem procura o lugar em que há de cavar a própria sepultura. E quem escreve estas linhas já viu, uma noite, a polícia prender três rapazes que, havendo ceado bem, se recolhiam à casa cantando um coro de uma opereta qualquer. E prendê-los por quê? Porque cantavam... Triste cidade!

Santo Deus! que sejam tristes, soturnas e embezerradas as cidades do extremo norte da Europa, que uma névoa perpétua amortalha, — cousa é que se compreende. A tristeza do céu entristece as almas... Mas que seja melancólica uma cidade como esta, metida no eterno banho da luz do sol, — luz que se desfaz em beijos e sorrisos pelas copas das árvores, pelas fachadas das casas, pelos buracos das ruas, — isso é cousa que não se entende!⁷⁵

Entretanto, não foram apenas as mais de 500 crônicas multitemáticas⁷⁶ que fizeram a fama de opinador de Bilac na *Gazeta de Notícias*. Usando com frequência a máscara do pseudônimo,⁷⁷ o jornalista conquistaria o respeito dos leitores e dos editores da folha até mesmo antes de sua estreia no posto outrora machadiano.

O exercício da sátira — assinada muitas vezes por pseudônimos — foi prática comum e constante nestas primeiras publicações de Olavo Bilac para a *Gazeta*. Em agosto de 1896, o jornal inaugurou, no alto da primeira página, a seção “O Filhote”, cujo conteúdo comportava os versos burlescos e satíricos de Bilac. A *Gazeta* manteria espaço para a verve satírica e fescenina dos versos bilaquianos até o término da coluna em maio de 1897:

A partir de 1896, os poemas satíricos de Bilac e de outros redatores e colaboradores da *Gazeta*, que vinham sendo publicados esporadicamente, passaram a contar com uma seção humorística diária, “O Filhote”, que foi sucedida por “O Engrossa” e “Casa dos Doidos”. Graças ao estímulo

⁷⁵ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 30 jul. 1899. p. 1, 2. col.

⁷⁶ Olavo Bilac, durante sua colaboração fixa e mais prolongada na *Gazeta de Notícias*, permaneceu exatas 560 semanas (entre 7 de março de 1897 e 1º de novembro de 1908) na função de principal cronista dominical. Porém, durante esse mesmo tempo, Bilac se ausentou, por motivos de saúde ou viagens, 14 semanas, período este em que não foram localizadas suas publicações aos domingos. Sendo assim, perfizeram 546 crônicas publicadas durante a estabilidade de Bilac na *Gazeta de Notícias*.

⁷⁷ A carência de pesquisas e de dicionários completos e confiáveis sobre a matéria dificulta em muito a elucidação de grande parte dos pseudônimos usados no jornalismo da época. Como a prática era muito popular no período, são dezenas de nomes sugeridos a cada autor que recorria a essa solução. Apenas para exemplificação, Olavo Bilac tem catalogados mais de 60 nomes como pseudônimos de sua autoria. Citemos B., Bob, Flaminio, Bivar, Asmodeu, Fantasio, Lúcifer, Pulcinello, Pierrô, Puck, O Diabo Coxo; somente para lembrar alguns dos mais significativos. Para maiores detalhes ver: REIS, Antônio Simões dos. *Pseudônimos brasileiros*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941; SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.

proporcionado pelo jornal, a produção satírica do poeta intensificou-se entre 1896 e 1902.⁷⁸

É importante ressaltar que não há interesse em se fazer um estudo pormenorizado da sátira bilaquiana espalhada pelas páginas da *Gazeta de Notícias*. Muito menos objetiva-se deslindar as peculiaridades do gênero tão bem trabalhado por Bilac. Para isso existem duas amplas pesquisas desenvolvidas especificamente sobre o tema e que propõem detalhado panorama do perfil satírico de Bilac bem como demonstram como se prefigurou o manuseio dos mecanismos retóricos e estilísticos pelo poeta-jornalista.⁷⁹

A sátira e o exercício constante dos subterfúgios humorísticos autorizados pelo gênero possibilitaram ao jornalista não apenas a divulgação de seu lado mais divertido como também a prática satírica ofereceu ao público leitor mais um aspecto do trabalho intelectual do incansável poeta. Não mais aquele antigo perfil combativo e furioso dos tempos do governo Floriano Peixoto. A crítica persuasiva mantinha-se na ordem do dia, agora, de forma mais discreta e elegante, como convinha a um membro fundador da ABL, respeitado poeta e elemento de proa na sociedade burguesa letrada.

O perfil da *Gazeta*, liberal e avesso a embates frontais com o poder instituído, não permitiria confrontos venais. No entanto, por meio da sátira e com o apoio de um jornal amplamente respeitado nas camadas leitoras da Capital Federal, a voz crítica de Bilac ainda podia ser bem ouvida. Pela sátira política e social, tendo como principal suporte a *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac poderia assim fazer a “revelação dos engodos, a dessacralização de pessoas e instituições reverenciadas, a desmistificação de valores considerados absolutos”,⁸⁰ sem se comprometer diretamente com o poder instituído. Contudo, a nova prática não deixaria de ferir, sobretudo por meio da pilhéria, aqueles que eventualmente experimentassem a carapuça proposta pela sátira da vez.

Abaixo segue exemplo coeso do trabalho satírico bilaquiano, que revela de modo interessante o empenho do escritor em implantar as melhorias urbanas e sociais por ele desejadas sem deixar de se manifestar criticamente contra o descaso municipal frente às controversas situações cidadinas da ocasião:

⁷⁸ SIMÕES JR., op. cit., p.125-126.

⁷⁹ Sobre a produção satírica de Bilac em periódicos: SIMÕES JR., Alvaro S. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007; Idem. *Bilac em versos menores: estudo crítico e histórico dos versos humorísticos de Olavo Bilac publicados na seção “O Filhote” da Gazeta de Notícias – 02 de agosto de 1896 – 28 de maio de 1897*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 1995.

⁸⁰ Cf. ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére: as Cartas d’ Abax’ o Pigues*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

CLEÓPATRA
(ode Moderna)

I

Aquela egípcia encantadora e bela,
Flor do Nilo Sagrado,
Que foi o encanto de uma Idade, — aquela
Que, aos seus pés prosternado,
Viu o amoroso Antônio,
E do César cruel dormiu nos braços,
— Veio um dia, por artes do Demônio,
Morar na rua do Senhor dos Passos...

II

Já não era a Cleópatra orgulhosa,
Que, no sorrir jocundo
Dos lábios cor de rosa,
Tinha a sorte do mundo.
Já não vivia agora, como d'antes,
Entre escravas solícitas, deitada,
Refrescando com leques de diamantes
A carne perfumada...
Já sobre um toro de ébano luzente,
Ao brando murmúrio
Dos abanos, — olhando a água corrente
Do misterioso rio, —
Toda abrasada da amorosa chama
Que abate as forças e a paixão aviva,
— Não tinha à beira da cheirosa cama
A Charmion cativa...
Já nem mesmo bebia
Pérolas dissolvidas em vinagre...

III

Vestia chitas ralas, e comia
Carne seca e toucinho, arroz e bagre,
A mísera rainha,
De cuja fama antiga me recordo.
Já nem ao menos tinha
O aspecto das madamas de alto bordo.
Já não ia ao teatro,
Não ria, não ceava:
Por três mil réis ou quatro,
Pecava... e repecava.

IV

Ai! Cleópatra linda,
À sombra das pirâmides nascida!
Não tinhas — pobre! — suportado ainda
Todas as amarguras desta vida,
Quando, longe dos braços
Do teu formoso Antônio,
À nossa rua do Senhor dos Passos
Vieste parar, por artes do demônio!

V

Bartolomeu feroz, saneando a rua,
 Já sem teto te deixa,
 — Soltando, sem resposta, à luz da lua,
 A merencória queixa.
 Esta é a causa da tua desventura:
 Bartolomeu, furioso,
 Te quer na rua clássica e segura
 Da polícia... e do gozo...
 — Contenta o delegado!

VI

Rua do Lavradio! — abre os teus braços,
 Abre o teu casto seio sossegado
 À foragida do Senhor dos Passos!

Fantasio⁸¹

Nesta composição, chamada por Bilac de *Ode Moderna*, o poeta exercitou de modo interessante seu papel intelectual. Por meio dos recursos estilísticos a sua disposição e lançando mão de meio de comunicação eficiente para ser ouvido, Olavo Bilac distribuiu farpas afiadas para criticar a situação “insalubre” da Capital Federal e:

[...] comparou uma prostituta carioca, expulsa da rua Senhor dos Passos pela repressão policial, à célebre rainha do Egito, amante de Júlio César e Marco Antônio. A comparação burlesca procurava expor ao ridículo a meretriz, mas a ironia do enunciado atingia até mesmo a autoridade policial.⁸²

Fazendo uso paródico de um dos temas mais caros aos parnasianos, — a Antiguidade Clássica — Bilac, de postura até mesmo autocrítica, lançou mão da ode “Cleópatra” para criticar a situação social do centro carioca e, por consequência, em sua visão, a situação higiênica da Capital Federal.

Este texto foi publicado em maio de 1896, momento em que se iniciava, de modo mais coeso, a escrita satírica do poeta-jornalista, e em momento também que, mesmo ainda não sendo o titular das crônicas domingueiras cujo espaço privilegiado seria usado incansavelmente em nome da defesa do Rio de Janeiro, já aproveitava o espaço aberto por “O Filhote” para divulgar sua insatisfação frente à situação caótica da cidade carioca. Assinado

⁸¹ BILAC, Olavo [Fantasio]. “Cleópatra”. *Gazeta de Notícias*, 5 de maio de 1896. p.1, 6. col. Apud SIMÕES JR, Alvaro S. Cleópatra prostituída ou a evocação histórica a serviço da sátira. In: *Revista de Letras*. n. 27 - Vol. 1/2 - jan/dez. 2005. p.6.

⁸² *Ibidem*, p.5.

por Fantasio, talvez o pseudônimo mais “satírico” de Bilac, esta ode exemplifica com nitidez o empenho do trabalho humorístico bilaquiano.

Sempre no encaço dos problemas urbanísticos que a capital enfrentava, Bilac não media esforços e nem palavras para criticar — quando lhe convinha — a ineficiência e os problemas intrínsecos à cidade. De modo muitas vezes controverso, Bilac não via com bons olhos os descasos da municipalidade, mas, se precisasse, sustentava, em seus escritos, medidas intransigentes e sectárias em prol daquilo que considerava o bem maior: as melhorias urbanas, sanitárias e conseqüentemente sociais advindas destas possíveis arbitrariedades.

Esta ode e, de modo geral, toda a produção jornalístico-satírica de Bilac caminharam por este atalho. Impelido pela indignação, mas sempre com acurado senso estético lapidado em anos de faina parnasiana, Olavo Bilac direcionava toda a sua agressividade para se opor à situação citadina vigente.

Sem ser moralista, mas com o claro intento de guiar a opinião pública, Bilac, recorrendo aos expedientes pertinentes que manuseava com habilidade, fazia da sátira instrumento retórico perfeito para, através do riso, do escárnio a até mesmo da humilhação pela qual fez “sua” Cleópatra moderna passar, admoestar e censurar não apenas a tradicional zona do meretrício carioca, como, de certa forma, achincalhar e chacotear a inépcia do poder policial — e, por conseqüência, dos demais órgãos de gerenciamento municipal.

Se, muitas vezes, o cronista, em sua lide jornalística, foi considerado arbitrário ao defender intransigentemente as reformas urbanas cariocas, o fato é que Bilac não era partidário simplesmente da municipalidade. É bem verdade que a população pobre, por muitos considerada a mancha na paisagem carioca da época, não era foco principal nas preocupações bilaquianas. A cidade, como um organismo coeso, era sua idolatria.

A eloqüência bilaquiana, consistente mecanismo de condução de ideias, autorizava aos seus escritos o papel de afinados aparelhos de convencimento. Com a consciência exata do poder de irrisão que a sátira tem, Bilac, por caminhos indiretos e mantendo o tom alegre típico da ode, contraditoriamente, feria e rebaixava seus personagens não para o simples intento de humilhá-los. O alvo bilaquiano era outro:

Como poeta satírico, Bilac manifestou especial predileção pela ode, que é, segundo definição dele próprio e de Guimarães Passos, “um poema lírico,

em que se exprimem, de modo ardente e vivo, os grandes sentimentos da alma humana”.⁸³

Entretanto, o espírito satírico do poeta subverteu algumas características essenciais da ode. As odes municipal, política, moderna ou clássica assinadas por Fantasio mantiveram o tom alegre e entusiástico típico da forma literária, mas as ações e personagens exaltadas não possuíam a elevação ética ou estética condizente com a celebração poética. A não ser que os leitores da *Gazeta* considerassem dignos de louvor o bacilo-vírgula do cólera, a prostituta da Rua do Senhor dos Passos, a Câmara e o Senado etc. É possível que algum desses temas contasse com a simpatia dos cariocas, mas na maioria absoluta dos casos o caráter irônico da exaltação é evidente. Desse modo, as odes de Fantasio eram paródias da forma poética e sátira das mazelas do Rio de Janeiro.⁸⁴

Por meio do rebaixamento proposto, a ode, estrutura textual clássica e, portanto, perfeita para as ambições bilaquianas, tornava-se veículo coeso para intensificar o valor da crítica e da censura propostas no discurso humorístico e persuasivo de Bilac. Por meio de estruturas requintadas e linguagem risível, a sátira serviu ao seu cultor com perfeição: destilar sua repulsa e desprezo frente a tudo o que se afastava da perfeita cidade sonhada pelo empenhado jornalista. A paixão pela urbe sempre esteve na ordem do dia dos escritos jornalísticos bilaquianos.

Entretanto esta adoração pelo cenário carioca — dilatada, a partir do retiro mineiro, para toda a nação — contribuiu também, possivelmente, para o afastamento de Bilac do jornalismo, em meados de 1908. Não podendo conciliar o árduo trabalho diário das redações⁸⁵ com o roteiro cívico que sonhava percorrer, Bilac abriria mão da notoriedade cotidiana oferecida pelo jornalismo e se lançaria de corpo e alma a civilizar o país e advogar pela nação. Se, como principal baluarte em prol das melhorias cariocas, havia conquistado certo êxito — afinal a cidade realmente, aos seus olhos, tinha melhorado — por que não expandir a civilidade para todo o Brasil? A partir de 1915, Bilac viajaria o Brasil de norte a sul, advogando em favor do alistamento e do serviço militar obrigatório, em nome da defesa das fronteiras de seu país, da luta contra o analfabetismo e da defesa do ensino da língua portuguesa, uma de suas bandeiras mais eloquentes.

⁸³ BILAC, Olavo & PASSOS, Guimarães apud SIMÕES JR., Alvaro S. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. p.133.

⁸⁴ *Ibidem*, p.133-134.

⁸⁵ Durante treze anos, entre 7 de agosto de 1895 e 12 de novembro de 1908, Bilac esteve diariamente nas páginas d’*A Notícia* comentando o dia-a-dia da cidade.

2. LIMA BARRETO: O PERCURSO DO INTELLECTUAL COMBATIVO.

Eu quero ser escritor, porque quero e estou disposto a tomar na vida o lugar que colimei. Queimei os meus navios; deixei tudo, tudo, por essas coisas de letras. Lima Barreto in Feiras e Mafuás.

Se buscarmos reduzir a um traço comum todas as manifestações sobre a arte deixadas por Lima Barreto, cremos poder encontrá-lo na convicção e defesa de seu sentido social. Carlos Erivany Fantinati in O profeta e o escrivão.

Literatura e história caminham, muitas vezes, juntas. Recontar o passado é revivê-lo e reinterpretá-lo, dando-lhe significados novos. Pela Literatura podemos reconhecer um passado histórico pelos olhos de quem o viveu e o interpretou; ainda mais quando se pretende lançar mão de textos que dialogam com a realidade de seu momento, como crônicas, escritos autobiográficos e crítica. Tais textos — testemunhas de seu tempo — carregam em si um pouco do cotidiano de seu período, refletem o espírito do agente histórico que os produziu e podem, assim, deixar transparecer o posicionamento intelectual de seu autor. Os ambientes social, político e literário interagem entre si bem como os diálogos desse sujeito produtor com seu contexto histórico influenciam o desenvolvimento destes citados gêneros literários.

Tais produções trazem uma carga histórica e sociológica significativa. A crônica é ligada profundamente a seu suporte original, traz com ela todo o contexto que a cerca, se responsabilizando por fazer a análise do fato, da notícia, muitas vezes de forma amena, entretanto, responsável; à crônica cabe o papel de abordar o cotidiano e seus acontecimentos e transportá-los ao leitor através das páginas dos jornais. Textos autobiográficos são fragmentos de memória, ou melhor, um resgate do passado pessoal através do exercício da subjetividade. Ao passo que essas reminiscências passam do ambiente privado de quem as produz para a esfera pública, tornam-se também um relato histórico e sociológico de um tempo — universalizam-se. No que tange à crítica — neste contexto, a literária — também se pode afirmar que ela caminha próxima à história de seu tempo, abordando acontecimentos estéticos e ideológicos de seu período, analisando — bem ou mal — o contexto histórico-literário que a permeia.

Particularmente, esses gêneros de texto traduzem muito da personalidade perturbada e crítica de Afonso Henriques de Lima Barreto, mas também dão testemunho, devido à apurada percepção que o autor tinha do momento histórico em que vivia e pela aguda sensibilidade em transpô-lo ao texto criativa e artisticamente, sobre um tempo. Tempo este conturbado.

A epígrafe escolhida para iniciar esta matéria sugere bastante sobre a personalidade ímpar de Lima Barreto. Apesar de muitas vezes citado apenas como síntese do perfil engajado do autor, este trecho, extraído de uma de suas crônicas, representa coerentemente não apenas o papel de intelectual marginalizado que lhe coube em vida, mas também resume um pouco o que representava a literatura e o próprio fazer literário barretiano.

Lima Barreto viveu em período significativo da história nacional. Presenciou a Abolição da escravatura e a Proclamação da República, apesar de ainda ser criança. Acompanhou o apogeu da *Belle Époque* nacional, a chegada das novas tecnologias tais como fotografias, cinematógrafos, aviões, automóveis e os *sky-scrapers*, que julgava abomináveis e responsáveis pela descaracterização da urbe pela modernidade — tema constante na combativa literatura barretiana⁸⁶ — assistiu estarecido o início e também o fim da Primeira Grande Guerra e veio a falecer no emblemático ano de 1922. Deste modo, sua escrita não ficaria livre das influências dos grandes acontecimentos nacionais e estrangeiros, sobretudo aquela literatura publicada nos periódicos da época — principalmente nos jornais e hebdomadários preocupados em denunciar desigualdades e abordar questões sociais tais como *O Malho* ou *A.B.C.*

Sua escrita, muita atenta aos acontecimentos de seu tempo, retratou e também analisou de modo bem particular a história desse momento. Através das crônicas, que publicou especialmente a partir dos primeiros anos do século XX em diversos periódicos, Lima Barreto fez a representação da sociedade daquele tempo, mas fez também a representação da sua memória pessoal. Em muitos destes textos, verdadeiros fragmentos autobiográficos, o autor testemunhava a realidade do Brasil. Sempre atento aos problemas sociais e aos dilemas culturais da época, através destes diversos registros contaminados de memória, Lima protestava contra os arbítrios da Primeira República e fazia o retrato de uma sociedade ainda não completamente formada, de uma nação que buscava a afirmação de sua

⁸⁶ RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 vv. p.19.

identidade própria, de uma cidade, o Rio de Janeiro, mestiça e cindida entre centro e periferia.

Assim como os escritos memorialísticos, os textos publicados no periodismo nas primeiras décadas do século XX serviam-lhe como sua válvula de escape. O escritor, estigmatizado pela cor e pelo vício alcoólico, por meio do jornalismo — que, na realidade, não lhe abria portas, mas frestas — e através de textos de crítica e dos escritos de memória que deixou na sua biblioteca pessoal, tornava pública não somente a memória de um tempo, mas certo ressentimento pessoal. Em textos ferozes e, muitas vezes, oscilando entre a censura e o desabafo, Lima traçou o painel crítico de uma sociedade em transformação, de um povo que se queria civilizado, de um país recentemente republicano que se queria ver como nação e, principalmente, de uma literatura que se queria superior, contudo ainda mostrava-se intransigente e passadista, e assim, “diante da impossibilidade de atuação decisiva nos esquemas de articulação que sustentavam a vida social, Lima Barreto [fez] da sua arte instrumento de contestação”.⁸⁷

De modo geral, Lima Barreto compreendeu, como homem do seu tempo, a difícil missão do intelectual. Num país de analfabetos, a importância da leitura e da interpretação da realidade, feitas por meio dos textos literários e jornalísticos e da organização de uma linguagem livre, tinha seu fim, na verdade, na conscientização sobre a realidade social.

O pensador Edward Said considera o intelectual como marginal.⁸⁸ A figura do exilado, ou melhor, do *outsider*, representaria adequadamente o papel social exercido pelo verdadeiro intelectual atuante: aquele que se mantém afastado dos círculos sociais dominantes, isto é, fora das esferas do poder estabelecido, para assim melhor entendê-los e, conseqüentemente, combatê-los.

Lima Barreto, isolado socialmente pelos estigmas da cor, da boêmia e da embriaguez, desempenhou perfeitamente a função intelectual ao espalhar, por meio de seus instrumentos retóricos e literários, através da imprensa carioca simpática a sua escrita — seu campo de atuação mais eficaz e popular — e também através do seu *Diário Íntimo*, críticas e deboches ácidos àqueles que acreditava terem direito a sua atenção.

⁸⁷ FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p.57.

⁸⁸ Cf. SAID, Edward. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

Para o intelectual que via na literatura uma trincheira militante e não contemplativa, nada passou impune por sua pena incansável. Sempre escreveu vorazmente, isto é, quando as inconstâncias psiquiátricas permitiam, e sempre criticou aquilo ou aquele que acreditava merecer. Os ataques irônicos, sempre em sobreposição aos amáveis “confetes” públicos tão em voga na época, não pouparam a Academia Brasileira de Letras e seus imortais, notadamente Coelho Neto e o “coelhonetismo”, as políticas nacional e municipal, o estado democrático de direito, a vida literária carioca, mas principalmente o descaso com sua cidade e arrabaldes. O Rio de Janeiro e seus desajustes urbanos e sociais foram motes e constante preocupação das críticas públicas barretianas.

Pela imprensa do início do século XX, Lima Barreto, por meio de linguagem que fugia dos padrões cultos dos “mandarins literários”, deu voz aos excluídos: aos pobres dos subúrbios cariocas e aos marginalizados de toda espécie.

A imprensa, muitas vezes a marginal e de viés humorístico, foi seu observatório e foi também palco para se fazer ouvir. Sendo assim, opta-se por traçar o perfil intelectual de Lima Barreto, neste capítulo, a partir de algumas crônicas, espalhadas em jornais cariocas, como também através dos escritos autobiográficos presentes no *Diário Íntimo* e das críticas literárias que compõem as *Impressões de leitura*. Por estes canais de comunicação, Lima, de certa maneira, abriu à foice seu caminho intelectual e militante.⁸⁹ Acredita-se que tanto seus escritos biográficos e jornalísticos quanto sua produção crítica retratem de modo satisfatório o engajamento barretiano e revelem de modo interessante a trajetória intelectual de aguda sensibilidade e senso histórico de Lima Barreto.

Com “lucidez visionária”⁹⁰ e sensibilidade literária, Lima Barreto fez de seu projeto literário ferramenta de atuação pública. Ao contrário dos “brindes de sobremesa”⁹¹ que contaminavam a literatura proeminente do período, Lima almejou, com sua escrita, a solidariedade entre os homens; através de sua literatura, desejou entender as mazelas do país.

⁸⁹ O termo “militante” foi muito utilizado por Lima Barreto. Nas críticas literárias e culturais que compõem o volume *Impressões de leitura* esse termo aparece diversas vezes, como no trecho a seguir: “O termo ‘militante’ de que tenho usado e abusado, não foi pela primeira vez empregado por mim. O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que nas *Prosas Bárbaras...*” In: BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.73.

⁹⁰ A ideia de “lucidez visionária” na literatura barretiana é o fio condutor da pesquisa de Nicolau Sevcenko. In: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁹¹ BARRETO, Lima. *Histrião ou literato?* In: Idem. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. vol.1. p.318.

A) DIÁRIO ÍNTIMO: A IMPORTÂNCIA DO VIÉS AUTOBIOGRÁFICO NA ESCRITA BARRETIANA.

Crítico convicto do regime instaurado em 1889, uma das marcas das produções de Lima Barreto era a condenação constante à República, que julgava, a despeito dos discursos produzidos pelas fileiras do novo regime, pouco democrática. Enquanto as elites intelectuais abastadas defendiam a República — regime amplamente burguês — como a verdadeira afirmação da identidade brasileira e passaporte para a formação de um Brasil moderno, Lima enxergava na consolidação republicana a intensificação da segregação e exclusão social, tão sentidas por ele, e a ampliação da marginalização daqueles que nunca tirariam proveito da proclamação: a baixa classe média e o operariado. Em crônica publicada originalmente no *Correio da Noite*, em janeiro de 1915, Lima, entre o desabafo e a crítica, expressou sua clara opinião sobre a República tupiniquim:

Sempre fui contra a república.

[...]

Sem ser monarquista, não amo a república.

[...]

O nosso régimen atual é da mais brutal plutocracia, da mais intensa adulação aos elementos estranhos, aos capitalistas internacionais, aos agentes de negócios, aos charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha.

[...]

Eu, há mais de vinte anos, vi a implantação do régimen. Vi-a com o desgosto e creio que tive razão.⁹²

Testemunha da avalanche modernizadora que impunha ao Rio de Janeiro uma metrópole inadequada, a escrita barretiana refletia, com carga nostálgica explícita como fica evidente no excerto acima, sobre as distorções sociais ocasionadas pelo novo regime republicano que, do seu ponto de vista, era responsável pelo modelo autoritário e excludente do cosmopolitismo hierarquizante e pela intensificação da segregação social. No entanto, este criticado presente republicano era geralmente contraposto a uma idealização forjada do passado monarquista.

A ojeriza republicana de Lima Barreto era explicada, não por meio de apologias laudatórias à nostálgica monarquia, mas, sobretudo, pela certeza de que as classes emergentes do novo regime não portariam o sentimento essencial ao homem, a solidariedade. Nem monarquista, tampouco republicano, Lima apenas via na mudança de regime a intensificação dos contrastes sociais, evidente na desfiguração da fisionomia urbana da cidade carioca.

⁹² Idem. O momento. In: *Ibidem*, p.174.

Apesar de a citada crônica ser de 1915, momento em que Lima já encontrara um “porto seguro” nas páginas da revista *Careta*, a intensa colaboração de Lima Barreto no periodismo carioca começou bem mais cedo, ainda quando o autor tentava terminar em vão seus estudos na Politécnica. Em 1897, Lima fez os exames de Desenho Geométrico Elementar, espécie de vestibular para ingresso na Escola Politécnica. A partir de abril daquele ano, passaria a frequentar o primeiro ano do curso geral da escola de Engenharia, no Rio de Janeiro. Neste período, já é possível perceber a verve satírica e irônica de Lima — futuramente marca indissociável de suas produções jornalísticas — através da publicação de críticas à vida acadêmica em jornais universitários, como n’*A lanterna*.⁹³

Desta fase estudantil também resultaram as primeiras manifestações autobiográficas que, posteriormente, acompanharão grande parte da produção barretiana. De acordo com Beatriz Resende:

Enquanto não tinha acesso de forma mais profissional à imprensa, registrava em seu *Diário Íntimo* as primeiras impressões que lhe causavam os acontecimentos políticos, como a Revolta da Vacina, em 1904, e praticando já um formato adequado à crônica anotava suas visões da cidade que o fascina e que será a maior paixão de sua vida: o Rio de Janeiro.⁹⁴

Consciente da responsabilidade do ofício de escritor, mesmo sem ter amplo acesso aos canais viáveis de comunicação, Lima Barreto, por meio do *Diário Íntimo*, não ia apenas exercitando sua escrita empenhada, mas, assim como um dever social, rememorava em seu diário pessoal as crises mais sintomáticas da falsa democracia instaurada nos anos iniciais da República brasileira e as consequências sociais da “Regeneração” carioca, como a Revolta da Vacina:

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava. O governo diz que os oposicionistas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente. Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defendê-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar.
[...]

⁹³ Neste periódico, Lima Barreto normalmente optava pela assinatura dos seguintes pseudônimos: Alfa Z ou Momento de Inércia, fazendo alusão aos símbolos matemáticos frequentes nos estudos politécnicos.

⁹⁴ RESENDE, op. cit., p.9.

Profecia. Dos militares mais ou menos envolvidos nas mazorcas, nenhum sofrerá pena; dos civis, alguns se suicidarão na prisão.⁹⁵

Através das anotações no *Diário Íntimo*⁹⁶ Lima começou a lapidar sua marca registrada: a linguagem inovadora, sem subterfúgios eruditos, clara, direta e próxima ao falar cotidiano; no entanto, já ácida, que seria usada sempre em favor da defesa de sua urbe querida e da população subjugada pela avalanche modernizadora. E é também pelo *Diário* que se ressaltam os rancores pessoais que marcarão toda a vida e obra do escritor e, de certo modo, também inspirarão a escrita do cronista:

Dolorosa a vida minha! Empreguei-me e há três meses que vou exercendo as minhas funções. A minha casa ainda é aquela dolorosa geena pra minh' alma. É um enorme mosaico tétrico de dor e de tolice.⁹⁷

Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre. Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que se modificará o nome: estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.⁹⁸

Último dia do mês em que, com certa regularidade, venho tomando notas diárias da minha vida, que a quero grande, nobre, plena de força e de elevação. É um modo do meu “bovarismo” que, para realizá-lo, sobra-me a crítica, e tenho alguma energia. Levá-la-ei ao fim, movido por esse ideal interessado e, se as circunstâncias exteriores não me forem adversas, tenho em mim que cumprir-me-ei.⁹⁹

Tal material é de grande relevância sob dois aspectos. Em primeiro plano, é possível notar, através desses recortes costurados por Lima, fragmentos de sua vida íntima — seu propalado “bovarismo”¹⁰⁰ — e o exercício de sua escrita. Por outro lado, ainda vociferando contra as arbitrariedades do governo no episódio da vacina antivariólica, são notórios os primeiros posicionamentos críticos barretianos sobre a sociedade e as

⁹⁵ BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p.47-48.

⁹⁶ O título *Diário Íntimo* foi dado por Francisco de Assis Barbosa, principal biógrafo de Lima Barreto. FAB recolheu essas anotações, dispersas em cadernos e folhas soltas deixadas pelo escritor. Publicou, parcialmente, esses recortes deixados por Lima Barreto juntamente com os outros 16 volumes que formam as *Obras Completas de Lima Barreto* publicadas pela Editora Brasiliense em 1956. Os escritos originais permanecem atualmente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

⁹⁷ *Ibidem*, p.41.

⁹⁸ *Ibidem*, p.47.

⁹⁹ *Ibidem*, p.96.

¹⁰⁰ É o próprio Lima Barreto quem explica, no *Diário Íntimo*, o termo flaubertiano tantas vezes usado por ele: “O bovarismo é o poder partilhado no homem de se conceber outro que não é”. Cf. *Ibidem*, p.93-94.

transformações da cidade. Mesmo altamente contaminados pelo subjetivismo próprio dos registros pessoais, através destes retalhos, é evidente a presença do homem engajado que testemunhou, ao seu tempo, as dificuldades e a realidade de uma parcela da sociedade subjugada pelo cenário carioca moderno. Em outras palavras, Lima censurava a irracionalidade perpetrada pelo desejo de modernidade das elites.

Esses primeiros lampejos militantes de Lima trabalhados no *Diário Íntimo* são indícios de como a sua vida pessoal iria interferir em grande parte de sua produção literária, tanto nos romances, como nas crônicas, nas críticas, nos escritos políticos, nos contos. Ainda em 1903, nos anos intermitentes de atividade jornalística,¹⁰¹ Lima Barreto já ambicionava granjear os louros da fama literária que pessoalmente cobiçava:

Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a *História da Escravidão Negra no Brasil* e sua influência na nossa nacionalidade.¹⁰²

Mesmo em janeiro de 1905, Lima acreditava ainda ser possível fazer da mestiçagem e da negritude tão evidentes no Brasil o norte de sua carreira como escritor:

Veio-me à ideia, ou antes, registro aqui uma ideia que me está perseguindo. Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial e maior sopro de epopeia. Animará um drama sombrio, trágico e misterioso, como os do tempo da escravidão. Como exija pesquisa variada de impressões e eu queira que esse livro seja, se eu puder ter uma, a minha obra-prima, adia-lo-ei para mais tarde. Temo muito pôr em papel impresso a minha literatura. Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira — pudera! — a gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que não sei se poderei me pôr acima delas. Enfim — “*une grande vie est une pensée de la jeunesse réalisé par l’âge mûr*”, mas até lá, meu Deus!, que de amarguras!, que de decepções!
Ah! Se eu alcanço realizar essa ideia, que glória também! Enorme, extraordinária e — quem sabe? — uma fama europeia. Dirão que é o negrismo, que é um novo indianismo, e a proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor; e eu, pobre, sem fortes auxílios, com fracas amizades, como poderei viver perseguido, amargurado, debicado?

¹⁰¹ A estreia de Lima Barreto no periodismo carioca foi em agosto de 1902, n’*A lanterna*. Neste mesmo ano, em colaboração com Bastos Tigre, editaria um jornal de curta duração: *A Quinzena Alegre*. Em 1903, colaboraria n’*O Diabo* e no *Tagarela*, ambos periódicos de vida efêmera. A partir de 1905, com a rápida colaboração para o *Correio da Manhã*, jornal de grande circulação, é que se convencionou afirmar o início mais sistemático da colaboração barretiana para o periodismo carioca.

¹⁰² BARRETO, op. cit., p.33.

Mas... e a glória e o imenso serviço que prestarei a minha gente e a parte da raça a que pertenço. Tentarei e seguirei avante. “*Alea jacta est*”. Se eu conseguir ler esta nota, daqui a vinte anos, satisfeito, terei orgulho de viver!¹⁰³

Entretanto, o desejo de escrever uma espécie de *Germinal* negro nunca passaria de um sonho utópico; o peso do sangue mulato, em sua acepção, teria dificultado seus altos voos. Lima Barreto, embora mulato, nasceu livre, em 1881. Porém, ainda sob o peso de uma nação escravocrata e que ainda, após muitos anos de abolição, guardaria na memória e principalmente nas atitudes o deletério ranço escravagista. Quando foi assistir à saída de uma força naval estrangeira no porto, em 1908 — vinte anos após a Abolição — mais uma vez, o preconceito racial indisfarçado perturbou-lhe os brios:

Quarta-feira última, chegando à secretaria, deram-me um convite para assistir à saída da esquadra de bordo de um navio do Lloyd. Fui, depois de hesitar muito.

Fui a bordo ver a esquadra partir. Multidão. Contato pleno com meninas aristocráticas. Na prancha, ao embarcar, a ninguém pediam convite; mas a mim pediram. Aborreci-me. Encontrei Juca Floresta. Fiquei tomando cerveja na barca e saltei.

É triste não ser branco.¹⁰⁴

Muitos estudiosos comentam sobre a presença da questão étnica na temática barretiana. Assim como a vivência no subúrbio, o convívio com a demência paterna, a orfandade e o alcoolismo foram índices importantes em sua produção literária, a crítica especializada acusa a negritude do escritor como um dos fatores que fizeram Lima não se adaptar à sociedade da época e, principalmente, traduzir, por meio de seu projeto literário, as dificuldades inerentes ao negro e ao pobre brasileiro. O próprio Lima, mais uma vez em seu *Diário*, contradiz o posicionamento estanque da crítica. Além de observar o interesse simplesmente artístico pelas classes desfavorecidas e rejeitadas, fez outra ressalva significativa:

Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo, que, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não têm por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente.¹⁰⁵

¹⁰³ Ibidem, p.84.

¹⁰⁴ Ibidem, p.130.

¹⁰⁵ Ibidem, p.76.

Apesar das palavras um tanto arrogantes do autor, seria descaso não atentar para o fato de que é evidente como a etnia e a história pessoal e familiar de Lima Barreto influenciaram sua escrita. A questão da cor, da falta de um sobrenome tradicional e, futuramente, os problemas causados pelo excesso do álcool iriam transparecer constantemente em sua produção e afetá-lo pessoalmente.

A negritude e, posteriormente, a perda da própria identidade ao ver-se diversas vezes internado em hospitais psiquiátricos balizaram, segundo Gregory Rabassa, o conhecido viés biográfico, pessimista e crítico da obra de Lima Barreto. Tais experiências pessoais teriam contribuído de forma marcante para o desenvolvimento do projeto literário barretiano, mas não o engessado:

O fato de ser mulato e de escrever sobre suas próprias experiências tristes garantiu a Lima Barreto uma posição ímpar entre os escritores que falaram da vida do negro no Brasil

[...]

Além de suas origens raciais, deve-se também levar em conta o ambiente de sua infância. Seu pai, empregado de um sanatório, terminou sua vida como indigente, terrível ironia que bastante impressionou o filho.¹⁰⁶

O álcool, seu amigo mais fiel e principal causador dos males que assombrarão toda a existência barretiana, seria tema constante nos desabafos do *Diário Íntimo*. Quase no fim da vida, em 1917, Lima, consciente do vício e da prisão causada pelo alcoolismo, desabafaria:

De há muito sabia que não podia beber cachaça. Ela me abala, combale, abate todo o organismo, desde os intestinos até a enervação. Já tenho sofrido muito com a teimosia de bebê-la. Preciso deixá-la inteiramente.¹⁰⁷

Mulato e órfão de mãe aos sete anos, o escritor viu o pai enlouquecer ainda quando jovem, em 1902, como já se comentou. Como filho mais velho entre outros três irmãos, tratou de tornar-se o chefe da família. O sonho de João Henriques — pai de Lima — de o ver formado e com canudo de doutor virou quimera quando Lima abandonou no último ano o curso de engenharia na Politécnica, ao ser inúmeras vezes reprovado na cadeira de Mecânica. O estigma da cor e da origem suburbana sempre estava a pesar-lhe sobre os ombros:

¹⁰⁶ RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p.399.

¹⁰⁷ BARRETO, op. cit., p.192-193.

A sociedade brasileira do início do século, porém, racista e preconceituosa, em um país que somente aboliu a escravidão quando nosso autor já tinha sete anos, não estava disposta a permitir que aquele mulato, neto de escravos, tivesse acesso à elite intelectual, formando-se engenheiro em uma das mais prestigiadas escolas do país.¹⁰⁸

É até irônico, mas representativo, lembrar a data de nascimento do escritor: 13 de maio. Lima, acuado por seus contemporâneos por seus dilemas e estigmas pessoais, em crônica comemorativa do aniversário da abolição revelou toda a sua crítica e certa mágoa pessoal:

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.
[...]
Havia uma imensa multidão ansiosa... Afinal a lei foi assinada...
[...]
Jamais, na minha vida, vi tanta alegria.¹⁰⁹

Nota-se, neste fragmento, o claro uso da escrita da memória. Lima lançou mão de sua história de vida para lembrar um aspecto importante da sociedade não somente carioca como brasileira. Entretanto, a crônica de 4 de maio de 1911, publicada originalmente na *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, não ficou restrita às reminiscências do autor:

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos.¹¹⁰

A escrita autobiográfica foi recurso retórico eficiente para Lima Barreto. Nesta última passagem já se percebe que a crônica deixou de ser mero exercício de lembrança infantil do autor e passou a ser uma crítica clara aos horrores da escravidão havia tão pouco extinta. Nota-se um movimento crescente na fala barretiana, seu discurso passa da simples rememoração para o julgamento severo do episódio. E a crônica vai além:

Quando fui para o colégio [...], a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria do ambiente nos tinha tomado.

¹⁰⁸ RESENDE, op. cit., p.10.

¹⁰⁹ BARRETO, Lima. Maio. In: Idem. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. vol.1. p.77.

¹¹⁰ Ibidem, loc. cit.

A professora [...], uma senhora muito inteligente [...], creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! Livre!

Julgava que podíamos fazer tudo que quiséssemos...

[...]

Mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!¹¹¹

Para concluir o assunto, Lima, junto à lembrança pueril, combinou crítica social contra a falsa liberdade aos negros — que após a Abolição deixaram de ser cativos, entretanto, encorporaram o grupo de desempregados do país, que crescia vertiginosamente no período — e denunciou, ainda que sutilmente, as redes burocráticas e sociais que amarravam e amordaçavam as camadas menos favorecidas da época.

Este texto é muito representativo da literatura barretiana. Por meio de sua ideologia, de sua escrita militante, de sua voz de denúncia, e através da sua linguagem simples, porém inovadora — recurso que o tornou marco de uma época — Lima Barreto, ofendido pelo desprezo dispensado a ele pelos seus pares, trabalhou em prol dos necessitados, usando sua imagem pública. O autor aliou escrita e engajamento para tentar dar voz aos excluídos, tais como ele próprio. A sua história pessoal — assinalada pela exclusão social, pela inadaptação aos padrões literários, econômicos, políticos e sociais da época — e sua cor e o alcoolismo foram armas potentes de combate.

Entretanto, é importante insistir na temerária inclinação de muitos críticos em delimitar a produção de Lima Barreto simplesmente pelo prisma do preconceito racial ou pelas marcas subjetivas dispersas em seus escritos. É fato que a literatura barretiana, tanto a editada nas *Obras Completas* quanto aquela dispersa em periódicos, está impregnada de passagens autobiográficas, marcas íntimas e até mesmo alteregos facilmente identificáveis entre seus personagens e protagonistas mais marcantes — como se nota na crítica publicada sobre a obra *Isaías Caminha*, o mais óbvio deles, por exemplo. Contudo, por mais que se saiba como sua história de vida influenciou na sua escritura e como esta escrita, aliada às passagens marcantes de sua biografia, colaborou para a configuração de seu empenho intelectual, simplesmente atrelar o conjunto da obra ao aspecto psicológico e biográfico é produzir uma visão rasa e simplista do autor que colocou sua escrita a serviço da observação das mazelas humanas.

¹¹¹ *Ibidem*, loc. cit.

Se o papel que cabia ao negro e ao pobre naquela sociedade, até há pouco escravocrata, foi tema constante na escrita literária de Lima Barreto, assim como outros aspectos de sua vida pessoal, estes não podem ser representativos da essência do projeto literário barretiano, pois nunca foram pontos basilares em sua obra.

Ao observar a sociedade, o escritor dos pobres e dos excluídos não se restringia a fazer um paralelo com sua saga particular. Transcender sua experiência individual e alcançar os problemas gerais do povo brasileiro oprimido pela falsa igualdade republicana é o trajeto ideológico mais adequado de se delinear sobre Lima e seu projeto literário.

Destarte, ao abandonar definitivamente o curso superior e tendo de ingressar, por concurso, em 1903 no serviço público — como amanuense da Secretária de Guerra — Lima fez disso também mote constante de suas crônicas. Assim, se a sociedade carioca privava o acesso ao diploma acadêmico e, conseqüentemente, à *intelligentsia* da época de um pobre e suburbano, o jornalismo crítico ganhava um novo autodidata. Luciana Hidalgo, em estudo sobre a loucura na obra barretiana, faz um interessante paralelo entre a individualidade intelectual do autor e a de seus personagens. Assim como suas criações, Lima Barreto nunca se enquadraria no papel do clássico intelectual convencional da *Belle Époque*:

Uma das renitentes preocupações de Lima Barreto, expressa no conjunto da obra, consistiu no questionamento do papel do intelectual no Brasil, levantando a possibilidade de existência de uma intelectualidade situada num universo independente em relação à *intelligentsia* dominante. Os principais romances de sua autoria [...] focam intelectuais que, cada qual em sua individualidade, eram frequentemente autodidas, dedicados a uma crítica do país e do mundo, realizada com explícita autonomia. Mal assimilados pelo sistema vigente das letras, acabavam condenados ao anonimato...¹¹²

Não obstante, o baixo salário do funcionalismo público também conspiraria para que Lima encontrasse em algumas publicações periódicas — aptas a acolherem seus textos — não somente o sustento digno para a família que assumiu assim como um meio de alcançar os leitores. Como foi negado a Lima Barreto o ingresso ao topo da pirâmide social da época por meio da conquista do título de engenheiro, a repulsa pelos “doutores”, aqueles

¹¹² HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Anablume, 2008. p.127.

que através do diploma conquistavam *status*, poder e prestígio social, tornar-se-ia tema muito próprio do seu cotidiano:

Os exames, os doutores, bacharéis, os médicos, toda essa nobreza doutoral que nos domina e apoia os negociastas, é o maior flagelo desta terra que os utopistas querem seja o paraíso terrestre.¹¹³

Essa birra do “doutor” não é só minha, mas poucos têm a coragem de manifestá-la.¹¹⁴

Nesses excertos percebe-se não somente a escrita combativa de Lima frente ao que ele denominava “donos da vida”, ou seja, aqueles que pelo dinheiro ou mesmo pela tradição familiar construíam reputação intelectual e posição social sem realmente merecê-las, como também, contraditoriamente, certa mágoa por não fazer parte do seletivo grupo. Contudo, é clara também a dor de alguém que não conquistou o diploma por perseguição pessoal e preconceituosa. A caça aos “doutores”, à intelectualidade forjada da época, seria sempre um dos alvos barretianos.

Outra questão pessoal que influenciaria a escrita corrosiva de Lima foi a importância dispensada aos apadrinhamentos políticos na escalada intelectual e social. Por ser amigo de seu pai, o senador Afonso Celso de Assis Figueiredo — o Visconde de Ouro Preto — apadrinhou Lima ao nascer e, em homenagem ao protetor aristocrata, Lima recebeu o mesmo prenome. Porém, o contato com o padrinho nunca se estendeu além de uma breve visita de cerimônia na infância. Deste modo, a figura do protetor passou a repugná-lo, como se pode notar em mais um desabafo no seu *Diário Íntimo*: “Os protetores são os piores tiranos”.¹¹⁵ E, repetidas vezes, ao comentar seu ingresso no serviço público, Lima frisaria que este se dera exclusivamente por concurso, sem a influência de padrinhos, protetores, ou melhor, de “donos da vida”, como a eles preferia se referir.

Assim, por meio de crônicas, de escritos autobiográficos e de crítica ao momento político e social carioca, Lima Barreto transformou a sua amargura, através da linguagem, em denúncia da arbitrariedade de um sistema político e principalmente literário que marginalizava e excluía aqueles que não condiziam com o modelo burguês que dominava o fim da *Belle Époque* nacional. A linguagem, instrumento de denúncia e de revelação, foi a principal ferramenta de combate empunhada por Lima. De denúncia,

¹¹³ BARRETO, Lima. Os exames. In: Idem. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. vol.1. p.176.

¹¹⁴ Idem. A superstição do doutor. In: *Ibidem*, p.344.

¹¹⁵ Idem. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p.34.

enquanto sua produção desnudava e acusava os desmandos daqueles que detinham o poder. De revelação, enquanto se propunha a mostrar para *os que não sabiam*, embora sentissem os mecanismos de que se serviam os “donos do poder” para nele se manter.¹¹⁶

A partir destes textos, serão eleitas algumas crônicas que mostram o perfil engajado de Lima bem como a crítica literária produzida por ele, cujo conteúdo denota a importância da literatura para o escritor como ferramenta de luta e de ação. Lima usaria, portanto, problemas pessoais, histórias íntimas e o ingresso na imprensa para lutar ao lado daqueles que não tinham voz.

B) LIMA BARRETO, JORNALISTA: AS INSTÂNCIAS CONSAGRADORAS E SUAS *IMPRESSÕES DE LEITURA*.¹¹⁷

Com plena consciência do fazer literário, partícipe militante e preocupado em tornar públicas, por meio da sua literatura, as questões políticas e sociais que afligiam o país e, principalmente, o Rio de Janeiro, Lima Barreto se pôs inteiramente à disposição de uma literatura de inconformismo. Assim comenta M. Zilda Ferreira Cury:

Ainda que Lima Barreto não tenha tido grande repercussão entre as camadas populares de sua época, uma vez que a essa era vetado o acesso à literatura, foi um escritor importante para a sua expressão.¹¹⁸

Sem jamais perder o estilo crítico e aceitando o estereótipo de *escritor maldito*,¹¹⁹ Lima, por meio dos romances, escritos autobiográficos, crônicas e críticas e de uma linguagem direta, fluente e inquisitiva que chocava os mandarins literários da época — os detentores do poder cultural instituído — deu voz às ruas, aos excluídos desse campo intelectual opressor. Corrobora a afirmação M. Cavalcanti Proença, em prefácio à obra *Impressões de leitura*, volume das *Obras Completas* de Lima Barreto:

[Lima Barreto] Escreveu numa fase de efervescência gramatical, em que a linguagem se espantava nos moldes da lógica formal, sem variantes de

¹¹⁶ Cf. CURY, M. Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981. p.193.

¹¹⁷ Francisco de Assis Barbosa não escolheu aleatoriamente o título para o volume XIII das *Obras Completas* de Lima Barreto. *Impressões de leitura* compunham uma série de comentários sobre autores e obras encetados pelo próprio Lima Barreto no periódico *A..B.C.*

¹¹⁸ CURY, op. cit., p.21.

¹¹⁹ FANTINATI, Carlos Erivany. *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: ILPHAHUCITEC, 1978. p.42.

expressão, tudo se bifurcando no certo e no errado. Haveria, pois, de apresentar-se como escritor incorreto, na opinião dos contemporâneos.¹²⁰

A imagem de escritor marginal, incorreto e estigmatizado pelo alcoolismo, e, principalmente, pela linguagem irreverente acabou por se tornar o escudo de Lima. Através da exclusão social que lhe foi imposta pela elite burguesa intelectual do período, Lima Barreto optou pela libertação dos moldes literários tradicionais, aceitou a liberdade pela linguagem esteticamente revolucionária para os padrões validados da época; de figura estranha e *outsider* em uma literatura que se propunha ser o sorriso da sociedade optou pelo enfrentamento social. Usou os jornais e as revistas que lhe davam acesso para dizer “toda a verdade aos poderosos (a sua verdade, pelo menos)”¹²¹ e, com “o velho hábito de fazer memórias”¹²² por meio da literatura, Lima atuou como o verdadeiro intelectual, contestando o sistema vigente:

Para um artista militante, sua função não é exclusivamente produzir uma obra de arte esteticamente válida, mas, e, sobretudo, realizar uma obra que contenha um sentido revolucionário do ponto de vista social.¹²³

Através de algumas passagens marcantes de *Impressões de leitura*, coletânea que muito mais do que expor as apreciações críticas e os comentários pessoais de Lima Barreto acerca dos lançamentos editoriais da época, nota-se, em sua essência, o papel social do homem de letras. Percebe-se na análise do texto, também, o julgamento do fenômeno artístico por meio da linguagem informal e espontânea de Lima.

Entretanto, mais do que pelas críticas e elogios de autores e obras de ocasião, o volume *Impressões de leitura* é sintomático no que tange ao desejo de Lima de debater as questões culturais e literárias da época como ainda, como se observa, entender a postura consciente do artista verdadeiramente militante. Opondo-se à arte pela arte, revoltado frente às “chinesices” e às “torres de marfim” de sua época, as *Impressões de leitura* serviram-lhe como um diário empenhado do fazer literário. Para Lima, a função da arte, muito mais do que aprazer pelo belo, era sugerir uma forte ligação entre os homens:

¹²⁰ PROENÇA, M. Cavalcanti. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.10.

¹²¹ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p.329.

¹²² Ibidem, p.347.

¹²³ FANTINATI, op. cit., p..3.

A Arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre portanto, para o seu acréscimo de inteligência e felicidade.¹²⁴

Levando ao limite a máxima que propunha não serem as artes em geral, e especificamente a literária, simples e raso conhecimento da beleza estética e da lapidação da forma, Lima Barreto — leitor de Eça, Flaubert, Taine, Dostoiévsky, Balzac — via a perfeição da obra de arte literária na sua possibilidade de ser transformadora de sentimentos. Para Lima, em outras palavras, a beleza da obra não estava circunscrita a sua forma, como ainda defendiam os helenistas, nem tampouco na harmonia plástica do conjunto literário.

Sem menosprezar totalmente a exterioridade da obra, para o autor, a substância intrínseca ao texto, seu conteúdo não contemplativo, era a essência do fenômeno literário. Na conferência “O destino da literatura”, Lima traçaria um verdadeiro credo em nome da utilização consciente da literatura, amparado no escopo sociológico:

Em que pode a Literatura, ou a Arte contribuir para a felicidade de um povo, de uma nação, da humanidade, enfim?
Tais perguntas, meus senhores e senhoras, constituem em súpula o resumo do problema da importância e do destino da Literatura que se contém no da Arte em geral.¹²⁵

Lima Barreto atribuiu à arte o *status* de instrumento de militância. Nas palavras do próprio autor: “... a arte tem como destino revelar umas almas às outras, restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens”.¹²⁶

Nestas *Impressões de leitura* — espécie de manual literário barretiano — através de textos como “O destino da literatura”¹²⁷ e “Literatura militante”, um inventário crítico foi proposto por Lima, no qual o escritor elencaria, com paixão e com empenho, os propósitos da verdadeira literatura — a arte como fenômeno social que não se resume ao simples encanto plástico:

¹²⁴ BARRETO, Lima. O destino da Literatura. In: Idem. *Impressões de leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.67.

¹²⁵ Ibidem, p.55-56.

¹²⁶ Ibidem, p.72.

¹²⁷ Em abril de 1921, Lima Barreto viajou a Mirassol, cidade do interior de São Paulo, a convite de Ranulfo Prata. Na ocasião, o autor deveria proferir a citada conferência na cidade de Rio Preto, próxima a Mirassol. Entretanto, Lima, inseguro sobre como encarar uma plateia pela primeira vez, refugiou-se no álcool. Infelizmente, sem condições físicas e morais para cumprir seu dever, a palestra “O destino da literatura” somente viria a público, entre os meses de outubro e novembro do mesmo ano, na *Revista Sousa Cruz*.

Sendo assim, a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida.¹²⁸

Nestes escritos críticos de Lima Barreto, observa-se perfeitamente seu ideário social de se fazer da arte — principalmente da literatura — não somente um veículo de exteriorização do belo, mas, fundamentalmente, forma de se externar um pensamento de interesse humano.

Entretanto, em uma época em que o acesso à literatura era para poucos e que publicar livros ainda era uma utopia em um país com minoria letrada, o jornalismo literário ainda era uma das poucas maneiras do escritor tornar públicos seus registros. Tal postura aguerrida, beirando o sentimento de revolta frente a uma literatura ainda muito compromissada com os ideais de arte pura, dificultou sobremaneira o posicionamento social de Lima Barreto na grande imprensa. Não obstante, o autor, apesar das posições militantes que defendeu durante toda a sua carreira, inicialmente buscou tal caminho, chegando a publicar, em 1905, no afamado *Correio da Manhã*:

É no *Correio da Manhã*, o mais importante diário carioca da primeira República, que escreve de forma mais profissional pela primeira vez. A propósito das obras de escavações no Morro do Castelo, redige uma série de reportagens que são publicadas, sem assinatura, de abril a junho de 1905.¹²⁹

Mas o namoro com o prestigiado diário acabaria rapidamente, logo que saiu publicado o volume *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em 1909. Claro libelo satírico contra o jornal de maior circulação do momento — extensivo ao poder da grande imprensa — e principalmente contra seu proprietário e editor, Edmundo Bittencourt, e aos chamados “príncipes do jornalismo”,¹³⁰ Lima Barreto declararia oposição constante e aberta, através de seu alterego Isaías Caminha, ao grande jornalismo:

Naquela hora, presenciando tudo aquilo eu senti que tinha travado conhecimento com um engenhoso aparelho de aparições e eclipses, espécie complicada de tablado de mágica e espelho prestigeador, provocando

¹²⁸ BARRETO, op. cit., p.59.

¹²⁹ RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende. Organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p.10.

¹³⁰ BARBOSA, op. cit., p.201.

ilusões, fantasmagorias, ressurgimentos, glorificações e apoteoses com pedacinhos de chumbo, uma máquina Marinoni e a estupidez das multidões. Era a imprensa, a Omnipotente Imprensa, o quarto poder fora da Constituição.¹³¹

As portas da grande imprensa eram fechadas a Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha* tornaria Lima Barreto *persona non grata* nos prestigiosos jornais da República. Poucos periódicos se expressaram sobre a obra, a chamada “crítica do silêncio” dominou as manifestações sobre o romance, considerado pelos poucos que se exprimiram como um romance *à clef*. O *Correio da Manhã*, alvo do romance de tendência autobiográfica, censurou Lima Barreto: seu nome não seria mais nem mencionado nas páginas do diário. A propósito do silêncio da crítica sobre seus escritos, desabafou: “Por mais que não queiram, eu também sou literato e o que toca as coisas de letras não me é indiferente”.¹³²

Parece contraditório. Em um período em que a cooptação dos escritores pela imprensa aparecia-lhes como única fonte segura de prestígio e sobrevivência, Lima optou pelo caminho inverso. Seu ideário iconoclasta empurrou-o para a crítica às instâncias de poder.

Os jornais, à época, exerciam não somente poder cultural como também, sobretudo, detinham de certa forma o discurso legitimador do período. A sua militância intelectual se propunha a nadar contra a corrente, seu projeto literário era voltado a escandalizar ou desagradar o poder vigente — questionar e desmascarar essa imprensa que, na sua prática revolucionária, não passava de instância de falsa consagração e manipulação da massa leitora. Na realidade, a grande imprensa, para o escritor, agia como uma força de homogeneização das mentalidades.

As contradições em Lima não se esgotariam em seus constantes conflitos com a imprensa carioca. As academias literárias, principalmente a Academia Brasileira de Letras, seus ritos e membros, não passariam impunes em sua escrita agressiva. Em crônica em que comentaria a proliferação de instituições literárias, Lima evidenciaria certa birra e inconformismo frente ao desenfreado número de fundações do gênero:

Não há dúvida alguma que o Brasil, além de essencialmente agrícola, é evidentemente literário.

¹³¹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.174.

¹³² Idem. *Impressões de Leitura: crítica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.74.

Não há ano, não há dia, em que não se funde nestes brasis uma academia de letras. No começo, foram nas capitais dos estados; depois, nos municípios; e, por fim, nos lugarejos mais obscuros. Isto demonstra a nossa cultura e nega a tal história de analfabetismo que anda sendo por aí apregoada. Um país que tem tantas “academias” não pode ser um país de analfabetos. Há de ser um país de gente que saiba ler e escrever, pelo menos por cima, porque não se pode admitir literatos que não tenham pelo menos esses dotes elementares.

[...]

Nesse andar, em breve teremos academias de bebês, cujos únicos títulos literários consistirão em usar bem da chupeta e chorar com grande estrondo.¹³³

É inegável o humor pretendido por Lima Barreto. A dessacralização da linguagem, através do tom jocoso e próximo ao riso irreverente, não é inocente. Pode-se perceber a prática revolucionária de Lima ao propor, por meio da pilhéria e da ironia, a crítica à formação indiscriminada dessas instâncias literárias e à consequente falta de estofo intelectual que as acompanhava.

Entretanto, em outra crônica, Lima mostraria novamente seu temperamento contraditório. É fato notório a permanência do autor à margem dos grupos literários que constituíam a ABL. Os mandarins literários eram alvos certos e constantes das publicações barretianas e nunca o aceitariam entre seus pares. A linguagem prolixa e vazia dos membros da Academia, no ideário barretiano, tornava-se piada nas crônicas do autor. No entanto, o escritor não deixou de tentar por três vezes se eleger membro imortal da casa, como fica explícito no seguinte fragmento:

Vou escrever um artigo perfeitamente pessoal; e é preciso. Sou candidato à Academia de Letras, na vaga do Senhor Paulo Barreto. Não há nada mais justo e justificável. Além de produções avulsas em jornais e revistas, sou autor de cinco volumes, muito bem-recebidos pelos maiores homens de inteligência de meu país. Nunca lhes solicitei semelhantes favores; nunca mendiguei elogios. Portanto, creio que a minha candidatura é perfeitamente legítima, não tem nada de indecente.¹³⁴

Novamente inserindo desabafo pessoal ao texto jornalístico, Lima Barreto deixaria claro o seu desejo de assumir uma poltrona na ABL. Isso nunca aconteceria. Tempos depois, alegando questões pessoais, o escritor retiraria a candidatura. Mas não se curvaria aos favores políticos nem seria tentado a pedi-los:

¹³³ Idem. Academia dos Moços. *Careta*. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1921.

¹³⁴ Idem. A minha candidatura. *Careta*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1921.

[...] o artista militante renega e repudia a busca da consagração pela concessão às pressões externas. Seu intuito é adquiri-la justamente pela contestação da arte triunfante, utilizando para isto recursos críticos [...] e formas outras de destruição.¹³⁵

Contudo, ainda na mesma crônica, Lima não deixaria de destilar sua ironia e censura para aqueles que, lançando mão do prestígio dos grandes jornais e da afamada reputação de homens de letras, tinham vantagens no pleito para imortal:

Mas... chegam certos sujeitos absolutamente desleais, que não confiam nos seus próprios méritos, que têm títulos literários equívocos e vão para os jornais e abrem uma subscrição em favor de suas pretensões acadêmicas. Que eles sejam candidatos, é muito justo; mas que procurem desmerecer os seus concorrentes, é coisa contra a qual eu protesto. Se não disponho do *Correio da Manhã* ou do *O Jornal*, para me estamparem o nome e o retrato, sou alguma coisa nas letras brasileiras e ocultarem o meu nome ou o desmerecerem, é uma injustiça contra a qual eu me levanto com todas as armas ao meu alcance.¹³⁶

Além do nítido apelo angustiado que decorre do texto, outras características peculiares da produção barretiana podem ser notadas. O texto é fundamentalmente uma defesa de si mesmo e de sua literatura. Lima lançava mão de vocábulos contundentes para se fazer ouvir, como por exemplo, *protesto*, *injustiça*, *armas*, dentre outras locuções de impacto. O texto torna-se abertamente um panfleto denunciador. Mas ao mesmo tempo em que se observa a forte presença do Lima Barreto questionador, ao lado dos excluídos e marginalizados representados pela sua própria figura, percebe-se também a dor de se saber preterido e desprezado. A última passagem da crônica evidencia isto:

Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura. Apesar de não ser menino, não estou disposto a sofrer injúrias nem a me deixar aniquilar pelas gritarias de jornais.¹³⁷

A crônica era o seu canal de comunicação direta com os leitores. Os jornais, aqueles que lhe deram mais espaço como o *A.B.C.* e a *Careta*, eram o palco privilegiado para divulgar não somente sua crítica contra os “donos do poder”, mas também observatório para acompanhar o que ocorria nas ruas centrais e suburbanas cariocas. Pela imprensa, sua literatura de enfrentamento social, de contestação ao sistema intelectual

¹³⁵ FANTINATI, op. cit., p.7.

¹³⁶ BARRETO, Lima. A minha candidatura. *Careta*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1921.

¹³⁷ Idem. A minha candidatura. *Careta*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1921.

dominante, de denúncia das arbitrariedades cometidas contra negros e carentes poderia ser mais facilmente ouvida:

O que o intelectual militante busca com o objeto artístico, criado linguisticamente, é, em primeira instância, que o receptor descubra sua própria identidade, ou melhor, seu nível de consciência sobre o meio social. Para reformar a sociedade é necessário reformar o leitor, a fim de que tome consciência de si e do mundo, e passe, graças ao efeito da obra, da condição de ajustado na sociedade alienante à de oponente a ela.¹³⁸

Entretanto, outros detentores do poder na cidade das letras seriam não apenas alvo da crítica direta de Lima Barreto como também objeto e motivo constantes de suas mágoas pessoais. Como já comentado, se a Monarquia não era a forma de governo ideal na opinião de Lima Barreto, a República era muito menos. Crítico incansável do sistema forçadamente implantado e inimigo declarado da imprensa comercial, Lima nunca aderiu às tais forças de cooptação. Tampouco a Academia Brasileira de Letras, claramente a instância de dominação e consagração por excelência no período, abriu-lhe as portas. É evidente, assim, que Lima nutria aversão, repúdio e até mesmo um desejo secreto de fazer parte desses empreendimentos intelectuais coletivos que lhe foram negados. Uma figura pública personificaria todas essas instituições que lhe mostravam quão inadaptado à cidade das letras o mulato era: o poeta e romancista Coelho Neto.

O termo *cunhado* ironicamente por Lima Barreto para designar tudo quanto era retrógrado, passadista, intransigente e antiquado na sociedade e principalmente nas letras nacionais — “Coelhonetismo” — passou a percorrer constantemente suas produções para a imprensa. Na tentativa de criticar pessoalmente a figura pública de Coelho Neto, representante perfeito da cultura predominante da época, da burocracia intelectual e portavoz do ideário dominante da ditadura das “belas letras”, da erudição e da “arte pela arte”, mas também, como uma forma de, através da imagem destacada do autor, censurar todas as instituições que lhe privaram o direito de ser aceito entre seus pares, Lima usou Coelho Neto e todo o seu formalismo literário como alvo de suas críticas:

Sem visão da nossa vida, sem simpatia por ela, sem vigor de estudos, sem um critério filosófico ou social seguro, o Senhor Neto transformou toda a arte de escrever em pura *chinoiserie* de estilo e fraseado.

Ninguém lhe peça um pensamento, um julgamento sobre a nossa vida urbana ou rural; ninguém lhe peça um entendimento perfeito de qualquer dos tipos da nossa população: isso, ele não sabe dar.

¹³⁸ FANTINATI, op. cit., p..5.

Coelho Neto fossilizou-se na bodega do que ele chama estilo, música do período, imagens peregrinas e outras coisas que são o cortejo da arte de escrever, que são os seus meios de comunicação, de sedução, mas não são o fim próprio da literatura.¹³⁹

Para um escritor que, como Lima Barreto, defendia intransigentemente a função transformadora da literatura, Coelho Neto — e indiretamente seus pares — representava tudo o que era falso e raso na arte literária: a superficialidade de conteúdo em prol das “belas letras”. Através das constantes críticas a Coelho Neto, Lima alcançava toda a literatura enclausurada na “Torre de Marfim”:

O Senhor Neto quer fazer constar ao público brasileiro que literatura é escrever bonito, fazer brindes de sobremesa, para satisfação dos ricos. Ele não quer que o público brasileiro veja no movimento literário uma atividade tão forte que possa exigir o desprendimento total da pessoa humana que a ele se dedique.

[...]

A missão da literatura é fazer comunicar umas almas às outras, é dar-lhes um mais perfeito entendimento entre elas, é ligá-las mais fortemente, reforçando desse modo a solidariedade humana, tornando os homens mais capazes para a conquista do planeta e se entenderem melhor, no único intuito de sua felicidade.¹⁴⁰

Além da intenção de julgar o posicionamento intelectual e literário de Coelho Neto e conseqüentemente de todos os que lhe eram solidários, esta crônica, de 1918, serve como claro manifesto da opinião engajada de Lima Barreto: a literatura como ferramenta de persuasão e de, principalmente, transformação da sociedade; mas também serve como evidente profissão de fé do autor e declarada manifestação de amor à literatura. Nas palavras pertinentes de Antonio Candido:

Lima Barreto é um autor vivo e penetrante, uma inteligência voltada com lucidez para o desmascaramento da sociedade e a análise das próprias emoções, por meio de uma linguagem cheia de calor.¹⁴¹

Paixão e dever, empenho pessoal e participação ativa na sociedade, oposição aos padrões estéticos dominantes, atitudes estas que firmaram a concepção empenhada e a militância exigente de Lima Barreto no seu ofício literário.

¹³⁹ BARRETO, Lima. Histrião ou literato?. In: Idem. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. vol.1. p.318.

¹⁴⁰ Ibidem, loc. cit.

¹⁴¹ CANDIDO, Antonio. Os olhos, a barca e o espelho. In: Idem. *A educação pela noite e outros ensaios*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p.47.

3. OLAVO BILAC E LIMA BARRETO: A INTELLECTUALIDADE EM SEUS EXTREMOS

Embora com nomes diversos, os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce [...] sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra... Norberto Bobbio in Os intelectuais e o poder.

Desde o final da década de 1890, a inquietação dos escritores frente aos problemas sociais e políticos passaria a ser uma constante. O *caso Dreyfus*, que já se comentou, teve repercussão internacional e certamente seus ecos também influenciariam os escritores brasileiros daí em diante:

O vocábulo “intelectual” começou a ser difundido na Europa no último decênio do século XIX, mais precisamente na França durante os anos da efervescente controvérsia política e cultural suscitada pelo *affaire Dreyfus* em 1898, assumindo desde então traços particulares que até hoje o conotam. Todavia, não é a partir desse momento que o intelectual passa a existir; o que se pode dizer é que com o *affaire Dreyfus* ele passa a assumir outras nuances.¹⁴²

Entretanto, Olavo Bilac e Lima Barreto firmaram seus projetos políticos, literários e suas posturas de intelectuais engajados de maneiras diametralmente opostas. Ambos, fazendo uso do campo intelectual e social à disposição, lançaram mão dos instrumentos de ataque que tinham ao alcance. No entanto, na leitura dos escritos de Bilac e de Lima percebe-se a importância convergente do desempenho jornalístico como veículo mediador da atuação intelectual de ambos e, por continuação, do exercício da crônica, espécie de testemunha cotidiana das mutações sociais da nação desde seu surgimento no periodismo nacional.

Lima Barreto, apesar de encontrar, a partir do lançamento de *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, as portas dos grandes jornais fechadas à sua colaboração, procurou se adaptar à realidade e buscar no periodismo de linhagem crítica seu melhor campo de ação e, “diante da impossibilidade de atuação decisiva nos esquemas de articulação

¹⁴² PETERLE, Patrícia et al. (Org.). Apresentação. In: Idem. *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis: FCL – UNESP Publicações, 2006. p.7.

que sustentavam a vida social, Lima Barreto [fez] da sua arte instrumento de contestação”;¹⁴³ caso exemplar foi a tentativa barretiana de lançar a *Floreal*, revistinha de vida curta e portavoiz da atitude sagaz de estranhamento de Lima.¹⁴⁴

Contudo, após a aposentadoria do funcionalismo público, Lima Barreto pôde, de forma mais sistemática e livre das imposições burocráticas, articular sua produção intelectual e sua particular visão de mundo, nitidamente confessionais, e se pôr a serviço da arte, da reflexão, da assimilação dos processos históricos em curso. Dando sentido de *missão* a sua criação literária, por meio da firme tônica contestadora ao sistema intelectual vigente, de acordo com Fantinati,¹⁴⁵ Lima atribuiu a sua produção uma função visceralmente profética e missionária.

Bilac, por sua vez, como típico intelectual orgânico do período, enredado em diferentes atividades abertas ao homem de letras, respeitado e acatado pela intelectualidade atuante da época, aproveitou-se dos muitos jornais e revistas a sua disposição para divulgar seu ideário político e seu projeto literário e colocou-se como os olhos e os ouvidos da elite intelectual do momento. A produção bilaquiana, cuja fase mais profícua se concentrou entre 1895 e 1908, através não apenas de suas já consagradas *Poesias*, mas igualmente por meio da autoria (ou co-autoria) de livros didáticos, das importantes colaborações para os mais prestigiosos periódicos da época, das posições políticas alcançadas através das nomeações para cargos públicos, bem como através de sua conversão a defensor oficial das causas patrióticas, possibilitou-lhe não somente sucesso de público como lhe proporcionou a credibilidade necessária para influir e, de certa forma, guiar a opinião de seus leitores.

Olavo Bilac experimentou não exclusivamente a posição privilegiada de poeta notório e incensado por seus pares, mas também a de orientador da opinião pública, ao se lançar como jornalista e defensor do civismo na vida político-pública da nação. Dessa

¹⁴³ FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p.57.

¹⁴⁴ Com o sonho de fazer da *Floreal* um instrumento de intervenção na sociedade e desencantado com a imprensa burguesa, o diretor e editor Lima Barreto pôs nas ruas cariocas, em 25 de outubro de 1907, o primeiro número de sua revista. Publicação de caráter autoral – quase um grito de afirmação – Lima Barreto tentava, assim, a construção de uma rede de sociabilidade e a chance de sair do anonimato. Apenas quatro edições circularam da revista, tendo sido seu último número editado em 31 de dezembro de 1907. Sobre a revista *Floreal*: BOTELHO, Denílson. *Floreal e o Jornalismo no Tempo de Lima Barreto*. In: VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

¹⁴⁵ Cf. FANTINATI, op. cit., p.24.

atuação prática na construção do ideário da nação brasileira, confirma-se seu papel de representante orgânico e coeso do campo intelectual dominante do momento.

A ponderação sobre a organicidade do intelectual se traduz pela maior ou menor vinculação que este mantém com o grupo social no qual se arrola. Gramsci¹⁴⁶ observou o papel desempenhado pelos intelectuais na sociedade e, no seu entendimento, todo e qualquer homem é em essência um intelectual, já que todos têm capacidades racionais. No entanto, nem todos desempenham o papel social de intelectuais. Deste modo, Gramsci sugeriu duas categorias distintas para qualificá-los.

O intelectual tradicional seria, exemplarmente, o antigo filósofo e as camadas eclesiásticas que, sendo dotados de saber enciclopédico, conformariam uma classe à parte da sociedade vulgar. Por outro lado, haveria os intelectuais modernos que, organizados organicamente, não se satisfariam em apenas produzir discursos, mas tenderiam ao engajamento das práticas sociais.

Partidário fiel do campo intelectual dominante, membro fundador da ABL, Bilac coadunaria com as ideias de seus pares. Em sua múltipla atuação intelectual, como homem de letras, poeta e jornalista, como paladino das reformas urbanas e como porta-voz da sua classe intelectual, muitas vezes foi transformado em agente dos grupos políticos dominantes ao se lançar publicamente em favor da abolição, em defesa do ideário republicano, em nome da implantação do ensino laico, obrigatório e amplo a todos os cidadãos, na cruzada civilizatória para a qual dedicou os últimos anos de vida. Entretanto, dois importantes pesquisadores que se debruçaram sobre a produção intelectual de Bilac têm visões dessemelhantes sobre a posição defendida pelo poeta.

Antonio Dimas, em *Tempos eufóricos*, trabalho no qual examinou apenas um recorte da contribuição bilaquiana para jornais, assevera, por um lado, ser difícil, de acordo com a divisão gramsciana, enquadrar Bilac em apenas uma das categorias intelectuais. Eis sua avaliação:

Todavia seria esquemático e, portanto, talvez inadequado caracterizá-lo como puro intelectual “orgânico”, uma vez que sua atitude colaboracionista fundava-se sobre uma cultura essencialmente livresca e, pois, “eclesiástica”.¹⁴⁷

¹⁴⁶ Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

¹⁴⁷ DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p.53.

Por outro lado, na avaliação de Alvaro S. Simões Jr, nota-se uma ponderação mais atualizada sobre o posicionamento de Olavo Bilac dentro do campo intelectual do período:

Ao contrário do que defendeu o autor de *Tempos Eufóricos*, não seria talvez possível reconhecer em Bilac traços de um típico intelectual tradicional, pois até mesmo o intelectual orgânico beneficia-se da cultura livresca.

[...]

Das colunas dos jornais, Bilac exerceu as funções organizacionais e conectivas típicas de um intelectual orgânico, proporcionando ao grupo dominante consciência de sua função social, política e econômica e de suas tarefas históricas...¹⁴⁸

O itinerário literário, jornalístico, de homem de letras e até mesmo cívico de Bilac comprova, de forma cabal, sua intervenção, como escritor, nas esferas públicas de atuação. As diversas nomeações e homenagens laudatórias recebidas ao longo da vida comprovam a estreita relação mantida com os grupos hegemônicos. Do mesmo modo, a carreira cívica de Bilac, além de evidenciar seu perfil de intelectual empenhado e testemunha da história, propunha a ação contra a displicência e o conformismo da população brasileira, historicamente considerada resignada frente aos males que afligem seu cotidiano.

É importante ressaltar, no entanto, que toda a jornada cívica de Bilac, muito mais do que explicitar um presumível anacronismo na atualidade, serve para refutar a possível imagem de poeta alienado e cronista meramente elitista que uma leitura rápida de sua obra facilita. Bem ao gosto modernista que, depois da morte do “príncipe dos poetas”, derrubou-o da coluna a que havia sido elevado por aqueles que compartilharam de sua companhia e influência literária, Sérgio Milliet, em seu *Diário crítico*, seria mais um a ponderar sobre a suposta — e incorreta — omissão da classe intelectual do começo do século XX, incluindo Olavo Bilac, frente às questões públicas nacionais:

[...] o que caracteriza esses literatos boêmios do início da República é o seu total isolamento da vida da nação, o seu exaltado bovarismo. Vivem no mundo da lua, mais em Paris que no Brasil, e alheios aos fatos nacionais. Cultivam com carinhos absurdos uma planta de estufa em meio ao carrascal e à miséria do país. Transplantam para o Rio, numa cópia servil, a boemia

¹⁴⁸ SIMÕES JR., Alvaro S. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. p.113-114.

parisiense, com seu espírito, suas preocupações mundanas, suas lutas literárias.¹⁴⁹

O propalado bovarismo de Bilac, fortemente apoiado pelo viés modernista, é facilmente refutado quando se reflete sobre a postura preocupada de Bilac com os problemas que influíam na configuração do Brasil como nação independente e também com seu zelo em manter a classe literária unida, dando-lhe a consciência, muitas vezes, de sua verdadeira função social. Quando por ocasião de sua eleição como “príncipe do poetas”, em votação da revista *Fon-Fon*, lhe foi oferecido banquete-homenagem no requintado Palace Theatre do Rio de Janeiro, Bilac, em discurso, resumiu a importância da união da classe jornalística e literária para o alargamento cultural no país:

Que fizemos nós? Fizemos isto: transformamos o que era até então um passatempo, um divertimento, naquilo que é hoje uma profissão, um culto, um sacerdócio; estabelecemos um preço para o nosso trabalho, porque fizemos desse trabalho uma necessidade primordial da vida moral e da civilização da nossa terra; forçamos as portas dos jornais e vencemos a inépcia e o medo dos editores; e, como, abandonando a tolice das gerações anteriores, havíamos conseguido senhorear-nos da praça que queríamos conquistar, tomamos o lugar que nos era devido no seio da sociedade, e incorporamo-nos a ela, honrando-nos com a sua companhia e honrando-a com a nossa; e nela nos integramos de tal modo que, hoje, todo o verdadeiro artista é um homem de boa sociedade, pela sua educação civilizada, assim como todo o homem de boa sociedade é um artista, se não pela prática da Arte, ao menos pela cultura artística. Foi isso o que fizemos. De certo ponto de vista, podemos dizer que representamos, para o progresso intelectual do Brasil, na última metade do século XIX, o mesmo papel que para o seu progresso material representaram no século XVII os heróis das “bandeiras”...

[...]

E permiti-me que insista em poucas palavras no valor do serviço que me parece o maior de quantos prestamos ao Brasil. Aluímos, desmoronamos, pulverizamos a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá em baixo, no seio do formigueiro humano...

[...]

Assim, não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e, sendo “homens de letras” não deixamos de ser “homens”.¹⁵⁰

Também pelo “Inquérito Literário” proposto pelo cronista João do Rio — pseudônimo do escritor, jornalista e repórter Paulo Barreto — é claramente perceptível a

¹⁴⁹ MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. 2 ed. Introdução de Antonio Candido. São Paulo: Martins Editora, 1981. v. 2 – 1944. p.140.

¹⁵⁰ BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924. p.78-80.

inclusão atuante de Bilac e de seus pares na sociedade da época. Os posicionamentos bilaquianos sobre o papel da literatura na sociedade brasileira, a relevância do jornalismo na divulgação das letras nacionais e como veículo ímpar na difusão da literatura e do ideário de nação comprovam o itinerário intelectual percorrido pelo poeta e jornalista bem como também ratificam, de certa maneira, o envolvimento de Bilac com a sociedade brasileira de um modo geral e, em específico, sua preocupação constante com a coesão da classe literária como pilar fundamental no desenvolvimento de uma nação independente e desenvolvida.

Se, no início do século XX, as ruas da então Capital Federal deviam ser amplas, tais como os bulevares parisienses, para acomodar a efervescência vertiginosa da nova realidade advinda com os anos republicanos, o cronista Paulo Barreto lançaria através da *Gazeta de Notícias* o mencionado inquérito para questionar os escritores em voga no período sobre a formação e origem da intelectualidade dominante na virada do século bem como para entender a importância deste novo contexto político e social para o futuro das letras nacionais. Contudo, a herança mais preciosa que os pesquisadores atuais podem absorver da leitura do proposto inquérito é a essência do trabalho intelectual da época e a coesão que se percebe existir entre os escritores da elite dominante. As reportagens do “Inquérito Literário” — que dariam origem, em 1907, ao volume *O momento literário* — saíram na *Gazeta de Notícias* entre 1904 e 1905.¹⁵¹ Bilac seria um dos primeiros a responder o questionamento de João do Rio.

Outro crítico comenta a atuação intelectual de Bilac. Mário da Silva Brito refuta a imagem do poeta inebriado pelas musas e pelas estrelas, distante dos problemas terrenos que assolavam país, criada pela geração de 1922:

A geração modernista deu de Olavo Bilac um retrato nem sempre verdadeiro. Preocupada em derrubar a vigência do ideal estético parnasiano, esqueceu-se do homem para se deter apenas no poeta. Viu-o, antes pelos seus versos, do que pela ação que desenvolveu. Para os modernistas, a vida de Bilac foi encarada como uma correspondente fiel da estética que adotara...

[...]

Até certo ponto, assim era o poeta. Mas, no entanto, pelo menos enquanto homem — e homem brasileiro — não se desligara de seu meio, não deixara de pretender influir na transformação dos usos e costumes da terra e nem de aspirar ao progresso do País.¹⁵²

¹⁵¹ RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 1994.

¹⁵² BRITO, Mário da Silva. *Diário Intemporal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970. p.20-21.

Para aqueles detratores que sempre o consideraram alienado e distante das questões sociais mais importantes da nação fica a imagem de um cidadão empenhado na defesa da sua cidade, de seu país e de seus ideais civilizatórios. A verve moralizante e o teor doutrinário da última jornada cívica bilaquiana, de certa forma, rotularam o escritor, ora reacionário e ora contestador, externando assim um patente ar contraditório em sua vida pública. Olavo Bilac, entre crônicas antigovernistas, sonetos satíricos e luta pela defesa de nossas fronteiras, através da força de sua requintada oratória, conquistou admiradores e muitos detratores — como o caso notório dos modernistas — e mostrou tal e qual um intelectual orgânico na concepção gramsciana a força de seu empenho social.

Por outro lado, também é necessário fazer um balanço do papel social de Lima Barreto na vida cultural e intelectual de seu tempo. Heroicizar o escritor apenas por seu papel refratário frente à literatura “sorriso da sociedade” é análise rápida e fragmentada de seu perfil intelectual. Ao se colocar contrário ao *status quo*, Lima também se mostrava ressentido por não conviver com a fina flor da sociedade, cujo esnobismo, no juízo do autor, auxiliaria a desfigurar a face social da cidade carioca, e atacar seus pares era assim maneira atilada de se fazer ouvir.

Sua postura iconoclasta chocava à época, e sua visão singular desta sociedade elitizada ajuda a posteridade entender o momento em questão. Caso exemplar desta atitude é o romance de estreia de Lima Barreto. *Recordações do escrivão Isaías Caminha* é de 1909; entretanto, os capítulos iniciais da obra (o primeiro, o segundo e parte do terceiro capítulos) já haviam saído, preliminarmente, na revista *Floreal*, em 1907. Entre a publicação em folhetins e mesmo com a circulação em volume do romance, poucos comentários sobre o romance foram feitos na imprensa circulante da época.

Após a inacabada publicação em folhetim do romance na revista *Floreal*, Lima conseguiria publicar, em dezembro de 1909, por uma editora portuguesa, sua obra de estreia. A notícia de que a edição de *Recordações do escrivão Isaías Caminha* somente foi aceita por uma casa editora lisboeta é, de certa forma, sintomática sobre a dificuldade de se produzir literatura no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Contudo, o mote central do volume inaugural da prosa de Lima também, provavelmente, deu origem não apenas à dificuldade de sua publicação, mas também à indiferença dos críticos do momento.

O panorama ácido da imprensa carioca que Lima Barreto traçou nos capítulos do romance possivelmente em nada contribuiu para o sucesso entre seus pares. Não se pode desconsiderar que a imprensa, principalmente carioca, era o veículo divulgador das

letras nacionais e, portanto, da crítica literária circulante. Lima Barreto criticou aqueles que obviamente poderiam publicá-lo. Não obstante, a jovem República, que apesar de democrática continuava, aos olhos barretianos, oligárquica e conservadora em suas instituições mais representativas, era também a grande personagem do romance *à clef* *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Destarte, esta postura militante de Lima trouxe-lhe dificuldades muito perceptíveis. A crítica literária oficial da época agiu duramente sobre sua obra,¹⁵³ não lhe poupando certo ostracismo e esquecimento, e tampouco estereótipos marcantes:

O autor preconiza uma literatura militante. A começar de seu primeiro romance, vemo-lo brandir com maior ou menor intensidade esse ideal, o que o torna um crítico feroz de outras concepções de arte, de uma literatura apegada a insignificâncias formais, dos “literatos” da Academia, etc. Combate a literatura institucionalizada, “de salão”. Denuncia a marginalização que lhe é imposta enquanto escritor. Condena a imprensa, os grandes jornais, alegando que deveriam ter função precípua de luta, de denúncia, de posicionamento ao lado dos mais humildes, dos discriminados, e no entanto, curvam-se aos interesses dos políticos, dos homens do poder”.¹⁵⁴

O silêncio da crítica afetou o romancista. Definitivamente, Lima Barreto sentiu-se incompreendido, segundo seu biógrafo:

De todas as restrições da crítica ao seu livro de estreia, a que mais o magoou foi precisamente a de considerarem o *Isaías Caminha* só e unicamente um romance *à clef*, pertencente, por isso mesmo, a um gênero inferior de literatura.

Revoltava-se contra semelhante juízo, que reputava injusto. Um romance *à clef* pode, afinal de contas, ser um bom romance. Além do mais *Isaías Caminha* não seria, para ele, um “simples álbum de fotografias”, mas a

¹⁵³ Apenas José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque e Alcides Maia fizeram as minguadas e superficiais referências a *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Em artigo publicado em 15 de dezembro de 1909, através d’*A Notícia*, Medeiros e Albuquerque foi o primeiro, oficialmente, a atacar a estreia do romancista Barreto na seção “Crônica Literária” e Alcides Maia, em 16 de dezembro de 1909 no *Diário de Notícias*, complementava a crítica de seu confrade Medeiros e Albuquerque. A primeira manifestação crítica de José Veríssimo sobre a obra de Lima Barreto foi publicada em 9 de dezembro de 1907, na coluna “Revista Literária” do *Jornal do Comércio*. Entretanto, em 1910, em carta, Veríssimo mais uma vez se interessaria por Lima. Apelando para o impressionismo do “gosto ou desgosto”, sem excluir o talento do escritor, Veríssimo criticava o personalismo do romance, a nítida amargura pessoal do autor transportada para o texto e a intenção de Lima de fazer de *Recordações* apenas um álbum de fotografias da sociedade da época. Se na primeira manifestação de Veríssimo, esse se mostrou esperançoso e via uma carreira promissora para Lima Barreto, na carta, observam-se impressões severas e até muito intransigentes do crítico. Não obstante, os três críticos concluíram ser o volume apenas mais um romance *à clef*, dando-lhe assim certa conotação de inferioridade.

¹⁵⁴ CURY, M. Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981. p.100-101.

história de um adolescente pobre em conflito com a sociedade que o esmagava ao peso das suas limitações.¹⁵⁵

Na realidade, o que Lima Barreto queria, ao publicar *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, em sua estreia como romancista, era causar impacto na opinião pública leitora, como ficaria evidente em carta enviada a Gonzaga Duque, em fevereiro de 1909:

Mandei [para Portugal] as *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, um livro desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre. Espero muito nele para escandalizar e desagradar, e temo, não que ele te escandalize, mas que te desagrade.¹⁵⁶

Não há como afirmar se a sociedade realmente escandalizou-se; no entanto, provavelmente, escandalizaram-se os jornais da época. Afora algumas breves manifestações públicas, nenhum outro órgão da imprensa se manifestou, no momento da publicação do volume, sobre o romance. Imperou o total silêncio da crítica, e o silêncio feriu Lima mais do que críticas severas, caso essas existissem:

A única crítica que me aborrece é a do silêncio, mas esta é determinada pelos invejosos impotentes que foram chamados a coisas de letras, para enriquecerem e imperarem.¹⁵⁷

O que Lima Barreto realmente ansiava por meio da arte literária — e ambicionava com seu *Recordações* — era o despertar da consciência social e política do país. E se os grandes jornais não estavam abertos às suas posições literárias e ideológicas, Lima optou pela alienação compulsória da vida pública da *Belle Époque*, mas não da vida pública do Rio de Janeiro. Para o autor existiam, claramente, esses dois ambientes.

Ao mesmo tempo em que foi um escritor marginalizado pela coletividade “bem-pensante” de seu tempo ao se colocar na contracorrente das tendências temáticas, literárias e ideológicas, o próprio autor, de outro lado, procurou individualmente um outro lugar, afastado das convenções, livre dos cânones.¹⁵⁸

¹⁵⁵ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p.200.

¹⁵⁶ BARRETO, Lima. *Correspondência Ativa e Passiva* (1º tomo). São Paulo: Brasiliense, 1956. p.169-170.

¹⁵⁷ Idem. *Histórias e Sonhos*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p.29.

¹⁵⁸ Cf. HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Anablume, 2008. p.60 et seq.

Lima, movido pela tríplice marginalidade a ele infligida — social, racial e literária, — atuou com seu olhar social sobre a realidade; entretanto, a crítica sagaz que emana de suas posturas e de sua produção jornalístico-literária corrobora certa imagem contraditória do escritor supostamente estigmatizado por uma sociedade preconceituosa e autoritária:

Que Lima Barreto foi um crítico contumaz da excludente modernidade carioca na *Belle Époque* tropical não restam dúvidas. Entretanto, na avaliação crítica acadêmica, coexistem versões díspares em que a figura de Lima desponta ora como o clássico “ressentido” social ora como o “bizarro” precursor de uma intelectualidade engajada.¹⁵⁹

Diferentemente de Olavo Bilac, o próprio Lima, por sua biografia, apelava para certo bovarismo como forma de justificar sua situação *outsider*. As temporadas passadas no Hospital Nacional dos Alienados, em 1914 e, posteriormente, entre 1919 e 1920, ocasionadas pelos delírios alcoólicos tão comuns em sua rotina, não apenas estimularam a perda da identidade cidadã do autor, como também, e principalmente, isolaram-no do seu ambiente social, político e cultural, pelo estigma da suposta “loucura”. A autoridade médica, ao impor a internação de Lima Barreto como indigente, edificou a imagem do a-social inadaptado ao ambiente urbano comum a todos os cidadãos:

Uma vez enquadrado na lida do asilo, devidamente uniformizado, [...] Lima — àquela altura autor de *Recordações do escrívão Isaías Caminha* (1909), *Triste fim de Policarpo Quaresma* (publicado em folhetim no *Jornal do Comércio* em 1911 e em livro, em 1916) e *Vida e morte de M.J. Gonzaga de Sá* (1919), só para citar o tripé básico da sua obra de ficção — foi provisoriamente destituído da identidade progressista. De *escritor* passou a *paciente psiquiátrico*; de *intelectual* a *alcoólatra*. Apesar da perda do status, manteve a escrita como *exercício*...¹⁶⁰

Por conta dos diversos motivos que influenciaram seu posicionamento distante das rodas de decisão cultural do país, em vida, as produções barretianas receberam poucos aplausos. Se a obra *Recordações do escrívão Isaías Caminha* mereceu a “crítica do silêncio”¹⁶¹ pelos jornais e críticos do início do século XX, não muito diferente se manteve o julgamento estético de sua produção durante o resto de sua carreira literária. A cultura dominante — ou seja, a crítica oficial — oscilou entre os estereótipos do “mulato inconstante

¹⁵⁹ JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.50.

¹⁶⁰ HIDALGO, op. cit., p.51.

¹⁶¹ A propósito da evolução da crítica oficial sobre o conjunto da obra de Lima Barreto ver: MARTHA, Alice Áurea Penteadó. Cf. MARTHA, Alice Áurea Penteadó. *E o boêmio, quem diria, acabou na Academia...* Lima Barreto: inventário crítico. Tese (Doutoramento em Letras). Assis: FCL da UNESP, 1995.

e desleixado”¹⁶² e a quase total indiferença frente à publicação das grandes obras de Lima Barreto, como o caso de *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

No entanto, com a revolução estética ocasionada pela Semana de Arte Moderna em 1922, a visão sobre o conjunto da obra barretiana seria, de certo modo, reavaliada. Considerado “inovador”, “modernista” e “revolucionário” pelo grupo paulista, Lima surgia agora como a personificação da genialidade e da novidade estética literária. Lima Barreto faleceria no ano-marco do movimento modernista e, como é sabido, os ecos do modernismo pouco influenciaram a cultura carioca; assim, pode-se afirmar que, na realidade, Lima Barreto já era precursor da estética “modernista” muito antes mesmo que os jovens escritores liderados por Mário de Andrade assim o percebessem.

Nos dias atuais, pode-se perceber a retomada da obra de Lima, apesar da maioria dos estudos universitários e críticos ainda oscilar entre a imagem de um Lima Barreto inconstante e, sobretudo, genial.¹⁶³ Contudo, se o reconhecimento do brilhantismo da prosa de Lima Barreto deu-se através da crítica *post-mortem*, consolidada, por exemplo, por meio da publicação de suas *Obras Completas* em 1956, a percepção, mesmo que tardia, de sua genialidade e o título de antecipador de inovações literárias ajudam Lima Barreto a emergir do entrelugar a que muitas vezes é relegado pela crítica e manuais literários: o chamado Pré-Modernismo.

Não se pode esquecer de que, certamente, além de seus romances, também suas crônicas, publicadas muitas vezes em pequenos periódicos de vida breve, ajudaram duplamente a vida e obra de Lima Barreto:

Nas crônicas de Lima Barreto temos o registro da “história dos vencidos”, para usar a expressão de Walter Benjamin, história construída não por vozes oficiais, nem tampouco pelos tradicionais intermediários que buscaram falar, por tanto tempo, por aqueles que não tinham voz própria. São a voz de alguém à margem, de um membro da *marginália*, fora [...] do centro hegemônico das decisões políticas...¹⁶⁴

Se por um lado, a publicação destas produções jornalísticas o mantinha em voga em um período dominado por uma literatura estetizante, as crônicas também lhe

¹⁶² Cf. *Ibidem*.

¹⁶³ Cf. *Ibidem*.

¹⁶⁴ RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende. Organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p.11.

serviam como palco para se fazer ouvir em uma sociedade tradicional e que, abertamente, queria manter o mulato alcoólatra fora do eixo do poder.

Pelos seus romances e, sobretudo, pelas crônicas publicadas principalmente entre 1920 e 1922 — período mais intenso de sua produção — nota-se perfeitamente este sentido de missão dado por Lima à escrita. Para tanto, principalmente a literatura não ficcional barretiana, arma poderosa contra os detentores do poder à época, tenta reafirmar a função social da literatura de transformar, pela escrita, o homem e a sociedade.

Lima Barreto, artista militante contra sistema opressor intelectual do momento, observador atento e coerente da realidade — por meio da linguagem simples, porém cáustica muito própria de sua produção literária e jornalística — fugiu da mesmice prolixa e verborrágica visitada pelos escritores das “belas letras” do período. Em crônica publicada em *O Debate*, Lima mais uma vez questionaria o papel público do literato-jornalista que, muitas vezes apenas por fama, opina em assunto que não lhe cabe:

O mais curioso, neste nosso jornalismo moderno, é que, como muitas de todas as outras coisas da nossa atividade mental, sejam chamados a falar de certos assuntos homens que não tiveram a educação e a instrução para isto, mas que, simplesmente com uma instrução de meros guarda-livros e auxílio do dinheiro de argentários, se arrogam o direito de falar sobre questões sociais e políticas.¹⁶⁵

Por críticas indiretas, mas certeiras como esta representada pela crônica acima e, conseqüentemente, banido dos principais esquemas de articulação de poder, representados pela elite literária e pela grande imprensa, o autor manteve-se livre das amarras opressoras das instâncias consagradoras do poder e, por conseguinte, à vontade para interpretar e traduzir, por meio de seus textos, as questões literárias e sociais brasileiras que o frustravam.

Caminhos profissionais, projetos literários e posturas intelectuais impuseram a Olavo Bilac e Lima Barreto trajetórias opostas na “cidade das letras”. Se a celebridade bilaquiana facilitou sua jornada intelectual, a verve ácida barretiana impôs obstáculos para seu acesso aos meios viáveis ao debate público. Contudo, em algum ponto, a literatura trabalhada por Olavo Bilac e por Lima Barreto força o entrecruzamento destes itinerários intelectuais, à primeira vista, tão distantes.

¹⁶⁵ BARRETO, Lima. Ao Caio M. de Barros. In: Idem. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. vol. 1. p.281.

Através da análise detalhada de revistas que contaram cada qual com a colaboração destes escritores, insistir-se-á em entender não apenas como se configurava o jornalismo na época, mas principalmente perceber porque determinadas revistas puderam receber a colaboração de autores tão diferentes em suas trajetórias intelectuais. *Kosmos* e *Careta* afastam Olavo Bilac e Lima Barreto, escritores que podem ser considerados, cada um à sua maneira, grandes resenhistas da nova metrópole que surgia, ao comprovarem que o nicho jornalístico que cada um conquistou conformou suas escritas em extremos bem dessemelhantes. Entretanto, apesar de firmes em suas opiniões e posturas, o Rio de Janeiro — suas mazelas e belezas, o subúrbio e o centro, a “dupla cidade” que emana dos processos de modernização engendrados a partir de 1900 — conduzirá a escrita destes dois nomes e ajudará a entender como os opostos podem se aproximar de maneira tão verdadeira quando o assunto é a cidade carioca.

CAPÍTULO II

KOSMOS (1904-1909):

A IMPRENSA EM PROL DE UMA CAUSA

[...] queremos fazer das páginas de Kosmos um artístico álbum das nossas belezas naturais, dos primores de nossos artistas, propagando o seu conhecimento a outros pontos do país e do estrangeiro. Editorial de lançamento in Kosmos, janeiro de 1904.

O que era essa índole de Kosmos? Como precisar um termo tão vago, mas, ao mesmo tempo, tão sintomático? Sintomático de uma sociedade que se pretendia civilizada, culta, elegante e... inofensiva. Antônio Dimas in Tempos eufóricos.

Em 1904, sob o ponto de vista parcial da rica elite carioca, o Rio de Janeiro era uma “quase Paris”. É bem verdade que faltavam algumas importantes construções e acabamento de outras tantas obras vultosas no coração do centro carioca para se alcançar o patamar europeu de arquitetura e urbanismo desejado. Assim como na higiene e na saúde, no transporte e na habitação, em suma, em todos os setores sociais, urbanos e profiláticos da

cidade, tudo se encaminhava em direção ao sucesso completo da empreitada encabeçada pelo prefeito Pereira Passos quando assumiu a municipalidade do Rio de Janeiro a partir de 1903.

Os anos iniciais do século XX mostravam os momentos áureos das “picaretas da Regeneração”. Não haveria mais epidemias ou endemias de qualquer espécie, ruas pestilentas e calçamentos esburacados eram tristes recordações de um passado já remoto. A nova imagem da cidade estava sendo desenhada com régua e esquadros emprestados da arquitetura parisiense, moderna no seu traçado de amplas avenidas e bulevares floridos e iluminados pela recente implantação de redes elétricas de abastecimento. Esse era o Rio de Janeiro que ressurgiria como uma fênix, após séculos de abandono, de descuido e de falta de asseio. O antigo Rio colonial morreria juntamente com a velha monarquia portuguesa, que asfixiou o crescimento do país e aleijou durante anos sua modernização.

Aos olhos da recém-implantada República, o Rio de Janeiro era o cartão de visitas da nação: moderno e audacioso. Aos olhos das classes ricas e pertencentes a esse novo mundo de fachada, a Capital Federal era exatamente como essa imagem idealizada e falsamente descrita. Esse também era o Rio de Janeiro bem fotografado e documentado nas páginas da *Kosmos*, a maior representante impressa do novo cenário forçosamente implantado na urbe carioca. A revista lançada às ruas em janeiro de 1904 tinha como missão — extraoficial — traduzir para nação, por meio de suas colunas literárias, reportagens e, sobretudo, matérias iconográficas, o cosmopolitismo efervescente do Rio de Janeiro.

Como vozes oficiais dessa metrópole que brotava como reflexo dos novos tempos deflagrados pela República e pela Abolição, grande parte das revistas ilustradas que circulavam pela urbe carioca trabalhava incansavelmente na divulgação desse ideário da cidade transformada. Certamente, dentre todas, *Kosmos* seria a principal divulgadora da nova e falseadora representação da Capital Federal. Será que essa capital moderna e limpa realmente existia fisicamente? O novo espaço urbano maquiado em suas fachadas *art nouveau* arrancaria das entranhas nacionais seu estatuto colonial? A *Kosmos* e a intelectualidade compactuada com sua filosofia postulariam a ideia do Rio de Janeiro em dia com os novos tempos modernos.

O advento da República intensificou o anseio da sociedade emergente em busca de progresso, e a imprensa finissecular, representada pelas revistas ilustradas que tinham na *Kosmos* seu principal paradigma, estampou nossa *Belle Époque* ávida por novas formas de sociabilidade, por inovações técnicas e por civilização. Através da descrição das

particularidades de *Kosmos*, como sua rede de colaboradores, sua arrojada diagramação e esmero gráfico, seu lugar na nova sociedade da pós-Proclamação da República, seu claro caráter urbanizante, tentar-se-á mostrar como esta revista coadunou não apenas requinte e sofisticação visual ao excelente nível de colaboradores como contribuiu para forjar uma nova dinâmica cultural e intelectual no ambiente cosmopolita carioca.

Ao agregar novas formas de apresentação e conteúdos diversificados, *Kosmos* fez de suas páginas o espaço privilegiado para a divulgação da trindade que guiaria os rumos de uma sociedade que se queria em dia com as recentes formas de comunicação e sociabilidade: progresso, civilização e modernidade.

Para tanto, é preciso entender qual ambiente urbano e social recebeu esta nova publicação. Se as revistas ilustradas em geral operavam a ideia do moderno na vida cotidiana e ajudavam a compreender o sistema cultural vigente na época, é necessário fazer um retrospecto histórico para se apreender de que forma a *Kosmos* pôde ser assimilada pela fatia de leitores aptos ao seu consumo. Visando não se deixar levar pelo encantamento que as páginas das antigas revistas dissipa, e valendo-se da necessidade de se pensar o público alvo da revista como fator de criação de uma linha editorial pragmática, o posicionamento crítico do pesquisador Raúl Antelo norteará a reflexão sobre a *Kosmos*:

Toda revista cria o seu público, amalgamando visões produtoras e criando uma audiência de legitimação. Além de programática — traço, às vezes, um pouco difuso, — a revista pressupõe a construção de um sujeito ideológico. Ela cinde o campo intelectual em dois: uma identidade aglutinante, que enuncia, e uma outra, com a qual se dialoga ou polemiza, mas que permite, em todo caso, afiançar esse sujeito, tensionando a oposição. *Nós e eles*.¹⁶⁶

Refinada e artística em sua essência, *Kosmos* não era leitura fácil para a grande parcela da população. Como notório espaço de refinamento, a revista era o retrato acabado da face dourada da *Belle Époque* nacional; portanto filtrava e apenas refletia a visão de mundo europeizada da sociedade burguesa.

Embora os anos iniciais do século XX tivessem materializado as bases de uma sólida grande imprensa, com o aumento, ainda que restrito, do número de leitores aptos ao consumo da publicação — entendam-se alfabetizados, — a revista *Kosmos* visava a um nicho específico: a burguesia letrada e rica o suficiente para pagar caro pela revista mensal e para apoiar intransigentemente as controversas reformas urbanas e sanitárias que ocorriam

¹⁶⁶ ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984. (ensaios, 105). Não paginado.

nas ruas cariocas.¹⁶⁷ Conquanto Antonio Dimas,¹⁶⁸ principal pesquisador da revista e espécie de guia nos percursos de análise de *Kosmos*, admita não ter elementos de comprovação material da ligação entre poder público e o periódico, observando as características peculiares de *Kosmos*,¹⁶⁹ esta seria, possivelmente, a grande tradutora e a porta-voz primeira dos novos tempos modernos ansiados por sua fiel casta de leitores.

1. TEMPOS MODERNOS: A REURBANIZAÇÃO CARIOCA.

Ao se propor fazer a leitura da cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, observa-se a metáfora da demolição em nome do progresso, da modernidade e da civilização. A imagem de uma “Europa possível” foi constantemente atrelada à paisagem carioca do período, especialmente no bojo das transformações urbanas capitaneadas pelo prefeito Pereira Passos¹⁷⁰ e sua equipe de engenheiros e administradores públicos.

Em nome da sonhada civilização, *Kosmos* defenderia a modernização material da urbe como caminho seguro para a evolução espiritual da sociedade, sob o ponto de vista excludente do discurso oficial. Seria pelas páginas de *Kosmos*, assim como ocorria nos demais magazines voltados para a exaltação da nova cidade cosmopolita, que os jornalistas-literatos, “como espectadores privilegiados da urbe, dotados de um ‘sensibilidade fina’ [...], traduziriam, em sua narrativa, as múltiplas facetas da reforma urbana”.¹⁷¹

Deste modo, o Rio de Janeiro abriu o século XX colocando abaixo o velho casario colonial que manchava o cenário republicano da nova Capital Federal. As reformas urbanas eram a maneira mais visível e palpável da jovem República se materializar como a

¹⁶⁷ A aplicação correta do termo “grande imprensa” foi dada por Tânia Regina de Luca. Explica a estudiosa que a “expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. Cf. LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.149.

¹⁶⁸ Cf. DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983.

¹⁶⁹ De modo diverso do que ocorreu no estudo da revista *Careta*, segundo objeto de análise da presente pesquisa, a abordagem da revista *Kosmos* não impôs um recorte cronológico. Publicada mensalmente durante pouco mais de cinco anos, suas 64 edições permitiram o escrutínio completo da coleção. No próximo capítulo, é fácil perceber que com a revista *Careta* o mesmo procedimento não pôde ser usado dado o longo período de circulação semanal da revista.

¹⁷⁰ Francisco Pereira Passos, engenheiro de formação, foi prefeito do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, nomeado pelo presidente Rodrigues Alves. Durante período de estudos na França, entre 1857 e 1860, pôde assistir as reformas urbanas parisienses, promovidas pelo Barão Haussmann. A temporada em Paris calou forte em Passos que passaria a se dedicar com exclusividade aos trabalhos urbanísticos.

¹⁷¹ PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 2002. p.177.

forma de governo não apenas democrática e participativa como desejava ser percebida, mas, sobretudo, como um governo eficiente e reformador. As intervenções físicas e profiláticas não se resumiram apenas em mudar o traçado das ruas e alargar outras tantas; nem ao menos se limitaram a higienizar pardieiros e becos pestilentos. As picaretas da “Regeneração” pretendiam influenciar as sociabilidades e os valores da população. Anota Sandra J. Pesavento:

Podemos entender as intervenções na capital federal como um projeto político, que respondia às preocupações de um novo poder, o qual desejava afirmar a sua presença através de uma requalificação da paisagem.¹⁷²

O emprego da expressão “Regeneração” é tão perigoso quanto controverso. As elites urbanas, detentoras dos bens de consumo, a usariam largamente para explicar o novo alvorecer carioca. No entanto, aos excluídos da *Belle Époque*, o refugio populacional que não mais cabia no cosmopolitismo moderno do Rio de Janeiro, competiria o “Bota-Abaixo”. Nas palavras de Sevcenko:

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose [...]: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.¹⁷³

Entretanto, o caminho percorrido para a evolução moral da população citadina carioca a partir da revolução física da cidade — resumida perspicazmente na sintomática acepção semântica do termo “Regeneração” — não foi suave e sem percalços consideráveis nos campos econômicos, financeiros e, essencialmente, sociais. Tais obstáculos seriam sequelas ainda do estabelecimento forçado do novo estado republicano, que, apesar do discurso oficial, ainda mantinha sua origem oligárquica. Para o florescimento da nova sociedade carioca e para a reafirmação das elites nacionais ainda seria imprescindível ao governo republicano instaurar certo conservadorismo financeiro para aplacar uma crise econômica sem precedentes antes de se dar o salto à frente, rumo aos novos tempos.

¹⁷² Ibidem, p.173.

¹⁷³ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.43.

A partir do governo Campos Sales,¹⁷⁴ de 1898 a 1902, iniciava-se a restauração financeira da nação que sofrera para impor, entre motins e revoltas populares, a sonhada República. O primeiro presidente civil da nação, Prudente de Morais,¹⁷⁵ que governara de 1894 a 1898, embora tenha conseguido abafar as revoltas que eclodiram pelo interior do país no momento seguinte à Proclamação da República, no término de seu governo deixou as finanças da República, já comprometidas desde o governo Floriano Peixoto, ainda mais na penúria.

Os cofres públicos sofriam, primeiramente, no embalo de anos consecutivos de estouros orçamentários, frutos das demandas financeiras despejadas nas tropas que tentavam abafar as agitações antirrepublicanas. É importante ressaltar que apesar do discurso unísono da divisão republicana sobre a troca de sistema político ter-se dado de forma pacífica e suave, a verdade é que a Proclamação da República não somente foi um golpe engendrado pela casta militar como também foi totalmente manipulado e apenas absorvido pela classe burguesa, beneficiária dos privilégios republicanos. Não obstante, seria ingênuo se pensar na Proclamação da República como um movimento popular de massas. As classes menos favorecidas, consideradas até mesmo perigosas,¹⁷⁶ participaram da queda da Monarquia como espectadores secundários, meros coadjuvantes na encenação da proclamação dos novos tempos que forjavam a igualdade entre os cidadãos como sua bandeira histórica. A propósito, várias revoltas populares e militares eclodiriam pelo país em oposição ao novo regime, como a Revolta da Armada em 1893 e a subversão do Arraial de Canudos, de 1896 a 1897, comprovando como a instauração republicana foi bem menos coesa, pacífica e popular do que defendiam seus partidários. Sobre a lacuna popular na Proclamação da República, comenta a historiadora Emília Viotti da Costa:

¹⁷⁴ Manuel Ferraz de Campos Sales era advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo. Como republicano histórico, participou da fundação do partido no Brasil, na década de 1870. Com longa tradição política, elegeu-se segundo presidente civil, em 1898, expressando o triunfo da oligarquia cafeeira. Campos Sales baseou seu governo na luta contra a desvalorização da moeda nacional e a ele “coube a tarefa ingrata de liquidar as responsabilidades de um passado recente e tempestuoso, onde os desregramentos dos primeiros tempos republicanos se haviam somado aos últimos erros da Monarquia. Assim como Prudente pôde dizer na derradeira fala à Nação, que estava consolidado o governo civil, Campos Sales restaurou as finanças da República, permitindo ao terceiro Presidente civil paulista, o período áureo das realizações”. In: SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou o amanhecer*. Ed. ilustrada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 297.

¹⁷⁵ Entre 1894 e 1898, o primeiro presidente civil, Prudente José de Morais Barros, inaugurou a representação dos interesses das oligarquias agrícolas paulistas. No entanto, enfrentou grave crise política em decorrência dos péssimos resultados econômicos originados pelo Encilhamento.

¹⁷⁶ Expressão surgida na Europa por volta da década de 1840. Na origem, referia-se a todos aqueles que viviam à margem da lei. No Brasil, passaram a integrar a categoria os pobres em geral e os negros em particular. CHALHOUB, 1996 apud SIMÕES JR., Alvaro S. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007. p.157.

[...] a República se faria como a Independência se fizera — sem a colaboração das massas. O novo regime resultaria de um golpe militar. Nos meios republicanos, a estratégia conspiratória prevaleceu sobre a estratégia revolucionária.¹⁷⁷

Se, em algum momento, a República despertou certo arrebatamento entre os excluídos com a probabilidade de participação política e social, as tensões motivadas pelo advento do novo regime político findaram com as expectativas da massa populacional que, cada vez mais, seria empurrada para os arrabaldes da cidade-símbolo do partido republicano brasileiro. A propósito da participação popular nos primeiros anos da República, anota José Murilo de Carvalho:

Se na proclamação da República a participação popular foi realmente arranjada de última hora e de efeito apenas cosmético, logo após as agitações se tornaram cada vez mais frequentes e variadas, incluindo greves de operários, passeatas, quebra-quebra.¹⁷⁸

Se por um lado, a instauração da República inspirou movimentos populares e militares contra a nova ordem excludente, de outro lado, o equilíbrio financeiro do país ainda era frágil e sofria as consequências nefastas de anos seguidos de especulação econômica, inflação galopante, emissão desenfreada de papel-moeda. O chamado *Encilhamento* não apenas desestabilizou economicamente as finanças nacionais como conferiu ao país a imagem de nação endividada e de economia frágil.

De 1889 a 1891, como resultado da expansão de crédito para empresas industriais, houve a criação de numerosas sociedades anônimas e intensa especulação acionária. O país, não suportando o inchaço econômico, passaria a emitir moeda sem lastro, implicando crescimento galopante da inflação e desvalorização incontrolada do papel nacional. Foi a apoteose das falsas fortunas e do arrivismo:

O próprio compasso frenético com que se definiram as mudanças sociais, políticas e econômicas nesse período concorreu para a aceleração em escala sem precedentes do ritmo de vida da sociedade carioca. A penetração intensiva de capital estrangeiro, ativando energicamente a cadência dos negócios e a oscilação das fortunas, vem corroborar e precipitar esse ritmo,

¹⁷⁷ COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p.15.

¹⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 70.

alastrando-o numa amplitude que arrebatava a todos os setores da sociedade.¹⁷⁹

Caberia então a Campos Sales a reorganização social e econômica do país. Empréstimos foram feitos junto às instituições financeiras inglesas, cortes nos gastos públicos ajudaram a conter a sangria orçamentária. Contudo, o desenvolvimento urbano, cultural e social do país, e principalmente de sua capital, manteve-se, neste período, estagnado. Ao passar a faixa presidencial a Rodrigues Alves,¹⁸⁰ no final de 1902, as finanças estavam equilibradas e as revoltas militares e camponesas haviam sido controladas, a tranquilidade sob a proteção das elites regionais fora retomada, e o país novamente poderia respirar um clima crescente de otimismo que logo afetaria o meio cultural e social.

Portanto, Rodrigues Alves que havia sido, com mérito, entre 1887 e 1888, presidente da província de São Paulo, assumiria o controle da República com duas missões: fazer o país acompanhar os novos ventos modernos que sopravam do Velho Continente e, como consequência, tornar o país atrativo a novos investidores e ao mercado internacional como um todo. Destarte, desejava-se ardentemente o progresso e, principalmente, olvidar quase quatro séculos de dependência colonial e atraso imperial. A capital da República, vitrine dos novos tempos, precisava civilizar-se.

A temporada das amplas reformas urbanas cariocas capitaneadas pelo prefeito Pereira Passos — que o periodismo, sobretudo a crônica carioca, tão bem retratou, — serviu como porta-voz das ansiedades que rondavam o Rio antigo. O Rio de Janeiro, maior cidade do país, devia civilizar-se e se igualar às grandes capitais estrangeiras, tais como Paris, o maior modelo de modernidade, Nova Iorque, e seus arranha-céus cosmopolitas, ou Inglaterra, no seu apogeu industrial e técnico. Para tanto, um time de especialistas foi reunido em torno da inserção brasileira, e fundamentalmente carioca, na *Belle Époque* internacional.

Nomeado prefeito pelo presidente Rodrigues Alves, Pereira Passos — ao lado de Lauro Müller, responsável pela modernização portuária, Paulo de Frontin, investido da missão de abrir o principal símbolo da nova cidade, a Avenida Central, e o médico sanitarista Oswaldo Cruz, encarregado de sanear e higienizar a insalubre capital — promoveu

¹⁷⁹ SEVCENKO, op. cit., p. 38.

¹⁸⁰ Francisco de Paula Rodrigues Alves elegeu-se presidente da república em 15 de novembro de 1902, centrando suas atenções no programa de remodelação urbana e de saneamento da capital da República. Com larga experiência política e administrativa, Rodrigues Alves implantou medidas públicas draconianas a fim de restaurar a salubridade carioca.

a grande remodelação urbanística na cidade, com o objetivo de transformá-la numa capital nos moldes europeus e em dia com os ecos da modernidade.

Porém, se as reformas poderiam ser benéficas para quem tivesse o direito de usufruí-las, de outro lado, semeou a discórdia e a insurreição naqueles que foram excluídos das vantagens de uma nova cidade urbanizada. Assim, a euforia europeizante das elites burguesas na tentativa de alterar os hábitos tradicionais da população mais humilde, por meio das reformas e do discurso higienista, contribuiu consideravelmente para o caos instaurado nas primeiras semanas de novembro de 1904.

A chamada Revolta da Vacina, tentativa frustrada dos jacobinos tomarem o poder valendo-se dos populares como massa de manobra, tornou-se emblema do mecanismo de exclusão tão bem manejado pelas elites nacionais na busca por se redefinir simbolicamente. Como um grito de indignação, a população carente, insuflada por grupos antirrepublicanos, reagiu impetuosamente contra a obrigatoriedade da vacina antivariólica, medida coercitiva impetrada pela equipe médica de Oswaldo Cruz como recurso profilático para a extirpação de uma das epidemias mais devastadoras em solo nacional. Em pesquisa acerca do motim conhecido também como “quebra-lâmpioes”, Nicolau Sevcenko traduz com consistência o legítimo significado das passagens de novembro de 1904:

A Regeneração significou um processo tétrico de segregação, inculcado num prazo curtíssimo, de elevado custo social, humano e econômico, e intransigente em todos os seus aspectos. [...] A revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação.¹⁸¹

No rescaldo dos acontecimentos, sobraram feridos de toda sorte e um centro carioca varrido pela fúria dos populares convulsionados pelo horror da arbitrariedade governista. É o mesmo Sevcenko quem mostra as consequências brutais da regeneração disciplinadora e autoritária para aqueles que não faziam parte da facção restrita que se beneficiou dos novos e amplos espaços de sociabilidade abertos à circulação:

Esse processo de reurbanização trouxe consigo fórmulas particularmente drásticas de discriminação, exclusão e controle social, voltada contra os grupos destituídos da sociedade. E foi na intersecção sufocante dessa malha

¹⁸¹ SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993 (coleção História em aberto). p.67.

densa e perversa que a população humilde da cidade viu reduzirem-se a sua condição humana e sua capacidade de sobrevivência ao mais baixo nível.¹⁸²

A Revolta da Vacina foi a prova de que a *Belle Époque* não poderia facilmente varrer para debaixo do tapete republicano as moléstias que, pelo seu prisma, desfiguravam a cidade e enegreciam o cenário carioca. Por outro lado, a sociedade emergente, que desfrutaria das benesses dos novos espaços urbanizados e controlados e seriam as vedetes das revistas laudatórias das reformas cariocas, não poderia conviver com a sujidade e a ameaça de doenças fatais que afastavam a visita e o investimento de estrangeiros na bela cidade litorânea.

Contudo, esta dinâmica da cidade cindida não era alcançada pela *Kosmos*. A cidade idealizada sombreava a cidade real não apenas pelas páginas cintilantes da publicação como também por meio das escritas produzidas pelo grupo social especializado a ela vinculado. A imagem de “ordem e progresso” tão propalada pelas elites republicanas seria uma das diretrizes basilares expressadas pela missão civilizadora¹⁸³ de *Kosmos*, cujas páginas não comportariam as fuzarcas populares tão discrepantes do novo modo de ser cosmopolita.

Kosmos teria a vida urbana como matéria-prima e teria a cidade carioca como sua principal atração; e não era à toa que o Rio de Janeiro se tornaria, para este selecionado núcleo urbano letrado, a Cidade Maravilhosa.¹⁸⁴ Se não era possível usar cartola, casaca, luvas, chapéus e saltos franceses nas esburacadas e pestilentas vielas e nas tortuosas calçadas cariocas, dar-se-ia um jeito, brasileiro e à força, no cenário da modernidade nacional. Nem que para isso a população que não combinasse com a nova cenografia importada fosse posta para fora da cidade, nos arrabaldes e freguesias distantes, que somente a Central do Brasil¹⁸⁵ alcançaria.

Neste clima de tensão urbana, Rodrigues Alves assumiu a presidência com o intento de transformar o Rio de Janeiro numa cidade cosmopolita, higiênica e civilizada.

¹⁸² Ibidem, p.82-83.

¹⁸³ A distinção entre cidade real e cidade simbólica e a relação orgânica existente entre o grupo social especializado e sua missão civilizadora é dada de maneira abrangente pelo pensador Angel Rama. Cf. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

¹⁸⁴ No embalo das conclusões de algumas importantes obras urbanísticas realizadas no Rio de Janeiro, o poeta e jornalista Coelho Neto (1864-1934) criaria o epíteto, em 1908, nas páginas do jornal *A Notícia*.

¹⁸⁵ Inaugurada no final da década de 1850, a então Estrada de Ferro Dom Pedro II contava com apenas cinco estações: Campo, Engenho Novo, Cascadura, Maxambomba e Queimados. Com a Proclamação da República seu nome foi alterado para Estrada de Ferro Central do Brasil e continuou interligando a cidade carioca e seus subúrbios além de ampliar seus trilhos para os demais estados da nação.

Para tanto, não mediu esforços e investimentos. As reformas urbanas e sanitárias promoveram uma enorme valorização da área central da cidade. Remodelar a Cidade Velha era prioridade, pois ela seria o cartão-postal da nova metrópole e a prova do triunfo da República. Assim começava a se concretizar, ao menos para parte privilegiada da sociedade carioca, o espetáculo cosmopolita. A velha lagarta urbana se transformaria na mais bela borboleta brasileira...

Sendo assim, é importante salientar que nas crônicas espalhadas pelo periodismo da época é quase consenso a exaltação das reformas urbanas orquestradas pela municipalidade a partir dos anos 1900. Em texto-símbolo de sua participação na *Gazeta de Notícias*, Olavo Bilac exerceria com mestria o trabalho, que também desenvolverá na *Kosmos*, de defesa intransigente da necessidade dos projetos de remodelação urbana para a evolução social da cidade carioca. Em suas crônicas, notadamente hiperbólicas, se vê a erradicação dos vícios do corpo urbano através da “terapia literária”.¹⁸⁶ Recorrendo à batida metáfora da borboleta, Bilac idealizava o Rio de Janeiro como um metabolismo urbano:

Seria doce e delicioso, à minha alma de carioca, o espetáculo da mudança, que na frase feliz da *Gazeta*, assinala “um momento histórico para a cidade”: e eu teria o raro prazer de assistir, em poucas horas, ao trabalho completo da metamorfose de uma feia lagarta numa linda borboleta.¹⁸⁷

Nesta crônica de 1908, o cenário carioca ainda estava movediço e convulsionado por tantas transformações forçadas. Vibrando pela mudança do velho mercado municipal, que abandonaria suas instalações no decrépito casario do centro da cidade, Bilac deixaria manifesto que, de certo modo, a metamorfose carioca estava completa. A desapropriação de um dos últimos redutos coloniais do centro da Cidade Velha marcaria, falsamente, o apogeu da “Regeneração”. Na prática, pouco disso foi verdade. As obras realizadas desde o início da era Passos foram importantes para o escoamento comercial da produção de bens de consumo nacional, que tinha no porto carioca sua principal saída para o mundo, mas, no entanto, não foram tais reformas rápidas e naturais tais como a metamorfose de uma borboleta. A parcial transformação do velho centro carioca se deu por meio de abusos e da falta de cidadania. A metamorfose se deu para aqueles que tinham dinheiro para vivenciar a nova cidade cosmopolita.

¹⁸⁶ Cf. DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. p.44.

¹⁸⁷ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 16 fev. 1908. p. 5, 3. col.

A imprensa conservadora, a mesma que denominou as reformas urbanas e higiênicas de “Regeneração”, era a voz destes beneficiários do remodelamento da Capital Federal. *Kosmos* faria não somente parte desta imprensa obsequiosa como, sobretudo, seria quiçá o grande estandarte em prol das melhorias cariocas. Tal e qual um jornal oficioso, a *Kosmos* foi, sem sombra de dúvidas, a representante impressa da “Regeneração” em todos os seus conturbados e controversos aspectos.

2. A VIDA URBANA COMO MATÉRIA-PRIMA.

De modo geral, os anos iniciais do século XX são associados, no imaginário nacional, a uma ideia de transformação e de novidade. Caberia, por conseguinte, às revistas, símbolo táctil dos novos tempos de mudança, a função de disseminar ludicamente a ideia — nem sempre falsa e tampouco verdadeiramente real — de progresso urbano e técnico, por meio de *fait divers*, crônicas ou produções ficcionais várias.

Tendo como paradigma máximo a altivez da publicação francesa *Revue des Deux Mondes*, cultuado calhamaço de erudição periódica, o formato *revista* começaria a tomar fôlego no Brasil no embalo do jornalismo industrial que atualizaria as publicações brasileiras.

Cabe comentar que a fatura francesa ainda muito serviria como modelo para a feitura do jornalismo tupiniquim e a *Revue des Deux Mondes*, fundada em 1831 e em circulação até a atualidade, representaria a síntese da informação, do bom gosto e do refinamento para o leitor. Conforme comenta Ana Luiza Martins, as práticas culturais brasileiras seguiam no enalço das modas francesas:

A França sempre fora nossa referência cultural, a influência mais forte nas letras do País e seus impressos tinham colocação garantida no Brasil. [...] Dos figurinos aos vinhos, das joias aos livreiros, o modelo teimava em ser francês. Inspiração de nosso periodismo, as revistas francesas constituíram-se em suas matrizes por excelência.¹⁸⁸

Versando sobre questões convergentes no campo das letras, da história, das ciências, da economia e da política; seu campo de influência sempre foi amplo e respeitado entre a intelectualidade internacional, inclusive a brasileira. Importada tanto para o Rio de Janeiro quanto para São Paulo, a *Revue des Deux Mondes* sempre fora tida como modelo

¹⁸⁸ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república - São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial: FAPESP, 2008. p.77.

coeso de revista por excelência, sendo debatida nos meios culturais emergentes da sociedade brasileira. Como uma tribuna internacional, a revista sempre promoveu o acesso dos escritores mais prestigiosos da época, seduzindo leitores ilustrados por seu conteúdo cultural erudito e atual, além de esmerado tratamento gráfico. Lima Barreto, mesmo hostil aos desmandos do campo intelectual do momento, não se furtou à leitura da prestigiosa revista, chegando ao extremo de colecioná-la.¹⁸⁹ Comenta seu biógrafo que ao falecer, sintomaticamente, o criador da República da Bruzundanga tinha em mãos um exemplar da revista:

Lima Barreto sentara-se na cama, enquanto Evangelina dispunha a bandeja no travesseiro, que havia colocado sobre as pernas do doente. Uma hora depois, retornando ao quarto, encontraria o irmão morto. Continuava sentado, abraçado a um volume da *Revue des Deux Mondes*.¹⁹⁰

Tendo como diretriz o constante espírito analítico em sua linha editorial basilar, a publicação francesa pouco apelava aos anúncios e não contaria em suas páginas com farta ilustração. Apesar destas evidentes discrepâncias de configuração editorial existentes entre o modelo francês e o nacional, de modo geral, o formato *revista*, no Brasil, foi constantemente inspirado nos protótipos franceses, sendo a *Revue des Deux Mondes* o arquétipo de superioridade nos campos das artes e das letras.

Como corolário da disposição erudita e refinada da inspiradora francesa, a *Kosmos*, além de se colocar claramente como o bastião das reformas urbanas e sanitárias cariocas, serviu de evidente força aglutinadora de escritores. As diversas colunas que estamparam *Kosmos*, em suas únicas 64 edições, sinalizam para a diversidade espiritual do grupo pensante e compactado com o espírito da revista. Embora agregasse inúmeras vertentes culturais, a elite intelectual atuante em *Kosmos* era coesa no que tangia à defesa da modernidade forjada através da profilaxia e remodelamento urbano.

A revista foi editada a partir de janeiro de 1904, circulando principalmente na cidade do Rio de Janeiro e, durante os cinco anos e meio em que foi publicada, *Kosmos* contou com um diversificado e coerente time de colaboradores. A equipe de colunistas da publicação revela muito sobre seu perfil editorial. Dentre os muitos nomes que passaram pelas páginas da revista, alguns são notórios e se prestaram a delimitar a essência da publicação. Entre todos os renomados artífices da regeneração, o mais importante e

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*, p.75.

¹⁹⁰ BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. p.358.

representativo do escopo de *Kosmos* seria o poeta e jornalista Olavo Bilac. No entanto, como um dos personagens centrais deste estudo, a ele caberá capítulo a parte.

Outros muitos nomes contribuíram para fazer de *Kosmos* símbolo de um Rio de Janeiro moderno,¹⁹¹ seja por conta do estilo da coluna que assinavam seja pela aceitação irrestrita da política laudatória da revista. Personalidades marcantes do campo intelectual dominante finissecular e símbolos do fazer literário da *Belle Époque* contribuíram para o sucesso editorial de *Kosmos*; entre tantos, nomes como os de Gonzaga Duque, Coelho Neto, Emílio de Menezes, Mário Pederneiras, Medeiros e Albuquerque, e tantos outros expoentes da vida literária carioca. José Veríssimo, ícone da crítica literária do momento, colaborou com a revista em colunas fixas, desde seu lançamento, forjando na publicação certo pendor literário.

Na *Kosmos*, o afamado crítico assinou continuamente a coluna “Vida Literária”, na qual passava a limpo os últimos lançamentos do mercado editorial brasileiro e internacional. Em sua primeira coluna, no número de lançamento da revista, José Veríssimo sintomaticamente comentaria uma possível estagnação da nossa arte literária naquele período:

Pedem-me os diretores desta nova revista — à qual desejo e auguro mais propícios fados que às suas predecessoras se depararam — que eu diga da nossa vida literária o ano passado.

Não tendo estado, nesse período, tão atento a ela como nos que imediatamente o precederam, desde 1895, nem lhe havendo acompanhado as manifestações com o mesmo interesse e curiosidade, receio não me escapem alguns dos seus aspectos, ainda relevantes, e muitos documentos, porventura interessantes, por que se revelou. Assim, não saberei dizer com alguma precisão, se no ano findo a nossa vida literária foi mais rica que nos anteriores. De mim para mim, porém, creio que não.¹⁹²

Antonio Dimas, em *Tempos eufóricos*, levanta algumas indagações acerca do momento em que se encontrava a crítica literária nos anos de circulação de *Kosmos*:

¹⁹¹ Apesar de se fazer presente em diversos estados da nação, *Kosmos* seria mais lida no Rio de Janeiro. A maioria absoluta dos assuntos comentados nas páginas da revista remetia à Capital Federal. No entanto, o expediente da revista lembraria sua representação nos mais variados estados do país. Como exemplo, cita-se o expediente de janeiro de 1905: “Para que não continuem as reclamações que diariamente recebemos contra o serviço dos Correios, abrimos uma nova categoria de assinaturas sob registro – para garantir o assinante contra possíveis extravios. Essas assinaturas custarão – para o interior 23\$000 – para o estrangeiro 28\$000”. E mais abaixo, na mesma nota, a revista comprovaria sua imensa rede de distribuidores: “São nossos representantes: Estado de S. Paulo – Sr. Antonio Ferreira Neves Junior. Estado do Paraná – Sr. Dario Velloso. Estado de Pernambuco – Sr. Carlos Burle. Estado do Pará – Sr. Fernando Figueiredo Motta. Estado do Maranhão – Sr. Antonio Gonçalves Moreira Nina. Estado do Amazonas – Coronel Domingos Andrade. Estado da Bahia – Sr. Vicente Ferreira Lins do Amaral”. EXPEDIENTE. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1905.

¹⁹² VERÍSSIMO, José. Vida Literária. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1904.

A quantas andava a crítica literária nacional nos anos em que se publicou *Kosmos*? Quais os padrões estéticos que a orientavam e quem os sustentava? Qual o prestígio, a repercussão e a penetração da revista em termos de crítica? Haveria correlação de forças entre a modernidade técnica, reiteradas vezes reclamada, desejada e demonstrada graficamente pelo periódico, e a modernidade dos princípios críticos? Ou, mais uma vez, o alcance das formulações críticas era limitado pela faixa dilatada de consumidores, satisfeitos apenas com a *aparência* moderna do periódico?¹⁹³

Frente a uma quantidade expressiva de artigos críticos localizados durante toda a circulação de *Kosmos* — 90 no total — mais uma vez, será o próprio Dimas quem questionará não apenas a importância da existência de colunas de crítica literária ou cultural para a fatura moderna da revista como também para a comprovação da vocação eclética do periódico:

Kosmos concretizava o jornalismo que dava passos vacilantes rumo a definições de faixas consumidoras, ainda até hoje pobremente discerníveis em vista de nosso desenvolvimento desequilibrado, e por isso mesmo precisava assegurar-se, mantendo-se alerta a todas as direções. Afora isso, parece que a calma do momento não oferecia estimulantes generosos para o exercício do ofício literário.¹⁹⁴

De modo geral, o ambiente cultural brasileiro, à época, sinalizava para momentos de indefinição de valores estéticos claramente definidos, e a própria revista *Kosmos*, a partir de seu conteúdo eclético e até mesmo diletante, comprovaria o período intelectual polimorfo e instável, como a colocação anterior deixa entrever.

Nas palavras de Ana Luiza Martins, nesta possível entressafra cultural, o formato *revista* teria sido “a embalagem industrial moderna, para textos ainda de fatura parnasiana. Esse choque entre o visual moderno e o interior antigo ilustra a defasagem cultural e a contradição vivida pelo momento”.¹⁹⁵

A temporada subsequente aos movimentos abolicionistas e à Proclamação da República foi intelectualmente mais produtiva e rica no crescente universo jornalístico, que convocou os literatos ociosos para suas fileiras, do que no exercício da literatura propriamente dita, que insinuava certo retraimento e escassez de temas após o apogeu do

¹⁹³ DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p.106.

¹⁹⁴ Ibidem, p.107.

¹⁹⁵ MARTINS, op. cit., p.192.

fecundo *fin-de-siècle* parnasiano.¹⁹⁶ Entretanto, pairaria sobre o fazer revisteiro, para qual *Kosmos* é exemplo perfeito, a indefinição de rumos estéticos. Se a revista era pretensamente nova na apresentação apurada ainda mostrava-se antiga e indefinida no conteúdo.

Portanto, se, por um lado, as colunas de teor crítico, cultural ou literário tentariam ratificar uma possível vigência intelectual de *Kosmos*; por outro prisma, evidenciariam uma suposta anacronia com os novos princípios do jornalismo moderno, que primariam pela variedade, porém, condenariam a mencionada tendência cultural tão arraigada no século XIX.

Insista-se na teoria de que, embora contasse com expressivo grupo de colaboradores renomados, como por exemplo, Gonzaga Duque, espécie de sustentáculo da revista,¹⁹⁷ que assinava frequentemente contos e demais textos ficcionais na revista, é consenso que a *Kosmos* por mais que se empenhasse, por meio de seus respeitáveis colunistas, em se nomear como uma publicação erudita e literária, o que realmente se observa, na leitura de suas páginas, é a certeza absoluta de uma miscelânea de valores culturais e gêneros, desaguando em certa apatia estética, que nada antecipava ou preconizava.

Todavia, toda esta sorte de gêneros que emana das edições de *Kosmos* — poesia, conto, crônica, crítica — corrobora seu ecletismo programático e sua total adesão ao sistema político republicano, seja por meio de seus textos adulatários impregnados de ideologia de progresso, seja através do competente trabalho fotográfico responsável em comprovar visualmente a regeneração material da cidade. *Kosmos* foi, por fim e a despeito de suas incertas incursões literárias, o grande mostruário do cosmopolitismo e da vida urbana burguesa.

É preciso mencionar que não se afirma a total ausência literária nas páginas de *Kosmos*. Na realidade, ao se estudar as crônicas de abertura escritas por Olavo Bilac, muito se notará da força persuasiva, alcançada por meios de subterfúgios literários, no discurso do poeta-jornalista. Porém, o que momentaneamente se afirma é que, apesar da

¹⁹⁶ A crítica nacional, de modo geral, convergia para a inanidade de nossa poesia do início do século XX. Na *Kosmos*, em detrimento ao Simbolismo, a permanência parnasiana é evidente como forma de consolidar um suposto gosto refinado e culto segundo os padrões consagrados e bem aceitos pelas camadas dirigentes. Segundo estudioso, a opção pela voga parnasiana na *Kosmos* repousa suas razões no seguinte motivo: “Estampando um ‘lirismo bem comportado’, um ‘lirismo funcionário público’, a revista transmitia um tipo de poesia moralizante, edificante, adequada a uma ideologia de progresso, de regeneração material (e moral?) no limiar de um século novo em cidade nova”. Cf. DIMAS, op. cit., p.85.

¹⁹⁷ Cf. Ibidem, p.25.

prevalência da temática parnasiana, não há na revista a defesa ou a orientação a partir de qualquer período literário definido. Antonio Dimas corrobora essa afirmação:

Já foi dito que não se pode tomar *Kosmos* como representante direto de nenhum momento literário por uma razão muito simples: seu intuito comercial óbvio, que pretendia atingir amplo consumo, prestava-se à divulgação de conceitos vagos e esparsos, tidos como portadores da ideia de “refinamento” e de “civilização”.¹⁹⁸

Entretanto, não obstante as presumíveis incongruências ideológicas e estéticas que permearam a publicação, eventos facilmente mensuráveis ao se recuperar os posicionamentos críticos, muitas vezes rasos, e as composições literárias vagas publicados na revista, *Kosmos*, a princípio, repercutiu satisfatoriamente bem entre os leitores. Diversos jornais prestigiados noticiariam o lançamento da refinada revista, como a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia* e o *Correio da Manhã*.¹⁹⁹

Ainda que com a aceitável repercussão inicial, *Kosmos* evidentemente não era feita para um amplo público, mas, sim, para um público seleto. Diversas razões sinalizam para seu delimitado círculo de leitores. Revista de consumo muito mais visual do que intelectual, *Kosmos* servia para deleitar leitores pouco qualificados, porém sintonizados com o momento efervescente da *Belle Époque* carioca. Não era seu intento educar fileiras de leitores de literatura ou de qualquer outro segmento erudito. Como revista de ilustração e de viés declaradamente mundano, *Kosmos* estava mais para evidenciar a vida literária vigente do que propriamente a arte literária em si:

Kosmos não fora pensada para questionar nenhum tipo de sistema: literário ou não. Seu conteúdo de arte — literária, gráfica, plástica — constrói-se sobre tendências diversas do panorama intelectual europeu *fin-de-siècle*, no qual entrecruzam-se simbolistas, parnasianos, decadentes, realistas já em fase de dissolvença. Antes de mais nada, *Kosmos* era ato de afirmação; veículo *móvel*, comprobatório do remodelamento urbano, sua extensão.²⁰⁰

Apesar do título do magazine sugerir uma amplitude e uma globalização de alcance público,²⁰¹ essa vastidão apenas se concretizou na miscelânea de temáticas e na heterogeneidade de colunas que faziam da *Kosmos* uma revista eclética e dispendiosa. A

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 113.

¹⁹⁹ É bem verdade que essa troca de elogios mútuos publicados nos periódicos era maneira eficaz de publicidade grátis para o jornal que fora enaltecido.

²⁰⁰ DIMAS, *op. cit.*, p. 10.

²⁰¹ É importante mencionar também que o vocábulo de origem grega “kósmos” significa o universo e a natureza, considerados como um todo organizado e harmonioso, ou seja, tudo aquilo que a revista defendia e almejava para si e para a urbe carioca.

grandiloquência do nome não autorizava uma abrangência de público, muito pelo contrário. Embora ambicionasse ser um sucesso comercial de vendas avulsas e de assinaturas, *Kosmos*, por seu conteúdo programático claramente governista, não seria nunca uma revista popular.

Competindo para se fazer a divulgadora dos prováveis benefícios excepcionais das reformas urbanas cariocas, *Kosmos* não pouparia esforços na divulgação de seu ideário burguês, e seu título, apesar de sugerir a ideia de universalidade, muito se afastaria do leitor médio carioca, pouco satisfeito com os projetos sanitários e políticos da cidade. Sem contar os valores exorbitantes de suas assinaturas anuais que giravam em torno de 22\$000, sendo que o exemplar avulso ficava pela bagatela de 2\$000, preços abusivos se comparados ao valor bem mais módico da *Careta*, por exemplo, que não ultrapassaria na venda individual 300 réis, em 1908.

Evidentemente, se em algum momento *Kosmos* pretendeu ser um sucesso de vendas, sua comercialização caríssima inviabilizou sua popularidade e a mensagem a serviço do projeto ideológico governista impediu sua perpetuação no gosto médio da sociedade, em sua maioria, ainda analfabeta e pobre. À revista que se descobria “mostruário da elegância ociosa”²⁰² carioca coube fatia diminuta da coletividade alfabetizada, branca, bem nascida e residente nos bairros elegantes como Botafogo e Laranjeiras, elite esta sempre retratada nas iluminuras *art nouveau* da *Kosmos*:

[Em *Kosmos*] tudo ficava muito bem *disfarçado*. Desmontado o ideário vendido pelo periódico, revela-se o quanto suas páginas higienizadas, de um Itamarati e de uma população brancas, estavam longe de retratar o cotidiano sofrido de um País analfabeto, atrasado e arcaico.²⁰³

Embora contasse com público seletivo e elitizado, insistia-se também na importante capacidade de *Kosmos* de sinalizar as demandas de consumo em alta no mercado nacional. A crescente busca por melhores produtos fez com que o cenário urbano carioca simplesmente aflorasse para a circulação dos novos bens de consumo. Era a voga do fetichismo de consumo e, para ter retorno financeiro, *Kosmos* apelaria para diversos ardis que assinalam, ao mesmo tempo, sua incursão pela modernidade.

Assim, por um lado, a revista se destacaria como uma forte sinalizadora de novas tendências e, por meio da publicidade estampada em suas páginas, nota-se o efervescente fetichismo que alavancaria o comércio requintado das ruas nobres do centro

²⁰² MARTINS, op. cit., p.23.

²⁰³ *Ibidem*, p.24.

carioca. Por outro lado, essa mesma publicidade renovaria a certeza de que o formato *revista* não apenas se adaptou ao gosto de leitura do brasileiro como, principalmente, forjou em terras cariocas marcas da nova forma de jornalismo. Comenta este aspecto Marialva Barbosa:

A quantidade de publicidade — ocupando habitualmente as quatro últimas páginas, além dos anúncios que se distribuem ao longo de todas as publicações — indica um público ávido por consumo e modernidade.²⁰⁴

Recurso criativo de *Kosmos* foi o expediente da publicação de “Fascículos para colecionar”. Ao final de cada ano, a revista divulgava a possibilidade de se comprar os doze números anuais de *Kosmos* elegantemente encadernados. Todavia, não foram apenas as edições para colecionadores ou mesmo a publicidade que equilibravam os cofres de *Kosmos*.

Mais uma solução do nascente mercado publicitário chegava às páginas da revista: a promoção e divulgação de concursos. Na conquista de leitores e para angariar fundos, lançavam-se concursos infantis, culturais e esportivos que, ludicamente, forçavam o leitor a acompanhar o desenvolvimento das disputas e aqueles, de certa maneira, seduzidos, acabavam se envolvendo e criando dependência da revista.

Do mesmo modo que *Kosmos* comprovaria em suas páginas a função do formato *revista* de aglutinar escritores, sinalizar novos modismos e evidenciar, por sequência, novas demandas de consumo, todos estes requisitos também ajudariam a consolidar e, principalmente, segmentar o público cativo da revista.

A revista circulou por entre os leitores cariocas no momento nevrálgico das reformas urbanas e higienistas do Rio de Janeiro. Além de constituir-se claramente representante do grupo intelectual dominante da época, *Kosmos* foi temática e cronologicamente ligada aos desmontes da Cidade Velha como o espaço impresso legitimador do programa “O Rio civiliza-se”. Baluarte “extraoficial” da Regeneração, a revista fatalmente deixaria de circular em 1909, momento em que arrefecia a cobiça demolidora da municipalidade e do governo federal.

Antonio Dimas²⁰⁵ levanta a hipótese a partir da qual se tentará entender a configuração da *Kosmos*. Qual era a índole da *Kosmos*? Ornamental? Literária e crítica cultural? A despeito de seus textos inofensivos e mundanos, a essência de *Kosmos* residia na

²⁰⁴ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-1920*. Mauad X, 2007. p.57.

²⁰⁵ Cf. DIMAS, op. cit., p.19.

indefinição de seus tempos, dividida entre os áureos momentos da *Belle Époque* e os arrojados ventos que insinuavam a modernidade.

Nascida para explicar o progresso e a indispensável civilização cosmopolita ao carioca, *Kosmos* morreria por si mesma. Como um círculo vicioso, no apagar das luzes da primeira década do século XX, o oráculo impresso das reformas urbanas deixaria o cenário cosmopolita assim como descansariam as “picaretas da Regeneração”.

No entanto, algumas páginas ainda separam o apogeu e o declínio de uma das mais refinadas publicações cariocas de todos os tempos. Entender seu percurso é entender também sobre esta parcela da sociedade ávida por ser um pouco civilizada e moderna.

3. A SACRALIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A AVENIDA CENTRAL COMO VITRINE.

Ingênua, superficial e reflexo de um tempo que se forçava a ser moderno, *Kosmos* foi símbolo de um jornalismo galante e sem estofo que, sobretudo, se beneficiou da construção da Avenida Central para divulgar a ideia de progresso. Alegoria máxima dos novos tempos, a avenida extremamente grandiosa para uma cidade afeita às ruas esburacadas e poeirentas representava o apogeu da “Regeneração” e *Kosmos* lhe serviria para engrandecer e documentar sua importância mítica.²⁰⁶

É bem verdade que uma não existiria sem a outra. De modo geral, *Kosmos* ajudou a justificar o amontoado de lama que ainda era a avenida em sua inauguração parcial, em setembro de 1904, e, conseqüentemente, contribuiu fortemente para o ocaso do até então centro máximo da tradicional vida boêmia carioca: a Rua do Ouvidor. Por outro lado, a suntuosa avenida, sua ampla dimensão, sua iluminação imponente, seus prédios suntuosos foram assuntos centrais nas páginas da revista.

Por conseguinte, *Kosmos* também serviria para divulgar os recentes hábitos mundanos do novo cenário personificado pela boêmia galante do século XX. Sobre a adaptação dessa boêmia literária ao panorama literário-social da Capital Federal, informa Brito Broca:

Na verdade, à medida em que decaía a boêmia dos cafés, surgia uma fauna inteiramente nova de requintados, de dândis e *raffinés*, com afetações de elegância, num círculo mundano, em que a literatura era cultivada como um

²⁰⁶ Cf. *Ibidem*, p.133.

luxo semelhante àqueles objetos complicados, aos para-ventos japoneses do *art nouveau*.²⁰⁷

Eram os novos tempos em que a vida literária teria mais *glamour* e encanto do que propriamente a literatura. Era o momento dos cafés literários e dos salões mundanos, da voga dos saraus e das conferências. Num tempo de reajustamento político-social, as práticas culturais cariocas, principalmente representadas pela produção literária, encontrariam na aliança com o mundanismo e com o aburguesamento sua moderna fisionomia.

Outros espaços de sociabilidade possibilitados pelo remodelamento urbano do mesmo modo contribuíram para a cristalização do mundanismo literário. De tal maneira, casas noturnas, choperias e hotéis da Avenida Central dariam novo fôlego à boêmia dourada que surgia. De bom gosto e civilizado era também fazer *footing* na Avenida Central, asfaltada e iluminada. Prestigiar seus imponentes prédios, conhecer as redações dos grandes jornais que ali se fixavam, ver e ser visto pela sociedade engalanada da época, tudo isto fazia parte do *ser* moderno e *Kosmos* estava à venda para isso.

Suas colunas mundanas e sociais, seus editoriais entusiasmados, as seções ilustradas e as produções fotográficas trabalhavam para serem referências para sociedade civilizada e *raffinée*, neste ambiente que se configurava sobre os escombros do antigo centro carioca. *Kosmos*, portanto, foi a representação do apogeu do luxo nas ruas de um Rio de Janeiro fervilhante e ansioso por modernização e assim como seu título, anteriormente mencionado, a revista se prestava a ser as portas para o mundo globalizado que se anunciava no bojo das reformas urbanas e profiláticas. A atualização com os novos tempos ficaria explícita em seu editorial de lançamento:

Apresentando ao público o primeiro número de nossa Revista, entendemos não haver necessidade de, obedecendo ao que preceituam antigos usos, traçar o programa de seus trabalhos, de sobra expressos o seu caráter, a sua índole, pelo nome que demos.

[...]

Franqueamos suas páginas a todas as manifestações intelectuais, esperando assim, modestamente, cooperar para o desenvolvimento e progresso de nossa terra; e nem poderá ser taxada de imodesta essa esperança, dadas as preclaras inteligências que nos prometeram colaboração.²⁰⁸

²⁰⁷ BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p.55.

²⁰⁸ EDITORIAL. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1904.

Alguns termos expressos pelo primeiro editorial de *Kosmos* — que não leva assinatura alguma, remetendo à possibilidade de ser o texto de abertura representativo da coletividade intelectual da revista — são sintomáticos e antecipadores de certas posturas da publicação.

Em primeiro plano, os *antigos usos* jornalísticos seriam abolidos em nome de uma forma mais arrojada de se fazer periodismo, colocação esta que remete à modernização da imprensa na virada para o século XX, tão cara e indispensável ao requinte gráfico de *Kosmos*. Por outro lado, o texto de abertura manifesta-se acerca do *caráter* e da *índole* da revista, diretamente ligados ao seu título — a grandiosidade e a amplitude de alcance de *Kosmos*. Por fim, as passagens mais contundentes e reveladoras sobre esta índole de *Kosmos*: cooperação com o *progresso* de nossa terra por meio das prometidas *manifestações intelectuais*.

Ao fim da leitura do editorial de lançamento da nova revista, sobra a certeza sobre os incertos objetivos gerais de *Kosmos*. Por mais que lhe fosse cara a abolição dos antiquados meios de jornalismo e a constante manutenção, em suas fileiras, de renomados intelectuais, estes apenas fizeram solidificar a índole ambígua da revista, que se queria em dia com os últimos gritos da modernidade, mas mantinha-se fiel ao anacrônico jornalismo laudatório e oficioso.

Em nome do progresso entusiástico, *Kosmos* abdicou, a despeito do coroado time de redatores e colaboradores, de um programa erudito coeso que a fizesse perfilar no rol das mais notáveis revistas literárias em voga no período. A ela coube o papel de ser porta-voz do culto ao progresso: um grande álbum social, colorido, bem desenhado, no entanto, apenas ilustrativo de uma época que se queria civilizada e moderna.

A despeito de outras publicações respeitadas no cenário nacional, como a *Guanabara*²⁰⁹ e a *Revista Brasileira*²¹⁰ que mesmo contra as preferências do mercado leitor se impuseram como revistas literárias e eruditas e pouco resistiram ao escasso número de

²⁰⁹ Revista mensal, sob responsabilidade do grupo romântico encabeçado por Joaquim Norberto de Souza Silva, contava entre seus redatores com nomes como os de Manuel Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias. Revista científica e literária, a *Guanabara* circulou entre 1849 e 1856 e dedicava-se à poesia, à ciência e à economia. Entretanto, a revista serviu principalmente na divulgação de estudos sobre a nacionalização da literatura brasileira.

²¹⁰ A primeira publicação desta revista (1ª fase) saiu em 1855, sob direção de Francisco de Paula Meneses. Anunciava-se como quinzenal, mas somente apareceu seu primeiro número. A segunda edição surgiria em 1857, com a denominação de *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Entretanto, a fase áurea da publicação se deu sob a direção do crítico José Veríssimo, entre janeiro de 1895 e setembro de 1899. Foram publicados 19 tomos com 93 fascículos. Órgão que reunia o melhor das letras no país foi espécie de germen embrionário para a fundação da Academia Brasileira de Letras.

leitores, *Kosmos* sempre se manteve no confortável gênero de revista meramente ilustrada, a despeito de sua autointitulação literária. Nas palavras de Dimas, em *Tempos eufóricos*, uma publicação à qual competia “preencher o ócio com dignidade”.²¹¹

Neste ambiente de transformações físicas e espirituais, *Kosmos*, feita sob encomenda para vangloriar o momento carioca, teria, em termos simbólicos, a Avenida Central como metonímia da metrópole moderna e seus prédios representariam a concretude da transformação urbana em nome da civilização.

Dispendiosa e direcionada a quem acreditava nas razões draconianas das reformas, *Kosmos* era lida por quem confiava e apoiava as melhorias urbanas, e àqueles que não se beneficiariam com as mudanças ou simplesmente não apoiavam o desmonte do centro carioca, ela impunha, por suas páginas, as imagens “vitoriosas” da urbanidade cosmopolita. Querendo adular quem incontestavelmente sustentava a mudança e querendo convencer aqueles que a criticavam, *Kosmos* era, ao fim e ao cabo, sinônimo de superficialidade editorial e, ao mesmo tempo, da certeza de um futuro grandioso para o Rio Janeiro. Entretanto, as reformas mostradas na revista, em seu vigor fotográfico, não eram exatamente como eram nos canteiros de obras. Tendenciosa e sem a obrigatoriedade de ser imparcial, a revista, em seu discurso hegemônico, traduzia pela temática urbana o suposto Rio de Janeiro de realidade maquiada e impregnada pelo ideário de ordem e progresso.

Pela abertura da Avenida Central, *Kosmos* se tornou, no imaginário social burguês, porta-voz da ditadura urbanizadora implantada pelo governo republicano. De acordo com Beatriz Jaguaribe, é inflexível a relação existente entre a burguesia emergente carioca, a Proclamação da República e as reformas urbanas e profiláticas implantadas no centro do Rio de Janeiro:

Como capital da república, o Rio de Janeiro, durante a segunda metade do século XIX e, sobretudo, durante a reforma Pereira Passos (1902-1906), foi o palco primordial da encenação cultural da elite europeizada. Os paradigmas urbanísticos de circulação, higienização e ventilação determinavam uma nova reordenação topográfica. A abertura de amplas avenidas, o bota-abaixo do casario colonial, a crescente separação entre os redutos dos ricos e as zonas periféricas dos pobres estipulavam as ordenações da capital republicana calcadas na modernização do espaço público e no ideal de uma urbanidade cosmopolita.²¹²

²¹¹ DIMAS, op. cit., p.9.

²¹² JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. p.14.

Sendo os olhos da sociedade burguesa leitora, a revista foi testemunha de seu tempo e instrumento eficaz de propagação dos recentes valores culturais que exigiam a moderna vida burguesa carioca. Tendo a cidade como palco, *Kosmos* filtrou para a sociedade burguesa leitora a celebração do progresso e “hiperbolicizou” a representação da “Regeneração”. Para os intelectuais pró-Regeneração a velha cidade colonial era a pedra no sapato da modernização. E *Kosmos*, por meio de seus textos e da intelectualidade comprometida com os ideais profiláticos, colaborou no empenho de transformação física e moral da cidade. Sobre a tomada de posição da intelectualidade carioca, afirma Benchimol:

Intelectuais, acadêmicos, jornalistas, e historiadores contribuíram, na época, para a difusão de uma retórica elitista e triunfal, celebrando a milagrosa transformação da cidade: o Rio de Janeiro de ares coloniais, sujo, doente e feio cederá lugar à cidade maravilhosa, saudável, moderna, de braços abertos aos imigrantes, capitais, mercadorias e turistas estrangeiros. Jornais e revistas estampavam, orgulhosamente, fotografias das suntuosas mansões, exemplo de uma arquitetura inspirada fielmente no *art nouveau* e no ecletismo europeu.²¹³

Sob a ótica um tanto domesticada dos grupos intelectuais compactuados com *Kosmos*, as demolições tornariam o ambiente carioca mais salubre e dariam uma nova face ao Rio de Janeiro; então era preciso não apenas demolir as construções físicas, mas também eliminar hábitos coloniais arraigados na sociedade. A Cidade Velha deveria vir abaixo para o sucesso completo da depuração urbana. Algumas obras foram símbolos da nova cidade, no entanto, também foram fundamentalmente marcos da forçada segregação urbana que ocasionou constantes processos de marginalização social.

Cabe mencionar que, apesar de *Kosmos* insistir nas vantagens oriundas da “Regeneração”, as medidas de modernização da cidade não avançaram de modo célere como, muitas vezes, a revista deixaria subentendido. As obras mais imponentes gerenciadas pela equipe do prefeito Pereira Passos somente se principiaram em meados de 1904, com o início da construção, em março, da Avenida Central, juntamente com as melhorias no porto, que se demorariam até 1910, no governo Nilo Peçanha, com a entrega de apenas 2.700 metros, e, além disso, incompletos,²¹⁴ dos 3.500 prenunciados. O conjunto portuário, que compreenderia o cais Pharoux, era o terceiro maior da América à época, superado apenas

²¹³ BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990. p. 311.

²¹⁴ Cf. *Ibidem*, p. 225.

pelo de Nova Iorque e Buenos Aires; no entanto, era, na apreciação da municipalidade, uma das principais causas de nosso retrocesso político, econômico e social.

Outras obras de monta — como a Avenida Beira-Mar, que faria a ligação centro-bairro, a Avenida do Mangue, que desafogaria o trajeto entre o porto e as áreas industriais da cidade e a Avenida Rodrigues Alves, que completaria a malha urbana na região do porto — iniciaram-se na efervescência do ano de 1904, mas poucos metros desse labirinto de vias de tráfego realmente foram entregues em prazos hábeis, quando não eram inauguradas incompletas ou mal acabadas.

Foram localizadas, nas páginas de *Kosmos*, inúmeras imagens que ilustravam a inauguração da Avenida Central. Evidenciando as diversas fases da construção dos edifícios, das demolições, da preparação do terreno, da pavimentação e instalação de infraestrutura, as fotografias de *Kosmos* estavam sempre em dia com o andamento da vultosa obra. Provavelmente, a cada singelo metro construído a municipalidade tratava de organizar um solene comício para divulgar suas benfeitorias. Abaixo, seguem algumas imagens que documentam as “inaugurações” da Avenida Central:



Ilustração 1 - Inauguração de trecho da Avenida Central.
Kosmos. Rio de Janeiro, setembro de 1904.



Ilustração 2 - Nova inauguração de trecho da Avenida Central.
Kosmos. Rio de Janeiro, novembro de 1905.

A *Kosmos*, igualmente como a abertura urgente da Avenida Central no seio do Rio de Janeiro, simulava um marco da República e o sucesso da pequena elite burguesa a que se destinava tal produto sofisticado:

Do exposto, ao fim e ao cabo, a revista emergiu como veículo ideal daquele processo civilizatório, configuradora do ritmo de seu tempo cultural, de seus projetos, de suas utopias.²¹⁵

Laudatória do progresso e da modernidade, a revista serviu para explicar o turbilhão da vida carioca que se desejava moderna, forjou o emblema de uma cidade urbanizada e civilizada, maquiou, sob a cosmética das reformas urbanas, a desordem da cidade real. Nos escombros que restaram do desmonte carioca, *Kosmos*, na constante apologia da civilização cosmopolita, traduziu, ao seu modo e para seu público, a realização da vida moderna.

4. A PADRONIZAÇÃO DO REFINAMENTO.

No advento da República, o periodismo, que vinha de anos de estagnação temática, encontrou no novo cenário político a chance de se renovar. Na efervescência de tecnologias, a imprensa diária seria atualizada pela chegada dos daguerreótipos, linotipos e modernas Marinonis. A introdução destes artefatos não apenas influenciaria as novas formas de sociabilidade impressa bem representadas, por exemplo, pelo formato *revista*. Tais inovações deixariam rastros na maneira de se conceber a literatura bem como na sua interação com a sociedade, alterando visões de mundo e impelindo o cidadão, principalmente de grandes cidades como o Rio de Janeiro, a confrontar constantemente o novo horizonte técnico²¹⁶ que se antevia.

Em geral, a imprensa nacional, e de modo particular a carioca, a partir do começo do século XX, não se modernizaria apenas no que tangeria aos recursos gráficos disponíveis pelo novo horizonte moderno. Renovado tanto na forma quanto no conteúdo, o

²¹⁵ MARTINS, op. cit., p.565.

²¹⁶ A expressão “novo horizonte técnico” foi assimilada através dos estudos realizados pela pesquisadora Flora Sussekind. Em sua obra, Sussekind pondera sobre as relações existentes entre o chamado “pré-modernismo” e o novo horizonte técnico que se desenvolvia no Brasil. A pesquisadora tenta compreender o que existe de característico naquele período literário a partir do fascínio pela técnica, fascínio este não apenas vinculado à temática, mas também à forma de se arquitetar a criação literária. Esta expressão será constantemente requisitada quando se comentar a chegada de novos artefatos técnicos que determinaram mudanças significativas na imprensa nacional, na forma de se conceber literatura nos jornais assim como no modo de vida da sociedade brasileira no limiar do século XX. Cf. SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

periodismo do século XX inovaria tanto na absorção destes novos recursos gráficos quanto, principalmente, na adaptação às novas linguagens visuais. O jornalismo do século XX anunciava o repensar da cultura nacional através do apogeu das imagens noticiosas.

É neste novo contexto técnico, considerado fervilhante, da virada para o século XX que apareceram as edições de *Kosmos*, sob a direção inicial de Mário Behring.²¹⁷ Posteriormente, em abril de 1905, Jorge Schmidt assumiria o controle da revista, tornando-se diretor-proprietário até o último número a circular em 1909. A própria *Kosmos* comentaria, em espécie de editorial, os motivos que levaram Mário Behring a abdicar da função de diretor da revista:

Afazeres acumulados que lhe pediam e pedem a atividade em outras esferas de ação afastaram das lides desta revista Mário Behring, que lhe dera, durante dezesseis meses, o que podia dar de esforço, de inteligência e de dedicação. Os seus escrúpulos de trabalhador sobrelevaram-se às considerações opostas à sua retirada e, mau grado as recordações que o prendiam a esta oficina e os afetos que soube fazer nesse decurso de tempo, deixou este mês a direção de *Kosmos*. Nestas linhas, que são a expressão da mágoa dos companheiros pela sua despedida, vão os nossos agradecimentos ao concurso prestado e a expressão de nossa estima. Perdemos o companheiro, mas o amigo permanece, como esperamos que permanecerá o colaborador profícuo.²¹⁸

Ao contrário da revista *Careta*,²¹⁹ que se supunha irônica e humorística, *Kosmos* ambicionava a elegância da sociedade burguesa. Como seu público alvo não era posto a nu como tão bem faziam as revistas humorísticas em voga na época, através de charges e caricaturas, em *Kosmos* não haveria espaço para o traço jocoso de caricaturistas, apesar de se verificar a presença da colaboração de famosos artistas do desenho, na revista, tais como as ilustrações belíssimas de Rodolfo Bernardelli, Marc Ferrez, F. Soucaseaux ou Guilherme Gainsly.

O predomínio excessivo da ilustração e da fotografia sobre o texto, efetivamente, exclui *Kosmos* do catálogo de publicações eruditas. Entretanto, sua disposição ilustrada não diminui o valor histórico e social da revista. Firmando-se como baluarte da Regeneração e tendo em seu quadro nomes respeitáveis do mundo das letras, *Kosmos*

²¹⁷ Mário Behring dirigiu a *Kosmos* por 16 meses “quando passou à direção e propriedade de Jorge Schmidt. Este, tendo estudado em Londres e na Bélgica, conhecendo as revistas de lá e como proprietário de uma tipografia na rua da Assembleia, amigo de literatos e jornalistas, fundou *Kosmos*”. In: MARTINS, op. cit., p.22.

²¹⁸ EDITORIAL. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1905.

²¹⁹ No próximo capítulo, a revista *Careta* será objeto de análise pormenorizada.

representaria, por sua heterogeneidade e ecletismo, uma época polimorfa, ambígua e instável culturalmente.

Entusiasta do ideário de progresso, a configuração da revista transpareceria, por fotografias e ilustrações, a suposta “perfeição” da reurbanização carioca e, ao mesmo tempo, suas páginas, cujas molduras *art nouveau* são sintomáticas de seu empenho ornamental, refletiam as novas formas de comunicação jornalística. De acordo com José Paulo Paes, o ornamento *art nouveau*, mais do que simplesmente recurso estético-literário, foi a reprodução gráfica e visual do estilo de vida pretensamente moderno e muito próprio da *Belle Époque*:

Embora não seja fácil destacar características comuns na grande variedade de manifestações da arte nova, pode-se começar repetindo que foi a arte típica da chamada *belle époque*, isto é, daquele longo interregno de paz que se estendeu de 1870 até a Primeira Guerra Mundial e durante o qual prosperou uma rica sociedade burguesa, brilhante e fútil...²²⁰

Com circulação mensal e grande possibilidade de alcance de leitores, *Kosmos* foi publicação marcante do periodismo na primeira década do século XX. De cunho empresarial, infraestrutura adequada e maquinaria moderna, as cinquenta páginas, média de cada número,²²¹ representavam, através do formato grande — 31 cm por 25 cm,²²² — da utilização do nobre papel *couché*, das ilustrações *art nouveau*, das fotografias e da abundância em cores, a preferência pelo luxo ostensivo na produção gráfica da revista.

Deste modo, a padronagem constante da revista muito diz sobre sua abrangência. O parque editorial e gráfico²²³ de *Kosmos* era realmente moderno frente aos congêneres jornalísticos da época. O folhear da revista deixa evidente para a posteridade que ao mesmo tempo em que sua diagramação elegante e colorida — fato raro à época — era forma de sinalizar as novas maneiras de comunicação impostas pelo novo jornalismo

²²⁰ PAES, José Paulo. O *art-nouveau* na literatura brasileira. In: Idem. *Gregos e baianos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p.67.

²²¹ É preciso ressaltar que ao consultar o conjunto das edições de *Kosmos*, notou-se a ausência total de paginação de seus exemplares. O próprio Antonio Dimas, em *Tempos eufóricos*, já havia mencionado a falta de paginação original. Quando necessário, recorrer-se-á a enumeração proposta pelo pesquisador. Outro ponto de importância refere-se a também inexistente presença de índice nas edições de *Kosmos*, quando muito se percebe a presença de um sumário para elencar as colaborações do mês. Cf. DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p.XI.

²²² A impressão em formato grande é índice sugestivo do projeto requintado de *Kosmos*. Apenas para exemplificar, o tamanho padrão das revistas, na época, mantinha-se no formato 18,5 cm X 26,7 cm.

²²³ O mesmo parque gráfico que futuramente acomodará a redação de *Careta*. Coincidentemente, ambas as revistas pertenceram ao arrojado projeto jornalístico da família Schmidt.

empresarial, sob outro aspecto, seu requinte não apenas elevava o preço de comercialização como, principalmente, selecionava o público financeiramente apto ao seu consumo.

Contudo, apesar dos percalços financeiros que a fatura de *Kosmos* angariou, sua padronização muito contribuiu para divulgar não apenas as já citadas aspirações dos projetos urbanísticos cariocas como principalmente legitimar os grupos intelectuais compactuados com tais ideias cosmopolitas. Como uma verdadeira instância consagradora de talentos, a configuração visual e temática de *Kosmos* contribuiu para a consolidação de seu ideário. Sua aparência elegante, instintivamente, colaboraria para agregar entre suas páginas a geração de escritores coadunados com a efervescência mundana carioca e também cooperaria para segmentar o público partidário de suas mensagens.

Situada à rua da Assembleia,²²⁴ *Kosmos* era, acima de tudo, uma publicação fascinada com aquilo que a atmosfera carioca poderia vir a ser: arejada, saneada e moderna. Entretanto, se a apresentação da revista era belíssima, o mesmo não se poderia asseverar sobre seus textos.

Nas duas colunas dispostas por página, a revista não adotava qualquer modelo coeso de linguagem. A fotografia, o grande encanto da *Kosmos*, em prejuízo da substância textual confusa a que se referia, era o destaque da publicação; sendo assim, o fato jornalístico, relegado ao segundo plano, valia-se de linguagem prolixa e excessivamente descritiva na tentativa de competir com o apelo visual presente. Comenta a verdadeira importância da *Kosmos* Ana Luiza Martins:

Emblemática no gênero, de rico projeto gráfico, lançada em 1904, no calor dos preparativos para a construção da Avenida Central, no Rio de Janeiro, hoje é citada à exaustão para evocar o período. Afirmar que *Kosmos* retrata o cotidiano do projeto *O Rio Civiliza-se*, do qual é contemporânea, que sua impressão é de alto nível e que, portanto, dá conta de revelar o estágio técnico atingido por nossas gráficas – é muito pouco. A apreciação denota que se embarcou tão só na sedução das imagens aliciantes, ignorando sua mensagem a serviço de um projeto político e econômico, generalizando o entendimento de um periódico que, a despeito de publicar contos, poesia e crítica, não era uma revista literária.²²⁵

Apesar dos desencontros entre linguagem verbal e visual nessa revista que cobiçava ser literária, *Kosmos* dispunha de um time afinado de colaboradores, muitos já

²²⁴ Em julho de 1908, a redação da revista seria transferida para a mesma rua, sob o número 70.

²²⁵ MARTINS, op. cit., p.22.

citados, que se dividiam nas seções mais variadas da revista como crítica literária e teatral, estudos geográficos e históricos, publicações de poesia e contos.

Das sessões temáticas, a diversidade é o que desperta mais cautela no conjunto de textos de *Kosmos*. Se a revista contava com a participação literária e crítica de diversos autores consagrados da vida cultural vernácula, outras áreas de conhecimento também tiveram respaldo de estudiosos renomados como seus redatores. Novamente se recorrerá a Antonio Dimas²²⁶ para tentar deslindar a heterogeneidade temática de *Kosmos*.

O pesquisador contabilizou impressionantes 32 seções na revista. As matérias variavam entre a tendência erudita e literária, representada pelas seções de prosa, poesia, crítica; a vertente humanística, com temáticas versando sobre história, sociologia, filosofia, etnografia; o filão cultural se fazia presente em colunas sobre dança, música, fotografia, ilustração, filatelia; sem contar as temáticas científicas nas quais se notam textos sobre medicina, arquitetura, arqueologia, oceanografia, botânica.

No que tange especificamente às atribuições noticiosas de um periódico, *Kosmos* tentava algumas incursões por meio de reconstituições de assuntos que foram notícia no cotidiano urbano da cidade, além de manter em dia a seção de reclames, na época, já bem popular no periodismo do Rio de Janeiro.

A despeito da miscelânea temática das colunas de *Kosmos*, durante todo o período em que circulou, a revista manteve uma padronização visual coesa. Entre as 64 edições que foram postas à rua, *Kosmos* não alteraria de forma substancial sua apresentação gráfica. Por ser de circulação mensal, é possível pensar que tendo o parque gráfico tempo hábil para trabalhar a revista, esta poderia mostrar-se, a cada mês, diferenciada, no propósito de ser inovadora. Entretanto, não é isso o que é percebido no folhear da coleção de *Kosmos*.

As mais de 60 edições comprovam a conformação gráfica constante, e mesmo absorvendo as novas técnicas de edição e ilustração disponíveis, a configuração arrojada da revista, no que concerne ao volume de cores e formas utilizadas na arte gráfica final, manteve a aliança coerente com o padrão *art nouveau* em voga na época.

Vinhetas, arabescos e molduras detalhadas faziam parte do rol de recursos artísticos que tanto individualizaram *Kosmos*. Não obstante, o vistoso plano gráfico, de forma quase intuitiva, dialogaria perfeitamente com o conteúdo “teatral” da revista. Textos

²²⁶ Cf. DIMAS, op. cit., p.X-XI.

fragmentados e de forma expressiva secundária se completariam ao ornamento visual de *Kosmos*.

A revista mantinha em dia seu diálogo com a modernidade quando recorria aos subterfúgios técnicos disponíveis, essencialmente a fotografia. Deste modo, não é incoerente afirmar que, mesmo havendo a clara vantagem da imagem sobre o texto, o formato e a apresentação da revista formavam um paralelo coeso com seu conteúdo. Em outras palavras, em *Kosmos* é impensável imaginar seu caráter iconográfico apartado de seu conteúdo heterogêneo. Os expedientes da revista são indispensáveis para entender sua padronização durante mais de cinco anos de existência.

De modo geral, o expediente resume a constância da apresentação visual de *Kosmos*. Em impressão na cor preta, as informações essenciais da edição da revista vinham na parte superior de sua primeira página. Em letras destacadas e em contornos sinuosos, *Kosmos* apresentava o título em destaque, sendo acompanhado imediatamente pelo subtítulo “*Revista artística, científica e literária*”. Curiosamente, entre todas estas titulações, *Kosmos* pouco, de fato, se enquadraria nelas. Logo abaixo, seguiam os nomes do diretor e do editor responsável, estes ladeados pelos valores de compra e assinatura da revista, bem como pelo número e ano da edição em questão.

Nota-se também certa evolução estilística nos cabeçalhos informativos de *Kosmos*. Embora as informações práticas sobre a revista tenham se mantido constantes todo o tempo em que foi editada, houve algumas sutis variações no que tange ao trabalho artístico despendido na impressão do título.

Num primeiro momento, ainda no ano de 1904, embora existam traços artísticos característicos do período, observa-se certo comedimento das linhas decorativas da revista. Com o passar do tempo, o esmero gráfico se intensificaria. No ano de 1905, a apresentação visual do expediente ganharia contornos mais expressivos, além da ilustração da efígie de Gutenberg — criador das prensas jornalísticas — em traços bem significativos. No ocaso da revista, em abril de 1909, o título novamente seria adornado com intensas pinceladas *art nouveau*. Apesar destas sutis disparidades de apresentação, de modo geral, a feição de *Kosmos* seguiria rígida padronização. Ao contrário de seu conteúdo amplamente diversificado, a configuração visual da revista manter-se-ia imutável durante todo o seu percurso editorial.

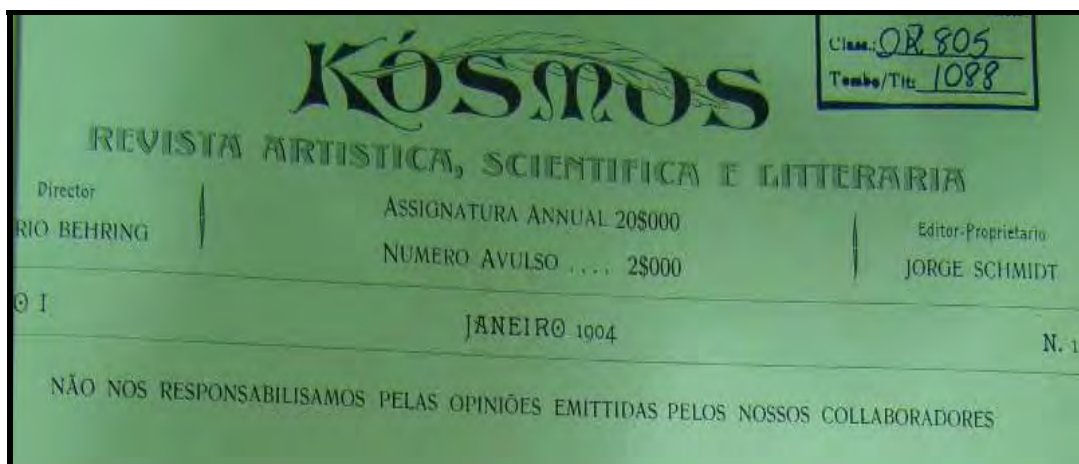


Ilustração 3 - Primeiro cabeçalho editado de *Kosmos*.
Kosmos. Rio de Janeiro, janeiro de 1904.

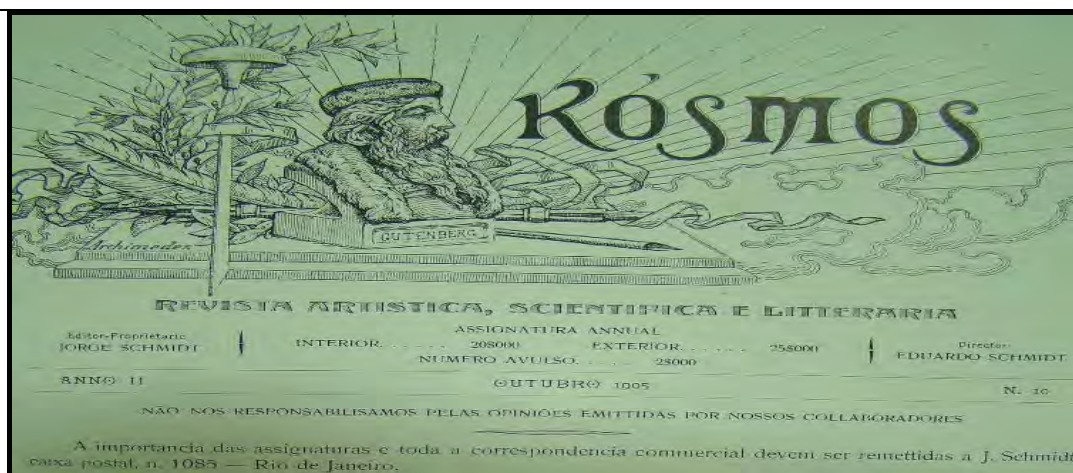


Ilustração 4 - Neste cabeçalho nota-se a evolução do plano gráfico da revista.
Kosmos. Rio de Janeiro, outubro de 1905.

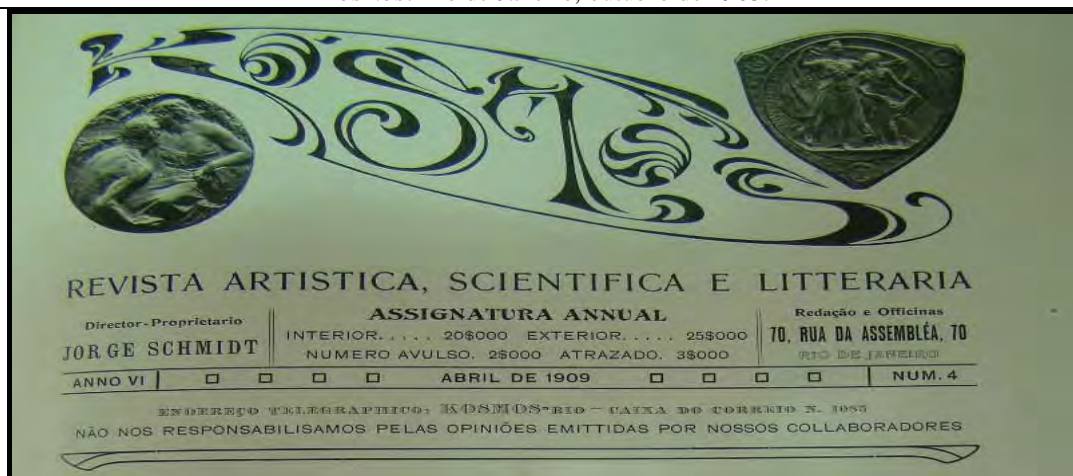


Ilustração 5 - Cabeçalho da última edição de *Kosmos*.
Kosmos. Rio de Janeiro, abril de 1909.

Provavelmente, como forma de convencimento e persuasão, o constante e repetitivo conteúdo de *Kosmos* era maneira eficaz de cativar e doutrinar o leitor pela leitura supostamente ingênua. É importante lembrar que embora, como já anteriormente mencionado, o recurso visual se sobrepusesse à manifestação escrita, textos geralmente longos foram expedientes constantes nas colunas de *Kosmos*. Na revista, a literatura trabalharia na defesa dos ideais profiláticos.

Meio de instruir o leitor, as extensas composições da revista alertam para uma contradição frente ao novo contexto jornalístico da época. Apesar de se desejar atualizada com os novos tempos, *Kosmos* era, de certo modo, anacrônica. O momento impunha um periodismo sintético, rápido, de escritos mais breves e impactantes. *Kosmos*, neste aspecto em particular, nadava contra a corrente em voga.

Ainda sobre as prolixas colunas da revista, outra característica relevante diz respeito a uma possível falta de diagramação racional da revista. Ao mesmo tempo em que se percebe uma constância na apresentação gráfica de *Kosmos*, nas sempre presentes imagens noticiosas e adornos exagerados, a aleatória distribuição da matéria jornalística ou literária colabora para a certeza de que em *Kosmos* a balança sempre pesaria a favor da imagem. Comprobatória desta tese é a escassa presença de sumário nas edições de *Kosmos*. Quando este recurso acompanhava a revista sintomaticamente vinha ausente de paginação.

Embora se suponha a carência de uma diagramação lógica e coerente, em *Kosmos*, é evidente a influência do diálogo entre imprensa e literatura. Espaço de consagração de escritores, num momento em que o jornalismo absorvia a *intelligentsia* atuante da época, *Kosmos* foi depositório de uma literatura doutrinária e, quando não totalmente superficial, ligada à temática urbana e mundana. Voltados para políticas urbanas, os escritos literários, publicados por *Kosmos*, mantinham em dia a constante crença no progresso, entretendo o leitor com informações cativantes e doutrinárias, mas sempre lúdicas.

Impondo-se sobre os demais gêneros, na *Kosmos*, a crônica seria por sua forma e por seu conteúdo a porta-voz oficial da “Regeneração”. Pelas mãos e pela ideologia higienista de Olavo Bilac, o grande nome da revista, o Rio de Janeiro ganharia ares de Cidade-Luz. Sua coluna mensal, nas páginas iniciais da publicação, se tornaria espécie de voz institucional da revista, e exerceria não apenas a função de editorial de abertura de *Kosmos*, como também serviria de guia intelectual da sociedade leitora da revista.

5. OLAVO BILAC: A VOZ CATALISADORA DA “REPÚBLICA DAS LETRAS” E O ORÁCULO DAS REFORMAS — OS ANTECEDENTES.

Em crônica de janeiro de 1904 para a *Gazeta de Notícias*, ao deplorar a estiagem que afligia o Rio de Janeiro, Olavo Bilac “atenua a tristeza da semana”, exaltando o “acontecimento artístico de raro valor” na urbe carioca: o lançamento do primeiro número da *Kosmos*. No entanto, não deixaria de lado sua verve opinativa:

O primeiro número da *Kosmos* é a demonstração cabal de que, no Brasil, só não se faz o que não se quer fazer. Já agora ninguém poderá falar do atraso das artes gráficas no Brasil. Das oficinas da nova revista podem sair livros tão bem impressos e tão bem ilustrados como os que têm feito a fortuna dos grandes editores de Paris e de Londres.

Sobre o primeiro número da *Kosmos* não há duas opiniões: todos o acham admirável. Assim houvesse, nesta pobre terra, muita gente que soubesse ler! O que nos falta não é progresso de artes gráficas: é público. Se há vinte ou trinta anos tivéssemos estabelecido o ensino primário obrigatório, as empresas jornalísticas e as casas editoras estariam ricas, e nós, escritores, não estaríamos representando este ridículo papel de pregadores no deserto...²²⁷

Se a *Kosmos* foi a consagração final de uma carreira jornalística dedicada ao apoio constante às melhorias da cidade do Rio de Janeiro, o apostolado reformador e profilático de Olavo Bilac, bem antes de atingir sua culminância em *Kosmos*, percorreria diversos outros jornais no descerramento de seu ideário que, se visto de modo simplista e precavido, apenas aparenta ser preconceituoso e reacionário. No entanto, o leitor que mergulhar nos escritos bilaquianos poderá notar que a postura do poeta que se fez jornalista, muito em nome do Rio de Janeiro, era de um verdadeiro amante devotado à cidade carioca.

Tomando, inicialmente, a *Gazeta de Notícias* como exemplo do empenho bilaquiano em prol das melhorias urbanas e, quiçá, morais do Rio de Janeiro, o jornalista, ao assumir a responsabilidade pela crônica dominical da *Gazeta*, passou a operar como um agudo analista da cidade. A escrita bilaquiana, ininterruptamente fecunda e, sobretudo, bem persuasiva, recorria aos variados subterfúgios retóricos e estilísticos disponíveis que, além de tornarem as crônicas domingueiras uma leitura informativa, também as faziam lúdicas, atraentes e de leitura prazerosa. “Crônica” tinha como grande intenção convencer seus leitores da importância do projeto higienista para a Capital Federal; no entanto, não deixaria de propor, seguramente, uma prosa agradável.

²²⁷ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1904. p. 1, 1. col.

Bilac imaginou um Rio de Janeiro cosmopolita, que se aproximasse dos padrões europeus de cultura e urbanidade, e seu posicionamento intransigente, muitas vezes, pode gerar julgamentos controversos sobre o literato. Entretanto, não é possível ignorar o talento ímpar de um jornalista que se colocou inteiramente à disposição de uma causa que, de acordo com suas convicções de intelectual empenhado, seria a verdadeira saída para a conformação da cidade ideal.

De maneira geral, o entusiasmo com os ideais reformistas tomou conta de certos grupos sociais ilustrados do país, principalmente de escritores e jornalistas, ou seja, a *intelligentsia* influente do momento. Logo, esse entusiasmo contaminou a imprensa e a literatura a ela atrelada, estimulando a participação de muitos colaboradores literários do jornalismo, cujos talentos passaram a contribuir com discursos identificados com os pressupostos higienistas que se impunham à cidade carioca.

Como já bem explicou Angel Rama, a cidade se configura em duas vertentes: a urbe física e aquela metaforicamente simbólica, que de alguma forma compete para organizar o caos fragmentário da cidade real. Quem organizaria o espaço concreto a partir da assimilação desta cidade-símbolo ideal? Para Rama, apenas indivíduos do campo letrado teriam tal autoridade:

Os escritores que se incorporaram [...] às cidades das letras da modernização, que foram a grande maioria, dedicaram-se a dois gêneros literários-políticos principais, que exerceram mais nos jornais que nos livros, ambos testemunhos da importância de grau que havia adquirido a letra nas sociedades que começavam a alfabetizar-se. Um deles, que foi o mais antigo, teria mais ampla descendência e abarcaria maior número, e já era possível defini-lo então, em termos modernos, como propagandístico em qualquer de seus ramos simétricos: defesa do regime ou agressão a seus inimigos.²²⁸

Olavo Bilac, membro de proa da “cidade das letras”, incorporou a incumbência civilizadora indicada pelo regime republicano e, mediante a sua produção jornalística, estava pronto para arquitetar a “cidade ideal” e divulgá-la aos seus leitores.

É bem verdade que a posição bilaquiana frente aos movimentos de modernização da cidade sempre foi de alinhamento com as elites e, como consequência, com o governo republicano. Contudo, é preciso sempre advertir sobre o espírito empreendedor de

²²⁸ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 113.

Bilac que, no início de século XX, se lançou como um dos sustentáculos públicos das medidas urbanas e sanitárias da municipalidade.

Não apenas a *Kosmos* ou a *Gazeta de Notícias* foram palcos privilegiados da oratória profilática de Olavo Bilac. *A Notícia*, importante vespertino carioca lançado em 1894, seria também fundamental na divulgação de seu ideário higienista. Em crônica de 1903, Bilac deixaria evidente sua vergonha perante a velha cidade colonial e ao mesmo tempo exclamaria brados de felicidade com a demolição do passado atrasado do ambiente carioca:

Vibraí, feri, exterminai, demoli, trabalhai e cantai sem descanso, picaretas sagradas! cada golpe dos vossos é uma benção e uma redenção! abri caminho à luz, rasgai estradas no ar, arrasai os pardieiros em que se alaparda a nossa vergonha! — e benditas sejais, por toda a eternidade, picaretas implacáveis, exterminadoras do nosso opróbrio!²²⁹

Não obstante, além do engajamento pelas reformas urbanas e sanitárias, que foi “o grande projeto que norteou Bilac”,²³⁰ é importante insistir ainda na importância dos periódicos para a construção do perfil intelectual de Bilac. Muito mais relevante do que compreender por quais fileiras políticas e sociais o poeta se alinhou, é perceber como a imprensa — e o exercício da literatura para jornais — fez de Bilac um homem do seu tempo, atualizado com os problemas intrínsecos à classe literária e preocupado com os rumos sociais do engajamento jornalístico. Na *Gazeta de Notícias*, o poeta-jornalista deixaria o seguinte libelo:

Até hoje no Brasil, temos tido talento, mas não temos trabalho. Exceção feita de dois ou três escritores que, quando morrerem deixarão um espólio razoável de livros, — todos nós, aos vinte anos publicamos um volume de poesia ou de prosa, e deixamo-nos ficar parados, apodrecendo no marasmo de um emprego público ou vegetando na banalidade do jornalismo, — sem a preocupação de levar a efeito uma obra séria, pelo menos, que nos consuma a metade da vida, mas que nos dê o direito de morrer satisfeitos.²³¹

Muitas crônicas assinadas por Bilac esboçam não exclusivamente o perfil do intelectual compactuado com o contexto urbano, mas apontam, sobretudo, para um homem interessado em seus pares, temeroso pelos rumos da imprensa nacional e, com maior

²²⁹ BILAC, Olavo. Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1903. p.2, 1. col.

²³⁰ DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. p.165.

²³¹ BILAC, Olavo. Crônica. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1904. p. 1, 8. col.

ou menor veemência, preocupado com a remuneração pelo trabalho intelectual.²³² Em crônica publicada pela coluna “Registro”, Olavo Bilac comentaria, de maneira lúcida, a inconstante remuneração da classe intelectual bem como a causa do problema: o alto índice de analfabetismo:

Triste país este, em que não há jornal que venda cinquenta mil exemplares por dia, em que não há livro de que se esgote uma edição por ano, em que não há escritor que possa viver unicamente com o produto do seu trabalho intelectual! E ainda nos queixamos da obscuridade em que vivemos! E ainda lamentamos que ninguém nos conheça! Mas como há de conhecer-nos o mundo civilizado, se nós mesmos não nos conhecemos, se vivemos a escrever e a perder inteligência e trabalho em uma terra de analfabetos?²³³

Destarte, as crônicas assinadas por Bilac, por quase vinte anos em diversos jornais e revistas, balizam não apenas o alinhamento do escritor com a sociedade da época como recuperam a época vivida e recontada pelo cronista, ocasião aquela de inquietações e de cosmopolitismo.

Nos anos iniciais do século XX, o equilíbrio econômico, o desenvolvimento técnico e tecnológico e a pretensão de modernidade representaram a ebulição da cultura europeia para nós. As revistas ilustradas, cujo conteúdo fotográfico definiu um novo padrão de visualidade e de práticas culturais, também foram destrinchadas por Bilac ao delinear, via crônica, a recente transformação da cultura urbana no cotidiano do Rio de Janeiro e a difícil aclimação, muitas vezes, destes dispendiosos magazines ilustrados no Brasil, que não por acaso “morriam do mal de sete números”.

Em crônica também publicada por *A Notícia*, Bilac recorreria a uma suposta “crise do livro” na França para justificar a queda no número de obras vendidas pelas muitas livrarias parisienses e o consequente aumento do consumo do jornal impresso. Não obstante, a verdadeira intenção do cronista era a de comprovar que no Brasil, mesmo com o baixo consumo de livros impressos, a atividade jornalística também não era robusta porque, a despeito de pesquisa empreendida pelo jornalista João do Rio, a população nacional simplesmente não lia:

No Rio de Janeiro, cérebro do Brasil, centro de toda a nossa atividade intelectual, não há um só jornal que imprima 50.000 exemplares por dia; e é bom não esquecer que a terça parte, pelo menos, das edições dos nossos jornais, é expedida para os estados... Quanto a revistas, — isso é gênero que

²³² DIMAS, op. cit., p.54.

²³³ BILAC, Olavo. Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1903. p.2, 1. col.

ainda não se aclimatou no Brasil: quase todos os nossos *magazines* morrem do mal de sete... números.

Não, meu caro João do Rio! O Brasil não lê, — e não lê porque não sabe ler. Tire de sobre o nariz essas lunetas otimistas, — e permita que eu intercale no título do seu belo artigo um *não* importuno: “O Brasil não lê!”.²³⁴

Bilac, em forma de crônica, retratou, detalhou e conferiu a cada um desses momentos que marcaram a transição do século XIX para o século XX um caráter particular e decisivo. Cauteloso perante uma realidade sempre em transição e preocupado com o futuro, Bilac cronista manteve sempre, através de sua participação jornalística, os olhos atentos sobre uma cidade ávida por novos tempos.

Assim, por tantas outras colaborações jornalísticas, porém principalmente pelas crônicas de *Kosmos*, Bilac exaltaria a construção da cenografia carioca, e se deleitaria com uma utópica cidade ideal. Por seu particular ponto de vista, Bilac louvaria a cidade-progresso, fruto das defendidas picaretas regeneradoras. Deste modo, no quarto capítulo, tentar-se-á ratificar como a orientação temática das crônicas de Olavo Bilac publicadas na revista *Kosmos* — e que tiveram o Rio de Janeiro contemplado em toda a sua amplitude reformista — foi condicionada por seus posicionamentos políticos, ideológicos e sociais e, principalmente, facilitada por esta padronização desempenhada pelo periodismo da época. A Olavo Bilac coube ser a voz oficial dos “vencedores” do período, e a *Kosmos* serviu-lhe como canal privilegiado de comunicação com uma idealizada nova metrópole carioca.

²³⁴ Idem. Registro. *A Notícia*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1903. p.2, 1. col.

CAPÍTULO III

REVISTA CARETA (1908-1922): MARCAS DA MODERNIZAÇÃO DA IMPRENSA NO SÉCULO XX

*Aí vai a nossa Careta.
Lançando à publicidade este semanário, é preciso confessar, e contritamente o fazemos, que a Careta é feita para o Público, o grande e respeitável público, com P grande!
Editorial de lançamento in Careta, junho de 1908.*

Insista-se que nesta conquista de público, não só a letra foi decisiva mas, em grande parte, a imagem. Ana Luiza Martins in Revistas em revista.

No bojo das transformações urbanas, sanitárias e, sobretudo, tecnológicas ocorridas no início do século XX no Brasil, o Rio de Janeiro, particularmente, presenciou o nascimento de inúmeros novos periódicos. Tal progresso técnico se destacou em números de aparelhos tecnológicos surgidos e na incrível mudança de hábitos e de maneiras de se tratar a

notícia,²³⁵ a leitura e o trato com o suporte jornalístico. Na virada do século XX, o trabalho na imprensa ficava, principalmente, a cargo dos homens de letras da sociedade burguesa carioca. E seu campo de atuação era o periodismo impresso da época, dividido, basicamente, em duas frentes segmentadas de divulgação: o jornal diário e as revistas ilustradas hebdomadárias ou mensais:

O desdobramento do setor traduziu-se também na diferenciação entre jornais e revistas: ao primeiro, normalmente diário e vespertino, caberia a divulgação da notícia, o retrato instantâneo do momento, abrangendo desde as disputas políticas até o descarrilamento do trem de subúrbio. À revista reservava-se a especificidade de temas, a intenção de aprofundamento e a oferta de lazer tendo em vista os diferentes segmentos sociais: religiosas, esportivas, agrícolas, femininas, infantis, literárias ou acadêmicas, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideias e interesses.²³⁶

As revistas ilustradas, por seu valor literário e iconográfico, são exemplos concretos que evidenciam esse então novo horizonte que se desenvolveu no cenário brasileiro, e principalmente carioca, nos anos iniciais do século XX. Destarte, a revista ilustrada *Careta* marcou época não somente por ser representativa de uma cidade que se queria símbolo de modernidade, mas por ser a própria publicação representante da evolução técnica que mudaria de certa forma os paradigmas do jornalismo literário do momento em questão.

Através de suas características particulares, como sua linha editorial e sua sintomática durabilidade, seus colaboradores, seus recursos gráficos, sua demanda publicitária, sua rede de distribuição²³⁷ e suas colunas mais características, ter-se-ão alguns indícios que revelam como a *Careta* serviu de plataforma de divulgação de uma modernidade por muito tempo ansiada, mas também como representação de uma realidade técnica que comprovaria a mudança de rumos do periodismo nacional.

²³⁵ Cf. LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p.26.

²³⁶ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.105.

²³⁷ Importante ressaltar que diversos pesquisadores comentam que a *Careta* era distribuída por todo o país através da Empresa de Correios e Telégrafos. Entretanto, é difícil comprovar a existência e alcance dessa rede de distribuição do hebdomadário, por falta de registros oficiais. A pesquisadora Maria de Lourdes Eleutério apenas cita essa provável distribuição da revista via Correios, por meio do envio dos exemplares através das linhas férreas para atingir cidades e estados distantes. Entretanto, não comprova. Cf. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: *Ibidem*, p.88.

1. NOVA FASE DE MODERNIZAÇÃO: O SURGIMENTO DA *CARETA*.

Após as turbulências do pós 1889, a sociedade burguesa brasileira viu-se, ao final da primeira década do século XX, em águas mais calmas. O cenário mostrava-se propício para novos voos sociais e, principalmente, culturais.

Não obstante, o periodismo surgido na época estampa e descreveria a nossa *Belle Époque*, com suas reformas e inovações tecnológicas. A modernidade técnica, tributária desse novo horizonte, seria a marca inseparável da nova imprensa especializada, setorizada, padronizada e de cunho empresarial, que se consolidaria nesse período. Sobre isso, comenta Werneck Sodré:

A passagem do século [...] assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é assim afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século [XIX], naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço...²³⁸

Assim, a partir de 1900, a imprensa se modernizava não somente na utilização de novos expedientes gráficos e em maquinário moderno como também em sua forma e conteúdo e a revista *Careta*, que circulou por 53 anos, de 6 de junho de 1908 a 5 de novembro de 1960, é modelo clássico para a exemplificação de como uma revista serviu, ao mesmo tempo, como representante de uma coletividade ansiosa por novos hábitos e costumes, mas também como símbolo de uma imprensa que se queria em dia com as novas formas de abordagem da notícia.

Nicolau Sevcenko coloca de forma evidente a relação entre o surgimento e a consolidação das revistas ilustradas e as novas técnicas do jornalismo nacional nos anos iniciais do século XX:

Novas técnicas de impressão e edição permitem o barateamento extremo da imprensa. O acabamento mais apurado e o tratamento literário e simples da matéria tendem a tornar obrigatório o seu consumo cotidiano pelas camadas alfabetizadas da cidade. Esse “novo jornalismo”, de par com as revistas mundanas, intensamente ilustradas e que são o seu produto mais refinado,

²³⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.275.

torna-se mesmo a coqueluche da nova burguesia urbana, significando o seu consumo, sob todas as formas, um sinal de bom-tom sob a atmosfera da Regeneração.²³⁹

Deste modo, fica mais do que definida a necessidade de se entender o formato “revista” não exclusivamente pelos seus critérios estéticos e pelas suas características literárias ou culturais, mas sim de forma mais ampla, lembrando que sua consolidação no gosto da sociedade letrada do início do século XX é consequência não apenas do conteúdo da publicação, mas também dos recursos gráficos nela dispensados, e estes somente puderam estar disponíveis para a imprensa carioca devido a um carrossel de acontecimentos: a consolidação da República, o crescimento da sociedade burguesa, o aumento da disponibilidade dos bens de consumo, a reurbanização acelerada, o aumento da população letrada, a profissionalização do escritor, a absorção, pela imprensa, de novas técnicas de impressão.

Na tentativa de impedir o mero encanto de folhear suas páginas, ao avaliar “o impresso *revista*”,²⁴⁰ levar-se-á em consideração a pertinente orientação de Ana Luiza Martins que alerta para o cuidado indispensável na abordagem das revistas, isto é, na necessidade de se desviar de uma leitura simplesmente lúdica da publicação. Entretanto, mesmo evitando a abordagem superficial do periódico, tentar-se-á fazer jus à fascinação que o periodismo carioca do início do século XX despertava ao se ter um contato mais direto e íntimo com ele, como se nota na observação, pela primeira vez, da interessantíssima e divertida caricatura da capa inaugural da *Careta*.

²³⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.119.

²⁴⁰ Cf. MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História. Folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, v. 22. n. 1, p.59-79, 2003.

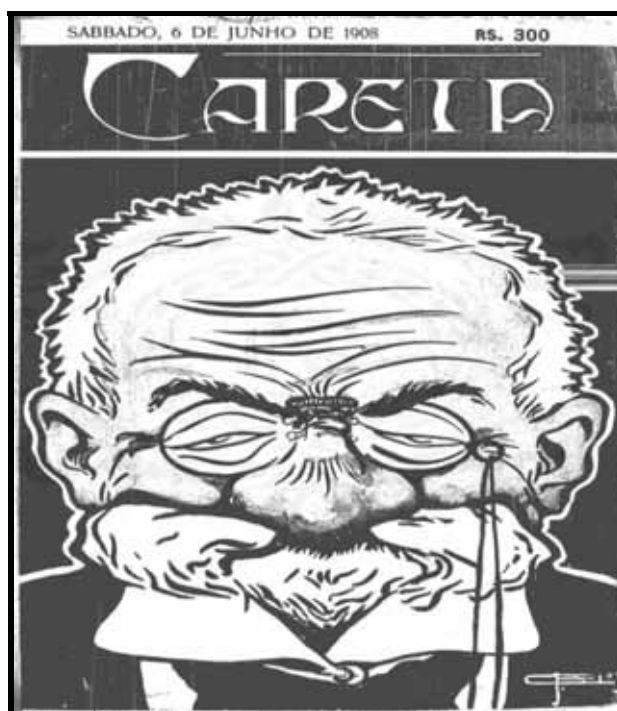


Ilustração 6 - Presidente Afonso Pena na capa da primeira edição da revista *Careta*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1908.

2. RELEVO ARTÍSTICO E INTELECTUAL.

Surgida em 1908 e fruto direto do desenvolvimento da imprensa,²⁴¹ a *Careta*, publicação pouco dispendiosa na sua elaboração, todavia bem inovadora no seu plano gráfico, abrigava concepções diversas frente às demais revistas da época.

Se comparada com a revista *Fon-Fon!*,²⁴² outro semanário contemporâneo, pode-se perceber como a *Careta* tinha valores distintos. A *Fon-Fon!*, publicação que circulou de 1907 a 1945, apresentava cunho mais elitista, voltada para certa tendência *snob* e urbanizante da sociedade, comum a certas publicações da época. Por ser eclética tanto no que tangia ao alcance de público variado quanto no que representava sua diversificada teia de colaboradores, de colunas, de reclames, de conteúdo gráfico e de modelo editorial, a *Careta* conseguia diferenciar-se das demais publicações similares da época.

²⁴¹ Coincidentemente, a *Careta* surgiu no cenário carioca no mesmo ano em que se instalou a Associação de Imprensa (posteriormente, essa instituição passa a denominar-se Associação Brasileira de Imprensa – ABI), o que evidencia uma maior profissionalização dos intelectuais e dos empresários envolvidos com o periodismo.

²⁴² Semanário dirigido pelos simbolistas Lima Campos, Gonzaga Duque e Mário Pederneiras até 1914. Posteriormente a revista seria dirigida por Álvaro Moreyra e Hermes Fontes.

Se a maioria das revistas ilustradas da ocasião se rotularia sob acepções quase invariáveis de “literárias”, “científicas”, “humorísticas”, “femininas” ou “mundanas” — todas essas de cunho mais segmentado e público evidentemente mais restrito — para a *Careta*, a melhor classificação seria a de revista de variedades, pois, como se verá, é extremamente difícil e arriscado julgar uma publicação que atravessou, por mais de cinco décadas, o cenário cultural do século XX, sendo sempre tão multiforme em todos os seus aspectos e de conteúdo amplamente diversificado.

Como mais uma iniciativa do jornalista e empresário Jorge Schmidt, que exerceu a direção da revista de 1908, data de sua fundação, até 1935, ano de seu falecimento,²⁴³ a *Careta* surgiu não apenas como consequência dos novos artefatos técnicos de impressão e de ilustração que possibilitavam a circulação de um periódico composto basicamente por charges, caricaturas e fotogravuras, mas principalmente para ocupar certo vazio que a revista *Kosmos* provocaria, na editora de Schmidt, ao deixar de circular em abril de 1909.

Coincidentemente, Jorge Schmidt também fundara a *Kosmos*²⁴⁴ em 1904. Contudo, por se tratar de uma revista claramente voltada para um público mais restrito, já que pressupunha um conteúdo mais limitado, além de se tornar, graças ao seu acabamento requintado, um investimento extremamente custoso para o público em geral, com a revista *Careta*, Schmidt tentava uma publicação de amplo alcance entre os leitores, com um caráter mais popular e principalmente de leitura mais espirituosa e divertida.

Antonio Dimas relata uma importante entrevista que obteve com D. Maria S. Carneiro, uma das filhas de Jorge Schmidt, cujo depoimento esclareceu alguns dados biográficos de seu pai.²⁴⁵ Entretanto, documentos que comprovem a movimentação comercial tanto da *Kosmos* quanto da *Careta* inexistem. Contudo, a declaração transcrita por Dimas comprova como a *Careta* seria, no projeto editorial e comercial, o oposto do que representou a elegante, mas dispendiosa *Kosmos*:

A revista [*Kosmos*] era cara para a época: 2\$000 réis. Interessava mais aos intelectuais do que ao público. Em suma, *Kosmos* deixava um déficit considerável e o prejuízo financeiro era grande. J. S. abandonou *Kosmos* fundando a *Careta*, tipo popular de revista que interessava a todas as classes.

²⁴³ Após o falecimento de Jorge Schmidt, seu filho, Roberto Schmidt, assumiu o papel de editor-proprietário. Roberto exerceria essa função até seu falecimento em 1960, quando, por falta de investimentos e orientação intelectual, a revista acabaria por sair de circulação.

²⁴⁴ É importante ressaltar que, além da *Careta* e da *Kosmos*, o *Fon-Fon!* também foi idealizado por Schmidt.

²⁴⁵ DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p.4.

O seu preço inicial foi de 300 réis. Meu pai foi homem de grande iniciativa e trabalhador infatigável. A *Careta* prosperou.²⁴⁶

Por meio deste depoimento percebe-se como o fundador da *Kosmos* e, posteriormente, da *Careta*, era muito mais um empreendedor do que um homem de letras. Mesmo assim, essa reviravolta empresarial beneficiou o surgimento da *Careta*, que se aproveitou, por pertencer ao mesmo proprietário da editora de *Kosmos*, do maquinário moderno de sua antecessora e assim fixou “residência” nas antigas oficinas de *Kosmos*, à rua da Assembleia e, posteriormente, na rua Frei Caneca.

Na realidade, apesar da beleza incontestável de *Kosmos* e do prestígio dispensado pela elite intelectual que colaborava constantemente com a revista mensal, como se mencionou no capítulo anterior, a *Careta* era mais atrevida, pois lançava mão da sátira gráfica, representada por charges e caricaturas políticas e sociais,²⁴⁷ na tentativa de cativar o público. A ousadia deu certo. A *Careta*, além de tornar-se um sucesso de vendas por seu preço baixo e recursos visuais abundantes, tornou-se mesmo objeto de colecionador. A fortuna epistolar de Carlos Drummond de Andrade comprova a fama da *Careta* pela admiração que o poeta nutria pela revista:

Possuo uma coleção da *Careta*, do primeiro número até 1915, e é nela que costume mostrar os anos de ouro da caricatura brasileira, através das charges de J. Carlos. Quanta gente fica admirada e espantada de ver essa multidão de caricaturas inconfundíveis.²⁴⁸

Privilegiando o humor político e de costumes, espécie de crônica viva ou “desenhada” da sociedade do tempo, a *Careta* poderia assim concorrer diretamente com *O Malho*,²⁴⁹ revista de circulação nacional, que elegia, na mesma época, a irreverência como suporte de seu projeto editorial:

²⁴⁶ Depoimento dado ao autor em Petrópolis, em 5 de agosto de 1975.

²⁴⁷ Raul (pseudônimo de Raul Pederneiras), K. Lixto (pseudônimo de Calixto Pereira) e J. Carlos (pseudônimo de José Carlos de Brito e Cunha) nacionalizaram a arte da caricatura no Brasil, além de serem as maiores referências do desenho satírico no limiar do século XX. No entanto, J. Carlos incontestavelmente foi o caricaturista da *Careta*. É notória como sua trajetória artística se confunde com a da revista, sendo seu ilustrador exclusivo entre 1908 e 1921.

²⁴⁸ Esta carta foi enviada por Drummond à família Brito e Cunha em agradecimento ao desenho enviado ao poeta como presente em comemoração ao seu aniversário. A missiva é de dezembro de 1982 e pode ser recuperada na biografia de J. Carlos. Cf. COTRIM, Álvaro. *J. Carlos: época, vida e obra*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985. p.95.

²⁴⁹ *O Malho* circulou entre setembro de 1902 e janeiro de 1954. Sua durabilidade confirma também o sucesso da publicação em seu tempo.

É de praxe que um jornal que se apresenta desfile perante o leitor boquiaberto um rosário de promessas a que se chama pomposamente – o programa. Iconoclasta de nascença, o *Malho* começa por atacar e destruir a praxe: não tem programa. Ou, mais exatamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: ele é o *Malho*; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta oficina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciência de quem cumpre um alto dever social e concorre eficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana.²⁵⁰

Assim como *O Malho*,²⁵¹ a *Careta* se destacou não somente pelo seu relevo artístico irrefragável, mas também intelectual. Contando com um rol eclético de nomes da *intelligentsia* literária carioca da época entre seus colaboradores mais constantes,²⁵² como Lima Barreto,²⁵³ Emílio de Menezes, Martins Fontes, Olegário Marianno, Luiz Edmundo, os redatores Bastos Tigre e Leal de Souza e até mesmo Olavo Bilac, não se pode classificar a publicação hebdomadária como uma revista ilustrada mundana. No entanto, também não é fácil defini-la como uma revista claramente noticiosa.

É bem verdade que a abordagem do fato noticioso não era sua principal diretriz; porém, é perfeitamente possível encontrar em suas páginas a tentativa de se manter a par das ocorrências do momento. Manter a atualidade também competia para cativar o público leitor. A coluna “Páginas da Cidade”, localizada em 1919, é exemplo satisfatório de como a *Careta* tentava agregar sua constante temática urbana a certa ligação com a atualidade da ocasião. Espécie de coluna fixa semanal, a seção “Páginas da Cidade”²⁵⁴ propunha retratar todos os fatos passados nos últimos sete dias na cidade do Rio de Janeiro.

Outra característica marcante do hebdomadário era seu título. Por meio do nome da revista, *Careta*, já se pode perceber um pouco de seu intento jocoso, irônico e até mesmo provocador. A escolha por um substantivo que carrega carga semântica definidora de seu caráter irreverente deixa manifesta, em primeiro lugar, a intenção de seus idealizadores de antecipar o conteúdo chistoso por meio da denominação sugestionada e, em segundo

²⁵⁰ EDITORIAL de abertura do número inaugural de *O Malho*. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1902. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/omalho>. Acesso em: 3 de maio de 2010.

²⁵¹ *O Malho* também contaria com a presença das ilustrações de J. Carlos. A partir de 1921, o caricaturista assumiria a direção artística do periódico, permanecendo na revista até 1935, quando retornaria à *Careta*.

²⁵² Através da análise da revista *Careta* é impossível confirmar ou delimitar um grupo fixo de colaboradores da revista. O rodízio entre diversos autores que participaram da revista e a inconstância de suas colaborações impossibilitam tal empreendimento.

²⁵³ É importante lembrar que a *Careta* foi, talvez, a revista de maior prestígio a acolher as produções literárias de Lima Barreto. É fato notório a indiferença que a grande imprensa dispensou ao escritor durante sua vida intelectual. Na *Careta*, Lima colaborou em 1915 e entre 1919 e 1922.

²⁵⁴ Tal coluna, publicada entre 1919 e 1920, foi constantemente assinada por Garcia Margiocco. Após esse período, o colunista passaria assinar periodicamente a crônica “Panfletos”.

plano, conseqüentemente, não deixaria de ser, assim, esse título uma das representações mais diretas e de apelo visual mais evidente do modelo editorial que se queria claramente inovador, crítico e contestador. Maurice Mouillaud teoriza a importância da escolha dos nomes conferidos aos jornais, bem como sobre a intencionalidade embutida nessa opção:

O nome-de-jornal [...] torna-se seu envelope. Ele se retira acima de todos os enunciados. A partir desta posição destacada, assegura a coerência e a continuidade dos enunciados à maneira de uma pressuposição. Constitui o princípio de uma espera, por parte do leitor, de certos enunciados. Firma um pacto com o leitor...²⁵⁵

Vale lembrar também que, apesar da enorme influência da França na inspiração das temáticas revisteiras, o nome da *Careta* foi plagiado do modelo de sucesso impresso na Argentina a partir de 1898, *Caras y Caretas* — no Brasil reeditado, em 1905, com a tradução de *Figuras e Figurões*.²⁵⁶

Do mesmo modo que o *Fon-Fon!* representaria, pelo seu nome, certo esnobismo urbanizante,²⁵⁷ ansiado pelo seu público leitor mais cativo — a elite burguesa letrada, — a revista *Careta* teria em seu título a antecipação também de sua proposta editorial:

Aí vai a nossa *Careta*.
Lançando à publicidade este semanário, é preciso confessar, e contritamente o fazemos, que a *Careta* é feita para o Público, o grande e respeitável público, com P grande!
Se tomamos essa liberdade foi porque sabíamos perfeitamente que ele não morre de caretas.
Longe vai o tempo em que isso acontecia.
Todavia, a nossa esperança é justamente que o público morra pela *Careta*, a fim de que ela viva.
E, feita cinicamente essa confissão egoística (nós estamos no século XX) digamos logo que o nosso programa cifra-se unicamente em fazer caretas.
[...]
As nossas caretas são sérias como as sessões do Instituto Histórico e a sua perfeição e semelhança garantidas.
[...]
Se ao ver a *Careta*, gentil senhorita, apreciadora entusiasta das seções galantes do jornalismo *smart*, franzir graciosamente as graciosas sobrancelhas, na boquita rubra estalando um desprezador muxoxo, nós já temos meia vingança: o muxoxo é meia careta, pelo menos.

²⁵⁵ MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

²⁵⁶ Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial: FAPESP, 2008. p.95.

²⁵⁷ Sendo o automóvel símbolo perfeito da ideia de modernidade e urbanização e “Fon-Fon” poderia ser traduzido como o ruído onomatopeico produzido pela buzina dos automóveis, fica explícita a relação existente entre a revista e o cenário cosmopolita que ela refletia em suas páginas.

[...]

Com um programa tão vasto, tão sedutor, tão (como diremos?) *característico*, esperamos da simpatia do público o franco acolhimento que lhe não merecem tantas caretas por aí, bem conhecidas...²⁵⁸

Elegendo o humor como sua diretriz, a ousadia da revista ficava à disposição dos temas mais constantes da publicação, entre eles, a sátira à sociedade carioca. O editorial de abertura do primeiro número do semanário é sintomático. Chama a atenção a ausência de título particularizante, sendo genericamente nomeado “Artigo de Fundo”. Seguindo as características típicas das páginas editoriais, esse texto, espécie de certidão de nascimento da revista, não leva assinatura nem tampouco o recurso comum do uso do pseudônimo. No entanto, o texto inaugural da *Careta* é significativo para se perceber a intencionalidade da revista.

Num primeiro aspecto, o editorial é interessante por mencionar o público-alvo da revista: “Público com P grande!” A editoria evidencia assim que não ansiava por um nicho específico de leitores, mas sim, por um público amplo (porém, apto à leitura, ou seja, letrado) que poderia interpretar a revista.

Herman Lima, pesquisador da história da caricatura no Brasil, corrobora a amplitude de público alcançada pela *Careta*, levando em consideração a íntima relação existente entre J. Carlos, o fiel caricaturista da revista, o padrão gráfico inovador do periódico e o prestígio adquirido pela publicação entre os mais variados seguimentos de leitores na sociedade:

Para o prestígio que viria a adquirir, aliás, desde os primeiros anos [...], *Careta* contou principalmente desde o início, com a colaboração de J. Carlos, que estava destinado a tornar essa publicação na mais deliciosa criação gráfica, literária e artística, pelo bom gosto inalterável da sua arte sempre atual, como pela ductilidade do seu traço sem igual na história da caricatura brasileira.²⁵⁹

Mais adiante, o mesmo Herman Lima demonstra o alcance diversificado da revista:

²⁵⁸ EDITORIAL. *Careta*. Rio de Janeiro, 6 de junho de 1908.

²⁵⁹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963, v.1. p.149-150.

[...] a revista de Jorge Schmidt se manteria por tanto tempo com aquele prestígio paradoxal que a fazia disputada pelos fregueses de engraxates e barbeiros e pela elite intelectual do Brasil.²⁶⁰

Uma segunda interpretação do editorial diz respeito ao trocadilho proposto no texto. O jogo semântico e visual criado entre *Careta* (o título da revista) *versus* careta (contração do rosto ou trejeito cômico da face, expressão facial caricata, ou mesmo, máscara dissimulada) levaria o leitor a perceber a estratégia do discurso da revista: provocar o cômico, fazer rir, propor a crítica irreverente e sutil, através do subterfúgio criativo padrão da revista — o uso abundante do desenho caricaturado.²⁶¹ Afinal, quando não há a possibilidade da realidade falar por si, é preciso que a crítica seja exagerada para revelá-la através dos defeitos e deformações.

Entretanto, mesmo prescindindo de autoria, pressupõe-se que o editorial, durante todo o período de circulação da revista, manifestava e espelhava de forma clara e constante a opinião e, principalmente, a filosofia do semanário. Entre 1908 e o fim de 1922, período que contempla o recorte temático da pesquisa, apesar de terem ocorrido mudanças na disposição da página editorial dentro do corpo da revista, ela sempre foi uma constante, variando apenas o título principal.

Os editoriais são, de modo geral, produções jornalísticas em que o conteúdo expressa a opinião da direção ou da equipe de redação, sem a obrigação de ter alguma imparcialidade pronunciada. Via de regra, grandes jornais reservam um espaço predeterminado para esses textos nas primeiras colunas internas do jornal. Normalmente, as disposições dos editoriais são abalizadas com uma borda tipográfica diversa para distinguir que aquele texto é opinativo, e não informativo. Por tradição, editoriais maiores e mais analíticos são chamados de artigos de fundo e, na chamada “grande imprensa”, os editoriais são, sobretudo, apócrifos.

No entanto, não cabe apenas aos editoriais a exclusividade pela opinião de um veículo periódico. A maneira como estabelece os assuntos publicados, pela qualidade e quantidade que atribui a cada um, contribui ao mesmo tempo para se delimitar a linha

²⁶⁰ Ibidem, p.152.

²⁶¹ De acordo também com Cássio Loredano, o título da revista *Careta*, bem como sua composição editorial, seria “um eco do semanário argentino *Caras y Caretas*”. Tal revista autodenominava-se festiva, literária, artística e de atualidades e combinava, de acordo com sua definição, humor, crítica e seriedade intelectual. *Caras y Caretas* circulou entre o público portenho entre 1898 e 1941. Cf. LOREDANO, Cássio. *O bonde e a linha: um perfil de J. Carlos*. São Paulo: Editora Capivara, 2002. p.41.

editorial do jornal. A linha editorial é uma política balizada pela chefia do periódico que determina “a lógica pela qual a empresa jornalística enxerga o mundo; ela indica seus valores, aponta seus paradigmas e influencia decisivamente na construção de sua mensagem”.²⁶²

Se em 1908, o editorial da *Careta* manifestava-se pela primeira vez sob alcunha genérica de “Artigo de Fundo”, até 1919 o documento levaria outros títulos diversos, obedecendo sempre ao conteúdo do texto publicado e, a partir de agosto de 1919, por exemplo, encontrar-se-ia na página editorial a designação de “*Looping the Loop*”, que perduraria, ao menos, até 1922, sempre sem assinatura ou qualquer outra definição de autoria.



Ilustração 7 - Editorial da revista *Careta*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1920.

²⁶² As charges, caricaturas e ilustrações editoriais também são meios visuais extremamente eloquentes para expressar opiniões, geralmente por meio de desenhos de humor. De modo geral, esses comentários genéricos sobre o papel do espaço editorial dentro do periodismo foram elaborados a partir de manuais de jornalismo. In: PENA, Felipe. *1000 Perguntas sobre Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.

A ausência de identificação do autor ou dos autores da página editorial induz a algumas conclusões. Não havendo uma assinatura, fosse ela um nome ou mesmo um pseudônimo, pode-se crer que esse texto, servindo como espaço reservado aos articulistas do periódico, funcionava como um veículo de divulgação da opinião institucional da revista. Deste modo, e seguindo essa lógica, quando não se tem um nome ou mesmo vários nomes que assumam essa autoria, se pondera sobre a possibilidade deste texto ser feito a várias mãos, ou melhor, representando uma alternância de responsáveis e, até mesmo, uma coletividade. De acordo como Monica Pimenta Velloso, fazendo referência a Jacqueline Pluet-Despatin, uma das especificidades das revistas é sua escrita plural e de criação coletiva e, frequentemente, de autoria anônima.²⁶³ Tal conclusão é sugestiva e bem plausível, visto que a *Careta* prezava pela diversidade e pela alternância de seus colaboradores, entre os quais se contavam, além de afamados caricaturistas, importantes literatos.

Essa heterogeneidade de colaboradores ratifica como a *Careta*, durante suas décadas de circulação, transpôs os limites academicistas em voga e, diferentemente da *Kosmos*, por exemplo, alcançou um público leitor mais amplo e genérico, agradando, ao mesmo tempo em que as retratava, às diversas camadas da sociedade carioca.

3. A PADRONIZAÇÃO A SERVIÇO DA MODERNIDADE.

Entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a imprensa brasileira sofreu diversas adaptações e aperfeiçoamentos. Especificamente, no que tange ao formato *revista*, as publicações ilustradas serviram de passaporte para a inserção do Brasil numa atmosfera de alargamento do consumo da palavra impressa. Desse modo, a revista se tornou um dos principais meios de expressão cultural do país, aliando às novas formas, os recursos iconográficos, muitas vezes, inviáveis na confecção dos jornais diários.²⁶⁴

Se os primeiros passos de nossa imprensa foram no sentido, preferencialmente, de um jornalismo político, econômico e de prestação de serviços, na virada para o século XX, ainda que fortemente impregnada pelo traço literário, o colonismo social, o aumento da divulgação dos cadernos especializados, o jornalismo de caráter

²⁶³ VELLOSO, Mônica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos et al. *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p.329.

²⁶⁴ Em 1900, a *Revista da Semana* seria o primeiro periódico brasileiro a publicar regularmente fotografias em suas páginas. Cf. ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.

opinativo, o apelo crítico, o sensacionalismo e, sobretudo, certo mundanismo imperariam. Seria a voga das revistas ilustradas a cores que, seguindo o velho hábito das cópias e transplantes equivocados das ideias europeias,²⁶⁵ começariam a se consolidar no Brasil.

Os novos modos de composição, aliados aos graduais melhoramentos das técnicas tipográficas, representados pelo apogeu das chamadas “imagens noticiosas”, feitas por meio da fotorreportagem, da fotogravura e da fotografia e de demais avanços no campo da ilustração, fariam das revistas ilustradas balizas de uma época, por seus contornos especializados, pelo acabamento mais refinado e diferenciado, pela diagramação mais arrojada, pelos conteúdos diversificados e, na maioria dos casos, críticos, pelo padrão gráfico moderno normalmente aliado ao humor representado pelas caricaturas e charges, ao costume panfletário e, até certo ponto, ao sensacionalismo.

Todas essas peculiaridades tornavam as revistas um novo veículo que agregava informação, linguagem visual contemporânea junto a um discurso crítico e projeto editorial marcante, além do fato de que, num “país de maioria analfabeta, a ilustração foi mais eficaz que a letra, de alcance imenso, levando-se em conta a força da imagem, decisiva para a comunicação de massa”.²⁶⁶

Criando público leitor cativo e ultrapassando o velho modelo tradicionalista das publicações literárias de outrora, publicações como *A vida moderna* (1906-1929), *Eu Sei Tudo* (1917-1951), *A Cigarra* (1914-1975),²⁶⁷ dentre outras, são exemplos porque conseguiram mostrar o novo conceito de revistas ilustradas: aliavam reportagem, notícia, literatura amena, grandes nomes da cultura nacional, humor, publicidade e recursos ilustrados modernos à linguagem ágil, aos textos curtos, acessíveis e, principalmente, diversificados. Dessa equação resultaria o sucesso de vendas que muitas alcançaram e, estas mesmas, serviriam como modelo para um jornalismo mais dinâmico no conteúdo e no diálogo sugerido entre o discurso textual e a apresentação gráfica, que pretendia se perpetuar como a vitrine da nova sociedade e da nova urbe carioca do século XX.

²⁶⁵ Cf. MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república* - São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial: FAPESP, 2008.

²⁶⁶ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 44.

²⁶⁷ É importante comentar que alguns anos de circulação desta revista (1914-1948) encontram-se digitalizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br>. Acesso em: 3 de maio de 2010. Não confundir com a publicação homônima lançada por Olavo Bilac e Julião Machado em 1896.

A revista *Careta* uniria e elaboraria essas características na exemplificação da modernização, tanto na forma quanto no conteúdo, pela qual passava a imprensa no limiar do século XX.

A *Careta* circulou semanalmente durante mais de cinco décadas, sempre aos sábados, especialmente entre as alamedas recentemente urbanizadas do Rio de Janeiro,²⁶⁸ totalizando 2.732 números. Tomando como recorte, aproximadamente, seus três primeiros lustros de publicação, de 1908 a 1922, observou-se certa frequência na padronização e certa intencionalidade nesta padronização.²⁶⁹ A proposta de tal recorte cronológico foi imposta por diversos motivos.

Em primeiro plano, no interior desse período encontra-se a colaboração de Lima Barreto para a *Careta*. Durante o ano de 1915 e de 1919 a 1922, a revista receberia centenas de colaborações de Lima, o que o tornou um dos mais assíduos parceiros da revista.

Também não se pode deixar de notar que diversos autores²⁷⁰ colocam o período de 1908 a, aproximadamente, 1922 como a primeira fase da revista, momento de configuração e delimitação de suas tendências, propostas e anseios e, conseqüentemente, de formação de um público leitor cativo e coeso. O recorte temporal, do mesmo modo, ainda se colocou como fronteira delimitadora do período literário denominado Pré-Modernismo. Nomenclatura criada para delimitar o período literário brasileiro situado na transição entre o parnasianismo e simbolismo e o movimento modernista seguinte, o chamado Pré-Modernismo foi considerado por muitos como um *intermezzo* cultural, pois tal momento seria, supostamente, uma época de infertilidade literária e cultural. Por meio do recorte temporal proposto, pretende-se ratificar pela *Careta* a efervescência de um semanário que movimentou a cultura carioca nesses anos.²⁷¹

²⁶⁸ É fácil perceber como o Rio de Janeiro — sua urbanização, suas redes de sociabilidade, seus personagens políticos e literários e seus pontos turísticos — é o principal tema da *Careta*, seja em suas reportagens, em suas charges e caricaturas, em suas anedotas e na escrita de seus cronistas.

²⁶⁹ É importante ressaltar que essa mencionada padronização sofreria adaptações já no final da década de 1920. Para tentar garantir sua permanência no mercado editorial, o modelo gráfico e visual da revista seria reformulado para mantê-la atual frente à nova publicação da moda, a revista *O Cruzeiro*.

²⁷⁰ Lúcio Flávio Regueira resalta que a primeira fase de *Careta* remonta aos anos de 1908 a 1921, período em que J. Carlos colaborou, com exclusividade, para a revista. Entre 1921 e 1935, J. Carlos abandonaria a ilustração da *Careta* para se tornar diretor artístico d'*O Malho*. In: REGUEIRA, Lúcio Flávio. Quem tinha medo da *Careta*? *Comunicação*, Rio de Janeiro, n.15, p.23, 1976.

²⁷¹ Entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922 ocorreria a Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo, colocando fim, ao menos na teoria, ao chamado Pré-Modernismo. Entretanto, o movimento tipicamente paulista não teve maiores repercussões no Rio de Janeiro, apesar de contar com maciço apoio político. Evidência contundente disso é a ausência total de comentários sobre o evento modernista nas quatro edições da revista *Careta* durante o mês de fevereiro de 1922.

Por último, a época analisada igualmente corresponde aos anos anteriores ao surgimento de outra revista que distinguiria um momento e transformaria, em certo sentido, as diretrizes do periodismo semanário nacional. Em 1928, surgia a revista *O Cruzeiro*, que se tornaria a principal revista ilustrada brasileira do século XX.²⁷² O editorial do primeiro número da revista deixa evidente como *O Cruzeiro* ambicionava ser a nova representante impressa do Rio de Janeiro:

Depomos nas mãos do leitor a mais moderna revista brasileira. Nossas irmãs mais velhas nasceram por entre as demolições do Rio colonial, através de cujos escombros a civilização traçou a reta da Avenida Rio Branco: uma reta entre o passado e o futuro. *Cruzeiro* encontra já, ao nascer, o arranha-céu, a radiotelegrafia e o correio aéreo: o esboço de um mundo novo no Novo Mundo. Seu nome é o da constelação que, há milhões incontáveis de anos, cintila, aparentemente imóvel, no céu austral, e o da nova moeda em que ressuscitará a circulação do ouro. Nome de luz e de opulência, idealista e realístico, sinônimo de Brasil na linguagem da poesia e dos símbolos.²⁷³

Apesar da ausência de investigações amplas e específicas sobre a revista *Careta*,²⁷⁴ é fácil concluir, por meio de sua trajetória ininterrupta por mais de cinco décadas, o claro aceite por parte do público leitor a respeito da padronização, que expressava a invariável proposta do cunho crítico e provocador, ancorado na sátira política e social, através de marcas irônicas presentes nas suas colunas, em seu plano editorial estável, como já antecipado, e no sintomático quadro de seus colaboradores mais característicos; tal uniformização, obviamente, tornava (in)viável a colaboração de um ou outro grupo intelectual atuante na Capital Federal.

²⁷² A revista *O Cruzeiro* foi fundada por Carlos Malheiro Dias e começou a ser publicada em 10 de novembro de 1928 pelos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Foi importante na introdução de novos meios gráficos e visuais na imprensa brasileira, citando entre suas inovações o fotojornalismo e a inauguração das duplas repórter-fotógrafo, a mais famosa sendo formada por David Nasser e Jean Manzon que, nos anos 40 e 50, fizeram reportagens de grande repercussão. Entre seus diversos assuntos, a revista *O Cruzeiro* contava fatos sobre a vida dos astros de Hollywood, cinema, esportes e saúde. Ainda contava com seções de charges, política, culinária e moda. Cobrindo o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 a revista atingiu a impressionante tiragem de 720.000 exemplares — até então, o máximo alcançado fora a marca dos 80.000. Daí adiante, o número se manteve. Nos anos 60, *O Cruzeiro* entrou em declínio com o desuso de suas fórmulas e o surgimento de novas publicações, como as revistas *Manchete* e *Fatos & Fotos*. O fim da revista aconteceu em julho de 1975, com a consagração definitiva do instantâneo meio televisivo em favor dos impressos e o fim do império dos *Diários Associados* de Chateaubriand. Disponível em: www.memoriaviva.digi.com.br/ocruzeiro. Acesso em: 3 de maio de 2010.

²⁷³ EDITORIAL. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1928.

²⁷⁴ A pesquisa de Sheila do Nascimento Garcia foi fundamental para o primeiro contato com a revista. Contudo, seu trabalho enfoca essencialmente as charges publicadas na *Careta* durante a vigência do Estado Novo brasileiro, período já bem afastado do nosso recorte temporal. In: GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis: FCL da UNESP, 2005.

Sob influência do diálogo entre imprensa e literatura, a *Careta* podia, claramente, ser um semanário receptivo a um amplo universo de produções artísticas como contos satíricos, anedotas, crônicas, poesias e colunas sociais, esportivas e cinematográficas. Entretanto, somente teria espaço em suas colunas o grupo intelectual condizente com o ambiente notoriamente eclético e irreverente da revista.

Insista-se, ainda, em comentar que essa gama diversificada de colaboradores ajudou, em suma, por meio do ambiente de sociabilidade elaborado pela *Careta*, a forjar um campo intelectual e cultural novo no cenário brasileiro. Ao agregar distintas vertentes espirituais, o grupo de escritores-jornalistas pertencentes à revista — servindo como um centro aglutinador de posturas políticas e sociais — fomentou uma nova alternativa de leitura sobre a política e a sociedade nacional. Mônica Pimenta Velloso corrobora a ideia tendo em vista a capacidade das revistas ilustradas em geral de se articularem como redes de sociabilidade:

Percebendo o lugar estratégico das revistas como espaço de veiculação de suas ideias, possibilitando a articulação de projetos político-culturais, parte expressiva da intelectualidade envolve-se na dinâmica do mercado editorial. Frequentemente os intelectuais tornam-se proprietários das revistas ou passam a ocupar postos influentes em sua direção editorial.²⁷⁵

No que diz respeito ao modelo peculiar da revista, representado basicamente por sua configuração gráfica e por suas colunas mais estáveis, estima-se que a publicação valia-se do formato de apresentação muito próprio como expediente para representar o conteúdo, além do fato de que esse plano gráfico constante e quase imutável, nos anos iniciais de circulação, abre precedente para que se possa cogitar que tal uniformização pressupunha a intencionalidade de cativar o leitor. Em outras palavras, a aliança entre a forma e o conteúdo da *Careta* era uma das estratégias da publicação que possivelmente a fez tão duradoura e popular entre os leitores. Logo no mesmo ano de seu lançamento, em 1908, a *Careta* ganharia o Grande Prêmio da Exposição Nacional,²⁷⁶ o que ratifica o prestígio tão cedo adquirido e a total acolhida que a revista teve por parte do público leitor; vale também como indício da visibilidade alcançada pela *Careta* o curioso

²⁷⁵ VELLOSO, op. cit., p.314.

²⁷⁶ Ocorrida no Rio de Janeiro em 1908, e com o pretexto de celebrar o centenário de Abertura dos Portos (1808), a Exposição Nacional tinha como verdadeiro escopo divulgar as melhorias urbanas e sanitárias promovidas pelo prefeito Pereira Passos e pelo então presidente Rodrigues Alves no centro carioca, nos primeiros anos do século XX.

apontamento feito por Herman Lima sobre inúmeros leitores estrangeiros que coligiam o semanário.²⁷⁷

É indispensável dizer que, quando se menciona a importância da padronização da revista para sua perenidade, não se assevera que ela seguia um quadro de colaboradores fixo ou mesmo de colunas estanques. Pelo contrário, a padronização aludida é, contraditoriamente, a ausência de um padrão totalmente coeso e engessado.

É correto afirmar que certas características mantiveram-se durante grande parte do tempo em que a *Careta* circulou. Número de páginas por edição, padrão gráfico, tipo de papel utilizado na impressão, presença constante de charges ou caricaturas tanto na capa quanto no recheio da revista, publicidade em abundância, uma e outra coluna mais constante,²⁷⁸ a linguagem provocativa e irônica, esbarrando no discurso crítico sarcástico, a cooperação de literatos, de artistas plásticos e de cartunistas de renome, entre outras, são características peculiares e invariáveis do semanário.

Não obstante, a inconstância e a incerteza sobre tal quadro de colaboradores fixos da *Careta*, e mesmo a irregularidade de suas publicações bem como a ausência da disposição fixa das colaborações, indicam a sugestão de uma revista diferente e nova a cada semana. Exemplo satisfatório disso é que ao mesmo tempo em que uma coluna poderia vir nas páginas iniciais de uma edição, ela poderia também, em outra semana, surgir após uma dezena de páginas de publicidade entremeadas de pequenas notícias e anedotas.²⁷⁹

A suposta ausência de padrão uniforme aspira articular ainda que, ao passo que a revista sustentava uma coerência no seu *layout* e no seu estilo gráfico, o seu conteúdo, por mais que mantivesse o tom provocador e irreverente como diretriz, não se conservava retilíneo. A inovação e a novidade certamente faziam de seu conteúdo um dos mais diversificados entre as publicações circulantes na ocasião.

²⁷⁷ LIMA, op. cit., v.1, p.150.

²⁷⁸ Na forma de uma estrutura de publicação mais permanente pode-se citar as seções de humor, as reportagens sobre os costumes e os hábitos da cidade, os artigos sobre moda, sobre conselhos domésticos, as dicas sobre saúde e bem estar e as famosas e populares galerias de fotos de eventos políticos, esportivos e sociais. Qualquer edição da *Careta* comprova tal linha editorial.

²⁷⁹ Para exemplificar, podem ser citadas as crônicas de Lima Barreto. Na edição de 30 de julho de 1921, o autor publicou a crônica “Coisas do Jambon” na página 37. Na semana seguinte, o texto “Botafogo e os pró-homens”, do mesmo autor, entretanto, sairia na página 10. Ainda como exemplos da inconstância da revista, na edição de 25 de outubro de 1919, encontram-se quatro textos assinados por Lima Barreto (ou pelas suas iniciais: LB). Algumas semanas depois, a edição de 8 de novembro do mesmo ano não traria nenhum texto do mencionado autor.

Nas páginas a seguir, eleger-se-ão alguns momentos da revista que fizeram da *Careta* marco entre as revistas ilustradas do século XX. A primeira característica indispensável no entendimento da revista é a íntima relação existente entre elementos textuais e gráficos na construção do seu nítido discurso crítico. A capa, espaço que congregava perfeitamente o pictórico e o escrito, é exemplo satisfatório disso.

Seguindo um padrão praticamente imutável, nas duas primeiras décadas de circulação, a capa da revista, de modo geral, apresentava-se da seguinte forma: o título *Careta* vinha centralizado e em letras destacadas, sempre na parte superior, seguido da charge ou caricatura da semana, que vinha, invariavelmente, acompanhada de breve legenda explicativa. Como no exemplo abaixo, o canto superior esquerdo trazia a data corrente e, no lado superior direito, achava-se o respectivo número e ano de circulação da revista:



Ilustração 8 - “O repouso semanal”
 - Fecha tudo, José. Hoje é dia de descanso. Deixa apenas aberto o guichê das cavações.²⁸⁰
 Capa irônica sobre o papel de determinados veículos da imprensa.
Careta. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1921.

²⁸⁰ Cavação é o termo utilizado para designar emprego ou negócio obtido por proteção, por intrujice ou por arranjo. Para o perfeito consumo da imagem, a legenda era recurso habitual para o bom entendimento das capas caricaturais da *Careta*.

No entanto, esta identificação da *Careta* viria a ser mais bem detalhada junto ao cabeçalho que acompanhava o editorial da semana, algumas páginas à frente da primeira capa. Servindo como expediente²⁸¹ do semanário, a padronização referente ao cabeçalho também é marca sugestiva do modelo de composição gráfica da revista.



Ilustração 9 - Expediente típico da revista *Careta*. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1922.

Neste expediente, propunha-se o título *Careta* centralizado, seguido do endereço da redação e das oficinas gráficas da revista bem como pelo endereço telegráfico e número de telefone para contatos e assinaturas. Outra informação indispensável neste cabeçalho era o preço de comercialização do semanário: em 1908, pela assinatura anual cobravam-se 13\$000 e 8\$000 para a assinatura por um semestre; já o número avulso saía, na capital, por 300 réis e por 400 réis para demais estados brasileiros.²⁸² Em 1919, os valores cobrados pela revista eram de 15\$000 pela assinatura anual e os mesmos 8\$000 pela assinatura semestral. A importância para as compras avulsas da revista manteve-se ainda a mesma daquela praticada em 1908. Nos anos seguintes sempre haveria um acréscimo significativo nesses valores, culminando em 1922 com a prática dos seguintes preços: cobravam-se, respectivamente, 25\$000 e 13\$000 pela assinatura anual e semestral. Pelos números avulsos, na capital, a *Careta* saía por 500 réis e 600 réis para os outros estados da

²⁸¹ No ambiente jornalístico, “expediente” seria o quadro de identificação que um jornal ou revista está obrigado por lei a publicar (geralmente na parte superior da mesma página onde saem os editoriais) em todas as suas edições, do qual constam os nomes da empresa jornalística responsável, da gráfica impressora, dos profissionais mais importantes (diretores, editor-chefe etc.) ligados a essa publicação, os preços de venda avulsa e por assinatura etc. Cf. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

²⁸² O valor referente ao exemplar vendido para os demais estados da confederação é indício que sugere que a revista tinha, realmente, intenções de ser comercializada em outras regiões do país. Contudo, como já mencionado, não há dados que comprovem o envio das edições para fora dos limites do Rio de Janeiro.

confederação.²⁸³ É importante ressaltar, no que tange à comercialização da revista *Careta*, a inovação ao ser vendida por assinatura e através da venda avulsa.

Comenta Ana Luiza Martins o desafio que se impunha ao proprietário do periódico para colocar sua publicação no mercado. Ao empreendimento eram impostos diversos obstáculos para a configuração da complexa rede de produção e circulação da revista — da convocação de colaboradores à obtenção de papel, da escolha por uma tipografia ao registro na Junta Comercial e do estabelecimento do escritório-sede à distribuição eficaz dos exemplares, sem contar a difícil tarefa de angariar assinaturas:

A assinatura e a venda nas charutarias, livrarias, estações de ferro e hotéis, somadas à figura do agente-representante converteram-se em expedientes corriqueiros de colocação efetiva do periódico no mercado. Uma vez lançado, importava condicionar o leitor ao seu consumo, vinculá-lo às seções, torná-lo dependente do jornal e/ou revista, garantindo a renovação da assinatura, a conquista definitiva do cliente-leitor. Estratégias de toda ordem foram experimentadas pelos editores, muitas delas reveladoras do interesse do momento, de valores em curso, de atrativos em voga.²⁸⁴

Não obstante, outro sinal evidente da padronização visual e gráfica da *Careta*, no período ponderado, diz respeito à estruturação gráfica da revista. O formato original de 18,5 cm x 26,7 cm — padrão típico das revistas da época — foi constantemente conservado. Marca evidente do estilo do hebdomadário também foi a impressão ora em duplas ora em triplas colunas de magníficos clichês sobre o nobre papel *couché*. É importante ressaltar que, em consequência da crise econômica desencadeada pela Primeira Guerra Mundial, o refinado papel tornou-se não somente artigo raro como muitíssimo oneroso, o que forçou os editores-proprietários da revista *Careta* a recorrerem também ao uso do barato e acessível papel-jornal.²⁸⁵

²⁸³ Na edição de 3 de janeiro de 1920, o editorial alertaria para a necessidade de se aumentar o valor para a compra avulsa da revista da seguinte forma: “Os leitores já conhecem toda a sorte de sacrifícios sofridos pela imprensa diária do país para a conservação do preço de venda avulsa durante a guerra, preços esses que as empresas jornalísticas se viram na contingência de elevar. *Careta*, que desde a sua fundação manteve o preço de 300 réis, se vê forçada a igualar o seu preço ao das demais publicações congêneres”. EDITORIAL. *Careta*. Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1920.

²⁸⁴ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: Edusp; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2008. p.237.

²⁸⁵ Vale lembrar que por conta da escassez de papel e devido ao aumento significativo dos preços para impressão, a opção pelo papel-jornal, além de trazer como consequência imediata a queda da qualidade visual da revista, no longo prazo, esse papel, de qualidade nitidamente inferior ao *couché*, e cuja durabilidade é evidentemente menor, tem sua deterioração mais acelerada. Deste modo, a partir do momento em que o papel-jornal assegurava-se como a matéria-prima principal na impressão da *Careta*, a conservação da revista para a posteridade tornou-se de qualidade inferior.

A partir da década de 1940, dessa vez em decorrência da Segunda Guerra Mundial, as edições passariam a ser definitivamente em papel-jornal, cabendo somente à capa e contracapa o acabamento mais apurado de papel *couché*. Em nota editorial, os responsáveis pela revista explicariam os motivos da opção categórica pelo papel-jornal:

Apesar do grande encarecimento do papel, em virtude da guerra, manteremos o quanto for possível o preço atual desta revista que, há mais de vinte anos não sofre alteração. Certamente não podemos mais imprimi-la em papel *couché*, a que o leitor já se havia habituado, mas o será no melhor que for possível. Se a propaganda não declinar e o papel não subir mais ainda, “Caretta” não sofrerá modificações nem no número de páginas, nem na impressão, nem no preço. Estamos empregando o máximo de esforço possível...²⁸⁶

A permanência inalterável deste modelo, bem comprovado pela anterior nota da redação,²⁸⁷ assim como a sustentação ininterrupta do conteúdo e da linguagem irreverente do semanário — tendo ainda na redação a espíritosidade da redação de Leal de Sousa e Bastos Tigre — aliado, além disso, ao número sempre aproximado de quarenta páginas por edição, e publicando na semana, invariavelmente, oito charges e/ou caricaturas dispersas entre capa e corpo da publicação, ratificariam, mais uma vez, a primazia da padronização artística da revista, bem como seu relevo intelectual.²⁸⁸

É bem certo que, no entanto, como anteriormente se explicou, não se pode comprovar uma disposição semanal constante das colunas mais prosaicas e estáveis do semanário, mesmo porque não havia sequer o número das páginas impresso nem no cabeçalho ou mesmo no rodapé da revista, tampouco havia um sumário inicial que daria melhor coerência e coesão às possíveis participações de colaboradores mais fiéis. Entretanto, se o arranjo das colunas não era padronizado, a sua assiduidade era, em muitos casos, senão padrão, ao menos, bem frequente.

Comprovando a tentativa de ser popular e de amplo alcance em uma população formada de diversas camadas sociais, a *Caretta* mantinha colunas tradicionais do periodismo carioca vigente no limiar do século XX. Entre seus inúmeros textos curtos podem ser localizadas, levando-se em conta a sua durabilidade e constância, colunas habituais como as “Trovas” (espécie de quadra popular de intento humorístico e/ou satírico, presente desde 1908), pequenas notas políticas (coluna “Caretta Parlamentar”, em circulação desde 1908),

²⁸⁶ EDITORIAL. *Caretta*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1940.

²⁸⁷ Observa-se, nesta nota editorial, como o jornalismo brasileiro tornara-se também uma empresa voltada para lucros.

²⁸⁸ Cf. LIMA, op. cit., v.1, p.152.

dicas irreverentes para donas-de-casa, público amplo e, às vezes, apto à leitura da revista (coluna “Conselhos Domésticos”, de 1908), anedotas (tiras de piada como as publicadas em “Conversas de esquina”, de 1920), atualidades (coluna “Notícias em três linhas”, ainda do ano de 1920), comentários filosóficos (“Confetes Filosóficos”, também de 1920), crônicas dispersas (a já citada “Páginas da Cidade”, presente a partir de 1919 e “Panfletos”, de 1922), fotorreportagens e múltiplas notícias, normalmente, sobre a cidade do Rio de Janeiro, além da já glosada presença invariável de uma gama de textos literários como contos e poemas.

Não obstante, ao passo que a *Careta* propunha-se, evidentemente, com estas colunas, sustentar certo apelo popular no conteúdo, outras tantas colunas dariam contraditoriamente à revista um verniz típico da chamada *Belle Époque* brasileira.

Era o apogeu do cosmopolitismo efervescente e o mundanismo também imperaria nas páginas do semanário. Colunas como “Instantâneos” (galeria de fotografias e notas sobre eventos sociais, de 1919), “A estação da elegância” (crônica de costumes cariocas, de 1919), “Um sorriso para todas” (comentários sobre a sociedade *up to date* carioca, de 1920), “Cartas de Madame de Lery” (dicas femininas, de 1920), “Pelo bom tom” (apontamentos sobre boas maneiras, de 1921), “Da rua do Ouvidor ao Ponto *Chic*” (notas sociais, de 1921) são alguns exemplos evidentes de como as tendências europeias de entretenimento *smart* e a moda esnobe vigente entusiasmavam e influenciavam até mesmo uma revista que se propunha e se autodefinia popular.

Entretanto, sinais mais visíveis desse cosmopolitismo dissimulado seriam comprovados por outros textos peculiares da revista. Colunas esportivas, principalmente sobre futebol, sobre turfe e sobre as competições de regatas,²⁸⁹ ocorridas nos tradicionais clubes cariocas como o Fluminense, seriam modelos satisfatórios de que a *Careta*, através de seu conteúdo fartamente ilustrado por fotografias, também representaria a atualização com os valores modernos ansiados por determinados grupos sociais da República.

Na realidade, apesar de se intitular popular, a *Careta* não deixaria de seguir as preferências estéticas em voga, nem tampouco deixaria de retratar e absorver as novas formas de consumo da elite deflagradas nesta nova cidade que almejava reconstruir-se simbolicamente. Tanto que o caricaturista J. Carlos criaria nas páginas da *Careta* e exportaria

²⁸⁹ O futebol, as corridas de cavalos e as atividades náuticas como as regatas seriam considerados, por muito tempo, atividades típicas da elite e marca incontestável da modernização de hábitos e costumes que acompanharia a reurbanização carioca.

para as demais revistas que viriam a receber suas colaborações a personagem “Melindrosa”, caricatura que representaria o “smartismo” carioca.



Careta. Rio de Janeiro, 1º de maio de 1920.

Careta. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1920.

Ilustração 10 - Personagem típica da *Belle Époque*, a “Melindrosa”, criada por J. Carlos.

Também não se pode perder de vista o emblema maior de modernidade aportado em terras cariocas: o cinematógrafo. De acordo com Flora Sussekind, as inovações técnicas disseminadas nas últimas décadas do século XIX repercutiram no cotidiano e na sensibilidade dos produtores culturais, chegando mesmo a marcar sua técnica literária.²⁹⁰

Deste modo, o cinema e demais equipamentos sonoros ou imagéticos, marcas da modernidade, estando presentes nas colunas e crônicas da *Careta*, ratificam como o semanário pôde, evidentemente, ser uma espécie de porta-voz destas novidades técnicas, não somente divulgando a chegada e a disseminação destes artefatos por entre a sociedade carioca através das colunas que retratavam e divulgavam tais recursos, mas também lançando mão destes mesmos instrumentos na confecção da própria revista. As colunas “A arte do silêncio” (1921) e “Pílulas cinematográficas” (1921) — reportagens semanais sobre os

²⁹⁰ Cf. SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p.17.

lançamentos cinematográficos europeus e norte-americanos — representam bem a ideia de técnica como a atração.²⁹¹

Embora, como anteriormente dito, a informação não tivesse primazia no conteúdo formador das páginas da *Careta*, de certo modo, por meio de todas essas colunas semanais típicas, a revista tentava manter-se, em primeiro plano, em dia com sua atualidade cotidiana, mas não deixaria também, num segundo momento, de dialogar com as novas marcas de modernidade e as novas tendências da imprensa brasileira, igualmente consequência do impulso modernizante.

A despeito, porém, do conteúdo divulgado pela revista, sendo ele popular, elitizado ou mundano, no que tange à escolha da linguagem coerente e mais apropriada para o projeto editorial da revista, continuava a intermitente predominância da parceria imagem e linguagem, em prol da divulgação da ironia, da irreverência, da ridicularização e da sátira social. E, como não deixaria de ser, a apresentação das ideias caminharia passo a passo com a linguagem visual, sendo ora a gravura, ora a fotografia e ora o desenho caricatural.

Na *Careta*, o predomínio preempório do desenho humorístico, da charge política ou social e da comunicação visual, também representada pela fotografia sobre a letra, traduziu, em grande parte, a conquista do público leitor da revista. A caricatura, arma poderosa em uma imprensa faminta por rarefeitos leitores e por sua universalidade de alcance, tornou-se ferramenta de monta na caracterização — para o bem e para o mal — de costumes, de hábitos, de tipos representativos, de vícios e de virtudes do povo e da nação brasileira, principalmente carioca. Como espelho indisfarçado da realidade, a linguagem clara e direta do exercício caricatural foi instrumento padrão na revista *Careta*. A expressão crítica e sardônica, comuns nas páginas da revista, encontrou veículo propício através da sátira caricatural.

Assim tendo a sátira²⁹² como a força motriz de seu projeto editorial, a revista angariou não apenas leitores, mas, sobretudo, nomes relevantes do periodismo, que contribuiriam para a tendência jocosa do hebdomadário, mas, sobretudo, a intensa propaganda e a constante venda da imagem de progresso — fruto também da linguagem publicitária — colaboraram para a solidez da revista. A *Careta*, trazendo conteúdo variado,

²⁹¹ Cf. *Ibidem*, p.39.

²⁹² Gênero artístico-literário, de teor ferino intencional, que se relaciona criticamente com a realidade. De acordo com artigo de Klaus Gerth, “desde sempre, a sátira visou anomalias sociais, falsos valores, contradições, abusos ou anacronismos; desde sempre, atacou tradições ou instituições políticas”. In: GERTH, Klaus. *Satire. Praxis Deutsch*, v.22, p.83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro Santos Simões Jr.

de caráter muitas vezes ligeiro e de teor fortemente publicitário, configurar-se-ia plenamente na revista de expressão das exigências da nova vida moderna nacional. Emblemática no que concerne à evolução dos recursos de ilustrações — apesar da constante defasagem em relação ao estágio gráfico da imprensa estrangeira — a *Careta*, eficaz na propagação de valores culturais, contribuiu, ao longo do século XX, para a divulgação do ideário de modernidade e de progresso através dos seus recursos de ilustração, de suas caricaturas e charges de fácil consumo.

4. MARCAS DA MODERNIDADE: A CARICATURA COMO FORMA DE CONVENCIMENTO.

O decreto de 13 de maio de 1808 que permitiu a implantação da primeira tipografia oficial brasileira — a Imprensa Régia — tornou-se a certidão de nascimento da indústria publicitária nacional. Ao permitir a circulação de material impresso nos limites nacionais, a chegada da família real portuguesa ao Brasil possibilitou não somente o nascimento da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal editado no Brasil, em setembro de 1808, como ainda viabilizou outra novidade. A partir da circulação do impresso em terras brasileiras, os periódicos passaram a veicular os primeiros anúncios de vendas de casas e de livros bem como leilões de lotes de escravos além da divulgação de alerta da fuga de cativos. Configurava-se, assim, a incipiente indústria publicitária no periodismo brasileiro.

Com o lançamento do *Jornal do Comércio*, em 1827, a intenção de seu proprietário, Pierre Plancher, era editar um jornal dedicado aos comerciantes da corte. Assim, em suas páginas se encontravam o movimento de entrada e saída de navios do porto do Rio de Janeiro, preços correntes de gêneros variados e demais avisos comerciais. Aos poucos, foram introduzidos os primeiros anúncios pagos. Medicamentos importados da Europa por tradicionais laboratórios farmacêuticos tornaram-se peças publicitárias nas mãos dos poetas que criavam quadras rimadas para divulgar as qualidades do comércio varejista carioca. Desde então, escritores de prestígio foram os principais responsáveis pela indústria publicitária nacional — entre eles, Bastos Tigre, Bilac, Emílio de Menezes.

Na virada para o século XX, no bojo do desenvolvimento gráfico e técnico do periodismo, a publicidade passou por inúmeras transformações, sempre aliadas às mudanças ocorridas na imprensa. O surgimento de revistas ampliou o espaço dos anunciantes, estimulou a circulação de bens industrializados, ampliou o fetichismo de consumo. A publicidade se incorporava ao periodismo para a divulgação do consumo do

efêmero. Não obstante, é nítido, nas páginas da *Careta*, o volume monumental de reclames.²⁹³ Abaixo segue exemplo de reclame publicado na revista:



Ilustração 11 - Reclame das indústrias farmacêuticas Bayer.²⁹⁴ *Careta*. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1921.

A *Careta* tinha como marca característica o enorme volume de páginas publicitárias em suas edições semanais. Além das tradicionais últimas páginas de cada semanário serem dedicadas às propagandas, o recheio do hebdomadário também era constantemente entrecortado por diversos reclames publicitários. Assim como as Aspirinas

²⁹³ No final do século XIX, a propaganda adquiriu novas formas de apresentação. A revista *A Semana*, editada no Rio de Janeiro a partir de 1885, apresentou anúncio onde aparecia pela primeira vez o termo *reclame*, para designar publicidade. Cf. ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jales de. *Dicionário Histórico Biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV; ABP, 2007. p.9-13.

²⁹⁴ Fundado em 1863 na Alemanha, o Grupo Bayer consolidou-se como uma das mais importantes e respeitadas indústrias internacionais, oferecendo ao mercado uma ampla gama de produtos e serviços, que abrange os campos da saúde, agricultura e materiais inovadores. No Brasil, sua história é conhecida por mais de 115 anos de tradição. Tudo começou em 1896, quando dois consultores técnicos da Bayer desembarcaram no Rio de Janeiro com a missão de levantar as possibilidades comerciais da jovem República. Nesse mesmo ano foi fundada a primeira representante dos produtos Bayer no Brasil, a Walty Lindt & Cia. Devido ao grande sucesso dos produtos, em 1921 foi fundada a Chimica Industrial Bayer Weskott & Cia, que, além de importar e comercializar os produtos da Bayer alemã, iniciou a produção local de medicamentos, alavancada por Aspirina® e Caf Aspirina®. O crescimento da empresa sempre foi constante, tornando-se uma das mais expressivas indústrias alemãs no Brasil. Desde a década de 30, as campanhas publicitárias da Bayer tornaram-se peças fundamentais e arrojadas, contribuindo de forma decisiva para o sucesso no mercado brasileiro. Notável publicitário e poeta, Bastos Tigre criou, em 1922, um dos slogans mais conhecidos da propaganda brasileira: “Se é Bayer, é bom”, mensagem que atravessou gerações de brasileiros e é usada até os dias de hoje no Brasil e em países de língua espanhol: “Si es Bayer, es bueno”. Disponível em: <http://www.bayer.com.br>. Acesso em: 6 de julho de 2010.

Bayer marcaram presença por diversos anos na *Careta*, outros reclames também se fizeram presentes e ajudaram a demonstrar peculiaridades importantes para o entendimento global da revista.

Em primeiro plano, os quadros publicitários explicitavam um novo ambiente social e econômico. No embalo da reurbanização carioca, era o momento da expansão do fetichismo de consumo e da ampliação do mercado comprador de produtos industrializados. A *Careta* servia assim como a vitrine publicitária do novo comércio. Numa miscelânea confusa de artigos anunciados, o refinado e popular dividiam espaço e concorriam pela atenção do possível consumidor em potencial. A revista anunciava desde elixires, depuradores e fortificantes a pastas dentifrícias, de lançamentos da nascente indústria automobilística a companhias cervejeiras passando por anúncios de modernas máquinas de escrever e requintadas lojas de departamentos.



MUITOS TONICOS
falham como reconstituintes,
porque não têm verdadeiros
valores alimentícios.

**EMULSÃO
DE
SCOTT**

é merecedora de inteira confiança.
Alimenta o corpo e fortifica
as forças por nutrição.

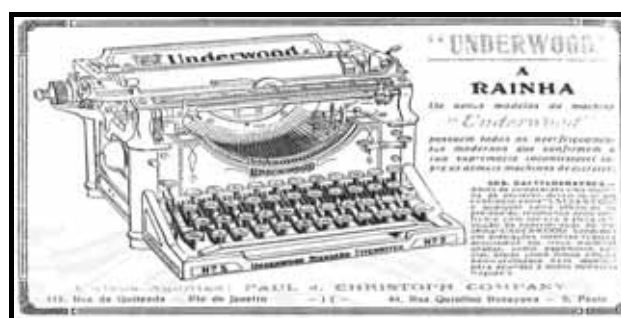


DORES NO ESTOMAGO
FALTA DE APETITE
NERVOSSIMO
HYSTERISMO
RAUREZA
BRONCHITES CRONICAS
DORES NO PETTO
TUBERCULOSE
IMPOTENCIA
FLORES BRANCAS

Dynamogenol

VERTIGENS
ARTHRITISMO
DYSPEPSIA
GASTRALGIA
ANEMIA
FRAQUEZA NAS PERNAS
PALPITAÇÕES
SPERMATORRHEIA
INSOMNIA
DEBILIDADE
TERRORES NOCTURNOS

Vende-se em todo o mundo
a rua 7 de Setembro, 188



UNDERWOOD
A
RAINHA
das máquinhas de escrever

possuem todas as melhorias
que moderniza sua construção e
que melhoram o rendimento e
a economia machos de escrever.

SEN. GASTALDINO VIEIRA
DESADEGUEIRO, 112 - RIO DE JANEIRO

THE UNDERWOOD TYPEWRITER COMPANY
112, Rua de Góes - Rio de Janeiro - 1911

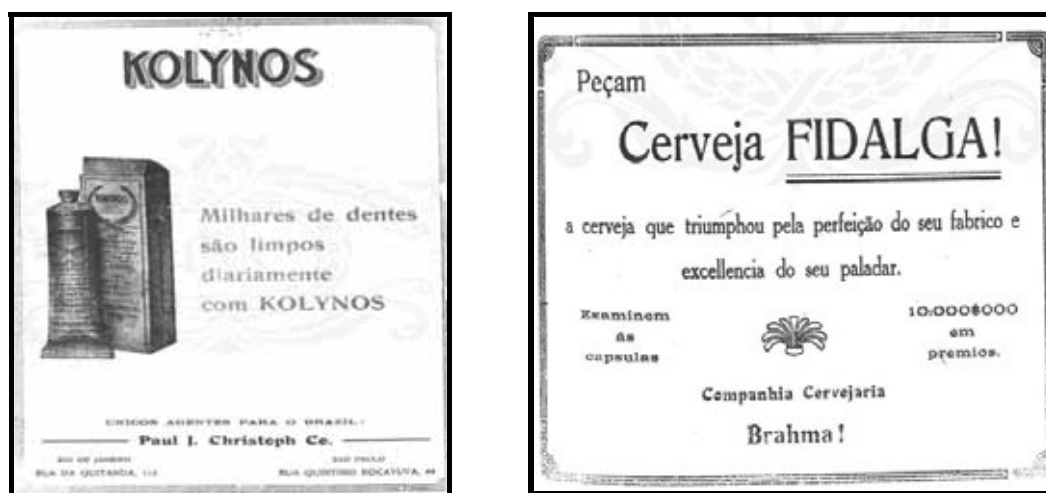


Ilustração 12 - Exemplo de publicidade na revista *Careta* entre 1919 e 1921.

A gama de produtos anunciados nas páginas da revista é sintomática em diversos aspectos. Primeiramente, revela como a *Careta* era procurada por anunciantes que serviam para a revista como nítidos patrocinadores. Além disso, a variada lista de anunciantes comprovaria o caráter popular da revista, na qual os mais díspares produtos como os reclames das pistolas Colt e do refinado Magazine Mappin & Webb disputavam pacificamente a atenção do leitor/consumidor. Assim a revista não apenas se tornava a embalagem ideal para o produto publicitário, mas também ajudava a incipiente indústria nacional a se divulgar por meio de suas páginas. Nesse novo nicho profissional, coube também aos próprios desenhistas das revistas trabalharem como os primeiros publicitários da indústria do reclame nacional. Numa espécie de ensaio rudimentar de técnica de venda e propaganda em prol da divulgação de produtos, ilustradores, intuitivamente, se faziam de profissionais da propaganda:

Os experimentos técnicos com os novos recursos gráficos, a necessidade de transmitir a mensagem com rapidez – característica do periodismo em tempo de velocidade – e o hábil recurso de “seduzir” o público leitor, cativá-lo através da imagem, fizeram do ilustrador, fosse litógrafo, caricaturista, desenhista, pintor ou fotógrafo, o profissional imprescindível das revistas do período.²⁹⁵

Marca de modernidade não apenas na *Careta*, mas ainda em todas as demais revistas ilustradas que surgiam no período, acompanhando o crescimento da indústria

²⁹⁵ MARTINS, op. cit., p.245.

e o significativo aumento de público cioso desses bens de consumo, a publicidade trilhou caminhos intrínsecos ao desenvolvimento da imprensa brasileira. A união entre esse efervescente mercado produtor de bens de consumo e a revista evidenciava não apenas o cunho comercial da *Careta* como também a expansão e variedade de produtos oferecidos. Como assevera Ana Luiza Martins, “a indústria nascente divulgava-se nas páginas revisteiras”²⁹⁶ e explicitava ainda mais o ideário de modernidade da revista, que pregava, sob o signo da mudança, a sinalização de tendências originais e de novas demandas de consumo de produtos que comprovassem a propagada venda da imagem do progresso.



Ilustração 13 - Exemplo de publicidade na revista *Careta* entre 1919 e 1921.

O exame da revista *Careta* — a sua configuração e padronização, essa clara intencionalidade gráfica, seu cunho comercial e popular, seu compromisso com a civilização técnica — serve como espelho não somente da consolidação do período republicano, mas também como vitrine de uma sociedade minimamente leitora, pronta e ansiosa por novas formas de mídia e sociabilidade. Assim, não se pode deixar de notar que, de certa forma, a *Careta* representou um importante registro da vida sócio-cultural do Brasil, e principalmente carioca, da primeira metade do século XX. Entretanto, diferentemente de outras publicações

²⁹⁶ Ibidem, p.251.

da época, a *Careta* não refletia simplesmente a visão de mundo europeizada da sociedade burguesa. A ridicularização do comportamento da elite carioca, contrariamente, foi prática recorrente do traço dos caricaturistas responsáveis em representar na revista a vida urbana do Rio de Janeiro.

Pela charge ou pela caricatura, pela força da ilustração, pode-se afirmar que a sociedade carioca e o Rio de Janeiro como um todo se tornaram matéria-prima da *Careta*, sendo ela ao mesmo tempo fruto e refletor desse novo momento cultural e técnico.

Símbolos de modernização e representativas de uma modernidade técnica, tanto na forma quanto no conteúdo, as revistas ilustradas e seus novos recursos técnicos, como a zincografia ou como os processos fotoquímicos, a linotipia e o maquinário de impressão cada vez mais veloz, permitiram que a ilustração fizesse da *Careta*, além de álbum vivo da nova sociedade carioca, uma das provas concretas de como o desaparecimento das pequenas iniciativas jornalísticas artesanais viabilizou o surgimento do jornalismo profissional.

5. LIMA BARRETO E A CARETA: A VISIBILIDADE DO PÚBLICO E A OBSERVAÇÃO AGUDA DA CIDADE.

De acordo com Beatriz Resende, as crônicas barretianas “se modernizavam e modernizavam o gênero. Adequando-se aos novos modelos de imprensa, tornaram-se menores, mas ainda mais contundentes, apesar do frequente recurso ao humor satírico...”²⁹⁷ A *Careta*, exemplo deste novo modelo de imprensa de que fala a citação, apesar de não se enquadrar num típico periódico libertário, como a tentativa da publicação da revista *Floreal*, em 1907, ou mesmo do jornal politizado *A.B.C.*,²⁹⁸ a partir de 1916, conseguiria, com sucesso, absorver a produção literária barretiana.

Embora o início do século XX tenha possibilitado o desenvolvimento de uma imprensa operária de orientação mais anarquista, onde colaboravam intelectuais inadapitados às grandes instituições jornalísticas do período, a *Careta*, e sua dinâmica satírica,

²⁹⁷ RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende. Organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p.20.

²⁹⁸ A revista *A.B.C.* circulou no Rio de Janeiro a partir de 1915. Contando com intelectuais entre seus colaboradores, o semanário, publicado aos sábados, tinha como principal diretriz abordar questões políticas e sociais bem como o universo cultural brasileiro, nos campos das letras e das artes em geral. Fundada pelo jornalista italiano Ferdinando Borla, a revista contou com Lima Barreto, Antônio Torres, Astrojildo Pereira, Benjamin Costallat, dentre outros, em seus quadros. O hebdomadário, considerado alternativo em sua época, deixaria de circular na metade da década de 1930.

foi o caminho possível para Lima Barreto intervir no debate público. E seria nas páginas deste semanário que Lima colocaria a maior parte de sua produção crônica, em que os esfuziantes “tempos eufóricos”²⁹⁹ cariocas seriam postos na berlinda, em textos curtos, irônicos, humorísticos e conscientes de sua função. No afastado ano de 1922, em uma de suas últimas crônicas publicadas na revista, Lima continuava a criticar a importância dada ao novo eixo urbano carioca, cujo objetivo, em sua singular visão, seria apenas o de maquiar a velha cidade em nome de um novo ambiente forjado e corrompido em detrimento dos arrabaldes urbanos, verdadeiros espaços carentes de intervenção:

É inegável que a atual administração municipal tem muito trabalhado para a perfeição dos serviços que lhes são afetos. Haja vista o aperfeiçoamento do morro de Santo Antônio que tem inundado de lama todo o centro da cidade, a qualquer chuvarada.

Onde, porém, o digno prefeito contemporâneo se há mostrado uma capacidade em matéria de edilidade, é nos subúrbios.

Toda a gente conhece, pelo menos de nome, a Estrada Real de Santa Cruz, hoje Avenida Suburbana. Pois bem. Num trecho dela que enfrenta com as obras de uma fábrica que um conhecido capitalista está construindo, entre Todos os Santos e Inhaúma, a nossa municipalidade descarregou há alguns meses dezenas de “meios-fios” ou que outro nome tenham, para calçamento da mesma.

Tais pedrouços que se destinavam a facilitar o rolamento das carroças, acabaram, graças ao esquecimento do senhor prefeito e seus auxiliares, a ser um estorvo para toda a espécie de veículos.³⁰⁰

Indispensável para o fechamento da revista, Lima Barreto, em diversos números da publicação, elaborava mais do que um único texto. Em parte, o cronista simplesmente assinava expressamente suas crônicas. Levando-se em conta apenas aqueles textos em que Lima assinou seu nome, ou pelo menos os marcou com suas iniciais, foram mais de 250 crônicas, de 1915 a 1916 e, posteriormente, de 1919 a 1922.³⁰¹ Na vultosa

²⁹⁹ Cf. DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983.

³⁰⁰ BARRETO, Lima. Melhoramentos. *Careta*. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1922.

³⁰¹ A primeira colaboração barretiana na *Careta* se daria de 27 de março de 1915 a 24 de junho de 1916. A segunda fase de sua colaboração para a revista se estenderia de 13 de setembro de 1919 até seu falecimento em novembro de 1922. Neste montante, não foram contabilizados os textos da série “Hortas e Capinzais”, pois, de acordo com pesquisadores da obra barretiana, tais escritos se enquadrariam melhor como relatos de tradições e lendas populares, fugindo do padrão que se espera numa crônica. Também entre estes mais de 250 textos mencionados, não foram contados aqueles em que a autoria é duvidosa. Caso fossem contabilizadas as crônicas assinadas pelos supostos pseudônimos barretianos, o número final de textos publicados por Lima na *Careta* alcançaria a marca impressionante de mais de 700 crônicas. Alguns pesquisadores colocam como sendo de Lima Barreto os seguintes pseudônimos: Horácio Acácio, Puck, Flick, Jonathan, J, Lucas Berredo. Entretanto, mesmo tendo a legítima possibilidade destes pseudônimos terem pertencido ao autor, não há nenhum indício evidente na revista que comprove esta suposta identificação. Para tanto, seria necessária uma pesquisa baseada estritamente na linguagem e no estilo barretiano para se confirmar tal tese.

maioria, o Rio de Janeiro — seus problemas urbanos, sociais, culturais e espirituais — seria a temática por excelência em seus escritos.

É importante frisar que, na *Careta*, embora o Rio de Janeiro seja a personagem central de suas crônicas, Lima não se manifestaria diretamente contra o progresso, resumido apenas, em essência, pelas reformas urbanas e sanitárias que ainda na segunda década do século XX ocorriam nas ruas do centro carioca. Como participante atento da realidade a sua volta, era o resultado desta busca desenfreada pelo progresso que tanto incomodaria Lima. Corroborar a afirmação Alvaro S. Simões Jr.:

Lima fazia um diagnóstico certo sobre o alcance social das reformas e melhoramentos urbanos, que sistematicamente reservavam áreas inteiras para o usufruto exclusivo da elite, enquanto “desterravam” para os subúrbios e bairros distantes grandes contingentes populacionais.³⁰²

Aborrecia-o a modernidade excludente, originária das transformações físicas forçadas da cidade. Na crítica e na denúncia destas arbitrariedades é que o cronista faria a análise da situação nacional em nome do cidadão comum:

A trajetória de Lima Barreto pela imprensa carioca termina por onde começou, na defesa da cidade, na crítica aos poderosos, na desconfiança diante das modificações que impunham à geografia da cidade [...]. O povo, entendido como o conjunto de cidadãos livres, englobando todas as camadas sociais, o país e a cidade, e a cidade como espaço de inclusão dos pobres, dos negros, dos suburbanos [...] foram temas que, por toda a vida, moveram sua prática jornalística.³⁰³

Como uma das revistas ilustradas mais importantes em circulação no cenário carioca, a *Careta* foi a publicação que possibilitou a Lima maior visibilidade de público, e seria nela, como palco privilegiado de observação e de atuação, que Lima se ocuparia da cidade que tanto amava e que, contraditoriamente, tanto criticava:

A cidade será, por toda a sua vida de cronista, o principal tema, admirando suas belezas, defendendo seus habitantes, registrando as modificações que nela ocorriam, lutando por sua preservação como se cuida de um objeto de amor.³⁰⁴

³⁰² SIMÕES JR., Alvaro S. Regeneração ou bota-abaixo? As reformas urbanas segundo Olavo Bilac e Lima Barreto. In: CAIRO, Luiz Roberto; AZEVEDO, Sílvia Maria; PEREIRA, Márcio Roberto (Org.). *Dispersa Memória: escritos sobre representação e memória na literatura brasileira*. Bauru: Canal 6, 2009. p.34.

³⁰³ RESENDE, op. cit., p.22.

³⁰⁴ *Ibidem*, p.9.

De críticas bem humoradas à europeização forçada da urbe, de irônicas colocações sobre a tentativa vã de se “branquear” moralmente a população, às críticas às opulentas, majestosas e inúteis construções *art nouveau*, tais como o Teatro Municipal, a pontaria de Lima, a partir do distanciamento e da exclusão social possibilitados tanto pela sua longínqua paragem de Todos os Santos como pela sua orientação judicativa, objetivava derrubar, ou desmistificar, a face artificial do Rio de Janeiro de cartão postal, em qualquer que fosse a gazeta que lhe abrisse as portas. Em crônica publicada n’*A Estação Teatral*, em abril de 1911, Lima exacerbava sua contrariedade com a construção dos novos edifícios da Avenida Central:

O Teatro Municipal! É inviável! A razão é simples: é muito grande e luxuoso. Supondo que uma peça do mais acatado dos nossos autores provoque uma enchente, repercuta sobre a opinião, haverá no Rio de Janeiro e arredores, inclusive o Méier e Petrópolis, gente suficientemente encasacada para enchê-lo dez, vinte ou trinta vezes? Decerto, não. Se ele não se encher pelo menos dez vezes, por peça, a receita dará para custear a montagem, pagar o pessoal, etc.? Também não.³⁰⁵

No entanto, o intelectual Lima Barreto, em sua aguda percepção dos problemas sociais e dilemas culturais da época, encontrou, principalmente na *Careta*, o melhor canal de circulação de ideias possível para a exposição e o desvendamento de seu ideário polêmico. Apesar da maioria esmagadora do periodismo da época coadunar com a fúria progressista e profilática encabeçada pelo governo republicano, a *Careta* soube se manter à parte. É bem verdade que a revista não era e nem pode ser considerada libertária ou mesmo anarquista, contudo, embora em suas páginas estivessem retratados os vencedores da *Belle Époque*, os almofadinhas, as melindrosas, os esportistas, a sociedade doutoral, *smart* e engalanada da época, seu quinhão analítico mantinha-se na ordem do dia, tendo nas charges e nas caricaturas o que havia de mais forte como crítica.

Portanto, pelas páginas da *Careta*, Lima Barreto pôde traduzir aos leitores como o esnobismo e o cosmopolitismo desfiguravam a cidade carioca e marginalizavam o cidadão comum, aqueles tão bem retratados pelo autor como membros da *marginália*, trabalhadores das *feiras*, donos de *mafuás*.³⁰⁶ Compreendendo como poucos a alma carioca,

³⁰⁵ BARRETO, Lima. Uma coisa puxa a outra... II. In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1. p.71.

³⁰⁶ *Marginália*, *Feiras e mafuás* assim como *Bagatelas* são os títulos escolhidos pelo próprio Lima Barreto para seus volumes publicados de crônicas. O título *Vida Urbana*, do outro volume de crônica barretiano, foi escolhido por Francisco de Assis Barbosa para fazer parte das *Obras Completas*.

artisticamente, Lima tentava explicá-la a seus leitores. Assim comenta Maria Cristina T. Machado:

A militância nos jornais condicionou, em Lima Barreto, uma estética marcada pela simplicidade e pelo despojamento, trazendo para a literatura os temas do cotidiano e os tipos populares, enfim, o universo do homem comum.³⁰⁷

Não obstante, a *Careta*, em sua tendência crítico-jocosa, facilitou o caminho barretiano, dando-lhe sempre espaço para seus textos. Por meio de sua constante reflexão temática, o antípoda da *intelligentsia* dominante, o observador agudo da sociedade, pôde, nas páginas da revista, entender a modernidade. Uma modernidade excludente e discriminatória que a fama de popular e crítica da *Careta* poderia ajudar a mensurar.

No início do século XX, momento de redefinição do lugar social do escritor, Lima conseguiu pelas páginas do semanário desfiar o seu rosário crítico, por meio de sua aguda sensibilidade literária e histórica. É bem verdade que outros periódicos, antes ou depois da *Careta*, deram espaço ao escritor.³⁰⁸ A crônica abaixo, de fevereiro de 1918, ajuda a ilustrar o posicionamento militante de Lima no semanário político *A.B.C.*:

Seria preciso consultar todos os curiosos sabedores das cousas desta cidade, para ao certo se avaliar desde quando esta vasta e heroica São Sebastião clama e chora por melhoramentos, higiene, água, calçamento, etc., etc. Porquanto, aferindo pelo que temos ouvido durante a nossa curta existência, esses queixumes e lamentos devem datar dos seus inícios, mesmo talvez desde quando ali, pelas bandas do Pão de Açúcar, ela surgiu incipiente e tosca.³⁰⁹

Durante o tempo em que colaborou para o *A.B.C.*, as transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro bem como a incúria municipal igualmente seriam alvos de suas críticas. Um fato curioso, porém, envolvendo Lima é sintomático da postura ideológica e moral do escritor. Para Lima, a literatura era uma possibilidade de expressão e, sobretudo, de intervenção social, e apenas alguns poucos periódicos lhe foram amistosos e, principalmente, condescendentes. Lima Barreto iniciou sua longa colaboração no *A.B.C.* em 1916, contudo, em 1919, suspenderia sua participação no periódico político pelo fato do

³⁰⁷ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*. Goiânia: Editora da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002. p.80.

³⁰⁸ Outros periódicos contaram com a participação barretiana, entre eles, podem ser citados o semanário *Fon-Fon!*, em 1907, os jornais *Gazeta da Tarde*, em 1911, *Correio da Noite*, em 1914, o vespertino *Lanterna*, em 1918, o semanário *Hoje*, em 1919, dentre outros.

³⁰⁹ BARRETO, Lima. Até que afinal!... In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1. p.316.

hebdomadário ter publicado um artigo supostamente racista. Seu perfil denunciador e sua origem mestiça não coadunariam com a possível discriminação. Não obstante, o jornal apresentaria, pouco tempo depois, explicações e desculpas ao cronista que retomaria assim sua participação no semanário.

Ao todo, pode-se afirmar que Lima publicou mais de 500 textos com sua assinatura em diversos jornais e revistas de cunho mais libertário, textos nos quais, certamente, sua escrita destrinchava as distorções da jovem república. Pela crônica, a cidade do Rio de Janeiro foi vista por Lima como um organismo vivo, um verdadeiro corpo urbano, feito de veias, órgãos e fluidos, uma cidade pulsante em mutação desenfreada. O Rio de Janeiro, principalmente pelas mãos do escritor, mostraria a polaridade que o moldava: palacetes e grotões, escombros e construções, epidemias e arejamento, folclore e modernidade. Do espaço aberto pela *Careta*, Lima Barreto tentava desmontar o palco ilusionista e falseador da realidade representado pelos tempos modernos e pela regeneração.

Na *Careta*, Lima vai fazer da cidade o seu principal discurso. A crônica vai lhe servir como autêntica ferramenta de denúncia contra o desmonte carioca. Lima vai ver a cidade “às avessas”, lamentar sua desfiguração, vai glorificar o subúrbio, espaço livre das imposições do novo *modus vivendi* da elite. Pela revista, como um leitor privilegiado, Lima irá repudiar a cidade em transformação forçada, irá criticar o parto do moderno a fórceps. No intelectual irreverente e no observador arguto e inserido na realidade da população, a *Careta* possibilitou o exercício da escrita crítica e militante. Sem ser ortodoxo, nas páginas da revista, Lima se manteria firme em seus posicionamentos críticos. Assim, por meio da revista e de suas crônicas, Lima podia ver abaixo dos escombros da demolição da velha cidade, ou seja, o escritor via a cidade real; condenava a urbe moderna, fruto do progresso autoritário e sectário do cosmopolitismo pastiche. Sendo assim, no próximo capítulo, tentar-se-á provar como o desenvolvimento temático das crônicas de Lima Barreto publicadas na *Careta* — tendo o Rio de Janeiro como pano de fundo — foi condicionado por seus posicionamentos políticos, ideológicos e sociais e, principalmente, facilitado por esta padronização exercida pelo periodismo da época. Se a Lima Barreto cabia ser a voz dissonante do período, a *Careta* serviu-lhe como mediadora entre o universo marginal e a nova metrópole carioca.

CAPÍTULO IV

O RIO DE JANEIRO POR DOIS ÂNGULOS: OS POSICIONAMENTOS DE OLAVO BILAC E DE LIMA BARRETO FACE AO TURBILHÃO URBANO

A higiene, a beleza, a arte, o “conforto”, já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidas por um decreto da Indiferença e da Ignorância coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar, e já está passando, por uma transformação radical. Olavo Bilac in Kosmos, janeiro de 1904.

Quando saio de casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro. Lima Barreto in Careta, 7 de agosto de 1915.

No raiar do século XX, destacado pelo embrionário fulgor da modernidade, o Rio de Janeiro se desvendava às percepções mais sensíveis como uma urbe sedutora e cosmopolita.

No ano de 1908, o famoso cronista João do Rio publicaria *A alma encantadora das ruas*, obra em que o autor, em sua *flânerie* cidadina, ressaltava as novas práticas sociais que se projetavam no centro da Capital Federal.

Livro elaborado durante o governo empreendedor de Rodrigues Alves, *A alma encantadora das ruas*, além de ser a produção de maior destaque de João do Rio, também é aquela cujo conteúdo elabora com maior sensibilidade a essência do viver carioca na época. Tal premissa é confirmada pelo próprio João do Rio quando dizia, na crônica “A Rua”, que “as ruas têm alma”³¹⁰ para prontamente em seguida complementar:

Há ruas honestas, ruas ambíguas, ruas sinistras, ruas nobres, delicadas, trágicas, depravadas, puras, infames, ruas sem história, ruas tão velhas que bastam para contar a evolução de uma cidade inteira, ruas guerreiras, revoltosas, medrosas, spleenéticas, snobs, ruas aristocráticas, ruas amorosas, ruas covardes, que ficam sem pinga de sangue...³¹¹

A multifacetada índole urbana carioca, enfatizada no excerto acima, suscita que não apenas a rua, mas todo o seu entorno — a cidade — são as protagonistas da trama moderna. Todavia, qual seria, portanto, a verdadeira alma do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX? Seria uma alma europeia e cosmopolita? Ou seria uma alma mestiça e popular?

A partir dos projetos urbanísticos que mudaram a fisionomia da cidade carioca no século XX, lançar-se-á um olhar duplo sobre a cidade e sobre o discurso produzido a partir da cidade real: como entendiam o Rio de Janeiro reurbanizado e forçadamente civilizado e moderno Olavo Bilac e Lima Barreto. Resenhistas constantes do Rio de Janeiro, Bilac e Lima tentaram mostrar como suas crônicas refletiram o espaço urbano carioca em momento tão ímpar de sua vivência. A partir das cidades textuais de Olavo Bilac e de Lima Barreto tentar-se-á compreender uma urbe que se reconfigurava simbolicamente. Corroborar a afirmação Renato Cordeiro Gomes:

As transformações [cariocas] não devem ser vistas apenas enquanto empreendimento, mas pelo viés da comunicação simbólica. Indicam como o Brasil pôde demonstrar ao mundo o inaugurar da “modernidade” nesta cidade dos trópicos.

[...]

³¹⁰ GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *João do Rio*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p.104.

³¹¹ *Ibidem*, loc.cit.

É de olho no moderno que os donos do poder geram para o Rio de Janeiro o sonho da cidade racional, higiênica e controlável...³¹²

É bem verdade, e é preciso seguidamente insistir, que tais reformas apesar de proporcionarem, por um lado, uma vivência moderna à cidade do Rio de Janeiro também colaboraram, por outro lado, para causar o abandono e a negligência dos arrabaldes urbanos e a inadaptação social àqueles não contemplados pela sanha urbanizadora da municipalidade, como ensina, mais uma vez, Renato Cordeiro Gomes:

A remodelação do Rio de Janeiro da *Belle Époque* que se preparava urbanisticamente para entrar na era moderna alterou não só o perfil e a ecologia urbanos, mas também o conjunto de experiências de seus habitantes.³¹³

Deste modo, algumas indagações são levantadas para tentar se compreender de que forma essas melhorias urbanas e profiláticas foram (ou não) absorvidas e entendidas pela população carioca. De maneira geral, como as “picaretas da regeneração” apenas reformaram o centro carioca, o “bota-abaixo” prejudicaria diretamente aqueles que foram expulsos deste novo cenário atualizado por não combinarem com a nova fachada de bom-tom proposta pela renovação republicana. Para onde seria levada a população não condizente com a cenografia moderna? Quais eram os verdadeiros beneficiados pelas reformas urbanas? A quem realmente não caberia mais desfrutar do ambiente carioca europeizado?

Esse constante método de depuração das áreas nobres da cidade desencadeou na sociedade carioca a divisão entre favorecidos e excluídos da *Belle Époque* nacional. Caberia, então, ao plano jornalístico documentar o Rio de Janeiro cindido entre as forças cooptadas em nome da modernidade representada pelo remodelamento urbano e aqueles que assistiram negligenciados, de longe e sem participar da euforia cosmopolita urbana.

Se no cotidiano das abastadas classes emergentes da *Belle Époque* brasileira as reformas urbanas e sanitárias foram a comprovação de que o Rio de Janeiro poderia se inserir no cenário mundial antenado com as novas tendências de consumo, a realidade das pessoas simples que foram atropeladas pelos autoritários e pouco democráticos

³¹² Idem. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.105.

³¹³ Ibidem, loc. cit.

processos de reurbanização se desenhava bem diferente. A qual jornalismo competiria traduzir e explicar para os cariocas os novos ares modernos que sopravam a partir destes processos de remodelação urbana?

Como porta-voz extraoficial dos processos de reurbanização carioca, a revista *Kosmos* serviu como mostruário do projeto “O Rio civiliza-se” orquestrado pelo poder público vigente, mas também funcionou como espaço de legitimação da burguesia e dos grupos intelectuais afinados com os novos tempos republicanos.

Por outro lado, a revista *Careta* testemunhou ao seu tempo os reflexos sociais das reformas que ainda ocorriam³¹⁴ — de forma menos evidente, é verdade — e refletiu os desdobramentos daquelas melhorias já há algum tempo usufruídas por parte da sociedade carioca. É fato que a *Careta* não era uma revista anarquista ou antigovernista; contudo, seu espaço independente documentaria ambos os lados das reformas: ora o muitas vezes uníssono discurso laudatório e regenerador e ora a dissonante voz do estranhamento frente ao novo turbilhão urbano que se esquadrihava para a população carioca.

Como espaços legitimadores e representativos de parcelas segmentadas dos (poucos) leitores à disposição no Rio de Janeiro, *Kosmos* e *Careta* puderam involuntariamente ponderar sobre as faces opostas da metrópole carioca e documentar a mutação deste cenário movente e heterogêneo.

É bem verdade, como defende Antonio Dimas, que não se pode mecanicamente concluir que a *Kosmos* surgiu como simples reflexo artístico do projeto político do remodelamento urbano. Cronologicamente próximos, o lançamento da revista e o impulso inicial das reformas urbanas se entrecruzaram e se autopromoveram:

A nós intrigava, e ainda intriga, a coincidência cronológica entre o aparecimento de *Kosmos* e o desmantelamento urbano do velho Rio que se preparava para o século novo.

Mas o que parece ter havido realmente foi uma junção aparentemente casual de fatos, de que resultou a emergência de um periódico entusiasmado, virtual porta-voz oficioso de uma situação nova. Como que convertido em órgão de sustentação e de apoio da empreitada governamental, *Kosmos* cumpria, paralelamente, uma função de justificativa e de endosso,

³¹⁴ Apesar das obras mais vultosas do projeto de reurbanização carioca terem se desencadeado no quadriênio do governo Pereira Passos, entre 1903 e 1906, no primeiro semestre de 1919, a administração municipal de Paulo de Frontin alargou e pavimentou a Avenida Atlântica além de abrir a atual Avenida Delfim Moreira, no Leblon, o que comprova que medidas de urbanização continuavam em andamento no Rio de Janeiro ainda na década de 1920.

espalhando pelo país uma imagem que interessava ao poder público, empenhado em fazer do Rio um cartão de visitas.³¹⁵

Deste modo, atrelar totalmente a mensagem da revista à construção da Avenida Central é lançar um olhar viciado e pré-concebido sobre a permanência da revista no gosto médio de seu público e, sobretudo, é também simplista responsabilizar a *Kosmos* pela viabilidade da abertura da Avenida Central.

Não obstante, com a revista *Careta* o itinerário percorrido diverge sensivelmente. A *Careta* não tinha, a partir do entendimento de sua linha editorial, o pretexto de divulgar ou defender grupos políticos ou mesmos culturais delimitados. Em sua concepção satírico-jocosa, o hebdomadário tinha como escopo, fundamentalmente, a sátira política e social do ambiente carioca. No entanto, a partir da leitura de seus editoriais fica evidente que o acolhimento de certos processos de remodelamento que se desenvolviam no Rio de Janeiro durante a primeira e a segunda década do século XX não foi negligenciado, como fica manifesto neste texto de abertura:

A última visita do Sr. Prefeito ao Morro do Castelo inspirou-lhe sensata expansão no sentido do arrasamento daquele montão de terra que emporcalha com a sua sombra a estética da cidade.

E logo, num berro uníssono, os cavalheiros que se dizem guardadores da tradição protestaram, como, aliás, sempre acontece, mal um espírito adiantado se propõe dar-nos sobre as ruínas do que existe o aspecto moderno de uma criação nova.³¹⁶

É sintomático neste excerto o posicionamento consciente de *Careta*, cujo conteúdo se configurou em um espaço livre para a manifestação ideológica de diversas vertentes espirituais. É relevante, ainda, insistir que para os intelectuais defensores da Regeneração, a rigor, o famigerado panorama emoldurado ainda pelo velho e emblemático Morro do Castelo³¹⁷ era um quisto colonial que deveria ser extirpado do cenário salubre que se vislumbrava no horizonte moderno e urbanizado carioca. Apesar de não se colocar,

³¹⁵ DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p.132.

³¹⁶ EDITORIAL *Looping the loop*. *Careta*. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1920.

³¹⁷ Desde o tempo do Império, o Morro do Castelo era considerado um risco à salubridade carioca porque bloqueava a circulação do ar e dificultava o livre escoamento das águas das chuvas. Ao longo do século XIX e com mais incisão durante os processos de reurbanização carioca, o morro foi gradativamente avaliado como inviável para o progresso e para o urbanismo da cidade. Assim, seu arrasamento, em 1921, capitaneado pelo prefeito Carlos Sampaio, serviu como desculpa para a montagem da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Entretanto, seu desmonte tinha como escopo real pôr fim em um espaço proletário, repleto de velhos casarões e cortiços, no centro da cidade. Suas terras foram usadas para aterrar parte da Urca, da Lagoa Rodrigo de Freitas, do Jardim Botânico e outras áreas baixas ao redor da Baía da Guanabara.

editorialmente, como ferrenha defensora dos desmontes cariocas, dado seu caráter pouco democrático, a revista *Careta* percebia no arrasamento do morro uma saída segura para o resultado satisfatório do processo de profilaxia da cidade.

Contudo, a mencionada advocacia pró-Regeneração não era algo dogmático na revista. Assim, a *Careta* era espaço coeso na divulgação do acalentado progresso, todavia também ambiente de denúncia aos arbítrios do poder público, como fica evidente na vociferação barretiana publicada em agosto de 1920 contra o desmonte do tradicional morro carioca:

[...] queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas.
 Como lógica administrativa, não há cousa mais perfeita!
 O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.
 Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele.³¹⁸

Apesar da voz dissonante de Lima Barreto, sempre contrário à desfiguração da fisionomia original da urbe e arisco à radicalidade dos projetos de urbanização, o Morro do Castelo, berço histórico da colonização, seria posto abaixo e transformado em aterro da baía da Guanabara, modificando a topografia do centro do Rio de Janeiro para as comemorações do Centenário da Independência, em 1922. O desmonte do morro, muito além de suas consequências concretas na realidade urbana, significaria para Lima a intensificação da crise antidemocrática que assolava, ao seu entender, a cidade. Era a consumação da modernidade excludente e discriminatória imposta pela República. Não por acaso, o prefeito Carlos Sampaio, responsável pelo arrasamento do Morro do Castelo, seria espécie de catalisador das críticas ao reordenamento urbano — ou melhor, “projetos de loucura” — proferidas por Lima nos anos 1920, na *Careta*.

No entanto, apesar de legitimarem, muitas vezes, concepções diversas sobre a cidade do Rio de Janeiro, *Kosmos* e *Careta* se aproximaram também em vários aspectos. Em primeiro plano, ambas foram frutos do projeto empresarial de Jorge Schmidt. A *Careta*, apesar de diametralmente oposta a *Kosmos* no que tangia sua linha editorial, sucederia a requintada revista como empreendimento empresarial das rotativas de Schmidt nas ruas do Rio de Janeiro.

³¹⁸ BARRETO, Lima. Megalomania. *Careta*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1920.

Por outro lado, a modernidade carioca, representada pelos novos recursos gráficos disponíveis, pelas recentes formas de impressão e de ilustração, pelos instrumentos audiovisuais à disposição e pelos novos bens de consumo à venda, pôde ser lida nas páginas destas revistas. A crônica, por sua produção rápida, direta e fragmentada, não apenas resumiria pela essência esse novo ambiente contraditório da vida vertiginosa que se configurava como, do mesmo modo, esse próprio exercício da escrita aproximaria as duas publicações ao tematizar a cidade do Rio de Janeiro: por um lado, em sua grandiosidade, em sua civilização cosmopolita e em seu progresso urbano, e, de outro lado, seu descaso com a população suburbana, com seus arrabaldes, com suas tradições populares.

Também na *Belle Époque*, a crônica foi o gênero literário comprometido, por excelência, com o cotidiano ao discutir na difusão jornalística a relação tensa entre o progresso e a tradição. Enquanto a transformação da malha urbana — considerada, por muitos, como inexorável para o alargamento da cultura da modernidade — se embatia com o conceito de tradição, no qual a preservação do patrimônio, do passado e da memória eram gritos de alerta para a consciência do nacional, os periódicos, e principalmente as crônicas, tentavam traduzir para os leitores essa cidade-metrópole convulsionada pelo surto civilizatório, embora ainda muito atrelada às antigas práticas coloniais.

A cidade do Rio de Janeiro, por mais regenerada e ordenada que os donos da República planejassem, mostrava-se ainda, de acordo com Renato Cordeiro Gomes,³¹⁹ caótica, suja e perigosa: a cidade babélica, descentrada ou policentrada, que parecia prosperar com a perda das conexões e a falta de referências aos valores do passado, como bem evidenciou Lima na crônica anteriormente citada.

Não obstante, outro exemplo coerente da clara tensão existente entre progresso e tradição fica evidente na manifestação bilaquiiana na *Kosmos* de outubro de 1906:

Sei bem que atacar as tradições (e principalmente as tradições religiosas) é um ato de ousadia. Essas tradições são para quase toda a gente tão invioláveis e sagradas como aquele prestigioso Zaïmph, manto da deusa Tanit, e palácio de Cartago, no qual ninguém podia tocar sem cair fulminado...

Pouco importa. Há tradições grosseiras, irritantes, bestiais, que devem ser impiedosa e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização.³²⁰

³¹⁹ Cf. GOMES, op. cit., p.114.

³²⁰ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, outubro de 1906. p. 1, 1. col.

Ao passo que em outras contribuições Bilac relativizaria o tradicionalismo impregnado na cultura nacional, na produção para *Kosmos* o cronista seria pouco capaz de renunciar à marcha do progresso em nome da preservação histórico-cultural brasileira. A crônica bilaquiana, sobretudo, demonstraria os índices mais claros da modernização da cidade. Para comprovar a existência da cidade urbanizada engendrada pelo sonho republicano, o cronista montaria, via crônica, todo um aparato retórico no intento de convencer seu público leitor. O passado e a tradição, representados pela “bestial” manifestação das tradições religiosas e populares, deveriam ser, assim como a cidade antiga e colonial, “demolidos” em nome da Civilização (com letra maiúscula dada a importância de seu caráter universal). Por suas composições para *Kosmos*, Bilac avalizaria a transformação do cenário carioca em prol de uma modernidade por vezes forçada — através da criação de sua utópica cidade ideal. Assim, ao apoiar a maioria das medidas profiláticas impostas pela municipalidade, e apesar de projetar certo desenvolvimento social futuro, por suas crônicas, transpareceria, muitas vezes, a verdadeira substância do moderno processo de urbanização: a desumanização oriunda da repartição social do ambiente carioca.

Não obstante, a crônica de Lima Barreto, em *Careta*, evidenciaria a outra face da cidade. Guiado pela desconfiança que lhe seria peculiar, resvalando num nostálgico apego às tradições urbanas clássicas, Lima confirmaria, sempre receoso, a relação indissociável existente entre vida urbana e hábitos da modernidade, contudo, sua escrita ratificaria que o cronista estava longe de uma adesão ao progresso. Aproveitando uma rara saída do Rio de Janeiro, rumo ao interior paulista, Lima demonstraria sua contrariedade frente à modernização dos trens interestaduais. Em crônica de 30 de abril de 1921, o cronista publicaria o seguinte manifesto:

Até bem pouco, segundo me parece, a capacidade comercial das gentes ribeirinhas à Estrada de Ferro Central do Brasil, consistia em vender frutas, queijos e café aos viajantes dos comboios que atravessavam as suas terras.

Hoje, porém, as coisas mudaram. Veio o progresso. Já há o carro-restaurante e, mesmo, pelos carros de passageiros, de onde em onde, atravessa um empregado dele, por demais disposto a fornecer aos viajantes o que eles quiserem.

Matou o rudimentar comércio dos camaradas do interior; e, com essa morte, não sei se devido ao progresso ou à moda, desapareceram os guarda-pós.

Quando a primeira vez, em menino, viajei com meu pai em trem de ferro, para Barbacena, não levar guarda-pó era sinal de lamentável pobreza ou de mau gosto sem igual.

[...]

Hoje, porém, quem se apresentar no trem com um guarda-pó, por mais caro que seja, mesmo que seja de seda, como uma vestimenta chinesa ou

japonesa, se não levar vaia, pelo menos é tomado como roceiro ou coisa parecida.

[...]

O progresso, como já disse, trouxe a supressão do guarda-pó, sem suprimir o pó das estradas de ferro...³²¹

Lima Barreto compreenderia, ainda que saudoso, a inexorável mudança dos tempos. Os trens, índice muito claro do progresso urbano do século XX, são velozes, equipados de restaurantes e dormitórios, estimulam novas formas de comércio e exigem vestimenta de acordo com a última moda em voga. Desta feita, o cronista não negaria as mudanças aceleradas dos novos tempos, entretanto, por outro lado, não compactuaria com o aparato cosmopolita engendrado pelas elites, colocando-se claramente à margem desta euforia falseadora da realidade. Ao criticar a decretação da morte do guarda-pó, até pouco tempo sinônimo de elegância e refinamento, Lima não deixaria de desmontar a fantasia de modernidade ao criticar a descartabilidade e a transitoriedade instaurada pelo aspecto de fachada do progresso. Ao fim, para o cronista, o anseio do novo pelo novo destruiria as marcas da história.³²²

Assim, a partir destas composições em que as dicotomias de um tempo — passado e presente; atraso e modernidade — se confrontam, tem-se o contínuo afastamento e aproximação das escritas de Olavo Bilac e de Lima Barreto, num vai e vem que comprovaria e ratificaria uma cidade que se queria moderna, civilizada e cosmopolita, e que, no entanto, ainda não conseguia deixar de ser mestiça e analfabeta. Olavo Bilac e Lima Barreto trataram de uma mesma coisa. Contudo, produziram suas crônicas a partir de perspectivas críticas diferentes; colocando-se ambos de forma lúcida e consciente no cenário urbano carioca.

Embora, à primeira vista, seja um pouco difícil a aproximação de existências e personalidades intelectuais bem distintas como as de Bilac e Lima, e as representações textuais feitas por cada um do Rio de Janeiro expressem visões antagônicas da cidade, tais representações comprovam, ao fim, a intenção de ambos em sancionar a existência de uma cidade multifacetada.

Como seriam “as cidades” do Rio de Janeiro de Olavo Bilac e de Lima Barreto? Assim, pela *Kosmos* de Bilac tentar-se-á ver uma manifesta “Europa possível”, forjada pelas modernas “picaretas da Regeneração”. Na *Careta* de Lima Barreto se

³²¹ BARRETO, Lima. Até Mirassol II. *Careta*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1921.

³²² Cf. FIGUEIREDO, Carmem Lúcia negreiros de. Cotidiano e ficção: escrita de vida e de morte. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição Crítica por Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros. São Paulo: Scipione, 1997.

desnudarão as deformações de uma metrópole convulsionada pelo sonho de um cosmopolitismo inadequado aos tradicionais padrões nacionais.

Por meio das crônicas, através de seus temas e de seus recursos e estilos retóricos — em conluio com o veículo que as comporta — emergirão as marcas de transformação da cidade em constante contradição; com o olhar literário destes dois emblemáticos cronistas se reconstruirá o estereótipo da cidade-metrópole moderna e cindida entre o entusiasmo e o temor emergentes dos novos tempos. Por pares temáticos e sintomáticas contradições ideológicas, Bilac e Lima mostrarão a cidade que emana do papel.

1. SINTONIAS E DISTANCIAMENTOS NOS PROJETOS POLÍTICOS E LITERÁRIOS DE BILAC E LIMA.

Seria tarefa difícil, senão impossível, forçar a imaginação a traçar um paralelo que aproximasse a existência de Olavo Bilac à de Lima Barreto simplesmente tendo como guia o *status* social de cada um. O sucesso da vida intelectual do parnasiano, amplificado pela dilatada roda de amigos e admiradores bem como pelo reconhecimento de sua obra em vida e todas as distinções e cargos públicos a que fora nomeado, contrapõe-se de forma concreta à vida de Lima Barreto. Sua luta constante pela sobrevivência social e intelectual, o ostracismo perene, a morada no subúrbio, o emprego modesto no funcionalismo, as alucinações alcoólicas e a postura intelectual um tanto petulante à época contribuíram para afastá-lo sempre e cada vez mais de seu conterrâneo.

Entretanto, a despeito de todas as diferenças e posturas antagônicas que lançaram cada um em extremidades opostas do cenário social da fase da pós-Proclamação da República, algumas sintonias são passíveis de localização dentro dos projetos políticos e literários de ambos.

Tanto Olavo Bilac quanto Lima Barreto recorreriam a linguagem impactante na feitura de suas crônicas. Dentro do projeto político-literário bilaquiano, a linguagem era utilizada como forma de persuasão e o cronista, em suas composições ainda fortemente impregnadas pela cultura e linguagem parnasiana, lançaria mão da seleção e do tratamento cuidadoso da palavra no claro intento de doutrinar, convencer e persuadir o leitor. Fugindo sempre do confronto direto, Bilac optaria pelo jogo de “meias-palavras”; levaria seu leitor ao convencimento por meio da indução e da fina ironia e não pelo debate aberto e às claras; no entanto, sua crônica sempre transbordaria na elegância e no trato apurado do

texto.³²³ Esse era o jogo bilaquiano que ficaria evidente na crônica de janeiro de 1904, quando elaboraria, por meio de metáforas sublimes, um cenário precioso para saudar o ano que nascia:

O fundo, a natureza, a essência da vida não variam nunca: mas os episódios variam sempre. A vida é como a Terra. No inverno como no verão, na primavera como no outono, a Terra é sempre a mesma: mas que diversidade de aspectos! agora, o livor e a algidez da neve amortalhando tudo; agora o sol torrando as árvores, secando os rios; agora, a natureza, moça e púbere, no esplendor das folhagens que renascem; agora, a fecundidade gloriosa da sazão dos frutos... Também as almas têm as suas estações: ninguém sabe qual será o seu último inverno, nem qual será a sua derradeira primavera! Esperemos! e saudemos o ano infante...³²⁴

Por outro lado, preferindo a expressão direta, Lima Barreto não deixaria também de marcar suas crônicas com a opção pela linguagem eloquente. Em seu texto, nada seria decorativo ou inócuo. Portanto, diametralmente oposto a Bilac, Lima não fugiria ao combate e recorreria à linguagem cáustica e à mistura de estilos como forma de comunicação imediata e como instrumento de inserção na realidade político-literária.³²⁵ De índole sempre mordaz e de ironia impiedosa e cortante, suas produções jornalísticas transbordavam rebeldia. Ao passo que se distanciava da rigidez da gramática em sua escrita, abusava no tom virulento de denúncia, no uso da ficcionalização e do humor. Em crônica de 1915, Lima ficcionalizaria um diálogo entre Isaías Caminha, seu sintomático personagem, e doutor Bogóloff, para satirizar a inépcia da municipalidade republicana e sua “mania” de criar instituições pouco úteis:

³²³ O tripé de sustentação da poesia e da linguagem parnasiana — vocabulário elaborado e culto, temática racionalista e universal, inspiração clássica — continuaria de forma diuturna nas composições jornalísticas bilaquianas, embora o tom impessoal, em teoria, muito comum ao Parnasianismo não encontrasse mais lugar em suas narrativas para imprensa em geral. Não obstante, se por um lado a manutenção de certas constantes parnasianas conferiu à crônica de Bilac certo índice contraditório no que tange ao formato e à índole moderna do gênero, a presença de artifícios parnasianos — via linguagem — proporcionava ao texto um lastro doutrinário convincente. Por fim, acredita-se que embora resquícios parnasianos contaminassem o texto jornalístico de Bilac, o exercício perene na imprensa estimulou o equilíbrio entre a forma moderna e a linguagem, por vezes, controversa. Desta feita, para o crítico João Adolfo Hansen, “[...] o mestre do passado, do livro de poesia escrito longe do estéril turbilhão da rua, não será o mesmo mestre do presente, do jornal, a cronicar assuntos cotidianos do Rio, prontinho para intervenções de Agache e a erradicação da plebe rude, expulsa do centro para os morros”. In: HANSEN, João Adolfo. Bilac crônico. *Jornal da Tarde*, São Paulo, p.8, 18 jan. 1997.

³²⁴ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1904. p. 3, 1. col.

³²⁵ De acordo com Nicolau Sevcenko a linguagem despojada de Lima, assim como o horror ao efeito de fachada e ao beltrismo postiço, aliada à completa mistura de estilos, à rigorosa economia de expedientes e ao finalismo, garantia a seus textos comunicação imediata, temática atual, sentido prático, ou melhor, a eficácia pretendida. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

O meu amigo doutor Bogóloff, que, durante muitos anos, exerceu o lugar de diretor da Pecuária Nacional, um dia destes, me disse:

— Caminha, você onde nasceu?

— No Brasil.

— Mas em que estado?

— Nasci na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Disse isto com todo o orgulho de quem nasceu em uma bela e grande cidade, libérrima, que nem a paz de Varsóvia, preconizada pelo Senhor Raul Cardoso, deputado por São Paulo.

Ouvindo a minha resposta, o doutor Bogóloff pensou um pouco e acudiu:

— Você deve fundar o Centro da Colônia Carioca, no Rio de Janeiro.

— Isto é um absurdo, Bogóloff. Nós nascemos aqui e não precisamos de semelhante coisa.

— É um engano.

— Como?

— Digo já a você. O prefeito da cidade de onde é?

— Quase sempre de fora.

— Os presidentes quando vêm, quais as pessoas que trazem para os cargos administrativos da cidade?

— Gente dos estados deles.

— Vai vendo você que eu tenho razão. Vocês precisam fundar o Centro da Colônia Carioca, no Rio de Janeiro. É uma necessidade. Não acha?

Concordei e fiquei pensando na fundação de tão útil instituição.³²⁶

Assim se contrapunham as escritas de Lima e de Bilac, mas também contrapunham-se as posturas e as ideologias de cada um. Ambos trabalharam para o Rio de Janeiro e, especialmente, sobre o Rio de Janeiro. Olavo Bilac, muito antes mesmo da efetiva abertura da Avenida Central e outros empenhos urbanos e profiláticos da municipalidade, já elegera o Rio de Janeiro como temática costumeira. Ao colaborar com textos para a *Gazeta de Notícias* ou *A Notícia*, o cenário carioca sempre seria o objeto de prioridade do cronista. E mesmo quando atuou no paulistano *O Estado de São Paulo*, entre 1897 e 1898, sua coluna “O Diário do Rio” era fidelíssima ao retratar com detalhe e devoção os últimos acontecimentos cariocas.

Não muito diferente foi a postura barretiana frente à cidade carioca. A obra *O subterrâneo do Morro do Castelo* exemplifica como o Rio de Janeiro sempre fascinou o cronista. Volume composto por textos publicados de 28 de abril a 3 de junho de 1905 no jornal *Correio da Manhã*, quando Lima contava com apenas 24 anos, *O subterrâneo do morro do Castelo* narra numa prosa ligeira a descoberta de galerias subterrâneas, e a possível existência de tesouros religiosos, nas entranhas do convento jesuíta encravado no alto do morro homônimo. Tais escavações, mote para as reportagens barretianas, foram feitas durante as obras de abertura da Avenida Central e como medida de higienização urbana. É

³²⁶ BARRETO, Lima. Colônia carioca. *Careta*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1915.

importante lembrar que a produção ficcional de Lima Barreto também sempre esteve intimamente ligada à paisagem carioca. Em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, publicada em 1919, o narrador Augusto Machado propõe-se a escrever a biografia de seu amigo Gonzaga de Sá, um senhor grisalho e solteiro, bacharel em Letras pelo Imperial Colégio Dom Pedro II. No entanto, a despeito das outras obras ficcionais e de seus protagonistas formarem uma magistral galeria de caricaturas sociais, em *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, Lima Barreto, mais do que irônico ou cético, criou uma das mais poéticas imagens que já se escreveu sobre a cidade carioca quando examina, pela ficção, as peculiaridades da vida urbana e suburbana e faz não apenas a sátira à burocracia e ao pedantismo exagerado como também uma bela e sincera defesa apaixonada do cenário original do Rio de Janeiro.

Olavo Bilac e Lima Barreto tiveram, ao longo de suas carreiras jornalísticas, o Rio de Janeiro como mola mestra da suas escritas, apesar dos diferentes tratamentos temáticos e ideológicos utilizados. Debater, opinar e defender suas posições políticas frente aos caminhos e descaminhos cariocas era a verdadeira paixão dos dois. Ambiguamente, a cidade do Rio de Janeiro aproximava-os pelo apego ao objeto e distanciava-os pelo tratamento e o direcionamento dado aos rumos urbanos.

Por fim, e não menos importante, tanto Bilac quanto Lima tiveram a República como núcleo gerador de suas visões urbanas. Ambos criticaram, e muito, Floriano Peixoto e os rumos incertos da instauração e consolidação republicana. Contudo, a implantação da República lançou-os em polos antagônicos. Enquanto Bilac lutava pelo novo regime e mantinha-se na sua vanguarda, Lima sofreria, a partir da exoneração do pai monarquista do funcionalismo público, uma avalanche de desventuras pessoais e familiares que marcaria também a incerteza pessoal sobre a estabilização da soberania nacional. O exílio em Minas, já anteriormente comentado, mostraria ao cronista Bilac a força do autoritarismo sob o emblema da democracia; de outro lado, os desmandos da implantação republicana seriam para o autor de *Triste fim de Policarpo Quaresma* a certeza da exclusão sob a égide da corrupção e do paternalismo. Deste modo, não se pode negar que a República foi uma experiência tumultuosa e um divisor de águas na vida pessoal e nos caminhos literários de ambos e 1889 pode ser considerado um ano-chave na vida e no roteiro literário-ideológico de Bilac e de Lima.

O alvorecer da República e seus ventos de progresso imprimiram em Bilac a certeza sobre a necessidade dos sucessivos projetos de melhoramentos e de modernização nacional. A República, para o cronista, se configuraria como o distintivo político que

marcaria o início, na prática, de nossa *Belle Époque*. Não obstante, no extremo oposto, Lima Barreto, com o olhar afastado que as décadas de 1910 e 1920 lhe concederam, revisava a Proclamação da República como o ato político da reafirmação do caráter discriminatório, excludente e plutocrata do regime, a seu ver, de fachada. Igualmente, Olavo Bilac, a partir da euforia republicana, e Lima Barreto, a partir da consolidação do regime, traçariam o mapa da cidade carioca sob concepções antagônicas. Tendo a crônica como discurso, observaram cidades opostas, viram um Rio de Janeiro de vitrine e um Rio de Janeiro ao avesso. Apesar das visões contrapostas, era, afinal, uma única cidade.

Ambos, ao cabo, foram capazes de construir o painel abrangente da sociedade brasileira do início do século XX, de tal modo que as sintonias e distanciamentos presentes na vida e na obra de Bilac e de Lima resumiriam, por fim, o período histórico que ambos partilharam. Do mesmo modo, embora ambos partam de uma temática comum, cada um faz dela uso próprio e inversamente oposto ao do outro. Abaixo seguem alguns tópicos marcantes que marcam as posturas ideológicas contrapostas observadas no interior da produção jornalística de Olavo Bilac e de Lima Barreto.

A) REFORMAS URBANAS: O RIO DE JANEIRO NA VITRINE OU O AVESSE DO RIO JANEIRO.

Pelas crônicas de dois jornalistas que idolatravam sua cidade, tenta-se apreender de que forma Olavo Bilac e Lima Barreto manipulavam a literatura jornalística na tentativa de mostrar para seu nicho de leitores — tanto na *Kosmos* quanto na *Careta* — como as reformas urbanas e profiláticas concebidas pelo governo eram assimiladas pelos cidadãos da urbe. As representações literárias do Rio de Janeiro feitas por ambos expressam visões opostas da cidade. Desta maneira, a cidade vitrine desenhada por Bilac deveria ser civilizada e limpa. A cidade avessa desmontada por Lima seria segregada e bipartida; não obstante, a cidade real, fruto das ideologias de cada um, resultará da cidade textual criada por suas crônicas.

OLAVO BILAC: A VOZ CONCILIADORA DA REGENERAÇÃO.

Para Olavo Bilac era nítido que as reformas urbanas e as medidas de controle higiênico eram não apenas essenciais para a evolução física — e consequentemente moral — da cidade e de seus cidadãos como também eram indispensáveis para a

configuração de um modelo cosmopolita e moderno de cidade, tal e qual o paradigma parisiense.

A capital francesa era, sobretudo, para a intelectualidade dourada da época, a cidade por excelência e exemplo de modernidade, de civilização e de reurbanização; por analogia, a Torre Eiffel³²⁷ era a representação física e simbólica da supremacia técnica. Bilac não fugiria à regra de exaltar a cidade francesa como o símbolo maior da metrópole moderna, todavia, por outro lado, sabia não ser honesto, apesar de seu discurso comovido, comparar o ainda insalubre Rio de Janeiro com a majestade de Paris:

Livre-me Deus da pretensão de querer comparar o Rio de Janeiro a Paris... Paris é Paris: e não sei se existe atualmente ou se haverá ainda, na face da Terra, alguma cidade que se lhe compare ou que se lhe possa algum dia comparar.

Mas, apesar de tudo, o Rio de Janeiro é a capital de uma nação, que sobre todas as outras do continente, sempre teve a primazia em cousas de Inteligência. Todas as outras a têm excedido, até hoje, em higiene e em conforto material. Mas, de todas, é ela a que possui a literatura mais vibrante, mais original, e mais forte.³²⁸

Paris fazia parte do imaginário coletivo daqueles intelectuais que viam na reurbanização carioca a representação metafórica da superioridade, do novo e do moderno. Transfigurando o real e considerando uma parte pelo todo, Bilac representaria com coerência essa parcela social que acreditava que as (pontuais) reformas modernizadoras da Capital Federal eram o complemento indispensável para a transmutação do Rio de Janeiro na metrópole moderna por excelência no continente; deste modo, *Kosmos* seria o ambiente perfeito, alinhavando requinte visual e imagens apoloéticas de um progresso por vezes artificial, para a representação do novo e moderno cenário nacional.

Assim, nas composições bilaquianas para *Kosmos*, ficaria inapropriado registrar por meio das páginas da elegante revista a descrição do carrossel de tristezas que, segundo a concepção do cronista, ainda circundava a cidade carioca. A crônica que abriria o segundo ano de circulação da revista elaboraria com exatidão o pouco comprometimento de Olavo Bilac em usar sua coluna mensal em *Kosmos* como espaço público e imparcial de esclarecimento, postura esperada de um órgão de difusão jornalística:

As cousas tristes ou horripilantes, que houve durante o mês, não podem ter o seu comentário nas páginas de *Kosmos*. O mês foi uma vasta fermentação

³²⁷ Inaugurada em 31 de março de 1889, a Torre Eiffel foi construída para honrar o centenário da Revolução Francesa e também como o arco de entrada da Exposição Universal daquele ano.

³²⁸ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1905. p. 3, 1. col.

de escândalos, de desfalques, de denúncias, de exumações, de crimes, de desastres e de horrores. Nesse mar limoso e negro, ficou afogada toda a alegria das festas do fim do ano. E é melhor que a notícia de tais cousas fique apenas confiada às colunas de imprensa diária — colunas de vida fugaz, lidas à pressa e logo esquecidas. Nestas páginas calmas, de arte e brandura, guardemos somente assuntos consoladores e nobres.³²⁹

Esta crônica, de janeiro de 1905, exemplifica a índole eufórica bilaquiana em *Kosmos*. Não caberia nas páginas da revista a apuração particularizada dos fatos, dos “escândalos”, dos “crimes” e dos “desastres”. O “mar limoso e negro” da realidade urbana, mencionado pelo cronista, não teria destaque nas “páginas de arte” de *Kosmos*. Bilac, como o mestre de cerimônias da revista, escolhia com cuidado o vocabulário impresso no magazine. É importante perceber como o confronto de ideias opostas fica evidente nesta crônica. Ao tratar dos assuntos do cotidiano carioca, o cronista apelaria para termos com uma carga semântica negativa, tais como “tristes”, “horrores” e “horripilante”. Ao passo que, para exaltar a índole festiva de *Kosmos*, e, por conseguinte de “Crônica”, Olavo Bilac recorreria aos signos ligados à leveza, assim como “brandura”, “calma”, “nobre”. Numa leitura despretensiosa e lúdica, obviamente, o leitor de *Kosmos* não perceberia o jogo lexical usado pelo cronista. Entretanto, numa análise mais atenta, a mensagem subliminar e a intenção persuasiva de Bilac saltam aos olhos.

Contudo, apesar de manifestar o desejo de deixar para “as colunas de imprensa diária” o resgate do dia a dia carioca, por suas colunas mensais, mês após mês, ficaria sempre manifesto que, a despeito das qualidades literárias e da saída estilística tão bem arquitetada por Bilac na construção textual de suas produções para *Kosmos*, o empenho bilaquiano como cronista oficial da revista era o de elaborar textos que não deixassem de resgatar, mesmo que parcialmente, os últimos acontecimentos urbanos, ainda mais se estes sempre que possível insinuassem, nas entrelinhas da escritura, a urgência dos movimentos de reconstrução do cenário carioca. Obstinado pela aparência e limpeza cariocas, em todas as suas faces, Bilac colocou sua escrita à disposição da regeneração da cidade. O empenho pelas reformas urbanas era a diretriz de suas crônicas, destarte, abaixo segue exemplo de como Bilac coadunava em suas produções o factual com discurso grandiloquente — sempre acompanhado do quinhão persuasivo subjacente — com o claro objetivo provocar reações emocionais no receptor do seu texto:

³²⁹ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1905. p. 3, 1. col.

Quando veio à luz o último número da *Kosmos*, já a cidade e todo o país se cobriam de luto: a catástrofe de Jacuacanga³³⁰ acabava de amargurar todas as almas, — e parecia que já não poderia haver calamidades que ainda nos viessem aumentar a aflição. Engano! por mais cheia de tristezas que possa estar uma alma, sempre nela haverá lugar para novas tristezas...

As cheias dos rios continuaram, continuaram as nuvens de gafanhotos a devorar os campos, — e, no Rio de Janeiro, os desmoraamentos vieram ajuntar um novo horror aos horrores já existentes. E embotados, como já saturados de dor, e insensibilizados pelo excesso do sofrimento, ficamos todos na muda resignação de quem já nem forças possui para se queixar da inclemência da sorte!³³¹

A crônica acima, de fevereiro de 1906, deixaria evidente o esforço de Bilac em recapitular em seu texto os acontecimentos marcantes da cidade carioca. No entanto, o cronista também subliminarmente através de seu raciocínio persuasivo habitual recriminava a falta de mecanismos de escoamento de água durante as enchentes que com frequência assolavam o Rio de Janeiro durante o verão. A questão da água, ou ainda, o volume excessivo dela, foi tema para o discurso doutrinário bilaquiano. Não raro, Bilac pinçava um acontecimento rotineiro da urbe, para a partir dele, através da “Crônica”, criticar a obsoleta organização urbana da Capital Federal. Por meio do excesso de linguagem e da metaforização, o escritor tentava advertir os leitores sobre a precariedade da cidade e assim talvez convencê-los da necessidade urgente de medidas reurbanizadoras.

Fica patente, portanto, que, na visão bilaquiana, a configuração da modernidade brasileira e carioca estava, à época, inteiramente conectada ao processo de modernização física e de melhorias profiláticas que ocorreram no cenário urbano do Rio de Janeiro, e a *Kosmos* seria, sem sombra de dúvidas, a porta-voz primeira da ideologia bilaquiana de saneamento e de progresso urbano carioca. No entanto, é importante ressaltar que Antonio Dimas ratifica inúmeras vezes a dificuldade em se apreender o conceito de progresso formulado por Olavo Bilac nas páginas do elegante magazine:

É muito difícil precisar o conceito de progresso defendido por Bilac, uma vez que em nenhum momento o cronista — seja pelo gênero cultivado, seja pela natureza do periódico, seja ainda pelo feitio individual — permite-se discussão teórica. Sempre que aparece, a ideia de progresso está vinculada a algum fato para o qual o jornalista se sente no dever de chamar a atenção do

³³⁰ Em janeiro de 1906, na baía de Jacuacanga, em Angra dos Reis, o Aquibadã, um dos principais encouraçados da Marinha Brasileira, sofreu uma violenta explosão, por razões até hoje desconhecidas, e partindo-se ao meio veio a afundar. Morreram no desastre 212 homens da sua tripulação, inclusive parte da comitiva ministerial que desenvolvia estudos sobre um novo porto militar.

³³¹ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1906. p. 7, 1. col.

leitor. A tarefa, então, é a de pinçar, aqui e ali, o concreto fugidio na esperança de precisar o conceito.³³²

Apesar de portador de indiscutível sensibilidade sociológica e jornalística, o cronista não traduziria com profundidade, nas linhas de *Kosmos*, os conflitos e as tensões que estavam presentes na imposição das medidas sanitárias, urbanas e profiláticas da Regeneração, resíduos estes decorrentes, infelizmente, da ideologia de civilização. Paladino do progresso, muitas vezes entendido como simples aparência do novo, o discurso bilaquiano chancelado por *Kosmos* sintetizaria, na maioria das vezes, o *glamour* superficial que muitas vezes a reurbanização carioca representou.

Entretanto, este notório caráter excludente e autoritário das melhorias urbanas não passava, salvo em raros episódios, pelo escrutínio da pena diligente e entusiasta de Olavo Bilac em *Kosmos*. Mesmo nestas incomuns ocasiões, a oratória bilaquiana penderia a favor da empreitada municipal. Em sintomática crônica publicada na revista em novembro de 1904, Bilac, revoltado com o quebra-quebra que depredou as reluzentes luminárias da Avenida Central, manifestar-se-ia enraivecido sobre os motins populares decorrentes da imposição da vacina antivariólica, tirania governamental à qual o jornalista aderiria com total simpatia:

Essa matula desenfreada, que andou quebrando árvores e lampiões, vociferando e tumultuando, trocando facadas e tiros de revólveres, — estava, nesses dias de vesânia e brutalidade, exercendo uma função natural, e, até certo ponto, providencial. Não há aqui um paradoxo, — ou uma graça, que seria de mau gosto: há uma grande e luminosa verdade. As arruaças deste mês, — nascidas de uma tolice e prolongadas por várias causas, — vieram mostrar que nós ainda não somos um povo.³³³

Dois aspectos inerentes ao texto são fundamentais para se entender não apenas o posicionamento ideológico de Bilac frente às tomadas de decisão do governo como também para compreender a essência mais profunda do trabalho como cronista na *Kosmos*. Identificado claramente com as fileiras republicanas que viam na imposição da vacina atalho seguro para se extirpar a epidemia que atrasava a profilaxia carioca, o cronista pecaria ao simplificar o motim como uma forma de irracionalidade da população carente carioca. Ao

³³² DIMAS, op. cit., p.55.

³³³ Coincidentemente, Olavo Bilac havia regressado recentemente da Europa. Talvez por ter passado os últimos meses, de maio a novembro de 1904, no Velho Continente, o cronista tenha voltado excessivamente contaminado pela civilidade europeia e vociferaria tão exaltado contra aquilo que ele chamaria de “vesânia e brutalidade”. BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1904. p. 3, 1. col.

minimizar a importância dos episódios que ficariam conhecidos como a “Revolta da Vacina”, Bilac não apenas menosprezou a população humilde e mal informada envolvida nos motins como também evidenciou certo descaso com matéria que acreditava não pertencer ao selecionado nicho de leitores de *Kosmos*. Assim o jornalista continuaria em sua retórica:

Amanhã, um especulador político irá, pelos becos e travessas em que reside a gente humilde, murmurar que o governo tenciona degolar todos os católicos, ou fuzilar todos os protestantes, ou desterrar todos os homens altos, ou encarcerar todos os homens baixos. E a gente humilde aceitará, como uma verdade, essa invenção imbecil, como aceitou a invenção da vacina com sangue de rato pestiferado... E pouco importa que em todas as esquinas se preguem editais aniquilando a calúnia, e pouco importa que todos os jornais destruam a infâmia em artigos, em notícias, em anúncios: — a gente que não sabe ler continuará a crer no que lhe disseram, — e a sua revolta brutal e irresponsável continuará a servir de arma aos especuladores.³³⁴

Novamente, neste excerto, o que se ressalta não é a opinião de um observador imparcial. Bilac mais uma vez por meio de sua oratória grandiloquente desmereceria a ingenuidade e a possível alienação das camadas populares pouco preparadas para atuarem criticamente na sociedade. Por outro lado, também se confirma como, através de seu posicionamento crítico, o cronista contribuiu para delimitar seu perfil alinhado ao poder e que invariavelmente mostraria em suas composições para *Kosmos*.

Para finalizar, ao relacionar de maneira rasa a balbúrdia popular com o alto índice de analfabetismo das classes mais humildes, Bilac tentaria não apenas generalizar a ignorância como também relacionar subliminarmente a urgência da reurbanização e da profilaxia da cidade — projeto físico e concreto — com a possibilidade de advir delas a evolução moral e intelectual da população:

No Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há “povo”, onde os analfabetos estão em maioria. Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive: não é homem, é um instrumento passivo e triste, que todos os espertos podem manejar sem receio.

A revolta de agora não foi apenas obra dos desordeiros de profissão: foi também obra dos ignorantes, explorados criminosamente pelos astutos.

E não sei bem para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade, — se não derem aos homens rudes os meios de saber o que é civilização, o que é higiene, o que é dignidade humana.³³⁵

³³⁴ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1904. p. 3, 1. col.

³³⁵ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1904. p. 3, 1. col.

Neste trecho chega-se a notar não apenas certa crítica ao governo que não educava a sociedade para o futuro reurbanizado da cidade como também se observa uma postura incisiva de Bilac frente ao motim e à população envolvida nas agitações do “Quebra Lampiões”. Durante toda sua carreira pública, o percurso do cronista cruzou não somente com o itinerário do escritor didático como, ao alcançar a aposentadoria das redações, encontrou, no posto de baluarte da obrigatoriedade do serviço militar e da educação básica ampla, a sua última bandeira civilizatória. Contraditoriamente, e esta crônica evidencia isso com exatidão, Olavo Bilac foi incoerente ao tratar a alfabetização como um índice de exclusão social e de cidadania. Tendo a profilaxia e a melhoria urbana como fim possível para a superação e a reabilitação social da cidade e do país, julgamentos como este, pouco modalizados, seriam as diretrizes de Bilac em *Kosmos*.

Contudo, é importante insistir que a revista e todo o seu corpo editorial estavam à disposição para entreter e não para suscitar questionamentos, principalmente contra a política higienista municipal. Conforme menciona Antonio Dimas, “o cronista [Bilac] não só incensava o consumidor específico como, eventualmente, menosprezava ou ridicularizava o que brotasse no canteiro popular”.³³⁶ Coincidentemente, apesar de Bilac se manter bem parcial em suas colocações, é o mesmo Antonio Dimas quem comenta ser esta citada crônica de novembro de 1904, dentre as 46 publicadas pelo jornalista em *Kosmos*, a mais cortante.³³⁷

Apesar de se discordar um tanto da colocação do pesquisador, acredita-se ser mais interessante vislumbrar neste texto um Bilac que se permitiu ir um pouco além do que lhe era comum em *Kosmos*, ou seja, que ousou fazer uma colocação menos genérica sobre aquilo que ele denominava “progresso”. Como uma revista de divulgação, *Kosmos* não estaria apta para, mesmo concessivamente, abrigar exortações furiosas e excessivamente críticas, pois a ela cabia, primeiramente, “a gratificação de seu leitor”³³⁸ e a publicação não esperava consequentemente deste modo “incomodá-lo com o aprofundamento de suas matérias, sobretudo aquelas cujo cerne fosse cediço e estofado de controvérsias”.³³⁹ Para comprovar tais premissas, a crônica publicada em março de 1904 explicita com clareza como a índole contemplativa de *Kosmos* seria um espelho da ideologia higienista e reformadora de Olavo Bilac:

³³⁶ DIMAS, op. cit., p.55.

³³⁷ Cf. Ibidem, p.59.

³³⁸ Ibidem, loc. cit.

³³⁹ Ibidem, loc. cit.

Fechemos a crônica com algumas linhas de alegria e de esperança.

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. Bem andou o governo, dando um caráter solene e festivo à inauguração desses trabalhos. Nem se compreendia que não fosse um dia de regozijo o dia em que começamos a caminhar para a reabilitação.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfrelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas, as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!³⁴⁰

O trecho acima exemplifica não somente a euforia cosmopolita como também o esforço bilaquiano, sempre fácil em *Kosmos*, de minimizar o valor do passado e da História, quando convinha, em nome do progresso imediato. Com o início das demolições, um possível passado idealizado passava não apenas a ser o grande inimigo das exortações do cronista como também sinônimo de atraso. É bem curioso que Bilac coadunasse a ideia de atraso ao apego à tradição, como se a ousadia e a renúncia ao passado fossem premissas para se progredir estrutural e socialmente. A pena bilaquiana entrevia nas primeiras marretadas da “Regeneração” a ocasião propícia para afastar os anos de decadência, de retrocesso e de inoperância do Rio antigo. Assim, o apogeu da “Regeneração” não permitiria ao cronista defender o passado nacional.³⁴¹ Igualmente, aproveitando-se do início efetivo das obras para a abertura da Avenida Central, Bilac enalteceria as demolições que se concentraram fortemente na Cidade Velha e levantavam nuvens de poeira que cobriam o centro da cidade.

³⁴⁰ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904. p. 2, 1. col.

³⁴¹ Contraditoriamente, educar a população e dar-lhe paixão pela suas tradições, seus antepassados e pela sua pátria, essencialmente pelo Rio de Janeiro, foi, às vezes, um dos sustentáculos do trabalho de Bilac na *Gazeta de Notícias* em prol da evolução estrutural, moral e cívica da Capital Federal. O cronista apontou, em diversas crônicas dominicais, que reverenciar nossa História e Passado seria um dos alicerces da transformação e desenvolvimento da população carioca sob todos os aspectos. A importância do passado seria evidenciada na seguinte crônica de setembro de 1901: “Ah! quando quererão os deuses piedosos baixar os olhos para este pedaço de planeta, em que nos arrastamos, sem um ideal puro, sem uma aspiração elevada, sem um nobre desejo de fugir da animalidade?! Quando palpitará pela primeira vez dentro dos nossos corações esse amor do Passado, esse culto de ansiedade, essa religião da História, - que fazem as famílias fortes e as nações felizes?!” A pena de Bilac era ambígua, porém propositalmente. Seus valores apenas sutilmente se alteravam para se mostrar, quando necessários, mais persuasivos e convincentes. Com o início da reurbanização não mais interessava ao cronista defender o passado e a História nacional. As reformas urbanas e o progresso advindo delas seriam o alicerce ideal para a consolidação da nação idealizada pelas fileiras republicanas e em *Kosmos* imperaria a defesa do progresso imediato e concreto. Cf. ASPERTI, Clara Miguel. *Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 2007. p.154.

O espírito eufórico é evidente nesta composição e, ao personificar a antiga “cidade colonial” por meio do “longo gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio”, Bilac, através de alegoria tão bem arquitetada, exaltaria a defesa ininterrupta do progresso urbano.

Com o rigor da linguagem, alinhado às metáforas e às personificações, a criatividade do cronista alçava voos mais altos em seu itinerário progressista e pouco interessado, pelas linhas de *Kosmos*, pelos desmandos governamentais e pelas tristes consequências de que a abertura da Avenida Central foi símbolo. Um dos principais entraves para a ampliação das vias urbanas do Rio de Janeiro e consequente crescimento das áreas salubres da cidade era a permanência dos cortiços, casas de cômodos e moradias decrepitas do velho centro carioca. Em texto de outubro de 1907, comentando a “crise de habitações” cujo estopim foi o movimento de reurbanização do núcleo urbano do Rio de Janeiro, Bilac demonstraria, através de seu discurso um tanto chistoso e alinhado à modernização republicana, a situação calamitosa dos desabrigados do “Bota-Abaixo”:

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas à moradia da gente pobre, porque, substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros.

[...]

Que há de fazer a gente pobre?

Se ao menos essa gente pudesse morar ao ar livre, sob o teto piedoso do céu, sob o pálio misericordioso das estrelas!³⁴²

Neste trecho fica evidente que, mesmo mantendo-se defensor das medidas de readequação urbana, Bilac via com humor e até mesmo com deboche o insustentável da situação imposta pelos desmontes carioca à população mais humilde — que se viu obrigada a abandonar suas casas em nome de uma regeneração urbana que não lhes alcançava. As crises habitacionais deveriam ser controladas para a cidade maravilhosa florescer nos moldes europeus. Afinal, o público urbano e entusiasmado com os ícones da modernidade — aquele que desfrutaria da transformação da cidade — se concentrava nos bairros nobres, de acesso facilitado e livre da indigência da população suburbana:

A população mais pobre, que [...] fora obrigada a deixar as casas de cômodos e cortiços, como o “bota-abaixo” iniciado pelo prefeito Pereira Passos para “embelezar” o centro urbano e expulsar os pobres da paisagem

³⁴² BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, outubro de 1907. p. 1, 1. col.

nobre da cidade, se concentra agora nos subúrbios da Central ou da Leopoldina. Em 1920, os subúrbios abrigam quase a metade dos 1.167.500 habitantes [da cidade], notadamente, Inhaúma, Irajá e Andaraí, ainda que os distritos próximos ao centro possuam as maiores densidades populacionais...³⁴³

É importante lembrar que, apesar de não figurar entre as notícias das publicações *up to date* da imprensa carioca, da qual *Kosmos* era ícone, a disposição demográfica, principalmente no centro do Rio de Janeiro, estava desorganizada, no início do século XX. A cidade ficou inchada devido ao enorme contingente populacional absorvido desde o fim da escravidão e à alta taxa de imigração. Um colapso urbano, sanitário e, principalmente, social estava prestes a eclodir. No centro do Rio de Janeiro e em suas adjacências fervilhavam as mencionadas habitações coletivas insalubres. Na sua cruzada em favor não somente da conclusão da Avenida Central como de todas as construções e procedimentos sanitários e de saneamento básico, para Bilac e para *Kosmos* tudo valia se pudesse, de algum modo, contribuir para o progresso político e conseqüentemente social e moral de que o Rio de Janeiro tanto carecia. É importante insistir que a profilaxia urbana do cenário carioca foi sua bandeira, e para alcançá-la se pautava pelo credo único da reabilitação concreta e espiritual da urbe, sendo muitas vezes um tanto arbitrário como o excerto anterior demonstra. Porém, dirigir o comportamento dos seus leitores era a função de sua escritura persuasiva e a arte e o bom gosto de *Kosmos* conspirariam a favor disto. Portanto, as manifestações literárias bilaquianas não deixavam de ser significativas de seu tempo, mesmo que fizessem por vezes uma leitura, pelas páginas iniciais da revista, direcionada e fragmentada do período. Como pode ser percebida também nesta outra colocação bilaquiana em *Kosmos*:

Para uma revista, como a *Kosmos*, essencialmente artística, o acontecimento capital da vida carioca, durante o mês passado, não pode deixar de ter sido o “concurso de fachadas”.

Acerca da nossa feia arquitetura (se é que o emprego desta palavra, aqui, não é uma heresia) já o velho Varnhagen, em 1850, escrevia: “Infelizmente aqui, como já sucedera na Bahia e nas demais povoações, adotou-se com servilismo o sistema das construções de Portugal; e nem da Ásia, nem dos modelos da arquitetura civil árabe na península, isto é: do uso dos numerosos pátios com repuxos d’água, e dos eirados, ou açoteias, houve quem se lembrasse, — como mais a propósito para o nosso clima”.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil, houve no Rio de Janeiro um começo de culto arquitetônico. Grandjean de Montigny, um dos artistas que o benemérito Príncipe Regente trouxe da Europa, delineou e construiu alguns edifícios, — que ainda hoje contrastam, pela sua beleza e

³⁴³ BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-1920*. Mauad X, 2007. p.57.

sobriedade, com os abomináveis casarões e as ignóbeis casinhas que o cercam.³⁴⁴

Enaltecendo a importância da instituição de um curioso “concurso de fachadas” para incentivar as edificações na nova Avenida Central, Olavo Bilac não apenas louvaria a diligência da municipalidade em dotar de suntuosos edifícios os novos logradouros que se iam rasgando pelo centro carioca afora, como, principalmente, o elaborado discurso bilaquiano deixaria manifesto não somente o caráter nitidamente artístico de *Kosmos*, mas sua superficialidade intrínseca.

Ao escrutinar nosso passado arquitetônico arcaico e atrasado, Bilac tentaria dar uma casca documental e teórica à sua crônica; entretanto, novamente a composição se destacaria por não ponderar a fundo a história arquitetônica nacional e apenas recorreria a esta descrição superficial como subterfúgio para elencar as vantagens de um tolo concurso de fachadas para a nova avenida:

Entre os absurdos (tantos!) introduzidos pelos mestres-de-obras, figura a adoção irracional do chalé, — do enfadonho e revoltante chalé! — como tipo de construção urbana. Em toda a terra civilizada, o chalé só é construído no campo, fora de portas, nas colinas verdes e nos vales frescos, entre árvores: é a habitação de estio, de *villeggiatura*, de férias. Mas no Rio de Janeiro o chalé tomou conta de todo o centro da cidade: há chalés na rua do Ouvidor!

[...]

Mas, felizmente, parece que uma era nova raiou para a cidade.³⁴⁵

Na realidade a superficialidade inerente às colunas de *Kosmos* não deixaria de contaminar a escrita bilaquiana na revista, como o trecho acima evidencia. O cronista em suas mais de quatro dezenas de crônicas de abertura não ofereceria aprofundamento teórico ou crítico em nenhum dos muitos assuntos sobre os quais se propôs opinar. Oportunamente, ao manter uma apreciação discreta sobre o tema escolhido, Bilac não somente não se comprometeria com o poder público que sempre lhe acenou com nomeações e recompensas como principalmente não levantaria indagações e questionamentos na opinião leitora da revista.

A postura crítica bem calculada de Bilac, destacada pela citada crônica, assim como uma sugestiva “preocupação” com a incompetência dos mestres-de-obras que

³⁴⁴ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1904. p. 2, 1. col.

³⁴⁵ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1904. p. 2, 1. col.

poderiam arruinar o panorama moderno da Avenida Central são mostruários do discurso eufórico engendrado pelo jornalista na sua interpretação da nova metrópole. E o cronista seguiria na mesma toada:

O meu medo, o meu grande medo, quando vi que se ia rasgar a Avenida, foi que a nova e imensa área desapropriada fosse entregue ao mau gosto e à incompetência dos mestres-de-obras. O receio não era infundado... Todos estão vendo que, em geral, as casas mais novas do Rio de Janeiro são ainda mais feias do que as antigas... “Uma boa avenida” — dizia eu de mim para mim — “não é somente uma rua muito comprida, muito larga e muito reta: a avenida do Mangue tem todos esses predicados, e, entretanto, é um horror! Uma avenida precisa de prédios bem construídos, elegantes ou suntuosos. Casas tortas e feias, em ruas largas, são como vilões na corte: todos os defeitos se lhes exageram. E, se vamos encher a avenida de prédios de cacaracá, melhor será que nos deixemos de sonhos, e que nos contentemos com o beco das Cancelas e com a travessa do Ouvidor!”
O que me aplacou o susto, foi o ato louvabilíssimo do governo, estabelecendo leis rigorosas para as novas construções, — e abrindo esse belo “concurso de fachadas”, cujo resultado excedeu as mais otimistas previsões.³⁴⁶

O fragmento acima é modelar quanto a Bilac, mesmo sendo um dos principais divulgadores e defensores do progresso urbano carioca, manter-se na apreciação pouco profunda do conceito. Seus comentários, mais adulatários do que judicativos, exemplificam rigorosamente o caráter entusiasmado, mas pouco aderente de sua escrita em *Kosmos*. Usando o “concurso de fachadas” como metáfora, a crônica de Bilac em *Kosmos*, por maior qualidade estética e retórica que possa haver, não ultrapassa a barreira introdutória do problema e, apenas enaltecendo as possíveis consequências do progresso, nunca vai a fundo, além de uma consideração fugidia sobre a concreta realidade urbana. Da mesma maneira que um cosmético concurso de fachadas não conseguiria realmente construir um cenário verdadeiramente urbano para o Rio de Janeiro, a concepção bilaquiiana sobre o progresso que o próprio tanto exaltava aliena-se, pois não alcança, via crônica, uma conceituação fidedigna e que daria conta de sua ideologia. Entretanto, é preciso sempre pensar que, voluntaria ou involuntariamente, essa era a postura sugerida ao cronista pela revista.

Assim sendo, fica assentado que pela e para *Kosmos*, seus escritos sobre Rio de Janeiro, embora otimistas e com alto teor persuasivo, não passavam de uma casca de fachada que tentava esconder suas entranhas ainda pestilentas. Não obstante, apesar de notoriamente possuir uma consciência urbana adquirida em anos de exercício da crônica

³⁴⁶ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1904. p. 2, 1. col.

jornalística em diversos jornais das mais variadas posturas, Olavo Bilac não ia muito além desta superfície reluzente que *Kosmos* projetava sobre a cidade do Rio de Janeiro. De tal modo, a inauguração (parcial) da Avenida Central seria o mote ideal para Bilac, assim como um verdadeiro porta-voz dos novos tempos cariocas, comprovar para os seus leitores que a cidade renascia dos escombros da demolição, a partir da representação metonímica de uma rua. Por entre uma improvável multidão que desfrutaria da nova cidade remodelada e aberta às novas experiências da modernidade, a crônica abaixo evidencia a simbologia da nova Avenida para Bilac como espaço único de exibição:

Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho... Onde estás tu metido, Carrancismo ignóbil, que por tanto tempo nos oprimiste e desonraste? Em que furna lóbrega, em que socavão escuro te foste esconder envergonhado? Em vão te procurei, nestes últimos dias e nestas últimas noites de Novembro, pela radiante extensão da Avenida formosa: não vi, em parte alguma, o teu olhar sinistro em que a má vontade reluz perpétua, a tua boca franzida num eterno sorriso de sarcasmo, a tua fronte envergada numa perene contenção de birra e malevolência... Andas, com certeza, homiziado nos becos sujos, em que se mantém ainda a tradição do mau gosto e da imundície: afugentou-se a luz da Avenida, horrorizou-te a alegria do povo, fulminou-te o despeito!³⁴⁷

A ânsia de renovação proposta pelo remodelamento não permitia ao cronista apreciação mais profunda do momento. Na realidade, o início das obras em março de 1904 redundou num caos generalizado no centro carioca. É bem verdade que a abertura oficial da Avenida Central, em novembro de 1905, transformou-a na principal artéria do coração financeiro da cidade, desbancando a antiga rua Direita, que submergiria em certo ostracismo ao perder o posto de endereço mais elegante do Rio de Janeiro. Também não se pode deixar de fazer referência ao impacto visual provavelmente causado pelo requinte de acabamento da avenida, com seu calçamento todo em pedras portuguesas tendo ao centro um canteiro — que dividia a avenida em duas mãos — todo adornado por árvores de pau-brasil.

Entretanto, para abrir os 33 metros de largura e os quase dois quilômetros de comprimento da grande via urbana, aproximadamente 600 edificações foram postas abaixo e seus proprietários e inquilinos despejados sem planejamento ou infraestrutura habitacional capazes de absorver tão grande contingente de desabrigados. Porém, a vitrine bilaquiana em *Kosmos* não poderia aborrecer seus leitores e, para tanto, “Crônica” não se deteria nos percalços decorrentes da vultosa obra e converteria o passado colonial e as possíveis vozes dissonantes que viam na “Regeneração” a intensificação da carestia e do

³⁴⁷ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1905. p. 2, 1. col.

descuido com a população mais carente no suposto “Carrancismo”, espécie de *persona* que tantas vezes emperraria o salto civilizatório carioca.

No discurso bilaquiano publicado nas páginas de *Kosmos* todo o árduo trabalho dispensado na abertura da Avenida Central — a despeito do olhar sinistro e ignóbil do “passado” — era, após meses de empenho, recompensado com o triunfo de sua inauguração:

Há menos de dois anos, no terceiro número da *Kosmos*, esta “crônica” registrava o começo dos trabalhos grandiosos, agora coroados, num triunfo consolador, do mais completo êxito...³⁴⁸

Inquestionável como divulgador das possíveis — e por vezes, negligentes — benesses das reformas, Bilac não examinaria a fundo suas consequências ou entraves urbanos futuros. Como arauto e portador das boas novas, a Bilac não cabia o lugar de interrogar e sim o de sancionar, via crônica de abertura, o sucesso da Regeneração. Não obstante, por mais que o poeta-jornalista insinuasse, em suas crônicas, o progresso como um ideal para a coletividade, o cidadão comum pouco foi absorvido pelas novas práticas sociais decorrentes da abertura da Avenida Central. “Crônica” existia exclusivamente para, através do sedutor jogo de palavras bilaquiano, ser a vitrine polida de um tempo fragilmente descrito como próspero e feliz.

Sempre emotivos e emocionantes, os textos de Bilac encaminhavam, por meio de seu olhar direcionado, os leitores para certa simplificação absoluta, ou melhor, para certo reducionismo dos episódios narrados. Lançando mão com maestria de recursos estilísticos persuasivos, Bilac fazia de “Crônica” não apenas o grande álbum de imagens polidas do Rio de Janeiro cosmopolita como também propunha ao leitor alimentar somente a postura contemplativa que ele mesmo nutria em conluio com *Kosmos*.

A provável postura colaboracionista e pouco inquiridora bilaquiana se justifica pelo fato de que aos leitores de *Kosmos* não interessavam, por exemplo, os desmontes e as crises habitacionais decorrentes das demolições em nome do progresso. Para Bilac, portanto, importava mostrar a reforma cosmética e não as entranhas doentes da velha cidade cheia de quistos coloniais. Em suas crônicas resplandecia o cenário maquiado carioca e, quando muito, o jornalista arriscava, quando convinha, alguma bronca na inépcia municipal. Tudo superficial, tudo muito discreto.

³⁴⁸ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1905. p. 2, 1. col.

O que transborda das imagens descritas por Bilac é um Rio de Janeiro de paisagem no qual o cronista o olha de cima para baixo sem alcançá-lo na sua realidade cotidiana. Graças à *Kosmos*, o jornalista está ali para contemplá-lo, mas nunca para atuar em seus problemas de forma direta e decisiva. Sua missão era orientar o melhor caminho para sua cidade e convencer seus leitores disso, embora para tanto não descesse à realidade cotidiana e tampouco se abalasse com os problemas comezinhos da urbe. Curiosamente, Olavo Bilac sempre assinou, com suas iniciais, as crônicas de abertura de *Kosmos*, apesar de não ir a fundo aos problemas intrínsecos ao grande centro em reforma, nunca deixou de assumir seu papel de guia ideológico na revista em defesa constante das melhorias da cidade que tanto amava. Entretanto, iria até onde não comprometesse a revista ou mesmo até onde não entediasse seus leitores.

De certa maneira, a mensagem passada pela “Crônica” — e por analogia pela *Kosmos* — era a de uma cidade reordenada, por mais que, na realidade, isso nem sempre fosse totalmente verídico. No entanto, a pena pela qual Bilac esquadrinhava o cenário hiperbolizado de sua crônica em *Kosmos* projetava um Rio de Janeiro, já em janeiro de 1904, como a terra do conforto, da higiene, da beleza e da arte, mesmo que fosse para aquele nicho seletíssimo da população. Para tentar vender a imagem de uma cidade higienizada e, principalmente, reabilitada material e moralmente, o centro carioca passava a ser para o cronista um organismo vivo e pulsante:

O Brasil entrou, — e já era tempo, — em uma fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o “conforto”, já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidas por um decreto da Indiferença e da Ignorância coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar, e já está passando, por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados. Esta revista acompanhará, — se o público quiser auxiliá-la, — essa lenta e maravilhosa metamorfose da lagarta em borboleta. A fotografia, o desenho, a arte da gravura, e todas as belas conquistas da imprensa moderna, serão aqui postas ao serviço do programa de *Kosmos*: e estas páginas serão uma placa sensível em que se irão fixando todas as imagens, todos os aspectos, todas as mudanças da nossa vida, nesta era de regeneração e reabilitação material e moral. São esses os projetos que a administração me comunica: e comunicam-nos com um tal ardor, com tão grande fé, com uma tão risonha e bela certeza da vitória, — que eu não quero negar-lhe o meu aplauso e a minha contribuição de trabalho. Isso explica a minha presença.³⁴⁹

Esta crônica destaca duas questões importantes acerca da revista e de seu principal cronista. Em primeiro plano, percebe-se a afirmação enfática do compromisso

³⁴⁹ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1904. p. 3, 1. col.

programático da *Kosmos* com a “Regeneração”, pois, como afirma a escritura bilaquiana, as páginas dessa revista “serão uma placa sensível em que se irão fixando todas as imagens, todos os aspectos, todas as mudanças da nossa vida, nesta era de regeneração e reabilitação material e moral”. Por outro lado, a grandiloquência do discurso persuasivo e legitimador dos desmontes urbanos impedia o cronista de ver a cidade tal e qual ela ainda era: um amontoado de culturas, borbulhante de diversidade e calejada de problemas. A Bilac cabia a hiperbólica visão da cidade transformada em metrópole pulsante que tanto *Kosmos* projetava. A Bilac cabia traduzir em crônicas apenas a metamorfose da lagarta em borboleta.

LIMA BARRETO: A VOZ DISTOANTE DO DISCURSO HEGEMÔNICO.

Para Lima Barreto, contudo, a “Regeneração”, ou melhor, o “Bota-Abaixo” não era tão simples assim. No Rio de Janeiro, à época, é notório como o impacto das reformas foi vivenciado de duas maneiras claramente distintas. Por um lado, em maioria esmagadora, grupos intelectuais, como o de Olavo Bilac, mostravam-se cooptados pela gestação da modernidade pelas picaretas do progresso. De outro lado, vozes dissonantes traduziam um sentimento de profundo desencanto e temor frente às fileiras da “ordem” e do “progresso”. Lima Barreto se filiará a segunda vertente. Se à primeira vista, o sonho republicano representava o desejo de reurbanização e de modernidade no país e a possibilidade de maior participação política aos intelectuais conchavados com as fileiras republicanas, para os ideólogos contrários aos desmandos da República sobraria o recurso de questionar e divulgar o outro lado da fachada reluzente da civilização republicana:

A crítica à República, que poderia se esgotar numa censura moral, transcende-a para saturar-se numa visão econômico-social. Lima Barreto mostra que a nova forma de governo tornou-se representativa dos interesses dos latifundiários que se apossaram do Estado, manipulando-o com a conivência da burocracia, dos plutocratas e das forças armadas.³⁵⁰

Para Lima Barreto, por meio do espaço aberto pela configuração de *Careta* — e de sua índole humorística e crítica — restava a censura ao Rio de Janeiro de cartão postal e a negação do desejo desenfreado de cosmopolitismo de pastiche. Assim, sem poder ser de outra forma, o Rio de Janeiro deslindado nas crônicas barretianas na *Careta* será a

³⁵⁰ FANTINATI, Carlos Erivany. *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: ILPHA-HUCITEC, 1978. p.148.

“cidade dos contrastes, das revoltas, das ruínas sob o vento do progresso, mas é antes de mais nada a expressão de uma paixão...”³⁵¹

Em desabafo no seu *Diário Íntimo*, Lima revelaria seu desgosto perante a descaracterização do Rio de Janeiro, que perdia dia após dia, em nome do progresso, não apenas seu passado colonial com a derrubada de prédios centenários, mas, sobretudo, abria espaço para uma arquitetura implantada à força e pouco conectada com a cultura autóctone nacional. Eis o comentário barretiano de 1917:

Minha irmã acaba de chegar da rua (sete e meia da noite) e me traz a notícia de que um grande prédio em construção no Largo do Rossio acaba de desabar, matando quarenta operários. O antigo prédio era uma arapuca colonial, mas que, apesar da transformação, de ter tido as paredes eventradas, resistia impavidamente. O novo ia ser de uma brutalidade americana, de seis andares, dividido em quartos, para ser hotel: Hotel New York (que nome!), um pombal, ou melhor: uma cabeça-de-porco. Somos de uma estupidez formidável. O Rio não precisa de semelhantes edifícios. Eles são desproporcionados com as nossas necessidades e com a população que temos. Com pouco mais, o seu construtor adquiriria os prédios vizinhos e faria coisa decente, proporcional, harmônica com a nossa vida e os nossos gostos. Mas a mania de imitarmos os Estados Unidos leva-nos a tais tolices. [...] Mas os americanos... É o que eles chamam progresso. Fresco progresso!³⁵²

Além de resgatar uma conturbada época, a anotação barretiana revela muito não apenas da postura ativa do cronista como, principalmente, faz para a posteridade uma súmula do posicionamento ideológico de Lima Barreto. Em suas representações do urbano, Lima mostraria como a “estupidez formidável” das reformas não produziria uma “cidade maravilhosa” como os ideólogos da República imaginavam, mas sim, ampliaria a “brutalidade”, as desigualdades sociais e a descaracterização cidadina. É preciso atentar para o fato de que este fragmento foi escrito em 1917, o que comprova que apesar das reformas urbanas terem alcançado seu auge na primeira década do século XX, ainda no final dos anos 1910, elas continuavam a transformar e modificar a paisagem carioca.

Entretanto, mais do que simplesmente confirmar a permanência diuturna dos desmontes cariocas e a aversão que esse processo desencadeava no autor, o diário de Lima comprova o quão insatisfeito e contrariado com novo panorama de modernidade estava o cronista. Mais ainda, o trecho corrobora o antiamericanismo patente na personalidade de

³⁵¹ RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p.100.

³⁵² BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.188-189.

Lima Barreto. Para ele, mais do que uma potência industrial e econômica, e que já tomava de assalto seu lugar no domínio das nações, os Estados Unidos representavam a pasteurização cultural imposta ao brasileiro. Diria ele, ainda de forma mordaz, em crônica para *Careta*: “[...] não há como os americanos; eles é que sabem fazer as cousas. Nós somos uns pungas!”.³⁵³ Se no apagar das luzes do século XIX, Paris e todo o Velho Continente eram o modelo de imitação por excelência, a supremacia americana, ao final da Primeira Grande Guerra, viria a comprovar, para Lima e para a posteridade, a tendência brasileira de se submeter invariavelmente a uma suposta cultura superior para moldar seus hábitos e sociabilidades.

Apesar de o texto íntimo deixar evidente a repulsa barretiana pela construção dos arranha-céus americanizados, o que realmente chocava o escritor era a ânsia por copiar algo que não nos pertencia, em instaurar no país, pela transfiguração do cenário urbano, padrões de comportamento que ignoravam nossa índole, em construir uma fachada inadequada aos nossos costumes e aos nossos gostos. Toda a transformação imposta ao século XX nacional comprovava, para Lima, o quão estranhos estávamos nos tornando em nossa própria casa.

Cabe insistir ainda que a obra ficcional de Lima Barreto é também, sobretudo, um dos mais completos e profundos registros das transformações da sociedade e do pensamento do brasileiro e especificamente do carioca nas primeiras décadas do século XX. A trilogia *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, *Triste fim de Policarpo Quaresma* e, especialmente, *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* mostra não apenas a evolução estética da produção barretiana, mas é também o registro decisivo das transformações e deformações da sociedade nacional da Primeira República. Muito já se estudou sobre a obra romanesca de Lima Barreto. Exemplos contundentes da força literária e sociológica da ficção de Lima podem ser desnudados a partir do estudo *O profeta e o escrívão*, de Carlos Eripany Fantinati e a obra *Literatura como missão*, do historiador Nicolau Sevcenko, ensaios cujo escopo se direciona para o entendimento do projeto literário barretiano como um instrumento de atuação pública. No entanto, os constantes desafios impostos pela implantação da República não se esgotam nas narrativas ficcionais e autobiográficas barretianas. Sua colaboração para jornais, farta de temas e profunda em análises pessoais, transcende a mera retomada do cotidiano citadino e elabora um coerente painel social de uma Capital Federal em conflito permanente entre seus velhos hábitos coloniais e a modernidade instaurada pelas práticas

³⁵³ Idem. Mas... esses americanos... *Careta*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1921.

culturais contemporâneas. Para tanto, a *Careta* serviu-lhe como veículo ideal. A liberdade editorial da revista permitia ao crítico sagaz não apenas admoestar a inoperância das reformas e suas consequências imediatas e futuras como também zombar da visão hiperbólica, e falseadora da realidade, imposta pela municipalidade. A crônica de janeiro de 1920 evidencia com exatidão o olhar zombeteiro e cáustico de Lima frente à megalomania governamental:

Há tempos, por uma bela tarde de verão, resolvi dar um passeio pela chamada Avenida Beira-Mar que, como todas as cousas nossas, é a mais bela do mundo, assim como o Corcovado é o mais alto monte da Terra.³⁵⁴

É preciso salientar que a construção da Avenida Beira-Mar realmente facilitou o tráfego entre o centro da cidade e os bairros do Catete e de Botafogo do mesmo modo que a recém-aberta Avenida Rodrigues Alves serviu de escoadouro das mercadorias do porto, facilitando o seu funcionamento. Todos esses melhoramentos realmente foram benéficos, no entanto, apenas para uma camada da sociedade, que pôde desfrutar deles. A população humilde do Rio de Janeiro, aquela para quem Lima tanto olhava, sofreu barbaramente as consequências destas intervenções urbanas.

Porém, a pena sempre atenta e inquisitiva de Lima Barreto não alcançava apenas as supostas belezas naturais e urbanas da “Cidade Maravilhosa”. Seu espaço na *Careta* permitia-lhe também, como poucos, caricaturar, por meio da crônica, a sociedade de consumo fútil e blasé, mera imitação de uma cultura importada e deformada, que surgiu no bojo das transformações arquitetônicas da cidade. Um dos efeitos consequentes da fúria modernizadora do prefeito Pereira Passos, e posteriormente de sucessores como Paulo de Frontim e Carlos Sampaio, foi a transformação nos hábitos e costumes da sociedade beneficiada pelas picaretas regeneradoras. Em crônica de julho de 1915, Lima criticaria não somente a mudança do eixo social para a nova Avenida Central como aproveitaria a oportunidade, e de forma direta e rejeitando meias-palavras, para caçoar da nova “fauna” que povoaria a via elegante:

Como todo o Rio de Janeiro sabe, o seu centro social foi deslocado da Rua do Ouvidor para a Avenida e, nesta, ele fica exatamente no ponto dos bondes da Jardim Botânico.

Lá se reúne tudo o que há de mais curioso na cidade. São as damas elegantes, os moços bonitos, os namoradores, os amantes, os *badauds*, os *camelots* e os sem-esperança.

³⁵⁴ Idem. Os precalços do budismo. *Careta*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1920.

Acrescem, para dar animação ao local, as cervejarias que há por lá, e um enorme hotel que diz comportar não sei quantos milhares de hóspedes.³⁵⁵

A profilaxia engendrada nas ruas e vielas insalubres da Capital Federal e a abertura de grandes avenidas possibilitaram e facilitaram a circulação das pessoas pelo antigo centro carioca. A burguesia, principal beneficiária de tais melhorias urbanas, se aclimatou perfeitamente neste novo cenário copiado dos *boulevards* parisienses, e não somente tomou para si o ambiente urbano remodelado como adequou esse espaço aos seus gostos e anseios particulares. O novo ambiente salubre das ruas centrais da Capital Federal era o espaço simbólico acertado para a exacerbação do mundanismo há muito desejado na sociedade burguesa de então e muitos foram os modos de se exhibir o requinte tributário das novas formas de relação social.

Não obstante, provavelmente, Lima Barreto, como a crônica acima denota, criou mais inimizades nas rodas literárias e sociais cariocas e, decerto, angariou uma legião de desafetos entre possíveis leitores ao mostrar na *Careta* o Rio de Janeiro ao inverso daquele “Sorriso da Sociedade”. Fazendo uma espécie de mapa, e também caricatura, do folclore urbano — sem, contudo, deixar de nutrir um ambivalente sentimento de repulsa e fascínio por estes novos ambientes — Lima agia como um impiedoso intérprete das modificações impostas pela cidade. Por esta e pelas demais crônicas de *Careta*, é possível fazer um inventário do desmonte da cidade a partir do acompanhamento da escrita de denúncia — mas sempre atenta e divertida — de Lima Barreto.

Espécie de agente de seu tempo, sua crônica, e o excerto acima evidencia, ciceroneava o leitor, levando-o, pela ironia e pela troça, a conhecer tipos variados de uma sociedade em busca de uma nova identidade. De acordo com Nicolau Sevcenko, por meio da ironia que fugia de artifícios retóricos vazios e tendia à sátira e à paródia, assim se resumiria a importância da caricatura social no deslinde da realidade dentro do projeto literário barretiano:

[quando] a realidade não fala por si; é preciso que ela seja exagerada criticamente para revelar os seus defeitos e expor as deformações que despertem o desprezo geral.³⁵⁶

³⁵⁵ Idem. Ontem e hoje. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1915.

³⁵⁶ O pesquisador Nicolau Sevcenko baseou-se, nesta colocação, no volume *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. In: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p.197-198.

Afinal, o humor — e a caricatura, por analogia — é polissêmico, uma vez que é capaz de vincular a ideia de combate e de informação ao nível da denúncia, da diversão e da irreverência, fundamentalmente. Assim, por meio da linguagem e do pensamento independente, do riso e do escárnio, Lima faria a leitura deste ambiente convulsionado por reformas autoritárias e transformações espirituais e tentaria, pela crônica, desmontar a cidade ideal erigida pelas laudatórias visões republicanas. Em crônica para *Careta*, mais uma vez, ele continuaria explicar a importância da pilhéria em seu projeto literário:

A troça é a maior arma de que nós podemos dispor e sempre que a pudermos empregar é bem e útil. Nada de violências, nem barbaridades. Troça e simplesmente troça, para que tudo caia pelo ridículo. O ridículo mata e mata sem sangue. É o que aconselho a todos os revolucionários.³⁵⁷

Sua voz desarmônica lançaria assim, pela chacota e pelo humor, um olhar não apenas de censura ao novo regime, mas também de acusação frente ao descaso com aqueles não alcançados pelas picaretas da municipalidade — o principal agente que transfigurava e mutilava a cidade, na acepção barretiana. Foi um dos poucos, arrisca-se dizer o único, à sua época a assumir o clamor dos marginalizados e dos excluídos. A pesquisadora Maria Cristina Teixeira Machado traça um interessante paralelo entre a solidariedade barretiana e seu universo literário:

O amor de Lima Barreto pelos excluídos, sua identificação e solidariedade com o sofrimento do povo, sua indignação diante da exploração que eles sofrem e, acima de tudo, a perseguição de seus ideais literários produzem, ao lado das imagens da cidade, as mais belas páginas de sua literatura.³⁵⁸

Ao escrever suas crônicas seria o avesso da cidade que se destacaria, seria o combate à desfiguração do urbano que saltaria aos olhos do leitor e alheio à louvação desmedida da modernidade, Lima Barreto trabalharia para trazer à luz, na tentativa de desmontar a fachada elegante dos beneficiados da *Belle Époque*, a cidade no seu avesso. Sua escrita — dissidente e radicalmente contrária às tomadas de posições republicanas — censuraria a “República dos Bruzundangas” ou mesmo o “Reino do Jambon”, espécies de sociedades bizarras onde os valores e as referências operavam às avessas:³⁵⁹

O reino do Jambon é assim chamado porque afeta, mais ou menos, a forma de um presunto. Até aqui, não tem sido comido; mas tem sido muito roído.

³⁵⁷ BARRETO, Lima. Negócio de Maximalismo. *Careta*. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1919.

³⁵⁸ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*. Goiânia: Editora da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002. p.152.

³⁵⁹ Cf. SEVCENKO, op. cit., p.224.

Roem-no os de fora; roem os de dentro; mas não há meio, quer uns, quer outros de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade externa e interna de uma maneira perfeitamente milagrosa.³⁶⁰

O deboche é evidente no trecho acima. E será assim, projetando um sorriso irônico, “amargo, sarcástico [e] por vezes furioso”³⁶¹ e lançando mão de linguagem fácil e acessível a qualquer público, que Lima Barreto delinearía aos leitores o caminho da cidade carioca real — aquela existente por debaixo do discurso civilizatório — e território ainda reprimido pelas classes dominantes e desumanizado pela repartição social expressada pelos opostos “centro” e “subúrbio”. De tal modo, será o espaço desatendido das adjacências humildes, seus hábitos, seus costumes e seus personagens que estarão presentes em grande parte das crônicas barretianas.³⁶²

Na cidade textual elaborada por Lima o subúrbio é figura dramática principal desse mundo às avessas e é também o avesso do mundo lapidado pelas elites obcecadas pela imagem de civilização. Seria a partir desta sociedade suburbana e excluída da modernidade de fachada que a crônica barretiana iria desmontar o cenário cintilante da Regeneração na década de 1920. Comenta a respeito, Beatriz Resende:

Nestes últimos e intensos anos de contribuição à imprensa, Lima Barreto firma decisivamente o gênero como indissociavelmente ligado à cidade do Rio de Janeiro. Mas o mais importante é que, escrevendo a partir de seu próprio espaço, subúrbio distante, registrando os trajetos que o ligam ao centro da cidade, descrevendo a vida cotidiana de uma área, naquele momento quase rural, olhando com simpatia, ainda que com inevitável distanciamento, a vida dos vizinhos, Lima Barreto inclui, pela primeira vez, o subúrbio na vida da cidade, no seu imaginário e em sua literatura.³⁶³

É manifesto que o Rio de Janeiro sempre foi sua inspiração. No entanto não o Rio de frontispício *art nouveau* e arandelas chinesas. O essencial barretiano se localizava nas entranhas da cidade, nas ruas afastadas das avenidas e dos *squares* da República e no contrário da euforia modernizadora. Lima censurava as reformas não apenas por mascararem a realidade urbana, mas por não conseguir ele próprio projetar muitas aplicações para aquele desmonte generalizado no ambiente carioca. Na crônica abaixo, fica evidente como o olhar

³⁶⁰ BARRETO, Lima. Coisas do Jambon. *Careta*. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1921.

³⁶¹ Cf. ROSENFELD, Anatol. Letras e Leituras. São Paulo: EDUSP, 1994. p.118.

³⁶² Cf. RESENDE, op. cit., p.101-102.

³⁶³ Idem. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas Beatriz Resende. Organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p.20.

lançado do subúrbio por Lima enxergava com exatidão a bipartição da cidade imposta pelas reformas urbanas:

O Senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o Senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e, até, nela nasci; mas, apesar disso não sinto quase a ação administrativa de Sua Excelência. Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Cochinchina.

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a europeia e a outra, a indígena.³⁶⁴

Através da visão particular sobre a cidade em que morava, Lima Barreto se postaria como principal opositor do governo Carlos Sampaio. Considerado um dos continuadores do Bota-Abaixo, na concepção barretiana, o prefeito pouco conhecia as entranhas de sua cidade e as publicações em 1921 teriam o prefeito Sampaio e sua opção por obras supérfluas em detrimento da assistência aos populares como alvo predileto da disposição barretiana. Governava para os ricos e bem nascidos e pouco se afastava do centro financeiro e social da cidade. Lima acusava-o não apenas de desfigurar o Rio de Janeiro e de construir uma imagem falseadora da realidade urbana. Para Lima, o principal defeito da administração Sampaio era forçar uma homogeneização social através da exclusão daqueles não harmoniosos com a nova realidade salubre e maquiada do Rio de Janeiro. Na construção textual barretiana da cidade, o problema principal da municipalidade centrava-se na barbárie da segregação social. Embora frequentasse os cafés e as livrarias da elite carioca, a percepção sobre a sociedade e a política governamental sectária Lima somente teria através do afastamento imparcial que a morada no subúrbio lhe proporcionava.

Assim, será lançando um olhar de compaixão e de curiosidade e ao mesmo tempo de conhecimento sobre o arrabalde distante, mais precisamente a partir dos rituais e da rotina da gente que não enfeitaria a Avenida Central, que Lima Barreto construiria o componente basilar de seus textos, afinal seriam “aqueles que a cidade rejeita que constituem o objeto principal de suas crônicas”.³⁶⁵ Em crônica acumulada de efeitos metafóricos, elaborada e até certo ponto carregada de clichês — recursos pouco usuais em sua prática jornalística — Lima retrataria com exatidão e seriedade os enterros típicos dos subúrbios:

Certamente há de ser impressão particular minha não encontrar no cemitério municipal de Inhaúma aquele ar de recolhimento, de resignada tristeza, de

³⁶⁴ BARRETO, Lima. O prefeito e o povo. *Careta*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1921.

³⁶⁵ RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p.26.

imponderável poesia do Além, que encontro nos outros. Acho-o feio, sem compunção, com um ar morno de repartição pública; mas se o cemitério me parece assim, e não me interessa os enterros que lá vão ter, todos eles, aguçam sempre a minha atenção quando os vejo passar, pobres ou não, a pé ou em coche-automóvel.

A pobreza da maioria dos habitantes dos subúrbios ainda mantém neles esse costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos.

É um sacrifício que redonda num penhor de amizade, em uma homenagem das mais sinceras e piedosas que um vivo pode prestar a um morto.³⁶⁶

Ao dramatizar a vida do subúrbio, são os atores coadjuvantes do progresso e da modernidade que saltam aos olhos. Ao focar o morador da periferia com seus hábitos modestos e simplórios, Lima acertaria seu alvo crítico em diversos aspectos. Em primeiro plano, traria ao debate temas e personagens não sacralizados pela literatura estetizante e inóspita que julgava dominar sua época. Por outro lado e como consequência do protagonismo imposto ao suburbano pelo cronista, Lima faria com simplicidade uma espécie de antropologia do cotidiano. A crônica acima demonstra um dos rituais mais cultuados pelo brasileiro e principalmente pelos grupos mais carentes da população nacional. Ao narrar em detalhes o cortejo fúnebre, em seu “costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos”, Lima conseguiu resgatar de forma sensível a tradição que aos poucos o progresso e a modernidade votavam ao esquecimento.

Em outro aspecto, esta crônica é sintomática dentro da produção barretiana para *Careta*. Grosso modo, seus textos semanais na revista nunca ultrapassavam uma lauda. Este, no entanto, curiosamente ocuparia vastas colunas na edição de 26 de agosto de 1922, já quando as oscilações alcoólicas não deixavam o cronista em paz. Desta maneira, é curioso pensar como a temática realmente tocava Lima. Num momento em que as dificuldades físicas e as limitações psíquicas impunham um retraimento em sua escrita, o tema fúnebre inspirou longas divagações acerca do objeto. O ritual pomposo do sepultamento talvez fosse, nos arrabaldes urbanos, o máximo da elegância e do refinamento que a simplicidade suburbana poderia almejar. Era certamente a maneira de alcançar paridade com o centro remodelado da cidade.

Não obstante, durante as longas descrições barretianas presentes neste texto, os mínimos detalhes e a simbologia presente no cerimonial do sepultamento seriam colocados à disposição do leitor. Ao trabalhar a escolha lexical a partir da opção por expressões sentimentais — “ar de recolhimento”, “resignada tristeza”, “imponderável poesia

³⁶⁶ BARRETO, Lima. Os enterros de Inhaúma. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1922.

do Além” — o cronista impunha ao seu texto não somente sua particular visão de mundo, mas, essencialmente, jogava luz, através da beleza e da poesia da crônica, sobre uma população esquecida, maltratada e invisível aos olhos do maquiado centro carioca.

Ao lançar seu olhar sobre a cidade, a partir do subúrbio, a crônica de Lima Barreto atuaria com uma dupla função. Num primeiro instante, o cronista conseguiria redimensionar a importância social do excluído e, por outro lado, não deixaria de externar, ao final, sua indignação frente ao descaso da municipalidade com o calçamento de seu bairro. Segue abaixo trecho que denota a segunda intenção barretiana:

Vem porém o enterro de uma criança; e volto a sonhar.
São moças que carregam o caixão minúsculo; mas, assim mesmo, pesa. Percebo-o bem, no esforço que fazem.
[...] Sopesando o esquife, pisando o mau calçamento da rua, é com dificuldade que cumprem a sua piedosa missão. E eu me lembro que ainda têm de andar tanto! Contudo, elas vão ficar livres de um suplício; é o do calçamento da Rua do Senador José Bonifácio. É que vão entrar na Estrada Real; e, naquele trecho, a prefeitura só tem feito amontoar pedregulhos, mas tem deixado a vetusta via pública no estado de nudez virginal em que nasceu. Isto há anos que se verifica.
[...] Este calçamento da Rua Senador José Bonifácio, que deve datar de uns cinquenta anos, é feito de pedacinhos de seixos mal-ajustados e está cheio de depressões e elevações imprevistas. É mau para os defuntos; e até já fez um ressuscitar.³⁶⁷

Neste plano, vê-se um redirecionamento do discurso barretiano. Ao passo que sua exposição inicia-se com a solene e respeitosa descrição do cortejo, este mesmo discurso operou um desvio de conotação ao reposicionar sua intenção no sentido da crítica ao esburacado calçamento do trajeto. Neste ponto, e então recorrendo novamente à linguagem transparente e humorística tão própria de seu exercício jornalístico, Lima acusaria, jocosamente, os buracos e a péssima qualidade das ruas suburbanas — os trancos e solavancos impostos no deslocamento — por ter *ressuscitado* (!) um cadáver durante seu traslado. Ao fim, toda a beleza e a poesia presentes em momento anterior na crônica foram postas a serviço da troça final do texto. Provavelmente a carga sentimental, carregada de efeitos metafóricos, serviu, ao cabo, para intensificar a crítica, em forma de chiste e de

³⁶⁷ É interessante mencionar como a questão da falta de qualidade do calçamento das ruas e dos acessos aos bairros suburbanos contaminou a escrita de Lima Barreto em *Careta*. Se no centro carioca remodelado o desejo das elites em ascensão era da construção de imponentes edifícios, de iluminação elétrica, de vistosas vitrines, de arborização nos jardins, de alargamento de ruas e de abertura de espaços para a convivência elegante, as muitas crônicas barretianas em *Careta* que orbitam em torno da falta de manutenção das ruas dos arrabaldes comprovam inevitavelmente como a carência suburbana era de questões básicas e essenciais de urbanidade. In: Idem. Os enterros de Inhaúma. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1922.

ficção, ao seletivo reordenamento urbano e ao descaso com o arrabalde. Lima Barreto, a partir das virtudes do subúrbio, não deixaria de lançar farpas aos vícios da realidade. Mantendo em dia o tom de denúncia, de crítica e de análise da situação carioca, a pitoresca paisagem suburbana e, curiosamente, os enterros nos arrabaldes seriam temática constante para o cronista mostrar aos seus leitores o que para ele era a verdadeira face da cidade do Rio de Janeiro.

Cabe aqui mencionar que, no caso das crônicas de Lima Barreto, não se pode pensar apenas na questão concreta da modernização carioca em decorrência das reformas urbanas. Na realidade, é a possibilidade de participação social do cidadão e a conservação de mecanismos para o estabelecimento e garantia dos direitos daquele que importavam ao escritor. Em outras palavras, é na cidadania — e em sua representação — que se encontra o cerne da questão barretiana. Nas crônicas da *Careta*, não era somente deslindar a verdadeira face da cidade que valia ao cronista, mas também firmar resistência à ordem infligida pela municipalidade e combater a opressão imposta aos vencidos que se ocupavam as colunas barretianas da revista. Desta feita, em mordaz texto de 1921, aproveitando da oportunidade do lançamento de cosméticas obras no centro carioca, que a rigor, não trariam nenhum benefício à população comum, Lima deixaria evidente seu posicionamento frente ao descaso municipal com a carestia, mas também anteciparia sua postura lúcida e coerente sobre cidadania:

[A] municipalidade supõe-se ser, segundo a origem, um governo popular que cuide de atender, em primeiro lugar, ao interesse comum dos habitantes da cidade (comuna) e favorecer o mais possível a vida da gente pobre. Esses hotéis serão para ela?

Pode-se, entretanto, admitir, a fim de justificar o amor do prefeito aos hotéis de luxo, que quer construir à custa dos nossos magros cobres; pode-se admitir que, com isso, Sua Excelência pretenda influir indiretamente no saneamento do morro da Favela.

Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis *chics*, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser...³⁶⁸

Beatriz Resende fez inteligente análise da importância da antecipação do conceito de cidadania dentro do projeto literário barretiano:

O tema da cidadania [...] não é um tema fluente na Primeira República. Por isso mesmo investigá-lo em textos [barretianos] deste momento aponta para o aspecto antecipador e modernizante de sua literatura e traz,

³⁶⁸ Idem. O prefeito e o povo. *Careta*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1921.

inevitavelmente embutida, uma reflexão sobre o presente, sobre a sociedade e a cultura brasileira, e o papel que nela cabe ao escritor/intelectual.³⁶⁹

Na realidade, Lima Barreto não era contrário à modernidade ou ao progresso em andamento; no entanto, o que o cronista intuía era, ao fim, a necessidade de se assimilar a modernidade de uma forma agregadora e não como um instrumento de segregação do homem comum. Em outra crônica, de agosto de 1922, a importância das obras de modernização do centro carioca novamente será posta na berlinda. E mais uma vez, tomando a voz do excluído, Lima Barreto, através do seu exercício literário militante, daria razão àqueles que nunca foram ouvidos pelas picaretas da Regeneração:

Pois é justo que a municipalidade do Rio de Janeiro gaste tão vultuosa quantia para abrigar forasteiros ricos e deixe sem abrigo milhares de crianças pobres ao léu da vida?
O primeiro dever da Municipalidade não era construir hotéis de luxo, nem hospedarias, nem zungas, nem quilombos, como pensa o Senhor Carlos Sampaio. O seu primeiro dever era dar assistência aos necessitados, toda a espécie de assistência.³⁷⁰

É importante insistir quanto à maneira como Lima Barreto recorreria aos recursos literários inúmeros, na sua produção jornalística, para tentar trazer à cena da modernidade essa população por vezes excluída não apenas dos valores cidadãos, mas ainda do carrossel de progresso do século XX. A solução criativa barretiana, de acordo com Nicolau Sevcenko,³⁷¹ partia de diversos instrumentos linguísticos e estilísticos para atuar criticamente na sociedade. A partir de inspirações humorísticas e irônicas vindas das leituras de Swift e Dickens, a literatura jornalística de Lima não deixaria de ousar ao combinar diversos gêneros em seus escritos. Em suas crônicas encontram-se e misturam-se impressões pessoais, memórias, sátiras, fragmentos epistolares, os quais eram colocados a postos para compreender e criticar a realidade. Portanto, com agudo poder de observação, Lima Barreto, ao exprimir o que pensava e sentia a população carente e subjugada pela modernidade excludente do Rio de Janeiro, traduzia em palavras o verdadeiro sentido prático da cidadania.

Em outra crônica em que novamente os enterros nos arrabaldes cariocas são o tema principal, Lima mudaria o discurso e trataria da cerimônia do sepultamento de forma divertida. Embora, novamente, o cronista tenha pretendido descrever o ritual humilde

³⁶⁹ RESENDE, op. cit., p.48.

³⁷⁰ BARRETO, Lima. Hotel Sete de Setembro. *Careta*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1922.

³⁷¹ Cf. SEVCENKO, op. cit., p.194.

de mais um enterro em Inhaúma, seu escopo não era fazer um estudo sociológico da população carente do citado bairro. Mais uma vez, a verdadeira intenção barretiana era, de seu posto de resistência ao processo desequilibrado de reurbanização, criticar o calçamento dos esquecidos bairros periféricos. Segue o trecho:

Logo que soube da morte de meu amigo Florêncio da Costa, tratei de habilitar-me a ir ao seu enterro.
 Florêncio morava no Engenho Novo e o seu enterramento seria feito no cemitério de Inhaúma.
 Ajustei bem no corpo a minha melhor roupa preta e segui para a residência do falecido amigo, cheio de compunção.
 Dei os pêsames de praxe à família...
 [...]
 Na hora aprazada, por entre prantos e ataques, com a assistência curiosa da vizinhança, o caixão foi saindo, acompanhado das grinaldas que amigos carregavam.
 [...]
 Seguimos e eis-nos na Rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua há vinte anos que foi calçada; e, desde essa longínqua data, o seu calçamento não tem recebido o menor reparo. Os buracos nele são abismos e o cocheiro do coche fúnebre, ao desviar-se de um bonde, caiu em um deles, o caixão foi ao chão, o cadáver saltou de dentro deste e o meu amigo, ainda mesmo depois de morto, ficou machucado.
 Piedosamente concertamos o defunto e o caixão, seguindo enfim o nosso caminho.³⁷²

Em primeiro plano, Lima daria destaque, por meio da linguagem despreziosa, a regiões pouco atendidas pela municipalidade e esquecidas pela sociedade fluminense da *Belle Époque*: Inhaúma, Engenho Novo e Todos os Santos eram o lado avesso da cidade. E novamente a exposição dos hábitos que fugiam da vitrine elegante da burguesia carioca ganharia espaço. Numa mistura em que não se sabe até onde vai o biográfico e inicia-se o ficcional, Lima fez um inventário da rotina interiorana e pobre daqueles que foram expulsos do centro carioca. Entretanto, ao final o texto, com a finalidade de amplificar o tom de denúncia e de combate, Lima ficcionalizaria totalmente a crônica com o claro intento de intensificar o teor crítico da mensagem:

Na entrada da Estrada Real, no canto da Rua José Bonifácio, graças a um buraco que a Light deixa entre os seus trilhos, uma caleça partiu o eixo e, dos seus passageiros, um quebrou uma das pernas.
 Houve outras peripécias e, tão emocionantes foram, que o defunto ressuscitou.³⁷³

³⁷² BARRETO, Lima. História macabra. *Careta*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1915.

³⁷³ Idem. História macabra. *Careta*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1915.

Assim como em crônica anteriormente comentada, neste texto, Lima Barreto recorreria mais uma vez à fantasiosa “ressuscitação” do defunto para ampliar o impacto do texto. Não seria à toa que este subterfúgio seria instrumento constante quando a intenção barretiana era chamar a atenção para as crateras do solo nos arrabaldes. É importante também pensar que a redundância do cronista em retomar inúmeras vezes o descuido com o calçamento suburbano insinua a intenção de Lima em usar os *buracos* como metáforas para o esquecimento destinado à região.

Não obstante, a partir do subúrbio, visto ao mesmo tempo como um espaço esquecido pela municipalidade, mas também, por conta desta exclusão, visto como um ambiente autônomo e não contaminado pela euforia modernizante, Lima elaboraria seu discurso dissonante e de confronto. Fica evidente que o descuido da municipalidade com o calçamento das vias suburbanas preocupava e inspirava a revolta no cronista morador de Todos os Santos. É importante pensar, todavia, que se a péssima qualidade das vias de acesso do subúrbio enfurecia Lima Barreto, o cuidado excessivo com a aparência das nobres regiões cariocas em detrimento das demais dava para o cronista a certeza da bipartição de sua cidade querida entre os incluídos e os excluídos da *Belle Époque*:

De uns tempos a esta parte — e isto só data dos meados da República — tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra.³⁷⁴

Ao resumir toda a cidade carioca na metonímia “O Rio é Botafogo”, Lima traduziria, em seu coloquialismo sem subterfúgios retóricos, o quadro de injustiças sociais que a implantação da República havia instaurado. Ao propor o confronto do cenário de Botafogo como sendo o espaço bem atendido, o narrador sugeria a cidade segregada, onde o bairro elegante era o remodelado, o bem cuidado e, por analogia, a cidade “branca”. O resto era a cidade “indígena” e “negra”, dos ignorados, dos pobres, dos esquecidos da modernização. Neste confronto urbano, o cronista encheria de sentido o texto no que concerne aquilo que para Lima significava no fundo a reurbanização carioca: a ampliação do poder desmedido das classes dominantes através da delimitação dos espaços imposta pela discriminação territorial.

A desfiguração do cenário urbano acarretaria, na postura de estranhamento engendrada por Lima, muito mais do que um cosmético melhoramento na cidade. A

³⁷⁴ Idem. Botafogo e os pró-homens. *Careta*. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1921.

remodelação urbana representava para o cronista, ao fim e ao cabo, a institucionalização oficial da repartição social, ideologia esta que marcaria as práticas políticas na Primeira República. Destarte, como a crônica acima denota, o subúrbio seria seu ponto de observação, mas seria, principalmente, seu modelo de comparação com o centro reformado carioca. Para Lima o retrato do progresso falsificou a miséria e a doença. As soluções criativas presentes nos registros jornalísticos de Lima Barreto seriam sempre postas a serviço de uma visão crítica e não contemplativa da cidade do Rio de Janeiro. Deste modo, ao tornar-se porta-voz contra o preconceito e a segregação institucionalizados na Primeira República, o cronista desmascarava os fetiches do cotidiano e atingia um público anônimo e sem voz na vida da *Belle Époque*.

Em uma fantasiosa carta ao chefe de polícia do Distrito Federal, mais uma vez Lima Barreto, pela ficção, desconstruiria a cidade ideal engendrada pela República na qual o cenário artificial e forçadamente urbanizado é reservado apenas para a convivência dos beneficiados da elite burguesa. Assim começaria sua epístola:

Senhor doutor Chefe de Polícia. Permita Vossa Excelência que um velho chefe de família, pai de três filhas moças e dois rapazes, se dirija a Vossa Excelência, no intuito de esclarecer o espírito de Vossa Excelência, que parece só ver as coisas por uma face só.

[...]

Moro, ia dizendo, na Rua Joaquim Silva há mais de vinte anos, com minha família, em casa própria, que foi a do pai de minha mulher e é agora nossa.

[...]

Acontece, Excelência, que de uns dias a esta parte vieram para a minha vizinhança umas “moças” que não são bem parecidas com as minhas filhas nem com as primas delas. Eu conheço mal essas cousas da vida do Rio, e nem por isso quero ser chefe de polícia; e andei indagando de que pessoas se tratavam e soube que eram “meninas”, moradoras nas ruas novas, que a polícia estava tocando de lá, por causa das famílias.

Mas, doutor, eu não tenho também família? Porque é que só as famílias daquelas ruas não podem ter semelhante vizinhança, e eu posso?

[...]

Se as famílias da Rua Mem de Sá não podem ter por vizinhas tais “meninas”, muito menos as da Rua Joaquim Silva.³⁷⁵

Como um narrador moldado nas ruas pela visão dilacerada dos que não têm voz,³⁷⁶ Lima Barreto, como a crônica-carta acima demonstra, trabalharia na *Careta* para tentar desmontar a imagem de cidade “cartão-postal” operada pelas elites. Na ideologia republicana, forçoso e indispensável era, sobretudo, abolir, pelo menos do centro da cidade, o

³⁷⁵ Idem. Carta de um pai de família ao doutor Chefe de Polícia. *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1915.

³⁷⁶ Cf. PRADO, Antonio Arnoni. Prefácio. In: RESENDE, op. cit., p.13.

pobre, o negro e tudo o mais que lembrasse os anos de atraso e de exploração colonial. Neste processo de depuração urbana não haveria mais espaço público para os pequenos golpistas, os capoeiras, os bêbados e, principalmente, para as prostitutas que envergonhavam as senhoritas elegantes em seu *footing* vespertino pelas arborizadas alamedas cariocas.

Os novos padrões sociais, estéticos e culturais conferidos pela modernidade e maquiados pela modernização não comportavam mais hábitos e sociabilidades que denunciavam os flagelos da nossa antiga condição. Alterar a planta da cidade nutria ainda a expectativa de se modificar a alma da cidade e do povo; e para tanto, refinar o novo espaço era toque de ordem nas fileiras republicanas. Com efeito, as elites dominantes, através da intervenção no espaço urbano da Capital Federal, ambicionavam expurgar dos arredores do centro financeiro e social da metrópole em transformação os cidadãos não harmoniosos com a nova situação urbanística. Simbolicamente, aqueles considerados nocivos a nova ordem instituída foram, juntamente com a sujeira e com as doenças, banidos da ebulição cosmopolita carioca. A prostituição, prática tão antiga e sempre tão condenada em nome de supostas e corretas posturas sociais, seria um dos bodes expiatórios da sanha modernizadora. Afastar do centro qualquer mácula que viesse a denegrir a paisagem cosmopolita carioca era quesito fundamental na escalada do progresso.

Lima Barreto, de forma jocosa e personificando um suposto e desentendido pai de família suburbano, retrataria — por meio de divertida imagem — a limpeza racial e social feita no centro carioca, afinal “é este mesmo autor que constrói uma antropologia do cotidiano” ao dramatizar temas não sacralizados em que atores secundários tornam-se protagonistas da vida real.³⁷⁷ No espaço cosmopolita não haveria mulheres de vida fácil para envergonhar a cidade e macular a representação da cidade limpa (em todos os sentidos). O subúrbio, no entanto, nas barbas da zona rural, longe e de difícil acesso, poderia receber tão antiga atividade comercial. Mas afinal, as moças da Rua Mem de Sá eram melhores e mais nobres do que aquelas das vielas suburbanas? Fazia-se urgente maquiar o atrasado e socialmente não aceito e mostrar apenas as jovens “decentes” dos bairros elegantes das Laranjeiras e Botafogo em figurinos franceses e homens elegantemente vestidos na porta da imponente livraria Garnier ou nas imediações da Avenida Central. A metrópole dos opostos cada dia mais se tornava real.

A crônica barretiana, por meia da pilhéria e da ironia, tentaria desmistificar este cenário frágil do cosmopolitismo. No entanto, sem se colocar diretamente contra o

³⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p.20.

progresso, a denúncia do cronista, sem dúvida, seria contra os desmandos governamentais que queriam, à força, transformar o Rio de Janeiro numa imitação mal feita das capitais europeias ou norteamericana. O que emana de seus textos são as consequências nefastas desta modernização sem lógica na população mais pobre, como a crônica anterior evidencia. Como um observador sempre alerta, Lima rechaçava os desmandos de uma elite presunçosa e pela linguagem sempre cáustica mostrava aos seus leitores, a partir do subúrbio — e de sua saudável distância física e ideológica — a barbárie do centro carioca.

Se por um lado, Lima Barreto usou da ficcionalização e dos costumes suburbanos para destacar a euforia cosmopolita carioca, o cronista também lançou mão de críticas virulentas e bem diretas à municipalidade carioca. Assim, cabe comentar também que é difícil dissociar o plano crítico do plano narrativo dentro das publicações jornalísticas barretianas. A cidade textual elaborada por Lima é feita por meio do debate polêmico e consciente de sua realidade. Suas narrativas para jornal, por mais que contenham a fantasia e a ficcionalização, não fogem ao embate, não se esquivam do julgamento e da análise social. Em registro de agosto de 1920, a verve crítica e lúcida de Lima mais uma vez traria a realidade aos leitores de *Careta*:

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topamos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras.

São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de *Mil e uma noites* e outras cousas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível.

[...]

Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.³⁷⁸

É evidente neste fragmento que o protagonista das crônicas barretianas seria, em primeiro lugar e de maneira direta, o contexto social do Rio de Janeiro. Nesta crônica, ainda que presente de maneira subliminar, o estranhamento frente a esta nova cidade que brota dos canteiros de obra do Bota-Abaixo se faz sentir. Para Lima, sua temática deveria estar sempre estritamente vinculada ao direito do cidadão comum que, naquela época de ostentação e protecionismo, era sempre preterido em favor dos grandes homens e dos latifundiários que bancaram a República. Como um advogado do diabo, sua voz destoante combatia a futilidade dos gastos municipais com medidas meramente estéticas. Para Lima, e

³⁷⁸ BARRETO, Lima. Megalomania. *Careta*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1920.

em parte expressiva de sua produção jornalística, o que faltava na cidade eram medidas enérgicas e de feitiço duradouro para todos os cidadãos. Para todos e não apenas para as ricas emergentes.

Em sua cética visão sobre a descaracterização da cidade, Lima Barreto mostrava-se muito mais preocupado com o desemprego, com a carestia, com a falta de moradia e com o cidadão comum rejeitado pela municipalidade do que com a modernização de fachada pretendida pela fileira republicana. Na cidade textual barretiana, decifrando o Rio de Janeiro nas suas singularidades e nos seus detalhes profundos, o cronista, espécie de precursor na abordagem das difíceis condições dos desfavorecidos, desvendava a cidade encenada e tirava a carapuça que escondia o Rio de Janeiro do povo carioca.

B) COSTUMES DA CIDADE MODERNA: SERÁ PROGRESSO OU APENAS MODISMO?

O sentido de moderno, como anteriormente comentado, é bastante impreciso, sobretudo, no debate brasileiro, onde o tema — que se fundia às ideias de progresso e civilização — estava na ordem do dia na vida cotidiana nacional na virada para o século XX. Comenta o assunto Monica Pimenta Velloso:

[...] é bastante controverso o sentido do moderno. Se de um lado ele é prontamente associado à maturidade das conquistas tecnológicas e ao desenvolvimento do processo urbano industrial, de outro é marcante sua vinculação à esfera das ideias e das representações, enfatizando-se a urgência de construir um “modo de ser nacional”, capaz de traduzir o pensamento brasileiro e seu lugar no concerto civilizatório.³⁷⁹

Nos anos iniciais da nova centúria, os índices de modernidade estavam pulverizados por todos os setores da sociedade, desde o cinema até as linhas férreas, e integravam “[...] ao lado do automóvel, do bonde, da eletricidade [...] o arsenal de ícones da modernidade que, de forma lenta, porém definitiva, inauguravam uma outra sensibilidade, alteravam valores, comportamentos, papéis e relações sociais”,³⁸⁰ e forjavam a confirmação material da inserção brasileira no cenário moderno universal. Em suma, era a modernidade urbana se concretizando através dos novos artefatos e dos novos hábitos. Olavo Bilac e Lima Barreto participaram como espectadores e tradutores destes novos valores e a forma como

³⁷⁹ VELLOSO, Monica Pimenta. Percepções do moderno: as revistas do Rio de Janeiro. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et al. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006. p.316.

³⁸⁰ LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p.52-53.

cada um interpretou artística e ideologicamente essa avalanche de transformações técnicas e sociais é o que interessa. No momento em que as ruas eram a vedete para a imprensa e para a sociedade, ambos ofereceram imagens literárias do espaço urbano carioca em transformação.

Deste modo, apreender de que maneira o comprometimento da literatura de cada um com a civilização moderna estava presente em seus trabalhos jornalísticos contribui para o entendimento deste período histórico tão transformador e controverso. De antemão, já é possível antecipar que, de forma geral e coincidentemente, ambos projetavam um olhar, por vezes, de distanciamento e de estranhamento frente a alguns dos novos costumes da cidade moderna. Primeiramente, tentar-se-á entender a retórica bilaquiana posta à disposição da trindade civilização-progresso-modernidade.

OLAVO BILAC: O CALDEIRÃO CULTURAL EM NOME DO PROGRESSO.

Símbolo maior da modernidade e da rapidez exigidas pelos novos tempos, além de representante típico da elite em ascensão, o advento do automóvel, tão logo as amplas pistas da Avenida Central se inauguraram, foi índice constante nas páginas dos periódicos do momento. Com efeito, as constantes imperícias ao volante — que acabavam em desastre hilários, quando não em atropelamentos e mortes — eram motes para ironizar também a sociedade emergente carioca.

Ao esmiuçar os bastidores da vida literária carioca da virada para o século XX, Brito Broca³⁸¹ reproduz passagem interessante sobre a chegada dos automóveis no Rio de Janeiro. José do Patrocínio, fascinado pela rapidez vertiginosa dos novos meios de locomoção — tentaria debalde lançar ao céu um aeróstato — trouxe o primeiro automóvel para o Brasil. Ao aventurar-se na máquina com as orientações de Patrocínio, Olavo Bilac levaria o carro diretamente ao encontro das árvores, inutilizando-o completamente. O parnasiano, assim, nas crônicas do amigo Luís Edmundo,³⁸² ficaria com o título do precursor dos desastres automobilísticos no Brasil. A passagem, além de ilustrativa da época, corrobora a ideia do veículo como marca dos novos tempos modernos. Ao se incorporar à fisionomia da urbe, o automóvel ratificaria o emblema d’“O Rio civiliza-se”, mas também ajudaria a superestimar a modernização carioca:

³⁸¹ BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004. p.37.

³⁸² Cf. EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2 ed. ilustrada. Rio de Janeiro: Conquista 1957. 5 vv..

Subitamente, é a era do Automóvel. [...] Para que a era se firmasse fora preciso a transfiguração da cidade. E a transfiguração se fez, como nas *feeries* fulgurantes, ao tantã de Satanás. Ruas arrasaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros caíram, e triunfal e desabrido o automóvel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automóveis.³⁸³

Para além da fascinação pelo automóvel, outros ícones da modernidade seriam objeto da atenção de Olavo Bilac na *Kosmos*. Assumindo postura de esclarecimento sobre as novidades que desembarcavam no Rio de Janeiro, Olavo Bilac, entusiasta da modernização material da urbe, imprimiu em suas crônicas muito mais um olhar conformador do que judicativo. Como exemplo, trabalhar-se-á com três índices claros que alinhavam as ideias de modernidade, progresso e civilização: a moda em vestuário, a voga dos teatros e as novas práticas sociais burguesas. Esta trindade temática representaria não apenas a evolução urbana dos novos tempos como, principalmente, a mudança de hábitos sociais imposta pela marcha do progresso.

É importante insistir que a *Belle Époque* nacional, no momento anterior à eclosão da Primeira Grande Guerra, foi cenário privilegiado nas páginas das revistas da época. Deste modo, coube muito às colunas jornalísticas refletir a nova imagem que essa sociedade desejava incorporar. A moda, ícone simbólico de modernidade, sempre foi motivo para produções — textuais e pictóricas — bem espirituosas, pela exploração do ridículo de que ela pode revestir-se. Assim como a etiqueta, a higiene e as boas maneiras, a moda transformou-se em fator determinante na sociedade moderna, sinalizando as diferenças entre classes sociais e reforçando o antagonismo sexual.³⁸⁴ No entanto, na edição de novembro de 1905 de *Kosmos*, Olavo Bilac trabalharia a temática de uma maneira bem peculiar:

[...] não deixemos sem comentário a propaganda, iniciada pelo *Club Médico*, em favor do vestuário habitual dos homens no Rio de Janeiro.

[...] não se compreende um brasileiro sério, grave, digno de respeito, sem pesada sobrecasaca negra e severa cartola também negra, — ainda quando o termômetro marca 33° acima de zero, e o céu despeja sobre a terra uma soalheira de matar passarinhos.

É contra esta moda absurda, e anti-higiênica que protesta o *Club Médico*.

E não se estranhe que de tal clube parta a iniciativa de uma tal propaganda.

Os médicos são as maiores e as mais sofredoras vítimas dessa moda nefasta.

A população habituou-se por tal forma ao traje austero e solene dos esculápios, que já os não pode compreender sem sobrecasaca e cartola: não

³⁸³ RIO, João. A era do automóvel. In: GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *João do Rio*. Rio de Janeiro: Agir, 2005. p. 57.

³⁸⁴ Cf. MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

há quase quem admita a ciência e a moralidade de um médico, quando o não vê trajado desse modo.³⁸⁵

Ao passo que as revistas humorísticas satirizavam a nova moda importada dos salões europeus e pouca ajustada ao clima e aos hábitos tropicais, Bilac, nesta crônica, lançaria um olhar diferenciado sobre a questão. Para o cronista, o cerne da discussão não se circunscrevia em estar ou não em dia com as últimas novidades europeias de vestimenta ou brincar com o exagero que os figurinos recém-chegados e estranhos aos nossos hábitos podiam suscitar, mas estava na adaptação do figurino ao processo de higienização carioca. Olavo Bilac não defendia seu ponto de vista a fim de guardar o rigor da moda. Sua intenção era coadunar a ideia de vestimenta ao asseio e à profilaxia tão essenciais à urbe, e o didatismo, impresso na crônica, corrobora seu intento persuasivo.

Era difícil de entender como no escaldante clima carioca a elite burguesa — ou seja, aqueles que tinham recursos e ânsia de absorver tudo o que vinha de importação — conseguia desfilar pelo novo centro carioca carregando, literalmente, camadas e mais camadas de pesadas roupas e adereços pouco afeitos à estação vigente e à paisagem tropical do Rio de Janeiro. Homens de pesadas casacas de lã, cartolas de feltro e o exagero dos grandes chapéus das senhoras, espartilhos, saltos, meias e luvas importados do velho continente contribuía para dar um verniz europeu ao brasileiro abastado; entretanto, colaborariam ainda mais para intensificar o calor, as moléstias que o estio facilitava e dificultar sobremaneira a prática saudável da higiene pessoal. Porém, na mesma crônica, Bilac demonstraria como, se por um lado, sua posição na *Kosmos* exigia de seu editorialista colocações bem claras sobre os caminhos do progresso, de outro, impunha certa relativização em suas opiniões:

Atravessar esta cidade, num dia de verão, sob o peso de uma opalanda e de um chapéu alto, é uma loucura; mas por outro lado, ir percorrer a Avenida em mangas de camisa, é uma indecência.
Prestigiemos os fatos claros, os sapatos amarelos, os leves chapéus de palha: mas não preguemos a sem-cerimônia exagerada, — porque, em tal caminho, poderíamos ir até ao ponto de aconselhar... a nudez!³⁸⁶

Como um intelectual sustentatório da euforia vigente e atento ao público que precisava seduzir, Bilac não lançaria críticas muito diretas aos seus potenciais leitores. Mesmo assim, não deixaria de opinar sobre dado objeto — que via como uma

³⁸⁵ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1905. p. 2, 1. col.

³⁸⁶ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1905. p. 2, 1. col.

responsabilidade. No entanto, sua intervenção era sempre superficial, na intenção de esclarecer e não de levantar discussões acirradas ou que colocassem em dúvida sua adesão ao progresso. Corrobora tal premissa Renato Cordeiro Gomes:

Adere [Bilac] aos problemas do momento, sem aprofundá-los; fica na superfície da cidade, não nas suas entranhas. Sua euforia não o deixa aderir aos problemas que afligem o carioca. [...] Pela interferência opinativa, arrasta o leitor e estimula-o a aderir ao seu ponto de vista pela emotividade e não pela reflexão.³⁸⁷

Não obstante, ao passo que aconselhava a opção por figurinos mais leves — no entanto, elegantes e em dia com a alfaiataria francesa — e condizentes com o clima nacional, Bilac também deixava evidente que esta mudança de hábito tinha finalidade profilática e totalmente ligada aos projetos de progresso e atualização urbana da cidade. Afinal, o refinado cronista se pautava pela elegância e pelo refinamento no trajar e na postura — e *Kosmos* era testemunha disso — e não aceitaria ver sua distinta avenida tomada por uma matula em mangas de camisa e chinelas ou quiçá nua (!). A atualização do figurino tinha uma lógica, é claro, que se impunha a favor das melhorias da cidade.

Em crônica posterior, espécie de continuação desta última, ocorreria um fato interessante. A título de curiosidade segue o excerto:

Aqui a chuva serviu apenas para contrariar a propaganda do *Club Médico*. Como já estais farto de saber, o *Club Médico* estava à espera do verão, e dos seus sóis bárbaros, e das suas saudações copiosíssimas, — para decretar a morte da sobrecasaca e o advento dos seus fatos claros, de fina casimira ou transparente brim. Já todos os sócios desse Club tinham encomendado e provado os costumes frescos, com que tencionavam escandalizar a clientela burguesa, e revolucionar os códigos, não da terapêutica, da farmacopeia ou da ética médica, mas da Moda masculina. E eis senão quando, em vez de violento estio esperado, aparece um úmido outono prematuro e traiçoeiro, de braço dado com a Gripe, e arrastando em posse todo o tiritante e horripilante cortejo dos defluxos, das bronquites, das amidalites e dos reumatismos!

As ruas encheram-se logo de gente encapotada e engalochada, com o pescoço embrulhado em chalés-mantas: e os sócios do *Club Médico*, considerando sabiamente que mais vale conservar a saúde do que sustentar uma opinião, foram os primeiros a sacar do fundo dos guarda-roupas os sobretudos felpudos...

E, agora, amigos, se o verão teima em não vir, — é guardar os fatos de brim e os chapéus de palha... para o inverno!³⁸⁸

³⁸⁷ GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.108.

³⁸⁸ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1906. p. 2, 1. col.

Nesta crônica, ao comentar a temporada de chuvas que assolavam a cidade no verão de 1906, Bilac retomaria a tentativa do *Club Médico* de adequar o vestuário brasileiro ao nosso clima tropical, mas que, no entanto, foi inibida por uma inesperada frente fria em pleno verão carioca. Este trecho é interessante e sintomático da postura bilaquiana, pois ao mesmo tempo em que mostra certa preocupação do cronista com os assuntos típicos da modernização dos hábitos urbanos, demonstra também o esforço de Bilac em manter seu leitor atualizado com os últimos acontecimentos transcorridos. Contudo, Antonio Dimas reputa como oblíqua a relação mantida por Bilac com a cotidianidade. O pesquisador afirma que o cronista — apesar de sua adesão ostensiva à euforia reformista desencadeada por Pereira Passos, e assumindo “posturas públicas de esclarecimento” — aderiu de forma rasa aos problemas circundantes e que estes não eram, sobretudo, escavados fundo.³⁸⁹

Mesmo com esta postura pouco aderente, a mencionada crônica comprova que o flunar bilaquiano pelo Rio de Janeiro, embora pouco inquisidor, nada tinha de desprezioso. Este excerto denota um jornalista atento e atualizado, que controla e vigia sua cidade, ora entusiasmado com a civilização da sua metrópole, ora alerta e crítico — até onde a linha editorial de *Kosmos* permitisse — aos acontecimentos rotineiros da urbe. Todavia é preciso mencionar que não foram apenas os modelitos *up to date* e as cartolas dos janotas cariocas que delinearão, para Bilac, os novos costumes da cidade moderna. Outro índice de modernidade que aparece na escrita bilaquiana e explica um pouco o cotidiano da nova sociedade republicana emergente foi a voga dos teatros. Novamente, o discurso bilaquiano tematizaria esse símbolo das novas formas de sociabilidade e de civilização entrelaçando questões de urbanidade e profilaxia. Mais uma vez progresso físico e modernidade estarão juntos na retórica bilaquiana.

A transformação do espaço físico da cidade proporcionou à abastada sociedade fluminense novas possibilidades de convivência e de vínculos sociais. De modo geral, o espaço do teatro reunia toda a elite em um ambiente comum, outra vez ligado à cultura estrangeira. Grosso modo, as peças, as companhias teatrais e os artistas reconhecidos pelos críticos, pelos jornais e pela elite apta a consumir tal divertimento eram de origem francesa. Grandes símbolos da sociedade emergente da *Belle Époque* carioca, importantes espaços de diversão e de sociabilidade da elite burguesa, os teatros mais frequentados eram o

³⁸⁹ Cf. DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p.51-54.

São Pedro de Alcântara,³⁹⁰ inaugurado em 1813, o Dom Pedro II,³⁹¹ fundado em 1871, e também o Teatro Municipal, inaugurado em 1909, ambientes que davam visibilidade para aqueles que se queriam mostrar. A Capital Federal, assim, importava companhias líricas no intuito de trazer sofisticação e *glamour* para as noites das elites. Atrizes como Sarah Bernhardt e Réjane apresentaram-se diversas vezes em palcos cariocas. Contudo, algumas vezes, as peças teatrais não eram tão promissoras e concorridas assim. Bilac, inconformado, comentaria não somente acerca de uma temporada francesa que teve pouco reconhecimento do público carioca como o cronista também traçaria involuntariamente para a posteridade, sobretudo, um panorama sobre os integrantes da elite da *Belle Époque* nacional:

Onde se mete essa burguesia? e que faz ela do seu dinheiro e da sua instrução? Que fazem, à noite, esses banqueiros, esses senadores, esses deputados, esses diplomatas, esses doutores, esses bacharéis, que formam a nata, o creme, a flor do nosso organismo social? Das duas uma: ou essa gente não vai absolutamente ao teatro, e prova com isso que não tem gosto, nem inteligência, nem educação artística, nem civilização; ou vai aos teatros populares, preferindo aos espetáculos de verdadeira arte as bambochatas que divertem o povo, e nesse caso, deve despojar-se da sua filúcia, e deixar de fingir uma superioridade intelectual que não possui...

A verdade é que grande parte dessa gente apenas conhece e apenas cultiva, da vida civilizada, a sua manifestação menos inteligente, e mais tola, que é o amor do luxo e da ostentação.³⁹²

Curiosamente, como o excerto acima evidencia, Bilac não tratou das encenações e da qualidade dos espetáculos em cartaz na cidade. Afora zombar da burguesia presunçosa e ignorante que julgava tomar conta da elite carioca, seu itinerário persuasivo caminhou muito mais pelos meandros de uma acirrada crítica à (in)volução espiritual da elite fluminense — consequência, na percepção bilaquiana, do progresso concreto da urbe — do que tentar perceber de que forma as novas práticas culturais contribuiriam para o entendimento da modernidade e influenciariam esta “vida civilizada” pouco inteligente e apegada ao “amor do luxo e da ostentação”. No horizonte bilaquiano permitido pelo periódico, apreende-se que sua intenção crítica, apesar de se tentar fazer presente e efetiva, pouco vai além de uma chacota. Contudo, a crônica acima demonstra, até certo ponto, a inteligência irônica de Bilac, e o que sobra sempre, ao final do texto, é a impressão de que o jornalista se mostrou muito mais moralizante do que um crítico do sistema burguês da época. Na construção de seu ideário cosmopolita, as medidas das palavras eram dadas até onde a

³⁹⁰ Em 1923, passou a denominar-se Teatro João Caetano.

³⁹¹ Após a Proclamação da República passaria a chamar-se Teatro Lírico.

³⁹² BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, junho de 1906. p. 1, 1. col.

ideologia de *Kosmos* podia chegar: eufórica e ingênua. Assim ensina mais uma vez Antonio Dimas:

Seu jornalismo exercido em *Kosmos* pautava-se pelas regras de bom-tom e elegância, apanágio de uma revista que não estava para questionar, senão para endossar plenamente as novas medidas governamentais e para veicular as novas conquistas técnicas e científicas elaboradas na Europa...³⁹³

Com efeito, em sua marcha para o progresso, Bilac direcionaria suas atenções não apenas para o Teatro como instituição de divulgação cultural, mas sim para teatro como espaço físico voltado para a cultura e o lazer. Em crônica de março de 1907, a falta de público para encher os espetáculos teatrais da cidade chamou a atenção do cronista por um aspecto bem peculiar. Assim Bilac iniciaria seu discurso:

De certo, há alguma razão poderosa e séria, capaz de explicar o abandono em que o público tem deixado os teatros do Rio de Janeiro.

[...]

Qual será, então, a razão da decadência do nosso teatro?

Será a falta de peças e de autores? Não pode ser! “O Dote” de Artur Azevedo, e a “Última Noite” de Paulo Barreto, com o seu radiante *sucesso*, aí estão para eliminar essa hipótese.

Será a falta de atores? Também não! “O Dote” e a “Última Noite” foram otimamente representados: todos os espectadores acharam a sua representação bem razoável. E, ainda não há muitos dias, Artur Azevedo, que conhece as cousas do teatro como conhece a palma da sua própria mão, e sabe muito mais do que eu, o que é um bom ator, escrevia em *O País* que “para melhorar as condições do nosso teatro, não é pessoal que nos falta...”

Uma última hipótese se apresenta: será a falta de gosto do público? Mas, há quinze ou vinte anos, o público enchia os teatros! E é impossível que esse público tenha perdido o gosto artístico, a ponto de desprezar hoje completamente aquilo que com tanto entusiasmo apreciava há quinze ou vinte anos...³⁹⁴

Neste trecho é possível se perceber que a encenação teatral e todas suas características subjacentes — desempenho da trupe, cenografia, arranjo musical — foram coadjuvantes da atenção bilaquiana. Seu discurso pouco se importaria com o desempenho sobre o palco. Na realidade, era o espetáculo paralelo ao palco que despertava a preocupação do cronista de *Kosmos*. Em linhas gerais, o teatro era ambiente propício para o estabelecimento de vínculos sociais. Os espectadores se preparavam não apenas para assistir à encenação ao apagar as luzes. Muito mais importantes eram os intervalos onde senhores e

³⁹³ DIMAS, op. cit., p.81.

³⁹⁴ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1907. p. 1, 1. col

senhoras elegantes conversavam e trocavam as primeiras impressões sobre a peça ou ópera em cartaz e onde as espezitadas *coccotes* davam-se em espetáculo.

Desta feita, a vitrine bilaquiana em *Kosmos* não trabalharia tal e qual um atento crítico teatral. Não era seu escopo escrutinar o desempenho e o talento da companhia teatral, nem lhe cabia esse papel, como bem mencionou no texto. Cumpre lembrar que a “Crônica” além de ser o mostruário da sociedade galante da época e, essencialmente, espécie de alavanca do progresso urbano carioca, o periódico era, sobretudo, documento comprobatório daquilo que a ideologia bilaquiana denominava “civilização”. Assim, o discurso de Bilac não apenas trabalharia em prol do grupo social afeito à revista como também elaboraria seu discurso na intenção de estimular e comprovar que eventuais decorrências sociais e morais na sociedade somente seriam possíveis com o salto técnico e principalmente urbano da cidade. Deste modo, o que faltaria para o espetáculo de sociabilidade prosperar nas altas rodas cariocas? Depois de conjecturar sobre a qualidade dos atores e do espetáculo — e constatar seus predicados — o cronista finalmente chegou a uma conclusão acerca da falta de público: um ambiente físico adequado para a burguesia ver e ser vista. O discurso de Olavo Bilac sempre e mais uma vez induziria o leitor, com astúcia, para a importância do progresso urbano. Era por este filão que Bilac trabalharia em *Kosmos*. Na mesma crônica, o jornalista explicaria a fuga de público dos teatros cariocas:

Tenho uma ideia, que já me valeu muitos doestos anônimos, mas que cada vez me parece mais justa. Creio que o que nos falta, para que tenhamos Teatro, é... teatro. Teatro-casa, teatro-edifício, entenda-se bem. Porque, positivamente, não se pode dar o nome de teatro a qualquer desses pardieiros a que somos obrigados a ir, quando queremos ouvir uma peça. O *Lírico* e o *S. Pedro* estão sempre fechados; o *Palace* e o *Moulin*, que estão limpos e têm comodidade, nunca representam coisa séria. E os teatros (?) em que se representam peças que nos interessam, como “O Dote” e a “Última Noite”, são modelos de incomodidade, de falta de limpeza e de fealdade.³⁹⁵

Nesta passagem é interessante perceber a distinção que o cronista faz entre os vocábulos “Teatro” e “teatro”. Na primeira acepção do termo, Bilac refere-se à instituição social em si — a encenação teatral como uma espécie de universo maior. O segundo signo, referente ao espaço real, é o que realmente completaria a atenção do cronista, dada a importância despendida por Bilac à precariedade de estrutura física, não condizente com o valor social do Teatro. A falta do primeiro era consequência da deficiência do segundo. Nas

³⁹⁵ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1907. p. 1, 1. col.

palavras de Bilac, o Rio de Janeiro “já não tolera a falta de asseio, de higiene e de conforto que tolerava outrora” e, desta feita, a precariedade das instalações teatrais afugentaria o público que “sabe hoje [1907] o que é limpeza, porque vê a cidade mais limpa do que antigamente: e é justo que não suporte os teatros (?) abomináveis que antigamente suportava...”. Outra vez, o discurso bilaquiano se encaminharia não apenas no sentido de comprovar que a evolução social e espiritual da população advinha das melhorias urbanas materiais como também o cronista aproveitaria a oportunidade, no manuseio habilidoso de seu discurso, para inculcar no leitor a certeza de que a cidade realmente estava no caminho da reabilitação.

Apenas a título de curiosidade, é fato notório e bem comentado nos manuais de história e história literária os perigos que as companhias artísticas passaram em solo brasileiro. Não raro a febre amarela e outras doenças endêmicas dizimavam *troupes* inteiras e tais companhias pouco aproveitavam da cidade carioca. Entretanto, no grandiloquente discurso bilaquiano, estas fatalidades não figurariam nas páginas polidas de *Kosmos*. Como mestre de cerimônias da revista e verdadeiro sustentáculo público das reformas, bastava a Bilac exigir publicamente o empenho da municipalidade em transformar sua cidade numa metrópole salubre e revelar aos leitores de *Kosmos* a contrapartida disto.

Ao fim e ao cabo, nestas inserções no caldeirão cultural da modernidade, o cronista se deteve muito mais aos aspectos físicos subjacentes à modernização da cidade do que ao aspecto cultural que a melhoria física dos ambientes sociais poderia acarretar. E quando forçava um olhar mais crítico frente aos novos índices de modernidade — tais como o teatro e sua relação superficial com a burguesia — este olhar era de estranhamento e de sutil zombaria. Como se pode notar no tratamento dado pelo cronista aos hábitos mundanos da sociedade emergente, quando aproveitando o início da temporada de estreias teatrais e de competições esportivas, Bilac narraria uma conversa com um fictício frequentador da sociedade carioca:

Agosto e Setembro são dois meses de martírio para a gente elegante e rica (ou que se supõe elegante e se finge rica) do Rio de Janeiro.

As corridas, as regatas, o corso, os almoços, os jantares, as recepções, o teatro, os bailes, — juntem tudo isso, e vejam que torvelinho, que redemoinho, que *maelstromm!* é o delírio do divertimento, é a exasperação do prazer, é o assanhamento da folia!

Uma destas manhãs, encontrei um amigo, no seu escritório, cabeceando sobre a mesa cheia de papéis. Despertei-o com um safanão:

— Dormindo aqui, a esta hora?

Ele, estremunhado, esfregou os olhos, soltou do peito um longo suspiro, e abriu a torneira das lamentações:

— Que vida, meu amigo, que vida! Eu sou o calceta da Elegância! Em que dia estamos hoje? sábado, não? Pois ouça a história da minha vida nesta semana fatal... No domingo tive um almoço na Tijuca, passei a tarde no Pavilhão de Botafogo a ver as regatas, e levei a família à casa do Fagundes, cuja senhora fazia anos; depois do jantar, as meninas entraram a dançar valsas; deitei-me na madrugada de segunda-feira, às 4 horas.³⁹⁶

A divertida descrição dos hábitos mundanos da elite fluminense feita pelo cronista — é preciso atentar que se trata apenas de um fragmento, o itinerário estafante do airoso membro da sociedade continuaria intenso no dia posterior — ao primeiro olhar soa apenas como uma chacota bem humorada sobre a rotina extenuante e, contraditoriamente, vazia deste grupo social que se destacou no bojo da melhoria da qualidade de vida no Rio de Janeiro. Talvez este aspecto humorístico tenha sido realmente o mote de Bilac na produção do texto.

Por outro lado, é possível até mesmo pensar que o cronista intentasse uma crítica — sutil e refinada — aos membros da elite; contudo, esta possibilidade se desfaz ao se alcançar a parte final do texto. O fictício interlocutor do cronista, cansado de seus intermináveis compromissos sociais, confessaria o desejo de uma nova vida: mais sossegada, menos badalada e, principalmente, com mais horas de sono. Assim o “calceta da elegância” revelaria:

Vou parar, para não morrer! Hoje, começará para mim uma vida nova. Vou acabar este trabalho, irei depois tomar uma canja com água de Caxambu, passarei a tarde no foro, jantarei às seis, e às oito estarei dormindo.³⁹⁷

Mas o astuto cronista não deixaria por menos. Ao convidar para mais uma temporada de compromissos e festejos sociais seu deslumbrado amigo, este não resistiria e se entregaria aos excessos que a vida noturna da nova cidade proporcionava no período:

— Pois é pena!
 — É pena? por que?
 — Porque eu vinha justamente convidá-lo para um almoço. Teremos à mesa o Coquelin, o Arthur Napoleão, o Turot e o Chico Redondo. Depois do almoço, o Coquelin dirá monólogos, o Arthur tocará a *Tarantela*, o Turot dirá cousas amáveis e profundas sobre *nos beaux paysages*, e o Chico Redondo cantará a ária de Falstaff... Belo almoço, hein?
 — Realmente...
 — Mas, enfim, como você está muito atarefado, paciência! Adeus.
 — Espere, venha cá! Onde é esse almoço?
 — Na Tijuca.

³⁹⁶ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, agosto de 1907. p. 1, 1. col.

³⁹⁷ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, agosto de 1907. p. 1, 1. col.

— Tão longe!
 — Tenho aí à porta o automóvel.
 — Homem! não resisto à tentação. Hoje, que dia é? Sábado, não? Pois onde é que se viu um homem começar uma vida nova num sábado? Vamos lá a esse belo almoço!³⁹⁸

Cumpre salientar que, à primeira vista, é o humor que chama novamente a atenção do leitor neste trecho. Na verdade, Olavo Bilac foi habilidoso em trabalhar os índices de *status* social e de elegância em voga na época de forma a não menosprezar seu valor como importantes formas de sociabilidade, mas também sem deixar de evidenciar o quão fúteis estas práticas poderiam ser. Por outro lado, não se pode deixar de atentar para outra função muito bem trabalhada pelo cronista e que não pode ser encoberta pela carga satírica que a crônica carrega. Se pelo lado mais evidente o texto transborda em humor e chacota frente às novas formas de sociabilidade da burguesia emergente, por outro lado — e este mais sutil e ao mesmo tempo mais revelador — a crônica elabora um rico painel da euforia vigente nestes auspiciosos anos que a *Kosmos* reincidia em documentar. As modas dos almoços e jantares no requintado bairro de Botafogo, o *lunch* regado à *foie-gras* e *champagne*, o *five-ó-clock*, o *pic-nic*, os jogos de pôquer e os corsos, os concertos e as cançonetas, as óperas e os bailes, e por fim, os saraus e a presença nos elegantes salões domésticos, todos estes índices de modernidade e de imitação do modelo europeu estavam na crônica.

Reunindo literatos, políticos, diplomatas, a velha aristocracia e os novos ricos da *Belle Époque*, tais ambientes representavam muito mais do que passatempo para este grupo social. Tais cenários, mesmo que informalmente, exerciam considerável influência socioeconômica. Havia grandes negociatas, arranjos matrimoniais, conspirações e elogios mútuos, ou seja, ao fim, estes redutos dos “bem nascidos” e dos abastados cariocas conspiraram para intensificar ainda mais a segregação social existente do outro lado destas portas como também para forjar a aura da *Belle Époque*, um tempo que para alguns seria promissor e civilizado. Assim, Bilac concluiria sua produção:

Que vida, meu amigo, que vida!
 — Console-se, meu caro! é a vida de toda a gente elegante do Rio nestes dois meses de inverno. Também me queixo do mesmo mal, e não sei como resisto a tanta festa! Trabalhar, nestes dois meses, é um verdadeiro milagre... Nem sei onde nem como descobrimos tempo para trabalhar!³⁹⁹

³⁹⁸ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, agosto de 1907. p. 1, 1. col.

³⁹⁹ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, agosto de 1907. p. 1, 1. col.

Sob um aspecto, é interessante perceber que, ao lançar certo olhar provocativo de incredulidade ao mundanismo e à futilidade exagerados da sociedade da época — bem representados pela voga das conferências, bailes e demais formas de lazer da fina flor da sociedade carioca — Bilac demonstraria, sem desprezar certo quinhão de ironia e humor, como era a verdadeira face de *Kosmos*: uma vitrine polida da alta sociedade carioca.

Por outro lado, pode-se notar não apenas nestas, mas em todas as colaborações bilaquiana em *Kosmos*, como a modernização e a profilaxia da urbe delimitaram claramente os espaços de convivência e interação do grupo social apto a frequentar o novo ambiente urbano. A cidade civilizada na fachada experimentaria, como a crônica jocosamente insinua, novas formas de sociabilidade, de gestos, de posturas, de sentimentos, enfim, de comportamentos-padrão, nem sempre facilmente assimiláveis tampouco abertos às demais camadas urbanas. Ao fim e por mediação da leitura desta crônica de Olavo Bilac, ressalta-se o caráter confessadamente elitista de certas instituições e práticas sociais.

É fácil perceber que, em algumas ocasiões, Bilac oscilava entre a adesão às novas práticas sociais eleitas pela burguesia fluminense e a crítica a alguns costumes vigentes. Engana-se, contudo, aquele que imaginar incoerência na ideologia bilaquiana. Ao aderir a determinados índices de modernidade, tais como a opção por figurinos condizentes com clima carioca ou a defesa do teatro nacional, o cronista objetivava claramente divulgar as conquistas da modernização que julgava indispensáveis ao progresso nacional. Ao ironizar as maratonas sociais e o exercício diuturno da sociabilidade burguesa, por exemplo, o cronista manipulava de forma enfática seu discurso no desejo de comprovar que se ainda não era uma “dama galante”,⁴⁰⁰ o Rio de Janeiro, em sua ânsia por conforto, higiene e principalmente progresso, corria nessa direção.

LIMA BARRETO: UM ESTRANHO NA AVENIDA CENTRAL.

Do outro lado da balança, havia a escrita barretiana que, lançando a todo o momento seu olhar inquisidor, impunha sua postura de estranhamento frente aos símbolos urbanos de modernidade. Se para as fileiras republicanas não bastava derrubar morros e abrir avenidas, era ainda preciso e urgente também reelaborar os costumes e hábitos da população conforme o figurino estrangeiro; num outro extremo, para o jornalista avesso ao aparato

⁴⁰⁰ DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. 3 vol. p.89.

cosmopolita, tudo era, em linhas gerais, simples modismo de uma sociedade deslumbrada. Como agente e paciente das mudanças sociais e culturais impostas no curso do início do século XX, Lima Barreto catalisou, por suas crônicas, os anseios e as crises da nova geração,⁴⁰¹ ainda ignorante sobre a realidade autóctone e subordinada a comportamentos de importação.

Deste modo, ao contrário de Olavo Bilac, Lima Barreto não entenderia a chegada do automóvel como um índice de transformação econômica e social da nação. Maior representante da modernidade imposta às ruas do Rio de Janeiro, o automóvel, para o cronista que vinha diariamente do subúrbio pelas linhas férreas do bonde,⁴⁰² era o símbolo concreto e mais ostensivo da ascensão das elites e da diferenciação social imposta pela burguesia. Em crônica de 1915, Lima Barreto denotaria como o automóvel serviu, em sua opinião, como um símbolo de distinção entre os cidadãos:

Como bom alto funcionário de polícia, Fagundes não deixava o automóvel. Ia para a prefeitura de polícia de automóvel, voltava para casa de automóvel.⁴⁰³

O trecho evidencia como Lima deixaria claro em seus escritos de que maneira a chegada do automóvel mudaria a dinâmica das ruas e de seus usuários. Ao passo que o resto da população ainda andava no lombo de animais, em carroças e charretes e, no máximo, em bondes coletivos, aqueles que emergiam socialmente — a exemplo do personagem barretiano, um “alto funcionário de polícia” — se locomoviam de carro. Além de ser um meio de transporte dispendioso, incomum e importado, o automóvel é um veículo praticamente de uso individual, ou seja, é o contrário do que nominalmente classifica-se por transporte coletivo e, por conseguinte, por popular. Aquilo que à época o carro não era é popular. No Rio de Janeiro do período somente aqueles que tinham posses, os latifundiários, ricos herdeiros ou altos funcionários públicos — que tinham carro oficial à disposição — poderiam desfrutar de bem de consumo tão específico. A população carente continuaria andando sobre suas próprias pernas e de preferência longe das vias onde agora trafegariam velozes automóveis. Nesta crônica, o carro não serviu ao cronista apenas como desencadeador do enredo, mas, sobretudo, como índice de hierarquização social. Enquanto a

⁴⁰¹ Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁴⁰² “Embarco em Cascadura. É de manhã. O bonde se enche de moças de todas as cores com os vestuários de todas as cores. Vou ocupar o banco da frente, junto ao motorneiro”. In: BARRETO, Lima. De Cascadura ao Garnier. *Careta*. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1922.

⁴⁰³ Idem. Que rua é essa? *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1915.

ascensão da burguesia apreciava o espetáculo do progresso através da protegida janela dos automóveis, a população carente, apartada das grandes mudanças tecnológicas, ficaria isolada da nova cenografia carioca em que o automóvel tomaria lugar como o sintetizador da vida vertiginosa.⁴⁰⁴

Em diversas outras crônicas, Lima Barreto induziria o leitor a concluir como a importação dos automóveis serviu como explícito instrumento de hierarquização social. Em texto de fevereiro de 1921, o cronista, narrando a rotina de um aspirante a político, chegaria ao ponto de nominar a marca do automóvel, intensificando — por meio do encadeamento e da correlação entre os signos “presidencial” e “palacete” — ainda mais o valor sectário e o *status* advindo do objeto: “Afinal, o meu Packard, quase presidencial, parou em frente ao meu palacete, na Tijuca”.⁴⁰⁵ Em outra crônica para a *Careta*, não mais a marca, contudo o valor monetário do automóvel serviria a Lima como forma de sugerir o grande poder econômico e, conseqüentemente, social do veículo: “Chega o seu automóvel, um automóvel de muitos contos de réis, iluminado eletricamente, motorista de fardeta, todo o veículo reluzente e orgulhoso. O homem salta”.⁴⁰⁶

Retomando mais uma vez a crônica de abril de 1915, afora o destaque dado por Lima Barreto à importância dos novos meios de transporte como espaço do moderno e, ao mesmo tempo, de seleção social, não se pode deixar de notar, como se verá daqui em diante, como a questão dos figurinos femininos encantava e, contraditoriamente, intrigava o cronista:

Que interessante senhora! O seu chapéu tinha dois metros de altura e uma tonelada de enfeites... E a saia? Na cintura, fazia um chumaço, que bem parecia um salva-vidas aperfeiçoado... Dizíamos: se fazia compras com Mme. Fagundes, o auto parava à porta das casas de fazendas, dos armarinhos, dos armazéns, das casas de chapéus, açougues, etc. Ao teatro e às diligências, Fagundes só ia de automóvel; e era assim.⁴⁰⁷

As reformas urbanas, que trouxeram no seu bojo novas profissões, certa emancipação da mulher e novas práticas sociais, também estimularam outras conquistas da

⁴⁰⁴ Algumas considerações sobre a importância do automóvel na crônica barretiana foram assimiladas a partir da leitura da seguinte tese: TEIXEIRA, Nírcia Cecília Ribas Borges. *Imagens Literárias Urbanas: Machado de Assis e Lima Barreto, o Rio de Janeiro escrito a quatro mãos*. Tese (Doutorado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 2005.

⁴⁰⁵ BARRETO, Lima. O poderoso doutor Matamorros. *Careta*. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1921. A Packard foi importante companhia automobilística norte-americana. Considerados de luxo, os primeiros automóveis da montadora foram lançados em 1899. A empresa saiu do mercado em 1958.

⁴⁰⁶ Idem. Ontem e hoje. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1915.

⁴⁰⁷ Idem. Que rua é essa? *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1915.

modernidade como a atualização dos figurinos ao novo ambiente que se descortinava. Além de representar visualmente os ideais de uma época, a moda, na virada para o século XX, correspondia ao desejo de distinção social. A necessidade de adornos extravagantes, laçarotes e chapéus elaborados servia para delimitar o território de atuação de determinada faixa social. Além de ser um complemento à vaidade, principalmente feminina, o fato de estar em dia com a moda importada era uma forma de estar atualizada com as metamorfoses sociais em curso no período. Do mesmo modo, o tamanho do chapéu e o volume da saia de “madame Fagundes”, assim como o automóvel, se tornam mais personagens da crônica do que as próprias pessoas envolvidas na descrição barretiana, porque ambos representavam um emblema social.

Também é importante observar que, na mesma publicação, além da questão dos figurinos, Lima alinhou a ideia do automóvel como índice de seleção social com outros símbolos de distinção. A personagem feminina do texto é tratada por “madame”, galicismo que não foi aproveitado em vão por Lima. Com o emprego de pronome tão cortês e refinado, em nenhum momento o intento de Lima Barreto foi enaltecer a distinta senhora; ao contrário, ao sugerir tal signo, o jornalista o recontextualizou para poder, de modo irônico, debochar da situação social, pouco convincente para os padrões nacionais.

Por recorrer ao mencionado pronome de tratamento, o cronista não apenas imprimiu humor ao índice de diferenciação social como, ao mesmo tempo, subliminarmente, satirizou a mania brasileira de assimilar tudo aquilo que vinha de fora. A ironia, nesta crônica, além de propor escarnecimento e irrisão, serviu a Lima como locomotiva de sua crítica aos novos costumes urbanos que moviam vários setores da vida pública carioca, desde a possibilidade de novos meios de transporte até a imposição de desajustados figurinos importados.

É preciso lembrar que a importação de valores europeus na educação, nas formas de tratamento, nos usos, nos costumes, na vestimenta e na cultura transformou o Rio de Janeiro numa imitação um tanto mal feita de sociedades estrangeiras. Com efeito, a produção literária de Lima Barreto, para a *Careta*, autoriza recuperar esta realidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. A partir de suas temáticas mais prosaicas e, sobretudo, por meio de seus motes mais significativos, permite-se esboçar um panorama abrangente do universo carioca, num momento em que o antigo e o novo duelavam por espaços concretos e simbólicos numa cidade em mutação.

Deste modo, através da linguagem caricatural e deste olhar de fascínio e de estranhamento espalhado pela *Careta*, pode-se apreender o sentido daquele momento. Para além do trato chistoso e crítico conferido pelo cronista à chegada dos automóveis ao centro carioca, trabalhar-se-á com outros índices que, concatenados, exemplificam as mudanças de hábitos impostas ao imaginário social dominante da época pela marcha da civilização: ainda a moda dos figurinos⁴⁰⁸ e as novas categorias sociais engendradas pelo progresso urbano.

O novo *modus vivendi* da sociedade burguesa da época, ansiosa por provas concretas de sua experiência moderna, impunha à cidade carioca, que se modernizava para poucos, a obrigação de ser atualizada e de obedecer ao fluxo cosmopolita que soprava da Europa e da América do Norte. A crônica de julho de 1920 é sintomática sobre a mudança, forçada ou não, dos costumes locais:

[...] os costumes republicanos estão admitindo tanta coisa nova que tudo é possível acontecer.

Vejam os senhores, por exemplo, essas damas que encontro pelos bondes... Em vão tento namorá-las! Andam elas com uns chapéus de oleado de fazer medo a qualquer bombeiro em momento de ataque ao fogo; entretanto, elas vão bonitinhas, contentinhas de fazer um homem como eu, péssimo namorador, ficar embasbacado.

É possível que essas moças se julguem interessantes com semelhante cobertura? Não creio.⁴⁰⁹

Como o próprio cronista anteciparia ao advertir que “os costumes republicanos estão admitindo tanta coisa nova”, para Lima, interpretar a nova configuração da cidade não era apenas entender o que se passava nos subúrbios e arrabaldes que tão bem conhecia. Decifrar suas novas formas de postura e de comportamento e esquadriñar, pelas crônicas, aquilo que se passava pela face resplandecente da cidade constituíam importantes aspectos de seu trabalho. Se, por um lado, seu trabalho fugia do cenário glamourizado da Avenida Central, por outro, contemplar as damas “bonitinhas” e “contentinhas” em seus ornamentos, aquelas que nunca poderia namorar, embutia não apenas uma crítica à futilidade das novas posturas, mas exemplificaria também como o escritor se fascinava pelo universo feminino.

⁴⁰⁸ De forma ampla, o figurino feminino corresponderia não apenas ao luxo da burguesia como ainda exercia um papel de extrema importância, pois representava a possibilidade de conquista de posição social. Além de tudo, a mudança no estilo das roupas também se relacionava à integração e à distinção de grupos sociais. Como somente a elite tinha condições de adotar determinados tecidos e estilos, a moda simbolizava o nível social de quem a vestia. Moda, ao fim, serviria como linguagem simbólica para revelar as condições socioeconômicas daqueles que as usavam, mas serviria também para projetar emoções, temperamento e contestação. Tais ideias partiram da leitura dos estudos da pesquisadora Gilda de Mello e Souza. Cf. MELLO E SOUZA, op. cit.

⁴⁰⁹ BARRETO, Lima. Chapéus, etc. *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1920.

Em crônica de julho de 1922, a postura ambivalente de Lima sobre a cena social carioca ficaria manifesta quando o cronista se posta como espectador do espetáculo das novas modas femininas:

Nunca foi da minha vocação ser cronista elegante; entretanto, às vezes, me dá na telha olhar os vestidos e atavios das senhoras e moças, quando venho à Avenida. [...] Há dias, saindo de meu subúrbio, vim à Avenida e à Rua do Ouvidor e pus-me a olhar os trajes das damas.⁴¹⁰

Ao mencionar a viagem feita entre o subúrbio, a Avenida e a Rua do Ouvidor, Lima Barreto passaria duas mensagens. À primeira vista, a crônica evidencia como o trajeto percorrido sinalizaria não apenas um simples percurso feito, mas, sobretudo, traz ao leitor como a mudança de cenário significaria para Lima quase como uma mutação de universos sociais, antes a simplicidade do arrabalde e, posteriormente, a chegada ao “mundo novo” do centro republicano. Sob outro aspecto, o texto não esconderia o quanto o cronista era atingido pelo charme dos novos espaços privilegiados da sociedade e pelos seus protagonistas que, contraditoriamente, sempre criticara.

Se, por um lado, as futilidades da elite emergente ficariam cada vez mais evidentes com a renovação urbana do Rio de Janeiro, cujo andamento serviu como forma de provar, para certo segmento social, a possibilidade concreta do Brasil fazer parte do modelo paradigmático de cidade moderna, por outro lado, o novo cenário suntuoso e grandiloquente exigia não apenas a atualização dos figurinos, como também a adaptação do cronista ao novo cenário e à nova sociabilidade que se instauravam.

Lima Barreto, mesmo mantendo o tom irreverente e a postura de estranhamento frente aos novos hábitos, não conseguiria esconder, no interior de seu discurso, a dúbia disputa entre a atração e o repúdio que estas práticas modernas lhe inspiravam. Destarte, a moda e mais especificamente os figurinos femininos não apenas mostravam a Lima o quão inadequados eram ao clima e à paisagem carioca como, contraditoriamente, comprovavam certo deslumbramento e obsessão do escritor celibatário pela silhueta feminina.

Ainda na crônica de julho de 1920, Lima mais uma vez projetaria um olhar de deslumbramento e, ao mesmo tempo, de ironia frente ao jogo de exibição e de ocultação imposto pela moda às senhoras decotadas da sociedade carioca:

⁴¹⁰ Idem. Vestidos Modernos. *Careta*. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1922.

Há ainda mais histórias extraordinárias nessa matéria de vestuário feminino. Algumas senhoras decotam-se abundantemente para passear na Rua do Ouvidor e na Avenida. Os dias agora são frios e úmidos; e elas, por precaução, trazem um cobertor de peles.

Não seria melhor que elas não se decotassem e deixassem em casa o sobretudo de peles?

Não tenho nenhuma autoridade no assunto; mas logo que encontrar o visconde de Afrânio Peixoto, hei de pedir-lhe a sua abalizada opinião, porquanto é ele entendido em negócio de história das religiões, que muito se relaciona com o capítulo modas, chapéus, etc., etc.⁴¹¹

As crônicas barretianas ratificam como a *Careta* também não ficaria apartada dessas inovações sociais oriundas do século XX. Muito embora diversas seções do semanário abordassem as formas de diversão e os meios de sociabilidade da nova cultura burguesa, elegendo e destacando seus hábitos e costumes particulares, também caberia à mesma *Careta* satirizar, via caricatura e charge, esse clima eufórico — e falseador da realidade — da civilização cosmopolita, também se podendo apelidar de “Sorriso da Sociedade”.

Não muito diferente seria a atitude de Lima Barreto. Se em primeiro plano a postura curiosa do cronista perante o decote feminino exemplifica como, mesmo Lima afirmando não ter “autoridade no assunto”, a toaleta feminina aguçava sua escrita, em outro aspecto do texto, ao mencionar, de maneira irônica, o “visconde de Afrânio Peixoto”, a crônica acima não deixaria de satirizar um dos escritores símbolos desta sociedade de fachada que Lima tanto confrontava.

Ao nomeá-lo com título de procedência social aristocrática, Lima não estava apenas satirizando um escritor que considerava raso e fútil. Estava o cronista a tecer críticas a toda uma sociedade que se pautava pela aparência, pelas convenções, pelo prestígio vazio. Se de maneira mais superficial o texto sugeria a contemplação de Lima sobre a beleza feminina, por outro lado e de forma jocosa, ao cabo, seu espírito crítico olhava com ironia e certo desprezo os pretensiosos do Rio de Janeiro.

⁴¹¹ Idem. Chapéus, etc. *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1920.

Ao delinear, pela crônica, a sociedade carioca binocular⁴¹² e seus meios de sociabilidade e de interação com o novo ambiente público em seus diversos aspectos, a perspectiva barretiana soube captar a essência da cidade cindida: de um lado, no centro cosmopolita, os bem nascidos e seus novos figurinos. De outro lado, na sua periferia, os pobres de pés descalços e assistindo, afastados, as mudanças repentinas nos gostos e costumes. Ao lançar seu olhar, em 1919, para a Rua do Ouvidor e para a Avenida Central, Lima iria chacoatear das figuras e dos modos de quem por lá circulava, mas também captaria as inúmeras faces da cidade fazendo, através do humor e da análise social, a descrição do recente folclore urbano carioca:

De uns anos a esta parte, eu não vejo a Avenida nem a Rua do Ouvidor com os olhos de cinco anos para trás. De forma que, sendo assim, não faço reparo nos “almofadinhas”, “melindrosas”, “entupidinhas” e outras criaturas que tanto preocupam os nossos estetas de cinema.⁴¹³

Crítico daquilo que chamava “agitação ouvidoriana”,⁴¹⁴ Lima Barreto satirizava a fauna dos almofadinhas e das melindrosas não por ódio ou ressentimento por não se adequar ao modelo da moda. Lima reincidia em suas pilhérias no intuito de mostrar seu estranhamento frente ao perfil janota e superficial imposto pelo cosmopolitismo. Para o cronista não havia apenas uma descaracterização do figurino, havia, o que é pior, uma descaracterização do sentimento, da postura e das vontades o que, por fim, denotava uma desfiguração do autóctone. Havia a perda da autenticidade:

Lima concebia a sociedade brasileira como o fruto da combinação de diferentes etnias e que, em virtude mesmo dessa mestiçagem, havia atingido

⁴¹² Símbolo de bom gosto, modernidade e atmosfera fértil para o desenvolvimento do mundanismo de nossa sociedade, a coluna “Binóculo” de Figueiredo Pimentel surgiu, em 1907, na *Gazeta de Notícias*, como a “bíblia das elegâncias”. Imagem coesa da futilidade, a seção representaria as frivolidades que ocupavam a fantasia da burguesia ociosa. As tardes eram divididas entre *footings*, *meetings*, *pic-nics* ou nos *flirts* entre a mocidade *up to date* e entre outras tantas vaidades típicas das classes abastadas bem traduzidas no vocabulário estrangeiro, pedante e fútil. O “Binóculo”, com seu prestígio oracular, se ocuparia em registrar as modas, as elegâncias e todo o ambiente *raffinée* dos salões suntuosos de Botafogo e Laranjeiras. Lima Barreto não deixaria de satirizar a elegante coluna em uma de suas crônicas: “Ontem, domingo, o calor e a mania ambulatória não me permitiram ficar em casa. Saí e vim aos lugares em que um ‘homem das multidões’ pode andar aos domingos. Julgava que essa história de piqueniques não fosse mais binocular; o meu engano, porém, ficou demonstrado. [...] Não é de estranhar que as pessoas binoculares vão a festas e piqueniques, mas assim, charanga à porta, a puxar o cortejo com um dobrado saltitante, julgo eu que não é da mais refinada elegância. O Binóculo deve olhar para esse fato; deve procurar por um pouco mais de proporção, de discricção nessas manifestações festivas da nossa grande roda aos cavalos de corridas; e ele tem tanto trabalho para o refinamento da nossa sociedade que não pode esquecer esse ponto”. Idem. Com o “Binóculo”. In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1. p.146.

⁴¹³ Idem. Modas femininas e outras. *Careta*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1919.

⁴¹⁴ CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de documentação, 1955. p.45.

um grau elevado de intimidade e adaptação à natureza tropical e vivente do país. Abominava por isso a preocupação obsessiva das elites locais em transmitir a imagem de uma nação branca e “civilizada”.⁴¹⁵

A visão de mundo de Lima Barreto era muito particular. O escritor procurava e, invariavelmente, conseguia transpor para o papel a fisionomia em mutação da paisagem carioca contemporânea, suas metamorfoses sociais e o desejo de progresso urbano que inspirava parte da sociedade da época. Assim, sua escrita evocou e satirizou nossa *Belle Époque* oscilante — entre reformas profiláticas sem precedentes e, contraditoriamente, constantes epidemias e endemias tropicais. Na realidade, Lima pôde, pela leitura que emana de seus escritos, traçar nossos tipos, usos e costumes, fazendo caricaturas em forma de crônica:

Ultimamente, com a criação de seções elegantes nos jornais, aparecem todos os meses novos qualificativos para nossas elegantes. Já tivemos as “encantadoras”, já tivemos as “melindrosas”, agora temos as “vaporosas”. Não acho mal nenhum nisso... O que acho, porém, é que, às vezes, os termos são impróprios. Encantadora, vá lá! Mas “melindrosa” para qualificar uma moça que não teme os perigos do cinema e os “leões” das esquinas... [...] Agora inventaram as “vaporosas”. São as mesmas “melindrosas”, que se rejuvenesceram com um nome novo. [...] “Vaporosas” parece querer dizer que essas moças estão desprendendo vapor. Acho aí um pouco de indelicadeza. Uma moça deve ser sempre uma coisa útil; e o vapor só é útil quando está sob pressão. Era só a crítica que eu tinha a fazer a essa novíssima designação para as elegantes da Avenida e Rua do Ouvidor. Se é pelo vestuário, seria muito melhor que fossem elas chamadas — “transparentes”.⁴¹⁶

Ao elencar a nomenclatura *up to date* imposta pelos novos tempos, Lima Barreto não perderia a oportunidade de satirizar as convenções sociais por de trás destes vocábulos. “Melindrosa”, “encantadora”, e até mesmo “vaporosa” são os símbolos de distinção estapafúrdios que a sociedade lançava para distinguir aquelas que eram ou não as “elegantes da Avenida e [da] Rua do Ouvidor”. É importante atentar para o fato de que para além do absurdo dos títulos, estes signos também insinuariam uma hierarquização social. Não seria à toa a opção barretiana por mencioná-los. Se ao mesmo tempo em que a nomenclatura rocambolesca e mutante fascinava o cronista, subjazia em seu discurso uma censura aos novos personagens da modernidade. Personificação da mulher moderna, a

⁴¹⁵ SEVCENKO, op. cit., p.210.

⁴¹⁶ BARRETO, Lima. As vaporosas. *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.

melindrosa seria a descrição do típico modelo social feminino no início do século XX. Estereótipo simbólico do mundanismo vigente e europeizado, a personagem tantas vezes resgatada pela escrita barretiana serviu como símbolo concreto do imaginário de modernidade da época:

[a melindrosa] foi apresentada como uma nova personagem no cenário moderno da cidade, porém, não se trata de uma personagem completamente fictícia, mas que surge da nova dinâmica sociocultural. *Melindrosas* eram todas as mulheres modernas dos vários centros urbanos do mundo. Existiam *melindrosas* parisienses, *melindrosas* de *Palm-Beach*, *melindrosas* paulistas, *melindrosas* cariocas [...], etc. Apesar das diferentes nacionalidades e localidades, essas mulheres possuíam em comum um rol de características do espírito moderno: *graça, espontaneidade e espírito livre*, que elegemos como as mais significativas; e de características físicas, já que a aparência era cuidadosamente construída de maneira muito semelhante: roupas e acessórios nas formas mais em voga, maquiagem precisamente aplicada e cabelos bem curtos. A melindrosa ilustrada não traduz apenas um tipo feminino, pois ela se metamorfoseava em vários modelos de mulher. A personagem melindrosa era e ainda hoje pode ser lida como símbolo da modernidade da época.⁴¹⁷

Assim, a representação crítica da sociedade carioca, a partir do destaque dado à personagem melindrosa e suas variantes, cooperou para a delimitação do painel social carioca nas duas primeiras décadas do século XX. A escrita cômica e sempre crítica de Lima Barreto traçava firmemente um painel amplo da sociedade em voga, principalmente no intento de ridicularizar a alta burguesia em ascensão e seu gosto refinado por tudo o que lembrava a cultura estrangeira. Se a moda inadequada aos padrões tropicais do ambiente carioca foi motivo suficiente para as crônicas barretianas, os espaços de sociabilidade da burguesia também não passaram incólumes ao traço espirituoso do cronista:

As suas crônicas [...] denunciam o esfacelamento da paisagem carioca e, igualmente, apontam os problemas da adoção de padrões de comportamentos que ignoram a cultura e a realidade brasileiras.⁴¹⁸

Na realidade, através da representação realista e satírica do cotidiano, Lima ajudou a construir com suas crônicas a identidade carioca, com o malandro e o almofadinha, o funcionário público e os ricos de Botafogo, as mulheres de vida fácil do centro e dos

⁴¹⁷ DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas da mulher brasileira – décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2005. p.99.

⁴¹⁸ ORNELLAS, Clara Ávila. Literatura e cidade sem artificialismo: Lima Barreto e João Antônio. In: CAIRO, Luiz Roberto; AZEVEDO, Sílvia Maria; PEREIRA, Márcio Roberto (Org.). *Dispersa Memória: escritos sobre representação e memória na literatura brasileira*. Bauru: Canal 6, 2009. p.44.

arrabaldes e a princesinha da elite burguesa. Desde o simples burocrata até os altos escalões da República, todos compactuaram, na escrita barretiana, para traçar o painel desta sociedade em mutação. O cronista das ruas e das vielas apelava também para os salões elegantes, recheados de damas bem vestidas, para os saraus literários, para o teatro, para os exclusivos ambientes da crescente burguesia, no calor da vida urbana, para destacar a desfiguração da realidade carioca. Lima Barreto, para quem o esnobismo deformava a cidade do Rio de Janeiro, compreendeu artisticamente o clima social de sua cidade. Sempre através do humor e da sátira, como observador agudo e quase sempre isento, Lima Barreto foi exemplo do antípoda dos costumes vigentes.

Como intérprete da sua cidade, Lima rechaçava, ao fim, os desmandos da sociedade preconceituosa. Para tanto, lançava mão da linguagem e de conteúdo cáustico para afrontá-la. No entanto, não deixava de se mostrar encantado com o desfile das elegantes pelas ruas do centro carioca. Se de “uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro”,⁴¹⁹ esta mesma cenografia — que estimulava o tom de denúncia e de análise da situação nacional daquele período — também impôs a Lima Barreto a disposição de tentar entender a transformação em andamento. Ao passo que os ideólogos da República viam as transformações sociais do Rio de Janeiro como uma fotografia bem acabada da Regeneração, Lima Barreto conseguia ainda ver — a despeito de certas atitudes pessoais ambivalentes — as fissuras abertas na paisagem carioca que se queria moderna, mas ainda estava longe de ser o cenário bem acabado ansiado pelo progresso.

C) CIDADES EM DESTAQUE: PETRÓPOLIS E OS AMBIENTES ELEGANTES.

Na obra *História da imprensa no Brasil*, o pesquisador Nelson Werneck Sodré explica que as transformações que ocorreram no Brasil, desde o final do século XIX, foram “marcadas inclusive por alterações institucionais importantes” que corresponderam ao avanço “das relações capitalistas em nosso país e, conseqüentemente, à progressiva ascensão da burguesia”.⁴²⁰ Estas alterações políticas modificariam também o *modus vivendi* desta nova classe, cada vez mais em busca de redefinir seu lugar social na moderna ordem vigente.

⁴¹⁹ BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. In: VASCONCELOS, Eliane (Org.). *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2001. p.800. Infelizmente não foi possível obter referência completa através das *Obras Completas*.

⁴²⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999. p.391.

Se a elegância, o automóvel, o aroma panglossiano⁴²¹ eram os modismos da época, haveria também de serem necessários cenários condizentes que justificassem a imagem de progresso e civilização dos novos tempos e dessem conta da obsessão coletiva da burguesia. Deste modo, Olavo Bilac e Lima Barreto não deixariam de selecionar espaços urbanos em voga à época como tema de suas composições para *Kosmos* e para *Careta*. Ao passo que Lima, em seu diuturno combate às “distorções e vícios do regime republicano”,⁴²² recorreria aos elegantes salões botafoganos e às cidades serranas para examinar a bipartição carioca entre escolhidos e excluídos da *Belle Époque*, Bilac destacava Petrópolis como um paraíso idílico acima das intermitentes crises e deficiências urbanas cariocas. Afinal, o clima ameno, as construções suntuosas e o cenário colonial ainda faziam da antiga Petrópolis Imperial o destino frequente das ricas famílias do Rio de Janeiro que fugiam do abrasado verão carioca rumo às serranias.

PETRÓPOLIS: O PARAÍSO BILAQUIANO.

A “moda” petropolitana fora lançada por Dom Pedro II, cujo palácio de verão inaugurado em 1847 nas serras de Petrópolis passou a sediar a capital do Império — e toda a sua corte — durante os meses do estio brasileiro. Igualmente, não fugiria à pena de Olavo Bilac em *Kosmos* retratar o álbum da vida refinada dos cariocas refugiados em Petrópolis já na segunda contribuição do jornalista para o magazine:

Tivemos um janeiro abrasado e feroz, sem festas e sem alegria. As festas e a alegria não são para o Rio de Janeiro, durante o estio: são para a formosa Petrópolis, posta no alto da Serra dos Órgãos, como uma rainha sobre um trono, coroada de rosas vermelhas e de camélias alvas, cortejada pela gente feliz e elegante. Cá embaixo, na velha cidade torrada de sol, cheia de miasmas, sob a revoada dos mosquitos servidores das febres, fica a gente que trabalha sem descanso, penando e suando.⁴²³

Por meio de engenhosa escolha das palavras, Olavo Bilac recorreria ao cenário de Petrópolis com dupla finalidade. Em primeiro lugar, e de forma mais evidente em seus textos, a cidade serrana seria descrita em suas belezas naturais e refinamento aristocrático para cativar a elite apta a frequentar tal cenário. Como uma forma de angariar adeptos e persuadir leitores, Bilac, ao adular os frequentadores da região serrana carioca, conseguia, em teoria, trazê-los à sua ideologia.

⁴²¹ Cf. SEVCENKO, op. cit., p.52.

⁴²² Cf. Ibidem.

⁴²³ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1904. p. 3, 1. col.

Por outro lado, e de forma subjacente, ao focar e engrandecer as qualidades de Petrópolis e cercanias, o jornalista criava por meio da idealização da região serrana uma espécie de universo paralelo que, por analogia, rebaixava, de modo sutil e elegante, como lhe era peculiar, a cidade do Rio de Janeiro — ao comparar as mazelas da Capital Federal aos frescores e refinamento das montanhas. Bilac, focado na retórica persuasiva, manipulava a opinião leitora através da engenhosidade de sua escrita. Ao fim e ao cabo, convencer os leitores cariocas das deficiências urbanas e incitar contra a insalubridade citadina era o comprometimento do cronista.

Como é interessante de se notar no excerto acima, por meio da nobreza e distinção de flores, Bilac não fez simplesmente uma ode ao frescor de Petrópolis ao “coroar” a cidade com rosas e camélias. Ele aproveitaria o ensejo e, de maneira levemente irônica, zombaria não apenas da população que não podia se refrescar nos ares aprazíveis da região serrana carioca como também aproveitaria a ocasião para criticar a situação insalubre do Rio de Janeiro. Uma das principais finalidades da ironia é sua capacidade de escarnecer através da manipulação da irrisão e do jogo de palavras. Em nível semântico e de acordo com os manuais de retórica, a ironia é uma estratégia definida como “um assimilar de diferenças de sentido” ou, simplesmente, como “antífrase”, ou melhor, uma das características pertinentes à ironia seria seu contraste entre “o que é afirmado e o que é significado”.⁴²⁴

Deste modo, se num primeiro momento Bilac destacaria as qualidades de Petrópolis ao recorrer aos signos “formosa”, “alva”, “feliz” e “elegante”; na sequência de seu discurso, não apenas para escarnecer do Rio de Janeiro, que não partilharia das benesses das serranias, mas também para intensificar a situação de calamidade em que se encontrava a urbe carioca, o cronista recorreria aos seguintes vocábulos: “miasmas”, “mosquitos”, “febre”. Como num espelho, Petrópolis, o Éden de veraneio da burguesia dos novos tempos, refletiria a alegria dos elegantes e a Capital Federal, maltratada e pestilenta, rebateria “penando e suando” com uma “revoada de mosquitos”. A escolha lexical bilaquiana, bem direcionada, contribuiu para o cotejo entre os ambientes urbano e campestre e, sobretudo, cooperou, por meio da ironia, para a articulação eficaz da avaliação e do julgamento crítico bilaquiano frente ao caos urbano carioca.

⁴²⁴ HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia*: ensinamentos das formas de Arte do século XX. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989. p. 73 et seq.

Na passagem seguinte, ainda na mesma crônica, o cronista lançaria, então, uma solução mais “módica” para aquela “gente que trabalha sem descanso” também aproveitar de cenário menos abrasado durante o estio carioca:

Também, é força reconhecer que toda essa gente parece não sentir o calor, nem a falta de ar, nem o morno bafio insalubre das ruas apertadas e pouco limpas. A frescura da aragem, a pureza do ar, o perfume das grandes árvores amigas não são monopólio da vaidosa Petrópolis. Aqui, bem perto do centro escaldado da cidade, há montanhas cobertas de fresca e odorante verdura, encantados retiros onde os pulmões de gente pobre se podem facilmente encher de oxigênio... gratuito, e onde os seus olhos, cansados da contemplação das cousas feias, podem, também de graça, fartar-se de panoramas admiráveis, de serras acasteladas estendendo-se sem raias, de águas batidas de luz achamalotando-se ao vento, de largos trechos de céu azul cortados de asas. Mas a Tijuca, as Paineiras, o Silvestre ficam desertos nos domingos e nos dias feriados: os pobres desprezam esses encantos, cujo gozo se pode obter sem dinheiro...⁴²⁵

Apesar de, nas palavras bilaquianas, o Rio de Janeiro ter um recanto mais modesto para os menos favorecidos, a Floresta da Tijuca, estas pessoas simplesmente menosprezavam a oportunidade e deixavam desertas não apenas a mencionada região, como também os recantos das Paineiras e do Silvestre. Bilac, além de ofertar uma possibilidade de veraneio para os trabalhadores cariocas mais humildes, ao divulgar as belezas naturais desconhecidas (e gratuitas) do Rio de Janeiro, não deixou de criticar o abandono que o cidadão comum dispensava à sua própria cidade e aos seus atrativos. Embora o cronista não tenha deixado de ser um tanto preconceituoso ao colocar certa divisão de ambientes que deveriam ou não ser frequentados por aquela “gente”, vê-se um Bilac, através da *Kosmos*, atento à população comum, mesmo que essa preocupação origine-se de um discurso pautado por certo autoritarismo.

Invariavelmente, Bilac recorreu ao elegante painel mundano de que a *Kosmos* era a vitrine para propor de forma diligente uma espécie de *apartheid* social, através da manipulação do discurso. Ao mesmo tempo em que o sentido primeiro que emana do discurso é conformista, as entrelinhas do texto revelam a chave crítica da estratégia retórica do cronista: todo o discurso eloquente sobre as possibilidades de lazer e de veraneio para as classes mais humildes é pretexto e se configura como encenação para trazer a atenção do leitor para os problemas urbanos cariocas — que o cronista denominaria de “cousas feias”. O texto em si, muito mais do que a opinião pessoal de Bilac, avaliou por meio do confronto dos

⁴²⁵ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1904. p. 3, 1. col.

cenários, o contexto da época. Engana-se, assim, quem ler as manifestações bilaquianas em *Kosmos* apenas como um discurso preconceituoso e equivocados. Mais do que simplesmente rebaixar ou menosprezar o cidadão humilde, o confronto de cenários ou mesmo a crítica a falta de iniciativa da população serviam ao cronista como uma forma de induzir o leitor a entender melhor a cidade e as suas necessidades de ordenação.

É evidente e é preciso insistir na constante opção bilaquiana em recorrer ao confronto dos elegantes ambientes serranos com o panorama subdesenvolvido carioca para ressaltar sua ideologia de progresso. Em outras duas ocasiões em *Kosmos* Bilac também tematizaria a elegância do hábito mundano de se refugiar nas montanhas da cidade serrana carioca e se serviria da “desdenhada” Floresta da Tijuca como mecanismo retórico:

Sempre que chega o verão, — este terrível estio carioca, que nos derrete os miolos dentro do crânio, — eu pergunto a mim mesmo, com espanto, porque é que não aproveitamos como devíamos, para residência estival, estas admiráveis montanhas que cercam a cidade, — a Tijuca, por exemplo, — um paraíso situado tão perto de nós, e tão desprezado pela nossa inqualificável indiferença. Todos sabem que a Tijuca é uma maravilha, todos o dizem, e todos afirmam com vaidade que não há em toda a Terra uma cidade possuidora de igual fortuna. Essa fortuna, porém, ali está, há séculos, desdenhada, como se fosse uma inutilidade.⁴²⁶

À primeira vista, parece ao leitor desavisado que Bilac, nesta crônica de dezembro de 1905, tomaria os arredores da floresta como índice desencadeador de seu discurso e se manifestaria, no presente texto, de forma a elevar a região ao *status* de Petrópolis, pois, com efeito, o cronista chegou mesmo a classificar a região tijuca como um ambiente de convívio social desfrutado por todos ao indagar: “[...] porque é que não aproveitamos como devíamos, para residência estival, estas admiráveis montanhas que cercam a cidade, — a Tijuca, por exemplo”? Contudo, o cronista de *Kosmos* seria novamente contaminado pela sanha hiperbólica que tanto o acompanharia na revista e mais uma vez menosprezaria a simplicidade da floresta em favor de Petrópolis:

Como é que ainda ninguém se lembrou de fundar lá em cima, no alto da Tijuca, uma vila de verão, com palacetes confortáveis, com um Cassino e um parque, com todas as comodidades de uma perfeita estância estival, — onde a gente de dinheiro e de bom gosto vá passar, em plena floresta, mas perto dos seus negócios, e livre do calor e da poeira, estes meses abrasados em que o Rio de Janeiro tem fogo vivo no ar? Ainda ninguém se lembrou disso... E a gente rica e de bom gosto continua a transferir, de dezembro a maio, os seus penates, para a úmida e longínqua Petrópolis, sujeitando-se a

⁴²⁶ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, dezembro de 1905. p. 3, 1. col.

estafantes viagens diárias, que transformam o veranista em um mártir do “chic”, em um calceta da elegância...⁴²⁷

Diversos aspectos chamam a atenção nesta composição bilaquiana. Em primeiro plano, nota-se como era recurso indispensável na escrita do jornalista o cotejo entre dois ambientes geográficos e principalmente sociais díspares. A simplicidade da Floresta da Tijuca seria ampliada na medida em que se vislumbra Petrópolis — sempre a cidade do “bom gosto” e da “gente de dinheiro”. Por mais que o cronista insinuasse uma crítica à “úmida e longínqua” Petrópolis, a cidade funcionaria claramente como um índice qualitativo de excelência urbana, “colocada a meio caminho entre a agressividade da mata e a precariedade material de uma cidade como o Rio, carente ainda de recursos condizentes com os tempos modernos”.⁴²⁸ Num segundo momento, é interessante voltar a atenção para os índices de modernidade exaltados por Bilac na crônica. Na oratória bilaquiana, ao mencionar a necessidade de acomodações mais confortáveis, áreas de lazer como vilas, parques e cassinos na região Floresta da Tijuca, Bilac refletiria o falso brilho da *Belle Époque*, de um tempo superficial que se queria auspicioso — mas que, sobretudo, mostrava-se bipartido.

E por fim, em dezembro de 1906, Bilac comentaria outra vez as temporadas de verão em Petrópolis:

Dezembro. Começaram os ásperos calores, as nuvens de pó sufocante, a tortura longa dos quatro meses infernais. Que pena tenho eu de não ser cigarra ou lagarto! essas duas espécies de criaturas nasceram para viver ao sol, como as fabulosas salamandras nasceram para viver no fogo: quanto mais arde o sol de verão, mais cantam as cigarras nas árvores, e mais se regalam os lagartos nas pedras escaldadas; felizes criaturas! não suam, e não sabem o que são brotoejas. Mas não sou lagarto, nem cigarra, — e tenho de suar, arfar, e penar como homem.

Que fazer, para poder dormir, depois do trabalho diurno, nestas horríveis noites do nosso verão, — de ar abafado, de árvores paradas, de hálito ardente saindo da terra, de peso opressivo caindo do céu, onde palpitam e tremem com um brilho seco as estrelas, como carvões acesos no fundo de um forno?

A primeira ideia que ocorre a gente é fugir para Petrópolis.⁴²⁹

Neste excerto é possível perceber um Bilac pouco interessado em escrutinar a seleção de pessoal condizente com Petrópolis. Novamente o que se destaca na crônica bilaquiana é a exaltação das excelências de Petrópolis em detrimento do Rio de Janeiro.

⁴²⁷ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, dezembro de 1905. p. 3, 1. col.

⁴²⁸ DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. p.88.

⁴²⁹ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, dezembro de 1906. p. 1, 1. col.

Enquanto os “ásperos calores”, o “pó sufocante”, as “pedras escaldadas” transformam os quatro meses de verão em tortura infernal no aglomerado urbano carioca, a altitude de Petrópolis torna-se o principal índice de diferenciação da cidade serrana. Ao passo que o Rio de Janeiro é o Inferno, Petrópolis é o Paraíso na Terra, do alto das serranias e afastada fisicamente dos elementos mais comezinhos do insalubre verão carioca: o suor, as brotoejas e o hálito ardente da terra. Nas palavras de Antonio Dimas, Petrópolis é, na retórica bilaquiana, espécie de Paraíso Perdido infenso às necessidades do dia-a-dia:

Assim é que o relevo e a altitude de Petrópolis tornam-se o primeiro sinal de privilégio [...]. Primeiro, porque sua configuração montanhosa arranca-a da trivialidade plana e chata das cidades à beira-mar, o que permite a ela livrar-se tanto da monotonia, quanto da insalubridade [...]. Lá no alto, a cidade livra-se do cotidiano, do rasteiro [...] [e] a altitude ainda favorece a proximidade daquele recanto de veraneio com o céu...⁴³⁰

Na sequência da crônica há uma sensível mudança no encaminhamento do texto. Se num primeiro momento a insalubridade e os miasmas decorrentes do estio carioca são os condutores da crônica, o discurso bilaquiano sairia pela tangente ao optar por um ritmo mais galhofeiro. Bilac redirecionaria sua composição — deixando o texto um tanto mais prosaico e leve — ao fazer chacota com aqueles que, para manterem-se no rigor da moda, acompanhando os hábitos em voga e tendo recursos financeiros para instalarem suas famílias comodamente em Petrópolis durante os meses de estio, ficavam se deslocando dia após dia entre o Rio e a serra para cumprir suas obrigações profissionais que os forçavam, apesar do tórrido verão, a estarem todos os dias na capital. A moda petropolitana sujeitava a sociedade que se queria *up to date* ao massacrante vai e vem em nome do bom-tom:

A vida em Petrópolis é deliciosa para quem pode lá ficar dias seguidos, sem a dura obrigação de vir cotidianamente ao Rio. Para os vadios que lá podem ficar, Petrópolis é um Paraíso; mas é o Inferno para os *diários*, que passam o verão a subir e a descer a serra, com a constância do azougue na coluna termométrica. Desventurados diários!⁴³¹

A partir desta crônica é importante insistir sobre dois aspectos. Em primeiro lugar, num plano mais explícito, a posição bilaquiana não haveria de ter mudado radicalmente entre uma crônica e outra. A maleabilidade de postura de Olavo Bilac, caracterizada por certo tratamento contemplativo e um tanto chistoso dado pelo cronista à estafante prática mundana de frequentar Petrópolis, não era característica exclusiva da escrita

⁴³⁰ DIMAS, loc. cit.

⁴³¹ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, dezembro de 1906. p. 1, 1. col.

bilaquiana. A movente índole de *Kosmos* — construída a partir de seu variado conteúdo literário, artístico, gráfico, plástico — facilitaria a conduta do cronista em modificar ou mesmo ajustar suas considerações acerca de um mesmo assunto.

Do mesmo modo, em segundo plano e de forma implícita, é relevante observar que, neste sentido, o que se compreende é que a orientação da revista e de seus editoriais, de modo geral, encaminhava o leitor — e a posterioridade — para o entendimento do fato inquestionável que postula que *Kosmos* simplesmente adequava seu ponto de vista de acordo com as conveniências do momento, evidenciando, portanto, sua sintomática “indefinição de rumos”.⁴³²

Na realidade, a gênese de *Kosmos*, ao fim, refletia os recentes tempos modernos e as constantes modificações dos hábitos urbanos e sociais decorrentes destes novos padrões advindos com o moderno e ainda inadaptado cenário carioca. Para interpretar este panorama que se queria civilizado, por meio de sua singular, mas empenhada, concepção de progresso, Olavo Bilac faria das páginas da revista a ele concedidas as lentes que filtrariam as verdades urbanas e sociais de acordo com suas conveniências e convicções. E lançando mão da capacidade de se articular o discurso leve tão próprio da crônica e a linguagem invariavelmente persuasiva que propunha ao leitor, Olavo Bilac, pela pena sempre treinada, tentaria conquistar a aderência dessa nova opinião pública urbana ao seu ponto de vista, pela *manipulação* e *adequação* de seu discurso ao gosto e à índole de *Kosmos*.

Alguns anos depois das manifestações bilaquianas acerca dos hábitos da sociedade galante carioca, seria a vez de Lima Barreto recorrer ao cenário da elegante burguesia fluminense em suas crônicas.

BOTAFOGO E PETRÓPOLIS: O COSMOPOLITISMO DESVARIADO SOB O OLHAR BARRETIANO.

Ao trabalhar os hábitos mundanos da sociedade carioca, a manipulação da temática na escrita barretiana se encaminharia de maneira inversa àquela proposta por Olavo Bilac, apesar de ter na ironia, muitas vezes como o parnasiano, a chave crítica de seu discurso. Para Lima, a ironia tinha dupla função: dizer a verdade e, através dela, pensar sobre a sociedade da época. Um dos maiores símbolos das reformas urbanas e marco da arquitetura da *Belle Époque*, o Teatro Municipal ganharia outro sentido nas crônicas barretianas. Prédio construído para o ócio e a diversão da elite, o Municipal causava verdadeira ojeriza em Lima

⁴³² DIMAS, Antonio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. p. 20.

por diversas razões. Em primeiro lugar, o cronista entendia que o derrame de dinheiro em sua construção não se justificaria, pois seu acesso, mesmo que não oficial, era limitado a certa parcela da população. Não era qualquer carioca que adentraria os portões suntuosos da construção *art nouveau*. Para tanto era preciso estar bem vestido e até mesmo apto para interpretar as peças e óperas, em sua maciça maioria, declamadas em francês. Num país de legião de analfabetos, apresentações teatrais em francês não deixariam de ser irônicas. Em crônica de janeiro de 1921, Lima Barreto coadunaria a crítica à ideologia burguesa vazia dos dirigentes municipais à análise bem humorada sobre as consequências culturais para aqueles que não participariam da marcha para o progresso:

O Teatro Municipal é uma demonstração de como a municipalidade pode educar o povo, muito a contento.

Construiu, ali, na Avenida, aquele luxuoso edifício que nos está por mais de vinte mil contos.

Para se ir lá, regularmente, um qualquer sujeito tem que gastar, só em vestuário, dinheiro que dá para ele viver e família, durante meses; as representações que lá se dão, são em línguas que só um reduzido número de pessoas entende; entretanto, o Teatro Municipal [...] está concorrendo fortemente para a educação dos escriturários do Méier, dos mestres de oficina do Engenho de Dentro e dos soldados e lavadeiras da Favela.⁴³³

O discurso barretiano era diametralmente antagônico ao das reformas urbanas. Para ele, a produção de cultura e a construção de espaços de divulgação cultural eram indispensáveis para a evolução social da população. Entretanto, na concepção barretiana, a ideia de “povo” também abarcaria os moradores do Méier, de Engenho de Dentro e da Favela, por exemplo. O Teatro Municipal, imponente e suntuoso, seria incapaz de absorver a grande fatia da população, pois além de estar no centro carioca — longe da grande massa populacional — era financeiramente inviável para uma população que mal poderia arcar com as custas de vestimenta condizente com o ambiente. Para Lima tais espaços eram desnecessariamente luxuosos e até mesmo constrangedores para o inadaptado público humilde carioca. Se até certo ponto, Lima mostrava, por meio de suas crônicas, a cidade que se transformava e se modernizava, ele chamava atenção, por outro lado, para a construção de simples fachadas de modernidade que não traria em seu bojo a possibilidade de ascensão social para a maioria dos habitantes. Pelo contrário, ao tratar da construção dos imponentes prédios durante a remodelação urbana, Lima faria questão de apontar para a segregação social forjada pelas picaretas da Regeneração. Aos olhos barretianos, a reurbanização ainda em andamento, ao criar uma imagem distorcida da realidade carioca,

⁴³³ BARRETO, Lima. O prefeito e o povo. *Careta*. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1921.

intensificaria cada vez mais a polaridade social imposta na cidade. Não obstante, postos ao lado do cidadão comum, ao questionar a viabilidade e a legítima função de um teatro majestoso, contudo aquém das verdadeiras necessidades da população em geral, Lima e a *Careta* não deixariam de apreender o Rio de Janeiro em sua totalidade, sem se furtar em trazer ao público leitor a consciência da miséria urbana que circundava o cenário pouco democrático da urbe.

Inúmeras vezes, como observador atento do Rio de Janeiro, Lima Barreto recorreu ao espaço literário cavado pela crônica da *Careta* para refletir sobre os desdobramentos do cenário urbano carioca de seu tempo. Lançando mão da capacidade de se articular o discurso prosaico tão próprio da crônica e a linguagem despretensiosa que propunha ao leitor, Lima, por meio de um diálogo igualitário com seu leitor-interlocutor, tornar-se-ia um verdadeiro pensador da cidade, assumindo, muitas vezes, o tom de revide contra uma sociedade desigual e soberba. Em suas crônicas, por meio do traço crítico contaminado de ironia e de sátira, além das vultosas obras de remodelamento e de aburguesamento do cenário carioca, Petrópolis e os ambientes elegantes da cidade do Rio de Janeiro tornar-se-iam personagens e vítimas de seus ataques.

É importante lembrar ainda que não apenas em crônicas Lima ressaltaria as discrepâncias urbanas e sociais que separavam os ambientes civilizados de Botafogo e Petrópolis do cenário humilde e desassistido dos subúrbios. Por meio de passeios pelo Rio de Janeiro e diálogos entre narrador e personagem-interlocutor, o enredo de *Vida e morte de M.J.Gonzaga de Sá*, de 1919, evidenciaria essa fissura do espaço urbano. Alternando relatos biográficos e reflexões pessoais, a narrativa de Augusto Machado — o narrador-personagem do romance — ressaltaria como Gonzaga de Sá fugia daquilo que o próprio classificava pejorativamente como “gente de Petrópolis”, e, cheio de altivez, o mesmo se incluía na massa mais humilde que acreditava ter formado a nação brasileira: “eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus ‘galegos’ também.” É evidente que havia no personagem de Gonzaga — assim como em Lima — uma nostalgia do passado, do Rio antigo, uma espécie de tentativa de resgate do paraíso perdido, das vivências felizes da infância e juventude. Esta nostalgia talvez explique as incursões do personagem pelos subúrbios e bairros pobres e justifique a aversão de Gonzaga de Sá pela

modernização carioca que impunha, de forma inexorável, o insulamento entre os bairros e a consequente “falta de penetração mútua” entre os pobres e os abastados.⁴³⁴

Portanto, em suas análises ferinas e jocosas, por meio dos romances ou através das crônicas, o Rio de Janeiro infligia a Lima Barreto uma atitude visceral em que tais atmosferas *chics* não apenas polarizariam tudo o que representava a República para o militante autor — segregação, autoritarismo antidemocrático e alienação — como também acentuariam, por analogia com os melancólicos bairros pobres e sua singela feiúra, a forçosa aparência branca e burguesa conferida pela *Belle Époque*. Então, não seria em vão que o contraponto com a simplicidade social e arquitetônica do subúrbio chamava tanto a atenção do cronista:

Encantava-se ao ver, nas imediações de Inhaúma, as pobres mulheres do povo que, de passagem pelos caminhos agrestes, apanham, para ornar a humildade do seu casinholo rústico, algumas flores de melão-de-são-caetano. [...] Amava a pitoresca arquitetura dos barracões feitos a sopapos; amava-a tanto quanto detestava a inexpressiva arquitetura compósita dos casarões do Senhor Morales de Los Rios⁴³⁵ e seus epígonos.⁴³⁶

Se para Lima Barreto a República continuava com ares de oligarquia — paternalista e concentradora de bens e oportunidades — as cidades e bairros elegantes, de certa forma, representavam para o cronista a metonímia do caráter excludente do regime e demonstravam, através da segregação espacial, as distorções impostas pela República e pela classe social patrocinadora dela. Em discurso de setembro de 1919, a crônica barretiana comprovaria como os espaços urbanos eleitos pela burguesia eram apenas mais um índice de exclusão social imposto pelo projeto republicano:

Tudo encarece e fica pela hora da morte; mas toda a nossa gente brasileira tem as vistas voltadas para as coisas do Rio, da Avenida; e é preciso atendê-la quanto antes.⁴³⁷

As críticas constantes às práticas exercidas no centro carioca serviam ao cronista como instrumento de dismantelamento dos projetos da cidade elegante e urbanizada erigida pela municipalidade e seus defensores. Para tanto, fazia questão de reiterar como a

⁴³⁴ Cf. Idem. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.59.

⁴³⁵ Cabe mencionar que, como empreendedor, arquiteto e urbanista, Adolfo Morales de Los Rios participou ativamente do projeto de modernização republicana. Daí se explica a opinião pouco gentil de Lima Barreto sobre seu trabalho.

⁴³⁶ GRIECO, Agripino. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Marginália: artigos e crônicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.9.

⁴³⁷ BARRETO, Lima. Modas femininas e outras. *Careta*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1919.

modernização autoritária apenas encareceu a cidade, intensificou o preconceito e colaborou para a divisão do Rio de Janeiro em duas cidades. Na realidade, a cidade, no discurso de Lima Barreto, não havia sido simplesmente dividida. A reurbanização determinou certo esquecimento/apagamento dos espaços excluídos do núcleo central. Haveria apenas o Rio de Janeiro das amplas ruas e dos *squares* iluminados onde aqueles que se adaptavam aos novos padrões poderiam ver e serem vistos, ou melhor, como na ironia barretiana, a urbe se resumiria àquele ambiente recauchutado “onde toda a gente se encontra”.⁴³⁸

Portanto, como uma ilusão cenográfica, a partir dos desmontes, o Rio de Janeiro somente seria a “Avenida”. A comprovação da bipartição da cidade carioca e do apagamento do que era periférico — como estratégia de seleção urbana — ficaria evidente na seguinte passagem:

Penso que, nessa predileção dos prefeitos por Copacabana, há milonga; mas nada digo...

[...]

O Senhor Sampaio também tem se preocupado muito com o plano de viação geral da cidade.

Quem quiser, pode ir comodamente de automóvel da Avenida a Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré a Irajá.

Todos os seus esforços tendem para a educação do povo nas coisas de luxo e gozo. A cidade e os seus habitantes, ele quer catitas.

A crônica acima evidencia como Lima não compactuaria com o aparato falseador da realidade imposto pelo governo. Nesta crônica, ao construir a comparação entre Botafogo e Copacabana — espaços do desfrute elegante — e as periferias de Irajá e Jacaré, Lima, em sua certeza de que o Rio de Janeiro não deveria ser visto da forma fragmentada induzida pelo governo, traria ao centro da cena aquele universo encoberto pela ilusão da cidade reordenada. Ao tratar dos ambientes periféricos e colocando-os no mesmo nível, pela crônica, Lima Barreto não apenas dava voz àqueles dilacerados por uma mudança urbana que não lhes pertencia, mas também, cheio de indignação, mostrava aos leitores como a Regeneração forjou uma realidade sectária e “catita” no seio da Capital Federal. É importante insistir que, a despeito de algumas posições ambivalentes de Lima Barreto no tocante às transformações pelas quais passou a sociedade carioca, o cronista rechaçaria a experiência eufórica e mundana. Para Lima, o provincianismo daqueles que projetavam o Rio de Janeiro

⁴³⁸ Idem. Em Petrópolis. *Careta*. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1921.

como o catalisador do progresso e da civilização nacional também seria vítima de sua escrita panfletária:

Os provincianos que nos dirigem, muito são culpados desse rastaquerismo ultrabobo. Quando eles cavam um passe lá nos seus estados e embarcam para o Rio, vêm fascinados, pois já sonharam com Botafogo desde a meninice. Para eles, não há nada como Botafogo, a não ser Petrópolis; e são eles que, nos jornais e nas suas peças de cordel, exaltam as pulhices botafoganas, afetam desprezo pelos outros bairros, onde quase proclamam não haver família, nem moralidade algumas. Verdadeiros *zungas*...⁴³⁹

De forma geral, a linguagem sem amarras e independente serviu-lhe como uma espécie de identidade intelectual. Na crônica acima, sob o signo da desconfiança e apoiado na prática irônica de sua linguagem, Lima Barreto buscava nos interiores dos salões mundanos e dos espaços elegantes de sociabilidade burguesa subsídios para comprovar como o desejo por luxo era instrumento não apenas de camuflagem das verdadeiras necessidades da população como também fruto da imposição ideológica da República e de suas consequências imediatas. O aparato falseador da realidade estimulado pelo desejo pelo supérfluo construía, na ideologia barretiana, o cenário plastificado do cosmopolitismo que o cronista tanto combatia. As convicções barretianas surgiam a partir da crítica e da negação das concepções dominantes na época. Assim, como um “semeador de ideias”, Lima Barreto projetaria Botafogo e Petrópolis como os feudos da alienação social e da discriminação territorial. De acordo com o pesquisador Carlos Erivany Fantinati, o rol de implicâncias de Lima Barreto encontraria nos bairros “chics” do Rio de Janeiro um de seus motivos mais férteis:

Os bairros de Botafogo e Laranjeiras, a Rua do Ouvidor, depois a Avenida Central, no Rio de Janeiro, e a cidade de Petrópolis denotam na obra de Lima Barreto, áreas urbanas, onde predomina uma mentalidade alienada do Brasil. São os espaços onde residem, passeiam e se divertem os grupos sociais privilegiados e dominantes, responsáveis pela situação insustentável das camadas média e baixa da sociedade carioca.⁴⁴⁰

Não obstante, ao contrário do discurso áulico que tinha não apenas em Botafogo, mas principalmente em Petrópolis o parâmetro do refinamento e do bem viver, para Lima o gosto pela cidade serrana não passava de mais uma imposição antiquada e alienante para uma sociedade que se forçava a ser civilizada.

⁴³⁹ Idem. Botafogo e os pró-homens. *Careta*. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1921.

⁴⁴⁰ FANTINATI, Carlos Erivany. *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: ILPHA-HUCITEC, 1978. p.27.

Em crônica em que narraria o regresso de um carioca para a capital (a sátira se instalaria na intenção do personagem em fugir do Rio em busca de baixos aluguéis em Petrópolis), Lima Barreto trabalharia em desconstruir a imagem das adjacências serranas como espaço selecionado e superior. Se o discurso oficial hiperbolizava tais ambientes pela faceta do desejo, Lima compreendia-os pelo prisma da futilidade:

Aquele meu amigo, a respeito do qual, em um dos últimos números desta revista, contei que se havia mudado para Petrópolis, à vista da carestia de casas aqui, acaba de abandonar a linda cidade serrana (V. secção de elegâncias dos jornais) completamente desiludido. Perguntei-lhe:

— Mas, então, como foi isto, meu caro?

— Não te conto. Foi uma grande asneira que fiz. Por causa de trinta ou quarenta mil-réis, é mesmo uma burrice deixar o meu meigo, generoso e franco Rio de Janeiro, para me meter num forno onde se fundem, em cadinhos de porcelana, a vaidade, a simulação, o egoísmo, a jactância e o rastaquerismo para dar esse pechisbeque de petropolismo.

Este Rio — olha que não sou carioca, como tu sabes; — este Rio, como ia te dizendo, pode ter muitos defeitos, mas ainda não perdeu de todo a simplicidade e ainda tem muitos aspectos de generosidade. É uma grande aldeia, dizem os *snoobs*; admito. É porém, preferível uma grande aldeia com generosidade, caridade e simplicidade de gostos e modos do que uma aldeola com pretensões a altas elegâncias europeias, *tout à fait up to date*, etc., etc., como é o tal de Petrópolis, com os seus verdadeiros e falsos ricos, cavadores nacionais, *escrocs* internacionais, lindos tocadores de guitarras pigattianas, falsificadores, interceptadores ou portadores de correspondência de figurões e outros que tais.⁴⁴¹

Qual era a relevância de Petrópolis? Pela lógica barretiana, afora seu valor histórico, nenhum. Tomando para si o discurso de seu narrador fictício, o cronista, ao contrapor o “meigo”, “generoso” e “franco” Rio de Janeiro à “vaidade”, à “simulação”, ao “egoísmo” e à “jactância” de Petrópolis, atingiu dois alvos. Primeiramente, elevou a importância da sua querida cidade carioca, por ser ainda ela generosa e simples com os nativos e forasteiros. Por outro lado, escarneceu do gosto esnobe de uma sociedade que se esforçava a ser “*up to date*”, embora não deixasse de ser rastaquera e falsificada. Para Lima Barreto, a exacerbação do “petropolismo” era a comprovação real da existência de uma sociedade de fachada e vazia que projetava na simulação de um gosto aristocrático um refinamento e uma elegância forjada.

Na crônica acima, o suposto personagem voltaria a morar no Rio de Janeiro, pois, apesar de ser uma aldeia cheia de *snoobs*, era preferível a uma aldeota com pretensões a altas elegâncias europeias. A chave da crítica e da ironia barretiana se

⁴⁴¹ BARRETO, Lima. Egresso de Petrópolis. *Careta*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1921.

circunscreveria, mais uma vez, em retomar o gosto carioca pela cópia e pelas falsificações mal feitas da cultura estrangeira. Pela voz de seu personagem ansioso por cosmopolitismo, mas, posteriormente, conformado com o pouco que o Rio de Janeiro poderia lhe oferecer, Lima satirizaria a vaidade que sobrepujava as reais necessidades dos cidadãos deslumbrados com a remota possibilidade de civilização imposta pelos novos tempos. Lima, ao trabalhar o conflituoso universo do Brasil republicano,⁴⁴² desnudou como estes espaços tinham duplo sentido: alienante e segregador. A cidade de Petrópolis na crônica barretiana está despida de qualquer roupagem ilusória mistificada pelos partidários da cidade. Lima Barreto não mostraria encantamento, pelo contrário, satirizaria a mania ambulatória da burguesia incapaz de se satisfazer com o Rio de Janeiro que duelava para ser civilizado. A imponência e a majestade petropolitana seriam diminuídas frente a sua face escroque e pretensiosa.

É importante mencionar que Lima não queria imputar um valor negativo na cidade. A verdadeira obsessão barretiana era, a partir da mania ambulatória petropolitana, comprovar a face cenográfica da sociedade carioca de aparências. O deslumbramento e posterior decepção com os ambientes aristocráticos sintetizados por Petrópolis comprovariam como o escárnio barretiano tinha razão em conferir às novas posturas sociais um caráter inibidor e excludente.

Ao fim, Lima Barreto, ao ironizar e criticar os ambientes elevados à excelência a partir do projeto de modernização urbana — fosse Petrópolis, Botafogo ou Copacabana, — conduziria o leitor à percepção de que os resultados obtidos com as reformas estavam muito aquém das fachadas ilusórias vendidas pelo discurso republicano.

Ao desconstruir a imagem de cidade civilizada e de habitantes em dia com o cosmopolitismo importado, através do espaço crítico aberto pela *Careta*, Lima traria à baila a verdadeira cidade de progresso frágil e pontual. Ao contrário dos defensores públicos da Regeneração, o cronista desconfiado com a imposição de valores tão inadequados ao nosso cotidiano não compactuaria com a ideia de um Rio de Janeiro sintetizado pelo seu centro. Assim, durante todo o seu percurso jornalístico combateria a ideia falsa de que o Rio de Janeiro fosse a cidade existente a partir da Avenida Central ou de suas adjacências refinadas ao gosto europeu. Lançando seu constante olhar de desconfiança, em carta enviada ao amigo Oscar Lopes, Lima explicitaria seu conceito de “botafogano” que, por extensão, poderia se aplicar aos demais espaços burgueses em voga no Rio de Janeiro da época:

⁴⁴² FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

Botafogano, meu caro Oscar, é o brasileiro que não quer ver o Brasil tal qual ele é, que foge à verdade do meio, e faz figurino de um outro cortado em outras terras. De modo que tu, mesmo indo para o Saco do Alferes, tu que queres fugir à nossa grosseria, à nossa fealdade, à nossa pobreza agrícola, comercial e industrial, és um botafogano. Botafogano é o brasileiro exilado no Brasil; é o homem que anda, come, dorme, sonha em Paris.⁴⁴³

Para ele, o miolo carioca supunha uma civilização ilusória e maquiada. Deste modo, não apenas os espaços-símbolos da modernidade seriam criticados por Lima Barreto como também o desejo de luxo e de civilização inadequado aos padrões nacionais. Ao contrário do discurso áulico que tinha em Botafogo ou Petrópolis o parâmetro do refinamento e do bem viver, para Lima o gosto por tais ambientes não passava de mais uma imposição antiquada para uma sociedade que se autodisciplinava em nome da civilização.

2. AS CONTRADIÇÕES: DAS NOVAS TECNOLOGIAS AO CARNAVAL COM FUTEBOL.

Por pares temáticos próximos e equivalentes, Olavo Bilac e Lima Barreto mostraram, à sua época e à posteridade, a dupla cidade carioca que emanava das demolições da reurbanização. Ao confrontar as cidades textuais criadas por cada um chega-se à conclusão que ambos os autores possuíam — a despeito das posições ideológicas e das posturas discursivas antagônicas que os separaram — diversos pontos de similaridade. Como exemplo, os dois cronistas elaboraram seu processo de escritura através do trabalho jornalístico e a partir de evidente e particular perspectiva crítica. Apesar de contribuírem para a imprensa periódica com um intervalo de tempo considerável, ambos se alinharam ao proporem análises conscientes não apenas sobre a mesma cidade, mas também a respeito das mesmas relações sociais circundantes do período em questão. Cada qual no seu nicho de ação e atuando ideologicamente sobre o imaginário coletivo de sua época, Bilac e Lima construíram um cenário duplo do horizonte carioca, mas por diversas vezes essas duas cidades que surgem dos escritos se equivalem formando a múltipla urbe carioca das décadas iniciais da República, cidade síntese das contradições impostas ao período.

Não obstante, se ambos abordaram a questão do progresso e da modernidade urbana e social e suas benéficas e excludentes consequências, sob perspectivas particulares, estes mesmos discursos também, coincidentemente, apresentaram sintomáticos

⁴⁴³ BARRETO, Lima. Carta à Oscar Lopes. In: Idem. *Correspondência Ativa e passiva*. Vol. I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p.233-234.

contrassensos ideológicos no tocante ao turbilhão de novidades que aportou na cenografia carioca. Entender como cada um acomodou certas contradições dentro de seus discursos traz à luz não apenas o entendimento particular da cidade real, por meio da produção textual, mas principalmente como ambos os escritores contribuíram, ao cabo, para ilustrar os benefícios e as distorções oriundos da construção do progresso carioca.

Do alto das quarenta e seis composições de abertura de *Kosmos*, algumas ponderadas particularmente, fica evidente a disposição entusiástica bilaquiana frente à euforia modeladora carioca. A cidade textual criada por Bilac é elegante, se quer civilizada e até certo ponto crítica, quando isto lhe convinha. Entretanto, tais aspectos também ajudam a corroborar a existência de questões conflitantes no interior do discurso bilaquiano. Cabe lembrar que a “Crônica” vinha sintomaticamente como primeiro texto da revista — muitas vezes logo abaixo do cabeçalho da edição. De tal feita, a Bilac restava a responsabilidade de ser o interlocutor primeiro da revista, tal e qual um mestre de cerimônias.

Seu texto, apesar de manter em dia o primor técnico e o apuro literário, não permitia reflexões sociológicas muito independentes sobre o período. Na importante crônica de lançamento da revista — espécie de editorial programático da publicação — ficaria evidente a postura entusiasmada, entretanto, pouco questionadora de Bilac sobre as “provas de civilização” do complexo urbano carioca:

Por mim, ao inaugurar a série das crônicas de *Kosmos*, o que posso pedir aos deuses clementes, e principalmente ao cego Destino, é que nestas colunas só tenham de ser registradas e comentadas cousas alegres e serenas. Que às páginas da nova revista não seja imposto o dever doloroso de tratar das explosões do ódio e da ambição, nem das manifestações da brutalidade, nem dos desastres que enlutam os lares, nem das revoluções que enlutam os países, nem dos delírios sanguinários que rebaixam a espécie humana, nem dos crimes filhos da ignorância e da miséria! e que, em vez disso, nestas páginas apareçam, frequentes e luminosas, as provas de civilização, de caridade, de tolerância e de amor, que afirmam a superioridade de um povo, e a bondade do seu caráter...⁴⁴⁴

No papel de conselheiro, orientador e oráculo de sua casta selecionada de leitores, Bilac fazia de sua crônica mensal em *Kosmos* um extenso editorial,⁴⁴⁵ cujo conteúdo explorava a realidade à sua maneira, filtrando, selecionando e explicando ao seu leitor o cenário em transformação na eferescente *Belle Époque* nacional. Reconstruindo o presente

⁴⁴⁴ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1904. p. 3, 1. col.

⁴⁴⁵ Cf. DIMAS, op. cit., p.51.

através do habilidoso manejo da literatura e do jornalismo, o cronista-intérprete incensava o civilizado e contaminava de entusiasmo seu leitor:

Desresponsabilizado (e desautorizado?) pela direção da revista, Bilac instala-se comodamente nas primeiras páginas e comenta o mundo a seu redor, abordando-o genericamente, exortando-o ao progresso, enaltecendo os avanços técnicos, mencionando explicitamente os dirigentes, quando nos louvores, mas calando-se oportunamente, quando na incisão mais funda e decidida.⁴⁴⁶

Ao fim, o que emerge do entendimento mais profundo da escrita colaboracionista de Olavo Bilac para *Kosmos* é a sua intermitente intenção de ratificar e de sancionar de todas as maneiras os acertos e os benefícios das ações urbanas do governo municipal incididos no centro carioca. É importante lembrar que na apreciação dos intelectuais empenhados da época, sobretudo Bilac, o advento da modernidade no Rio de Janeiro somente se conformaria com a conversão de diversos aspectos públicos e sociais: a profilaxia e a salubridade da cidade, as melhorias urbanas, todavia, especialmente, com a evolução moral da população. Esse último fator somente seria possível através da solução dos primeiros. A convergência destes aspectos não apenas comprovaria a aderência à civilização, ao progresso e à modernidade como também confirmaria a vitória da instalação da República encetada pela Regeneração.

Mas, afinal, o que explicitamente era o progresso e o moderno para o cronista? Nas páginas de *Kosmos* e nas crônicas de Bilac nelas publicadas, o progresso físico e suas conseqüências materiais e possíveis desdobramentos sociais são os objetos evidenciados. Corroborar a afirmação Renato Cordeiro Gomes:

Bilac encara o progresso na concepção que depende estritamente da noção de avanço material e da capacidade humana de autossuperação tecnológica, isto é, o mito do salto tecnicista com suas eventuais decorrências morais e sociais.⁴⁴⁷

Para o cronista que tanto defendeu o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, a modernidade era intrinsecamente atrelada aos procedimentos de remodelação urbana e de desenvolvimento técnico como forma de se alcançar os ideais civilizatórios imediatos. Por fim, há certamente um desejo deliberado de *Kosmos* e de seu cronista em avalizar o furor progressista, nunca colocá-lo em xeque ou confrontar sua

⁴⁴⁶ Ibidem, loc. cit.

⁴⁴⁷ GOMES, op. cit., p. 108.

necessidade. Destarte, para Bilac, em conluio com *Kosmos*, o progresso era, portanto, sinônimo concreto e palpável de civilização.

Contudo, ensina Antonio Dimas⁴⁴⁸ que Bilac entendia o progresso como a noção de avanço material, mas não conseguia projetar esse avanço em termos de permanência para o futuro. Deste modo, o que se depreende da leitura das produções bilaquianas para *Kosmos* é que o jornalista concebia os avanços tecnológicos e técnicos — do mesmo modo como idealizava as reformas urbanas — como marcas concretas de progresso e de modernidade; entretanto, tais melhorias eram, na visão bilaquiana, apenas de aplicação imediata, não conseguindo o cronista antever a importância de sua existência na manutenção do progresso no futuro.

A crônica de setembro de 1907 demonstra com clareza a concepção um tanto limitada de Bilac sobre a importância dos novos inventos como forma de se manter o contínuo desenrolar da modernidade. Nesta citada crônica fica evidente como, contraditoriamente, mesmo aqueles que faziam parte da sociedade que se impunha o moderno mostravam-se, em alguns momentos, arredios, ou confusos, frente às novas tecnologias de comunicação. Olavo Bilac, apesar de compactuar com a tendência modernizante de *Kosmos* e também como defensor incansável da modernização física do ambiente urbano, colocou-se pouco interessado sobre o fascínio técnico dos novos tempos:

Já há na Avenida Central quatro ou cinco cinematógrafos; e além das casas especialmente destinadas para esses espetáculos, já a mania cinematográfica invadiu todos os teatros e tomou conta de todas as paredes e de todos os andaimes em que é possível estirar um vasto quadrado de pano branco. Há alguns anos, aconteceu o mesmo na rua do Ouvidor com os fonógrafos. De cada porta irrompia a voz esganiçada de uma máquina falante ou cantante; eram urros, gemidos, garganteios frenéticos, imprecações, ganidos, cacarejos, miados, latidos, mugidos, arrulhos, guinchos, berros, grunhidos! E a mísera rua do Ouvidor parecia uma galeria do Inferno cheia de condenados e réprobos, prisioneiros em caldeiras de pezo fervente, vociferando maldições e pedindo misericórdia!⁴⁴⁹

Ao comentar rapidamente a invenção do cinematógrafo, o jornalista mostrou-se indiferente e pouco preocupado em entender as aplicações futuras do invento. Para o cronista, a novidade somente serviria para o ócio dos desocupados e para manchar a beleza da Avenida Central, que ficaria tomada por desclassificados inebriados com as projeções do novo aparelho imagético:

⁴⁴⁸ Cf. DIMAS, op. cit., p.55-56.

⁴⁴⁹ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, setembro de 1907. p. 1, 1. col.

Agora, depois dos fonógrafos da rua do Ouvidor, os cinematógrafos da Avenida Central... E, daqui a pouco, não poderemos dar um passo pela cidade, sem encontrar diante dos olhos um desses lençóis alvos em que as cenas da vida humana aparecem deformadas pelo tremor convulsivo da fita, e onde as figuras de homens e mulheres aparecem atacadas de *delirium tremens* ou de coreia, numa trepidação epilética... Como se a vida humana real já não fosse um espetáculo aborrecido e abominável e ainda tivéssemos a necessidade de vê-la infinitamente reproduzida pelas paredes!

[...]

Cada ano traz ao Rio de Janeiro e ao Brasil uma nova mania predominante. Depois das conferências e dos cinematógrafos, há de aparecer outra coisa, que talvez seja melhor, mas que sempre havemos de estragar pelo abuso. Qual será a mania predominante de 1908?⁴⁵⁰

Nos trechos acima, Olavo Bilac — por meio da elaboração de imagens hiperbólicas como uma curiosa “trepidação epilética” e um “tremor convulsivo” — explicaria a recepção do espetáculo da reprodutibilidade técnica⁴⁵¹ ocasionado pela chegada dos fonógrafos e cinematógrafos no Rio de Janeiro pelos cidadãos comuns não apenas como um modismo passageiro mas, principalmente, como perturbador do panorama urbanizado da Avenida Central. Olavo Bilac não entenderia que aquele “lençol alvo” em que a vida humana aparece por meio da projeção “infinitamente reproduzida” não era meramente a deformação do real, mas a prova concreta da incipiência da maior manifestação estética oriunda do século XX, a magia dos cinemas. Para o jornalista bastaria saber que aquela novidade poderia colocar em risco a beleza do cenário carioca em transformação. Em *Tempos eufóricos*, Antonio Dimas comentaria a postura contraditória de Bilac frente à consolidação do cinema:

Em 1907, na única crônica em que alude ligeiramente ao cinema, a opinião de Bilac não é nada favorável ao novo invento. Antes, mostra-se irritado diante do engenho ainda gatinhante, cuja precariedade técnica expunha indiscretas fissuras e excitava o povo que se aglomerava nas calçadas largas da Avenida Central, embaçando sua elegância.⁴⁵²

Por esta crônica ratifica-se, destarte, como Bilac foi, no calor da hora, pouco capaz de sentir a importância futura dos novos instrumentos audiovisuais para os meios de comunicação de massa em sua época. De forma geral, quiçá involuntariamente, a

⁴⁵⁰ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, setembro de 1907. p. 1, 1. col.

⁴⁵¹ Publicado pela primeira vez em 1936, o ensaio *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, de Walter Benjamin, pondera, pertinentemente, sobre a possibilidade da existência da obra de arte na era da cópia e avança possíveis novas potencialidades artísticas decorrentes da reprodutibilidade técnica, que teria na fotografia seu maior ícone. Cf. BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: ADORNO et al. *Teoria da Cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

⁴⁵² DIMAS, op. cit., p.65.

postura bilaquiana pretendia menosprezar as potencialidades culturais e sociais inerentes aos novos inventos. Para o cronista, ingenuamente, os novos meios de comunicação não passariam de simples mania passageira e sem funcionalidade eficaz na rotina carioca. Na concepção bilaquiana, as recentes tecnologias serviriam apenas para comprovar o progresso, o moderno e a civilização no presente próximo. E, ao privilegiar a ideia de progresso atrelada ao endosso das reformas urbanas e limitar a análise mais incisiva sobre as novas tecnologias, o cronista, além de manter uma discussão superficial, pecaria ao deixar de antever as aplicações futuras e as consequências culturais e sociais advindas destes novos artefatos.

Como um orientador social que comentava os mais variados objetos que importavam à sociedade urbana da época, para Olavo Bilac, as críticas mais contundentes estavam apenas na ordem do dia quando diziam respeito aos rescaldos da tradição de um Rio colonial, como o abominável Carnaval e a Festa da Penha, resquícios culturais de um Rio de Janeiro ainda folclórico, ao menos na opinião bilaquiana demonstrada na revista. E no interior destes temas, mais uma vez, Bilac semearia contradições. O Carnaval seria motivo, ao menos, para duas crônicas do jornalista em *Kosmos*. Em nenhuma delas o cronista se empenharia em perceber a importância dos festejos carnavalescos como uma manifestação autêntica da cultura do brasileiro. No terceiro número de *Kosmos*, em março de 1904, Bilac já revelaria sua incompreensão frente à festa popular:

Quando apareceu o segundo número de *Kosmos*, há um mês, ainda havia nas ruas, como remanescentes do folguedo carnavalesco, alguns *confetti*, esquecidos pelas vassouras da limpeza pública. A cidade tinha um aspecto fatigado e triste, um ar de quem passou a noite na orgia.⁴⁵³

Neste excerto nota-se, além do tom emocional do cronista ao mencionar a sujeira da cidade no pós-Carnaval, a equivalência da festividade a um ritual de licenciosidade sexual. Em seu discurso, a encenação bilaquiana tinha como fim contrastar uma incongruente face alegre e libertina das comemorações carnavalescas com uma imaginável representação da tristeza posterior ao festejo. Deste modo, a oposição alegria *versus* tristeza manipulada por Bilac colaboraria no esvaziamento do valor social do tão tradicional folguedo. Na mesma composição, o cronista não se empenharia em tentar aceitar o entrudo e para tanto recorreria a um possível pendor lascivo da festa para justificar tão declarada aversão:

Já é tempo de inventar qualquer coisa nova. Chega a parecer absurdo que ainda se mantenha essa antiga usança de procissões báquicas, escandalosamente ostentando pela cidade, com aplausos de todos, o triunfo

⁴⁵³ BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904. p. 2, 1. col.

insolente das hetairas. Creio que, de todas as cidades civilizadas, o Rio de Janeiro é a única que tolera essa vergonhosa exibição. Em todas as outras capitais, o vício é cultivado e adorado portas adentro. Nada impede que, nos teatros e nos bailes, haja saturnais carnavalescas, em que a folia se exaspere até invadir o domínio da alucinação furiosa. Mas é revoltante que essas orgias transbordem para as ruas, em cortejos eróticos, aos quais, por uma incrível e criminosa tolerância, concorrem as bandas de música da polícia e do exército, com os soldados fantasiados, abrindo o préstito glorificador da indecência e da prostituição.⁴⁵⁴

Ao hiperbolizar o caráter promíscuo e bestial do festejo, cujo cenário foi sintomaticamente comparado às orgias da idade média e às saturnais romanas, Bilac não pouparia esforços em ampliar sua insatisfação e menosprezo frente às manifestações populares. Afinal, nestas épocas, as ruas recentemente reformadas ficavam tomadas por cordões carnavalescos nos quais os foliões, liberados de qualquer formalidade, se entregavam à algazarra e à folia. Vistas pelo cronista como festas promíscuas e desordeiras, Bilac, nesta crônica, projetaria para o cauto leitor um cenário bárbaro. Ao manipular a escolha vocabular — empregando termos como “usança”, “vício”, “alucinação”, “cortejo”, e manejar as variações verbais de “cultivar” e “adorar” — o cronista elaboraria seu discurso baseado em imagens grotescas de rituais de feitiçaria e de religiões pagãs. No claro intento de mistificar a folia tão típica do país e proteger o centro carioca da euforia carnavalesca, o cronista habilmente introduziria no leitor este discurso subliminar manipulado. Afinal *Kosmos* não estava no mercado para proclamar os ambientes populares e simplórios — que eram a “pedra no sapato” de uma elite ansiosa por um verniz cosmopolita — e ainda abundantes para uma elite que se queria branca, civilizada e europeizada.

Da leitura desta crônica resta a imagem de um Bilac não apenas interessado em proteger da depredação popular as ruas cariocas recém-urbanizadas como também avesso às tradições mais genuinamente nacionais. Na mesma crônica de março de 1904, fica claro como o cronista não era contra celebrações em geral, mas sim, contra manifestações populares vistas por ele como promíscuas e que atentavam, na sua ideologia, contra a moral e a urbanidade. Para Bilac, afeito ao cosmopolitismo, se a folia tivesse um lastro aristocrático ou mesmo europeizado, sua postura mudava sensivelmente de tendência:

Em Paris, os séquitos festivos do *Boeuf gras* e da *Mi-Carême* são pretextos para espetáculos artísticos, dignos da admiração e do aplauso de um povo civilizado. Na festa da *Mi-Carême*, sobretudo, há, além de um intuito artístico, um intuito moral. Todas as operárias da grande cidade — gente

⁴⁵⁴ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904. p. 2, 1. col.

humilde e pobre, para quem a Vida só tem trabalho e desgostos — elege uma rainha, representante legítima da corporação: no dia da festa, essa operária feliz, precedida e seguida por um longo acompanhamento faustoso de equipagens de luxo, de carros de arte, e de cavalgatas luzentes, recebe as homenagens da Cidade-Luz, gozando todas as honras e prerrogativas da sua realeza momentânea e fugaz; e há um raro e comovedor encanto nessa apoteose do Trabalho, da Honestidade e da humilde Beleza... Não sei se no Rio de Janeiro seria possível organizar uma festa como essa. Mas sei que as nossas festas carnavalescas são indecorosas, na sua parte pública. Seria bem melhor que essas exibições se fizessem a portas fechadas. O estruído era uma brincadeira funesta e selvagem: mas era mais inocente do que a bacanal nas ruas.⁴⁵⁵

Para Bilac, para além da elegância dos frequentadores dos tradicionais festivais franceses, como o *Bouef gras* e a *Mi-Carême* que — apesar de clássicas festas populares — tinham um “intuito artístico e moral” já que possibilitavam a ascensão social, mesmo que temporária, de operárias, numa manifestação ao trabalho e à honestidade, no Brasil e, principalmente, no Rio de Janeiro, o Carnaval não tinha essa conotação construtiva e não tinha ainda seu fim na elevação moral dos participantes. Desta feita, ao menosprezar o estruído, mais uma vez, Bilac conduziria sua crônica na tentativa de propor um verniz moral ao seu discurso, mas também, e sobretudo, evidencia-se o poder do cronista em manipular as entrelinhas do texto de acordo com suas conveniências. Em outras palavras, “Crônica” servia ao poeta-jornalista como um filtro adequador da realidade, pois permitia a seu autor, por conta do caráter áulico da revista, tratar os fatos a serem divulgados aos leitores, ou seja, selecioná-los segundo sua maneira e conforme convinha ao periódico.

Por outro lado, e sem deixar de ser fato curioso, assim como para Olavo Bilac, o Carnaval também seria um tema contraditório no discurso barretiano. Apesar de a *Careta* dar muito espaço para as demonstrações populares, o autor não soube bem assimilar a manifestação mais típica da cultura popular brasileira, apesar de não imprimir na imoralidade e na chulice sua aversão ao folguedo, tal como fez Bilac:

Atribuo em parte ao meu avanço no tempo, se uma tal coisa se pode dizer, o aborrecimento que me causa o carnaval atualmente. Nunca fui carnavalesco...⁴⁵⁶

Embora profundo conhecedor do fenômeno social e com uma vasta obra impregnada de sentimento humano, a leitura parcial e ambivalente de algumas questões

⁴⁵⁵ Idem. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904. p. 2, 1. col.

⁴⁵⁶ BARRETO, Lima. Sobre o carnaval. In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.2. p.137.

basilares na evolução moral e social da nação, de certa forma, fragmentou a imagem coesa de cidadão e de escritor consciente de seu papel e da realidade circundante. Com o carnaval não seria diferente. Na edição de 14 de janeiro de 1922, Lima Barreto exemplificaria como o carnaval, apesar de sua importância popular, não lhe significava nada, nem ao menos, uma manifestação artística:

Entrou o ano, entrou o carnaval; e acontece isto por este Brasil em fora. O carnaval é hoje a festa mais estúpida do Brasil. Nunca se amontoaram tantos fatos para fazê-la assim. Nem no tempo do estruendo, ela podia ser tão idiota como é hoje. O que se canta e o que se faz, são o supra-sumo da mais profunda miséria mental.⁴⁵⁷

Ao relacionar o carnaval com a estupidez, a idiotice e a miséria mental, Lima Barreto esvaziaria de sentido o ritual carnavalesco como típica forma de expressão da cultura carioca. Sempre ligado ao povo e aos seus costumes e vendo na aceitação da pluralidade social o caminho para a formação de uma nação mais igualitária e de cidadãos justos, Lima pecaria ao deixar de interpretar o carnaval como um dos rituais mais típicos e identificáveis na sociedade brasileira e mais especificamente carioca. Cabe aqui chamar a atenção também para o fato de que o samba, cujo berço foi a zona boêmia e popular do Rio de Janeiro, também nunca seria bem aceito pelo cronista.

Entretanto, por outro lado e a despeito de no conjunto de suas crônicas para *Careta* nutrir certa antipatia pelo festejo popular, em momentos esporádicos, Lima soube demonstrar consideração, em específicas ocasiões, pelos costumes e tradições da cultura autóctone.⁴⁵⁸ Todavia é importante deixar evidente que o repentino apreço não representava uma transformação na ideologia barretiana. A partir da lucidez e da indignação que lhe eram peculiares, Lima interpretaria favoravelmente o carnaval somente quando este representasse uma experiência fundamental como forma de defesa das liberdades individuais do cidadão. Esta postura cidadã ficaria evidente ao trabalhar a comunhão dos cariocas pelo carnaval, em crônica de 1915:

O carnaval é a expressão da nossa alegria. O ruído, o barulho, o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enchem de prazer.

⁴⁵⁷ Idem. O pré-carnaval. In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.2. p.489.

⁴⁵⁸ Algumas considerações sobre o carnaval e festas populares foram baseadas na leitura do seguinte volume: *Sobre crônicas, cronistas e cidade*: Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac: 1900-1920. Cf. NUNES, Radamés Vieira. *Sobre crônicas, cronistas e cidade*: Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac: 1900-1920. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008. p.160.

Todos nós vivemos para o carnaval. Criadas, patroas, doutores, soldados, todos pensamos o ano inteiro na folia carnavalesca.⁴⁵⁹

É importante insistir que, se a adesão aos festejos carnavalescos não era a opinião constante de Lima Barreto, ao idealizar uma festa de rua que agregasse, pela música e pela alegria, públicos tão disparees quanto criadas e patroas, o cronista parecia acreditar na ilusão momentânea de que as pessoas, graças à folia, esqueciam suas diferenças e seus preconceitos e bailavam, em harmonia, ao estrondo carnavalesco. Intrinsecamente, o que parece ser a razão da adesão temporária de Lima aos festejos carnavalescos se origina na tentativa do cronista em manifestar como o carnaval era, em sua origem, um festa popular, isto é, de comunhão da população, na qual as distinções de classe e raça dariam lugar ao conagraçamento dos cidadãos. Ao aproximar, pela crônica, patrões e empregadas, doutores e soldados, Lima não queria manifestar um possível apreço pelo carnaval ou desvio de sua conduta não-conformista. Na realidade, o cronista tentava contradizer o discurso oficial que condenava as práticas populares como índices de barbárie, de concupiscência e de violência. Deste modo, não era contra a celebração carnavalesca propriamente que Lima vociferava, mas sim, contra a tentativa subliminar de se institucionalizar um carnaval dito civilizado, apartado da população comum, de versão europeia, feito de arlequins e colombinas, sem batuques e sem fantasias tipicamente nacionais. Novamente seria a luta contra um Rio de Janeiro esnobe que o levava a se colocar contra a corrente.

Assim, da leitura das mais de 250 composições assinadas por Lima Barreto para a *Careta* fica evidente como a escrita do cronista não apenas encontrou na linguagem engajada a maneira eficaz de se instaurar como também seus textos atestam um intelectual posto a serviço de sua cidade e de seus cidadãos mais ordinários. A cidade erigida pelas crônicas barretianas era feita de gente comum e na maioria das vezes oprimida pela imposição de costumes e posturas estranhas ao gosto e ao temperamento carioca.

De sua literatura militante em *Careta* avultam posicionamentos coerentes sobre os desmontes arbitrários ocorridos no centro carioca, reflexões sobre o descaso com os subúrbios e opiniões ferozes sobre os mandos e desmandos de uma República democrática para poucos. A cidade textual de Lima era feita às margens do cosmopolitismo e, a despeito da suposta falta de elegância e correção, seu texto, carregado de informalismo gramatical e bem realizado na ironia, seria sempre posto a serviço da visão analítica do país e da política

⁴⁵⁹ BARRETO, Lima. O morcego. In: Idem. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1. p.137.

vigente. Se para Lima a imposição do progresso falsificou a miséria e oprimiu o povo anônimo, seu trabalho na *Careta* traz ao conhecimento o conturbado Brasil da primeira República:

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regímen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral?⁴⁶⁰

No contrafluxo do discurso oficial e questionando a todo o tempo os rumos incertos do regime, Lima desnudaria, para seus leitores da *Careta*, o conflituoso universo instaurado pela República. Ao propor muitas vezes a dúvida para aqueles que davam como certa a disposição intransigente do governo, Lima explicaria os fetiches impostos pela *Belle Époque* e interpretaria pela crônica a visão limitada da sociedade da época. Ao fim, o que emerge do entendimento da colaboração barretiana para a *Careta* é a sua constante luta pela cidadania, entendida como participação do povo na formação de uma nação justa e igual.

Embora incorporasse um analista social que sempre combateria o julgamento preconceituoso da elite e apesar de se colocar como um dos últimos opositores à descaracterização carioca e ao carrossel de modernidade sem lastro em nossas origens, Lima Barreto deixaria em seus discursos outras provas que apontam para contradições em sua ideologia. De sua posição não conformista e até mesmo antiburguesa, Lima Barreto semeou contrassensos em outra de suas posturas públicas. Apesar da notória voz crítica, do comprometimento em recriminar a elites locais empenhadas em transmitir uma imagem de nação “branca” e “civilizada” a todo custo, algumas posições do discurso do criador das sátiras à “República dos Bruzundangas” e ao “Reino do Jambon”⁴⁶¹ contradizem boa parte da concepção de literatura empenhada barretiana, tão difundida por estudiosos de sua obra jornalística e ficcional.

Para além do Carnaval, Lima Barreto fez vista grossa para outros importantes sintomas da evolução social em andamento como, o mais graves de todos, a emancipação e ascensão profissional feminina. O Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, caracterizava-se como o lugar privilegiado para as transformações políticas, culturais e sociais advindas com o cosmopolitismo. O futebol seria, certamente, um dos símbolos desta vertiginosa transformação alavancada nos “anos loucos” da Capital Federal.

⁴⁶⁰ Idem. 15 de Novembro. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1921.

⁴⁶¹ Sintomaticamente, nestas duas obras Lima Barreto desmistificaria a face superficial do cosmopolitismo da *Belle Époque*, já que nas citadas composições o Brasil apareceria como uma sociedade bizarra, “onde os valores e as referências operavam, às avessas”. Cf. SEVCENKO, op. cit., p.224.

Em diversas ocasiões, a *Careta* foi palco para Lima comentar sua opinião crítica em relação ao esporte:

Das coisas elegantes que as elegâncias cariocas podem fornecer ao observador imparcial, não há nenhuma tão interessante como uma partida de *football*.

É um espetáculo da maior delicadeza em que a alta e a baixa sociedade cariocas revelam a sua cultura e educação.

Num círculo romano, com imperadores, retíários, vestais e outros sacerdotes e sacerdotisas, não se poderiam presenciar aspectos tão interessantes, cousas tão inéditas como nas nossas arenas de jogo do pontapés na bola.⁴⁶²

O novo esporte importado da Grã-Bretanha definitivamente causaria revolta e despertaria o tom irônico e virulento nas crônicas barretianas. Em meio ao discurso laudatório impresso na maioria dos jornais da época que equiparava o futebol a uma verdadeira e heroica batalha campal, o cronista não conseguiria entender o esporte como uma atividade de comunhão entre os homens. Para Lima, além de mais um capricho soberbo da elite elegante carioca, o futebol, na opinião barretiana, representava a intensificação da ignorância, da grosseira e da irracionalidade que distanciaria ainda mais o povo de uma verdadeira evolução moral.

Desta feita, se uma de suas ambições sempre foi a de dar um sentido prático a sua literatura, através da abordagem de temas vinculados ao cotidiano citadino e à atualidade, Lima Barreto curiosamente não soube compreender ou assimilar a crescente onda do esporte bretão e a importância social decorrente dele. Corrobora a afirmação Brito Broca:

É realmente uma singularidade o fato de Lima Barreto, o romancista mais visceralmente carioca, que mais se identificou com a alma popular da cidade onde nasceu e sempre viveu, ter hostilizado o Futebol e o Carnaval [...]. Se o Futebol desperta, sem dúvida, o mesmo entusiasmo em toda a parte, no Rio de Janeiro, esse entusiasmo apresenta talvez características específicas. E quanto ao Carnaval e o samba não é preciso acrescentar que constituem produtos essencialmente cariocas...⁴⁶³

É preciso acrescer que a aversão barretiana pelo futebol se explicava pela dificuldade de Lima em localizar no esporte raízes populares. De origem inglesa, o futebol, ou “bolapé” na ironia barretiana, ao chegar ao Brasil, era apenas praticado, e até mesmo permitido, pelas camadas ricas da sociedade. Clubes precursores do esporte no país, como o

⁴⁶² BARRETO, Lima. Uma partida de *football*. *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.

⁴⁶³ BROCA, Brito. *Naturalistas, parnasianos e decadentistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p.364-365.

Fluminense do Rio de Janeiro, não permitiam que jovens negros ou mulatos e tampouco pobres e suburbanos participassem dos times e dos campeonatos recém-criados no Brasil:

Empolgando a rica mocidade carioca, o futebol mostrava ter ainda, nos seus primeiros anos na cidade, um caráter restrito. Longe de ser um esporte nacional, o jogo era praticado majoritariamente por jovens endinheirados que iam fazendo dele um misto de diversão e de distinção...⁴⁶⁴

Crítico contumaz da cidade de fisionomia engalanada que se transformava, aos poucos, o cenário carioca, Lima Barreto culpava uma suposta violência e brutalidade inerente ao jogo bretão como motivo para sua birra com a prática esportiva tão em voga já naquela época:

Não é possível deixar de falar no tal esporte que dizem ser bretão. Todo dia e toda a hora ele enche o noticiário dos jornais com notas de malefícios, e mais do que isto, de assassinatos. Não é possível que as autoridades policiais não vejam semelhante cousa. O Rio de Janeiro é uma cidade civilizada e não pode estar entregue a certa malta de desordeiros que se querem intitular *sportmen*. Os apostadores de brigas de galos portam-se muito melhor. Entre eles, não há questões, nem rolos. As apostas correm em paz e a polícia não tem que fazer com elas; entretanto, os tais de *footballers* todos os domingos fazem rolos e barulhos e a polícia passa-lhes a mão pela cabeça. Tudo tem limite e o *football* não goza do privilégio de cousa inteligente.⁴⁶⁵

Lima Barreto não conseguiu antever a força que futebol teria em terras tupiniquins. Esporte, na atualidade, considerado um dos símbolos do país, o futebol fez de Lima o grande paladino de seu combate. Foi cético e irônico com o jogo e não soube, como um bom colunista de jornal, antecipar e avaliar tendências nem ao menos conseguiu prever coerentemente que o futebol, para além de suas raízes bretãs e violentas, tornar-se-ia parte da personalidade do brasileiro, espécie de identidade nacional. Embora sejam notórias certas antecipações avançadas em sua escrita, principalmente a linguagem solta das amarras eruditas, em outras posturas Lima Barreto manteria o conservadorismo que destoa claramente do conjunto de sua obra.

A despeito das contradições encontradas no interior dos discursos de Olavo Bilac e de Lima Barreto, que muito dizem sobre os caminhos e descaminhos que suas escritas percorreram como intérpretes de um tempo de transformações, é preciso entender

⁴⁶⁴ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. O jogo dos sentidos: Os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (Org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 195.

⁴⁶⁵ BARRETO, Lima. *O football. Careta*. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1922.

que a posição bilaquiana sobre o processo de Regeneração e exposta pela pena do jornalista na *Kosmos* se pautava na sua “verdade pessoal”, ou seja, naquilo que se constituía verdade a partir da lógica própria do parnasiano, e que muitas vezes por ser interpretada como elitista. Entretanto, é preciso sempre relativizar as opiniões bilaquianas. Ao se colocar como um paladino das reformas e do cosmopolitismo carioca, o jornalista realmente acreditava que aquele processo modificaria a cidade carioca para melhor em todos os níveis urbanos e sociais. Se a defesa quase intransigente dos desmontes cariocas pode hoje delinear um perfil até mesmo bajulador para Bilac, no calor das reformas urbanas elas tinham razão de ser. Não apenas estética, a reordenação da malha urbana significava para Olavo Bilac a melhoria da condição sanitária da sociedade e, sobretudo, a abertura para novos investimentos estrangeiros num mundo que começava a se globalizar. No tocante à produção barretiana, com o olhar já um tanto afastado e, portanto, livre de paixões de momento, o Bota-Abaixo, para o mulato suburbano, pouco imprimiu melhorias concretas para um conjunto amplo de cidadãos cariocas. Se para Bilac o progresso urbano significaria a conquista concreta da civilização, para Lima, em outro extremo, o progresso somente teria valor como um pilar de civilidade, embora para ele, as picaretas apenas entoavam naquele momento a marcha de depuração e seleção social. No entanto, não se pode heroicizar Lima Barreto por sua postura aguerrida nem tampouco culpar Olavo Bilac pelos desmandos da reurbanização carioca descritos em seus louvores. Eles não deram a primeira marretada que demoliu o centro velho nem ao menos ampararam os escombros que desfiguraram a cidade. Agiram, no entanto, com arma mais leve e poderosa. Deixaram para a posteridade seus discursos que são, senão um documento literário fiel da história daquele tempo de transformações, verdadeiros espelhos de consciências críticas que revelam acima de tudo, a despeito das discordâncias que os separam, paixão e compaixão pela paisagem mutante carioca no limiar da modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo existe uma relação entre eles.

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Ítalo Calvino in Cidades invisíveis

As epígrafes acima são sintomáticas do poder inerente ao discurso literário produzido sobre e a partir das urbes: a capacidade de compreender a sociedade através da leitura e da representação do espaço urbano. Num plano mais explícito, em *As cidades invisíveis*, de Ítalo Calvino, o desbravador veneziano Marco Polo apresenta minuciosamente para Kublai Khan, imperador de largos territórios, todas as cidades que já visitara. Fazendo de Polo seu filtro para o mundo, o soberano Khan deseja montar um império perfeito a partir das narrativas que ouve do conquistador italiano. Ao descrever as mais de cinquenta cidades — todas elas com misteriosos e sensuais nomes femininos — pelas quais teria passado Marco Polo, Calvino delinea para o leitor a cidade como um índice mítico, fluido e onírico, no qual a imaginação e a memória de cada um que a lê guiam-no na construção da sua

particular cidade ideal. Neste livro, a cidade — de construção física — deixa de ser mero conceito geográfico para se tornar símbolo do fascínio sobre a mitologia urbana.⁴⁶⁶

Contudo, para a concretização deste sonho urbano, quem, assim como Marco Polo, engendraria discursos que dessem conta da cidade moderna, tão fragmentada e tão contraditória? Quem decifraria os meandros da cidade e de seus entornos?

Conforme ensina Angel Rama, caberia à metrópole moderna, como anteriormente comentado, desenvolver, por meio de linguagem própria, duas “cidades” diferentes e superpostas:

[...] a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação, e a simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar e um labirinto dos signos que só a inteligência raciocinante pode decifrar, encontrando sua ordem.⁴⁶⁷

A cidade real seria a edificação movente, convulsionada pelo trânsito e pela poeira das construções, alterada constantemente pelas demolições, feita pelo vai e vem de desconhecidos em seu ritmo sempre acelerado e mutante. A outra cidade seria aquela construída por símbolos, correspondente à ordem dos signos, a cidade idealizada e não concreta. Invariavelmente, a primeira seria subordinada a esta última, única preparada para interpretar as suas múltiplas e fragmentadas significações. A “domesticação” da cidade simbólica, por sua vez, somente se realizaria através de um grupo social especializado, formado por intelectuais encarregados da missão civilizadora de conceber a cidade ideal e dominar a cidade real.

A partir da cidade real, o Rio de Janeiro, e elegendo como fontes primárias crônicas que tematizaram esta urbe em sua relação tensa com o universo moderno que se prefigurava, a pesquisa tentou entender as representações textuais da cidade construídas a partir dos posicionamentos literários e ideológicos dos intelectuais Olavo Bilac e Lima Barreto. Ambos, embora a partir de periódicos com dessemelhantes propostas, esquadriharam o universo urbano de uma mesma cidade.

Olavo Bilac, em suas crônicas, construiu a cidade como vitrine e como lugar por direito do homem moderno, enquanto Lima desconstruiu essa imagem ao mostrar,

⁴⁶⁶ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴⁶⁷ RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p.53.

no avesso e em suas bordas, como na realidade a cidade dita moderna segregava e selecionava seus habitantes. O parnasiano via o Rio de Janeiro como o passaporte para o seletor grupo das nações civilizadas enquanto o mulato achava a cidade opressiva e superficial. Assim, no confronto das opiniões de ambos, o Rio de Janeiro foi arquitetado pelas crônicas de *Kosmos* e da *Careta* e construído textualmente pelas ideologias de Bilac e de Lima.⁴⁶⁸ Ao cabo da pesquisa, percebe-se que a despeito do relativo afastamento temporal que separa os dois autores, ambos, com rara habilidade intelectual e rigor sociológico, captaram as vozes uníssonas e dissonantes do seu tempo. Cabe ainda mencionar que ambos trataram, sim, de um mesmo assunto. De perspectivas diferentes, em veículos diferentes e voltados a públicos diferentes, tanto Bilac quanto Lima Barreto escreveram sobre e para o Rio de Janeiro. Bilac se postou *pari passu* com a euforia remodeladora da cidade, e *Kosmos* facilitou sua empreitada. Lima assistiu de longe o quebra-quebra da cidade e tentou assimilar, pela *Careta*, suas consequências.

A transformação da cidade — a partir do desmonte do Morro do Castelo e da abertura da Avenida Central, seja ainda a modernidade advinda da reelaboração do espaço urbano e do advento de novas práticas sociais, ou ainda mesmo com os novos fetichismos vindos no embalço do aroma cosmopolita — impôs tomadas de partido aos dois autores. Olavo Bilac ao edificar em *Kosmos* a cidade civilizada e ideal e Lima Barreto ao trazer à tona dos escombros do Bota-Abaixo a cidade atrasada e real na *Careta* fizeram do Rio de Janeiro de sua época o espaço privilegiado para o debate sobre a modernidade e sua associação com o urbano. Nas crônicas de Bilac e de Lima vê-se o confronto e o julgamento entre o moderno e o atrasado, entre o centro e o arrabalde, entre o progresso e a tradição, entre a civilização e o ranço colonial, entre a cenografia das fachadas e o descaso urbano.

Seria fácil tentar demonizar Bilac por sua postura por vezes autoritária, intransigente e compactuada com as fileiras republicanas. Da mesma maneira, seria conclusão rasa heroizar Lima Barreto por seu caráter iconoclasta, inconformista e sempre pronto a confrontar as medidas urbanas e sanitárias e suas consequências sobre a população menos assistida da cidade. Não era essa a intenção da pesquisa tampouco era intento classificar, se é que isso é possível, o melhor entre os dois cronistas. Na realidade, a vontade de entender um Rio de Janeiro complexo foi o norte deste trabalho. Compreender ainda de

⁴⁶⁸ Para a conclusão desta pesquisa foi essencial a leitura da Dissertação de Mestrado intitulada *Sobre crônicas, cronistas e cidade: Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac: 1900-1920*. Cf. NUNES, Radamés Vieira. *Sobre crônicas, cronistas e cidade: Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac: 1900-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

que forma a literatura e o jornalismo compactuados trabalharam para traduzir, em crônicas, as mudanças em curso naquela época. Assim, o fio condutor desta pesquisa se originou na relação e nos entrecruzamentos possíveis que aproximaram a literatura e a experiência urbana carioca nos decênios iniciais do século XX. Para tanto, a imprensa e sua configuração serviram, sobretudo, como forma de entendimento do padrão jornalístico da época.

Pela *Kosmos*, Bilac pôde concluir seu itinerário civilizatório em defesa de sua declarada paixão pelo Rio de Janeiro. A engenhosidade de sua escrita, lapidada em anos de trabalho jornalístico e burilada no exercício de sua poesia, permitiu ao poeta-jornalista contemplar o Rio de Janeiro sem se comprometer com os altos escalões municipais e federais, que lhe foram sempre fiéis. Por amar a cidade do Rio de Janeiro e acreditar que a simples abertura da Avenida Central e o alargamento de outros tantos logradouros seriam a realização de seus auspiciosos sonhos urbanísticos, Bilac se fez, em *Kosmos*, um exímio mestre de cerimônias que prepararia o leitor para a euforia cosmopolita em andamento. Apesar de muitas vezes o desencadear da modernidade e do progresso atropelar um Bilac pouco afeito à rapidez dos recentes automóveis e às distorcidas imagens cinematográficas, na revista luxuosamente ilustrada, o jornalista defenderia a visão glamourizada de um cosmopolitismo pouco habituado aos trópicos e introduzido a fórceps num cenário ainda mais colonial do que moderno. A interpretação dos textos bilaquianos da seção “Crônica”, de janeiro de 1904 a abril de 1908, convence de que a produção do jornalista em *Kosmos* serviu para orientar certo público não apenas no sentido de adesão irrestrita ao sistema, como mostra, ainda, aquele Bilac doutrinador, afinado com o modelo de intelectual a serviço do poder. Não apenas em *Kosmos* teria sido Olavo Bilac um dos sustentáculos da euforia reformista que se apossou do poder público e das elites republicanas no limiar do século XX. Em todas as suas demais colaborações jornalísticas vê-se um jornalista comprometido com o furor que contagiou a intelectualidade dourada do período. No entanto, especificamente as crônicas de *Kosmos* mostram um Olavo Bilac totalmente seguro de suas posições.

Por outro lado, a escrita barretiana reforça também a imagem da metrópole carioca como a responsável pela formação do universo da modernidade. Sua visão disfórica, subsidiada pela abertura ideológica e estilística permitida pela *Careta*, comprova como a configuração e a padronização da publicação possibilitaram e, principalmente, influenciaram Lima nas representações literárias sempre conscientes da cidade do Rio de Janeiro. Sobre os textos selecionados de Lima Barreto, percebe-se uma tomada de posição mais complexa. Lima Barreto não vivenciou como cronista o efetivo processo de remodelamento carioca.

Este afastamento temporal já sinaliza para uma observação menos aguda e passional por parte do escritor. Entretanto, mesmo afastado temporalmente das principais reformas urbanas e profiláticas cariocas, Lima vivenciou e, sobretudo, criticou com intensidade as consequências, principalmente, sociais, oriundas do remodelamento urbano que via como uma maneira política de segregação social. Assim, em textos que dialogam com o cotidiano e contra as inúmeras arbitrariedades do sistema republicano pouco democrático das primeiras décadas do século XX carioca e a modernidade ansiada por certo segmento da população, Lima escrutinou, sem meias palavras, uma sociedade corrompida e baratinada com o que se convencionou de moderno: a derrubada do morro do Castelo, as intransigências e as manobras políticas da municipalidade, a Rua do Ouvidor com suas “melindrosas” e “almofadinhas”, a Avenida Central em um extremo e o distante subúrbio de Todos os Santos em outro, as novas modas de vestuário e o crescimento do futebol como esporte das elites fizeram parte, por exemplo, do universo temático mais constante na prosa de Lima presente na revista *Careta*. Se Lima Barreto não conviveu efetivamente com as “picaretas da regeneração” do prefeito Pereira Passos, ele teve a chance de observar a cidade que tentava assimilar essa ânsia pelo progresso.

Deste modo, ao fim e ao cabo desta pesquisa, a finalidade maior foi ponderar como cada literato interpretou para seu público à disposição no periodismo da época as transformações em andamento no cenário carioca da modernização e de que modo cada um pôde, assim, revelar este novo panorama moderno em crônica. Olavo Bilac e Lima Barreto viram na imprensa e no exercício da crônica a maneira diligente de pensar sobre as reformas — concretas ou simbólicas — que ambos reputavam indispensáveis à sociedade carioca. Pela *Kosmos* de Bilac tentou-se ver um tempo falsamente auspicioso, forjado pelas modernas “picaretas da Regeneração”. Na *Careta* de Lima Barreto perseverou-se em desnudar as deformações de uma metrópole convulsionada pelo sonho de um cosmopolitismo inadequado aos tradicionais padrões nacionais. Por meio das crônicas, através de seus temas e de seus recursos e estilos retóricos, tentou-se localizar as marcas de mutação da cidade em constante contradição; com o olhar literário destes dois emblemáticos cronistas modernos tentou-se reconstruir o estereótipo da cidade moderna e cindida entre o entusiasmo e o temor emergentes dos novos tempos.

A escolha por Olavo Bilac e por Lima Barreto, à primeira vista, autores tão díspares na ideologia e no tempo, se justificou, em primeiro lugar, porque ambos viveram um período marcado por relevantes transformações políticas, sociais, econômicas e culturais no

Brasil e, especificamente, no Rio de Janeiro. Em segundo lugar e de forma mais explícita, o conjunto de crônicas produzido por ambos revela os anseios e as tensões circundantes na Capital Federal após a Proclamação da República. O regime republicano serviria ainda como temática fecunda para as manifestações literário-jornalísticas dos dois cronistas, mas, principalmente, como instrumento leitor daquele tempo. Além disso, o profundo sentimento social que emana de suas colaborações se cruza com o universo urbano carioca, estimulando a busca constante pelo entendimento de uma literatura feita para uma cidade.

REFERÊNCIAS

1. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

- ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jales de. *Dicionário Histórico Biográfico da propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV; ABP, 2007.
- ADORNO, Theodor et al. *Teoria da Cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- ALBUQUERQUE, Medeiros e. Isaías Caminha. *A Notícia*, Rio de Janeiro, 15 dez. 1909.
- ANTELO, Raúl. *Literatura em revista*. São Paulo: Ática, 1984. (ensaios, 105).
- ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére: as Cartas d'Abax'o Pigues*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- ARRIGUCCI JR., Davi. Fragmento sobre a crônica. In: _____. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 51-66.
- ARROYO, Leonardo. *Olavo Bilac*. 2 ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- ASPERTI, Clara Miguel. *Bilac e a reurbanização do Rio de Janeiro: estudo da crônica dominical da Gazeta de Notícias (1897-1908)*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 2007.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4 ed.rev. e aum. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Notas de revisão de Beatriz Resende. 8 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-1920*. Mauad X, 2007.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Obras completas*. Organização de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. 17 vv.
- _____. *Toda crônica*. Apresentação e notas de Beatriz Resende e organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2vv..
- _____. *Bagatelas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Correspondência Ativa e passiva*. Vol. I e II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Histórias e Sonhos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. *Impressões de Leitura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. *O Subterrâneo do Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.

_____. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Edição Crítica por Antonio Houaiss e Carmem Lúcia Negreiros. São Paulo: Scipione, 1997.

_____. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 5 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993. (obras escolhidas, v. I).

_____. *Rua de mão única*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. (obras escolhidas, v. II).

_____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. (obras escolhidas, v. III).

_____. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 50). p. 30-43.

_____. *Passagens*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

_____. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, Theodor et al. *Teoria da Cultura de massa*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BILAC, Olavo. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1924.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOTELHO, Denílson. *Floreal e o Jornalismo no Tempo de Lima Barreto*. In: VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006.

BRITO, Mário da Silva. *Diário Intemporal*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

BROCA, José Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

_____. *Naturalistas, parnasianos e decadentistas: vida literária do realismo ao pré-modernismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CAIRO, Luiz Roberto; AZEVEDO, Sílvia Maria; PEREIRA, Márcio Roberto (Org.). *Dispersa Memória: escritos sobre representação e memória na literatura brasileira*. Bauru: Canal 6, 2009.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. A vida ao rés-do-chão. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 13-22.

Careta. Rio de Janeiro, 1908-1922. Semanal.

CARVALHO, Affonso de. *Bilac: o homem, o poeta, o patriota*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAVALHEIRO, Edgard. *A correspondência entre Monteiro Lobato e Lima Barreto*. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de documentação, 1955.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (Org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república*. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COTRIM, Álvaro. *J. Carlos: época, vida, obra*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

CURY, M. Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista*. Tese de Livre Docência. São Paulo: FFLCH da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. 3 vol.

_____. *Tempos eufóricos (análise da revista Kosmos: 1904-1909)*. São Paulo: Ática, 1983.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2 ed. ilustrada. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. 5 vv.

ELTON, Elmo. *O noivado de Bilac (com a correspondência inédita do poeta à sua noiva D. Amélia de Oliveira)*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1954.

FANTINATI, Carlos Erivany. *O Profeta e o Escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: ILPHA-HUCITEC, 1978.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1998. 2vv.

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Lima Barreto e o fim do sonho republicano*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

Floreal. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, 25 out. 1907. Mensal.

Floreal. Rio de Janeiro, ano I, n. 2, 12 nov. 1907. Mensal.

GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre o humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em História). Assis: FCL da UNESP, 2005.

GERTH, Klaus. Satire. *Praxis Deutsch*, v.22, p.83-86, 1977. Tradução de Aluizia Hanisch e Alvaro Santos Simões Jr.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GOMES, Renato Cordeiro (Org.). *João do Rio*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GRIECO, Agripino. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Marginalia: artigos e crônicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

HANSEN, João Adolfo. Bilac crônico. *Jornal da Tarde*, p.8, 18 jan. 1997.

HIDALGO, Luciana. *Literatura da urgência: Lima Barreto no domínio da loucura*. São Paulo: Anablume, 2008.

HOUAISS, Antônio (Ed.). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da paródia: ensinamentos das formas de Arte do século XX*. Tradução de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989.

JAGUARIBE, Beatriz. *Fins de século: cidade e cultura no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

JORGE, Fernando. *Vida e obra de Olavo Bilac*. Introdução de Menotti Del Picchia. 5 ed. São Paulo: Novo Século Editora, 2007.

Kosmos. Rio de Janeiro, 1904-1909. Mensal.

LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura na escola: Bilac e a literatura na República Velha*. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LIMA, Alceu Amoroso. *Olavo Bilac: Poesia*. Rio de Janeiro: Agir, 1957 (nossos clássicos, 2).

- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. 4vv.
- LOREDANO, Cássio. *O bonde e a linha: um perfil de J. Carlos*. São Paulo: Editora Capivara, 2002.
- LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luíza (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na primeira república*. Goiânia: Editora da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Estrutura social da República das Letras (Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930)*. São Paulo: Editora da USP; Editorial Grijalbo, 1973.
- MAGALHÃES JR., Raymundo. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Editora Americana, 1974.
- MAIA, Alcides. Crônica literária. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1909.
- MARTHA, Alice Áurea Penteadó. *E o boêmio, quem diria, acabou na Academia... Lima Barreto: inventário crítico*. Tese (Doutoramento em Letras). Assis: FCL da UNESP, 1995.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de república - São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial: FAPESP, 2008.
- _____. Da fantasia à História. Folheando páginas revisteiras. *História*. São Paulo, v. 22. n. 1, p.59-79, 2003.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 93-133.
- MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos anatolinos)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- MILLIET, Sérgio. *Diário Crítico de Sérgio Milliet*. 2 ed. Introdução de Antonio Candido. São Paulo: Martins Editora, 1981. v 2 – 1944.
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et al. (Org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A; FAPERJ, 2006.
- NUNES, Radamés Vieira. *Sobre crônicas, cronistas e cidade: Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac: 1900-1920*. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

- PAES, José Paulo. *O art-nouveau na literatura brasileira*. In: _____. *Gregos e baianos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 64-80.
- PENA, Felipe. *1000 Perguntas sobre Jornalismo*. Rio de Janeiro: Editora Rio, 2005.
- PERES, Maria Theresa Miguel; TERCI, Eliana Tadeu. Revisitando a modernidade brasileira: nacionalismo e desenvolvimento. *Impulso: Revista de Ciências Sociais e Humanas*, n.29, p.137-154.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRS, 2002.
- PETERLE, Patrícia et al. (Org.). *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis: FCL – UNESP Publicações, 2006.
- PLUET-DESPATIN, Jacqueline et al. *La Belle Époque des revues (1880-1914)*. Paris: Éditions de L’Imec, 2002.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Impressões de Leitura: crítica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- RABASSA, Gregory. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- REGUEIRA, Lúcio Flávio. Quem tinha medo da *Careta?* *Comunicação*, Rio de Janeiro, n.15, p.23, 1976.
- REIS, Antonio Simões dos. *Pseudônimos brasileiros: pequenos verbetes para um dicionário*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1941. (cinco séries).
- RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas Beatriz Resende. Organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2vv.
- _____. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- _____. Profissão: Jornalista. In: BARRETO, Lima. *Toda Crônica*. Apresentação e notas Beatriz Resende. Organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- _____. Um cronista da Cidade das Letras. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 85, p. 89-100, abr.-jun. 1986.
- _____. Lima Barreto: a opção pela marginália. In: SHCWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- _____. A representação do Rio de Janeiro nas crônicas de Lima Barreto. In: CARVALHO, J. M. et al. *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

- RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Departamento Nacional do Livro, 1994.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. *História do jornalismo no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2007.
- ROSENFELD, Anatol. *Letras e Leituras*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual: as palestras de Reith de 1993*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993 (coleção História em aberto).
- _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou o amanhecer*. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- SIMÕES JR., Alvaro S. *A sátira do Parnaso: estudo da poesia satírica de Olavo Bilac publicada em periódicos de 1894 a 1904*. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.
- _____. *Bilac em versos menores: estudo crítico e histórico dos versos humorísticos de Olavo Bilac publicados na seção "O Filhote" da Gazeta de Notícias – 02 de agosto de 1896 – 28 de maio de 1897*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 1995.
- _____. A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. *O eixo e a roda*, Belo Horizonte, v 9/10, p. 239-250, 2004.
- _____. Do cárcere ao exílio: percalços do cronista Bilac (1892-1894). In: OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de et al. (Org.). *Estudos comparados de literatura*. Assis: FCL – UNESP Publicações, 2005. p.9-26, 2005.
- _____. Cleópatra prostituída ou a evocação histórica a serviço da sátira. *Revista de Letras*, Fortaleza, v.27, n.1/2, p.5-8, jan/dez. 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 1999.
- SOUSA, J. Galante de. *Machado de Assis e outros estudos*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979.
- SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de Letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VASCONCELOS, Eliane (Org.). *Lima Barreto: Prosa Seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2001.

VELLOSO, Monica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

VERÍSSIMO, José. Carta a Lima Barreto (5 de março de 1910). In: BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Correspondência Ativa e Passiva* (1º tomo). São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. Revista Literária. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 9 dez. 1907.

2. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3 ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.

_____. (Org.) *Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura e Divisão de Editoração, 1992. (Coleção Biblioteca Carioca, vol. 21).

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985.

ALBUQUERQUE, Medeiros e. *Quando eu era vivo: memórias*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

AMARAL, Amadeu. *O elogio da mediocridade: estudos e notas de literatura*. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976.

_____. Um soneto de Bilac. Conferência realizada em Jaú, no Jaú Clube, em 25 de agosto de 1920. In: _____. *Ensaios e conferências*. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1976. p. 41-65.

_____. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. In: _____. *Ensaios e conferências*. HUCITEC/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo: São Paulo, 1976. p. 3-38.

AMORA, Antonio Soares. *História da Literatura Brasileira* (Séculos XVI-XX). São Paulo: Ática, 1960.

ANTELO, Raúl. Não há vagas para os Barretos. In: _____. *João do Rio: o dândi e a especulação*. Rio de Janeiro: Taurus - Timbre Editores, 1989, p. 89-92.

ANTÔNIO, João. *Calvário e porres do pingente Afonso Henriques de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ARESTIZABAL, Irma. *J. Carlos: 100 anos*. Rio de Janeiro: FUNARTE/PUC-RJ, 1984.

ARINOS, Afonso. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

_____. Olavo Bilac. In: _____. *Ideia e tempo: crônica e crítica*. São Paulo: Cultura Moderna, 1939. p. 5-17.

- ATAÍDE, Tristão de. *Contribuição à História do Modernismo. O Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- AVERBUCK, Lúcia (Org.). *Literatura em tempo de cultura de massa*. São Paulo: Nobel, 1984.
- BAHIA, Juarez. *Jornalismo, informação, comunicação*. São Paulo: Livraria Martins, [19-].
- BARBOSA, Francisco de Assis. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Recordações do escritor Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-27.
- BARBOSA, João Alexandre (Org.). *José Veríssimo: teoria, crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse: linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.
- _____. *A leitura do intervalo*. São Paulo: Iluminuras/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- _____. Duas vertentes de José Veríssimo. In: _____. *Entre livros*. Cotia: Ateliê Editorial, 1999. p.87-114.
- BARRETO, Afonso Henriques de Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Feiras e Mafuás*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Marginalia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Numa e Ninfa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *O Cemitério dos vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. *Vida Urbana*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.
- _____. Prefácio. In: _____. *Recordações do escritor Isaías Caminha. Obras Completas*.
- BARBOSA, Francisco de Assis (Org.). São Paulo: Editora Brasiliense, 1956, 17 vv.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- BEIGUELMAN, Paula. *Por que Lima Barreto*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- BILAC, Olavo. *A defesa nacional: discursos*. Rio de Janeiro: Liga da Defesa Nacional, 1917.
- _____. *Conferências Literárias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1912.
- _____. *Crítica e fantasia*. Lisboa: A. M. Teixeira, 1904.
- _____. *Crônicas e novelas – 1893-1894*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmão, 1894.
- _____. *Ironia e piedade*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1921.

_____. *Melhores crônicas*. Seleção e prefácio de Ubiratan Machado. São Paulo: Global, 2005.

_____. *Melhores poemas*. Seleção de Marisa Lajolo. 4 ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Poesias*. 28 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1964.

_____. *Registro: crônicas da Belle Époque*. Organização, introdução e notas de Alvaro S. Simões Jr. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2011.

BILAC, Olavo; BONFIM, Manuel. *Através do Brasil: prática da língua portuguesa: narrativa*. Organização de Marisa Lajolo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BORBA, Osório. O inexplicável ostracismo de Lima Barreto. In: _____. *A comédia literária*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959. p.99-102.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *O pré-modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.

_____. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 41 ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

_____. *História do modernismo brasileiro*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Vol. 1 – Antecedentes da Semana de Arte Moderna.

_____. *A literatura brasileira*. Vol. V — O pré-modernismo. 5 ed. São Paulo: Cultrix, s.d.

_____. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 14 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BOTELHO, Denílson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998. (Clássicos; 4).

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da História Oral*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 183-191.

- _____. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et al. *Problemas do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A Miséria do mundo*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRADLEY, Duane. *A imprensa: sua importância na democracia*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
- BRANDÃO, Adelino. Olavo Bilac e o serviço militar: o homem, o artista, o patriota. S.l, s.n., 1969.
- BRANDÃO, Octávio. *Os intelectuais progressistas: Tavares Bastos, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1956.
- BRAYNER, Sonia. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 407-417.
- _____. Lima Barreto: mostrar ou significar? In: _____. *Labirinto do espaço romanesco: tradição e renovação da literatura brasileira: 1880-1920*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979. p. 145- 176.
- BRETAS, Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRITO, Mário da Silva. *História do modernismo brasileiro: Antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 3 ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1958.
- BROCA, José Brito. O noivado de Bilac. In: _____. *Pontos de referência*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, [1962]. p. 69-73.
- _____. O anônimo e o pseudônimo na Literatura Brasileira. In: _____. *Horas de Leitura*. Rio de Janeiro: INL, 1957. p.103-107.
- CAIRO, Luiz Roberto. *O salto por cima da própria sombra: o discurso crítico de Araripe Júnior: uma leitura*. São Paulo: Annablume, 1996.
- CAIRO, Luiz Roberto; MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Questões de crítica e de historiografia literária*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMINHA, Adolpho. Poeta e cronista. In: _____. *Cartas literárias*. Rio de Janeiro: Aldina, 1895. p. 185-192.
- CANDIDO, Antonio. A vida em resumo. In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 137-143.
- _____. Radicais de ocasião. In: _____. *Teresina etc*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1980. p. 77-86.

_____. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

_____. *O discurso e a cidade*. 4 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

_____. A literatura e a formação do homem. *Ciência e cultura*, São Paulo, v.24, p.803-809, 1972.

CARA, Salete de Almeida. *A recepção crítica: o momento parnasiano-simbolista no Brasil*. São Paulo: Ática, 1983.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.137-151.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção *Repensando a geografia*).

CARONE, Edgard. *A República Velha* (Instituições e classes sociais). 4 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

_____. *A República Velha – Evolução Política*. 3 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

_____. *A Primeira República (Texto e Contexto)*. 3 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.

CARVALHO, Antônio Fernando de Bulhões; REBELO, Marques. *O Rio de Janeiro do Bota - abaixo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Salamandra; Secretaria Municipal de Cultura, 1997.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Lúcia Maria Bastos (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CASTRO, Ruy. *Bilac vê estrelas*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CAVALCANTI, Oscar Macedo de Hollanda. *O artista da forma e da beleza: estudos sobre a vida e obra de Olavo Bilac*. Porto Alegre: Oficinas gráficas da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1925.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. Tradução de Marcos A. da Silva. São Paulo: Ática, 1995.

CITELI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1985.

COSTA, Ângela Marques da. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, José Fernandes. *Elogio Acadêmico de Olavo Bilac*. Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand, 1919.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COSTA, Luiz Antônio Severo da et al. *Brasil 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

COUTINHO, Afrânio (Org.). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas S.A./INL-MEC, 1972, 2vv.

COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968. 6vv.

COUTINHO, Afrânio. Prefácio da Primeira Edição. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986. v. 1. p. 4-59.

_____. Prefácio da Segunda Edição. In: COUTINHO, Afrânio (Dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968. v. 1. p. XI-LXI.

_____. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.

COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de (Dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2 ed.rev. ampl., atual. e il. sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. São Paulo: Global Editora; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 vol.

COUTINHO, Carlos Nelson. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: COUTINHO, C. N. et al. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. p.1-56.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*: notícia histórica e descritiva da cidade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. (coleção Documentos Brasileiros).

DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*: o submundo das letras no Antigo Regime. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*: uma cidade em questão II. Rio de Janeiro: Index, 1985.

DIMAS, Antonio (Org.). Introdução. In: BILAC, Olavo. *Vossa Insolência*: Crônicas. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. p. 09-19.

_____. Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo. *LITTERA*: Revista para professor de português e de literaturas de língua portuguesa, Rio de Janeiro, ano IV, n.12 – Setembro/Dezembro, p.46-51, 1974.

_____. A encruzilhada no fim do século. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina*: palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p.535-574.

DINES, Alberto. *O papel do jornal*: tendências da comunicação e do jornalismo no mundo em crise. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

DOURADO, Rosiane de Jesus. *As formas modernas da mulher brasileira – décadas de 20 e 30 do século XX*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Artes e Design, 2005.

DUNLOP, Charles J. *Os meios de transporte no Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Ministério dos Transportes, Serviço de Documentação, 1972.

_____. *Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Laemmert Ltda., 1955. vol. I.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

_____. *Mediocridade e loucura e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Com raiva e paciência*: ensaios sobre literatura, política e colonialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Instituto Goethe, 1985.

ERMAKOFF, George (Coord.). *Rio de Janeiro (1900-1930)*: uma crônica fotográfica. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Editorial, 2003.

FAUSTO, Boris. A Primeira República. In: _____. *Pequenos ensaios de história da República (1889-1945)*. São Paulo: Cadernos Cedrap, s/d. (caderno 10).

FIGUEIREDO, Carmem Lúcia Negreiros de. *Trincheiras de sonho*: ficção e cultura em Lima Barreto. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.

FIGUEIREDO, Jackson de. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Feiras e mafuás*: artigos e crônicas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

FILHO, Adolfo Morales de Los Rios. *O Rio de Janeiro Imperial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.

FONTES, Martins. Olavo Bilac, poeta cômico. In: _____. *O colar partido*. Santos: B. Barros, 1927. p. 181-259.

FORTUNA, Felipe. Quando Bilac fez rir. In: _____. *A escola da sedução: ensaios sobre a poesia brasileira*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1991. p. 09-21.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FREYRE, Gilberto. O *Diário íntimo* de Lima Barreto. In: _____. *Vida, forma e cor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987, p. 256-262.

_____. *Ordem e Progresso*. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Casa grande e senzala*. Brasília: Editora da UnB, 1963.

_____. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Editora Global, 2004.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-16.

FRIAS FILHO, Otavio. *Telescópio satírico: Lima Barreto, um mestre na periferia da República*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de jun. 2011. Folha Ilustríssima, p.3.

FUNDAÇÃO Casa de Rui Barbosa. Centro de Pesquisas. Setor de Filologia. *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro, [s.n.], 1988.

GOLDSTEIN, Norma (Org.). *Olavo Bilac*. Seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico. São Paulo: Abril Educação, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. São Paulo: Editora da FGV, 1999.

GOMES, Eugenio. A propósito de um soneto de Bilac. In: _____. *Prata da casa: ensaios de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A noite, 1953. p. 61-64.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *O cemitério dos vivos: memórias*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

_____. Lima Barreto. In: COUTINHO, Afrânio. *A Literatura no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986, p. 218-25.

GOMES, Sônia de Conti. *Bibliotecas e sociedade na Primeira República*. São Paulo: Livraria Pioneira, [19-].

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Literatura e vida nacional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUERRA, Álvaro. Olavo Bilac. In: _____. *Introdução ao estudo literário*. Contendo a biografia e estudo crítico dos mais notáveis literatos brasileiros representativos de sua época. São Paulo: Melhoramentos, [19-]. p. 163-177.

HARDOY, Jorge Henrique (Dir.). *La urbanización en América Latina*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1969.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Crítica da estética da mercadoria*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Em torno de Lima Barreto. In: _____. *Cobra de Vidro*. São Paulo: Perspectiva; Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978, p.131- 146.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-19.

HOUAISS, Antônio. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Vida Urbana: artigos e crônicas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-35.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: UFRJ-FASE, 2000.

LEVIN, Orna Messer. *As figurações do dândi: um estudo sobre a obra de João do Rio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LÉVY, Bernard-Henri. *Elogio dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LÍBERO, Nelson. *Olavo Bilac: o homem e o amigo*. Palestra feita em 11 de abril de 1960, no Museu de Arte de São Paulo. São Paulo: Anhambi, 1960.

LIMA, Alceu Amoroso. Olavo Bilac. In: _____. *Primeiros estudos*. Rio de Janeiro: Agir, 1948. p. 81-92. (obras completas, 1).

_____. *O jornalismo como gênero literário*. São Paulo: EDUSP, 1990.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-16.

LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

- LIMA, Oliveira. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-13.
- LIMA, Rogério; FERNANDES, Ronaldo Costa (Org.). *O imaginário da cidade*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. 2 vv.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer et al. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Prefácio e notas de Jamil A. Haddad. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.
- MACHADO NETO, Antônio Luís. *Da vigência intelectual: um estudo de sociologia das ideias*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968.
- MANHEIM, Karl. *Sociologia da cultura*. Tradução de Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1974.
- MARGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- MARINS, Álvaro. *Machado de Assis e Lima Barreto: da ironia à sátira*. Rio de Janeiro: Utópos, 2004.
- MARTINS, Luís. *João do Rio: uma antologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, s/d.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978. 7 vv.
- _____. *A crítica literária no Brasil*. Curitiba: Imprensa Oficial; Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, 2vv.
- MELO, José Marques de. Implantação da imprensa no Brasil. In: _____. *Sociologia da imprensa brasileira – A implantação*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 84-151.
- MENEZES, Raimundo. *Emílio de Menezes – o último boêmio*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.
- _____. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 1969. 5 vv.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MIGUEL PEREIRA, Lúcia. *História da literatura brasileira: Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *História e sonhos: contos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-16.

MOISÉS, Leyla Perrone. *Falência da crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MOISÉS, Massaud. A crônica. In: _____. *A criação literária: prosa*. São Paulo: Cultrix, 1982.

MONTEIRO, Mario. *Bilac e Portugal*. Lisboa: Agência Editorial Brasileira, 1936.

MONTENEGRO, Benjamin. Lima Barreto: escritor, negro e anarquista. In: DOMINICIS, Rafael Borges; AARÃO REIS FILHO, Daniel (Org.). *História do anarquismo no Brasil* (Volume 1). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MONTENEGRO, Olívio. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Coisas do Reino de Jambon*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-16.

MORAES, Denis (Org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAIS, Regis de. *Lima Barreto: o elogio da subversão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina: cadernos de uma menina provinciana nos fins do século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução de Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Fernão. *A Academia Brasileira de Letras: notas e documentos para a sua história (1896-1940)*. Prefácio de Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Publicações da Academia Brasileira, 1940.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: SETOR de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p. 75-92.

NÓBREGA, Humberto Galeano de. *Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: Co-editora Brasília, 1939.

NORONHA SANTOS, Antonio. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Correspondência*. Tomo I. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-15.

Nosso Século. São Paulo: Editora Abril, volume relativo a 1910-1930, p. 127, 1980.

OLIVEIRA, Ana Maria Domingues de et al. (Org.). *Estudos comparados de literatura*. Assis: FCL – UNESP Publicações, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. (Col. Repertórios).

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. (Org.). *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço*. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

PEDROSA, Milton. *Gol de letra: o futebol na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gol, 1967.

PEREIRA, Astrojildo. Romancistas da cidade: Macedo, Manuel Antônio e Lima Barreto. In: HOLANDA, Aurélio Buarque de (Coord). *O Romance brasileiro de 1752 a 1930*. Rio de Janeiro: Edição O Cruzeiro, 1952, p. 37-73.

_____. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Bagatelas: artigos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902- 1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. O jogo dos sentidos: Os literatos e a popularização do futebol no Rio de Janeiro. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo (Org). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 195-233.

PONTES, Eloy. *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. 2 vol.

PORTELA, Eduardo. *O intelectual e o poder*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

PRADO, Antonio Armoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Brasília: INL, 1976.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PRADO JR., Caio. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

_____. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1972.

QUADROS, B. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Correspondência – tomo II*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-14.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RESENDE, Beatriz (Org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

- RIBEIRO, João. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Numa e a ninfa*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. p. 9-12.
- RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- RIVAS, Pierre. *Encontro entre literaturas: França – Portugal – Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1995.
- RONCARI, Luiz. A estampa da rotativa na crônica literária. *Boletim Bibliográfico*. Biblioteca Mário de Andrade. São Paulo, v. 46, p. 09-16, jan. – dez. 1985.
- SÁ, Jorge. *A crônica*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1987. (série Princípios).
- SARTRE, Jean-Paul. *Que é Literatura?* São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- SECCO, Carmen Lúcia. *Morte e prazer em João do Rio*. Rio de Janeiro: INL, 1978.
- SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v 3.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SILVA, Hélio. *O primeiro século da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1987.
- SIMÕES JR., Alvaro S.; MARTINS, Gilberto F. (Org.). *Literatura, imprensa e sociedade: ensaios*. Marília: Poësis Editora, 2009.
- TEIXEIRA, Níncia Cecília Ribas Borges. *Imagens Literárias Urbanas: Machado de Assis e Lima Barreto, o Rio de Janeiro escrito a quatro mãos*. Tese (Doutorado em Letras). Assis: FCL da UNESP, 2005.
- VELLOSO, Monica Pimenta. *As tradições populares na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.
- WINOCK, Michel. *La Belle Époque: La France de 1900 à 1914*. Paris: Perrin, 2002.
- WISER, William. *Os anos loucos: Paris na década de 20*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

CLARA MIGUEL ASPERTI NOGUEIRA

CRONISTAS DO RIO:

o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac

(*Kosmos*, 1904-1908) e Lima Barreto (*Careta*, 1915-1922)

Volume II

Textos Complementares

ASSIS

2012

CLARA MIGUEL ASPERTI NOGUEIRA

CRONISTAS DO RIO:

**o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac
(*Kosmos*, 1904-1908) e Lima Barreto (*Careta*, 1915-1922)**

Volume II

Textos Complementares

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis — UNESP — Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em Letras. Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social.

Orientador: Dr. Alvaro Santos Simões Jr.

ASSIS

2012

CLARA MIGUEL ASPERTI NOGUEIRA

CRONISTAS DO RIO: o processo de modernização do Rio de Janeiro nas crônicas de Olavo Bilac (Kosmos, 1904-1908) e Lima Barreto (Careta, 1915-1922)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis para obtenção do título de Doutor em LETRAS (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Data da Aprovação: 04/07/2012

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROF. DR. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR - UNESP/Assis



Membros: PROF. DR. BENEDITO ANTUNES - UNESP/Assis



PROF. DR. GILBERTO FIGUEIREDO MARTINS - UNESP/Assis



PROF. DR. MAURO NICOLA PÓVOAS - FURG/Rio Grande



PROF. DR. LUIZ CARLOS SANTOS SIMON - UEL/Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10	
1. A imprensa e a crônica como espaços legitimadores da modernidade	18	
2. Olavo Bilac e Lima Barreto: a <i>flânerie</i> pela cidade cindida	22	
3. Faces cariocas: a escolha de Olavo Bilac e Lima Barreto	28	
 CAPÍTULO PRIMEIRO:		
O intelectual no limiar do século XX: os posicionamentos de Olavo Bilac e Lima Barreto		
Barreto	32	
1. Olavo Bilac: o percurso do intelectual orgânico	33	
a) Bilac, jornalista: republicano de primeira hora	37	
b) A importância da <i>Gazeta de Notícias</i>	45	
2. Lima Barreto: o percurso do intelectual combativo	55	
a) <i>Diário Íntimo</i> : a importância do viés autobiográfico na escrita barretiana	59	
b) Lima Barreto, jornalista: as instâncias consagradoras e suas <i>Impressões de Leitura</i>	69	
3. Olavo Bilac e Lima Barreto: a intelectualidade em seus extremos	78	
 CAPÍTULO II:		
<i>Kosmos</i> (1904-1909): a imprensa em prol de uma causa		91
1. Tempos modernos: a reurbanização carioca	94	
2. A vida urbana como matéria-prima	102	
3. A sacralização do espaço urbano e a Avenida Central como vitrine	110	
4. A padronização do refinamento	116	
5. Olavo Bilac: a voz catalisadora da “República das Letras” e o oráculo das reformas — os antecedentes	124	
 CAPÍTULO III:		
Revista <i>Careta</i> (1908-1922): marcas da modernização da imprensa no século XX		129
1. Nova fase de modernização: o surgimento da <i>Careta</i>	131	
2. Relevo artístico e intelectual	133	

3. A padronização a serviço da modernidade	141
4. Marcas da modernidade: a caricatura como forma de convencimento	154
5. Lima Barreto e a <i>Careta</i> : a visibilidade do público e a observação aguda da cidade	159

CAPÍTULO IV:

O Rio de Janeiro por dois ângulos: os posicionamentos de Olavo Bilac e de Lima

Barreto face ao turbilhão urbano	165
1. Sintonias e distanciamentos nos projetos políticos e literários de Bilac e Lima	174
a) Reformas urbanas: o Rio de Janeiro na vitrine ou o avesso do Rio de Janeiro	178
b) Costumes da cidade moderna: será progresso ou apenas modismo?	210
c) Cidades em destaque: Petrópolis e os ambientes elegantes	232
2. As contradições: das novas tecnologias ao carnaval com futebol	247

CONSIDERAÇÕES FINAIS

261

REFERÊNCIAS

267

Bibliografia utilizada

267

Bibliografia consultada

274

ANEXOS

287

Nota explicativa

291

ANEXO A — *Kosmos*

294

ANEXO B — *Careta*

396

Nota Explicativa

A seguir, encontram-se transcritos textos de Olavo Bilac publicados na seção “Crônica”, da revista *Kosmos*, entre 1904 e 1908, bem como crônicas de Lima Barreto publicadas na revista *Careta* do Rio de Janeiro, entre 1915 e 1922.

Bilac assumiu o posto de principal cronista da revista assim que *Kosmos* passou a circular em janeiro de 1904. Contudo, o poeta-jornalista abandonaria a colaboração mensal em meados de 1908, um ano antes do derradeiro número da *Kosmos* chegar às bancas.¹

No tocante à colaboração barretiana para a *Careta*, quando o cronista passou a contribuir, pela primeira vez, para o hebdomadário, interromperia sua antiga participação no *Correio da Noite*, periódico para o qual cedia crônicas desde o ano anterior. Esta primeira colaboração na *Careta* se estenderia até o fim de 1915 e Lima aproveitaria a oportunidade de participação em uma revista notável para comentar os mais diversos assuntos que diziam respeito à urbe carioca. Entretanto, seria a partir de setembro de 1919 que Lima Barreto voltaria de maneira constante e definitiva para a *Careta*. Seu retorno marcaria não somente sua consolidação como cronista fixo da revista, mas também como um dos raros jornalistas oposicionistas e críticos dos rumos da cidade.

No que tange à metodologia de escolha dos textos, Bilac publicou 46 crônicas durante sua participação na *Kosmos*. De todo este material, selecionamos, de modo criterioso, 33 textos. Já Lima Barreto, por sua vez, publicou semanalmente na revista *Careta* durante quatro anos aproximadamente. De todo o vasto material encontrado, mais de 250 crônicas assinadas, selecionamos, de modo ponderado, 48 textos. Acreditamos que este montante final represente de forma mais significativa e objetiva a posição dos cronistas frente aos processos de reurbanização do Rio de Janeiro.

De modo geral, todas as crônicas selecionadas se referem à temática proposta pelo trabalho: fazem parte, desta coletânea, apenas crônicas claramente alusivas aos movimentos de modernização urbana — e seus possíveis desdobramentos sociais posteriores — orquestrada pelo prefeito Pereira Passos e seus auxiliares na então Capital Federal, Rio de Janeiro. Desse modo, optamos por escolher crônicas que, de alguma forma, evidenciem não

¹ Mensalmente, Olavo Bilac colaborou como um verdadeiro editorialista de *Kosmos* — entre janeiro de 1904 e maio de 1908. Durante este período localizamos sete números que comprovam a ausência do parnasiano, por motivos de saúde ou de viagem, da sua faina mensal. Nestas ausências o pseudônimo GIL assina seis números e as iniciais L de S apenas um.

apenas o cotidiano das reformas, as quais nos anos de 1900 a 1920 ainda estavam em andamento, mas, principalmente, as consequências sociais oriundas destas mudanças estruturais impostas ao centro urbano. Assim, textos que dialogam com o cotidiano das primeiras décadas do século XX carioca e a *modernidade* ansiada por certa parte da população fazem parte da coletânea.

É importante frisar que, nas transcrições, as crônicas dos dois autores estão distribuídas de forma cronológica, sendo individualmente seguidas por referência bibliográfica completa de sua apresentação no periódico.²

Durante o tempo em que escreveu mensalmente para a *Kosmos*, Olavo Bilac sempre assinou seus textos. Na realidade, nas crônicas, o autor utilizava como assinatura suas iniciais,³ e do mesmo modo também procedemos nas transcrições. No tocante à produção barretiana, na maioria das vezes, o cronista assinava expressamente suas crônicas ou simplesmente não assinava; assim optamos por proceder da mesma forma. Nas crônicas em que o autor passa a utilizar como assinatura suas iniciais, do mesmo modo também procedemos nas transcrições. De acordo com Beatriz Resende,⁴ Lima Barreto chegou mesmo a recorrer ao uso de pseudônimos na revista *Careta*. Contudo, entre as crônicas selecionadas, esse subterfúgio não foi usado pelo cronista.

Toda a pesquisa feita na *Kosmos* e na *Careta* foi baseada na leitura e reprodução das crônicas em seu depósito original.⁵ Em sua totalidade, os destaques gráficos dos textos foram respeitados, como, por exemplo, a utilização de termos em itálico. Além disso, citações literárias, termos em línguas estrangeiras e demais vocábulos estranhos ao nosso cotidiano atual foram mantidos. Porém, atualizações ortográficas foram feitas com

² Vale ressaltar que, de modo geral, a coluna “Crônica” aparecia logo abaixo do cabeçalho da primeira página, dividida em duas colunas no rodapé da revista. No entanto, esta localização é inconstante e há certa instabilidade em sua fixação exata no periódico, chegando a ser localizada entre as páginas 3 e 5, e até mesmo na página 10. É importante lembrar que a revista *Kosmos* não tinha suas páginas numeradas. O trabalho de localização das páginas da “Crônica” assim como de outros textos foi feito manualmente e também baseado na numeração proposta por Antônio Dimas. DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos* (análise da revista *Kosmos*: 1904-1909). São Paulo: Ática, 1983. A falta de paginação também esteve presente na abordagem da *Careta*. A localização dos textos de Lima Barreto publicados no hebdomadário é inconstante e instável e a ausência de paginação contribuiu para tanto.

³ A rubrica O.B. é notoriamente conhecida como sendo de Olavo Bilac. Deste modo, não há dúvidas sobre a autoria e autenticidade da “Crônica”.

⁴ RESENDE, Beatriz. Sonhos e mágoas de um povo. In: BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. 2 vol, p. 19

⁵ Toda a pesquisa feita na *Kosmos* para o levantamento e leitura das crônicas de Olavo Bilac foi realizada através de leitura e reprodução de originais, gentilmente cedidos pela *Biblioteca Acácio José Santa Rosa*, órgão pertencente à Universidade Estadual Paulista (UNESP/Assis) e pela *Seção de Periódicos* da Biblioteca Nacional. Vale lembrar, ainda, que a revista *Careta* está disponível na internet. A Biblioteca Nacional disponibilizou a digitalização dos exemplares da revista. Entretanto, muitos números ainda encontram-se inacessíveis. Para a leitura on-line acessar: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm

o intuito de tornar mais acessível a leitura do material, tomando-se, no entanto, o cuidado de não descaracterizar o texto.⁶ De modo geral, buscou-se a uniformidade da coletânea e a manutenção da fidelidade aos textos originalmente publicados na *Kosmos* e na *Careta*.

⁶ No trabalho de transcrição das crônicas bilaquianas foram feitos cotejos entre a crônica original — presente ainda na revista — com a edição de *Bilac, o jornalista*, lançada em 2006. Entretanto, apenas 22 crônicas publicadas em *Kosmos* foram recolhidas e transcritas na íntegra pela pesquisa de Antônio Dimas. DIMAS, Antônio. *Bilac, o jornalista*. São Paulo: EDUSP, 2006. 3 vol. No trabalho de transcrição das crônicas de Lima Barreto foram feitos cotejos entre a crônica original — presente ainda na revista — com a edição das *Obras Completas* de Lima Barreto, lançada em 1956, além da comparação com a coletânea *Toda crônica*, editada em 2004.

1. *KOSMOS*, 1904-1908

CRÔNICA

Janeiro de 1904

Mais de quatro séculos nos separam do tempo em que os impressores de Mongúcia e Estrasburgo, — espalhando pela Europa algumas folhas volantes, com as notícias da guerra entre gregos e turcos e das vitórias do Sultão Mahomet II, — criaram o veículo rápido do pensamento humano, a que se deu depois este curto, mágico, prestigioso e expressivo nome: “jornal”. Aqueles boletins dos discípulos e continuadores de Guttemberg foram, de fato, o núcleo gerador desta imensa e dilatada imprensa de informação, que avassala a terra, dirigindo todo o movimento comercial, político e artístico da humanidade, pondo ao seu próprio serviço, à medida que aparecem, todas as conquistas da civilização, aumentando e firmando de ano em ano o seu domínio, — e chegando a ameaçar de morte a indústria do livro, como acabam de confessar a um redator de “La Révue” todos os grandes editores da capital francesa.

Quem está matando o livro, não é propriamente o jornal: é, sim, a revista, sua irmã mais moça, cujos progressos, no século passado e neste começo de século, são de uma evidência maravilhosa. Mas “jornal” e “revista” confundem-se, formando juntos a província maior da imprensa, e aperfeiçoando-se juntos, numa evolução contínua, que ninguém pode prever quando nem como alcançará o seu último e sumo estádio.

Justamente, agora, nos últimos dias de 1903, dois físicos franceses, Gaumont e Decaux, acabam de achar uma engenhosa combinação do fonógrafo e do cinematógrafo, — o cronófono, — que talvez ainda venha a revolucionar a indústria da imprensa diária e periódica. Diante do aparelho, uma pessoa pronuncia um discurso: o cronófono recebe e guarda esse discurso, e, daí a pouco, não somente repete todas as suas frases, como reproduz, sobre uma tela branca, a figura do orador, a sua fisionomia, os seus gestos, a expressão da sua face, a mobilidade dos seus olhos e dos seus lábios.

Talvez o jornal futuro seja uma aplicação dessa descoberta... A atividade humana aumenta, numa progressão pasmosa. Já os homens de hoje são forçados a pensar e a executar, em um minuto, o que os seus avós pensavam e executavam em uma hora. A vida moderna é feita de relâmpagos no cérebro, e de rufos de febre no sangue. O livro está morrendo, justamente porque já pouca gente pode consagrar um dia todo, ou ainda uma hora toda, à leitura de cem páginas impressas sobre o mesmo assunto. Talvez o jornal futuro, — para

atender à pressa, à ansiedade, à exigência furiosa de informações completas, instantâneas e multiplicadas, — seja um jornal falado, e ilustrado com projeções animatográficas, dando, a um só tempo, a impressão auditiva e visual dos acontecimentos, dos desastres, das catástrofes, das festas, de todas as cenas alegres ou tristes, sérias ou fúteis, desta interminável e complicada comédia, que vivemos a representar no imenso tablado do planeta...

Por agora, — enquanto não chega essa era de supremo progresso, contentemo-nos com o que temos, que já não é pouco...

Kosmos, — a revista, que aparece hoje, e cuja primeira *Crônica* escrevo, para atender a amável convite, — não seria uma novidade na Europa ou na América do Norte, onde o *magazine* ilustrado é hoje uma maravilha, em variedade de matéria literária e artística, em perfeição de processos gráficos, e em exiguidade de preços. Mas, no Brasil, creio que ela vem assinalar um progresso grande.

Ainda, há pouco mais de um ano, este cronista, a propósito dos bilhetes postais vendidos pela Administração dos Correios, registrava com espanto e mágoa o inexplicável atraso das artes gráficas no Rio de Janeiro. Uma reação, inesperada e feliz, veio subitamente mudar a face das cousas. Em poucos meses, ganhamos, neste particular, o que não conseguíramos ganhar em muitos anos. *Kosmos* será, se o favor público não a abandonar, a demonstração viva do nosso progresso geral: haverá, nas suas páginas, a prova de que as publicações de luxo, até agora possíveis apenas no estrangeiro, podem ser feitas aqui, com grande sacrifício sem dúvida, mas com uma nitidez perfeita. Claro está que a administração da revista não pode realizar, neste primeiro número, quanto deseja e há de fazer. Dizem os livros santos que Deus, — e era Deus! — não pode aprontar a máquina do Universo em menos de seis dias: e não há de exigir um milagre de perfeição e de pressa do trabalho humano, contingente e fraco...

Em todo o caso, *Kosmos*, se não vem “preencher uma lacuna”, como dizia um chavão, que o uso desmoralizou, — vem mostrar uma face nova da atividade brasileira.

O Brasil entrou, — e já era tempo, — em uma fase de restauração do trabalho. A higiene, a beleza, a arte, o “conforto”, já encontraram quem lhes abrisse as portas desta terra, de onde andavam banidas por um decreto da Indiferença e da Ignorância coligadas. O Rio de Janeiro, principalmente, vai passar, e já está passando, por uma transformação radical. A velha cidade, feia e suja, tem os seus dias contados. Esta revista acompanhará, — se o público quiser auxiliá-la, — essa lenta e maravilhosa metamorfose da lagarta em borboleta. A fotografia, o desenho, a arte da gravura, e todas as belas conquistas da imprensa moderna,

serão aqui postas ao serviço do programa de *Kosmos*: e estas páginas serão uma placa sensível em que se irão fixando todas as imagens, todos os aspectos, todas as mudanças da nossa vida, nesta era de regeneração e reabilitação material e moral. São esses os projetos que a administração me comunica: e comunicam-nos com um tal ardor, com tão grande fé, com uma tão risonha e bela certeza da vitória, — que eu não quero negar-lhe o meu aplauso e a minha contribuição de trabalho. Isso explica a minha presença.

Kosmos aparece com o ano novo, e o ano novo ainda não tem história. O que se pode registrar, nesta primeira crônica, é apenas o mundo de esperanças que ele traz, consigo, àqueles que ainda têm a felicidade de esperar.

E ai de quem não espera!

O fundo, a natureza, a essência da vida não variam nunca: mas os episódios variam sempre. A vida é como a Terra. No inverno como no verão, na primavera como no outono, a Terra é sempre a mesma: mas que diversidade de aspectos! agora, o livor e a algidez da neve amortalhando tudo; agora o sol torrando as árvores, secando os rios; agora, a natureza, moça e púbere, no esplendor das folhagens que renascem; agora, a fecundidade gloriosa da sazão dos frutos... Também as almas têm as suas estações: ninguém sabe qual será o seu último inverno, nem qual será a sua derradeira primavera! Esperemos! e saudemos o ano infante...

Que é a existência, senão uma viagem cheia de incidentes? — É como uma jornada, em estrada de ferro... O trem galopa; os minutos passam, morosos e monótonos; o tédio cresce dentro da alma; o cansaço alquebra o corpo: — quando chegará a primeira estação?... Um silvo agudo, uma parada brusca da máquina... Aí está uma estação, aí está um ano novo! Abrem-se todas as janelas dos *wagons*; assomam cabeças curiosas, espiando a paisagem, olhando o aspecto da gare, examinando a fisionomia das gentes da terra... Quem sabe? Talvez vão aparecer ali, de chofre, a mulher que nos amará, o incidente que nos há de dar a glória, o negócio que fará a nossa fortuna... Não apareceram? pouco importa! — silva de novo a locomotiva, move-se de novo o comboio, recomeça a viagem, recomeça o tédio, — e recomeça a esperança: a caminho para uma nova surpresa, para uma nova estação, para um novo ano!

Por mim, ao inaugurar a série das crônicas de *Kosmos*, o que posso pedir aos deuses clementes, e principalmente ao cego Destino, é que nestas colunas só tenham de ser registradas e comentadas cousas alegres e serenas. Que às páginas da nova revista não seja imposto o dever doloroso de tratar das explosões do ódio e da ambição, nem das manifestações da brutalidade, nem dos desastres que enlutam os lares, nem das revoluções

que enlutam os países, nem dos delírios sanguinários que rebaixam a espécie humana, nem dos crimes filhos da ignorância e da miséria! e que, em vez disso, nestas páginas apareçam, frequentes e luminosas, as provas de civilização, de caridade, de tolerância e de amor, que afirmam a superioridade de um povo, e a bondade do seu caráter...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1904. p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Fevereiro de 1904

Tivemos um janeiro abrasado e feroz, sem festas e sem alegria. As festas e a alegria não são para o Rio de Janeiro, durante o estio: são para a formosa Petrópolis, posta no alto da Serra dos Órgãos, como uma rainha sobre um trono, coroada de rosas vermelhas e de camélias alvas, cortejada pela gente feliz e elegante. Cá embaixo, na velha cidade torrada de sol, cheia de miasmas, sob a revoada dos mosquitos servidores das febres, fica a gente que trabalha sem descanso, penando e suando.

Também, é força reconhecer que toda essa gente parece não sentir o calor, nem a falta de ar, nem o morno bafio insalubre das ruas apertadas e pouco limpas. A frescura da aragem, a pureza do ar, o perfume das grandes árvores amigas não são monopólio da vaidosa Petrópolis. Aqui, bem perto do centro escaldado da cidade, há montanhas cobertas de fresca e odorante verdura, encantados retiros onde os pulmões de gente pobre se podem facilmente encher de oxigênio... gratuito, e onde os seus olhos, cansados da contemplação das cousas feias, podem, também de graça, fartar-se de panoramas admiráveis, de serras acasteladas estendendo-se sem raias, de águas batidas de luz achamotando-se ao vento, de largos trechos de céu azul cortados de asas. Mas a Tijuca, as Paineiras, o Silvestre ficam desertos nos domingos e nos dias feriados: os pobres desprezam esses encantos, cujo gozo se pode obter sem dinheiro...

No dia de S. Sebastião, deixando cá embaixo a poeira das ruas, o ardor do sol e a tristeza do dia feriado, abalei para o alto das Paineiras. À hora da partida do trem, reconheci com espanto que ia subir sozinho. Não havia outro passageiro. O chefe do trem ainda demorou a partida, esperando que algum retardatário aparecesse, e ficou durante oito ou dez minutos, com o relógio na mão, espiando a passagem dos bondes do Cosme Velho que subiam e desciam. Mas ninguém apareceu: a locomotiva apitou, e começou a galgar, arquejante, a lombada verde da serra. Lá em cima, no planalto das Paineiras, reinava um

silêncio claustal. Almocei sozinho, diante do incomparável espetáculo da baía, cuja água, sob a chuva de fogo da soalheira, parecia polvilhar-se de ouro. E, de mim para mim, vendo tudo aquilo deserto, eu dizia: “Singular gente, a nossa, que tem inveja dos veranistas de Petrópolis, e não vem gozar o divino encanto deste lugar, tão cheio do consolo e do repouso que a Natureza sempre dá a quem sabe compreendê-la e amá-la!”

Janeiro presidiu, aqui e em todo o país, à organização das diversas Exposições Preparatórias para a grande Exposição Internacional de S. Luiz.

Nem todos os estados do Brasil figurarão na grande feira universal: alguns deles só poderiam figurar com brilho num certame de patologia social, expondo as suas mazelas políticas, os frutos da sua administração de corrilhos e oligarquias, as amostras da incapacidade dos seus governantes, e a farta colheita de tempestades que têm saído da sua sementeira de ventos maus. Inválidos não vão a festas: certos Estados da União, reduzidos à miséria, maltrapilhos e famintos, fariam triste figura no esplendor e na magnificência daquela grande festa do trabalho.

Felizmente, a doença não ganhou todo o organismo nacional. A União ainda vive e prospera, senão na fartura, ao menos na mediania honesta, apesar da gafeira que está roendo algumas partes do seu vasto corpo. Minas, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e a cidade do Rio de Janeiro encherão dignamente, com os frutos do seu trabalho e com a afirmação da sua atividade fecunda, o belo palácio, em cuja fachada, sobre as águas do Mississipi, palpitará, formosa e gloriosa, a nossa bandeira...

Mas há de sempre aparecer, enquanto empreendemos, uma nota extravagante...

Assim, não vamos expor apenas em St. Louis a nossa lavoura e a nossa indústria; vamos também expor a nossa “bravura”...

Quatro ou cinco brasileiros (não sei bem o número desses esforçados rapazes) vão atravessar o oceano, do Brasil aos Estados Unidos, sobre a tábua oscilante de uma jangada. Quando a jangada chegar ao litoral da América do Norte, entrará, à vela ou a remo, pelas águas do Mississipi, ou, — o que é mais provável — desmanchada em vários pedaços, será ridiculamente transportada, como um fardo qualquer, num *wagon* de estrada de ferro, até a cidade opulenta em que todas as nações da Terra vão ostentar as suas riquezas...

Não é, de certo, para mostrar aos povos civilizados o que é uma jangada, — que esses arrojados brasileiros empreendem tão espetaculosa viagem. Já, na infância da Humanidade, antes das assombrosas viagens dos fenícios, a jangada era o veículo das gentes que se

aventuravam pelo mar: e, se alguma vez o *Antropomorfus Pithecus*, nosso primeiro avô, empreendeu viagens marítimas, — foi com certeza às tábuas mal concertadas de uma jangada que ele confiou o seu corpanzil cabeludo e disforme...

O que os tripulantes da Jangada Brasil querem expor em St. Louis é, suponho, a sua bravura, a *nossa* bravura, a intrepidez e o arrojo da raça... E devo declarar, depois de impetrada a devida vênia, que acho esse intuito perfeitamente ridículo.

Já sei que a coragem é uma virtude admiravelmente bela e nobre. Mas essa beleza e essa nobreza dependem do emprego que a criatura humana dá à sua coragem. Também os tigres, os leões e os cães são corajosos... Ninguém admiraria a coragem de um homem, que somente para afirmar a sua energia moral, se arrojasse dentro de uma fogueira, ou que lentamente, com requintes de voluptuosa e sinistra crueldade, fosse arrancando a própria pele aos pedacinhos...

É bela e admirável, sim, a coragem de Nansen e de Nordenskjold, afrontando a morte para devassar o segredo dos pólos, — ou a dos exploradores que perlustram os segredos dos sertões da África e do Tibete, — ou a de Garnault inoculando em si mesmo o vírus da tuberculose. Nos dois primeiros casos, a coragem obedece a uma nobre ambição de apurar os conhecimentos geográficos ou de dilatar por essas regiões desconhecidas o comércio e a civilização; e, no segundo caso, há o santo e louvabilíssimo desejo de combater a mais terrível e assassina de quantas moléstias afligem a humanidade, estudando o seu processo de contaminação, e procurando descobrir contra o seu influxo nefasto uma arma segura e infalível.

Mas atravessar o oceano sobre uma jangada, unicamente para mostrar aos *yankees* que há no Brasil quatro ou cinco homens que não têm medo de tempestades, — é uma empresa... cômica.

Já, no Brasil, a jangada foi posta ao serviço de uma grande causa, — quando os jangadeiros do Ceará protestavam contra o imundo comércio da carne humana, furtando os míseros cativos aos senhores.

Nesse tempo, a jangada era o veículo da Liberdade e do Amor: hoje, se vingar a tentativa desses bravos brasileiros que empregam tão inutilmente a sua bravura, a jangada será apenas o veículo da mais fútil de todas as bazófias...

Janeiro teve a glória de ver terminado o fatigante e perigoso conflito do Acre. Não faltou ao tratado de Petrópolis discussão minuciosa e longa, — que serviu para demonstrar mais uma vez a alta competência e o patriotismo do plenipotenciário brasileiro.

Este nome de Paranhos-Rio Branco é um nome bem-fadado...

O brasileiro, que pela primeira vez o teve, conseguiu, por um favor supremo do destino, ligá-lo perpetuamente à recordação da mais bela de quantas leis contribuíram para a extinção do cativo no Brasil. A escravidão era uma árvore maldita, cujas raízes entravam fundo no seio da terra. Todas as leis, que precederam a de 28 de setembro, golpearam somente as folhagens negras e os galhos horrendos dessa árvore do sofrimento: as raízes continuavam a sugar a vida da terra, e a alimentar o corpo do monstro. Mas a lei de 28 de setembro, revolvendo, salgando, esterilizando e matando o terreno em que essas raízes se embebiam, deu o primeiro golpe certo e bendito na instituição nefanda.

Declarado livre o ventre da mulher escrava, a escravidão estava virtualmente morta: as mães cativas já não olhariam, com horror, os filhos recém-nascidos, preferindo vê-los mortos a vê-los fadados à ignomínia e à amargura; a lei do visconde do Rio Branco suspendia a gestação de escravos, redimindo as entranhas das míseras cativas, e dando a cada uma dessas deserdadas da Liberdade o consolo e a alegria de saber que a carne da sua carne e a alma da sua alma viveriam e cresceriam livres do opróbrio...

Ficar ligado à essência e à virtude de uma lei como essa, já deveria ser, para um nome, a suprema glória. Mas outras glórias estavam destinadas ao nome predestinado de Paranhos-Rio Branco.

O filho do libertador dos nascidos de ventre escravo tinha de continuar, em outro terreno, a missão sagrada do pai; o segundo Paranhos-Rio Branco foi o demarcador das fronteiras da pátria: reconquistando, pela palavra e pelo pensamento, três imensos territórios, reincorporou na comunhão nacional uma imensa multidão de brasileiros.

A conquista pacífica do Acre veio completar a reivindicação das Missões e do Amapá. E os ideais brasileiros de civilização, de concórdia, de piedade, de amor e de paz, tão bem servidos, no Império, pelo primeiro Rio Branco, vieram ter, na República, como seu maior servidor, o herdeiro desse nome venerando.

Agora que as Câmaras aprovaram o tratado de Petrópolis; agora, que, em torno dessa questão, cessaram as disputas e as dúvidas, — é justo examinar o verdadeiro valor do que o barão do Rio Branco acaba de realizar. O que mais vale, na ultimação desse convênio diplomático, não é a conquista de um vasto território, — porque a glória das pátrias não depende, senão em plano muito inferior, da vastidão dos seus domínios territoriais; não é tampouco a nacionalização dos sessenta mil brasileiros residentes no Acre, — porque a nossa pátria não é propriamente a porção do planeta que os nossos pés calcam, e porque, ainda

ficando sob o domínio da Bolívia, esses sessenta mil acreanos poderiam continuar a ser verdadeiramente e ardentemente brasileiros; — o que mais vale, nesse tratado, cuja celebração devemos ao talento e à energia do barão do Rio Branco é a bela e fecunda lição que o Brasil acaba de dar, com ele, ao velho egoísmo das nações guerreiras, — tratando de defender a sua integridade, sem prejudicar o progresso de uma nação vizinha, e fornecendo-lhe, ao contrário, novos elementos de prosperidade e ventura.

Com o tratado de Petrópolis, o Brasil afirmou o seu veemente e nobre amor da Paz. A nossa vitória não é, como costumam ser quase sempre as vitórias de um sobre outro país, entristecida pela sombra do mais leve remorso. Nós vencemos, praticando o Bem.

Kosmos abençoa o mês de janeiro, — o seu primeiro mês de vida. Foi, apesar do calor, apesar da tristeza da cidade abrasada, um belo mês vitorioso.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1904. p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Março de 1904

Quando apareceu o segundo número de *Kosmos*, há um mês, ainda havia nas ruas, como remanescentes do folguedo carnavalesco, alguns *confetti*, esquecidos pelas vassouras da limpeza pública. A cidade tinha um aspecto fatigado e triste, um ar de quem passou a noite na orgia. E a gente, que conversava, nos bondes, ou nas esquinas, confessava altamente o seu espanto: “Como foi isto? bastou então um edital da prefeitura, para matar o Entrudo, que todos supunham imortal e invencível?!...”

Realmente, houve motivo para esse espanto... Nós estávamos tão habituados à indisciplina e à desobediência do povo carioca, que este simples fato de ter sido religiosamente obedecida e cumprida uma lei sem protestos e sem conflitos, despertou uma vasta admiração e um profundo pasmo.

Não houve entrudo. Houve o clássico e já fatigante carnaval, com as suas nuvens de *confetti*, com os seus abomináveis *cordões*, e com os grandes préstitos luxuosos, que são, afinal, como bem disse Artur Azevedo, revoltantes apoteoses do vício...

Já é tempo de inventar qualquer coisa nova. Chega a parecer absurdo que ainda se mantenha essa antiga usança de procissões báquicas, escandalosamente ostentando pela cidade, com aplausos de todos, o triunfo insolente das hetairas. Creio que, de todas as cidades civilizadas, o Rio de Janeiro é a única que tolera essa vergonhosa exibição. Em todas as outras

capitais, o vício é cultivado e adorado portas adentro. Nada impede que, nos teatros e nos bailes, haja saturnais carnavalescas, em que a folia se exaspere até invadir o domínio da alucinação furiosa. Mas é revoltante que essas orgias transbordem para as ruas, em cortejos eróticos, aos quais, por uma incrível e criminosa tolerância, concorrem as bandas de música da polícia e do exército, com os soldados fantasiados, abrindo o préstito glorificador da indecência e da prostituição.

Artur Azevedo lembrou, com bom senso, que os cortejos carnavalescos poderiam ser aproveitados em bem da arte e da civilização.

Paris passa por ser a metrópole do vício. Mas a sua população não toleraria jamais essa deificação pública da lascívia.

Em Paris, os séquitos festivos do *Boeuf gras* e da *Mi-Carême* são pretextos para espetáculos artísticos, dignos da admiração e do aplauso de um povo civilizado. Na festa da *Mi-Carême*, sobretudo, há, além de um intuito artístico, um intuito moral. Todas as operárias da grande cidade — gente humilde e pobre, para quem a Vida só tem trabalho e desgostos — elegem uma rainha, representante legítima da corporação: no dia da festa, essa operária feliz, precedida e seguida por um longo acompanhamento faustoso de equipagens de luxo, de carros de arte, e de cavalgatas luzentes, recebe as homenagens da Cidade-Luz, gozando todas as honras e prerrogativas da sua realeza momentânea e fugaz; e há um raro e comovedor encanto nessa apoteose do Trabalho, da Honestidade e da humilde Beleza... Não sei se no Rio de Janeiro seria possível organizar uma festa como essa. Mas sei que as nossas festas carnavalescas são indecorosas, na sua parte pública. Seria bem melhor que essas exibições se fizessem a portas fechadas. O estruendo era uma brincadeira funesta e selvagem: mas era mais inocente do que a bacanal nas ruas.

O que espanta é que, sendo tão dados à tolerância no tocante a certas manifestações da imoralidade, sejamos de uma tão ingênua inocência diante de outros casos igualmente imorais.

Alguém, que, não nos conhecendo bem, assistisse ao espanto, à comoção, à turbulenta ansiedade, ao interesse, com que acompanhamos, nos últimos dias de fevereiro, os episódios da fuga e da prisão de um indivíduo processado por crime de estelionato, diria talvez: “Aqui está um povo feliz, um povo em cuja comunhão são raros os criminosos, um povo que não sabe o que são grandes falcatruas e grandes maroteiras, — pois que tão profundamente se deixa comover por este vulgaríssimo desvio de quatrocentos contos de réis...”

Parecia, de fato, que se tratava de uma dessas colossais trapaças, em que rolam milhões e milhões, e que, de vez em quando, se descobrem no velho mundo, como o caso do Panamá ou o caso da família Humbert. Se qualquer celebridade pode ser honrosa, o nosso herói, preso, acusado, julgado, evadido e caçado no sertão de Minas, deve considerar-se feliz: o seu retrato correu de mão em mão, como o de um grande homem, e não houve jornal que não publicasse a sua biografia...

Oh! a celebridade! é singular que tanta gente se esfalfe e pene para conquistá-la, quando essa dama caprichosa tão facilmente concede os seus favores... Tenho conhecido um sem número de pessoas possuídas dessa ardente ambição de ter o nome escrito e falado: agitam-se, trabalham, festejam-se, publicam livros, fazem conferências, estudam, inventam, pesquisam todos os assuntos, importunam toda a gente, e passam, apesar disso, pela vida, dentro da treva do anonimato, e morrem, sem que duas linhas lançadas à pressa num jornal assinalem a data do seu desaparecimento e do seu descanso. Entretanto, é tão fácil ser célebre! Basta que se diga: “Aquele indivíduo fugiu da cadeia,” para que a Celebridade sorria a esse indivíduo.

Aí tendes o que é a Celebridade, a cuja conquista tantas cousas sacrificais, ó homens ambiciosos!

Que dizer sobre a guerra entre o Japão e a Rússia? Já tudo se tem dito contra a irremediável e diabólica vesânia, que impele homens contra homens, manchando e profanando o seio da Terra criadora com sangrias abomináveis. Mas que hão de poder as boas palavras e as boas ideias contra um ódio e uma loucura que são inseparáveis da própria essência humana?

O instinto da briga parece indomável.

Há poucos dias, um telegrama da Europa noticiava que Pini e San Malato, dois esgrimistas famosos, iam bater-se em duelo de morte, em virtude de uma acalorada discussão, em que entraram em jogo a vaidade de um e a vaidade do outro, excitadas pela rivalidade profissional. Não é monstruoso que dois homens, entre os quais nunca houve um conflito sério motivado por escrúpulos da honra, procurem matar-se um ao outro, unicamente por amor da arte de matar?

Se a vaidade individual e a ambição da celebridade podem levar dois homens a esse ato de loucura, não é estranhável que o orgulho nacional e a ambição do domínio levem dois povos à prática de carnificinas hediondas...

Sim! esse instinto bestial parece indomável! Mas o dever de todas as almas boas e de todos os cérebros bem formados é continuar a maldizer essa barbaridade criminosa. Se é impossível evitar as guerras, é porque a sociedade humana ainda não se libertou de todo da selvageria, é porque a nossa civilização é ainda apenas aparente, é porque ainda estamos longe da perfeição moral. Essa perfeição há de ser atingida, amanhã, ou daqui a um século, ou daqui a dez séculos. As palavras dos que combatem a guerra não se perdem. Há no mundo moral trabalhos lentos, insensíveis, longos, misteriosos, mas seguros, análogos ao trabalho madreporico que levanta recifes imensos. A parte mais bela do verdadeiro programa socialista está contida nas palavras recentemente ditas por Jaurès a um repórter, que o interrogava sobre o conflito russo-japonês: “Nous faisons la guerre à la Guerre!”

E a guerra, a guerra santa, a guerra abençoada movida contra a Guerra, há de ser vitoriosa, no dia em que a civilização tiver dado mais um passo largo, e decisivo, para o seu verdadeiro e único intuito, que é a felicidade humana.

Fechemos a crônica com algumas linhas de alegria e de esperança.

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. Bem andou o governo, dando um caráter solene e festivo à inauguração desses trabalhos. Nem se compreendia que não fosse um dia de regozijo o dia em que começamos a caminhar para a reabilitação.

No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.

Com que alegria cantavam elas, as picaretas regeneradoras! E como as almas dos que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1904, p. 2, 1. col.]

CRÔNICA

Abril de 1904

Para uma revista, como a *Kosmos*, essencialmente artística, o acontecimento capital da vida carioca, durante o mês passado, não pode deixar de ter sido o “concurso de fachadas”.

Acerca da nossa feia arquitetura (se é que o emprego desta palavra, aqui, não é uma heresia) já o velho Varnhagen, em 1850, escrevia: “Infelizmente aqui, como já sucedera na Bahia e nas demais povoações, adotou-se com servilismo o sistema das construções de Portugal; e nem da Ásia, nem dos modelos da arquitetura civil árabe na península, isto é: do uso dos numerosos pátios com repuxos d’água, e dos eirados, ou açoteias, houve quem se lembrasse, — como mais a propósito para o nosso clima”.

Com a chegada de D. João VI ao Brasil, houve no Rio de Janeiro um começo de culto arquitetônico. Grandjean de Montigny, um dos artistas que o benemérito Príncipe Regente trouxe da Europa, delineou e construiu alguns edifícios, — que ainda hoje contrastam, pela sua beleza e sobriedade, com os abomináveis casarões e as ignóbeis casinhas que o cercam. Mas a reação foi curta. Montigny morreu em 1850; — e daí por diante a arte arquitetônica ficou entregue à incapacidade dos mestres-de-obras, que se esmeraram em conceber e criar verdadeiras monstruosidades.

Entre os absurdos (tantos!) introduzidos pelos mestres-de-obras, figura a adoção irracional do chalé, — do enfadonho e revoltante chalé! — como tipo de construção urbana. Em toda a terra civilizada, o chalé só é construído no campo, fora de portas, nas colinas verdes e nos vales frescos, entre árvores: é a habitação de estio, de *villeggiatura*, de férias. Mas no Rio de Janeiro o chalé tomou conta de todo o centro da cidade: há chalés na rua do Ouvidor! até o andar superior das tavernas, dos açougues, das mercearias é construído em forma de chalé! É por isso que o Rio de Janeiro, a quem o visita pela primeira vez, dá uma impressão de cidade chinesa...

Quando a cidade ficou cheia de chalés, os mestres-de-obras procuraram uma nova moda, — e, depois de longas cogitações, inventaram uma nova ornamentação de platibandas: — as compoteiras!

Oh! as compoteiras!... O povo deu logo à cousa o nome que lhe convinha... Repare bem, e reconhecerão que, em cem prédios nossos, do centro da cidade, não há cinco que não tenham na platibanda esses vasos de barro ou gesso, cobertos ou descobertos, uns lembrando terrinas de sopa, outros lembrando urnas funerárias, outros lembrando boiões de compota, — e todos horríveis e irritantes...

Ainda outro elemento concorreu para fixar, na falta de graça, no aspecto pesado, e na configuração uniforme de linhas, o tipo da nossa arquitetura: o abuso da pedra de cantaria. Sei bem que a nossa pedra é admirável, abundante e barata: — mas isso, que devia ser uma bela qualidade, ficou sendo um defeito. Só com despesas extraordinárias, é que se pode dar às construções de cantaria o aspecto variado, a diversidade de estilos, o luxo de ornatos, que tão facilmente se obtêm nas construções de tijolo, estuque, cimento e ferro.

Lavar a pedra, afeiçoá-la em ornamentações caprichosas, e adaptá-las ao gosto da arquitetura moderna, — é trabalho caríssimo. Daí resulta que as nossas casas, em que se emprega tanta cantaria, são feios cubos uniformes, em que soberanamente impera a monótona linha reta, nas colunas rígidas, nas pilastras empinadas, nas duras janelas retangulares.

Bem sei que isto vai, a muita gente, parecer paradoxo. Mas o paradoxo, afinal, não é mais nem menos do que uma verdade desconhecida... O fato é que na rua Senador Dantas e em algumas outras, onde o geral das casas não têm excesso de cantaria, já o tipo da construção é muito mais leve, gracioso e variado. O ilustre arquiteto Ramos de Azevedo, de S. Paulo, não conseguiria dotar a capital paulista com os lindos e garbosos palacetes que tem construído na Consolação, na Liberdade, em Santa Cecília, se, em vez do tijolo e do estuque, tivesse abusado da cantaria.

Mas, felizmente, parece que uma era nova raiou para a cidade.

O meu medo, o meu grande medo, quando vi que se ia rasgar a Avenida, foi que a nova e imensa área desapropriada fosse entregue ao mau gosto e à incompetência dos mestres-de-obras. O receio não era infundado... Todos estão vendo que, em geral, as casas mais novas do Rio de Janeiro são ainda mais feias do que as antigas... “Uma boa avenida — dizia eu de mim para mim — não é somente uma rua muito comprida, muito larga e muito reta: a avenida do Mangue tem todos esses predicados, e, entretanto, é um horror! Uma avenida precisa de prédios bem construídos, elegantes ou suntuosos. Casas tortas e feias, em ruas largas, são como vilões na corte: todos os defeitos se lhes exageram. E, se vamos encher a avenida de prédios de cacaracá, melhor será que nos deixemos de sonhos, e que nos contentemos com o beco das Cancelas e com a travessa do Ouvidor!”

O que me aplacou o susto, foi o ato louvabilíssimo do governo, estabelecendo leis rigorosas para as novas construções, — e abrindo esse belo “concurso de fachadas”, cujo resultado excedeu as mais otimistas previsões.

Toda a gente, que, no salão da Escola Nacional de Belas Artes, admirou os projetos apresentados ao júri, — só tinha uma pergunta à flor dos lábios: “Onde estavam metidos, que faziam, em que se ocupavam todos estes arquitetos que aparecem agora, com tanto talento,

com tanta imaginação, com tanto preparo, com tanta capacidade? E como é que, havendo aqui tantos e tão bons arquitetos, não há na cidade demonstrações visíveis e palpáveis da sua existência, em edifícios dignos de um povo civilizado?”

A resposta é fácil. O gosto público estava depravado e corrompido. O mestre-de-obras reinava como senhor absoluto. Os arquitetos procuravam lutar, mas eram inexoravelmente repelidos do campo da ação. Alguns deles, feridos no seu orgulho, retiravam-se, e iam morrer à fome. Outros, mais práticos, fechavam o talento dentro da gaveta, faziam-se mestres-de-obras, e prostituíam a sua profissão, indo construir casinhas reles, de telhadinhos pontudos e janelinhas tortas, com alcovas sem luz e sótão sem ar. Quando um burguês queria construir um prédio, o seu primeiro cuidado era procurar um mestre-de-obras pé-de-boi, nada amigo de novidades, aferrado às tradições, — e desprovido de diploma.

Graças sejam dadas a todos os deuses! O governo interveio nesse descabro, — e os chalés, as platibandas com compoteiras, as casas com alcovas, os sótãozinhos em cocuruto, os telhados em bico, as vidraças de guilhotina, as escadinhas empinadas, os beliquetes escuros, os quintais imundos, os porões baixos, — tudo isso recebeu um golpe de morte.

Haverá talvez quem ache que seria melhor devermos tudo isso à iniciativa particular, em vez de o devermos à iniciativa do governo. Mas é preciso aceitar a vida como ela é. No Brasil, a iniciativa particular é um mito. Nós vivemos a esperar a ação do governo, como os hebreus no deserto esperavam o maná do céu...

Pouco importa. O essencial é que o bom movimento não se suspenda. Não nos contentemos com estas primeiras vitórias e continuemos a defender a boa causa. Há de a morte fechar-nos os olhos, antes que eles possam ver a cidade formosa e decente, como sonhamos... Mas os que vierem depois de nós hão de colher o fruto do nosso trabalho e da nossa dedicação. A vida é isto: — um esforço contínuo das gerações, não em proveito próprio, mas em proveito das gerações vindouras.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1904. p. 2, 1. col.]

CRÔNICA

Novembro de 1904

Melhor seria, talvez, que nestas colunas só pudessem achar agasalho as cousas da Arte e do Sonho, — alguns versos de amor, algumas páginas de crítica, algumas estampas reproduzindo perfis de mulheres, aspectos da Natureza, recantos pitorescos e calmos da

cidade e do campo. Assim, *Kosmos* seria um oásis, em que as almas viessem repousar e sorrir um pouco, entre uma conquista e uma decepção, esquecendo o que a vida tem de rude ou triste.

Mas a Arte não é, como ainda querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. Todas as preocupações humanas se enfeixam e misturam de modo inseparável. As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fecharam, ruíram desmornadas. A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano. Somente um louco, — ou um egoísta monstruoso, — poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças...

A “crônica” de *Kosmos* deve fixar, de mês em mês, o estado moral, a “crise” da existência carioca. E seria insensato, que, num momento em que toda a cidade sofre, agoniza ou convalesce, — só aparecessem nestas páginas suspiros de poetas egoístas, devaneios de lirismo abstrato... Uma revista, que se fundasse, no Brasil, para exclusivamente cuidar de cousas de Arte, seria absurda. A Arte é a cúpula que coroa o edifício da civilização: e só pode ter arte o povo que já é “povo”, que já saiu triunfante de todas as provações em que se apura e define o caráter das nacionalidades.

Justamente, o Rio de Janeiro convalesce agora da sua última crise. Não foi propriamente uma doença, — aquilo que tão fundamente abalou a cidade, há poucos dias: foi uma crise, — crise de idade, crise de desenvolvimento nacional. Um povo não se forma de uma só vez, por milagre: não é com meia dúzia de decretos que se civiliza uma aglomeração de homens, dando-lhes coesão e consciência.

Essa matula desenfreada, que andou quebrando árvores e lampiões, vociferando e tumultuando, trocando fachadas e tiros de revólveres, — estava, nesses dias de vesânia e brutalidade, exercendo uma função natural, e, até certo ponto, providencial. Não há aqui um paradoxo, — ou uma graçola, que seria de mau gosto: há uma grande e luminosa verdade. As arruaças deste mês, — nascidas de uma tolice e prolongadas por várias causas, — vieram mostrar que nós ainda não somos um povo. Amanhã, um especulador político irá, pelos becos e travessas em que reside a gente humilde, murmurar que o governo tenciona degolar todos os católicos, ou fuzilar todos os protestantes, ou desterrar todos os homens altos, ou encarcerar

todos os homens baixos. E a gente humilde aceitará, como uma verdade, essa invenção imbecil, como aceitou a invenção da vacina com sangue de rato pestiferado... E pouco importa que em todas as esquinas se preguem editais aniquilando a calúnia, e pouco importa que todos os jornais destruam a infâmia em artigos, em notícias, em anúncios: — a gente que não sabe ler continuará a crer no que lhe disseram, — e a sua revolta brutal e irresponsável continuará a servir de arma aos especuladores.

No Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, os analfabetos são legião. E não há “povo”, onde os analfabetos estão em maioria. Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive: não é homem, é um instrumento passivo e triste, que todos os espertos podem manejar sem receio.

A revolta de agora não foi apenas obra dos desordeiros de profissão: foi também obra dos ignorantes, explorados criminosamente pelos astutos.

E não sei bem para que servirá dar avenidas, árvores, jardins, palácios a esta cidade, — se não derem aos homens rudes os meios de saber o que é civilização, o que é higiene, o que é dignidade humana.

Dir-se-ão que, em todos os países da Terra, há rebeliões e motins. Haverá; mas não há um só país civilizado em que a rebelião se manifeste com a grosseria, brutalidade e a estúpida organização com que se manifestou aqui. Em primeiro lugar, os levantes militares só se veem na América do Sul, onde, pela falta de educação cívica dos povos, a espada se transformou, de defesa de fronteiras em imposição de governo interno. E pondo de parte o levante militar (que foi uma das fases apenas da revolta), — em nenhum outro país da Europa e da América os arruaceiros descarregariam a sua cólera sobre as árvores inofensivas...

Eu, por mim, odeio todos os atos violentos e todas as manifestações da força bruta: mas, entre uma revolução sangrenta e feroz, e uma revolução apenas ignóbil e irracional, sempre preferiria a primeira.

Entretanto, não nos envergonhemos demais com essas cousas. Não se trata de uma doença: trata-se de uma crise natural. Os povos também têm as perturbações de dentição e puberdade, que abalam o organismo das crianças e dos adolescentes.

O que urge é compreender essa crise, e é aproveitar a lição dos fatos. Nós não temos unicamente, diante de nós, o problema do saneamento e do povoamento. Com o saneamento apenas, — livrar-nos-emos das epidemias que os mosquitos, os ratos, os micróbios transmitem de corpo a corpo, — mas deixaremos, intacta e tremenda, pairando sobre nós, a ameaça das epidemias morais, que depauperam o organismo social, e o conduzem à

indisciplina, à inconsciência e à escravidão. Tratando apenas do povoamento, feito ao acaso das levas de imigração, sem fundar uma escola em cada novo núcleo de povoadores, — conseguiremos somente aumentar e dilatar o império da ignorância e da irresponsabilidade.

O problema que tem de ser resolvido, juntamente com esses dois, é o da instrução. E o que dói, o que desespera, é que toda a gente culta do Brasil tem a consciência d'isto, e que, há mais de um século, esta verdade, anunciada, proclamada, escrita, em todas as tribunas, em todos os livros, em todos os jornais, ainda não achou governo que a servisse em terreno prático.

O Brasil está cheio de Escolas Superiores, de Faculdades e de Ginásios; ainda há quem queira plantar no seu seio não sei quantas dúzias de Universidades; eleva-se, no Rio de Janeiro, um palácio, para abrigar o pedantismo das Academias, que copiam os estatutos da Academia Francesa; quebram-se lanças em favor da criação de um Teatro Normal; grita-se que não há, em toda a América, Ciência como a nossa Ciência nem Arte como a nossa Arte; — e todos esquecem que, para a civilização de um povo, pouco importa que nele se contem alguns milhares de poetas, de pintores e de cientistas, quando a sua maioria, a sua grande massa de milhões e milhões de indivíduos, é uma turba-multa irresponsável de analfabetos...

Ah! quando chegará o dia em que possamos ter menos academias e mais escolas primárias, — menos aparência e mais fundo, menos retórica e mais cartas de *abc*!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1904. p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Janeiro de 1905

As cousas tristes ou horripilantes, que houve durante o mês, não podem ter o seu comentário nas páginas de *Kosmos*. O mês foi uma vasta fermentação de escândalos, de desfalques, de denúncias, de exumações, de crimes, de desastres e de horrores. Nesse mar limoso e negro, ficou afogada toda a alegria das festas do fim do ano. E é melhor que a notícia de tais cousas fique apenas confiada às colunas de imprensa diária — colunas de vida fugaz, lidas à pressa e logo esquecidas. Nestas páginas calmas, de arte e brandura, guardemos somente assuntos consoladores e nobres.

Em Paris, nos belos jardins do Luxemburgo, os poetas e os artistas franceses têm o seu lindo e modesto Panteon. Dos meados do século XVI (época em que o duque de Piney-

Luxembourg fez construir o palácio que ficou com o seu nome) até há bem pouco tempo, aqueles jardins eram apenas o lugar amável dos *rendez-vous* galantes, o plácido retiro, em que à roda da “gruta da rainha”, ou à roda das estátuas de Margarida de Navarra, de Maria de Medicis, de Luísa de Saboia, do “Gladiador” de Agasias, do “Fauno” de Lequesne, da “Velleda” de Maindron, se combinavam aventuras, encontros e amores jurados entre suspiros e beijos.

Ultimamente, começaram os bustos dos poetas e dos artistas a aprumar-se ali, sobre colunas de pedra, à sombra dos castanheiros meigos; de maneira que aqueles que cantaram a natureza e o amor, continuam a dormir embalados, em efígie, pelo ramalhar das árvores amigas e pelo murmúrio dos beijos dos namorados. Para apenas citar um nome — é no Luxemburgo, que está o busto de Banville, o refinado artista das “Cariátides”

Livre-me Deus da pretensão de querer comparar o Rio de Janeiro a Paris... Paris é Paris: e não sei se existe atualmente ou se haverá ainda, na face da Terra, alguma cidade que se lhe compare ou que se lhe possa algum dia comparar.

Mas, apesar de tudo, o Rio de Janeiro é a capital de uma nação, que sobre todas as outras do continente, sempre teve a primazia em cousas de Inteligência. Todas as outras a têm excedido, até hoje, em higiene e em conforto material. Mas, de todas, é ela a que possui a literatura mais vibrante, mais original, e mais forte. Uma só cousa tem prejudicado essa literatura: é o círculo restrito, em que se expande acanhadamente a língua que falamos e escrevemos...

Se os nossos escritores ainda não têm trabalho fácil e vida folgada, é porque ainda não existe no país uma grande massa de leitores. Ao analfabetismo já existente, vem dia a dia juntar-se o analfabetismo de uma grande parte das correntes imigratórias. Se, cuidando mais da instrução popular, nós começássemos desde já a dilatar por todo o país a esfera de ação da palavra escrita, os escritores que viessem depois de nós já não poderiam dizer que a língua portuguesa é um túmulo: teriam vinte milhões de leitores, e não haveria então literatura de mais fácil e profícua expansão.

É forçoso reconhecer que só nos falta isso: expansão literária. A matéria-prima já a possuímos: temos literatura nossa, como temos arte nossa, — e esta supremacia intelectual e artística, ainda não a perdemos (graças a todos os deuses!) no continente sul-americano.

Por tudo isso, não é muito difícil desejar que também tenhamos o nosso Luxemburgo, o nosso Panteon de artistas e poetas. O local já foi inventado e inaugurado, e já um grande

poeta o anima com a sua figura: já Gonçalves Dias sorri, no Passeio Público, sobre a sua formosa herma; e daqui a pouco, irá fazer-lhe companhia Ferreira de Araújo.

Aí está um, que não foi propriamente um poeta ou um artista, no sentido restrito e usual da expressão, mas que viveu servindo à Arte e à Poesia, e alimentando com o seu talento e a sua dedicação esta atmosfera moral de sentimento e de inteligência, que é o nosso maior orgulho de povo.

Não é somente poeta ou artista quem versifica e rima ficções, quem combina harmonia ou cores, quem cria poemas, estatuetas, óperas, ou telas; o jornalismo, quando compreendido como o compreendeu Ferreira de Araújo, é arte, e é poesia.

Se já temos, — nós, os que escrevemos — um público, pequeno, mas inteligente, devemos-lo, em grande parte, a esse mestre exemplar, que, num tempo em que a imprensa diária ainda era um luxo caro, decidiu colocá-la ao alcance de todos, barateando-a, e popularizando-a.

Foi ele quem chamou ao jornal a gente moça, que se ensaiava nas letras. Na *Gazeta de Notícias*, que possuía a colaboração preciosa de Machado de Assis, de Eça de Queirós e de Ramalho Ortigão, começaram a aparecer os rapazes cheios de talento, mas ainda sem nome, que daquelas colunas se impuseram ao público; as “Canções Românticas” e as “Meridionais” de Alberto de Oliveira foram reveladas pela *Gazeta*; na *Gazeta*, apareceu Valentim Magalhães, da *Gazeta* nasceu a corrente, que canalizada depois na *Semana* e na *Vida Moderna*, se esprou num movimento de franca renascença literária, talvez o mais belo e fecundo de quantos já houve no Brasil, depois do período do “indianismo” de Alencar e Gonçalves Dias; e foi dali que se revelou ao público, em folhetins de uma fulguração genial, o espírito radiante de José do Patrocínio, alma de chamuscas e perfumes, de raios e rosas.

Foi também na *Gazeta* que os pintores, os escultores, os músicos encontraram sempre defesa, amparo, propaganda. Ferreira de Araújo adorava todas as artes: e não esqueçamos que foi principalmente nas páginas do seu jornal que se travou a grande batalha da reconstituição da velha Academia de Belas Artes, transformada em Escola Nacional, e entregue à direção dos artistas mortos, que a salvaram da caturrice acadêmica, e do marasmo senil em que ela jazia.

Esses dois serviços prestados por Ferreira de Araújo: a *democratização* da imprensa diária e o apoio dado a uma geração literária e artística, cujo talento não tinha campo em que se pudesse exercitar, já bastariam para tornar inesquecível o seu nome, na história da Inteligência brasileira.

Mas o fundador da *Gazeta de Notícias* não foi somente um chefe: foi também um soldado combatente, e dos mais brilhantes. A sua maneira de escrever criou escola. Aliavam-se no seu estilo a força e a graça, a impetuosidade e a leveza, a solidez e a malícia. Ele, sozinho, era capaz de escrever todo um jornal, da primeira página à última, desde o artigo de fundo até o folhetim humorístico, passando pela crônica política, pela crítica, pelo conto, e pelo *mot de la fin*.

Bernardelli vai executar em mármore o busto desse grande mestre, desse grande amigo das letras e das artes, desse grande educador de cérebros e corações.

Sobre o fundo verde-negro das árvores do Passeio, o singelo monumento, levantado por iniciativa de toda a imprensa, servirá para avivar a gratidão que o Rio de Janeiro deve a quem lhe deu o jornal leve e barato, verdadeiro espelho da alma popular, síntese e análise das suas opiniões, das suas aspirações, das suas conquistas, do seu progresso.

Em trinta anos, a imprensa no Brasil ganhou um adiantamento espantoso. A prova disso, é esta mesma *Kosmos*: uma tentativa como esta seria um loucura no tempo em que o povo parecia ter mais medo de letra de forma do que do diabo...

Não esqueçamos, na hora da vitória, aqueles que desbravaram o caminho, aqueles que, com a sua coragem, tornaram possível este triunfo.

Depois de Gonçalves Dias, Ferreira de Araújo; depois de Ferreira de Araújo, Castro Alves; depois de Castro Alves...

Pouco a pouco, iremos povoando de bustos aquelas alamedas, onde os grandes mortos reviverão, entre aromas e ruflos de asas. E o Passeio Público será o templo umbroso e perfumado dos numes tutelares da nossa Inteligência.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1905. p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Fevereiro de 1905

Houve, durante o mês, um acontecimento de interesse universal, que apaixonou e comoveu todas as almas. Foi a revolução do proletariado russo, revolução afogada em sangue, reprimida e jugulada a chicote e bala.

Alguma cousa lucrou o povo russo com esse desesperado esforço para conquistar a liberdade: em todas as nações da terra, todos os homens de bons sentimentos aplaudiram a

coragem heroica dos revolucionários, e amaldiçoaram mais uma vez aquele governo, que só se sustenta pelo apoio cego e irracional de hordas de cossacos ignorantes e sanguinários. Até em França, onde toda a imprensa, por conveniências de várias espécies, é russófila, — até ali a causa dos revolucionários reuniu a unanimidade das simpatias; e não houve jornal francês, que não manifestasse claramente a sua indignação e o seu asco pelas brutalidades da violência vencedora.

Dir-se-ia que tudo isso é platônico, e que, para os revoltosos russos, uma só pequenina vitória real e prática valeria mais do que toda essa explosão de simpatias ineficazes. Não é tanto assim... A verdade é que, quando uma causa social consegue apaixonar desse modo a totalidade dos homens civilizados, o seu definitivo triunfo está próximo: o governo russo vai entrar pelo terreno das concessões, e, em breve, os pobres filhos daquela imensa terra receberão a única esmola que pedem: o direito de ser tratados como homens, e não como uma bestialidade miserável...

A revolução, além de ser uma nobre revolta dos escravos contra os senhores, foi também um protesto contra a estúpida cruza das guerras. E foi essa talvez a razão que mais contribuiu para a tornar simpática. Na Europa, a tortura causada pelas guerras já é insuportável. Em 1600, já um grande amigo da paz, o eloquente Cruce, pedia aos príncipes europeus “piedade para o gênero humano, fatigado das misérias da guerra”; e agora todos os filantropos aterrados bradam que “todas as lutas da Idade Média eram menos prejudiciais e menos depauperadoras do que esta sinistra paz armada, que é a fonte de todas as tristezas e de todas as fomes atuais”.

O mal não pode continuar; porque os povos, conhecedores da origem e das causas da moléstia, reagem pelos meios ao seu alcance: nos países civilizados, enchendo os parlamentos de deputados socialistas, e, na Rússia semibárbara, apelando para a bomba explosiva, para o punhal, para o veneno, e para os levantes em massa.

Assim se realiza a bela profecia de Jean-Jacques Rousseau: “La chair à canon va se mettre à penser, et à perdre l’admiration d’être canonnée...”

Também já é tempo! Porque, se o mal fosse irremediável, e se, depois de dezenove séculos de civilização cristã, os homens ainda tivessem de continuar a devorar-se uns aos outros como os seus avós chimpanzés se devoraram no início da eras, seria força descreer do progresso, e seria justo esperar e pedir que um cometa descabelado e feroz viesse reduzir a poeira deste estúpido planeta, cheio de uma vérmina incapaz de amar a paz e a justiça...

Assunto bem nosso, bem local, foi a grita que se levantou contra a facilidade com que o júri, ou por outras razões menos confessáveis, declara limpos de toda a culpa os criminosos, que a justiça pública lhe confia.

Pobres jurados!... pagam bem caro o orgulho daquela investidura sagrada!

De certo, ser jurado é cousa que lisonjeia e orgulha. Imaginemos um homem pacato, merceeiro ou industrial, metido consigo e com os seus negócios, calmamente vivendo afastado das honras públicas, das refregas políticas, de todas as complicações sociais. Chamam-no um dia, e oferecem-lhe uma cadeira, dizendo-lhe: “Vai aqui ficar sentado e atento, ouvindo a exposição do crime que Fulano cometeu; ouvirá também a acusação, ouvirá também a defesa, e, depois, consultando a sua consciência, dirá se Fulano é culpado ou inocente, e se a justiça deve aferrolhá-lo na prisão ou mandá-lo em paz!”

Isso deslumbra e comove... Porque, afinal, ser jurado é, para esse homem, ser quase igual a Deus: Deus é quem sonda as almas, quem debaixo da aluvião das mentiras e dos enganos descobre a fugitiva e apagada verdade, quem avalia e pesa o móvel e a razão dos atos humanos, e quem, sem medo de errar, pode traçar a linha precisa que separa a culpa da inocência...

Dar a um homem pacato e simples a investidura de juiz é, pois, investi-lo de uma certa porção de Divindade; e, quando esse homem se convence de que com o seu voto pode servir o Bem, e decidir do destino da vida de outro homem, — é natural que um nobre orgulho o anime...

Mas, ai! também a Divindade tem os seus inconvenientes, os seus aborrecimentos... Nem todos os homens são capazes de suportar sem cansaço algumas dúzias de horas de atenção e imobilidade. Ainda o processo vai em meio, e já o desgraçado amaldiçoa a sua investidura quase divina... E as horas correndo, correndo, e ele, com a cabeça atordoada, com um zum-zum nos ouvidos, morto de fadiga, desesperado, furioso, maldizendo a hora em que fez a rematada tolice de aceitar aquela missão... E o processo continuando, continuando, sem fim, como um deserto longo e amarelo, sem a sombra de um oásis...

Chega por fim a hora do julgamento... E o jurado julga o processo, e dá o seu voto, com a inteligência que a Natureza lhe deu; e não tem culpa de dar um voto errado: porque, enfim, a Justiça, antes de lhe confiar aquele difícil e espinhoso encargo, não lhe perguntou se ele era inteligente ou estúpido, honesto ou desonesto... E, quando o julgamento não satisfaz o público, é o pobre jurado quem paga as custas morais (ou imorais) do processo, sendo acoimado de idiota... ou de venal!

E aí está o que ele lucra com toda aquela estopada!

Bem pesadas e medidas as cousas, mais vale não se meter a gente a competir com Deus, no ofício de jogador...

Já houve, na Avenida Central, a festa do levantamento de cinco ou seis cumeeiras de novos prédios. Ao longo da imensa artéria, rasgada no coração da cidade, vão pouco a pouco apontando, saindo do solo, crescendo, subindo, pompeando à luz, os palácios formosos. Aquilo que apenas parecia um sonho absurdo de megalomania, pouco a pouco se transforma numa radiante realidade...

Acabo de reler o que aqui se escreveu, no primeiro número da *Kosmos*, há pouco mais de um ano. Dizia o cronista que a *Kosmos* acompanharia, de passo em passo, a transformação da cidade, assinalando todos os seus progressos, seguindo com interesse o seu lento evoluir para a regeneração higiênica.

Esse propósito não pôde ser de todo cumprido, porque o progresso foi muito mais rápido e muito mais completo do que era lícito esperar. Quando apareceu o primeiro número da *Kosmos*, as obras do porto e as da avenida ainda eram um simples projeto: não havia um só prédio demolido, e muita gente acreditava que tudo ficaria em sonho, e que nem em vinte anos tomaria corpo um só dos planos do governo.

Mas, em um ano, a coragem e a inteligência operaram milagres. A avenida está cheia de prédios; e, felizmente, não se justificou o único receio, que ainda me afligia: os prédios novos, ao contrário do que era para temer, não são casarões formidáveis e terríveis, sem gosto e sem arte, mas palácios modernos, capazes de honrar qualquer cidade civilizada.

A *Kosmos*, que nasceu com a nova era da vida urbana, e que, por isso, queria ser um espelho fiel, onde de traço em traço se viesse refletir a história dessa era, já não pode cumprir o seu programa: em cada mês, a cidade progride um ano, e seria preciso, para que aquele programa fosse respeitado, que as páginas da revista fossem da primeira à última dedicadas exclusivamente ao registro desse progresso.

Antes assim...

Patrocínio, — consagremos a esse grande morto as últimas linhas da *Crônica*! — recebeu, depois de morto, a mais bela consagração de quantas já nesta terra glorificaram o nome de um homem. O povo quis conduzir ao cemitério, numa apoteose, o corpo do Libertador; e, quando o cortejo fúnebre atravessou a cidade, parecia que o féretro ia boiando sobre as palpitações de um imenso oceano. Todos quiseram ter a honra de se aproximar durante alguns segundos daquele caixão, em que jazia o apóstolo...

Agora, para que a consagração seja completa, falta apenas a estátua: e essa, em breve, há de surgir numa praça pública, para atestar a gratidão de todos nós.

Em 1888, logo depois da vitória do Abolicionismo, quando já as injúrias e os doestos choviam sobre Patrocínio, um poeta, que sempre foi tratado como filho por esse homem extraordinário, e que, mais do que ninguém, em longos anos de intimidade, pôde saber quanto era nobre e puro o seu grande coração, e quanto eram infames as calúnias que o feriam, escreveu estes versos, agora reeditados como uma derradeira homenagem:

Quando, ao braço o broquel, combatias, sozinho,
 Calmo, o gládio imortal vibrando às mãos, certo,
 — De que bênçãos de mãe era feito o carinho,
 Que ungia a tua voz, glorioso Justiceiro?

Treva, em cuja espessura os sóis fizeram ninho!
 Foi de dentro de ti que, para o cativo,
 Saiu, como um doirado e alegre passarinho,
 Num gorjeio de luz, o consolo primeiro...

Hoje, do mar da inveja, em vão, para o teu rosto
 Sobe o lodo... Sorris: e injúrias e ironias
 Vão de novo cair no podre sorvedouro...

E, eterno, à eterna luz dos séculos exposto,
 Ficas, — tu, que, ao nascer, já na pele trazias
 A imorredoura cor do bronze imorredouro!

Patrocínio sobreviveu dezesseis anos à sua grande vitória; durante esse longo tempo, muita ingratidão o feriu, e muito desgosto lhe amargurou a existência. Agora, porém, não tarda que o Brasil lhe pague o que lhe deve, dando-lhe a estátua vaticinada naqueles versos...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1905. p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Março de 1905

“Uma raça futura, não tendo talvez com a nossa uma só semelhança, há de suceder-nos no domínio do planeta. Esses novos senhores da Terra hão de desprezar-nos ou ignorar-nos. E nós não podemos agora imaginar qual será o espírito desses dominadores futuros, assim como o paleopiteco dos montes Siwalik não pôde prever o pensamento de Aristóteles, de Newton, ou de Poincaré”.

São essas as palavras que fecham o novo livro de Anatole France, “La Pierre Blanche”, — um volume de arte apurada e de melancólica filosofia, em que, sob o pretexto de narrar cousas e fatos da vida da velha Roma, o grande escritor francês analisa e critica, com malicioso ceticismo, todas as complicações da vida universal contemporânea.

Já é nessa esperança do advento de uma nova humanidade, que se refugia agora o ardente socialismo de Anatole France. Também ele, como todos os que se têm deixado embalar pela utopia do progresso moral, já desespera de poder ver ou prever o início de uma regeneração social, — que torne os homens iguais, senão em inteligência, ao menos em bondade e em amor da justiça.

A História é uma eterna repetição. As paixões essenciais, que governam o mundo, são ainda hoje as mesmas que o governavam há cem séculos, quando começou a florescer no vale do Nilo a mais velha das sociedades conhecidas: — o amor da mulher e o amor do dinheiro, a brutalidade e a ambição, a inveja e o medo. Se os homens tivessem de melhorar moralmente, já teriam dado alguma prova disso, nesse dilatado período de dez mil anos... O progresso, até hoje, tem sido apenas material; creio bem que, em qualquer sociedade moderna, o número dos malfetores, dos egoístas, dos invejosos, dos cruéis, é tão grande como no tempo em que o alto guerreiro Medès fundou em Memphis a primeira dinastia egípcia.

Nesses dez mil anos, a humanidade só tem sabido amar com fervor a carnagem. Grandes guerras entre povos, — lutas de fome ou de vingança; e pequenas guerras entre homens, — lutas de inveja ou de interesse. O derrame de sangue tem sido a base de todas as conquistas. Sem sangue, a humanidade ainda não deu um só passo...

Anatole France, que ainda nos seus últimos livros acreditava no advento próximo de uma nova organização social, fundada no amor e na justiça, acaba de confessar o *crack* da sua crença e das suas esperanças. Por quê? — porque deixando a torre de marfim do seu Sonho, saiu a misturar-se à multidão dos que pelejam nas ruas a batalha política. Então, caiu dos seus olhos o véu que os cobria: e ele claramente viu que somente os poetas, — arredados da vida

prática, vivendo em companhia de ficções, alimentando a sua imaginação com o próprio fogo que a devora, ignorando os móveis baixos que governam os homens, — podem acreditar na utopia da regeneração social... Foi a sua campanha em favor de Dreyfus e foi a sua batalha em prol do ministério Combes que lhe mataram a ilusão: Anatole France é hoje mais um dos muitos Dons Quixotes desiludidos que enchem o mundo.

O Homem explorou toda a Terra, e devassou os mares. Para quê? para dilatar o campo em que exerce o seu instinto guerreiro.

Foi só para isso que ele quis conhecer e dominar todo o planeta.

Que lhe falta agora? senhorear-se dos dois pequenos pontos da Terra que os gelos eternos amortalam, e avassalar o espaço infinito.

Hão de ver que, no dia em que se puder chegar com facilidade ao centro das duas zonas glaciais, — haverá logo ali um conflito entre exploradores de raças diversas, e o sangue humano selará essa nova conquista do gênio do Homem...

Quanto à conquista dos ares, já o nosso Santos Dumont se encarregou de claramente nos dizer qual será o melhor serviço que ela virá prestar à humanidade.

Esse nosso ilustre compatriota, dando a amostra de um ardor guerreiro que ninguém nele adivinhava, acaba de publicar, no primeiro número do magazine francês “Je sais tout”, um belicoso artigo em que nos mostra um aeróstato futuro (felizmente apenas ainda futuro) — monstro formidável, carregado de dinamite, despejando do alto do céu a morte sobre exércitos e esquadras.

Do alto do céu! que blasfêmia!... Do alto do céu, onde se vão abrigar os sonhos de todos os sofredores e de todos os oprimidos, na esperança de uma vida melhor! do alto do céu, que nos oferece, para nos consolar das misérias da terra, o esplendor das suas madrugada de ouro, dos seus ocasos de fogo, das suas sementeiras de estrelas! do alto do céu, que só nos dá os raios e as inundações para fecundar a terra e amadurecer as suas colheitas! do alto do céu, que só nos tem parecido até hoje uma residência invejável porque nos dá a ilusão de abrigar no seu âmbito infinito, existências mais belas, mais nobres, mais amigas da paz e da justiça do que a nossa!... que blasfêmia e que maldade!

Decididamente, mais vale, como consolo platônico, apelar para uma humanidade nova, que aparecerá daqui a um milhão de séculos sobre a Terra... Um milhão de séculos! és capaz de contar isso pelos dedos, tu que me lês? — nem pelos dedos, nem pela imaginação,

desgraçado! como vês, o consolo não pode ser mais platônico: mas é o único que posso oferecer...

Porque, enfim, esta humanidade, que aqui está, batalhando ou especulando, ganhando riquezas ou morrendo de fome, cometendo crimes por causa do coração ou por causa do estômago, fazendo cousas sérias ou cousas fúteis, descobrindo a direção dos balões ou escrevendo *crônicas* insípidas como esta, — é uma humanidade que já mostrou para quanto serve.

E se não queremos reconhecer esta verdade e sofrer com ela, — façamos isto, leitor amigo: fechemo-nos na torre de marfim do Sonho, vivamos sonhando, morramos sonhando e deixemos que o Tempo vá devorando pouco a pouco os trinta e seis bilhões e quinhentos milhões de dias (sem contar os dias dos anos bissextos) que ainda separam a humanidade de um progresso moral... problemático!

O.B.

[BILAC, Olavo. *Crônica. Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1905. p. 4, 1. col.]

CRÔNICA

Abril de 1905

Quando este número da *Kosmos* aparecer, abril estará agonizando, e maio, o mês das rosas e dos poetas, estará preparando a sua entrada festiva. Por todas as igrejas, os sinos cantarão, num barulho de vozes claras, a formosura e a candura de Maria; e nos altares, entre os festões de luzes fulgentes, a Senhora sorrirá, coroada de flores, radiante no seu manto azul salpicado de estrelas.

Para os anos europeus, é que a chegada de maio é a chegada do amor, da alegria e da felicidade. Lá, quando entra maio, já se derreteu a neve dos caminhos, ao primeiro beijo do sol. Já o céu, todo azul, desfeitas as longas neblinas tristes do inverno, se recurva amorosamente sobre a rejuvenescida terra, que desperta do seu melancólico sono; pelas galhadas ainda nuas das árvores, já aparecem, pequeninos e tenros, os gomos carnudos da folhagem, como uma nuvem de inúmeros besouros verdes. E, então, o ano começa a correr, a florescer, a cantar, iluminado e calmo...

Mas, para os anos brasileiros, maio chega sem surpresas e sem novidades. Aqui, de janeiro a dezembro, a terra é sempre a mesma, toda aberta em flores, e o mesmo é o céu, inalteravelmente azul, e o mesmo é o sol, perpetuamente claro. Bela terra da primavera eterna! Por que não saem os teus filhos do teu ventre fecundo, armados, como tu, dessa

inalterável mocidade? Por que temos nós o desgosto de ver os nossos primeiros cabelos brancos, e de chorar os nossos primeiros reumatismos, e de suportar os nossos primeiros desesperos, vendo-te, a ti, nessa incomparável e imutável juventude, tão velha e sempre tão moça, ó mãe de todos nós, Cibele de peitos que nunca se esgotam e de entranhas que não se fatigam nunca?

O Rio de Janeiro só dá pela chegada de maio, quando, lá para os lados da Cadeia Velha, ouve o primeiro palrar dos deputados. Nós só temos olfato para as flores... de retórica!

Não sei bem se, neste último ano da atual legislatura, os deputados poderão pensar nas cousas sérias de que dependem a nossa segurança de nação e o nosso futuro de povo. Talvez não possam: os oito meses de seção, de maio a dezembro, talvez sejam poucos e curtos para a liquidação dos compromissos da política interna e para os preparativos da renovação do mandato...

Ah! se os deputados tivessem tempo para tratar, ainda este ano, de assunto urgente e sagrado, seria lícito pedir-lhes que atentassem na necessidade de organizar a defesa das nossas fronteiras. Eu, por mim, sou amigo da Paz, mas também sou amigo da Desconfiança. E acho que aquela divisa: — *si vis pacem, para bellum* — ainda é a que mais convém aos povos pacíficos, mais precavidos. Já não é segredo para ninguém que temos vizinhos em armas, apercebidos de formidáveis recursos de guerra que num dado momento podem ser empregados contra nós. Nós, que temos? — temos somente uma confiança ilimitada na Providência Divina...

E não se diga que os nossos vizinhos apenas possuem armamentos: o que eles possuem de melhor (de mais perigoso para nós) é uma perfeita organização moral dos seus exércitos: nos países que cercam o nosso, o serviço militar é obrigatório; e neles o serviço nas fronteiras não é tido, como aqui, na significação de um castigo disciplinar, de uma pena imposta às rebeldias e à indisciplina.

O brasileiro tem uma repugnância notável pelo dever militar: é esse um vício, velho e enraizado. E é um vício que depende de um abominável preconceito.

Lembro-me bem que, já no meu tempo de menino, um pai qualquer, quando queria intimidar um filho peralta e vadio, ameaçava-o sumariamente com estas poucas palavras expressivas: “Olha que, se facilitas, ponho-te uma farda às costas!” E essa ameaça era a mais tremenda de todas: raras vezes o menino deixava de se corrigir. Vede, para exemplo, a guarda nacional: não falta quem queira ser coronel, capitão ou até alferes da milícia cívica; mas ide dizer a qualquer cidadão que o seu dever é ser soldado raso: ele, indignado, vos dirá que a

farda de soldado raso da guarda nacional só foi feita para as costas dos capadócius...

Num caso de afronta, nós só poderemos contar com o exército regular. Mas, entre o exército regular e os governos, se tem estabelecido um perigoso *mal entendu*: o serviço militar das fronteiras, — o mais importante, num país que tem mais de oito milhões de quilômetros quadrados de território e sete países limítrofes — ainda não foi bem compreendido, segundo parece, nem pelos governos, nem pelos militares. Ainda há poucos dias, um oficial foi mandado para a fronteira de Mato Grosso, depois de alguns dias de prisão: o que daí se conclui é que essa viagem foi uma pena disciplinar, complementar da primeira; assim, esse serviço que deveria ser um sacrifício nobre e glorioso, uma demonstração de patriotismo e de desinteressada dedicação, fica sendo um castigo. As fronteiras são o terror dos militares: e, como nas fronteiras é que pode um dia residir o perigo, não se sabe bem a que desastres nos poderá conduzir a inexperiência que resulta desse terror.

O que a diplomacia brasileira conquistou nestes últimos dois anos já é uma vitória: mas é bom assegurar a conquista de modo eficaz, salvando-a de assaltos futuros. Ai de nós! ainda não é tempo de esperar o desarmamento universal: não queiramos ser cordeiros entre lobos...

Mas como pedir tão largo serviço a um Congresso que vai fazer o seu testamento? Apelemos para o Congresso futuro, e esperemos que o trabalho da organização da defesa das nossas fronteiras venha, dentro de poucos anos, completar os três trabalhos que já quase se concluíram: o da reorganização das finanças pela seriedade da administração econômica, o da reabilitação do clima pelo saneamento, e o do restabelecimento da hegemonia moral pela inteligência da interdiplomática. Não devemos desejar marinha forte e exército poderoso para aterrar e ameaçar os nossos vizinhos, mas devemos desejá-los para não sermos ameaçados e aterrados por eles.

E agora reparo que, das rosas de maio e das belezas do nosso outono, resvalei, nem sei como, para cousas de guerra... Ai! nem tudo é poesia na vida!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1905. p. 4, 1. col.]

CRÔNICA

Maio de 1905

Maio não é somente para o Brasil um mês de lindo céu, de lindas flores, de temperatura suave e de belas festas religiosas e mundanas: é também um mês de

comemorações cívicas, — o mês sagrado em que, se não fôssemos um povo sem entusiasmo, celebraríamos com exaltado júbilo as duas maiores datas da nossa história. 3 de maio é o natalício da Nação; 13 de maio é a sua emancipação moral, o seu batismo de civilização.

7 de setembro e 15 de novembro assinalam apenas duas evoluções políticas, a transformação da colônia em metrópole e a mudança do governo hereditário em governo eletivo.

Mas as duas datas de maio têm uma significação especial e santa: a primeira recorda o desabrochar da Terra, cuja grandeza adormecida nem era suspeitada pelos que a vinham descobrir; a segunda lembra o desabrochar da Alma Brasileira, lavada num banho lustral de Justiça, formada pela fusão fraternizadora de todas as raças. Em 7 de setembro, o Brasil ganhou apenas a confirmação da sua existência política; mas a nossa existência moral só começou em 13 de maio, quando destruimos o erro secular que nos infamava, e fazia da nossa ridícula civilização de país escravizador um disparate cronológico, um anacronismo social; até 13 de maio de 1888, nós estávamos moralmente revivendo uma civilização da Idade Média.

Infelizmente, não temos, entre os nossos hábitos, o de festejar com alegria as grandes datas da nossa história. Não há uma comemoração nacional, — uma só! — que consiga despertar no ânimo deste povo um movimento de júbilo patriótico.

Dir-se-ia que não temos consciência do valor da nossa nacionalidade, nem do progresso que conquistamos em quatro séculos de vida. Parece que nos envergonhamos do que somos, e que não temos orgulho do passado nem esperança no futuro.

Essa vergonha, essa desesperança, essa falta de consciência, se realmente as sentíssemos, seriam absurdas.

Houve, é certo, no Brasil, um longo período de estagnação. Mas os últimos anos têm sido de um trabalho fecundo, de um progresso real, de uma decidida e vitoriosa marcha para o Bem e para a perfeita civilização.

Em 1820, há menos de um século, o Brasil era um vasto deserto físico e moral.

Quem quiser fazer ideia do que eram, nesse tempo, os nossos costumes, leia estas linhas, que são, ao mesmo tempo, cômicas e dolorosas:

“O Brasileiro levanta-se da cama ao nascer do sol; não gasta tempo em vestir-se, porque não se havia despido; em ceroulas, demora-se fumando à porta, que só abandona para ir repousar na rede; se alguém lhe pergunta onde mora um seu vizinho, é cousa que ele ignora: falar, fatiga-o tanto como pensar. O luxo é sólido e grosseiro. Uma senhora vai à missa

acompanhada por numerosos escravos adornados com riqueza, e, muitas vezes, voltando à casa, assenta-se numa esteira, onde come, com a mão, peixe salgado e mandioca...”

Isso era escrito, em 1818, por um certo Mr. de Tollenare, que andou passeando por todo o Brasil. Ferdinand Denis apreciava muito as narrativas desse viajante, admirando sobretudo “a verdade com que eram escritas”. Ainda descontado o que essa descrição possa ter de exagerado, grande motivo há nela para grande consolo: de 1818 até hoje correu menos de um século; e nesse curto espaço de tempo, foi tão sério o nosso progresso, que aquele quadro já nos faz rir...

E querem ler o que Ferdinand Denis escrevia em 1840 acerca da sorte dos escravos no Brasil? Aqui está:

“Nas roças, é o feitor quem ordena os castigos. Nesta circunstância, é o desditoso escravo atado a um mourão; ou, sendo no meio do campo, amarram-no de modo mais singular e mais cruel ao mesmo tempo: um pau curto, passado por entre as pernas, e ao qual se atam ligaduras, entrega o paciente ao seu algoz. No Rio de Janeiro, há certos regulamentos, relativos à espécie de castigos que podem ser impostos aos cativos. Se o delito parece exceder o grau de culpabilidade tolerado nas relações habituais do senhor com o escravo, é este incontinentemente enviado ao calabouço, onde os açoites lhe são administrados pela mão do verdugo, em presença de um inspetor. As culpas leves são sem demora punidas para que este gênero de correção seja um verdadeiro suplício. Nada é mais doloroso, para um estrangeiro, do que ver sem cessar repetir este castigo doméstico, que até as próprias mulheres não se abstêm de aplicar aos seus escravos dos dois sexos...”

Não é verdade que a leitura dessas linhas causa horror e espanto? Esse horror e esse espanto mostram quanto progredimos social e moralmente em tão pouco tempo. São cenas, por assim dizer, de nossa vida de ontem: e parece-nos que já estamos a dois ou três séculos dessa vida!

Seria, portanto, absurdo, que a nossa frieza nas comemorações cívicas proviesse de uma falta de consciência do nosso valor e do nosso progresso. Somos hoje um povo forte e livre. Já temos arte e comércio, indústria e civilização: os nossos sertões hão de ser, dentro de cinquenta anos, uma imensa colmeia humana, ressonante dos hinos de paz e do trabalho: e a nossa capital, daqui a um lustro, será a mais bela da América do Sul.

O que nos falta é entusiasmo. As colônias estrangeiras que aqui vivem conosco, — a italiana, a portuguesa, a francesa, a alemã, a inglesa, — gastam rios de dinheiro em festejar as

suas grandes datas. Isso contrasta singularmente com a nossa frieza e com a nossa indiferença...

O Brasil está cheio de gente preta ou mestiça, que a grande lei de 13 de maio veio redimir e integrar na comunhão brasileira. Mas quantos libertos foram visitar nesse dia os túmulos dos seus libertadores? quantos deles foram beijar a sepultura de José do Patrocínio, o Cristo da raça negra, crucificado pela ingratidão e pela calúnia? quantos deles saíram à rua, em bandos jubilosos, para festejar o grande dia do Amor e da Igualdade?

Ai de nós! a festa de 13 de maio passou, como a de 3 de maio, sem uma só vibração de alegria popular... Bandeiras nas repartições públicas, retumbar de salvas chochas, e ridículas reticências de gás nas gambiarras dos ministérios: mais nada!

Que é que assim nos faz tão tristes, tão desanimados, tão parados? Será o clima? será a falta de educação cívica?

Seja o que for, é uma desgraça!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, maio de 1905, p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Junho de 1905

Grato mês! mês de folguedo e poesia, para quem é adolescente, mês de saudades mais consoladoras do que tristes, para quem já envelheceu ou começa a envelhecer. Que importa a velhice? lembrar ainda é viver... Os adolescentes não sabem como é doce recordar o bem que passou, a ventura que fugiu: o que eles amam é o mistério do futuro, as venturas que hão de vir, o bem que ainda hão de gozar. Mas o futuro é incerto, e o passado é certo: quem já amou e foi amado é mais feliz do que quem há de amar e ser amado.

Eu, por mim, quando vejo chegar este mês de junho, começo a viver uma vida intensa e deliciosa de recordações. É como se houvesse uma exumação do meu passado, — uma ressurreição dos meus sonhos mortos, que começam a desfilar diante de mim, em ronda lenta, conservando ainda a frescura primitiva: e eu a mirá-los, a contá-los, a rever-me neles, a regozá-los... Chamo-os, e eles vêm chegando, de um em um, — sonhos de amor, sonhos de glória, sonhos de felicidade, — alguns realizados, outros mortos ao nascer, mas todos encantadores e consoladores.

Ah! quem pudera cantar a vossa beleza, antigas e amigas noites de junho da minha adolescência!

Nesse tempo, a cidade era mais feia, menos povoada, menos civilizada do que hoje: e, justamente por isso, a vida era mais ingênua, as festas eram mais simples, — quase festas da roça...

Assim que a tarde morria no longo crepúsculo do inverno, assim que as estrelas começavam a palpitar sob o véu translúcido das névoas, — os balões de Santo Antônio, São João e São Pedro principiavam a subir, vermelhos, doirados, verdes, indo e vindo ao sabor do vento, e perdendo-se no céu como outras tantas estrelas.

No meio das chácaras, avermelhando com o seu clarão as grandes árvores, ardiam as fogueiras; em torno delas, muito namoro começou, para acabar em casamento: milagre dos Santos de junho, ou milagre da suave poesia dessas noites de indefinível encanto?...

Ao romper da manhã, quando a festa acabava, e ao último estouro dos foguetes se unia o primeiro cantar dos galos, — rapazes e raparigas iam ver a *sorte*, que o céu lhes destinava, nas gemas e claras de ovo que tinham ficado, toda a noite, em copos, expostas ao sereno.

Quanta cousa a boa vontade e a imaginação descobriam dentro dos copos! Neste, o ovo desmanchado formara um navio amarelo, apendoado de velas brancas; naquele, uma igreja aprumando as suas torres doiradas; naquele outro, uma cama... Eram claros os vaticínios: o primeiro copo indicava uma viagem próxima, o segundo um casamento, o terceiro uma doença grave.

Às vezes, a gema e a clara do ovo mentiam, com uma desfaçatez revoltante.

Sucedeu-me uma vez encontrar no meu copo uma combinação incompreensível: a gema achatara-se, formando um bloco quadrado, encimado pela clara, que se separara em um retângulo central e quatro cilindros laterais. Que será aquilo?

Foram chamadas todas as pessoas da casa. Houve uma discussão prolongada. Até que uma velha senhora, muito entendida em adivinhações e esconjuros, explicou o mistério.

— Não há nada mais simples! isto é um altar!

— Um altar?!

— Um altar! esta cousa amarela é a pedra da ara; esta cousa branca é a missa; estes canudinhos são os círios; e tudo isto quer dizer que este menino há de ser padre! Há de dizer missa e talvez ainda venha a ser bispo!

Padre! bispo! — acabei jornalista... Enfim, como se costuma dizer que “a imprensa é um sacerdócio”, — talvez eu não tenha o direito de duvidar do acerto daquela singular profecia!

E as revelações dos “livros de sorte”!

Não havia mocinha que não pedisse a Santo Antônio ou a São João a inicial do nome do homem com quem havia de casar; São João e Santo Antônio, com uma paciência realmente digna da bem-aventurança do céu, respondiam logo, indicando um *A*, um *O*, um *J*, um *L*. Pouco importava que, daí a meses ou a anos, a rapariga a quem coubera um *L*, casasse com um Antônio, e que a casadoira aquinhoada com um *O* fosse pedida por um *Jorge*; — desde que o casamento se fazia, o milagre estava feito: e a troca das letras era atribuída a um engano dos santos, — engano bem desculpável em quem tinha de despachar tantos requerimentos numa só noite...

Certa vez, numa noite de São João, — tinha eu 16 anos, idade que já me parece mais afastada do que a do homem das cavernas!... — lembro-me que uma mocinha, a mais linda da casa, teve a indicação de um *T*.

Era um formoso tipo de menina carioca, franzina e graciosa, de um moreno pálido, de olhos grandes e profundos cheios de langor e carinho. Todos os rapazotes da roda a requestavam. Aquele *T* deu lugar a gracejos, a despeitos a invejas. Que nome indicaria a inicial? Thomaz? Tito? Theodoro?

Ela, sorrindo, protestava que não conhecia nenhum Theodoro, nenhum Tito, nenhum Thomaz. Pobre! seis meses depois, uma tuberculose traiçoeira a levava a vida... E não faltou quem visse nisso a confirmação da profecia do “livro de sortes”: a coitadinha havia realmente casado com um *T*, pois que casara com o túmulo...

Não foi essa a única das meninas do meu tempo que vi morrer. Mas tantas outras viveram e vivem ainda, e casaram, e foram felizes ou infelizes!

A uma delas a sorte do “copo” vaticinou que casaria com um alfaiate: foi a interpretação que deram à forma da gema, que se abriu em duas aspas articuladas, como as duas folhas de uma tesoura. A rapariga não casou com um alfaiate: mas casou com o sujeito mais maldizente, mais “má-língua” e mais “cortador” que jamais houve no mundo!

Quantas recordações alegres e tristes!

Hoje, no Rio de Janeiro, já as noites de junho não têm essas festas. A cidade cresceu, civilizou-se. Os bairros outrora quase desertos e cheios de chácaras imensas, onde se

queimavam as fogueiras de S. João, estão hoje cortadas de ruas entrecruzadas, cheias de casas pequenas, empilhadas umas sobre as outras. No perímetro da cidade, é impossível soltar um balão sem o risco de incendiar um prédio ou um quarteirão...

As festas de Santo Antônio, de São João e de São Pedro foram exiladas para a roça, para a paz bucólica e patriarcal dos campos.

Não me queixo disso: cidade é cidade, — e não se compreende que uma capital moderna tenha os mesmos costumes de uma aldeia. E, depois, que me importa que já não haja balões e fogueiras, quando já não posso soltá-los e saltá-las?

E que tenho eu com as noites de junho agora? Bastam-me as antigas, basta-me a sua recordação, para que eu seja feliz, neste doce mês, em que se celebra a festa dos três santos mais pacientes, mais pachorrentos e mais condescendentes do calendário...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, junho de 1905. p. 4, 1. col.]

CRÔNICA

Novembro de 1905

Os romanos consagravam o mês de Novembro à deusa Diana: e pintavam-no com a figura de um velho sacerdote de Ísis, de alva túnica e alvas barbas.

No Brasil, a tradição das revoluções e das revoltas de Novembro parece ter consagrado esse mês ao deus Marte; e, por coerência, devíamos modificar a sua representação iconográfica, dando-lhe a figura simbólica de um soldado, de mochila às costas e carabina em punho.

O Novembro deste ano teria procedido como um Novembro desnaturado e indigno, se decorresse manso e monótono, sem uma dessas violentas explosões sediciosas, que, pela sua constante repetição, já não conseguem comover-nos... Mas não! este, como os dos outros anos, não quis passar sem um retintim de armas, sem um vociferar de canhões, sem os horrores de um levante; e a cousa, desta vez, durou pouco, mas foi completa: aparato de guerra em terra e no mar, assalto e tomada de uma fortaleza, alguns mortos, bastantes feridos...

Quando se realizou há pouco a série das grandes manobras militares no Curato de Santa Cruz, dizia eu a um amigo: “Chega a parecer monstruoso de inépcia que se tenha privado o nosso exército de grandes manobras durante mais de vinte anos! que vale um

exército sem exercício?...” Ao que o meu amigo, com tristeza e ironia, observou: “Sem exercício? mas há quinze anos o nosso exército não tem feito outra coisa senão exercitar-se, ora promovendo, ora reprimindo revoltas... Que melhor exercício que esse?...”

Se os meses pudessem ser exorcizados como as criaturas, seria bom que, todos os anos, logo no dia de Todos os Santos, se praticasse sobre o mês de novembro essa misteriosa operação, com que se expulsa o Demônio do corpo dos energúmenos.

Deu-nos Roma um Cardeal... Peçamos-lhe mais alguma cousa: que ela nos desendemoninhe este mês de novembro, sempre tão possuído do maligno espírito da Revolta!

Felizmente, nem tudo foi susto e desgosto nestes trinta dias. Se a Guerra e a tristeza tiveram, neles, o seu quinhão de homenagens, as homenagens mais calorosas e duradouras foram para a Civilização e para a Paz. Inaugurou-se a Avenida Central: e do Rio de Janeiro, deslumbrado e glorificado por tal acontecimento, é lícito dizer o que disse Gonçalves Dias do pai de *I Juca Pirama*:

Este momento só vale apagar-lhe
Os tão compridos trances, as angústias,
Que o frio coração lhe atormentaram...

Inaugurou-se a Avenida! Parece um sonho... Onde estás tu metido, Carrancismo ignóbil, que por tanto tempo nos oprimiste e desonraste? Em que furna lóbrega, em que socavão escuro te foste esconder envergonhado? Em vão te procurei, nestes últimos dias e nestas últimas noites de Novembro, pela radiante extensão da Avenida formosa: não vi, em parte alguma, o teu olhar sinistro em que a má vontade reluz perpétua, a tua boca franzida num eterno sorriso de sarcasmo, a tua fronte envergada numa perene contenção de birra e malevolência... Andas, com certeza, homiziado nos becos sujos, em que se mantém ainda a tradição do mau gosto e da imundície: afugentou-se a luz da Avenida, horrorizou-te a alegria do povo, fulminou-te o despeito!

Há menos de dois anos, no terceiro número da *Kosmos*, esta “crônica” registrava o começo dos trabalhos grandiosos, agora coroados, num triunfo consolador, do mais completo êxito:

“Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas

suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles materiais apodrecidos que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente...”

Isso era escrito em março de 1904. Há vinte meses apenas!

Onde se vai perdida a nossa fama de povo preguiçoso, amolentado pelo clima e pela educação, incapaz de longo esforço e de tenaz trabalho? Em que outro país do mundo se realizou jamais um igual prodígio de decisão e execução, uma igual maravilha da coragem e da rapidez?

Essa nossa inveterada e incurável preguiça era uma lenda, uma invenção, uma torpe mentira.

No começo do século 18º, é possível que Ferdinand Denis tivesse razão, quando escreveu: “O brasileiro é preguiçoso: levanta-se muito depois de nascer o sol; não gasta tempo a vestir-se, porque não se havia despido; *em ceroulas*, se demora à sua porta, que só abandona para ir repousar na rede; com dificuldade estende a mão para receber a mesquinha ração de mandioca; e, se alguém lhe pergunta onde mora um seu vizinho, não responde: falar fatiga-o tanto como pensar...”

Todo o viajante é mais ou menos mentiroso: não foi à toa que ao velho Fernão Mendes Pinto, autor das *Peregrinações*, os maliciosos trocaram o nome, escrevendo-o assim: *Fernão, Mentis? Minto!*

Por isso, creio que aquele retrato do “brasileiro do começo do século XVIII”, traçado por Ferdinand Denis, não passa de uma caricatura, exagerada como todas as caricaturas... Mas suponhamos que não haja exagero na pintura: cotejemos o brasileiro de então com o brasileiro de hoje, e reconheçamos que já é tempo de recolher ao gavetão, em que se guardam os chavões inúteis, essa lenda tola da nossa incurável preguiça.

A propósito da citação de Ferdinand Denis: não deixemos sem comentário a propaganda, iniciada pelo *Club Médico*, em favor do vestuário habitual dos homens no Rio de Janeiro.

F. Denis diz que os brasileiros daquele tempo, deixavam-se ficar, às portas das casas, “em ceroulas”. Entre essa sem-cerimônia de outrora e o formalismo de agora, que diferença! Agora, não se compreende um brasileiro sério, grave, digno de respeito, sem pesada sobrecasaca negra e severa cartola também negra, — ainda quando o termômetro marca 33º acima de zero, e o céu despeja sobre a terra uma soalheira de matar passarinhos.

É contra esta moda absurda, e anti-higiênica que protesta o *Club Médico*.

E não se estranhe que de tal clube parta a iniciativa de uma tal propaganda.

Os médicos são as maiores e as mais sofredoras vítimas dessa moda nefasta. A população habituou-se por tal forma ao traje austero e solene dos esculápios, que já os não pode compreender sem sobrecasaca e cartola: não há quase quem admita a ciência e a moralidade de um médico, quando o não vê trajado desse modo. Parece que basta um paletó de casimira clara para transformar um *pater-familias* num galopim, e que basta um chapéu de palha para mudar um Catão num marau. Com sobrecasaca e cartola, o clínico é um sacerdote, a quem se abrem todas as portas de todas as alcovas, e a quem se confiam todos os segredos do corpo e da alma; esse mesmo clínico, porém, quando veste calças de brim branco e jaqueta de alpaca cor de cinza, passa logo a ser um magano, um volatim, um pachola.

Felizmente, a propaganda vai fazendo o seu caminho.

Um dos jornais mais sérios do Rio (o mais sisudo de todos eles!) já chegou a aconselhar que imitemos os *yankees* práticos e comodistas, os quais, nos dias de canícula, perambulam pelas ruas de New York e Chicago, em mangas de camisa, com o colete desabotoado, e trazendo o paletó dobrado, ao braço, à guisa de sobretudo...

Jesus! Não vamos tão longe! Para fugir de um extremo absurdo, não é preciso ir cair no extremo oposto, igualmente absurdo. Não nos vistamos como se vestem os Lapões, nas suas terras perpetuamente geladas, mas também não nos vistamos, ou antes: não nos dispamos como se despem os Cafres, na sua pátria perpetuamente abrasada.

Atravessar esta cidade, num dia de verão, sob o peso de uma opalanda e de um chapéu alto, é uma loucura; mas por outro lado, ir percorrer a Avenida em mangas de camisa, é uma indecência.

Prestigiemos os fatos claros, os sapatos amarelos, os leves chapéus de palha: mas não preguemos a sem-cerimônia exagerada, — porque, em tal caminho, poderíamos ir até ao ponto de aconselhar... a nudez!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1905. p. 2, 1. col.]

CRÔNICA

Dezembro de 1905

Dezembro... Mês das liquidações, mês do balanço final de cada ano...

Que interessante capítulo de psicologia poderia compor qualquer de nós, se organizasse, durante todo o ano, dia a dia, hora a hora, a escrituração da sua vida, fechando-a, neste mês de dezembro, com um balanço geral! Não me refiro, está claro, a uma escrituração

comercial, em que se registrassem a receita e a despesa de cada dia e de cada mês. Refiro-me a uma escrituração... moral, em que tu, leitor amigo, fosses arquivando os teus pensamentos bons e os teus pensamentos maus, as tuas alegrias e as tuas decepções, as tuas obras de misericórdia e as tuas obras de vingança, os teus atos de tolerância e os teus atos de rancor. Imagina que livro admirável dariam, no fim do ano, essas páginas diárias! — nesse livro estudarias a tua própria alma, e nele te reverias, como num espelho, em que, por milagre, se houvessem fixado todas as tuas ideias e todas as tuas ações durante trezentos e sessenta e cinco dias...

Mas isso é um sonho! não há homem bastante sincero, bastante justo, bastante leal, para realizar esse trabalho com imparcialidade: cada um de nós teria o cuidado de somente arquivar, no livro da escrituração, as suas ideias nobres e as suas ações generosas, esquecendo as grandes e as pequeninas maldades, de que anda sempre cheia a vida do melhor dos homens...

Sem esse registro diário, não nos é possível saber, com segurança, no fim de cada ano, se progredimos ou retrogradamos moralmente, se ficamos melhores ou piores do que éramos. Naturalmente ficamos piores, mais egoístas, mais duros: a Vida é uma rude escola, — e somente um santo, um homem excepcionalmente bom, poderá conservar o coração imune do contágio dos maus corações que o rodeiam...

A nossa capital é que, decididamente, está ficando melhor.

Mas não nos deixemos inchar de um orgulho desmesurado: ainda lhe falta muito para que ela seja o que deve ser.

Sempre que chega o verão, — este terrível estio carioca, que nos derrete os miolos dentro do crânio, — eu pergunto a mim mesmo, com espanto, porque é que não aproveitamos como devíamos, para residência estival, estas admiráveis montanhas que cercam a cidade, — a Tijuca, por exemplo, — um paraíso situado tão perto de nós, e tão desprezado pela nossa inqualificável indiferença. Todos sabem que a Tijuca é uma maravilha, todos o dizem, e todos afirmam com vaidade que não há em toda a Terra uma cidade possuidora de igual fortuna. Essa fortuna, porém, ali está, há séculos, desdenhada, como se fosse uma inutilidade. Podemos dizer, dando às palavras o seu verdadeiro sentido, que a Tijuca é uma maravilha “para inglês ver”: porque só a sabem admirar alguns estrangeiros, quase todos representantes desse forte povo inglês, tão curioso e “touriste” por temperamento, — que nasceu para viajar, para explorar a Terra, e para gozar tudo quanto ela tem de bom e de belo.

Como é que ainda ninguém se lembrou de fundar lá em cima, no alto da Tijuca, uma vila de verão, com palacetes confortáveis, com um Cassino e um parque, com todas as comodidades de uma perfeita estância, estival, — onde a gente de dinheiro e de bom gosto vá passar, em plena floresta, mas perto dos seus negócios, e livre do calor e da poeira, estes meses abrasados em que o Rio de Janeiro tem fogo vivo no ar? Ainda ninguém se lembrou disso... E a gente rica e de bom gosto continua a transferir, de dezembro a maio, os seus penates, para a úmida e longínqua Petrópolis, sujeitando-se a estafantes viagens diárias, que transformam o veranista em um mártir do “chic”, em um calceta da elegância...

Deixemos porém a Tijuca entregue aos ingleses, deixemos a gente rica preparar-se para se ir aborrecer em Petrópolis, e louvemos o ato do Prefeito, ordenando que, entre as disciplinas escolares, nas Escolas Públicas, figure todos os dias uma saudação dirigida à bandeira nacional.

É um ato que tem uma alta significação, e que vai influir notavelmente no sentido de corrigir um dos nossos mais velhos e feios costumes: o costume de não saudar o pavilhão brasileiro, quando ele passa nas ruas no centro de um batalhão em marcha.

Bem sei que não é somente esse simples gesto de tirar o chapéu da cabeça o que pode provar o patriotismo de alguém... Mas convém não esquecer que toda a vida social é feita de convenções. Os gestos e as palavras são a expressão única dos sentimentos. Sem gestos e sem palavras, as ideias morreriam ao nascer, sem comunicação e sem proveito. O aperto de mão, o abraço, o sorriso, o choro, o beijo, — tudo é gesto, tudo é convenção, tudo é fórmula. E, sem esses gestos, sem essas convenções e essas fórmulas, não haveria troca de ideias nem de sentimentos. Não há católico praticante, que, ao passar por uma igreja, não tire o chapéu; ninguém assiste ao desfilar de uma procissão, sem fazer esse gesto, que vale por uma afirmação pública de respeito: e aqueles mesmos, que não têm crenças, acompanham os crentes nessa demonstração, — porque todo o homem bem educado compreende que tem o dever de não ofender as crenças alheias. Sendo assim, por que é que todos (ou quase todos) conservam o chapéu na cabeça, quando veem, em parada ou em marcha militar, a bandeira nacional, que também é o símbolo de uma religião, a imagem de um culto sacratíssimo, a exteriorização de uma ideia, — da mais nobre de todas as ideias? Numa sacada de casa, num coreto, num embandeiramento festivo de edifício ou de rua, a bandeira é apenas um ornato; mas no centro de um batalhão, ela é a própria ideia da Pátria, é a própria Pátria, presente em espírito e em forma. Ora, a única demonstração clara e forte de respeito, de amor, de veneração, que se pode dar a esse símbolo da Pátria, que passa, é esse gesto, tão significativo

e tão simples, da continência com o chapéu, — gesto que, aliás, todos nós prodigalizamos e malbaratamos com uma facilidade pasmosa... Está claro que ninguém conserva o chapéu na cabeça, por um propósito refletido. É apenas um hábito: mas é tão fácil e tão bom corrigir os maus hábitos!

A providência dada pelo Prefeito vai de certo contribuir eficazmente para isso. Já que o exemplo não vai dos adultos para as crianças, dos pais para os filhos, — é preciso que vá dos filhos para os pais. Quando todas as crianças se descobrirem diante da bandeira nacional, os homens feitos hão de envergonhar-se de não fazer o mesmo, e hão de imitá-las.

Ainda haveria muito assunto para a *Crônica* da *Kosmos*; mas não quero, nesta página, deixar de desejar “boas festas” a todos os meus leitores.

É a época das festas... Pedem festas os carteiros, os telegrafistas, os barbeiros; toda a gente pede festas. Nas confeitarias, aglomeram-se os compradores de bombons; e um amigo meu, que nunca perde a ocasião de colocar um *bon mot*, dizia ontem: “estamos perdidos! chegou a epidemia da peste *bombônica*!”

Viva Deus! se há um sacrifício, a que todos se devem submeter com prazer, é esse, de dar festas a quem as pede. Eu, se fosse Vanderbilt ou Pierpont Morgan, daria festas a amigos e a indiferentes, a conhecidos e a desconhecidos; infelizmente, não sendo Pierpont Morgan, nem Vanderbilt, as festas que posso dar consistem apenas em abraços, que, se não têm cotação na praça, são ao menos dados com sinceridade e abundância de alma. Cada um dá o que tem, e o que pode dar: e eu, por mim, já fico muito satisfeito, quando me dão abraços, e não pontapés...

Nestes dias de fim de ano, a fisionomia da cidade, de ordinário tão carrancuda e melancólica, adquire uma animação e um encanto desusados: quem está alegre, não receia mostrar a sua alegria; quem está triste, fica envergonhado da sua tristeza e finge estar alegre; só se encontram caras risonhas, — e isso, no Rio de Janeiro, é um espetáculo tão raro!...

É pena que esta época seja tão curta! valha-nos ao menos, em cada ano, este curto período de alegria... Amigos! desejemo-nos uns aos outros boas festas, abracem-nos, beijemo-nos, esqueçamos rancores! é cousa que não custa muito... Amemo-nos, durante estes poucos dias de júbilo, — porque, durante todo o resto do ano, sempre teremos tempo demais para o ódio e para a briga!

O.B.

[BILAC, Olavo. *Crônica. Kosmos*. Rio de Janeiro, dezembro de 1905. p. 3, 1. col.]

CRÔNICA

Janeiro de 1906

Janeiro — pérfido mês! — correu molhado e sinistro, cheio de calamidades.

O sábio Numa, ao reformar o calendário, colocou o primeiro mês do ano sob a proteção de Janus, deus de duas caras, — deus adorado como distribuidor de bens e bênçãos. Mas, para nós, neste ano de 1906, Janus só teve malefícios: as suas duas caras não se nos mostraram risonhas e afáveis, mas carrancudas e fechadas, sinistras e más.

À hora em que começo a escrever esta crônica, termino a leitura dos telegramas tristes, em que se resume a série dos desastres causados pelas inundações. A chuva, caindo sem cessar por vinte dias seguidos, ensopou os campos, apodreceu as plantações, encheu os vales, trepou os alcantis, cobriu as colinas: a terra, esboroadada, precipitou-se sobre o leito das estradas; interrompeu-se o tráfego, sustou-se o trabalho; e o Paraíba, engrossado, transbordou, e inundou tudo, furioso, implacável, assassino, como para dar razão aos versos que lhe consagrou Alberto de Oliveira:

*“Paraíba! o que és tu, na inundação tremenda,
Quando infrene te vais, a voz do povo o conte;
Digam-no as vidas mil, que tens tragado, e a lenda
De Cecília e Peri sumidos no horizonte...”*

Foi, de fato, por uma inundação, como esta de agora, que Peri e Ceci, agarrados à cúpula de uma palmeira desenraizada pelo furor das águas, foram levados à flor do rio colérico, a caminho da morte, com os lábios unidos no seu primeiro beijo de amor: “tudo era água e céu: a inundação tinha coberto as margens do rio até onde a vista podia alcançar; as grandes massas de água, que o temporal, durante uma noite inteira vertera sobre as cabeceiras dos afluentes do Paraíba, desceram das serranias, e, de torrente em torrente, haviam formado essa tromba gigantesca que se abatera sobre a várzea...”

Tudo isso é lindo, na prosa de José de Alencar ou nos versos de José de Alencar; mas, na realidade, é feio, como todas as desgraças... Que o diga o povo humilde e trabalhador, que, nos vales banhados pelo Paraíba e pelos seus afluentes, está agora chorando as suas lavouras perdidas, padecendo de fome e desespero, com a paralisação do comércio!

Até o Paraíba, sempre tão manso e cordato, deslizando entre ribas floridas, banhando com amor as raízes das plantas ribeirinhas, generosamente refrescando as asas das aves e dessedentando as antas ariscas, — teve também agora o seu acesso de cólera, e

disparou em saltos de fora, assolando toda a região. Juiz de Fora ficou sob as águas, como Campos. E, em torno das duas cidades alagadas, os pequenos lavradores veem todo um ano de trabalho perdido, — e já tremem de horror, pensando nas febres malignas que a soalheira vai em breve levantar da imensa extensão das águas estagnadas...

Pérfido Janus! nenhuma das tuas duas caras nos sorriu este ano, deus perverso!

Felizmente para a *urbs* carioca, as inundações não vieram até cá.

Os nossos rios são incapazes de fúria devastadora. O Cabuçu, o Cortado, o Tijuca, o Macaco, o Catete, o Maracanã, o Pavuna, o Irajá não são rios: são riachos, são fios de água modesta e minguada, em que nem podem navegar as canoinhas de papel que as crianças atiram sobre a água dos tanques dos jardins...

Aqui a chuva serviu apenas para contrariar a propaganda do *Club Médico*. Como já estais farto de saber, o *Club Médico* estava à espera do verão, e dos seus sóis bárbaros, e das suas saudações copiosíssimas, — para decretar a morte da sobrecasaca e o advento dos seus fatos claros, de fina casimira ou transparente brim. Já todos os sócios desse Club tinham encomendado e provado os costumes frescos, com que tencionavam escandalizar a clientela burguesa, e revolucionar os códigos, não da terapêutica, da farmacopeia ou da ética médica, mas da Moda masculina. E eis senão quando, em vez de violento estio esperado, aparece um úmido outono prematuro e traiçoeiro, de braço dado com a Gripe, e arrastando em posse todo o tiritante e horripilante cortejo dos defluxos, das bronquites, das amidalites e dos reumatismos!

As ruas encheram-se logo de gente encapotada e engalochada, com o pescoço embrulhado em chalés-mantas: e os sócios do *Club Médico*, considerando sabiamente que mais vale conservar a saúde do que sustentar uma opinião, foram os primeiros a sacar do fundo dos guarda-roupas os sobretudos felpudos...

E, agora, amigos, se o verão teima em não vir, — é guardar os fatos de brim e os chapéus de palha... para o inverno!

Por falar em Club... Dizem-me que vamos ter aqui um *Women-Club*, — um club só de senhoras, — vedado, como um Paraíso, à entrada dos homens. Haverá lá dentro um teatro, um café, uma sala de leitura, uma sala de costuras, uma sala de jogos. Só não haverá uma sala... de *flirt*... Nós, os homens, poderemos apenas, passando e repassando diante das janelas iluminadas do Club, esticar os olhos e levantar os narizes para o Éden, imaginando o que por lá irá de elegância, de beleza... e de maledicência. Seremos como a raposa de La Fontaine:

cheiraremos de longe os cachos de uvas, e tristemente seguiremos o nosso caminho, sacudindo a cauda com melancolia: “estão verdes!”

“Já existem *Women-Clubs* em Londres, em New York, em Filadélfia, em Berlim, em Paris. Porque não haverá também aqui um *Women-Club*?!” — é o pensamento das fundadoras.

Ah! minhas senhoras! que triste lembrança!

Nós, também, os homens, temos clubs em que não entraís... Se pudésseis imaginar o quanto a gente se aborrece dentro desses estúpidos androceus! Vede bem: igualmente vos aborrecereis dentro dos vossos gineceus...

Essa bárbara moda de fundar clubs destinados exclusivamente a um ou outro sexo não deve ser imitada. Na Europa e nos Estados Unidos, onde ela apareceu, já toda a gente de bom gosto a repeliu, por odiosa e selvagem. Nas rodas diplomáticas e políticas da França e da Inglaterra, já as senhoras tomam parte nos banquetes. Nós, aqui, ainda somos obrigados, não sei por que boçal carrancismo, a manter esses insuportáveis jantares, de cem ou duzentos talheres, em que cem ou duzentos marmanjos, muito macambúzios, e muito feios dentro das suas casacas pretas, passam duas horas a comer mal, a beber pior, e a aborrecer-se soberanamente. E se já não podemos tolerar os banquetes sem senhoras, e os clubs só para homens, — como quereis agora criar esse abominável e malsinado *Women-Club*?

Não! Não copiemos o que New York, Paris, Filadélfia, Londres e Berlim já estão aborrecendo! Fundemos clubs, sim, — mas clubs epicenos, comuns de dois, andróginos, — clubs em que se mantenha e apure a tradição das boas maneiras dos homens e da amabilidade das mulheres...

É a mania da imitação! Não sei por que ainda por aqui não apareceu, como apareceu em Londres, quem se lembrasse de fundar qualquer coisa como um estúpido *Club da Cortesia Infantil*, um club destinado (que horror!) a dar às crianças o amor da seriedade, da circunspecção, e da correção da linguagem.

Estou vendo que, qualquer dia, teremos aqui um grêmio, como esse, com o propósito e programa de fazer de cada pequenino brasileiro um bezerrinho muito bem educado, muito limpo, muito cortês... e muito idiota! Depois de fundada essa Escola de Embezzamento, havemos talvez de encontrar nas salas, meninos de cinco anos que nos digam o que pensam das Campanhas de Seguros de Vida, do câmbio, do imposto sobre a venda do álcool, e da candidatura de tal ou qual chefe político... Também, já pouco falta para isso: já conhecemos, no Brasil, meninos que aos dez anos redigem jornais, escrevem cartas a almirante Togo, e

namoram, — assim como conhecemos meninas que se espartilham aos quatro anos, aos seis tocam Chopin, e aos oito têm noivo!

Mas, ó deus da Crônica! como estamos longe das inundações!

Talvez não estejamos tão longe assim... Esta mania de imitar quanto se faz no estrangeiro também é uma inundação, — e uma inundação bem mais pernicioso do que aquela que afligiu, neste feio Janeiro, o Estado do Rio e o Estado de Minas.

E, quem sabe? também esta inundação foi porventura uma imitação. A Calábria tem os seus terremotos que engolem quinhentas vidas humanas numa hora; a Península Ibérica tem os seus tufões assassinos; os países do Norte da Europa e da América têm os seus temporais violentos; três países têm erupções vulcânicas, geadas, secas, pragas de gafanhotos, simuns, trombas de areia ou de água, toda a sorte de cataclismos... O Brasil não tinha nada disso! era, na superfície terrestre, um oásis de abundância, de amenidade, de brandura, de paz... ficou com inveja das outras regiões, quis imitá-las, e arranhou também a sua calamidade!

Muito pode a mania imitativa...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1906. p. 2, 1. col.]

CRÔNICA

Fevereiro de 1906

Extravagante e sinistra fisionomia, ao mesmo tempo chorosa e risonha, cômica e trágica, de bailarina e de carpideira, de palhaço e de coveiro, de arlequim e de gato pingado, teve este mês de fevereiro!...

Um rio de lágrimas rodeava o berço em que ele nasceu: e, vagando por essa corrente de amargo pranto, veio de dia em dia o mês fatal, entre desgraças e dissabores. A Morte foi a sua madrinha e a sua confessor: foi ela quem o viu nascer, crescer e morrer, e quem influiu sobre toda a sua curta existência de vinte e oito dias, como uma fada perversa.

Quando veio à luz o último número da *Kosmos*, já a cidade e todo o país se cobriam de luto: a catástrofe de Jacuacanga acabava de amargurar todas as almas, — e parecia que já não poderia haver calamidades que ainda nos viessem aumentar a aflição. Engano! por mais cheia de tristezas que possa estar uma alma, sempre nela haverá lugar para novas tristezas...

As cheias dos rios continuaram, continuaram as nuvens de gafanhotos a devorar os campos, — e, no Rio de Janeiro, os desmoronamentos vieram ajuntar um novo horror aos

horrores já existentes. E embotados, como já saturados de dor, e insensibilizados pelo excesso do sofrimento, ficamos todos na muda resignação de quem já nem forças possui para se queixar da inclemência da sorte!

Fevereiro, porém, era o mês do Carnaval... Não houve luto, não houve pranto, não houve agonia que fizessem esquecer esse instinto baixo e grosseiro que impele os homens, periodicamente e irresistivelmente, para a folia sensual e desordenada.

E foi isso o que forçou o mês a ter uma dupla fisionomia, na qual um dos olhos chorava lágrimas em jorro, enquanto o outro despendia faíscas de riso, em piscadelas de brejeirice e malícia.

Ainda em todas as fachadas dos edifícios públicos pendiam em funeral as bandeiras, ainda os jornais enchiam as suas primeiras páginas com a narração dos desastres, ainda sobre o mármore das mesas do Necrotério se inteiriçavam os cadáveres das vítimas dos desmoronamentos, ainda as famílias pobres choravam os seus cacarecos arrebatados pela violência das inundações, — e já, aos pinchos e guinchos, com a cara enfarinhada e os olhos esbugalhados de loucura, sacudindo a guizalhada da roupa espalhafatosa, o Carnaval tomava conta da cidade, numa bárbara e ensurdecadora matinada de bombos e caixas de rufos.

Horrível aliança parece essa, da Morte e da Pândega, de braço dado, dançando juntas! Mas já Baudelaire descreveu a irresistível atração, que há entre essas duas dominadoras da vida humana, mostrando-as como irmãs gêmeas, nascidas do mesmo ventre:

*“La Débauche et la Mort sont deux aimables filles,
Prodigues de baisers, et riches de santé,
Dont le flanc toujours vierge et couvert de guenilles
Sous l’eternel labeur n’a jamais enfanté.*

*Et la bière et l’alcôve em blasphemes fécondes
Nous offrent tour à tour, comme deux bonnes sceurs,
De terribles plaisirs et d’affreuses douceurs!...”*

Haverá quem diga que isso não passa de mórbido excesso de imaginação... Mas não é verdade que a vida real nos está todos os dias mostrando a verdade dessa concepção do satânico poeta das *Flores do Mal*?

Haverá por ventura cousa mais extravagante do que esse Carnaval que tivemos, em pleno mês de desgraças e de misérias, — Carnaval macabro, que abafava com o estridor do

seu zabumbar e do seu buzinar os gemidos e os soluços de que ainda estava cheio o vasto peito da cidade?

Durante todo o mês, no noticiário das gazetas, as notícias fúnebres acotovelaram-se com as notícias carnavalescas. Nesta coluna, contava-se o trabalho dos escafandros na baía de Jacuacanga sondando o mar, e pescando os cadáveres; narrava-se o aparecimento dos corpos decompostos, roídos pelos peixes vorazes, tão desfigurados que nem os olhos dos amigos e dos parentes podiam reconhecer nesse acervo de carnes putrefatas os traços das fisionomias amadas que buscavam; e referia-se o episódio shakespereano daquele contínuo e desesperado vagar de um batel, no qual uma pobre mãe andava como louca, possuída de uma ideia fixa, numa ânsia mortal, sobre as águas assassinas da baía, à procura do cadáver de um filho adorado... Mas, logo na coluna seguinte, as mesmas penas que haviam debuxado esses negros quadros de pesar e angústia, entravam a pintar, em cores espartas e gritadoras, a animação dos bailes e das orgias com que os clubs carnavalescos saudavam o início do rega-bofe escandaloso... Era o Riso ao lado da Lágrima, era o berro da Folia casado ao estertor do Desespero, era o pinote do Can-can unido às vascas da Agonia!

Foi no dia 21 que se realizaram na Candelária as exéquias em honra dos mortos do *Aquibadã*; três dias depois, a 24, entrava o Carnaval; — de modo que não há exagero em dizermos que passamos sem transição da missa à orgia, do pranto ao pagode, do melancólico gemer do *réquiem* de Verdi ao bramir selvagem do *Zé-pereira*. Ainda não se tinham apagado na igreja as tochas, ainda não se tinham retirado das suas paredes as colgaduras de veludo negro semeadas de lágrimas de prata, ainda se não havia desatravancado a sua nave das eças e dos catafalcos, — e já os “diabinhos” saracoteavam pelas ruas, e ganiam os “pierrots”, e chalaceavam os “dominós”, e uma espessa nuvem de confete revolteava pelos ares.

O desgraçado e sacrílego Carnaval, que me fizeste lembrar aquele horrendo e gamenho esqueleto, que Antero de Quental cantou num soneto célebre:

“Irréprochablement vestido à Benoiton!...”

Tu me apareceste como um arcabouço de ossos, embrulhado em farrapos de cores vivas, e recoberto de lantejoulas, metendo à força as falanges duras dos dedos numa luva branca, com a gola do jaleco vistoso dançando sobre as clavículas descarnadas, em torno das vértebras nuas, e trazendo no crânio despelado e seco uma coroa de guizos crepitantes. Os teus bailes lembram-me bailes de múmias, num cemitério, à luz pálida dos fogos fátuos, ao som de uma orquestra de gnomos executando a *Danse Macabre* de Saint-Saëns, — bailes a

que tivessem comparecido todos os fantasmas de Hoffmann, todos os avejões de Poë, todos os espectros de Radcliff...

Decididamente, não é um mórbido exagero da imaginação de Baudelaire aquela amizade das duas boas irmãs,

“*la Débauche et la Mort*”

dando aos homens

“*de terribles plaisirs et d’affreuses douceurs...*”

Enfim, não há mal em que o povo se divirta, ainda que o seu divertimento possa parecer sacrílego...

Se, nesta aborrecida e triste existência, as lágrimas, as dores, o luto, os pesares fossem eternos, mais valeria de certo que recorrêssemos ao suicídio em massa, como ao único remédio e ao único consolo...

E é possível (ouçam-me todos os deuses!) é possível que o Carnaval tenha vindo espantar e afugentar a hedionda *jettatura* que nos está malsinando e perseguindo há dois meses. Contra ela têm sido impotentes as rezas, as procissões, as deprecações e os esconjuros de toda a espécie. Talvez tenham mais valor as assuadas, as vaias, as desabridas corriolas e as frenéticas surriadas dos “cordões” carnavalescos!

E esperemos que Março nos venha trazer o descanso e o alívio que há sessenta dias estamos pedindo. Este mês, que era o primeiro do calendário romano, era, apesar de ter o nome do deus da guerra, consagrado a Mercúrio, o deus da eloquência, do comércio, dos trabalhos e do progresso, — cousas que não podem subsistir sem a paz de espírito. Que o benigno Março nos traga essa paz, — e que a *jettatura* vá pesar sobre qualquer outra parte da terra! O Brasil já está ficando com o direito de dizer que tanta calamidade junta é calamidade demais para um só país...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1906. p. 7, 1. col.]

CRÔNICA

Junho de 1906

Junho é um doce mês de alegria. Ainda sem fogueiras, sem balões, sem bombas, sem rodinhas de fogo, — a festa de S. João é um encanto!

Estes dias, frescos e belos, convidam a passeio; estas noites, frias e longas, favorecem os saraus alegres, onde não raros se trocam, entre rapazes e raparigas, os primeiros olhares apaixonados e os primeiros furtivos apertos de mão, que levam à igreja e à pretoria. Não é Santo Antonio o único santo casamenteiro deste mês: todos os santos de junho são protetores do namoro, — e até o severo São Pedro, com as suas longas e veneráveis barbas brancas, é um condescendente intermediário entre os corações ansiosos.

Há quem diga que as festas de junho não têm atualmente o mesmo encanto de outrora... Geralmente, quem isso diz é a gente velha, que vê tudo com os olhos da saudade. Como se alguma cousa fosse suscetível de mudança neste velho mundo, que não faz outra cousa senão se repetir até a consumação dos séculos dos séculos!

Nós, sim, mudamos: ficamos velhos e perdemos a compreensão e o amor das cousas que na mocidade nos encantavam. Machado de Assis exprimiu bem essa triste verdade num lindo soneto dedicado ao Natal:

Um homem, — era aquela noite amiga,
 Noite cristã, berço do Nazareno, —
 Ao lembrar os dias de pequeno,
 E a viva dança, e a lépida cantiga,

Quis transportar ao verso doce e ameno
 As sensações da sua idade antiga,
 Naquela mesma velha noite amiga,
 Noite cristã, berço do Nazareno.

Escolheu o soneto... A folha branca
 Pede-lhe a inspiração; mas frouxa e manca,
 a pena não acode ao gesto seu...

E, em vão lutando contra o metro adverso,
 Só lhe saiu este pequeno verso:
 Mudaria o Natal? ou mudei eu?

Não! não mudou o Natal, como não mudam as folganças de Santo Antonio, de S. João e de S. Pedro, como não muda uma só dessas lindas festas, que nos encantaram na infância e na adolescência, e nas quais, já velhos, ou apenas maduros, não podemos mais encontrar o

mesmo encanto. Nós, sim, mudamos, — e ainda que tivéssemos hoje fogueiras de S. João, não poderíamos, à beira delas, sentir o que sentiu um outro poeta nosso, o lírico Luís Guimarães:

Noite de São João! Quantas legendas
Na terra espalhas! Noite imensa e bela!
Quereis senti-la bem, e compreendê-la?
Ide aos campos do sul, ide às fazendas!

Do céu nas alvas e orvalhadas rendas,
Favorita de Deus, nua, revela
A lua cheia... É sua noite aquela!
E das bruxas também, — dizem as lendas...

Eu, livre pensador de grave siso,
Eu, que me ria dessas frioleiras,
— Depois que vi, ó flor do Paraíso,

Brilhar à luz vermelha das fogueiras
Teu divino semblante num sorriso,
Creio em feitiços, creio em feiticeiras!...

Ah! com fogueiras ou sem fogueiras, sempre a noite de S. João há de operar milagres como esse.

Amai-vos, rapazes e raparigas! os santos de junho são meigos e condescendentes, e gostam de proteger os amores ... que acabam bem.

Junho, porém, não é somente o mês dos namoros e dos casamentos. É o mês das partidas elegantes, dos espetáculos, das Exposições de Arte.

Já tivemos a inauguração das Conferências literárias, vamos ter a exposição Malhoa, temos todos os teatros ocupados por meia dúzia de companhias estrangeiras, e todos cheios.

Todos, não. O *Lírico*, enquanto nele trabalhou a formosa e admirável Tina di Lorenzo, esteve quase sempre criminosamente e imperdoavelmente vazio.

Por quê? é uma pergunta que tem de ficar sem resposta. Ninguém explica o que é naturalmente inexplicável. Como explicar que fique sem espectadores e sem admiradores uma atriz que é uma das mais completas e cativantes que nos têm visitado?

Francamente, não sei o que faz do seu tempo e do seu dinheiro a gente, que, nesta cidade, se jacta de possuir inteligência e bom gosto, a gente culta, a gente dessa casta privilegiada, que a si mesma se condecora com o pomposo título de “alta sociedade”.

É absurdo e injusto dizer que o povo não gosta de se divertir. O *povo* enche os seus teatros, frequenta os espetáculos que lhe agradam, e enriquece os empresários: ainda este mês, uma “revista” nem melhor nem pior do que as outras, com todas as qualidades e todos os defeitos do gênero, — gênero única e exclusivamente explorado pelos autores e pelas empresas para agradar o povo — completou cem representações, conquistando enchentes sucessivas. E cheios têm estado os outros teatros: cheio o *Recreio*, onde uma companhia do Porto representa operetas e revistas; cheios o *S. José* e o *Apolo*, onde duas companhias, também portuguesas, representam dramalhões pantafaçudos e vaudevilles de sal grosso; e cheio o *Palace Theatre*, onde cantoras timbram em mostrar ao público fiorituras de canto e alvuras de colo nu... Não é, pois, o povo quem revela indiferença pelas cousas da Arte: ele aprecia e aplaude *a sua arte*, a arte que está ao alcance da sua inteligência e da sua cultura.

E não é propriamente ao povo que estão destinados os espetáculos como os de Tina di Lorenzo; não é para o povo propriamente que uma atriz de real e superior talento vem aqui representar peças de Shakespeare, de Sudermann, de Donnay, de Bernstein, de Barrès, de d’Annunzio. É, sim, para a burguesia endinheirada e instruída... Onde se mete essa burguesia? e que faz ela do seu dinheiro e da sua instrução? Que fazem, à noite, esses banqueiros, esses senadores, esses deputados, esses diplomatas, esses doutores, esses bacharéis, que formam a nata, o creme, a flor do nosso organismo social? Das duas uma: ou essa gente não vai absolutamente ao teatro, e prova com isso que não tem gosto, nem inteligência, nem educação artística, nem civilização; ou vai aos teatros populares, preferindo aos espetáculos de verdadeira arte as bambochatas que divertem o povo, e nesse caso, deve despojar-se da sua filáucia, e deixar de fingir uma superioridade intelectual que não possui...

A verdade é que grande parte dessa gente apenas conhece e apenas cultiva, da vida civilizada, a sua manifestação menos inteligente, e mais tola, que é o amor do luxo e da ostentação. Se, desde o começo da temporada de Tina di Lorenzo, se houvesse estabelecido esta regra “é *chic* ir ouvir a Tina! é *smart* ir aplaudi-la! é *dernier bateau* dizer que ela é um gênio!” — todos esses representantes da nossa alta burguesia lá estariam, encasacados e solenes, batendo palmas e desmanchando-se em *ohs!* e *ahs!* de embasbacada admiração.

Esses *snobs* são os escravos do *chic*, — e da França. E só gostam das boas cousas da França, quando saboreadas lá. Quando estive aqui, há três anos, a cintilante e encantadora Réjane (convém notar que os espetáculos da Réjane foram concorridíssimos unicamente porque desde o começo ficou estabelecido que era profundamente *chic* frequentá-los), encontrei um desses *snobs* no *buffet* do *Lírico*, num intervalo de *Ma Cousine*, e interroguei-o:

— Então? Admirável, não?

Ele torceu o nariz, e disse:

— Sim! admirável... Mas eu já ouvi a Réjane em Paris, e, francamente, lá... ela é uma atriz muito melhor!

— Como? muito melhor? — perguntei, espantado. — Mas se a atriz é a mesma, se o repertório é o mesmo, se a *troupe* é, mais ou menos a mesma...

— Sim! — murmurou ele — mas, aqui, falta a Réjane alguma cousa: falta-lhe a atmosfera de Paris, falta-lhe o espírito de Paris, falta-lhe a civilização de Paris, falta-lhe o *chic* de Paris! Ah! meu amigo! Paris é tudo! em Paris, tudo é bom! em Paris, até a lama das ruas tem bom cheiro!... Creia que a Réjane só deve ser ouvida em Paris...

Aí está, bem claro e bem definido, o senso artístico de muita gente...

Mas deixemos esse assunto desagradável, e para fechar a *Crônica*, demos a Malhoa, grande artista, um abraço de boas vindas, atirando-lhe uma braçada de flores.

Malhoa é um pintor de extraordinário talento, que o Rio de Janeiro deve receber e hospedar com especial carinho.

Os primeiros trabalhos seus, que vi, foram dois quadros que ele mandou, de Lisboa, em 1895, à Exposição de nossa Escola Nacional de Belas Artes. Eram duas telas deliciosas. Uma delas, *Caça aos taralhões*, era uma linda paisagem, no meio da qual, entre árvores raras e esguias, havia uma criança ajoelhada sobre a relva: uma figura admirável de graça, de expressão, de ingenuidade. Na outra, *Ouriços*, havia também uma criança, um pequenino, louro e corado, camisinha desabotoada, pés nus, face muito séria, olhando com medo os frutos espinhosos: em torno desse pequenino, alongava-se a estrada, amarela e triste...

Eram dois quadros, de uma suavidade enternecedora, que não sei onde param hoje, mas que nunca mais esqueci.

Depois disso, conheci Malhoa na Europa, vi muitos outros quadros seus, — e, se fiquei a admirá-lo ainda mais como artista, fiquei também a estimá-lo como homem, — homem de admirável educação e de fino espírito...

À hora, em que escrevo estas linhas, ainda não está inaugurada a sua Exposição. Mas é uma delícia que teremos por todo este fim de junho.

Preparemo-nos para ela, e festejemos com entusiasmo este artista, que é um servidor da verdadeira Arte...

Só nos falta agora, como última vergonha, que deixemos às moscas os seus quadros!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, junho de 1906. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Agosto de 1906

“Veneza num chinelo!” — gritava um homem, no bonde, em uma dessas frias e deliciosas manhãs, com que nos tem favorecido o meigo e perfumado Agosto.

Eu, que vinha pacificamente lendo os meus jornais, levantei os olhos, com espanto, sem compreender aquela exclamação absurda. — “Veneza num chinelo!” — que queria dizer aquele grito extravagante?

O homem, que soltara o brado singular, compreendeu o meu assombro e respondeu logo à muda pergunta ansiosa do meu olhar. E, apesar de não me conhecer, pousou familiarmente a mão no meu ombro, e disse-me:

“Veneza num chinelo, sim senhor! É à festa veneziana de Botafogo que me estou referindo! Com aquelas montanhas, com aquele céu, com aquelas estrelas, com aqueles jardins, não há Veneza nenhuma que se possa comparar ao Rio de Janeiro!”

E havia tão grande comoção, tão vibrante patriotismo, — ou, melhor, tão entusiasmado “bairrismo”, na ardente exclamação daquele carioca, que eu, apesar de conhecer e amar Veneza, não pude deixar de lhe dar razão.

Porque a verdade é que a festa veneziana da Prefeitura, na praia de Botafogo, foi simplesmente... uma maravilha! E não poderíamos dar aos nossos hóspedes uma festa mais linda.

Mais linda, entenda-se bem, como demonstração da incomparável formosura da nossa Natureza, — desta estupenda “natureza”, que felizmente não hão de jamais desmoralizar os que somente lhe apregoam a beleza, para poder dizer que ela é a única boa cousa, e a única cousa verdadeiramente bela que temos.

Entenda-se bem que essa foi a festa mais linda — pelo seu lado pitoresco.

Porque a verdade é que a nossa grande festa deste ano tem sido uma festa moral: primeiro, pelo orgulho de hospedar toda a América dentro da nossa linda cidade, e, depois, pela civilização perfeita sem orgulhos e sem espaventos, sóbria, modesta e generosa, que temos mostrado aos que nos visitam.

Os supersticiosos, os que nada sabem explicar sem o recurso do Sobrenatural, dirão talvez que houve uma intervenção da Providência Divina no sentido de facilitar-nos este triunfo, a reunião de todas as nações americanas na capital do Brasil, justamente na ocasião em que um alento novo nos anima, quando afirmamos energicamente, com uma coragem rara e uma convicção invencível, o nosso nobre desejo de progredir material e moralmente, saneando todo o nosso país, povoando-o, e procurando extrair do seu seio fecundo todos os tesouros que ele encerra...

. Mas para que recorrer à ação duvidosa de uma hipotética, e em todo caso irresponsável Providência de qualquer Deus, para explicar aquilo que tão facilmente e tão humanamente se explica pela sensatez e pela inteligência com que estamos sendo governados?

A reunião da Terceira Conferência Americana no Rio, a visita do Secretário de Estado Elihu Root, e o êxito admirável de todas essas festas de fraternização americana, que atraíram para o nosso país e nele concentraram a atenção de todo o mundo civilizado, são apenas o resultado esperado, inevitável, fatal, da sábia política diplomática, de previsão e de expansão, iniciada e mantida pelo glorioso brasileiro, ao qual, para orgulho e felicidade do Brasil, foi confiada a pasta das Relações Exteriores.

O Brasil chegara quase a perder de todo a situação que lhe criara o Império; preocupados apenas com as nossas pequeninas ambições e com os nossos fúteis interesses partidários, metidos em revoluções sem ideal, cuja única explicação, bem pouco honrosa, era o abominável intento do *ôte-toi de là que je m'y mette*, nós chegamos quase a acreditar que podíamos viver e prosperar num isolamento absoluto, separados do resto do mundo por uma alta e espessa muralha de tolo desdém, de ridícula vaidade, e de preguiça torpe. Íamos perdendo a consciência daquela grande verdade, que o estadista Root tão claramente lembrou no admirável discurso com que agradeceu as homenagens da Conferência: “Às nações acontece o mesmo que aos indivíduos: as relações de amizade, a associação, a correção do egoísmo pela influência da opinião alheia, o ampliar das ideias pela experiência e pelo pensar dos nossos semelhantes, a aceitação das normas morais de uma comunidade, cujo bom conceito presta uma sanção às leis da boa conduta àqueles que o desejam: tais são as condições do desenvolvimento da civilização...”

Foi dessa indiferença pelo conceito alheio, foi dessa criminoso insensibilidade diante do louvor ou da censura das outras nações, que nos veio libertar a política externa inaugurada pelo atual governo.

Hoje, a situação é outra e consoladora. Não somente readquirimos a importância política, que tínhamos durante o império, como ganhamos nova força e nova consideração, pelo brilho das vitórias diplomáticas que nos facilitou o talento de Rio Branco. E já não é somente na América que o nosso nome brilha, respeitado e amado: toda a Europa compreende que uma nova nação, de incalculável energia, se levanta agora aqui, animada do invencível desejo de progredir, disposta a aproveitar os opulentos recursos que até agora mantinha inaproveitados e desprezados.

Decididamente, é esta a mais bela das festas, que oferecemos aos nossos hóspedes.

Banquetes e bailes, espetáculos e convescotes, fogos de vistas e discursos, — tudo isso se há de dentro em pouco apagar da lembrança daqueles que nos visitam; mas há uma coisa que eles não esquecerão facilmente: é o espetáculo deste renascimento moral, material, e cívico de uma nação, que reconstrói a sua capital em quatro anos, que em quatro anos se liberta da fama de terra malsã que a oprimia, que em quatro anos recupera o valor político antigo, — e que nem por isso se deixa exaltar pela vaidade tola, e conserva-se moderada, modesta, sóbria, sem arreganhos para os fracos, sem humilhação diante dos fortes, e a fortes e fracos tratando como a iguais e irmãos...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, agosto de 1906. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Setembro de 1906

O conselheiro Acácio e o conde de Gouvarinho, esses dois tipos simbólicos em que Eça de Queirós amalgamou e fundiu as almas de Calino, de Homais, e de La Palisse, dizem várias vezes nas páginas d'*O Primo Basílio* e d'*Os Maias*, que “nada é mais fecundo e salutar que a rivalidade que há entre Lisboa e Porto”.

Se ainda fosse preciso demonstrar a afirmação acaciana e gouvarinhesca, teríamos aqui agora um belo argumento. Mas não é preciso. Só faltava, realmente, que ainda alguém perdesse tempo em querer provar a justeza e a exatidão de uma qualquer coisa que a alma estreita e obtusa de Calino já tenha compreendido!

Não façamos, portanto, uma demonstração, mas uma simples aplicação do calinesco princípio, segundo o qual toda a emulação é fecunda e benéfica.

O Rio de Janeiro e Buenos Aires prosperam e viçam à custa da rivalidade que, de quando em quando, as atira uma contra a outra, em ímpetos de zanga, e arreganhos de desafio. Zanga e desafio que têm a periodicidade das sezões, sem ter os seus perigos. São desafio e zanga sem consequência má, e que servem apenas para manter a emulação; a guerra que Buenos Aires nos move é perversa, insidiosa, traiçoeira; a que nós lhe movemos é leal, e revela sempre uma certa desdenhosa brandura; mas pouco importa: essa guerra de palavras é inofensiva, e, mais do que inofensiva, salutar.

Este mês de setembro há de ficar célebre, no Rio de Janeiro, não pelas suas festas nem pelos seus desastres como tantos outros, mas, unicamente, pelo fato espantoso, surpreendente, maravilhoso, quase incrível de nele se ter visto a população carioca submeter-se de boa vontade a um Recenseamento.

A irritação do nosso patriotismo conseguiu o que até agora não tinham conseguido os conselhos, os pedidos, as exigências, as multas.

Porque, não nos iludamos: se todos os cariocas auxiliaram a Prefeitura no nobre propósito de realizar o primeiro recenseamento sério e completo da população da capital da República, não foi pelos bonitos olhos do Prefeito, nem por um sentimento de dever cívico, nem em virtude das declarações tranquilizadoras com que o chefe do governo municipal adoçou os seus editais, tirando-lhes tudo quanto à massa pudesse parecer alarmante ou caviloso...

Não! a nossa boa vontade, o nosso auxílio, a nossa colaboração eficaz e entusiástica, nasceram única e exclusivamente disto: do desejo, que todos nutríamos, de dar um quinau a Buenos Aires, e de pregar uma boa peça ao nosso, já agora famoso, amigo Carrasco, Estatístico-Mor da cidade portenha, e contador milagroso, que trata os algarismos do Censo como Jesus tratava os peixes na Judeia, multiplicando-os prodigiosamente.

Bom amigo, esse Carrasco! e mal empregado nome, o seu!

Imagina ele talvez que lhe queremos mal, pelas maldades que contra nós assaca. Engano! Carrasco ainda há de ter no Rio de Janeiro, — não digo uma estátua — mas uma coluna glorificadora. Porque, mal comparando, Carrasco, como excitante do nosso patriotismo, é uma espécie de vermute higiênico e salutar, que nos abre o apetite moral. Quanto mais ele nos ataca, mais nós nos unimos, e mais desejamos prosperar e brilhar. Dizem

que foi o Prefeito quem nos deu o Recenseamento. Não foi tal! quem nos deu o Recenseamento foi Carrasco!

Por mim, confesso que nunca me interessei muito pela verificação desse milhão de habitantes que o Rio de Janeiro tem, ou deve ter. Nem sei em que é que pode haver glória, para um país, no fato de possuir na sua capital um milhão ou mais de um milhão de almas.

O que faz a grandeza, e a importância material, social e moral de um país, é justamente a disseminação da população. E já vai longe o tempo em que as nações poderosas e ricas se contentavam com uma só grande cidade, um só grande empório de comércio, de indústria, de arte, de civilização. Para somente citar um exemplo, lembremos que, atualmente, Roma não é a cidade mais populosa da Itália.

Buenos Aires tem um milhão de habitantes? Bom proveito lhe faça! Em compensação, Buenos Aires é a única cidade vasta e populosa da Argentina. À pequena distância da capital argentina, a cidade de La Plata é um deserto...

O Rio de Janeiro, ao contrário, é apenas uma das muitas colmeias humanas em que enxameia o nosso povo. O Norte, o Centro, o Sul do país estão cobertos de *urbs* povoadíssimas, que formam, através dessa prodigiosa extensão de terras, os núcleos geradores, as células matrizes do nosso radiante futuro.

Mas não discutamos. O amigo Carrasco, para nos amesquinhar, encheu as bochechas com o milhão de habitantes de Buenos Aires, e nós, excitados, também verificamos, ou vamos verificar o nosso milhão.

Pouco me importa o valor do fato que se verificou ou vai se verificar. O que me importa é o valor do movimento coletivo de civismo, de consciência patriótica, de nobre ardor com que a tentativa da Prefeitura foi recebida e auxiliada.

Todos quiseram encher e assinar a “lista de família”.

A “lista de família”! O terror que até agora inspiravam estas três palavras! Por trás delas via a gente ignorante levantar-se, temerosa e apavorante, a avantesma do recrutamento, — a farda às costas, o *pau-furado* ao ombro, o rancho, o exército, a guerra... Mas desta vez, a avantesma que nós víamos não era essa: era a figura do amigo Carrasco, com o seu riso zombeteiro, mofando de nós... E, para contrariar Carrasco, atiramo-nos com coragem ao Recenseamento. Bom Carrasco! excelente Carrasco! amigo Carrasco!

Graças a esse admirável Carrasco, assistimos no Rio de Janeiro a cousas assombrosas.

Como as indicações do Recenseamento diziam que era preciso mencionar na lista de cada casa “as pessoas que houvessem passado no domicílio a noite de 19 para 20 de Setembro”, não houve notívago, não houve *viveur*, não houve pândego, não houve *vieux-marcheurs* que quisessem passar a noite fora de casa!

Um sujeito, que conheço, notívago impenitente e incorrigível, dizia-me na manhã do dia 20: “Veja você o que é a consciência do dever cívico! passei a noite em casa, cousa que não me sucedia há vinte anos?! só o patriotismo era capaz de me forçar a um tal sacrifício!”

A cousa foi tão extraordinária, que várias senhoras casadas, que não se resignam com a vida desregrada dos maridos, verificando que todos eles ficaram firmes no domicílio durante aquela memorável noite, chegaram a pedir aos céus que inventem um recenseamento por semana!

Admirável Carrasco! que bem nos fizestes, querendo fazer-nos mal...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, setembro de 1906. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Outubro de 1906

Sei bem que atacar as tradições (e principalmente as tradições religiosas) é um ato de ousadia. Essas tradições são para quase toda a gente tão invioláveis e sagradas como aquele prestigioso Zaïmph, manto da deusa Tanit, e palácio de Cartago, no qual ninguém podia tocar sem cair fulminado...

Pouco importa. Há tradições grosseiras, irritantes, bestiais, que devem ser impiedosa e inexoravelmente demolidas, porque envergonham a Civilização.

Uma delas é a ignóbil festa da Penha, que todos os anos, neste mês de outubro, reproduz no Rio de Janeiro as cenas mais tristes das velhas saturnais romanas, transbordamentos tumultuosos e alucinados dos instintos da gentalha. Ainda este ano, a festa foi tão brutal, tão desordenada, e assinalada por tantas vergonhas e por tantos crimes, que não parecia um folguedo da idade moderna, no seio de uma cidade civilizada, mas uma daquelas orgias da idade antiga ou da idade média, em que triunfavam as mais baixas paixões da plebe e dos escravos.

E devo confessar que nunca a Festa da Penha me pareceu tão bárbara como este ano. É que esses carros e carroções, enfeitados com colchas de chita, puxados por muares ajaezados

de festões, e cheios de gente ébria e vociferante, passeando pela cidade a sua escandalosa bruega; esses bandos de romeiros cambaleantes, com o chapéu esmagado ao peso das roscas, e o peito cheio de medalhas de papel, e beijando a efígie da Senhora da Penha com os beijos besuntados de zurrapa; esse alarido, esse tropel de povo desregrado; todo esse espetáculo de desvairada e bruta desordem ainda se podia compreender no velho Rio de Janeiro de ruas tortas, de betesgas escuras, de becos sórdidos. Mas no Rio de Janeiro de hoje, o espetáculo choca e revolta como um disparate... Num dos últimos domingos, vi passar pela Avenida Central um carroção atulhado de romeiros da Penha: e naquele amplo *boulevard* esplêndido, sobre o asfalto polido, entre as fachadas ricas dos prédios altos, entre as carruagens e os automóveis que desfilavam, o encontro do velho veículo, em que os devotos bêbados urravam, me deu a impressão de um monstruoso anacronismo: era a ressurreição da barbárie, — era a idade selvagem que voltava, como uma alma do outro mundo, vindo perturbar e envergonhar a vida da idade civilizada...

Ainda se a orgia desbragada se confinasse no arraial da Penha! Mas, não! acabada a festa, a multidão desvairada transborda, como uma enxurrada vitoriosa para o centro da *urbs*, — e as facas, as navalhas, os cacetes, e os revólveres, que não acharam exercício lá em cima, vêm exercitar-se cá em baixo...

Porque o mais grave é que a festa não é somente escandalosa: é também feroz.

Julião Machado, caricaturista que sabe admiravelmente apanhar em flagrante e fixar com o seu lápis irônico os aspectos mais expressivos da vida humana, dedicou, há dias, no *País*, uma bela página à festa da Penha; a página intitula-se “Trajo Preventivo para os devotos”, e representa os romeiros, como os guerreiros da idade média, envergando pesadas armaduras de aço, couraças, capacetes e elmos. Não há exagero nisso! tantos assassinatos se praticam todos os anos naquela malfadada romaria, que toda a gente que lá vai se arrisca a uma trágica morte, — e sempre é bom levar para lá, além do violão, do embornal cheio de vitualhas e do chifre cheio de vinho, uma boa cota de malha como precaução contra as navalhas e os tiros.

Este ano, os assassinatos foram dois ou três: e além dos romeiros que deixaram a vida no oiteiro, ainda houve muitos, muitíssimos, que de lá voltaram estropiados e pisados, com as costelas amassadas e a cabeça partida...

Ir à Penha é caminhar para o Martírio! Antigamente, os pecadores devotos se penitenciavam subindo de joelhos os não sei quantos degraus da imensa escadaria de pedra que conduz ao templo. Escorchavam e ensanguentavam as carnes e esborrachavam as rótulas

nesse fatigante e árduo exercício, — mas não arriscavam a vida. Hoje, a penitência é maior, e o martírio é completo. Ir à Penha é afrontar mil vezes a morte, — porque todos os desordeiros da cidade se encontram ali, nos quatro domingos da clássica festa, e transformam o arraial numa arena, em que se travam batalhas sangrentas.

Para muita cousa sórdida ou horrível serve de capa e de pretexto a Religião! A Virgem Maria presidindo assassinatos!... o menino Jesus, no colo d'Ela, recebendo sacrifícios de sangue!... e chama-se a isso uma festa religiosa!

Verdade é que, desde as mais antigas civilizações, sempre o fanatismo religioso viveu de braço dado com a orgia e a alucinação sanguinária... Mas é realmente espantoso que ainda se conservem, no Rio de Janeiro, em pleno século XX, tais reproduções das festas báquicas da Grécia e dos jogos de circo de Roma, apoteoses da intemperança e da fúria, da bebedeira e da sanha assassina.

Em grande parte, a culpa da conservação dessa usança bárbara cabe aos jornais, que inconscientemente animam e encorajam a orgia, dando-lhe adjetivos pomposos, e continuando, não se sabe porque, a atribuir um caráter religioso a uma festa que é apenas um Carnaval disfarçado, muito pior do que o outro.

Na imprensa diária, há adjetivos de uso e emprego obrigatório. Tal é o adjetivo *poético*, que sempre se une a tudo quanto se refere à Penha: poético arraial, poética festa, romaria poética. Tudo ali é poético: a igreja, a colina em que ela assenta, o culto da Virgem, a lenda da criação daquele templo... E, quando chega a época da festa da Penha, em todos os jornais só se encontra o adjetivo *poético*, tão profusamente empregado, que é de crer que, para compô-lo tantas vezes, os tipógrafos sejam obrigados a esvaziar todos os caixotins em que moram o *p*, o *o*, o *e*, o *t*, o *i*, e o *c*...

Entretanto, toda essa poesia acaba todos os anos em bebedeira e sangue: o idílio dá em moafa, a égloga degenera em pancadaria, a pastoral bucólica finda em conflito bestialmente feroz.

Os jornais têm o cuidado de não misturar esses dois aspectos da romaria tradicional: o *te-deum*, as *promessas*, o sermão e as loas à Virgem aparecem em uma coluna do noticiário; e em outra coluna figuram as facadas, as cachamorradas, os tiros, os devotos com as tripas ou os miolos ao sol, e toda a encenação da orgia horripilante em que a indigestão dança ao lado da ferocidade e em que a sede de vinho se casa à sede de sangue, no sopé da colina poética, perto da poética igreja, em que poeticamente se venera a poética imagem de Nossa Senhora... As notícias aparecem separadas, em colunas distintas; mas, instintivamente, o leitor, depois de

percorrer com a vista a notícia suave, procura logo a notícia feroz, e, ao terminar a leitura, exclama espantado: “Caramba! nunca se viu tanta devoção ao lado de tanta carraspana, nem tanta poesia ao lado de tanto crime!”

Infelizmente, se vejo e fustigo o mal, não posso achar o remédio.

Já não é possível compreender a festa da Penha sem bebedeiras e facadas. De modo que o único meio de evitar tamanha vergonha seria proibir essa escandalosa e selvagem romaria. Mas todos os católicos se levantariam, berrando e escumando de cólera, contra essa *intolerância...*

Assim, só há um remédio: é dar tempo ao Tempo, que é um grande médico. Talvez daqui a alguns anos a orgia da Penha desapareça, como desapareceu o entrudo, e como desapareceram tantas outras festas bárbaras que se escudavam na implacável e insuportável Tradição.

E, enquanto isso não acontece, o Rio de Janeiro continuará a ser desonrado pelo escândalo periódico dessa bacanal católica, em que os devotos misturam a hóstia com o peixe frito, o vinho das galhetas com o vinho dos chifres, a oração com a blasfêmia, o êxtase com a indigestão, a genuflexão com a *rasteira*, a ave-maria com a navalhada, e o fervor religioso com o furor carniceiro.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, outubro de 1906. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Novembro de 1906

Este mês foi intensamente, profundamente, essencialmente político.

Título de um período presidencial e berço de outro, novembro correu ressoante de ovações de despedida e de ovações de boas vindas. Os mesmos fardões de gala e as mesmas casacas, que se desempoeiraram e bruniram para as últimas festas ao governo que morria, serviram depois para as primeiras festas ao governo que nascia. Grande e festivo mês!

Não se dirá dele que foi um mês “abissínio”... Não apedrejou o sol que expirava para agradar ao sol que surgia: teve flores e palmas para ambos; e, se soube adular o novo presidente, soube também mostrar-se grato ao velho, ao que se retirava tendo prestado serviços à cidade e ao país.

Não é muito comum essa gratidão. Em geral os administradores, no dia em que acaba o seu poder, ficam sozinhos, insulados, sem ter quem lhes diga uma palavra doce, nem quem, na hora suprema, lhes levante um *viva* entusiástico. É profundamente vergonhosa essa ingratidão, — mas é humana. É mais do que humana: é animal... Porque não é o homem o único animal que, na hora da desgraça, abandona a casa amiga que até então lhe deu alimento e carinho. Também os ratos fogem do navio que corre perigo de naufrágio; também os gatos fogem da casa em que entra a miséria; também os animais parasitas fogem do corpo que a morte esfria... A propósito disto, lembro-me uma frase de certo amigo meu, num dia em que passávamos em frente ao palácio do Catete. Era no início de um período presidencial. Havia muitos carros à porta do palácio, e muita gente que entrava e saía, numa azáfama febril. “Estás vendo aquilo?” — disse o amigo — “quando chegar o fim do quadriênio, toda essa gente terá desaparecido: e só um animal ficará fiel ao presidente, vindo postar-se à porta do palácio... Será um pássaro o último amigo do sol no ocaso...”

“Que pássaro?” — perguntei espantado.

“Que pássaro?” — “a *andorinha*, que há de vir buscar-lhe os móveis...”

Felizmente, essa ingratidão não se revelou agora. Rodrigues Alves teve, no dia da sua partida para S. Paulo, uma estrondosa manifestação de apreço. Toda a cidade saudou com entusiasmo o seu Saneador: e o ilustre brasileiro deve ter sentido bem quanto era espantosa, quanto era sincera e cordial aquela retumbante aclamação que reboou na Central, acompanhando o wagon que o levava a Guaratinguetá, ao lar e ao descanso, depois de quatro anos de um glorioso e fecundo trabalho. Dos quatro presidentes que governaram antes deste, só Prudente de Moraes, o Pacificador, teve igual despedida. Campos Sales teve a tarefa ingrata de consertar as nossas finanças estouradas, e foi obrigado a fazer uma administração de obscuro labor, sujeitando-se a uma impopularidade inevitável. Deodoro saiu do poder em plena revolução. Floriano, ao sair, deixou o país em plena guerra civil... O primeiro presidente popular foi o velho Prudente: e, depois dele, era justo que fosse amado do povo este, que, no curto governo de dois pares de anos, rejuvenesceu e embelezou a capital da República, multiplicou pelo interior do país as estradas de ferro, decretou a construção dos portos que a nossa vida comercial reclamava, — e elevou no estrangeiro o nome do Brasil, tornando-o respeitado e admirado.

Quantas vezes terá sido executado, neste mês de novembro, aqui e por aí fora, em S. Paulo, torrão do ex-presidente, e em Minas, berço do presidente atual, — o nosso vibrante e

admirável *Hino Nacional*, essa estupenda composição que nenhum brasileiro pode ouvir sem um calafrio de entusiasmo?

Mil vezes, talvez... Nada sabemos fazer sem o *Hino Nacional*. Usamos e abusamos dessa música patriótica, sem termo nem medida, e, às vezes, nas menos apropriadas das ocasiões. O Presidente da República não pode dar um passo, sem que uma banda de música o saúde com a harmonia bélica da música de Francisco Manoel; com o hino nacional se abrem e fecham todas as solenidades públicas; não há inauguração ou comemoração que o dispensem; e é bom lembrar que, ainda há poucos anos, as “cortesias” das quadrilhas de bandarilheiros e capinhas, na Praça de Touros, eram feitas ao som dessa marcha patriótica...

Já não é tão grande o abuso, atualmente. Mas, ainda há dois ou três dias, passando à noite pela Avenida, encontrei a “banda alemã” (um horror!) que esganiçadamente se esfalfava a executar essa música mártir.

Ainda seria perdoável o excesso, se o hino sempre fosse corretamente executado. Mas cada banda tem o *seu* hino nacional. Às vezes é um canto de guerra, outras vezes é um dobrado langoroso. Às vezes, é triste e arrastado como uma música de cantochão; outras vezes, é repenicado e pelintra como um *jongo*. A imaginação de cada instrumentador e a fantasia de cada regente vão assim inventando uma infinita multidão de variantes do *Hino Nacional*...

Ora, é evidente, é intuitivo que o Hino de uma nação não pode estar exposto a essas adulterações. Ninguém admitiria que os fabricantes de bandeiras introduzissem alterações na forma da bandeira nacional, dando, por exemplo, à esfera azul a cor verde, mudando para azul o amarelo do losango e para amarelo o campo verde do fundo do pavilhão. No dia em que um sirigueiro se lembrasse de por em prática uma tal inovação, a polícia apreenderia, com justiça, todas as bandeiras nacionais assim alteradas... Se esse respeito merece a bandeira, por que não há de também merecê-lo o hino, que é tão sagrado, e deve ser tão inviolável como ela?

Foi contra esse abuso que nobremente se insurgiu, há alguns dias, o nosso ilustre e querido maestro Alberto Nepomuceno, com o seu duplo direito e duplo dever de artista e de diretor do Instituto Nacional de Música. Felizmente, Nepomuceno não se limitou a protestar platonicamente: dirigiu-se, em documento oficial, ao ministro do Interior, e referiu-lhe o que acabava de observar:

“Achando-me presente, por dever de meu cargo, à recepção do Palácio Presidencial no dia 15 de Novembro, tive ocasião de ouvir à chegada do Exm. Sr. Dr. Affonso Augusto Moreira Penna, que vinha de ser empossado nas altas funções do cargo de Chefe do Estado, o

Hino Nacional, executado sucessivamente por três bandas militares postadas no saguão do Palácio. Impressionou-me desagradavelmente o fato de a banda que executou o Hino em segundo lugar e que, fui informado, era uma das da Brigada, fazê-lo com uma variante melódica positivamente errada, pois que se achava em evidente desacordo com a harmonia do acompanhamento, com o qual absolutamente não se compadecia...”

Como se vê, até pelas bandas militares o *Hino Nacional* é adulterado! Que não fará a pavorosa e medonha “banda alemã”, e que não farão as desafinadas e rangedoras bandas, orquestras e filarmônicas, que, por este vastíssimo Brasil, vivem todos os dias a executar o nosso mísero hino? Aqui está um caso em que o verbo *executar* pode ser empregado em mais de um sentido: — o nosso hino é frequentemente submetido a uma execução... capital!

Alberto Nepomuceno continua deste modo a sua exposição:

“Tratando-se de um dos símbolos da pátria, de antigas tradições, já vindo do antigo regime e conservado pelo decreto n. 171, do Governo Provisório, de 20 de Janeiro de 1890, penso que qualquer vício que nele ocorra, por defeito de cópia, deve ser imediatamente corrigido, assim como qualquer alteração, sem a autorização do poder competente, constitui falsificação de documento público e como tal devem ser punidos os seus autores. A instrumentação mesma do Hino deve ser apropriada à natureza do conjunto musical militar adotado oficialmente, banda ou fanfarra, assim como para orquestra, pois que as diferenças que possam existir em instrumentação de procedências diversas podem dar lugar a variantes, sejam harmônicas, melódicas ou rítmicas, perturbadoras em sua essência da integridade do pensamento do autor, e, portanto, da lei. Peço-vos, pois, permissão para lembrar-vos a conveniência de providências no sentido de os Hinos Nacional e da Proclamação da República, serem executados como fielmente se contêm nos exemplares que devem existir no Arquivo Público, e caso não haja tais exemplares, a profissionais competência oficialmente reconhecida deve ser confiada a tarefa de instrumentá-los, devendo ser tal instrumentação, depois de impressa, depositada no referido Arquivo”.

É de esperar que tal protesto, — partindo de um artista, que além da responsabilidade pessoal que lhe impõe o seu nome admirado, ainda tem autoridade maior, como diretor que é do nosso único Instituto Oficial de Música, — seja recebido e estudado, como merece, pelo ministro.

A ocasião não podia ser melhor... Durante as festas e cerimônias da passagem do governo, o brilhante e venerável trabalho de Francisco Manoel andou por aí sofrendo mil cortes, aumentos, mutilações, acréscimos, profanações e estragos. O *Hino Nacional*, se fosse

gente, estaria a esta hora no hospital, e, se fosse navio, estaria no dique, curando as contusões e reparando as avarias sofridas no correr desse torturante período de cerimônias e festas...

Fiquem as nossas bandas, e nossas orquestras com o direito de modificar à vontade a harmonia, a melodia, o ritmo, o andamento de todas as óperas, operetas, quadrilhas, polcas, valsas e tangos de todos os países e de todos os tempos. Se quiserem a toda a força estragar alguns hinos, atirem-se contra os hinos estrangeiros! Mas poupem o *Hino Nacional*, que, como escreveu o eminente diretor do Instituto de Música, é um documento público, cuja falsificação pode e deve ser punida com todo o rigor.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1906. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Dezembro de 1906

Dezembro. Começaram os ásperos calores, as nuvens de pó sufocante, a tortura longa dos quatro meses infernais. Que pena tenho eu de não ser cigarra ou lagarto! essas duas espécies de criaturas nasceram para viver ao sol, como as fabulosas salamandras nasceram para viver no fogo: quanto mais arde o sol de verão, mais cantam as cigarras nas árvores, e mais se regalam os lagartos nas pedras escaldadas; felizes criaturas! não suam, e não sabem o que são brotoejas. Mas não sou lagarto, nem cigarra, — e tenho de suar, arfar, e penar como homem.

Que fazer, para poder dormir, depois do trabalho diurno, nestas horríveis noites do nosso verão, — de ar abafado, de árvores paradas, de hálito ardente saindo da terra, de peso opressivo caindo do céu, onde palpitam e tremem com um brilho seco as estrelas, como carvões acesos no fundo de um forno?

A primeira ideia que ocorre a gente é fugir para Petrópolis. Mas Petrópolis...

A vida em Petrópolis é deliciosa para quem pode lá ficar dias seguidos, sem a dura obrigação de vir cotidianamente ao Rio. Para os vadios que lá podem ficar, Petrópolis é um Paraíso; mas é o Inferno para os *diários*, que passam o verão a subir e a descer a serra, com a constância do azogue na coluna termométrica. Desventurados diários! O seu padroeiro, o seu orago é o velho Ashaverus, o amaldiçoado judeu legendário, condenado a vagar perpetuamente pela Terra como os cometas vagam pelo céu. Durante o verão, o *diário* é um boneco autômato com corda para quatro meses. Levanta-se às 5 da manhã, barbeia-se e lava-se em três minutos, abala para a estação, desce a montanha, atravessa a baía, voa esbaforido

pela Avenida, almoça a galope, trata a galope dos seus negócios, consulta de minuto em minuto o relógio, sua como um alambique, atropela e atrapalha o trabalho, deixa tudo por acabar, dispara outra vez para a Prainha, toma a barca deitando os bofes pela boca, chega ao hotel em Petrópolis quando já a campainha está anunciando o jantar, mete-se na casaca de Nessus, engasga-se com a comida, vai fingir que se diverte nos clubs, ouve concertos, joga, dança, cai na cama esbarrondado às duas horas da manhã, dorme com um olho fechado e o outro aberto, — e, ao romper do dia, recomeça a mesma hedionda lida e o mesmo tremendo suplício. E esses mártires, que anualmente engordam as rendas e avolumam os dividendos da Companhia Leopoldina, gozam atualmente as mesmas comodidades (frescas comodidades!) que gozavam há vinte anos; as barcas ronceiras nadam como tartarugas, os vagões dos trens são apertados como latas de sardinhas e quentes como fornos de cremação; e essas viagens, que, em qualquer país civilizado, se fariam em uma hora, fazem-se aqui em duas horas e meia, — quando não há atraso. Vereis que, daqui a pouco, vão reaparecer as queixas nos jornais. É todos os anos a mesma cousa: os *diários* lastimam-se, a Companhia faz ouvidos moucos, não reforma aquela hedionda e imunda estação de S. Francisco Xavier, não conserta o material e o leito da estrada de ferro, não dá maior velocidade às barcas, — e os *diários* continuam a pagar e a sofrer...

Não! decididamente não vale a pena fugir para Petrópolis!

Resta-nos o recurso de abalar para as Paineiras ou para a Tijuca...

Mas, Jesus! isso também tem inconvenientes graves!

Em primeiro lugar, os hotéis que existem nesses lugares não são positivamente a última, nem a penúltima, nem a antepenúltima palavra do conforto. Se cá embaixo, na cidade, nós não temos hotéis confortáveis, — nem é bom falar do conforto dos hotéis de lá de cima... No Rio de Janeiro, um bom hotel ainda é um mito...

Além disso, a vida lá em cima, à noite, depois do jantar, nesses albergues mal iluminados e tristes, é de um aborrecimento desesperador: não há o menor divertimento, não há a menor distração, e o veranista, se não quiser ir fazer a digestão na cama, deitando-se às oito horas, terá de ficar sozinho, contemplando as estrelas, mirando com saudade as luzes longínquas da cidade, fumando infindáveis charutos, e sentindo inveja dos que ficaram cá embaixo, no assador, suando, mas divertindo-se...

Não! decididamente, também não vale a pena ir passar o verão nas Paineiras ou na Tijuca!

O melhor é ficar aqui mesmo, é suar e arfar, com paciência. Quatro meses passam depressa. Tudo passa depressa na vida...

Demais, parece que vamos ter um verão como o anterior, amplamente regado de chuvas benéficas.

É até provável que tenhamos de amaldiçoar a chuva, e de implorar aos céus clementes a graça da restituição do calor. Estas lindas festas do Natal e do Ano Bom querem dias claros e noites límpidas. Quem irá à “missa do galo” sob as bátégas da chuva? e como hão de os Reis Magos cantar os seus hinos festivos com os pés na lama?

Enfim, com calor ou com chuva, consente que eu te saúde, leitor amigo, meu irmão. Vamos entrar no quarto ano da nossa amável e deleitosa convivência. Desejei-te boas festas no começo de 1904, quando apareceu o primeiro número de *Kosmos*; renovei esses augúrios sinceros em Janeiro de 1905 e de 1906; e renovo-os hoje, abraçando-te, leitor querido, entidade simbólica, em que resumo e compreendo todos os milhares de amigos que *Kosmos* tem encontrado e conquistado durante os três anos da sua existência.

Não sei, nem quero saber se estas crônicas já te aborrecem: neste mundo de repetições, tudo acaba por aborrecer... Mas, estás aborrecido, disfarça o teu aborrecimento, e abraça-me, de cara alegre, como eu te abraço, trocando contigo o beijo da paz, neste mês de dezembro, tradicionalmente consagrado à fraternidade humana!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, dezembro de 1906. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Fevereiro de 1907

Não pode haver outro assunto para esta crônica da *Kosmos*. Só um assunto, a um tempo doloroso e poético, trágico e suave me preocupa: a agonia das palmeiras da Avenida do Mangue.

Não me seduz o Carnaval que passou, bulhento e desvairado como todos os Carnavais; não quero saber do “caso Urbino”, nem da Quaresma que vai correndo, nem das conferências do padre Júlio Maria, nem das festas com que vai ser recebido o general Roca; nada me interessa o que se passa no terreno político; e pouco se me dá que um monsenhor, um dignitário da Igreja tenha, com uma nobre independência, atirado a batina às urtigas... Que valem todos esses assuntos, diante do assunto que me preocupa? Só penso na agonia das palmeiras do Mangue, — e vivo agonizando com elas, tão grande é o amor que lhes tenho...

Conheço-as há trinta anos... Há trinta anos! toda uma vida... Nunca passei por ali que não as mirasse longamente, apaixonadamente: e vejo-as agora, moribundas, envelhecidas de repente, minadas por um mal que ninguém conhece!

Há quem diga que, de todas as árvores que possuímos, são as palmeiras reais as mais inúteis. Não dão sombra, elevam a dezenas de metros acima do solo as suas copas triunfais, com um orgulho de rainhas insensíveis, que nasceram apenas para reinar...

Tolices! Isso é opinião de gente prática, — dessa gente abominável que só é capaz de admirar o que é útil, e prefere uma horta de couves a um roseiral.

Eu amo as palmeiras justamente pelo seu orgulho e pela sua nobreza, pela ânsia com que elas procuram fugir da terra e ganhar o céu, pelo desprezo que têm das cousas feias e rasteiras, pela majestade com que afirmam de lá de cima a sua superioridade quase divina. Parece-me que no caule de cada palmeira mora uma alma ansiosa e cativa, que desesperadamente se agita para fugir do solo; a seiva de cada uma dessas árvores orgulhosas tem aspirações e sofrimentos como o espírito de um artista.

Não foi sem razão que Alberto de Oliveira, o nosso Grande Poeta, escreveu um dia que desejava, depois de morto, ter a sua alma guardada na seiva de uma dessas plantas altivas:

Ser palmeira! existir num píncaro azulado
Vendo as nuvens mais perto, e as estrelas em bando;
Dar ao sopro do mar o seio perfumado.
Ora os leques abrindo, ora os leques fechando!

Ser palmeira, depois de homem ter sido! est'alma,
Que vibra em mim, sentir que novamente vibra,
E eu a espalho, a tremer, nas folhas, palma a palma,
E a distendo, a subir, no caule, fibra a fibra!

E, esfolhando-me ao vento, indômita e selvagem,
Quando aos arrancos vem, bufando, o temporal.

— Poeta, bramir então à noturna bafagem

Meu canto triunfal!...

Imagino e calculo, pela minha própria mágoa, a mágoa com que esse apaixonado Poeta, de alma tão exaltadamente panteísta e tão dada ao amor da Natureza, estará assistindo à agonia das palmeiras da Avenida do Manguê!

Porque já não há quem não conheça a dolorosa notícia: estão agonizando, estão morrendo aquelas palmeiras, que são a glória da cidade, e o seu orgulho maior!

E é em vão que se pergunta aos botanistas, aos horticultores, aos naturalistas, a todos os sábios, — o que é preciso fazer para salvar as majestosas *Oreodoxas oleraceas*, que se estendem em filas admiráveis ao longo do canal. Os sábios deitam abaixo as suas livrarias, consultam livros antigos e modernos, dizem cousas abstrusas em linguagem incompreensível, — mas não as salvam...

Ah! são sempre os mesmo os médicos, — tanto os que se encarregam de tratar os homens como os que se encarregam de tratar as plantas. Todos eles reproduzem diariamente a petulância com que Sgaranello, no *Médecin malgré lui*, explica ao velho Geronte a causa da mudez de Lucinda: “Ossabandus nequeis nequer potarim quipse milus... voila justement ce qui fait que votre fille est muette!” Não de outro modo têm os naturalistas do Rio explicado à imprensa e à comissão das obras do Canal do Manguê a causa da morte das palmeiras; ninguém lhes entende o diagnóstico, e nenhum deles indica o remédio salvador.

E, enquanto isso, as palmeiras vão morrendo, na sua lenta e dolorosa agonia; amarelece hoje uma palma, outra amanhã, outras depois de amanhã, e já algumas das majestosas rainhas vegetais não passam de espectros do que eram, — cadáveres, de pé, sacudindo ao sol o seu amplo penacho de folhas secas...

Nos passageiros de bondes, que viajam a um e outro lado do Canal, há, de manhã à noite, a mesma expressão de infinita mágoa e de desolada tristeza. Todos os olhos, abandonando a leitura dos jornais, se levantam para o alto, e contemplam com melancolia a devastação progressiva que nos leques, outrora tão verdes e belos, vai fazendo a implacável moléstia...

Explica-se bem a tristeza de toda a cidade. Não há no mundo inteiro uma alameda de palmeiras como aquela. A do Jardim Botânico, que é objeto de universal admiração, tem setecentos e quarenta metros de comprimento. Mas a do Manguê tem mil e duzentos! é a mais extensa que se conhece, — e qualquer cidade da América ou da Europa não hesitaria em gastar milhões para possuir uma tal maravilha. E vamos talvez perder aquele tesouro! — haverá desgraça maior?...

A história dessas árvores é curta e gloriosa. Todas as palmeiras do Mangue, como todas as palmeiras reais do Rio de Janeiro, descendem da *Oreodoxa-oleracea*, que o chefe de divisão Luís Abreu trouxe em 1810 da Ilha de França. Era tão linda a *Areca*, ainda jovem, que D. João VI, o fundador do *Jardim Botânico*, quis plantá-la por suas próprias mãos. Daí veio à palmeira o nome de Real. A formosa *Areca* foi crescendo, sempre cercada de carinhosos cuidados, e chegou enfim à idade da florescência: abriu a espata, e deixou cair o cacho pejado de sementes... O diretor do jardim, Serpa Brandão, ciumento e avaro, não quis que aquela maravilha se reproduzisse, e mandava todos os anos queimar as sementes preciosas. Mas os escravos, que trabalhavam no Real Horto Botânico, começaram a furtá-las e a vendê-las; e, em breve, principiaram a aparecer as primeiras filhas da palmeira de D. João VI, — que ainda hoje, no Jardim Botânico, é admirada pelos visitantes, na sua velhice sagrada, com quase cem anos de idade, ostentando em plena pujança o seu espique de 35 metros de altura.

Dessa veneranda anciã descendem as palmeiras do Mangue, a cuja lenta agonia assiste agora a cidade com desespero...

Mas será realmente impossível salvá-las? Não haverá uma providência capaz de libertá-las do secreto mal que as está minando? não haverá meio de evitar essa desgraça?

Não sei... O que sei é que o depauperamento é visível: cada dia que passa leva consigo uma folha e um pouco de vida de cada uma das rainhas condenadas.

Ontem, passando por aquela imensa Avenida que já me parece um cemitério, vi-as, ao crepúsculo, à hora indecisa e misteriosa em que uma alma nova parece palpitar no céu e na terra. Na meia luz da tarde, os leques estremeciam e farfalhavam lá em cima, já quase mergulhados na treva, sob o pálio do céu em que se acendiam coruscando as primeiras estrelas. E pareceu-me ver naquele ansioso movimento das palmas secas o bracejar doloroso, a súplica desvairada, a imprecação desesperada de quem quer viver e sente que está morrendo, de quem pede socorro e perde a esperança de ser socorrido.

Ah! pudesse eu, ainda que a troco de alguns anos da minha própria vida, assegurar a vossa eternidade, — ó palmeiras reais que conheço e amo há trinta anos! ó palmeiras reais que ides morrer antes de mim!...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, fevereiro de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Março de 1907

As festas roquinas (aceitemos o neologismo) deveriam fornecer exclusivamente o assunto a esta crônica. Mas já tanta causa se escreveu sobre isso, ó deuses imortais! Os noticiaristas já esgotaram todos os adjetivos, todas as hipérboles, todos os *ahs!* e todos os *ohs!* — encontro os celeiros vazios, e não sei o que possa dizer de cousa já tão dita, tão narrada, tão gabada.

Nós, os cronistas, somos como aquela meiga e desventurada Rute, de que fala a Bíblia, e que todas as tardes seguia os segadores, apanhando as espigas que eles deixavam cair no chão. Somos como ela: quando chegamos ao campo, já os segadores, que são os noticiaristas da imprensa diária, o devastaram e despojaram de tal modo, que somos obrigados a contentar-nos, quando muito, com as espigas murchas que eles desprezam...

Não! não tratemos das festas com que o Rio de Janeiro e S. Paulo receberam o general Roca. Apagaram-se as luminárias, recolheu-se ao seu ancoradouro habitual o galeão histórico de D. João VI, desarvoraram-se as bandeiras, calaram-se as aclamações; o que lá vai, lá vai... Tratemos de cousas que ficam, que continuam sendo nossas, e que reclamam atenção imediata.

Março não teve apenas um acontecimento político, — essa tão celebrada visita do estadista argentino. Teve também um acontecimento artístico: a representação em um dos teatros da cidade, de duas peças originais. Dizer que isso foi um “acontecimento” não basta. Para bem mostrar qual foi a repercussão do fato, é mister recorrer a um estrangeirismo, e dizer que ele foi um *sucesso*. Noticiaristas, cronistas, críticos, repórteres, autores e atores, — todos, *una voce*, declaram que viam no aplauso, com que o público vitoriou as duas peças, um sinal seguro e infalível do renascimento do teatro. E todos, também *una voce*, afirmaram que se o poder público quisesse proteger o nosso teatro, já há muito tempo ele seria o que deve ser...

E não faltou quem visse na presença do Sr. Presidente da República, que assistiu à primeira representação de “O Dote” de Artur Azevedo, e da “Última Noite”, de Paulo Barreto, uma como promessa tácita feita por S. Excia., um como compromisso assumido no sentido de proteger a arte dramática...

É verdade que o Sr. Presidente da República esteve no teatro na noite da primeira representação dessas peças. Esteve; e por sinal que os empresários enfeitaram o camarote presidencial com umas cortinas tão velhas, de tão reles e desbotada chita, que aquilo

realmente não parecia o camarote de um chefe de Estado, mas o coreto de um Imperador do Divino...

S. Excia. foi ao teatro, e gostou das peças e aplaudiu os autores, — e não fez com isso favor às peças nem aos autores, porque as peças são excelentes, e os autores têm muito talento. Não creio que, se as peças fossem más, o público as tivesse aplaudido unicamente para ter o gosto de concordar com S. Excia. E não creio também que, sendo elas boas, como efetivamente são, o público as tivesse achado abomináveis, no caso de lhes ter negado o seu aplauso ao Chefe de Estado... Assim, não vejo bem em que, nem como, nem porque o comparecimento do Sr. Presidente da República pode ter significado uma vitória, ou uma promessa de vitória, para a tenaz e louvabilíssima propaganda em que se empenha Artur Azevedo, com todo o seu brilhante talento e toda a sua reconhecidíssima competência, em favor do Teatro Nacional.

Imaginemos que o Sr. Presidente da República dê agora para ir todas as noites ao teatro: haverá alguém tão ingênuo que acredite ser isso o bastante para que o Teatro Nacional se regenere e progrida? Seria o cúmulo da ingenuidade!

De certo, há alguma razão poderosa e séria, capaz de explicar o abandono em que o público tem deixado os teatros do Rio de Janeiro. E essa razão não é, não pode ser a falta de proteção dos poderes públicos.

Já não estamos na idade média, nem no começo da idade moderna! A Arte, neste século, faz-se, desenvolve-se, afirma-se, sem precisar do apoio dos Grandes e dos Senhores, — até porque já não há Senhores nem Grandes.

Um governo pode e deve dar hoje, a uma cidade ou a um país, água, luz, esgotos, calçamentos, assistência pública: mas não lhe pode dar Arte, porque o distintivo mais claro da Arte moderna é justamente a sua completa autonomia, a sua absoluta e gloriosa independência!

Qual será, então, a razão da decadência do nosso teatro?

Será a falta de peças e de autores? Não pode ser! “O Dote” de Artur Azevedo, e a “Última Noite” de Paulo Barreto, com o seu radiante *sucesso*, aí estão para eliminar essa hipótese.

Será a falta de atores? Também não! “O Dote” e a “Última Noite” foram otimamente representados: todos os espectadores acharam a sua representação bem razoável. E, ainda não há muitos dias, Artur Azevedo, que conhece as cousas do teatro como conhece a palma da sua

própria mão, e sabe muito mais do que eu, o que é um bom ator, escrevia em *O País* que “para melhorar as condições do nosso teatro, não é pessoal que nos falta...”

Uma última hipótese se apresenta: será a falta de gosto do público? Mas, há quinze ou vinte anos, o público enchia os teatros! E é impossível que esse público tenha perdido o gosto artístico, a ponto de desprezar hoje completamente aquilo que com tanto entusiasmo apreciava há quinze ou vinte anos...

Tenho uma ideia, que já me valeu muitos doestos anônimos, mas que cada vez me parece mais justa. Creio que o que nos falta, para que tenhamos Teatro, é... teatro. Teatro-casa, teatro-edifício, entenda-se bem. Porque, positivamente, não se pode dar o nome de teatro a qualquer desses pardieiros a que somos obrigados a ir, quando queremos ouvir uma peça. O *Lírico* e o *S. Pedro* estão sempre fechados; o *Palace* e o *Moulin*, que estão limpos e têm comodidade, nunca representam coisa séria. E os teatros (?) em que se representam peças que nos interessam, como “O Dote” e a “Última Noite”, são modelos de incomodidade, de falta de limpeza e de fealdade.

Estive no teatro em que se representaram as peças de Artur Azevedo e Paulo Barreto; estive lá justamente na mesma noite em que lá esteve o Sr. Presidente da República; e lá estive (ai de mim!) em companhia de três estrangeiros, homens de imprensa, homens de fina educação, que haviam chegado na véspera ao Rio de Janeiro. Como eram homens de fina educação, nada me disseram do espanto que experimentavam, vendo-se naquele galpão hediondo, velho, feio, sujo, incômodo, a que nós chamamos pomposamente — um teatro! Nada me disseram, mas o seu espanto claramente se lia nos olhos assombrados com que eles miravam tudo aquilo.

Já não me quero referir de novo à estupefativa e inacreditável decoração daquele camarote presidencial, que parecia enfeitado com colchas velhas de hospedarias baratas... Mas aquelas cadeiras pequeninas trepadas umas sobre as outras, obrigando cada espectador a sentar-se no colo do espectador da esquerda e a carregar no seu próprio colo o espectador da direita! mas aquele reles aspecto de teatrinho da roça, construído e pintado por arquitetos e pintores de meia tigela! mas aqueles corredores medonhos! mas aquele botequim ignóbil! mas aquele jardim indecente !...

Ah! decididamente, é preciso ter coragem heroica para ir perder uma noite em tal lugar! E ninguém me tira da cabeça esta ideia: o público deixa de ir ao teatro, unicamente porque não está disposto a sair de lá com os rins moídos por aqueles assentos incômodos, e com as pernas devoradas por pulgas ferozes!

Hão de descobrir talvez uma contradição no que escrevo. Dirão talvez: “Mas há quinze anos tal teatro era tão mau e tão sujo com é hoje, — e você diz que há quinze anos o público o frequentava...”.

Não há contradição. Disse e repito que, em matéria de educação e cultura artística, o povo carioca não pode ter retrocedido: ao contrário, progrediu. Mas não progrediu somente nisso. Progrediu também no modo de entender o asseio, a higiene, o conforto. E é por isso que ele já não tolera a falta de asseio, de higiene e de conforto que tolerava outrora. O público sabe hoje o que é limpeza, porque vê a cidade mais limpa do que antigamente: e é justo que não suporte os teatros (?) abomináveis que antigamente suportava...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, março de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Abril de 1907

... das cervejas envenenadas que não continham veneno?

Não! O assunto não diz com a índole de *Kosmos*... Prefiro tratar da primeira viagem que a famosa *Agência Cook* está organizando para o Brasil.

Cook, — o homem que realmente corporificou a lenda do Judeu Errante — morreu em 1897, com sessenta e cinco anos de idade. Seria talvez mais justo dizer com sessenta e cinco anos de... viagem; porque, enfim, a vida desse homem extraordinário nada mais foi do que uma longa e contínua jornada. Dizem que, durante toda a existência, percorreu aproximadamente oitenta mil quilômetros por ano. Já foi andar!

Cook morreu, mas a sua célebre *Agência* está viva. Não há capital da Europa que não tenha uma sucursal dessa empresa de viagens, com o nome de Cook em colossais letras de ouro na fachada, tentando e seduzindo os que gostam de viajar com comodidade e economia. De todas essas sucursais partem, em todas as estações do ano, imensas caravanas de peregrinos que percorrem o mundo inteiro, — indo admirar a formidável agitação de Londres, de Paris e New York, os museus da Itália, as pirâmides do Egito, as nascentes do Nilo, as minas do Transvaal, a solidão dos desertos da Arábia, as florestas da Nova Zelândia, as ruínas da velha Grécia, os vales poéticos da Judeia, a cascata do Niágara, o penacho de fumo do Vesúvio, as águas do Bósforo, os minaretes das mesquitas orientais, os quiosques da China,

os templos do Japão, as estepes geladas da Rússia, as margens selvagens do Ganges — todas as belezas, todas as maravilhas, todas as singularidades famosas da terra.

Esses viajantes da *Agência Cook*, que se divertem e passeiam com as horas contadas, submetendo-se a horários implacáveis, sujeitando-se à tirania dura dos guias e dos cicerones, que os conduzem como autômatos, não lhes dando uma hora de repouso, têm sido sempre troçados pelo humor de todos os cronistas alegres. Há realmente um aspecto cômico em cada uma dessas levas de criaturas de sexos, idades e nacionalidades diferentes, atravessando o mundo numa comunhão de curiosidade e interesse, regulando o seu prazer pela vontade e pelo relógio do “cornaca” que os dirige, não se separando com medo da dispersão, como um rebanho tímido que não ousa afastar-se do pegureiro, e dormindo, comendo e divertindo-se de súcia...

É na Itália, durante o verão, que mais perfeitamente se pode estudar o mecanismo dessas caravanas de homens-bonecos, que não confiam nunca no que lhes diz o guia. Em grupos cerrados, num passo calculado e certo, em marcha militar, os turistas da *Agência Cook* atravessam as salas dos museus, inseparáveis, mudos, impenetráveis, graves, sem uma contração na face, parando quando o guia prossegue. Parece que estão cumprindo um dever, uma obrigação, uma pena, uma penitência...

É uma escravidão, é um cativo voluntário. Nenhum dos “agenciados” da *Cook* pode, de moto-próprio, descansar em tal ou qual cidade das que estão inscritas no itinerário, para satisfazer um capricho, ou para curar uma doença, ou para dar às pernas um pouco de repouso, ou para saciar um desejo de amor... Quem pára, perde a viagem, porque os outros não podem esperar: a Agência comprometeu-se a mostrar-lhes tantas mil léguas em tantos meses, tantos dias, tantas horas e tantos minutos, — e não lhes concede um só dia de quebra como não lhes poupa uma só das léguas prometidas. Não é uma viagem: é um fadário; não é um passeio: é uma lida!

Mas, enfim, nem todos viajam e divertem-se como querem, e cada um viaja e diverte-se como pode. Quem não é rico tem de se resignar a distrair-se com pouco dinheiro: e isso explica a espantosa e sempre renovada freguesia da *Agência Cook*. Quando acaba um desses giros econômicos pelo mundo, cada um dos *touristes* tem ao menos o consolo de poder dizer que fartou os olhos na contemplação de quase todo o planeta, e o consolo ainda maior de poder espantar os sedentários com a narração das cousas vistas... ou inventadas, porque, enfim, nem todos podem verificar a exatidão do que contam os viajantes: *a beau mentir que vient de loin...*

Não trocemos os fregueses da *Agência Cook*! São eles os melhores agentes de propaganda com que podem contar os países novos e desconhecidos. Quando chegam a um porto qualquer, correm logo, apenas desembarcam, a saquear e esvaziar as lojas em que se vendem cartões postais ilustrados. Esses retângulos em que a fotografia fixa os aspectos lindos, ou imponentes, ou somente pitorescos das cidades, vão por seu turno correr mundo; e se muitos deles não chegam a excitar outras curiosidades, alguns sempre conseguem despertar no espírito de outros homens o desejo de vir pessoalmente comparar a gravura com a realidade, a reprodução com o original. É, para cada país visitado, uma propaganda eficaz e barata. E, atendendo a isso, confessemos que a *Agência Cook* é uma benemérita, credora de gratidão dos países que carecem de chamariz.

Nós, incontestavelmente, carecemos de chamariz... E é, por isso, natural que a notícia da próxima primeira viagem de uma leva de *touristes* da *Cook* ao Brasil tenha despertado o interesse que despertou.

Será nos primeiros dias de julho a partida do *Byron*, em que vêm os forasteiros da Agência. Saltarão em Pernambuco, visitarão a Veneza da América; descerão na Bahia, fartar-se-ão de vatapá e de mangas; no Rio de Janeiro pasmarão diante do Corcovado, atravessarão em automóveis a Tijuca entrando pelo Andaraí e saindo pelo Jardim Botânico, irão ao Sumaré admirar a maravilhosa criação de Casemiro Costa, percorrerão a Avenida; depois irão ver as docas de Santos, gozarão as paisagens grandiosas da *Inglês* entre Santos e São Paulo, irão contemplar o monumento do Ipiranga, e seguirão para outras terras da América do Sul, queixando-se talvez da sujeira dos carros da nossa medonha Estrada de Ferro Central, da ladroagem dos cocheiros dos nossos carros de praça, da incomodidade dos quartos dos nossos hotéis, da ferocidade dos empregados das nossas alfândegas, da inópia dos *menus* das nossas casas de pasto, mas confessando ao menos que viram algumas coisas originais, e refletindo que o Brasil será um dia um grande e belo país quando tiver achado quem o administre com um pouco mais de inteligência e um pouco menos de politiquice.

E atrás desses forasteiros, virão outros...

Ainda não somos conhecidos, mas já começamos a excitar a curiosidade do mundo. Ainda não é o bastante, mas já é alguma cousa: O que é preciso, — e isto já se disse e já se escreveu que farte a propósito da próxima viagem do *Byron*, — é que compreendamos que não devemos espantar a gente forasteira com as exigências revoltantes das nossas alfândegas sempre desconfiadas, farejando um contrabandista em cada viajante e um carregamento de artigos de contrabando em cada saco de roupa servida...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, abril de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Maio de 1907

Chegou a estação elegante do Rio, que começa em Maio e vai até Outubro. Estamos em plena *season*... E a prova disso é que já os jornais anunciam um concerto por dia...

O Rio de Janeiro é, de todas as grandes cidades do mundo, a cidade melômana por excelência. Aqui tudo se faz por música ou com a música. Nós vivemos da, pela, e para a música. A música, arte admirável, foi inventada para ser um dos encantos da vida, uma porta aberta para o sono, uma janela rasgada sobre o páramo do ideal, um repouso e um gozo para o espírito; nós, porém, fizemos da música o próprio fim, o próprio fundo, a própria essência da vida: há cariocas que só comem solfas, que só bebem sustentidos, que só respiram claves.

Por isso, é pela extraordinária abundância e pela prodigiosa sucessão dos concertos que se caracteriza a nossa estação elegante. Além dos músicos indígenas, temos no inverno os músicos ádvenos; e a nossa vida, durante estes seis meses, é uma série ininterrupta de sinfonias, de cantatas, de romanzas, de árias, de barcarolas, de duetos, de solos, de coros, de valsas...

Este ano, o inverno carioca parece que se vai distinguir dos outros pela maravilhosa e nunca vista profusão dos pianistas. Chegam-nos pianistas da Europa, da América, da Ásia, da África, da Oceania, do Céu, do Purgatório, e do Inferno. Não se pode passar os olhos por um jornal, sem encontrar estas linhas: “Chegou ontem o notável pianista F...” É uma nuvem de pianistas!

Como se no Rio de Janeiro houvesse falta de pianistas!

Uma cidade, em que as crianças já nascem sabendo martelar no piano a gama natural dos sete sons!

Dó - ré - mi - fá - sol -lá - si... Si -lá - sol - fá - mi - ré - dó...

Jesus! onde me esconderei eu, — em que apartado subúrbio, em que esconso arredor, em que alpestre recanto desta cidade me poderei enlappar, para não ouvir, de sol a sol, do amanhecer ao entardecer, e do anoitecer ao alvorecer, esta medonha escala tocada da direita para a esquerda, e da esquerda para a direita, do *dó* ao *si* e do *si* ao *dó*, em dez pianos, em mil pianos, em um milhão de pianos assassinos?

O Rio de Janeiro é a cidade dos pianos. O seu padroeiro, dizem, é São Sebastião... Foi mal escolhido. O Rio de Janeiro deveria ter, não um padroeiro, mas uma padroeira: a melodiosa Santa Cecília, bem-aventurada tocadora de cravo e de órgão.

Sai por aí afora, ide de bairro em bairro, de rua em rua, de casa em casa, — e não encontrareis uma só casa em que não haja um piano, pelo menos. Porque há casas que têm dois: um, de cauda, para as pessoas grandes, e outro, de meio armário, para as crianças principiantes.

E há casas, que têm três: um para a dona da casa e as filhas mais velhas, outro para a pirralhada, e outro para as criadas!

No lar mais pobre, sempre achareis um desses “monstros negros de dentes brancos”, como já os denominou um poeta. Talvez não vejais na mais humilde habitação carioca, panelas no fogão, nem comida nos pratos, nem louça no armário, nem roupa na cômoda, nem lençóis na cama, nem munições de boca na despensa, nem agulhas e carretéis de linha na caixinha de costura: mas haveis de ver, por força, um piano. O piano é a última coisa que entra e sai das casas, quando há mudança, porque é o traste mais prezado, mais respeitado, mais cercado de amor e desvelo. É também a última coisa de que o pobre se desfaz. Quando se diz de um chefe de família: “vendeu o piano”, está dito tudo: nessa frase se resumem e definem a miséria suprema e o supremo sacrifício; depois disso... o suicídio!

Bem sei que a mania do piano não é exclusivamente carioca: é brasileira.

Em 1894 (*ça ne nous rajeunit pas!*) visitei, em Minas, o local em que esplende hoje a opulenta e formosa cidade de Belo Horizonte. Chamava-se aquilo o Curral del Rei. Era menos do que uma vila, menos do que uma povoação; era apenas um arraial; tinha uma igreja, e dezoito casas. Pois bem! nesse modesto e apagado cafundó de dezoito casas, havia nove pianos! Quantos pianos haverá atualmente na esplêndida Belo Horizonte? sei lá! talvez cem mil, talvez um milhão...

Mas em ponto nenhum do Brasil, ou do mundo, o império do piano é tão absoluto e tirânico como no Rio de Janeiro. Aqui, as meninas ainda engatinham, e já sabem o dó-ré-mi.

Trecho de conversa que se ouve em todas as casas:

— Então, como vão as suas meninas, nos estudos?

— Ah! muito bem! têm todas muito gosto para o piano!

Ninguém pergunta a uma mãe de família se as suas filhas sabem temperar um guisado, ou pespontar uma bainha, ou futicar uma meia velha, ou engomar uma saia, ou marcar um lenço. O que se pergunta é se elas já adquiriram o *doigté* indispensável para a execução de uma sonata de Lizt.

E não nos espanta ver, em qualquer família, um galopim de dez anos ainda analfabeto, passando os dias na rua a soltar papagaios de papel, em vez de ir aprender na escola pública do bairro a soletrar o nome e a conhecer a filiação zoológica de um papagaio de verdade: não nos espanta o analfabetismo do petiz, porque consideramos que cada idade tem a sua ocupação, e que isto de saber ler é cousa que tem causado a desgraça de muita gente. Mas se nos dizem que uma irmã dele, contando já oito anos, ainda não sabe sacar do teclado a melosidade da “*Prière d’une vierge*” ou os repeniques do “*Vem cá mulata*”, esbugalhamos os olhos com assombro, como se estivéssemos diante de um caso teratológico. Uma menina de oito anos, que ainda não toca piano! que monstruosidade!

Admitida essa pianolatria carioca, não admira que o Rio de Janeiro seja o melhor mercado do mundo para os fabricantes de pianos, e para os compositores de música fácil.

De música fácil, — porque poucas, muito poucas dessas meninas chegam a poder executar música difícil, música séria, verdadeira música. Quase todas param nas polcas, nas quadrilhas, nas valsas, que os compositores indígenas e estrangeiros fabricam às fornadas, com títulos de um lirismo babão, ou de um heroísmo estapafúrdio: “*Lágrimas de Sinhá*”, “*Glória a Santos Dumont*”, “*Pingos de Orvalho*”, “*Morrer pela Pátria*”, ou “*Mata-me, ingrata!*” E algumas dessas pianistas falhadas nem chegam a tocar a mais fácil das polcas; envelhecem na escala, e vão até a sepultura atormentando os ouvidos da vizinhança com o eterno dó-ré-mi-fá-sol-lá-si...

Quanto aos fabricantes de pianos, esses têm no Rio de Janeiro um mercado seguro, amplo, eterno, inabalável. Já contastes as casas de vender e alugar pianos, que há no Rio de Janeiro? Só na Avenida Central há três. E já encontrei uma no Encantado, que fica perto do lugar em que Judas perdeu as botas!

Li há pouco uma estatística que me impressionou.

Sabeis quantos pianos se fabricam anualmente no mundo? Trezentos e noventa e cinco mil: quinze mil na França, cinquenta mil na Inglaterra, oitenta mil na Alemanha, e duzentos e cinquenta mil nos Estados Unidos! É alucinante!

Chego a acreditar que tudo isso vem para o Brasil. E pensar que todo o Brasil conta apenas vinte milhões de habitantes!...

Como acabais de ver, os países que mais pianos fabricam são a Alemanha e os Estados Unidos... Esse é que é o verdadeiro perigo alemão! esse é que é o verdadeiro perigo *yankee*! E é lícito dizer que esse é também o verdadeiro perigo amarelo, porque amarelo é a cor do Desespero...

Neste mesmo momento, uma das minhas vizinhas começa a dedilhar o teclado do seu piano: dó-ré-mi-fá-sol-lá-si... si-lá-sol-fá-mi-ré-dó... E, à hora em que os trinta mil assinantes da *Kosmos* estiverem lendo esta crônica, trinta mil pianos lhes estarão provando que não exagero: si-lá-sol-fá-mi-ré-dó... dó-ré-mi-fá-sol-lá-si...

É a escala infernal das torturas, é a gama demoníaca dos martírios. Os chins, que refinaram e apuraram de modo maravilhoso a arte dos suplícios, — a canga, os anjinhos, a polé, as aspas, a braga, o ecúleo, o estremalho, o estrepe, a ferropéia, o borzeguim de ferro, o esartejamento, a roda, a fogueira, a tábua de pregos — nunca se lembraram deste supremo requinte do tormento: um piano perto do padecente, e uma pianista, debruçada sobre o teclado, deixando pingar dentro do ouvido e do cérebro do mísero, durante um dia, uma semana, um mês, um ano, um século, uma eternidade, a chuva hedionda das notas da escala: dó-ré-mi-fá-sol-lá-si... si-lá-sol-fa-mi-ré-dó...

Deuses imortais! e ainda nos chegam pianistas da Oceania, da África, da América, da Europa, do Inferno, do Purgatório e do Céu!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, maio de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Junho de 1907

Para abrir esta crônica da *Kosmos*, tinha eu preparado uma ode ao Frio, uma ode parnasiana em que seriam celebrados todos os encantos do Inverno, todos os encantos de Junho. E falaríamos aqui da beleza estranha e delicada que o Inverno dá a tudo: — a própria Natureza, como moça bonita que é, tirando proveito, para a sua faceirice, das capas de neblinas com que se cobre; o verde suave das colinas ficando mais lindo, numa meia tinta delicada, dentro dos nevoeiros; a água dos rios cantando mais suavemente, roçada pelo bando errante dos vapores gélidos; as flores ficando mais belas, sob a chuva do orvalho; — e os olhos femininos ardendo mais, seduzindo-nos mais, como se todo o céu, com medo das névoas, se viesse refugiar dentro deles...

Mas, ai de mim! tive de rasgar a minha ode, porque o Inverno ainda não apareceu... senão nas folhinhas e nos calendários. Junho foi um mês escaldado... Fica a ode reservada para melhor ocasião!

Como se não nos bastasse o calor destes ardentes e crepitantes festejos dos três grandes Santos de Junho!

Sempre acreditei na pluralidade dos mundos habitados... Nunca pude conceber que, de tantos planetas que povoam o espaço infinito, somente esta insignificante e miserabilíssima Terra possua animais pensantes, dotados de vontade própria, podendo locomover-se, amar, sofrer, brigar, poetar, politicar e sonhar. Seria um privilégio absurdo, um monopólio inexplicável. Já Anatole France, num dia de amargo pessimismo, disse que a humanidade é uma espécie de mofo ou de bolor, de *moisissure*, que cobre a crosta do nosso velho planeta... Mas porque não há de haver também um modo pensante, um bolor raciocinante na crosta de Marte, e da Lua, e de Vênus, e de Júpiter? Há, com certeza...

E se as criaturas que vivem nesses planetas são mais perfeitas do que nós (hipótese que não é absurda, porque nós, apesar de todo o nosso orgulho, estamos muito longe da perfeição), — é de crer que disponham de telescópios muito mais fortes do que os nossos. Vivem talvez a espiar-nos, noite e dia, os marcianos e os selenitas! — a espiar-nos, e a procurar compreender a nossa vida...

Se assim é, que pensarão eles destes nossos festejos de Junho, tão barulhentos e incendiários? Verão, com espanto, cobrir-se a face da Terra de fogueiras e fogaréus, e cruzarem-se jatos fulgurantes de viva luz, derramando lágrimas multicolores, e encher-se a nossa atmosfera de globos voadores de papel... Fogo por toda a parte! Que ideia farão marcianos e selenitas dessa conflagração geral, que lhes parecerá talvez uma guerra periódica, ou a periódica celebração de algum culto bárbaro?

Eu, que vivo na Terra há mais de quarenta anos, ainda não compreendi a significação destes inflamados festejos de Santo Antônio, São João e S. Pedro...

O Fogo tem sido adorado por vários povos em várias épocas da civilização humana. Já lhe prestavam culto os Persas e os Gregos, e ainda hoje a Igreja Católica o venera, na cerimônia da benção do “fogo novo”, na manhã do sábado da aleluia. Mas que relação têm com esse velho rito o Batista João, o Casamenteiro Antônio e o Pregador Pedro?

Ainda se compreende o emprego do barulho e do fulgor das bombas e dos foguetes para festejar S. João...

Este Santo, que, na iconografia cristã, figura erroneamente com o aspecto de um lindo e pacífico adolescente de meigo olhar e sorriso doce, ao lado de um manso cordeiro, — foi de fato um selvagem e violento anacoreta, sujo e intonso, sempre com a boca cheia de imprecações coléricas, profeta terrível que fugia o convívio dos homens, habituado a residir com as feras em lapas alpestres, e gritando tanto que abalava com a sua vociferação cidade,

montanhas e desertos. Era um homem disposto a levar tudo “a fero e fogo”. Nunca lhe saíam da boca palavras doces, de piedade e carinho; quando pregava, era para amaldiçoar; com os seus sermões poderíamos organizar um vastíssimo “Dicionário da Injúria”: só falava em *raça de víboras, poços de iniquidade, abismos de luxúria, e monturos de vícios*. Era, em suma, uma segunda edição aumentada do truculento Elias.

Compreende-se que se festeje um Santo tão barulhento e tão desatinado com estrondos brutais de dinamite...

Mas não se compreende que as mesmas retumbantes e ensurdecedoras homenagens sejam prestadas a Santo Antônio e a São Pedro.

Santo Antônio, o Lisboeta, foi um estudioso, um calmo, que compunha com atento vagar os seus sermões, recheando-os de sutilizas escolásticas e de perífrases capciosas: não era amigo de bombas nem de rojões, gostava mais de suspiros e queixumes. Quanto a São Pedro, — esse sempre foi um tímido: ainda na véspera da tragédia do Calvário, negou três vezes o Seu Divino Mestre, para não se comprometer perante os fariseus: era um pacato pescador, que pescava a linha e a rede, e nunca a dinamite, como os pescadores de hoje.

Porque, pois, ensurdecer no céu esses dois tranquilos bem-aventurados com o estrépito dos foguetes, das cartas de bichas e das bombas?

Quem pode lá explicar os absurdos da crença? Cada povo festeja os seus Santos como sabe ou como pode. E, afinal sempre é um consolo que nos limitemos a festejar os nossos com fogo e barulho, — em vez de recorrer a sacrifícios humanos. Pior seria, se, para agradar aos três grandes Santos de junho, armássemos fogueiras nas praças públicas, e nela assássemos, não carás e batatas doces, mas hereges e incréus.

Este ano, mais do que nunca, o Rio de Janeiro se entregou com delírio à folgança pirotécnica. Na noite que precedeu o dia de S. João, vi a cidade do alto de Santa Tereza. Era um espetáculo fantástico! Nos pontos mais afastados, nos subúrbios, ardiam as fogueiras, avivando de espaço a espaço manchas rubras nas trevas. Sobre o centro urbano esfuziavam de instante a instante as girândolas, chorando lágrimas de fogo: era uma chuva de opalas, de rubis, de esmeraldas, de topázios... E os balões chamejantes enchiam o céu, indo e vindo, subindo e descendo, — estrelas artificiais, querendo competir em brilho — as pretensiosas! — com as verdadeiras...

É que, este ano, a Prefeitura foi de uma tolerância completa, deixando adormecidas as posturas que proíbem os “fogos do ar”.

E creio que nenhuma desgraça se originou dessa tolerância. Creio que não houve um só incêndio causado pelo divertimento...

Os negociantes falidos, quando querem atear fogo nas lojas, não precisam contar com o auxílio dos balões de S. João. Incendeiam-nas em qualquer época do ano, e ficam sempre livres da cadeia, sem necessitar, para isso, da proteção, e da cumplicidade do Batista, do Casamenteiro e do Porteiro do Céu.

Lembra-me agora que a Crônica não registrou a presença da divina Duse no Rio de Janeiro... Mas a Duse merece toda uma crônica, cheia inteiramente dela, e do seu nome, e do fulgor do seu gênio, e da sua glória.

Não a misturemos, na mesma página, com os balões e os pistolões de Santo Antônio, de S. João e de S. Pedro. A sua crônica será também uma crônica inspirada pelo Fogo, — mas por esse fogo eterno e sagrado, que abrasa as almas dos artistas e dos poetas, Fogo que não diverte, mas tortura, que não destrói, mas consome, e sobrevive, imperecível e triunfante, aos sacerdotes que o servem e são por ele devorados.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, junho de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Julho de 1907

Dizia-me há dias um amigo depois de ler os telegramas de Haia:

Ando preocupado, há uma semana, com um pensamento triste: receio que esteja iminente alguma grande desgraça sobre o Brasil...

Uma grande desgraça? Exclamei eu, espantado. Como? Por quê?

Não sei. É um pressentimento que deve ser tolo, como todos os pressentimentos... Mas não acha você que o Brasil esta com uma *chance* extraordinária, com uma *veine* escandalosa, com uma felicidade rara. O pobre, quando vê muita esmola, desconfia. O acaso é caprichoso e inconstante: não é muito fiel no amor nem no desamor e dia de grande ventura é quase sempre véspera de grande desventura!

E, dizendo isso, separou-se de mim o meu amigo, que é um esquisitão, um tímido, que, por já ter vivido muito, tem muito medo da vida, e caminha para a morte cercado de fantasmas e de temores.

Se o dia em que se passou isto fosse um dia chuvoso e escuro, ou se naquela manhã o meu reumatismo me estivesse apurando os ossos com exagerada violência, ou se alguma notícia triste de ingratidão ou perfídia tivesse vindo amargurar-me a alma, eu de certo ficaria mal impressionado por tais palavras. Mas o dia era lindíssimo; era um destes dias incomparáveis do nosso inverno, — dias que abrem, na vida da gente, oásis de sonho e de êxtase. E a minha saúde era boa, e a minha alma estava tranquila, cheia dessa doce e indefinível *eutimia*, que os velhos gregos diziam ser o mais valioso presente dos deuses. Por isso, as palavras do meu amigo não me molestavam, e continuei a gozar o meu formoso dia de inverno suave, dizendo de mim para mim: “Histórias! não há *mascottes* nem chances, como não há *jettaturas*, nem *guignes*. Cada homem e cada povo colhem, no campo da vida, o que plantaram: quem plantou trigo colhe trigo, e quem plantou ventos colhe tempestades...”

Ainda hoje, ao escrever esta *crônica* estou na mesma boa disposição de espírito, e não acredito que os dias da vida humana sejam alternativamente governados por Eudemônia, deusa da Felicidade, e por Pênia, deusa da Desventura, — duas divindades filhas do cego, fatal e irresponsável Destino, e cegas, fatais e irresponsáveis como o seu duro Pai.

Mas...

Mas sou forçado a reconhecer que o Brasil, há um lustro, está atravessando uma fase de estupenda e raríssima felicidade.

Não é isto, certamente, o que dizem os eternos descontentes, os “narizes torcidos”, os que veem sempre o seu próprio descontentamento e o seu próprio pesar refletidos em tudo quanto os rodeia, e que, quando têm uma grande dor de cabeça ou uma grande falta de dinheiro, começam logo a bradar que a terra é uma imundície, que a humanidade é uma manada de bestas-feras, e que não há salvação possível para o mundo nem para o gênero humano...

A verdade, porém, é que, coletivamente, estamos sendo prodigiosamente felizes. É possível que as condições de cada um não tenham melhorado; porque, seguramente, a este grande progresso material, que tem havido, não correspondeu um aumento de trabalho e de salário, e, porque, positivamente, a vida individual está ficando cada vez mais dura, mais difícil e mais cara. Mas a vida coletiva da nação melhorou extraordinariamente. Desabou, desmoronou-se, ruiu por terra a muralha chinesa dentro da qual vivíamos emparedados, desconhecidos do mundo. Deixamos de ser um zero na tabela humana. Somos hoje um valor positivo, com o qual já é preciso contar.

As vitórias diplomáticas que o gênio de Rio Branco deu ao Brasil; a reunião do Pan-Americano; a visita de Root; as viagens de Turot e de Doumer; e agora o nobre papel, sóbrio mas enérgico, modesto mas brilhante, calmo mas imponente, que o Brasil está representando na Conferência de Haia, tudo isso nos parece um sonho, tão acostumados já estávamos a fazer figura triste em toda a parte — ou a não fazer figura nenhuma, o que ainda era pior.

É preciso que, no seu regresso ao Rio de Janeiro, o Sr. Rui Barbosa seja recebido com gratidão e entusiasmo. Podemos medir a extensão e o valor do serviço que o seu talento nos está prestando, pela veemência e pelo mal contido despeito que a repercussão dos seus atos e das suas palavras provoca entre os vizinhos e rivais. Dizia um sábio fabricante de máximas morais: “Nunca avalies o teu mérito pelos louvores que te dirigem os bons, aos quais favoreces, mas pelas injúrias que te assacam os maus aos quais contrarias”. São palavras de um conselheiro Acácio pessimista... Mas o conselheiro Acácio diz sempre a verdade e sempre acerta, porque tem a inteligência certa, — e só as grandes inteligências são capazes de errar, levadas ao erro pela sua audácia.

Como se não bastasse tudo isso, tivemos no Rio de Janeiro, a honra de receber a visita da primeira leva dos *touristes* da *Agência Cook*.

Não provoque essa expressão — *tivemos a honra* — um sorriso de mofa! Foi positivamente uma honra, — e uma boa honra, porque foi daquelas que trazem consigo proveito.

A honra não veio da qualidade das pessoas que nos visitaram, comboiada por um *barnum* da *Cook*. Não vi os *touristes* no *Byron*, não sei se são bonitos ou feios, inteligentes ou tolos, ignorantes ou cultos; sei que são *touristes*, que são curiosos, — e isso me basta.

Que quer dizer a chegada dessa primeira leva de excursionistas? Quer dizer que essa gente já ouviu falar com entusiasmo da nossa terra, e teve a curiosidade despertada, e quis confiar no testemunho dos seus próprios olhos. Cada um desses visitantes, será, por sua vez, um porta-voz; um anunciador gratuito da beleza e da civilização do Rio de Janeiro e do Brasil. Há aí honra e proveito .

Ainda muita coisa feia terão visto por aí os viajantes do *Byron*: muitas ruas mal calçadas, muita gente descalça e suja pelas ruas, muitas casinhas novas atarracadas e desgraciosas, e muitas lojas servidas por caixeiros em mangas de camisa...

Mas terão dito a si mesmos, ou terão achado quem lhes dissesse, que o Rio de Janeiro não podia, mais feliz do que Roma, fazer-se em um só dia. O que é certo é que a cidade já nos

não envergonha, como nos envergonhava. Nunca esquecerei, em mais cem anos que viva, o vexame que me assaltou em certa manhã de 1891, quando, ao voltar da Europa, desembarquei em companhia de alguns estrangeiros, no cais Pharoux. Caiu-me a cara ao chão. Esquivei-me, como um criminoso, e nem me despedi dos hóspedes: deixei-os entregues a si mesmos, e abalei dali a ocultar o meu desgosto e a minha vergonha.

Tudo isso, hoje, é pesadelo dissipado...

Não! não há *veine* nem *déveine*, não há *mascotte* nem *jettatura*! Mas é bom que tenhamos certo cuidado. Só há um meio de conservar a felicidade: é ser digno dela. A deusa Pênia, que distribui as desgraças, tem um outro nome: chama-se Moleza. E a deusa Eudemônia distribuidora de venturas, dá também pelo nome de Energia.

O dia da ventura só é a véspera da desventura, quando o venturoso se deixa amolecer pela sua felicidade atual, e não prepara felicidades futuras...

O. B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, julho de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Agosto de 1907

Agosto e Setembro são dois meses de martírio para a gente elegante e rica (ou que se supõe elegante e se finge rica) do Rio de Janeiro.

As corridas, as regatas, o corso, os almoços, os jantares, as recepções, o teatro, os bailes, — juntem tudo isso, e vejam que torvelinho, que redemoinho, que *maelstromm*! é o delírio do divertimento, é a exasperação do prazer, é o assanhamento da folia!

Uma destas manhãs, encontrei um amigo, no seu escritório, cabeceando sobre a mesa cheia de papéis. Despertei-o com um safanão:

— Dormindo aqui, a esta hora?

Ele, estremunhado, esfregou os olhos, soltou do peito um longo suspiro, e abriu a torneira das lamentações:

— Que vida, meu amigo, que vida! Eu sou o calceta da Elegância! Em que dia estamos hoje? sábado, não? Pois ouça a história da minha vida nesta semana fatal... No domingo tive um almoço na Tijuca, passei a tarde no Pavilhão de Botafogo a ver as regatas, e levei a família à casa do Fagundes, cuja senhora fazia anos; depois do jantar, as meninas entraram a dançar valsas; deitei-me na madrugada de segunda-feira, às 4 horas. Às 9, vim

para o escritório, de onde me veio arrancar às 11 o Melcíades para um almoço de cerimônia, que acabou às 3 da tarde; às 3 da tarde arrastaram-me para a Exposição do Foto-Clube, e, depois, para um *five-ó-clock* em casa do Mello; quando cheguei à casa, já a família tinha jantado, e estava vestida para ir ao teatro; enverguei às pressas a casaca, e voamos para o Coquelin. Na terça-feira, houve um *pic-nic* nas Furnas, um jantar em Botafogo, — e outra vez Coquelin. Na quarta-feira, caindo de sono e sobrecarregado de trabalho urgente, tive de ir a bordo de um paquete inglês receber um amigo, almocei com ele no *City-Club*, levei-o ao Clube dos Diários onde joguei pôquer até às 4 da tarde; das 5 às 6 ½, fui ao Corso na Praia de Botafogo, e abalei para casa, disposto a cair na cama como uma pedra; mas as meninas queriam ir a um concerto; lá fomos; e, à saída, esbarramos com as Alcântara, que iam acabar a noite num bailarico em casa das Fonseca: e lá fui eu, cochilando, ao bailarico, para poupar lágrimas às meninas! Na quinta-feira, às 10 da manhã, quando vinha para o escritório, fui apanhado na Avenida pelo Bastos, que me forçou a ir a um almoço de caráter... íntimo, onde arrasei o estômago com *foie-gras* e *champagne*, e onde enchi os ouvidos de trocadilhos franceses e cançonetas. Às quatro horas, carregaram-me para uma conferência musical; às sete, tive de jantar com o barão Procópio no Pavilhão Mourisco, e fui daí encontrar a família no Lírico. Ontem, sexta-feira, tive de servir de padrinho a um casamento, às 11 horas; depois da cerimônia, *lunch* que acabou quase à noite; à noite, outra vez Coquelin, e, depois do Coquelin, uma partida de voltarete no *Guanabara*. E, aqui onde você me vê, dormi esta noite apenas três horas, e tenho de estudar e despachar toda esta papelada! Que vida, meu amigo, que vida!

— Console-se, meu caro! é a vida de toda a gente elegante do Rio nestes dois meses de inverno. Também me queixo do mesmo mal, e não sei como resisto a tanta festa! Trabalhar, nestes dois meses, é um verdadeiro milagre... Nem sei onde nem como descobrimos tempo para trabalhar!

— Para trabalhar? Quem é que trabalha? Nós todos fingimos que trabalhamos. Toda essa gente que vive conosco a cair de sono e de aborrecimento nesta existência alucinante é uma gente que não sabe o que faz. O advogado, arrazoando uns autos à pressa, entre seis cochilos, engana-se, e descompõe o próprio cliente, em vez de injuriar a parte contrária. O médico, indo auscultar um doente, encosta o ouvido ao peito dele, e desata a dormir sobre esse travesseiro improvisado. O diretor de banco entra na repartição, senta-se gravemente à sua mesa, mas fica com medo de dormir à vista dos escriturários, e vai espantar o sono pela Avenida... É um horror! O Rio de Janeiro é atualmente uma cidade que morre de sono!

— Realmente, é preciso ter uma saúde de ferro para...

— Qual saúde de ferro! Saúde é uma cousa que se inventa à vontade... Olhe! as minhas meninas são magrinhas, pálidas, anêmicas; quase não comem, quase não dormem; e andam de manhã à tarde saracoteando por aí a fazer compras e visitas, e passam as noites a valsar; não têm saúde, e, entretanto, vivem uma vida à qual não seria capaz de resistir o mais robusto dos soldados alemães! Mas por mim, confesso que não posso mais! Ouço uma voz, que me diz: “és homem; pára!”. Vou parar, para não morrer! Hoje, começará para mim uma vida nova. Vou acabar este trabalho, irei depois tomar uma canja com água de Caxambu, passarei a tarde no foro, jantarei às seis, e às oito estarei dormindo.

— Pois é pena!

— É pena? por que?

— Porque eu vinha justamente convidá-lo para um almoço. Teremos à mesa o Coquelin, o Arthur Napoleão, o Turot e o Chico Redondo. Depois do almoço, o Coquelin dirá monólogos, o Arthur tocará a *Tarantela*, o Turot dirá cousas amáveis e profundas sobre *nos beaux paysages*, e o Chico Redondo cantará a ária de Falstaff... Belo almoço, hein?

— Realmente...

— Mas, enfim, como você está muito atarefado, paciência! Adeus.

— Espere, venha cá! Onde é esse almoço?

— Na Tijuca.

— Tão longe!

— Tenho aí à porta o automóvel.

— Homem! não resisto à tentação. Hoje, que dia é? Sábado, não? Pois onde é que se viu um homem começar uma vida nova num sábado? Vamos lá a esse belo almoço!

— Vamos! você, depois do almoço, terá toda a tarde e toda a noite para descansar.

— Não! não é possível! hoje à noite, há a despedida do Coquelin com *Nos bons villageois*, e a família não há de querer perder tão belo espetáculo.

— Pois bem! comece a sua vida nova amanhã.

— Amanhã, não, que é domingo. Quero assistir ao *match* de *foot-ball* no *ground* do Fluminense. E como faz anos o Senador Pitanga, irei jantar com ele.

— E segunda-feira?

— Segunda-feira?... Espere! creio que para a segunda-feira não tenho compromisso... Ah! esta minha pobre cabeça! na segunda-feira há o baile do Clube das Laranjeiras!

— É isso! e na terça-feira haverá o concerto do tenor Petrushevecz, e na quarta haverá a estreia da Companhia Lírica, e na quinta haverá... o diabo, e ... *si cette histoire vous embête, nous pouvons la recommencer!* Meu pobre amigo, deixe-se dessa tolice de querer começar

uma vida nova! A vida é uma só, e é tão aborrecida que nunca vale a pena recomeçá-la. Venha daí! Vamos chegar tarde à Tijuca.

— Que tal o *menu* do almoço?

— Ótimo! Há macuco...

— Bravo! Vamos a isso, amigo! mostremos que somos fortes, e que não tememos a desgraça! Quando a dispepsia e a neurastenia nos matarem, morreremos no nosso posto. *La garde meurt...*

— ... *mais ne dort pas!*

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, agosto de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Setembro de 1907

Minha terra tem palmeiras

Onde canta o sabiá,

gemia saudoso o nosso Gonçalves Dias, ainda mancebo, em Coimbra, em 1843.

Esses versos ingênuos, que apesar do longo uso, ainda nos encantam pela sua frescura, ficaram sendo a divisa da nossa terra. A Poesia tem o milagroso poder de fixar como absolutas verdades as mais extravagantes mentiras, nunca jamais ninguém viu nem ouviu um sabiá cantando na copa de uma palmeira. Às copas em leque movediço das palmeiras os sabiás preferem, como tablado, os galhos mais fortes das mangueiras e das laranjeiras. Mas, pouco importa; a *Canção do exílio* deu foros de realidade a essa ficção, e as duas famosas redondilhas ficaram sendo de tal modo a nossa divisa, que até deveriam figurar na bandeira, em lugar de *Ordem e Progresso*, podendo mesmo a esfera e as estrelas ser substituídas, no centro do retângulo amarelo, pela imagem de uma *Oreodoxa oleracea*, em cuja copa se visse, com o bico aberto, um destes nossos canoros dentirrostos de cujas árias tanta saudade sentia Gonçalves Dias.

Ora, se Gonçalves Dias vivesse atualmente, é certo que não escreveria esses versos. Considerando o número espantoso de conferências literárias, artísticas, industriais, científicas, geográficas, históricas, comerciais e humorísticas que se realizam quotidianamente no Rio de Janeiro, o poeta acharia outra fórmula para exprimir as suas saudades do Brasil; e, dedilhando

a lira meiga, exclamaria, nas margens do rio Mondego, com o pensamento nas margens do rio das Caboclas:

Minha terra tem tribunas
Onde falam conferentes!...

Jesus! Em setembro — informa-me um amigo das estatísticas — houve, só no Rio de Janeiro, quarenta e oito conferências! E, se considerarmos que não há atualmente, no Brasil, uma só cidade, ou vila, ou freguesia que não tenha os seus conferentes e as suas conferências, reconheceremos que não haverá exagero em computar em mil, ou dois mil, ou cinco mil o número das “palestras” que ilustraram este primaveril e chuvoso setembro.

A princípio, havia apenas conferências, às quais, apesar da presença do infalível copo de água colocado sobre a mesa, poderíamos chamar conferências a “seco”; havia apenas a prosa do conferente, sem música ou outro qualquer apêndice ou ornato. Mas, como a variedade deleita, os oradores começaram a introduzir variantes e novidades na moda. Tivemos conferência com música, conferências com música e canto, conferências com dança, conferências com projeções de lanterna mágica, conferências com ilustrações a *crayon*. E parecia que nenhuma outra novidade poderia ser inventada, quando se espalhou uma comovedora notícia: o Sr. X. ia fazer uma conferência em verso, uma conferência toda em verso, toda ritmada e toda rimada do princípio ao fim, sem uma linha de prosa!

Falar em verso durante uma hora, sem descanso, é positivamente o *record* da facúndia poética. Pois o conferente levou ao cabo essa proeza!

Que se inventará ainda de novo, em matéria de conferências?

Como se trata agora de bater *records* e de vencer dificuldades cada vez maiores, é possível que, em breve, leiamos nos jornais anúncios como este: “O conferente falará uma hora sobre um pé só ou com a cabeça para baixo, sem mudar de posição”; ou como este: “O conferente falará uma hora fumando um charuto, sem o tirar da boca e não deixando que ele se apague durante todo o tempo da palestra”.

E de *record* em *record* chegaremos a extremos inconcebíveis. Por exemplo: o conferente A anunciará, que, no fim da sua conferência, comerá à vista da assistência um boi inteiro e beberá quatro tonéis de cerveja; e o conferente B prometerá dar um relógio Patek Philipe e mais uma nota de quinhentos mil réis a todos os curiosos que tiverem a coragem de ouvi-lo do princípio ao fim sem tossir, sem espirrar e sem bocejar.

Guglielmo Ferrero disse-nos, há dias, no Palácio de Monroe, que as qualidades essenciais e distintivas do gênio latino são “a harmonia e a medida”. Pois parece que isso não

é uma verdade absoluta, ou então que o gênio latino degenerou nesta parte da América Latina... Porque, em nada primamos pela harmonia nem pela medida: antes nos deixamos governar em tudo pelo exagero, que é a negação do prazer. Quando elogiamos, chegamos até a insensatez; quando criticamos, vamos até a calúnia; no amor e no ódio, caímos dentro do domínio da alucinação e do delírio; e abusamos de tudo, do gozo e do sofrimento, da doença e da cura, da intemperança e da abstinência.

Sirva para exemplo, além do caso das conferências o caso dos cinematógrafos. Já há na Avenida Central quatro ou cinco cinematógrafos; e além das casas especialmente destinadas para esses espetáculos, já a mania cinematográfica invadiu todos os teatros e tomou conta de todas as paredes e de todos os andaimes em que é possível estirar um vasto quadrado de pano branco.

Há alguns anos, aconteceu o mesmo na rua do Ouvidor com os fonógrafos. De cada porta irrompia a voz esganiçada de uma máquina falante ou cantante; eram urros, gemidos, garganteios frenéticos, imprecações, ganidos, cacarejos, miados, latidos, mugidos, arrulhos, guinchos, berros, grunhidos! E a mísera rua do Ouvidor parecia uma galeria do Inferno cheia de condenados e réprobos, prisioneiros em caldeiras de pez fervente, vociferando maldições e pedindo misericórdia!

Agora, depois dos fonógrafos da rua do Ouvidor, os cinematógrafos da Avenida Central... E, daqui a pouco, não poderemos dar um passo pela cidade, sem encontrar diante dos olhos um desses lençóis alvos em que as cenas da vida humana aparecem deformadas pelo tremor convulsivo da fita, e onde as figuras de homens e mulheres aparecem atacadas de *delirium tremens* ou de coreia, numa trepidação epilética... Como se a vida humana real já não fosse um espetáculo aborrecido e abominável e ainda tivéssemos a necessidade de vê-la infinitamente reproduzida pelas paredes!

Agora reflito que não valeria a pena substituir a divisa que nos criaram as duas redondilhas de Gonçalves Dias. Cada ano traz ao Rio de Janeiro e ao Brasil uma nova mania predominante. Depois das conferências e dos cinematógrafos, há de aparecer outra cousa, que talvez seja melhor, mas que sempre havemos de estragar pelo abuso.

Qual será a mania predominante de 1908?

Talvez seja a dança do ventre, ou o faquirismo, ou os balões cativos, ou os duelos, ou os divórcios, ou os suicídios em massa...

Será uma nova mania qualquer; mas não será certamente a desejável, a ambicionável mania do comedimento e da justa medida: contra essa estamos vacinados pelo seu grande preventivo, que é o amor ao exagero...

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, setembro de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Outubro de 1907

Desde que há homens na face da Terra, as três grandes causas de todos os sofrimentos, de todos os conflitos, de todas as guerras, de todos os crimes, têm sido: a casa, a comida e o amor.

Dessas três cousas, há uma que não tem a força das outras: a comida; estômago faminto sempre se arranja bem ou mal, com fartura ou penúria, com indigestão ou jejum.

Mas a casa!... Mas o amor! ... Essas são as duas molas reais da existência humana, as duas necessidades terríveis da nossa vida. É raro, raríssimo, que a fome seja a origem de crimes, ao passo que por causa da propriedade de terras ou de casas, e por causa do amor, os tribunais nunca têm mãos a medir, quer estejam ocupados em decidir as pendências e os litígios entre proprietários ou entre amantes, quer estejam ocupados em processar os réus de assassinatos causados pelo delírio da posse material ou da posse amorosa. O teto e o beijo! — eis aí os dois inimigos da tranquilidade humana!

Já os trogloditas, os homens-chimpanzés, e os primeiros lapões, e os primeiros esquimós, e os primeiros celtas, eram governados exclusivamente por essas duas necessidades. Para o homem primitivo, comer era um problema de solução fácil: a caça era abundante, era farta a pesca, — e havia na face da terra inculta e no seio das águas bravias, carne demais para aplacar a exigência do mais válido estômago. Mas o teto e a mulher! O que o homem primitivo, como o homem de hoje, defendia e prezava acima de tudo era o seu lar: a casa e a companheira. A casa era uma rude grota natural, ou uma caverna artificial cava na rocha, ou uma construção megalítica de penedos sobrepostos, ou uma cabana lacustre levantada à flor da água sobre espeques de madeira tosca, ou um ninho aéreo equilibrado no cimo da alta árvore frondosa: dentro dessa casa, vivia a Mulher, que devia ser nesse tempo uma grande macaca muito feia e muito cabeluda — mas que já era uma das preocupações máximas, um dos maiores cuidados, uma das paixões supremas do homem.

Ainda assim, a mulher era mais fácil de arranjar do que a casa: para conquistar uma mulher, bastava ao homem bárbaro aprisioná-la no meio do bosque, subjugando e matando em poucos minutos o seu legítimo dono; mas para construir uma casa, que luta e que labor!

Os machados cortavam mal, as madeiras eram duras, não havia pregos, nem serrotes, nem plainas, nem parafusos...

De modo que naquele tempo (como ainda hoje) o amor era uma preocupação mais séria do que a comida; e a casa era uma preocupação mais séria do que o amor...

O que aí fica escrito não é a divagação de cronista sem assunto. É, sim, o comentário inicial de um assunto grave, que está atualmente preocupando o Rio de Janeiro, e já fez correr sangue em Buenos Aires.

À imitação do que faz em Buenos Aires, também aqui se fundou uma “Liga dos Inquilinos”. Dada a rivalidade que sempre houve e sempre haverá entre as duas grandes cidades, seria absurdo que houvesse em uma delas alguma cousa que não existisse na outra...

À nossa “Liga”, como à de Buenos Aires, não pertencem os inquilinos que pagam seiscentos, setecentos, oitocentos mil réis mensais pelos palacetes em que residem. Esses também são proprietários e pertencem à classe feliz, que não conta o dinheiro que despende.

Os membros da “Liga” são os operários, os pequenos empregados, os funcionários de baixa categoria, muitos dos quais ganham apenas cem mil réis por mês, e são obrigados a pagar cinquenta ou sessenta mil réis por um quarto sem luz numa “avenida” infecta.

Não há quem ignore que, com as demolições e reconstruções que o aformoseamento da cidade exigiu, houve no Rio uma verdadeira “crise de habitação”. O número de casas habitáveis diminuiu em geral, porque a reconstrução é morosa. Além disso, diminuiu especialmente, e de modo notável, o número de casas modestas, destinadas à moradia da gente pobre, porque, substituindo as ruas estreitas e humildes em que havia prédios pequenos e baratos, rasgaram-se ruas largas e suntuosas, em que se edificaram palacetes elegantes e caros. E que fizeram os proprietários dos casebres e dos cochicholos que as picaretas demolidoras pouparam? viram na agonia da gente pobre uma boa fonte de renda, e aumentaram o preço dos seus prédios. É uma crise completa e terrível: há poucas casas para os humildes, e essas mesmas poucas casas alugam-se por um preço que não é acessível ao que possuem os poucos desfavorecidos de fortuna, os que apenas podem ganhar ordenado exíguo ou minguido salário.

Tudo isso justifica a fundação da Liga dos Inquilinos. Unem-se os inquilinos infelizes contra os proprietários cruéis. Nada mais justo. Todos os fracos recorrem a esse meio de defesa, que é o único eficaz: a união das suas fraquezas, constituindo uma força respeitável. A gritaria de cem ou de mil oprimidos sempre é mais facilmente escutada do que o grito de um só...

Em Buenos Aires, por causa da Liga dos Inquilinos já correu sangue. Os moradores coligados declararam que não pagariam os aluguéis dos seus pardieiros e mansardas, enquanto no preço desses aluguéis não fosse feita a redução de uns tantos por cento. A essa imposição os proprietários responderam com estas duas armas terríveis, que a lei implacável dá aos ricos contra os pobres: o mandato de despejo e a penhora. Os inquilinos resistiram; a força pública, que, sendo por si mesma uma Opressão organizada, sempre intervém em favor dos opressores contra os oprimidos, veio postar-se, com as suas carabinas embaladas, ao lado dos oficiais de justiça, encarregados de fazer cumprir a Lei; ouve assuadas, pedradas, tiros, — e um operário caiu, baleado e morto.

No dia seguinte disseram-nos os telegramas que toda a cidade platina ficou consternada, assistindo ao préstito imenso, que levou ao cemitério o corpo do infeliz. Quatro mil operários acompanharam à cova o cadáver. A multidão, contristada enchia as ruas, descobrindo-se à passagem do féretro. E algumas mulheres, vociferando à frente da trágica procissão, levavam bandeiras vermelhas envoltas em crepe. Parecia uma cena do drama da Comuna, em Paris, em 1871...

No Rio de Janeiro, ainda o protesto não foi levado a tal extremo, e a situação ainda não se revestiu de tamanha gravidade. Disseram há dias os jornais que a nossa “Liga dos Inquilinos” resolvera iniciar sua ação por meio de conferências públicas...

Tudo aqui se resolve atualmente, por meio de conferências e de cinematógrafos. São esses, neste momento, os grandes remédios para todos os males, as panaceias infalíveis para todos os sofrimentos. Haveis de ver que o caso do Estado do Rio, e a teratologia política das oligarquias estaduais, e a crise do café, e o povoamento do solo, e a organização da Exposição Nacional de 1908, e todos os problemas gerais, que nos preocupam e assoberbam, ainda se hão de resolver com o auxílio desses dois paus-para-toda-a-obra: as conferências e os cinematógrafos...

Mas deixemos de parte a ironia! A ironia é descabida, quando há sofrimento real dos que se queixam. A crise existe, e os que tudo podem, os que mandam e governam, os que têm dinheiro e força nada querem fazer em favor dos que não acham onde morar. As que já estão todas ocupadas. As que se esvaziam, por morte ou despejo dos locatários, são logo alugadas por preços altos...

Que há de fazer a gente pobre?

Se ao menos essa gente pudesse morar ao ar livre, sob o teto piedoso do céu, sob o pálio misericordioso das estrelas!... Transformar-se-iam a Avenida Central, a Avenida Beira-Mar, o Campo de S. Cristóvão, o Parque da República, os terrenos acrescidos do Mangue, o

largo do Paço, a Copacabana, a Tijuca, em imensos caravançarás descobertos, em vastos acampamentos, onde os que não pudessem pagar um conto de réis mensalmente por uma casa, ficassem dormindo ao sereno...

Mas a polícia é feroz: a Lei manda considerar vagabundo todo o indivíduo que não tem domicílio certo, — e não quer saber se esse indivíduo tem ou não tem a probabilidade de arranjar qualquer domicílio. Conheceis porventura pessoa ou cousa mais estupidamente atroz e mais atrozmente estúpida do que essa abominável entidade que se chama A Lei?

O problema da casa, da habitação, do teto! Esse é decididamente, ainda hoje, como primitivas eras, o mais terrível dos problemas que agoniam o homem; mais sério do que o problema da comida, e mais temeroso que o problema do amor.

Bem mais feliz que o homem é o caramujo, que já nasce com a sua casa às costas, e que a leva consigo por onde quer que vá, sem pagar um vintém pelo aluguel por essa habitação confortável que a Natureza lhe deu!

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, outubro de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Novembro de 1907

Que é o que se está passando atualmente na Terra, na sua atmosfera, e, mais além do limite dessa atmosfera, no concerto dos mundos que formam o nosso sistema planetário? O nosso pobre planeta está atravessando uma dolorosa crise de sofrimentos e angústias. Sucedem-se os terremotos, os ciclones, as cheias dos rios, as erupções vulcânicas. Estes últimos três anos têm sido cruéis: há calamidades e catástrofes em ambos os hemisférios, — e há quem afirme, com gravidade, que desta vez a ruína final é certa: o mundo vai acabar.

Em um dos últimos dias deste mês de novembro, — foi no dia 27, — apareceu nas “publicações a pedido” do “Jornal do Comércio” um artiguete que mais parecia uma página inédita do Apocalipse de São João Apóstolo.

Publicado entre as mofinas, as catilinárias, as reclamações, os anúncios comerciais e as verrinas políticas, que diariamente aparecem nessa rendosa seção do “Jornal do Comércio”, o artiguete apocalíptico passou despercebido.

O autor, que tem um nome burguês e banal, é, entretanto, um homem singular, um iluminado, um profeta, um vidente: tem essa vista penetrante e prodigiosa, que ultrapassa, no

espaço e no tempo, o horizonte visual comum, e vai dar caça à arisca Verdade na selva espessa e negra dos mistérios do Cosmos.

Lede e relede este trecho do pequeno artigo:

“Muitas cousas tenho já dito a diversos, mas ninguém me acredita, e todos me supõem alucinado... Quero fazer uma revelação: a Terra, girando sobre si mesma, não apresenta agora a sua primitiva posição em relação ao sol; os seus pólos foram invertidos, sendo o pólo sul o que atualmente se acha mais aproximado ao foco da luz...”

Muita gente rirá dessas palavras. Eu, porém, não rio.

A cosmografia sempre foi uma ciência de poetas e videntes. Os astrônomos descobriram algumas leis, de precisão matemática e infalível, segundo as quais podem determinar a data dos eclipses, a data do reaparecimento dos cometas, a data da passagem de certos planetas pelos discos de outros. Mas há muitas leis que ainda não foram descobertas. E os astrônomos, com a sua nobre ânsia de saber, entram com a fantasia onde não podem entrar com a ciência. Quem diz astronomia diz poesia; e quem diz poesia diz adivinhação... Vede só, para exemplo, o caso do amável Flammarion. Flammarion começou astrônomo, e acabou espírita. Acredita apenas, a princípio, nas claras leis positivas da mecânica celeste: hoje acredita na pluralidade dos mundos habitados, na transmigração das almas, nas reencarnações, na levitação, no faquirismo, no esoterismo, na astrologia, na telepatia...

Muitos astrônomos de nota afirmam que as calamidades de agora são devidas às manchas do sol. Entre essa teoria e a do profeta dos “a pedido” do “Jornal do Comércio”, não sei qual é a mais digna de crédito. Fantasia por fantasia, hipótese por hipótese, acho a opinião do vidente mais aceitável, — porque é a mais graciosa das duas. Haverá cousa mais graciosa do que esta ideia da cambalhota da Terra no espaço, num prodígio de ginástica, pondo o pólo ártico para o meio-dia e o pólo antártico para o setentrião?

O que é certo é que há alguma cousa... Porque em toda a superfície da Terra estão acontecendo cousas extraordinárias.

Parece, a princípio, que o Brasil, por uma concessão especial da Divina Providência, está fora do movimento geral.

Não tem havido por aqui terremotos, nem ciclones... Mas nem só no mundo físico se manifestam os efeitos das crises planetárias. E os terremotos, que nos faltam no mundo físico, temo-los de sobra no mundo moral. Não são propriamente terremotos: são “animamotos”.

Já este progresso espantoso, que se está aqui desenvolvendo há cinco anos, é uma cousa sobrenatural. As avenidas, os corsos, as construções de portos e de estradas de ferro, as embaixadas de expansão econômica, os projetos de povoamento e colonização, a Exposição

Nacional, os palácios, a “Confraria dos moços bonitos”, os cinematógrafos, — não achais que tudo isso é prodígio, numa terra que passou quatrocentos e dois anos a dormir?

O mesmo profeta dos “a pedido” do “Jornal do Comércio”, no mesmo artigo em que nos revelou a cambalhota da Terra, declarou que este progresso nos há de ser fatal. Acha ele que estamos trilhando o caminho da perdição. E uma das cousas que mais o apavoram é o projeto do elevador para o Pão de Açúcar... Aqui vão as palavras do profeta, na sua pitoresca exatidão; não altero a sintaxe do texto, para lhe não roubar a graça natural: “Tenho lido que se projeta fazer obras sobre o morro do Pão de Açúcar, a fim de tornar mais agradável a Exposição, e a este respeito devo informar o seguinte: O morro do Pão de Açúcar é um monte sagrado, e santos quase todos os morros desta cidade. A Nova Jerusalém é a cidade do Rio de Janeiro. Os novos Santos Lugares foram transferidos para Portugal e Brasil. Assim, pois, julgo de toda a prudência respeitarem-se esses morros, até que o Santo Padre, tendo recebido notícia do “Novo Evangelho Eterno”, os abençoe e se entenda com o Governo brasileiro acerca dos respeitos que devem ser mantidos nesses Santos Lugares”.

Felizmente, não será necessária a intervenção do Santo Padre para impedir a profanação do Santo e Sagrado Pão de Açúcar. A ideia da construção do elevador já foi posta de parte, — não por motivo de respeito religioso, mas por motivo de... economia. E também os outros morros da cidade estão sendo respeitados: tão respeitados, que escaparam e escapam à febre de saneamento que se nota cá embaixo; ainda há poucos dias, fui ao morro de Santo Antônio (um morro santíssimo!) e vi lá em cima tantos e tão ignóbeis pardieiros, e as ruas tão cheias de cisco e de gatos mortos e de porcos vivos, que cheguei a imaginar que estava, não no centro do Rio de Janeiro e a cavaleiro da nossa Gloriosa Avenida, mas em uma das colinas da mais imunda cidade da Turquia ou da China...

Não cortemos, porém, o fio da “Crônica”...

Dizia eu que, se não temos terremotos, temos animamotos, que também são efeitos da crise planetária.

Já imaginastes, já calculastes, já medistes a extensão e a gravidade do animamoto, de que vai ser causa a lei do sorteio e do serviço militar obrigatório?

A lei vai ser votada, e será executada. E não é difícil prever com exatidão o abalo que isso vai causar no seio desta população, que sempre teve o horror da mochila e do “pau-furado”.

Quando rebentou a guerra do Paraguai (ainda há por aí muita gente que o viu e que o conta) o recrutamento, que já nesse tempo tinha o nome eufêmico de “voluntariado”, espalhou por todo o Brasil, desde o litoral até o seio dos mais remotos sertões, um medo pânico

indescritível. Matutos houve, que, saindo das povoações do Rio de Janeiro, de São Paulo, e de Minas, foram dar consigo nos mais ínvios recessos de Goiás e de Mato Grosso, varando florestas virgens, levados de roldão pela ventania do terror, e preferindo ir viver com as antas, as onças, as surucucus e os índios ferozes a vestir a farda e a pôr na cabeça a barretina do voluntariado. Muitos desses matutos, muitíssimos, nunca mais voltaram aos centros povoados. Muitos morreram, conservando sempre na alma o pavor daquele trágico momento. Alguns ainda devem estar vivos e velhos, segredados do resto da comunhão, sem a menor notícia do que se passa por aqui, acreditando talvez que a guerra do Paraguai ainda não acabou.

Esse horror do caipira à farda e à espingarda ainda é hoje o mesmo. No dia em que se começar a pôr em execução a lei do serviço militar obrigatório, há de soprar, nos nossos campos, o mesmo tufão de loucura e medo que soprou em 1865.

Mas, quem sabe? se é verdade, como diz o vidente do “Jornal do Comércio”, que a Terra está de pernas para o ar (e nada nos prova que isso não seja verdade), — é possível que, estando tudo trocado e mudado, a lei seja muito bem aceita, e que o povo brasileiro seja hoje um povo belicosíssimo, — tão belicoso como os antigos Scythas e Parthas.

Tudo é possível...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, novembro de 1907. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Janeiro de 1908

O mês de janeiro de 1908 ficará famoso nesta boa cidade. Dele se há de falar, em futuro remoto, como hoje se fala do janeiro de 1865, em que houve uma espantosa chuva de pedras e do março de 1873, em que houve uma horrível epidemia de febre amarela. Somente, a recordação de janeiro de 1908 provocará sorrisos e júbilo, em vez de provocar susto e lágrimas.

Quando formos velhos, muito velhos, havemos de dizer aos nossos netos e bisnetos: “Ah! meninos! vocês não podem fazer ideia das estripulias e dos pagodes que houve em janeiro de 1908... A gente tinha a sensação de estar vivendo com a cabeça para baixo e os pés para cima. A cidade tinha o aspecto de uma quermesse holandesa do tempo de Teniers e de Rubens. Em três homens, que se encontravam nas ruas, dois estavam bêbados. E pela Avenida

Central (que era a única Avenida que possuíamos naquele tempo) corriam dois fartos e tumultuosos rios acachoeirados: um rio de uísque e um rio de dólares!...”

Tal será a memória, que, nos fastos da vida carioca, ficará deste mês de janeiro, em que a cidade recebeu a visita da esquadra americana do almirante Evans. A chegada desses quinze mil homens, despejados repentinamente no Rio de Janeiro, foi como uma onda de sangue estranho e febricitante injetada no organismo urbano. Quarenta dias de continência e temperança, haviam armazenado dentro do corpo de cada um desses marujos uma verdadeira tempestade de apetites e cobiças. Quarenta dias, na reclusão de bordo! — toda uma quaresma de disciplina...

Quando, ao cabo dessa abstinência longa, os marinheiros se viram às soltas, no Rio, — foi como se para todos eles houvesse rompido uma frenética e formidável aleluia; e começou a devastação geral dos diversos mercados da cidade: mercados de víveres, mercados de... prazer.

A cidade, porém, esta boa cidade hospitaleira não se queixou dessa barulhenta e tumultuosa invasão de homens louros e vermelhos, dotados de uma fome insaciável e sede de areal, e assaltando com um ímpeto de conquistadores todos os lugares dos hotéis, das cervejarias, dos cafés, dos bondes e dos trens. A cidade, que é ajuizada e sabe quanto vale o dinheiro, sorria, assistindo a tal assalto. Sorria, de contentamento, porque estava em mente calculando a soma espantosa de dólares que aqui ficaria, depois da partida do exército invasor.

Amáveis Atilas, esses! Do famoso Atila antigo, disseram os cronistas da Roma da Decadência que, no terreno que os seus pés calcavam, nunca mais crescia a relva: era a Destruição feita homem, era a Devastação com pernas e braços! Mas os Atilas que, no mês de janeiro, invadiram o Rio, deixavam cair das algibeiras sobre o solo urbano, bastas provisões de moedas de ouro... E só o que o comércio da cidade sentiu foi que a ocupação não durasse mais tempo.

Mas o lucro que nos deram os marinheiros *yankees* não foi somente material: foi também, e principalmente, moral.

Duas cousas ficou o mundo sabendo, ambas de capital importância para a nossa civilização; uma afirmativa, e outra negativa, ambas levantando o nosso crédito: temos policiamento, e não temos febre amarela.

Não sei qual dessas duas consoladoras e desvanecedoras certezas mais deve orgulhar a capital do Brasil. Durante mais de cinquenta anos, tivemos a febre amarela, — posse que de

bom grado dispensaríamos, — e não tivemos policiamento, — cousa que em altos brados pedíamos.

A nossa polícia sempre foi uma calamidade: era fraca, quando tinha o dever de ser enérgica, e era violenta, quando lhe cumpria ser branda. Chamada a assegurar a ordem, promovia a desordem; quando devia prevenir, fugia; quando tinha de apaziguar, irritava; quando precisava castigar, apanhava. Os nossos “urbanos” ficaram sendo os tipos modelares da indisciplina, da bravata, do medo, da insolência e da violência. Parece a princípio que há nisso alguma contradição; mas não há, — porque, em geral, os homens mais violentos e insolentes são os mais medrosos...

Se ainda tivéssemos agora o antigo policiamento, que tanto nos envergonhava, esta cidade, durante a permanência da esquadra americana, teria sido o cenário de tragicomédias ao mesmo tempo sinistras e ridículas: entre os dois rios de uísque e de dólares, teria talvez corrido pela Avenida Central um outro rio, — de sangue e escândalo. Mas a polícia foi de uma correção admirável. E, no meio do espantoso excesso de moafas que a cidade presenciou, não houve um só incidente desagradável.

E que dizer da ausência da febre amarela?

Quinze mil homens, comendo como Gargântuas e bebendo como Pantagruéis, entregavam-se aqui a inconcebíveis delírios gastronômicos, — e nenhum deles enfermou da pérfida febre, que nos aviltava e empobrecia...

Oswaldo Cruz está a chegar. É a ele que devemos este benefício, que nunca lhe poderá ser pago na justa medida. Preparemo-nos para recebê-lo como ele deve ser recebido: da excelência dos seus serviços, acabamos de tirar agora a prova real, — e é preciso que lhe mostremos, aplaudindo-o e amando-o, toda a nossa gratidão.

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, janeiro de 1908. p. 1, 1. col.]

CRÔNICA

Maio de 1908

A varíola...

A varíola? Pois neste lindo e suave começo de inverno, quando o ar é tão brando e o céu é tão azul, quando tantas flores enfeitam a terra, quando há tantas festas e tanto riso, há quem venha lembrar de tal cousa?

A varíola? Já estou vendo o espanto dos leitores habituais de *Kosmos*... Parece-lhes, sem dúvida, que o assunto é impróprio e descabido, nesta revista de arte e elegância. Hão de achar, a princípio, que as sete letras feias e sinistras dessa medonha palavra vêm profanar e poluir a alvura deste papel acetinado, em que habitualmente se estampam finas gravuras, versos líricos e trechos de prosa fidalga.

Mas o espanto não tem razão de ser.

Em primeiro lugar, *Kosmos* sempre quis ser e sempre tem sido um registro de toda a vida nacional: foi para isso que ela foi criada, e é graças a isso que ela se tem mantido; seria imperdoável que a revista, por um mal compreendido de melindre e elegância, agora se colocasse fora da vida, calando o horror do perigo que a todos ameaça neste momento.

Depois, é preciso considerar que a varíola não é moléstia plebeia, que fira apenas a gente baixa, e apenas invada e enlute pardieiros e estalagens: essa epidemia cruel também se dá bem entre as sedas e as alfaias dos paços. As suas dentadas assassinas, que deixam estigmas indeléveis, não escolhe apenas a pele rude dos trabalhadores, tostada, enegrecida e gretada pelo sol: também se comprazem em picar as faces de pele de rosa e lírio, — e é nessas que os seus estragos se exercem com maior brutalidade e se gravam com maior fereza.

Tanto basta para mostrar que o assunto não é impróprio destas páginas. Nem só nas habitações humildes se deve fazer a propaganda contra o mal hediondo: é preciso levá-la até os palácios.

Nem se diga que é de mau gosto e denunciadora de falta de patriotismo a ideia de vir lembrar a existência de uma epidemia, quando o Rio de Janeiro se prepara para receber a visita de todo o Brasil, por ocasião da sua grande e esplêndida Feira Nacional. Não se trata de uma epidemia como as de febre amarela, que outrora (tempos abomináveis!) dizimavam periodicamente a população do Rio. Esta epidemia não desmoraliza a cidade, — por ora. Mas, tratando-se de uma calamidade que volta todos os anos, — com a mesma pontualidade feroz com que o senhorio nos vem cobrar todos os meses o aluguel da casa — é fácil prever que ela se irá de ano em ano agravando, enquanto toda a população não se vacinar. O adiamento deste é um crime.

Os adversários sinceros e convencidos da vacinação jenneriana são hoje em número reduzidíssimo: alguns médicos céticos ou pirrônicos, — e o escasso batalhão dos positivistas ortodoxos. O nome de Jenner é hoje universalmente conhecido e amado. A gratidão dos homens a esse homem está perpetuada em monumentos que se levantam em todas as cidades cultas.

O que impede a vacinação em massa do povo do Rio de Janeiro não é a descrença na eficácia da vacina. É uma preguiça moral, e, ao mesmo tempo, este irônico ceticismo, este sereno desprezo do perigo, esta despreocupação das cousas amedrontadoras que formam o fundo e a essência do nosso caráter nacional. Até certo ponto, isso não é vício: é virtude. Não somos um povo de medrosos nem de supersticiosos... Mas é preciso não exagerar essas qualidades, que facilmente podem degenerar em defeitos gravíssimos. Desprezar a morte é belo. Muito mais belo, porém, é amar a vida.

E, aqui, não se trata somente de amar a vida. Trata-se também, para as criaturas belas, de conservar a beleza. E a beleza humana é um presente divino, uma rara dádiva de valor inestimável, que deve ser prezada como o maior dos tesouros, — tesouro maior do que a riqueza e maior do que a glória.

Afinal, pouco importa que uma criatura feia fique mais feia ainda, depois de picada por uma varíola benigna.

Mas a varíola não faz seleção de vítimas. Tanto ataca Adônis, como ataca Quasimodo. Tanto fere Vênus, como fere Átropos ou Laquéisis.

É horrível pensar que qualquer destas lindas mulheres (tantas e tão lindas!) que são o orgulho e o encanto do Rio de Janeiro, está exposta, por falta de vacina, a ficar com as faces devastadas pelas bexigas que se transformam depois da seca em buracos arroxeados; e não é tudo: o exantema feroz rói os lábios, come as asas do nariz, fura e devora os olhos... É horrível!

A melhor propaganda a favor da vacina seria esta:

Colocar, em todas as praças e em todas as ruas, cartazes duplos, em que se representasse, de um lado, uma formosa mulher, em pleno viço da mocidade, da saúde e da beleza, e, do outro lado, a mesma mulher afeiada e maltratada pelas bexigas, com a beleza destruída.

O efeito seria fulminante e decisivo. Todas as mulheres correriam a vacinar-se; e, como as mulheres sempre impõem aos homens a sua vontade, passariam elas a ser uma propaganda viva do método jenneriano, — e em pouco tempo toda a população estaria a coberto do assalto dessa pérfida e perversa epidemia...

O.B.

[BILAC, Olavo. Crônica. *Kosmos*. Rio de Janeiro, maio de 1908. p. 1, 1. col.]

2. CARETA, 1915-1922

Carta de um pai de família ao doutor Chefe de Polícia

Senhor doutor Chefe de Polícia. Permita Vossa Excelência que um velho chefe de família, pai de três filhas moças e dois rapazes, se dirija a Vossa Excelência, no intuito de esclarecer o espírito de Vossa Excelência, que parece só ver as coisas por uma face só.

Moro, Excelentíssimo Doutor, há quase trinta anos na Rua Joaquim Silva, aí nas fraldas de Santa Teresa, rua plácida, sossegada, que Vossa Excelência talvez não conheça, como bom chefe de polícia que é do Rio de Janeiro, mas natural da Bahia.

Não digo tal coisa para censurar Vossa Excelência, mas simplesmente para lembrar que os antigos chefes de polícia da minha leal e heroica cidade conheciam todos os seus meandros, becos, bibocas, etc. Os antecessores de Vossa Excelência, como o Vidigal, o dos granadeiros, e o Aragão, o do sino de recolher honestas, conheciam o Rio como qualquer malandro; mas, desde que inventaram a polícia científica, por sinal que fez aumentar os crimes misteriosos, desde então, dizia eu, os chefes ficaram dispensados de conhecer o Rio de Janeiro, inclusive Vossa Excelência.

Moro, ia dizendo, na Rua Joaquim Silva há mais de vinte anos, com minha família, em casa própria, que foi a do pai de minha mulher e é agora nossa. Confesso a Vossa Excelência que me casei, contando (é preciso não esquecer a mulher) com a casa, pois naquele tempo era amanuense e sem a casa não poderia constituir família. De uma casa dessas, boa, sólida, ampla, arejada, cheia de recordações de família, a gente, há de concordar Vossa Excelência, não se muda assim. Ela faz parte da família, se não é a própria família. Vossa Excelência, que é lido em direito, será certamente lido em sociólogos e sabe perfeitamente que quase todos cogitam na posse normal do domicílio familiar, cousa que consegui graças à minha prudência e às economias do madeireiro português, pai da minha mulher. Não posso, nem me devo mudar, isto diante de todas as leis que não são votadas pelo Congresso.

Acontece, Excelência, que de uns dias a esta parte vieram para a minha vizinhança umas “moças” que não são bem parecidas com as minhas filhas nem com as primas delas. Eu conheço mal essas cousas da vida do Rio, e nem por isso quero ser chefe de polícia; e andei indagando de que pessoas se tratava e soube que eram “meninas”, moradoras nas ruas novas, que a polícia estava tocando de lá, por causa das famílias.

Mas, doutor, eu não tenho também família? Porque é que só as famílias daquelas ruas não podem ter semelhante vizinhança, e eu posso?

Doutor: eu não tenho nenhuma ojeriza a essas “senhoras”, embora nunca me tivesse metido nessas cousas. Casei-me cedo e tenho sempre labutado para a família, desde amanuense até agora, que sou chefe de seção; mas não compreendo que a polícia e a justiça persigam certos entes por crime que não está em lei. De resto, se há crime, há pena e a pena não pode ser essa de domicílio coato ou de interdição de residência, que não estão no Código.

A polícia na lei conhece ladrão, gatuno, cáften, assassino, mas não conhece semelhantes senhoras.

Não quero discutir com Vossa Excelência tais cousas. Sei que Vossa Excelência é o *doctor angelicus* das escolas da Bahia; mas falo sempre como Sancho Pança e julgo como ele na ilha da Baratária.

Se as famílias da Rua Mem de Sá não podem ter por vizinhas tais “meninas”, muito menos as da Rua Joaquim Silva.

Demais, quando se fez a referida avenida, elas logo tomaram lugar. Há a favor delas o tal *uti possidetis*, o que não acontece com a minha triste rua. Vossa Excelência deve meditar bem sobre o assunto, para não classificar as famílias da Rua Joaquim Silva abaixo das de Mem de Sá. Não há hierarquia familiar na nossa sociedade. Não é, Doutor? De Vossa Excelência etc. Augusto Soromenho Albernaz, chefe de seção da Secretaria do Fomento.

P. S. — Quando acabava de escrever esta a Vossa Excelência vieram oferecer-me 500\$000 de aluguel pela minha casa. Está aí em que deu o ato de Vossa Excelência: valorizou as casas da Rua Joaquim Silva e naturalmente desvalorizou as da Avenida Mem de Sá. Não aceitei e espero que os tribunais superiores deem a todos o direito de morar onde bem lhes parecer conveniente. O mesmo.

Conforme o original.

[BARRETO, Lima. Carta de um pai de família ao doutor Chefe de Polícia. *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1915.]

Que rua é essa?

Tendo sido nomeado prefeito de polícia o doutor Secundino, chefe político muito estimado em Tefé, Estado do Amazonas, trouxe ele para seu delegado auxiliar o doutor Fagundes, que há tantos anos não saía daquela longínqua localidade brasileira.

Em toda a parte, os cargos policiais são dados a quem conhece perfeitamente as localidades que vão policiar; entre nós, porém, esse critério obsoleto não é obedecido, de

modo que o doutor Fagundes tomou conta do seu cargo, para felicidade da população carioca e da cidade do Rio de Janeiro que ele completamente desconhecia.

Fagundes, apesar dos seus trinta anos de Tefé ou Ega, não era bronco e tinha as suas luzes; procurou, portanto, exercer o seu cargo com a máxima honestidade e clarividência.

Pôs-se logo nos primeiros meses a estudar as coisas policiais e consultou com mão diurna e noturna as obras do doutor Elísio, principalmente a gíria da gatunagem que o atraía, tanto pelo lado filológico como pela sua utilidade policial.

Como bom alto funcionário de polícia, Fagundes não deixava o automóvel. Ia para a prefeitura de polícia de automóvel, voltava para casa de automóvel. Se fazia compras com Mme Fagundes... Que interessante senhora! O seu chapéu tinha dois metros de altura e uma tonelada de enfeites... E a saia? Na cintura, fazia um chumaço, que bem parecia um salva-vidas aperfeiçoado... Dizíamos: se fazia compras com Mme Fagundes, o auto parava à porta das casas de fazendas, dos armarinhos, dos armazéns, das casas de chapéus, açougues, etc.

Ao teatro e às diligências, Fagundes só ia de automóvel; e era assim.

Ao fim de seis meses, Fagundes estava de fato inteirado da polícia científica do doutor Elísio, conhecia os regulamentos e gozava com requintado prazer a velocidade inebriante de um auto.

Não corra pelo seu cartório nada importante, nada de chamar a atenção do público e dos jornais, de modo que a alta autoridade, se não recebia elogios, não recebia ataques.

Fagundes desfrutava o cargo com a mansidão de uma jiboia que digere o boi que engoliu. Juntava dinheiro até, pois nem comprava jornais. As redações se encarregavam de mandá-los de graça a Sua Excelência.

Ele os lia no seu gabinete com o vagar provinciano, especialmente as notícias de polícia. Lendo-os, por exemplo caía-lhe sob os olhos “ontem, houve um incêndio na Rua da Misericórdia” — logo ele perguntava ao contínuo, a um guarda, ao escrivão: onde é essa rua? Ensinavam-lhe e ele continuava a ler. Certo dia, Fagundes foi levar um alto personagem a bordo e resolveu, na volta, subir a Avenida a pé. Foi vindo, olhando sempre os guardas que o cumprimentavam respeitosamente. Subia, cruzando uma porção de ruas estreitas.

Chegou a uma destas, em que havia um movimento extraordinário. Pensou em alguma greve, pensou em revolução. Aproximou-se de um guarda e perguntou:

— Que rua é essa?

O guarda, descobrindo-se a meio, respondeu:

— Vossa Excelência não sabe? É a Rua do Ouvidor.

[BARRETO, Lima. Que rua é essa? *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1915.]

Medidas de Sua Excelência

Aconselham todas as autoridades que têm tratado do assunto que é conveniente procurar os governantes de um estado, de um país, de uma cidade, entre as pessoas que conheçam o presente e o passado, portanto, a história desse estado, desse país, dessa cidade.

Durante algum tempo, esse critério foi obedecido; mas desde que as várias partes do país quiseram ter uma maior autonomia e governadores que as conhecessem perfeitamente, o país começou a ter à testa do seu governo os mais ignorantes e desconhecedores de sua vida passada, entre os magnatas que sempre acompanham os grandes chefes.

Vinham hindus, tabajaras, gregos, árabes e até um chinês a governá-lo, sem conhecer sequer a capital.

Em certa ocasião, veio dirigi-lo uma bela pessoa, mas que, da capital, só conhecia as ruas principais, o bairro *chic* e os conventos.

Nascera em província longínqua e nela passara apenas a mocidade e parte da virilidade, passou-a em Portugal.

Nem pela planta, conhecia a cidade; nem pelos antigos, conhecia a sua história; mas, como não havia quem quisesse o lugar, fizeram-no governador do país e ele se entronizou no governo com a maior boa vontade.

Os nossos governantes quando querem mostrar atividade fazem-se estadistas visitantes. Mal tomam posse, mal se sentam na curul governamental erguem-se logo, arrepanham meia dúzia de “toma-larguras”, sorridentes e mesureiros, e põem-se a visitar este ou aquele estabelecimento.

O novo governante, para não desmentir a tradição, deu logo em visitar os principais estabelecimentos que dependiam de sua autoridade.

É um modo de governo fácil hoje, em que há automóvel e ruas asfaltadas, mas que seria pouco agradável há um século, quando se andava de sege, traquitana, liteira ou mesmo nas costas dos machos.

O gerente da metrópole, portanto, não sofreu muito com seus constantes deslocamentos e fez descobertas na cidade que era sede do governo, imprevistas e nunca suspeitadas por ele.

A primeira coisa que ele notou, foi que a cidade era muito maior que aquela em que nascera. Ele a julgava assim duas vezes e pico; viu, porém, que o era cem vezes.

Outra coisa que notou foi que os subúrbios tinham casas de pedra e cal. O presidente imaginava que neles só houvesse choupanas, palhoças e barracões. Isso alegrou-o muito porque podia aumentar os impostos.

Observou ainda o governador do país que, nos arredores, nas freguesias distantes, não havia cafezais, como acontecia nas circunvizinhanças da sua terra natal.

Não gostou muito da coisa, pois lhe parecia que em toda a parte devia haver fazendas de café e engenhos de açúcar. Fatalidade da imagem que se grava na infância...

Depois de ter visitado o seu governo, deu em visitar sociedades sábias. Foi até aos arquivos especiais que eram dirigidos por um funcionário competente, zeloso e conhecedor do ofício como poucos.

Logo este funcionário quis mostrar à alta autoridade os papéis mais curiosos que havia. Como o alcaide-mor era especialista em coisas de eleições, o chefe dos arquivos disse:

— Quer Vossa Excelência ver as atas das eleições dos tempos coloniais?

— Como? Eleições nos tempos coloniais? O regímen representativo só foi instituído depois da Independência...

— Vossa Excelência se esquece do Senado da Câmara.

— Senado da Câmara! Senado é uma coisa e Câmara é outra.

— Vossa Excelência há de me permitir...

— Qual, doutor! Se o senhor tem esses papéis, deve mandá-los para o governo central. Vou falar ao seu chefe para mandar tudo isso para o Arquivo Geral da Nação. É a ele quem compete guardar coisas do Senado e da Câmara. Mande-os quanto antes.

O funcionário caiu das nuvens e nada disse. Ainda rondou a suprema autoridade pela repartição; dado momento, perguntou, olhando uma *vitrine*:

— Que vara é aquela?

— É uma vara de almotacé!

— Isto não deve estar aqui.

— Por que, Excelência?

— Por quê? A igreja não está separada do Estado? Aquilo é negócio de padre, de procissão... Mande já tudo para o cardeal.

Após tomar tão sábias medidas, o presidente saiu e continuou com as suas boas intenções a assinar os decretos que o esperavam sobre a sua mesa.

[BARRETO, Lima. Medidas de Sua Excelência. *Careta*. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1915.]

Um entendido

O recente legislador Serapião Stromberg era, em uma das pequenas capitais do Norte, o moço mais chique, mais elegante, mais entendido em artes e letras de todo o estado, por isso foi eleito deputado pelo governador.

Não havia ninguém como ele para exigir do alfaiate o corte irrepreensível do fraque; e aquele com que veio pleitear o seu reconhecimento foi muito admirado e toda a gente achou-o de um talhe semelhante às fardas dos soldados de infantaria francesa que os jornais reproduzem em zincografia. Não falemos nos seus “panamás”, nas suas calças a balão, e nas suas botinas inteiriças — tudo isso ele usa do mais requintado *chic*.

Reconhecido sem contestação, o seu primeiro cuidado foi apresentar-se nos salões do Rio. Lá, no Norte, fala-se muito mal deles; e Serapião, que pretendia fazer algumas economias, tratou de procurá-los.

Uma tarde destas, Mme Sylvá teve a bondade de convidá-lo e Stromberg não faltou. Vestiu o seu célebre fraque, amarrou bem uma gravata de duas cores e ei-lo em direção às Laranjeiras, onde residia Mme Sylvá, evaporando pelo caminho toda a sua importância de deputado anônimo.

Ele tinha torcido com infinito cuidado as guias do bigode; mas, assim mesmo, levou-as a torcer insistentemente pelo bonde afora.

Não havia dúvida que ia fazer uma grande figura, não só por causa de seu todo apolíneo, como também pelo seu saber em matéria de arte e letras clássicas e legais, cousas que os moços do Rio de Janeiro ignoram completamente. Uns fúteis...

O bonde corria e, vendo entrar uma dama, Stromberg esqueceu os bigodes, deixou cair a clássica bengala de castão de ouro e enclistrou matutamente.

Chegou afinal à casa de Mme Sylvá, não tardou em entrar e ficou no meio de uma seleta companhia.

Serapião levava duas dissertações bem estudadas: uma contra o romantismo piegas, extraordinária novidade na sua terra; e outra sobre a beleza dos afrescos da Capela Sistina, que ele nunca tinha visto.

Logo que alguém falou em um autor qualquer, Stromberg fez com um muxoxo:

— Não gosto; é um romântico e o romantismo...

Encetou a dissertação, mas os ouvintes foram escasseando e unicamente uma moça o ficara ouvindo até certo engasgo. Por aí, ela perguntou:

— O doutor não gosta de pintura?

— Muito, minha senhora. Rafael...

— Venha ver uma curiosidade.

E tirou de sobre um móvel um pequeno medalhão insignificante. Stromberg olhou demoradamente e a moça, após algum tempo, perguntou:

— Não gosta?

— Gosto. Mme Pompadour, não é, minha senhora?

— Não, doutor; é uma miniatura italiana do século XIV.

— Ah! Logo vi que tinha alguma coisa de Luís XIV. Não me enganei de todo... É maravilhoso!

[BARRETO, Lima. Um entendido. *Careta*. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1915.]

Ontem e hoje

Como todo o Rio de Janeiro sabe, o seu centro social foi deslocado da Rua do Ouvidor para a Avenida e, nesta, ele fica exatamente no ponto dos bondes da Jardim Botânico.

Lá se reúne tudo o que há de mais curioso na cidade. São as damas elegantes, os moços bonitos, os namoradores, os amantes, os *badauds*, os *camelots* e os sem-esperança.

Acrescem, para dar animação ao local, as cervejarias que há por lá, e um enorme hotel que diz comportar não sei quantos milheiros de hóspedes.

Nele moram vários parlamentares, alguns conhecidos e muitos desconhecidos. Entre aqueles está um famoso pela virulência dos seus ataques, pela sua barba nazarena, pelo seu *pince-nez* e, agora, pelo luxuoso automóvel, um dos mais *chics* da cidade.

Há cerca de quatro meses, um observador que lá se postasse, veria com espanto o ajuntamento que causava a entrada e a saída desse parlamentar.

De toda a parte, corria gente a falar com ele, a abraçá-lo, a fazer-lhe festas. Eram homens de todas as condições, de todas as roupas, de todas as raças. Vinham os encartolados, os abrilhantados, e também os pobres, os malvestidos, os necessitados de emprego.

Certa vez a aglomeração de povo foi tal que o guarda-civil de ronda compareceu, mas logo afastou-se dizendo:

— É o nosso homem.

Bem; isto é história antiga. Vejamos agora a moderna. Atualmente, o mesmo observador que lá parar, a fim de guardar fisionomias belas ou feias, alegres ou tristes e registrar gestos e atitudes, fica surpreendido com a estranha diferença que há com aspecto da chegada do mesmo deputado. Chega o seu automóvel, um automóvel de muitos contos de réis, iluminado eletricamente, motorista de fardeta, todo o veículo reluzente e orgulhoso. O

homem salta. Para um pouco, olha desconfiado para um lado e para outro, levanta a cabeça para equilibrar o *pince-nez* no nariz e segue para a escusa entrada do hotel.

Ninguém lhe fala, ninguém lhe pede nada, ninguém o abraça — por quê?

Porque não mais aquele ajuntamento, aquele fervedouro de gente de há quatro meses passados?

Se ele sai e põe-se no passeio à espera do seu rico automóvel, fica isolado, sem um admirador ao lado, sem um correligionário, sem um assecla sequer. Por quê? Não sabemos, mas talvez o guarda-civil pudesse dizer:

— Ele não é mais o nosso homem.

[BARRETO, Lima. Ontem e hoje. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de junho de 1915.]

História macabra

Logo que soube da morte de meu amigo Florêncio da Costa, tratei de habilitar-me a ir ao seu enterro.

Florêncio morava no Engenho Novo e o seu enterramento seria feito no cemitério de Inhaúma.

Ajustei bem no corpo a minha melhor roupa preta e segui para a residência do falecido amigo, cheio de compunção.

Dei os pêsames de praxe à família, notei bem a desolação da mulher e saí a alugar na redondeza uma meia-caleça dessas lamentavelmente tristes que acompanham os nossos enterros.

Conhecia mal os subúrbios de modo que não adivinhei os tormentos por que ia passar e também o meu amigo morto.

Na hora aprazada, por entre prantos e ataques, com a assistência curiosa da vizinhança, o caixão foi saindo, acompanhado das grinaldas que amigos carregavam. As inscrições nas fitas das coroas eram longas e, em uma delas, pude ler: “Ao competentíssimo chefe de seção da Repartição de Terras, Mangues, Pauis e Atoleiros, os seus colegas da mesma — Rio, 6-5-14”.

As outras eram do mesmo teor. O enterro seguiu e nunca vi carro que balançasse mais nas molas do que o meu. Fomos indo. Tínhamos que atravessar a linha da Estrada de Ferro Central.

A cancela estava aberta; o carro mortuário passou e alguns do cortejo; mas o resto ficou do lado de cá, pois a tranqueira foi fechada para dar livre trânsito aos comboios vertiginosos.

Passou S P 5 célebre e ficou-se à espera de um outro S qualquer. Este veio e atracou à estação com a locomotiva diante da porteira. Mas não havia meio de partir; e o coche com o cadáver de meu amigo esperava o resto do cortejo, que fora cindido em dois pelas inflexíveis linhas de aço. Porque não partia o trem? Houvera um desarranjo no “subúrbio” que o antecederia e a linha estava impedida.

Após uma demora de vinte minutos, conseguimos que as autoridades competentes fizessem recuar um pouco o comboio.

Seguimos e eis-nos na Rua José Bonifácio, em Todos os Santos. Esta rua há vinte anos que foi calçada; e, desde essa longínqua data, o seu calçamento não tem recebido o menor reparo. Os buracos nele são abismos e o cocheiro do coche fúnebre, ao desviar-se de um bonde, caiu em um deles, o caixão foi ao chão, o cadáver saltou de dentro deste e o meu amigo, ainda mesmo depois de morto, ficou machucado.

Piedosamente concertamos o defunto e o caixão, seguindo enfim o nosso caminho.

Na entrada da Estrada Real, no canto da Rua José Bonifácio, graças a um buraco que a Light deixa entre os seus trilhos, uma caleça partiu o eixo e, dos seus passageiros, um quebrou uma das pernas.

Houve outras peripécias e, tão emocionantes foram, que o defunto ressuscitou.

Ainda bem que ele não se alistou no partido do senhor Vasconcelos.

[BARRETO, Lima. História macabra. *Careta*. Rio de Janeiro, 17 de julho de 1915.]

O “muambeiro”

Quando saio de casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro.

Moro há mais de 10 anos naquelas paragens e não sei por que os humildes e os pobres têm-me na conta de pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades.

Pergunta-me um se deve assentar praça na brigada, pois há oito meses não trabalha no seu ofício de carpinteiro; pergunta-me outro se deve votar no Senhor Fulano; e, às vezes mesmo, consultam-me sobre casos embaraçosos. Houve um matador de porcos que pediu a minha opinião sobre este caso curioso: se devia aceitar dez mil-réis para matar o cevado do

Capitão M., o que lhe dava trabalho por três dias, com a salga e o fabrico de linguiças; ou se devia comprar o canastra por cinquenta mil-réis e revendê-lo aos quilos pela redondeza. Eu, que nunca fui versado em coisas de matadouro, olhei os Órgãos ainda fumarentos nestas manhãs de cerração e pensei que o meu destino era ser vigário de uma pequena freguesia.

Ultimamente, na esquina, veio ao meu encontro um homem com quem conversei alguns minutos. Ele me contou a sua desdita com todo o vagar de popular.

Era operário não sei de que ofício; ficara sem emprego, mas, como tinha um pequeno sítio lá para as bandas do Timbó e algumas economias, não se atrapalhou em começo. As economias foram-se, mas ficou-lhe o sítio, com as suas laranjeiras, com as suas tangerineiras, as suas bananeiras, árvore de futuro com a qual o Senhor Cincinato Braga, depois de salvar o café, vai salvar o Brasil. Notem bem: depois.

Este ano foi particularmente abundante em laranjas e o nosso homem teve a feliz ideia de vendê-las. Vendo, porém, que os compradores na porta não lhe davam o preço devido, tratou de valorizar o produto, mas sem empréstimo a 30%.

Comprou um cesto, encheu-o de laranjas e saiu a gritar:

— Vai laranja boa! Uma a vintém!

Foi feliz e pelo caminho apurou uns dois mil-réis.

Quando, porém, chegou a Todos os Santos, saiu-lhe ao encontro a lei, na pessoa de um guarda municipal:

— Quedê a licença!

— Que licença?

— Já sei, intimou o guarda. Você é “muambeiro”. Vamos para a agência.

Tomaram-lhe o cesto, as laranjas, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo.

Eis aí como se protege a pomicultura.

[BARRETO, Lima. O ‘muambeiro’. *Careta*. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1915.]

Colônia carioca

O meu amigo doutor Bogóloff, que, durante muitos anos, exerceu o lugar de diretor da Pecuária Nacional, um dia destes, me disse:

— Caminha, você onde nasceu?

— No Brasil.

— Mas em que estado?

— Nasci na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Disse isto com todo o orgulho de quem nasceu em uma bela e grande cidade, libérrima, que nem a paz de Varsóvia, preconizada pelo Senhor Raul Cardoso, deputado por São Paulo.

Ouvindo a minha resposta, o doutor Bogóloff pensou um pouco e acudiu:

— Você deve fundar o Centro da Colônia Carioca, no Rio de Janeiro.

— Isto é um absurdo, Bogóloff. Nós nascemos aqui e não precisamos de semelhante coisa.

— É um engano.

— Como?

— Digo já a você. O prefeito da cidade de onde é?

— Quase sempre de fora.

— Os presidentes quando vêm, quais as pessoas que trazem para os cargos administrativos da cidade?

— Gente dos estados deles.

— Vai vendo você que eu tenho razão. Vocês precisam fundar o Centro da Colônia Carioca, no Rio de Janeiro. É uma necessidade. Não acha?

Concordei e fiquei pensando na fundação de tão útil instituição.

[BARRETO, Lima. Colônia carioca. *Careta*. Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1915.]

Modas femininas e outras

De uns anos a esta parte, eu não vejo a Avenida nem a Rua do Ouvidor com os olhos de cinco anos para trás. De forma que, sendo assim, não faço reparo nos “almofadinhas”, “melindrosas”, “entupidinhas” e outras criaturas que tanto preocupam os nossos estetas de cinema.

Contudo, leio-lhes as crônicas e fico admirado com o desvelo que têm em tratar dessas cousas de vestuário das moças com ares de que está lançando a excomunhão maior com auxílio da fatal Grécia.

Quando menino, conheci até a anquinha, o tundá; e todos falavam mal dela ou dele, como imoral; entretanto, não deixava o tal adorno ver descoberta nenhuma parte do corpo. Ao contrário. Vieram o *droit-devant*, a *jupe-culotte* e outras norteações da alma feminina e todos teimaram em encontrar nesses vestuários das damas provas de impudicícia, de despudor e outras cousas correlatas.

Eu não sei quando eles têm razão, se é quando estimam as mulheres ultradecotadas nos grandes bailes e teatros, ou se é quando acham isto indecente no meio da rua.

Devia-se remediar essas discrepâncias e discordâncias de modo que não fôssemos apelar para o duvidoso critério das propensões dos gregos que não o tinham firme, tanto assim que há estátuas de deuses e heróis deles que possuem até nove cabeças e outras nem oito.

A minha ideia era nomear uma comissão, que estabelecesse a base de um projeto sobre os cumprimentos dos saiotos e dos decotes, fixando o que podia ser visto ou não.

Nessa comissão entrariam sacerdotes e sacerdotisas de todas as religiões, inclusive a de Vênus, estetas acadêmicos ou não, membros da Liga pela Moralidade, da Defesa Nacional e Nacionalista e, mais ainda, alguns negociantes de fazendas, fitas e bugigangas.

Cada um estudaria a questão no seu ponto de vista e todos apresentariam um trabalho completo ao Parlamento Nacional.

O que era difícil era eles se entenderem, mas isso é lá com eles que devem esforçar-se para tal conseguir no objetivo da felicidade do país.

Não há uma comissão de inquérito na Câmara para o estudo da questão social que até agora tem dado os melhores resultados? Porque a Comissão de Modas Femininas não virá a dar também?

Tão momentoso assunto deve interessar deveras todos os bons brasileiros, por estar ele causando as mais terríveis inquietações ao bom povo de Minas, Goiás, Paraíba, inclusive Cascadura.

Tudo encarece e fica pela hora da morte; mas toda a nossa gente brasileira tem as vistas voltadas para as coisas do Rio, da Avenida; e é preciso atendê-la quanto antes.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Modas femininas e outras. *Careta*. Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1919.]

Uma partida de *football*

Das coisas elegantes que as elegâncias cariocas podem fornecer ao observador imparcial, não há nenhuma tão interessante como uma partida de *football*.

É um espetáculo da maior delicadeza em que a alta e a baixa sociedade cariocas revelam a sua cultura e educação.

Num círculo romano, com imperadores, retiários, vestais e outros sacerdotes e sacerdotisas, não se poderiam presenciar aspectos tão interessantes, cousas tão inéditas como nas nossas arenas de jogo do pontapés na bola.

Os gladiadores eram raramente homens de grande beleza física e muito menos intelectual; os nossos jogadores de *football*, porém, são excelentes modelos, em que o crânio alongado e pontiagudo dá um remate de beleza aos seus membros inferiores que muito lembram certos ancestrais do homem.

O senhor Coelho Neto, a quem muito admiro, já fez a apologia desses Apolos, com a força de sua erudição em cousas gregas.

Não há, portanto, nos nossos hábitos, fato mais agradável do que assistir uma partida de bolapé.

As senhoras que assistem merecem então todo o nosso respeito.

Elas se entusiasмам de tal modo que esquecem todas as conveniências.

São as chamadas “torcedoras” e o que é mais apreciável nelas, é o vocabulário.

Rico no calão, veemente e colorido, o seu fraseado só pede meças ao dos humildes carroceiros do cais do porto.

Poderia dar alguns exemplos, mas tinha que os dar em sânscrito.

Em português ou mesmo em latim, eles desafiariam a honestidade: e é, por um, que me abstenho de toda e qualquer citação elucidativa.

O que há, porém, de mais interessante nessas festanças esportivas, é o final.

Sendo um divertimento ou passatempo, elas acabam sempre em rolo e barulho.

Por tal preço, não vale a pena a gente divertir-se.

É o que me parece.

[BARRETO, Lima. Uma partida de *football*. *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.]

As vaporosas

Ultimamente, com a criação de seções elegantes nos jornais, aparecem todos os meses novos qualificativos para nossas elegantes.

Já tivemos as “encantadoras”, já tivemos as “melindrosas”, agora temos as “vaporosas”.

Não acho mal nenhum nisso, porquanto a língua se enriquece e todos nós nos divertimos com esse enriquecimento transitório.

O que acho, porém, é que, às vezes, os termos são impróprios.

Encantadora, vá lá! Mas “melindrosa” para qualificar uma moça que não teme os perigos do cinema e os “leões” das esquinas...

Julgo que essas moças não são nada “melindrosas”, elas são corajosas e ousadas.

Por exemplo, eu, que sou homem e muito pouco “melindroso”, não teria a coragem que elas têm. Contudo...

Agora inventaram as “vaporosas”. São as mesmas “melindrosas”, que se rejuvenesceram com um nome novo.

É bom que isso aconteça, porquanto não é agradável que uma mulher envelheça. Tudo que for possível para evitar tão lamentável fato é bom, seja carmim, pó de arroz ou com um novo qualificativo.

Só tinha a objetar era a impropriedade da nova designação.

“Vaporosas” parece querer dizer que essas moças estão desprendendo vapor.

Acho aí um pouco de indelicadeza.

Uma moça deve ser sempre uma coisa útil; e o vapor só é útil quando está sob pressão.

Era só a crítica que eu tinha a fazer a essa novíssima designação para as elegantes da Avenida e Rua do Ouvidor.

Se é pelo vestuário, seria muito melhor que fossem elas chamadas — “transparentes”.

[BARRETO, Lima. As vaporosas. *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1919.]

Política do distrito

Desde que me aposentei, sigo a política do país com um carinho extraordinário; mas, de toda ela, a que mais me interessa é a do distrito, porquanto sou candidato a intendente municipal, no próximo pleito.

Não é possível que o Rio de Janeiro seja representado diretamente na pessoa de respeitáveis senhores que nasceram no Funchal ou em Alagoas.

O Rio precisa de uma representação própria, de pessoas que o conheçam e por ele se interessem.

Na Câmara, é uma lástima. Nenhum dos deputados pelo Rio de Janeiro, com poucas exceções, o conhece. O senhor Paulo de Frontin, cujo clericalismo tanto me afasta dele, é uma das exceções, não só por sua competência e ilustração, como por ser um carioca da gema.

No Senado, é outra desgraça, tanto assim que tem para senador o Senhor Otacílio Camará, moço de vários títulos de doutor, mas muito bom para ocupar a cátedra do Senhor Vitorino Monteiro.

O Conselho Municipal é tudo o que o Rio de Janeiro tem de falso.

Muito poucos nasceram no Rio e quase todos só conhecem o centro da cidade e o bairro em que vivem.

É preciso reagir contra esse estado de coisas. Urge que tomemos, nós, cariocas legítimos ou honorários, uma providência.

Caire, o popular e estimado doutor Aristides do Méier e adjacências, parece ter se arrependido de rebocar carros vazios.

Segundo me disse o Ângelo Tavares, ele deixou o Centro Republicano e o vazio Areias, que sempre foi trabalhado por uma máquina pneumática própria a extrair a inteligência.

Caire ficou excêntrico, afirmou o Ângelo; mas creio que não.

O bondoso doutor Caire agora é que está no centro, no centro do espírito, da honradez e da bondade.

Tudo isto vem a pêlo porque, com o poeta Carlos Magalhães, que é candidato por Copacabana, eu sou também a intendente por Todos os Santos.

Penso não haver absurdo algum nisso e espero os votos dos meus patrícios.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Política do distrito. *Careta*. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1919.]

Os precalços do budismo

Há tempos, por uma bela tarde de verão, resolvi dar um passeio pela chamada Avenida Beira-Mar que, como todas as cousas nossas, é a mais bela do mundo, assim como o Corcovado é o mais alto monte da Terra.

Queria ver o mar mais livre, sem aquelas peias de cais que lhe causam, de quando em quando, revoltas demolidoras de que todos se lembram; mas não tinha dinheiro para ir a Angra dos Reis. Bem.

Pouco acima do Passeio Público, encontrei-me com o meu antigo colega Epimênides da Rocha, a quem de há muito não via.

— Onde tens andado?

— No hospício.

— Como? Não tens ar de louco absolutamente — como foi então?

— A polícia. Não sabes que a nossa polícia é paternal e ortodoxa em matéria de religião?

— Que tem uma coisa com a outra?

— Eu te conto. Logo depois de me aposentar, eu me retirei com os meus livros e papéis para um subúrbio longínquo. Aluguei uma casa, em cujo quintal tinha uma horta e galinheiro, tratados por mim e pelo meu fiel Manuel Joaquim, um velho português que não ficou rico. Nos lazeres das minhas leituras, trabalhava nos canteiros e curava a bouba dos meus pintos. Fui ficando afeiçoado na redondeza e conversava com todos que se chegavam a mim. Aos poucos, fui pregando, da forma que lhes fosse mais acessível, aos meus vizinhos as minhas teorias mais ou menos niilistas e budistas.

O mundo não existe, é uma grande ilusão. Para matar em nós a dor, é preciso varrer da nossa vontade todo e qualquer desejo e ambição que são fontes de sofrimento. É necessário eliminar em nós, sobretudo, o amor, donde decorre toda a nossa angústia. Citava em português aquelas palavras de Bossuet, e as explicava terra a terra: *“Pasez l’amour, vous faites nâitre toutes les passions, ôtez l’amour, vous les supprimez toutes”*.

Aos poucos, as minhas ideias, pregadas com os exemplos e comparações mais corriqueiras, se espalharam e eu me vi obrigado a fazer conferências. Um padre que andava por lá, a catar níqueis, para construir a milionésima igreja do Rio de Janeiro, acusou-me de feitiçaria, candomblâncias, macumbas e outras cousas feias. Fui convidado a comparecer à delegacia e o delegado, com grandes berros e gestos furiosos, intimou-me a acabar com as minhas prédicas. Disse-lhe que não lhe podia obedecer, pois, segundo as leis, eu tinha a mais ampla liberdade de pensamento literário, político, artístico, religioso, etc. Mais furioso ficou e eu mais indignado fiquei. Mas vim para a casa e continuei.

Um belo dia, veio um soldado buscar-me e levou-me para a chefatura de polícia, onde me levaram a um doutor.

Percebi que me acusavam (?) de maluco.

Disse-lhe que não era louco e, mesmo que o fosse, segundo a legislação em vigor, não sendo eu indigente, competia a meus pais, pois os tinha, internar-me em hospital adequado. Não quis saber de leis e outras malandragens e remeteu-me para a Praia da Saudade, como sofrendo de mania religiosa. O que me aconteceu aí, onde, em geral, me dei bem, contarei num próximo livro. Contudo, não posso deixar de te referir agora o risinho de mofa que um doutor fez, quando lhe disse que tinha alguns livros publicados e cursara uma escola superior. No Brasil, meu caro, doutor ou nada.

Ia-me acostumando, tanto mais que o meu médico era o doutor Gotuzzo, excelente pessoa, quando, certo dia, ele me chamou:

— Epimênides!

— Que é, doutor?

— Você vai ter alta.

— Como?

— Não quer?

— A bem dizer, não. Gosto dos homens, das suas lutas, das suas disputas, mas não gosto de lhes entender o pensamento. Os gestos, os ademanos, tudo que lhes é exterior aprecio; mas, a alma não. Não entendo a que móveis os meus companheiros de manicômio obedecem, quando fazem gatimônhas e deliram; vivia, portanto, aqui num paraíso, tanto mais que não fazia nada, porque a finalidade da minha doutrina religiosa é realizar na vida o

maximum de preguiça. Não direi todos, mas um dos males da nossa época é essa pregação do trabalho intenso, que tira o ócio do espírito e nos afasta a todo o momento da nossa alma imortal e não nos deixa ouvi-la a todo o momento.

A isto, disse-me o doutor:

— Não posso, apesar do que você diz, conservar você aqui. Você tem que se ir mesmo; mas, estou bem certo de que a humanidade lá de fora, em grande parte, não deixa de ter algum parentesco com a fração dela que está aqui dentro.

— Tem, meu caro doutor; mas, é uma fração da fração a que o senhor alude.

— Qual é?

— São os idiotas.

— No dia seguinte, continuou ele — estava na rua e, graças aos cuidados do Manuel Joaquim, encontrei meus livros intactos.

Então eu perguntei ao camarada Epimênides:

— Que vais fazer agora?

— Escrever uma obra vultuosa e volumosa.

— Como se intitula?

— *Todos devem obedecer à Lei, menos o Governo.*

Desde esse dia, não mais o encontrei; mas soube, por alguém, que ele estava tratando de arranjar um mandato de manutenção, para erigir um convento budista da mais pura doutrina, a qual seria ensinada por um bonzo siamês que viera como taifeiro de veleiro de Rangum e ele conhecera morrendo de fome no cais do porto.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Os precalços do budismo. *Careta*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1920.]

A moda feminina

Opinião sobre tal assunto, nunca tive uma qualquer. Acho-as todas morais e imorais. As que desnudam partes do corpo das moças e senhoras, dizem todos serem imorais; as que encobrem severamente essas mesmas partes não o são menos, pois provocam a imaginação dos contempladores das belezas urbanas, adivinhar aquelas partes, a criá-las totalmente no espírito, com mais força e sedução, o que não os deve levar a pensamentos e desejos muito decentes.

Com mais de trinta anos de idade, eu tenho visto muitas modas de senhoras; e contra todas elas tenho visto levantar-se o clamor dos moralistas. É gente difícil de contentar, esta dos moralistas. A anquinha era indecente, a saia travadinha também, o colete *droit-devant* idem, o vestido-camisola também, e assim por diante.

É preciso perguntar a esses homens severos e austeros discípulos do Senhor Peixoto Fortuna como é que querem que as moças se vistam.

Estou a adivinhar que os figurinos de sua predileção são os que marcam o corte do vestuário, usado pelas irmãs de caridade, do Sagrado Coração de Jesus, etc., etc.

Não os tenho por muito feio, mas os acho um pouco impróprios para o nosso clima. Podiam ser feitos com fazenda mais leve, mas... lá vem a tal mistura de moralidade!

O manifesto que a celeberrima Liga pela Moralidade deitou atribui à indecência dos atuais trajes femininos a diminuição dos casamentos.

Não vejo por quê. Em toda a transação comercial, e o casamento sempre foi isso, é de hábito pedirem-se amostras das mercadorias a vender. Não é verdade?

A liga do Senhor Fortuna não quer isso, tem a ingenuidade de ignorar verdade tão reais.

Na sua linguagem sincera e eminente (é próprio, o adjetivo), como qualifica o jornal de que me sirvo, o estilo do manifesto, logo no começo, diz textualmente:

“Não basta ser casta e honesta, é também necessário parecer ser”.

Está aí uma doutrina bem curiosa em católicos militantes e praticantes.

Dela se conclui que o “ser” não é o essencial; o “parecer” é o indispensável.

Até agora dizia-se que o hábito não fazia o monge; agora, com a doutrina da liga do Senhor Peixoto, é o contrário: todo aquele que tiver um hábito em regra há de ser um perfeito monge por força, mesmo que faça, por aí, das suas, às escondidas.

Isto tem um nome muito duro que eu não quero pôr aqui; e os que são pecadores de semelhante vício moral, Dante, no seu Inferno, condenou-os a usar um capote de chumbo.

Essa história de “conquistadores” não pode ser argumento contra a moda atual. Seja ela como for, até trancando as damas em cofres, depositando-as no fundo do mar, como fez aquele gigante das *Mil e uma noites*, não há meio de impedir a missão dos “leões”, senão a vontade das próprias mulheres.

O mais engraçado é que o manifesto acusa os “judeus” de inventar essas e outras modas; entretanto, passo na Casa Sucena, cheia de imagens e registros de santos, rosários, livros de missa, crucifixos, dalmáticas, sobrepelizes, etc., etc., etc., e lá vejo também amostras dos vestidos excomungados — como é isto?

Não aceito a definição da moda que o manifesto dá. “*A moda de hoje*”, diz ele, “pode definir-se: um tecido de imodéstia, debruado de pecados!”

Por que “de hoje”?

Sempre foi isso; sempre a moda foi isso desde a Grécia até os dias atuais, desde a *stéphané* até os *chichis* e o *droit-devant*.

Nunca ela escolheu tecidos modestos, nem teve por fim outra cousa senão acrescentar ou realçar a beleza das mulheres, segundo o gosto do tempo e lugar, atraindo-lhes a admiração dos homens.

Tem variado, é verdade. Mas nada neste mundo é mais variável do que o critério da mulher bela. Cada idade, cada século, cada país, tem um seu próprio; e varia com a moda do vestuário do sexo fraco e esta com aquele. Um é função da outra e vice-versa. Deixemo-nos cá de histórias! Deus quer o que a mulher quer, como lá afirma o conhecido brocardo francês, que vai em português para não melindrar os grêmios nacionalistas que há por aí. “Amo tanto, estremeço esta terra...”

L. B.

[BARRETO, Lima. A moda feminina. *Careta*. Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 1920.]

Queixa de defunto

Antônio da Conceição, natural desta cidade, residente que foi em vida na Boca do Mato, no Méier, onde acaba de morrer, por meios que não posso tornar público, mandou-me a carta abaixo que é endereçada ao prefeito. Ei-la:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Prefeito do Distrito Federal. Sou um pobre homem que em vida nunca deu trabalho às autoridades públicas nem a elas fez reclamação alguma. Nunca exerci ou pretendi exercer isso que se chama os direitos sagrados de cidadão. Nasci, vivi e morri modestamente, julgando sempre que o meu único dever era ser lustrador de móveis e admitir que os outros os tivessem para eu lustrar e eu não.

Não fui republicano, não fui florianista, não fui custodista, não fui heremita, não me meti em greves, nem coisa alguma de reivindicações e revoltas; mas morri na santa paz do Senhor quase sem pecados e sem agonia.

Toda a minha vida de privações e necessidades era guiada pela esperança de gozar depois de minha morte um sossego, uma calma de vida que não sou capaz de descrever, mas que pressenti pelo pensamento, graças à doutrinação das seções católicas dos jornais.

Nunca fui ao espiritismo, nunca fui aos “bíblias”, nem a feiticeiros, e apesar de ter tido um filho que penou dez anos nas mãos dos médicos, nunca procurei macumbeiros nem médiuns.

Vivi uma vida santa e obedecendo às prédicas do Padre André do Santuário do Sagrado Coração de Maria, em Todos os Santos, conquanto as não entendesse bem por serem pronunciadas com toda a eloquência em galego ou vasconço.

Segui-as, porém, com todo o rigor e humildade, e esperava gozar da mais dólida paz depois de minha morte. Morri afinal um dia destes. Não

descrevo as cerimônias porque são muito conhecidas e os meus parentes e amigos deixaram-me sinceramente porque eu não deixava dinheiro algum. É bom, meu caro Senhor Doutor Prefeito, viver na pobreza, mas muito melhor é morrer nela. Não se levam para a cova maldições dos parentes e amigos deserdados; só carregamos lamentações e bênçãos daqueles a quem não pagamos mais a casa.

Foi o que aconteceu comigo e estava certo de ir direitinho para o Céu, quando, por culpa do Senhor e da Repartição que o Senhor dirige, tive que ir para o inferno penar alguns anos ainda.

Embora a pena seja leve, eu me amolei, por não ter contribuído para ela de forma alguma. A culpa é da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, que não cumpre os seus deveres, calçando convenientemente as ruas. Vamos ver por quê. Tendo sido enterrado no cemitério de Inhaúma e vindo o meu enterro do Méier, o coche e o acompanhamento tiveram que atravessar em toda a extensão a Rua José Bonifácio, em Todos os Santos.

Esta rua foi calçada há perto de cinquenta anos a macadame e nunca mais foi o seu calçamento substituído. Há caldeirões de todas as profundidades e largura, por ela afora. Dessa forma, um pobre defunto que vai dentro do caixão em cima de um coche que por ela rola, sofre o diabo. De uma feita um até, após um trambolhão do carro mortuário, saltou do esquife, vivinho da silva, tendo ressuscitado com o susto.

Comigo não aconteceu isso, mas o balanço violento do coche machucou-me muito e cheguei diante de São Pedro cheio de arranhaduras pelo corpo. O bom do velho santo interpelou-me logo:

— Que diabo é isto? Você está todo machucado! Tinham-me dito que você era bem-comportado — como é então que você arranjou isso? Brigou depois de morto?

Expliquei-lhe, mas não me quis atender e mandou que me fosse purificar um pouco no inferno.

Está aí como, meu caro Senhor Doutor Prefeito, ainda estou pensando por sua culpa, embora tenha tido vida a mais santa possível. Sou, etc., etc.

Posso garantir a fidelidade da cópia e aguardar com paciência as providências da municipalidade.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Queixa de defunto. *Careta*. Rio de Janeiro, 20 de março de 1920.]

País rico

Não há dúvida alguma que o Brasil é um país muito rico. Nós, que nele vivemos, não nos apercebemos bem disso; e até, ao contrário, o supomos muito pobre, pois a toda hora e a todo instante estamos vendo o governo lamentar-se que não faz isto ou não faz aquilo por falta de verba.

Nas ruas da cidade, nas mais centrais até, andam pequenos vadios, a cursar a perigosa universidade da calaçaria das sarjetas, aos quais o governo não dá destino, não os mete num

asilo, num colégio profissional qualquer, porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é rico...

Surgem epidemias pasmosas, a matar e a enfermar milhares de pessoas, que vêm mostrar a falta de hospitais na cidade, a má localização dos existentes. Pede-se a construção de outros bem-situados; e o governo responde que não pode fazer porque não tem verba, não tem dinheiro. E o Brasil é um país rico...

Anualmente cerca de duas mil mocinhas procuram uma escola anormal ou anormalizada, para aprender disciplinas úteis. Todos observam o caso e perguntam:

— Se há tantas moças que desejam estudar, por que o governo não aumenta o número de escolas a elas destinadas?

O governo responde:

— Não aumento porque não tenho verba, não tenho dinheiro.

E o Brasil é um país rico, muito rico...

As notícias que chegam das nossas guarnições fronteiriças são desoladoras. Não há quartéis; os regimentos de cavalaria não têm cavalos, etc., etc.

— Mas que faz o governo, raciocina Brás Bocó, que não constrói quartéis e não compra cavalhadas?

O doutor Xisto Beldroegas, funcionário respeitável do governo, acode logo:

— Não há verba; o governo não tem dinheiro.

— E o Brasil é um país rico; e tão rico é ele, que apesar de não cuidar dessas cousas que vim enumerando, vai dar trezentos contos para alguns latagões irem ao estrangeiro divertir-se com os jogos de bola como se fossem crianças de calças curtas, a brincar nos recreios dos colégios.

O Brasil é um país rico...

L. B.

[BARRETO, Lima. País rico. *Careta*. Rio de Janeiro, 8 de maio de 1920.]

Vantagens do *football*

Não tenho dúvida alguma em trazer para as colunas desta revista a convicção em que estou, de que o jogo de *football* é um divertimento sadio, inócuo e por demais vantajoso para a boa saúde dos jogadores respectivos.

O eminente Senhor Coelho Neto, há tempos, defendendo-o de ataques de ignorantes e bárbaros, citou Spencer sem felicidade; mas tal cousa não quer dizer nada, porquanto basta a

opinião do notável homem de letras, para convencer toda a gente que o esporte bretão, como se diz nas seções esportivas dos jornais, merece os favores excepcionais que os governos lhe dão e ainda vão dar.

Não querendo eu passar como retrógrado e atrasado e no intuito de também defendê-lo, tenho tido a paciência de colecionar nos quotidianos as notícias mais edificantes sobre as excelentes vantagens do divertimento de dar pontapés em uma bola.

Tenho de conflitos e também a crônica do *Correio da Manhã* que relegou o noticiário sobre tão excepcional esporte para os fatos policiais.

Publicarei por partes esse arquivo precioso; hoje, entretanto, vou dar algumas amostras do que tenho colhido nos jornais, para encanto e satisfação das gentilíssimas “torcedoras”.

No *Jornal do Comércio*, de 1º de dezembro do ano passado, encontrei esta pequena novidade, sob o título — “*Football* desastrado”. Ei-la:

O menino Antônio, de doze anos de idade, filho de Manuel Ferreira, morador à Rua Saí nº 35, quando jogava *football* no terreno de uma escola pública do Largo de Madureira, fraturou a perna direita. Antônio foi medicado em uma farmácia, etc., etc.

Meses antes, esse mesmo jornal, isto é, a 7 de julho, dava outra notícia que me vejo obrigado a transcrever aqui. Leiamo-la sob a epígrafe — “A paixão do *football*”:

O menino Valdemar Capelli, de quinze anos, filho de Taseo Capelli, morador em Vila Aliança, nas Laranjeiras, passou a tarde de ontem a jogar *football*, num campo perto de casa. Interrompeu o divertimento às seis horas, para jantar às pressas e voltar ao mesmo exercício. Quando o reencetou, foi acometido de um ataque e a assistência pública foi chamada para socorrê-lo. Esta chegou tarde, entretanto, porque Valdemar estava morto. Etc., etc.

Não é só aqui no Rio que o maravilhoso jogo que vai nos fazer derrotar todos os nossos inimigos, inclusive a carestia da vida, manifesta a sua capacidade de dar saúde e robustez à nossa mocidade.

Nos estados, ele também, em tal sentido, fala eloquentemente.

Em Niterói, conforme *O Estado*, de 8 de dezembro do ano que findou, deu-se este sintomático caso:

Ontem à tarde quando em um campo na Rua do Reconhecimento, jogava uma partida de *football*, levou uma queda luxando o braço direito, o menor

Francisco Olímpio, de vinte anos, residente à Travessa do Reconhecimento nº 31.
Olímpio depois de socorrido, etc. etc.

Em São Paulo, Ribeirão Preto, conforme telegrama estampado no *Rio-Jornal*, de 11 de julho do ano da graça de 1919, houve esta linda *performance* esportiva:

Ribeirão Preto, 11, São Paulo (*Rio Jornal*) — O menor Miguel Grinaldi, jogando o *football* caiu fraturando o braço. Apesar dos recursos empregados pelos médicos o braço do menino gangrenou causando-lhe a morte. Grinaldi contava dez anos de idade.

Não ficam aí as demonstrações inequívocas das vantagens de tão delicado jogo. Todas as segundas-feiras, quem tiver paciência, pode procurar muitas outras no noticiário dos jornais.

Depois de semelhantes provas, não se pode esperar do nosso governo senão fornecer aos futebolescos os trezentos contos que precisam, para mostrar as suas belas gâmbias simiescas em Antuérpia.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. *Vantagens do football. Careta*. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1920.]

Chapéus, etc.

Como o doutor Peixoto Fortuna, o tal da Liga pela Moralidade, eu me interesso muito pelas modas femininas. Não deixo nunca de ler os seus preceitos nas seções especiais dos jornais; e, embora não sejam propriamente femininas, eu gozei a declaração providencial de que, na sua recepção última, as mulheres deviam aparecer lá de fraque e calça de fantasia.

Quero crer que esse negócio de calça de fantasia seja assim um negócio de “diabinho” ou de bebê chorão, a não ser que seja de *clown*.

Em todo caso, os costumes republicanos estão admitindo tanta coisa nova que tudo é possível acontecer.

Vejam os senhores, por exemplo, essas damas que encontro pelos bondes... Em vão tento namorá-las! Andam elas com uns chapéus de oleado de fazer medo a qualquer bombeiro em momento de ataque ao fogo; entretanto, elas vão bonitinhas, contentinhas de fazer um homem como eu, péssimo namorador, ficar embasbacado.

É possível que essas moças se julguem interessantes com semelhante cobertura? Não creio. Contudo elas vão alegres e satisfeitas. Como admitir uma cousa e outra?

Não sei.

Há ainda mais histórias extraordinárias nessa matéria de vestuário feminino. Algumas senhoras decotam-se abundantemente para passear na Rua do Ouvidor e na Avenida. Os dias agora são frios e úmidos; e elas, por precaução, trazem um cobertor de peles.

Não seria melhor que elas não se decotassem e deixassem em casa o sobretudo de peles?

Não tenho nenhuma autoridade no assunto; mas logo que encontrar o visconde de Afrânio Peixoto, hei de pedir-lhe a sua abalizada opinião, porquanto é ele entendido em negócio de história das religiões, que muito se relaciona com o capítulo modas, chapéus, etc., etc.

[BARRETO, Lima. Chapéus, etc. *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1920.]

Megalomania

Não se abre um jornal, uma revista, um magazine, atualmente, que não topamos logo com propostas de deslumbrantes e custosos melhoramentos e obras.

São reformas suntuárias na cidade; coisas fantásticas e babilônicas, jardins de Semíramis, palácios de *Mil e uma noites* e outras cousas semelhantes que eles propõem sejam feitas, no mais breve espaço de tempo possível.

Houve um até que aventou a ideia do Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal construírem um prado de corridas no Leblon, visto, diz a tal publicação textualmente, gastar-se tanto dinheiro em coisas inúteis.

É claro que o autor da ideia acha coisa de suma utilidade um prado de corrida e as razões que apresenta são de tal ordem que, se o artigo fosse assinado, o seu autor merecia ser lapidado pelos miseráveis e pobres que não têm um hospital para se tratar, pelos mendigos e estropiados que não possuem asilo onde se abrigar.

A função primordial dos poderes públicos, sobretudo o municipal, para o incubador de semelhante ideia, é fornecer passatempos a quem os já tem de sobra. Para ele, um prado é coisa de utilidade social, porque lá podem ser exibidas vistosas *toilettes*.

Nesse caminho, a prefeitura deve desapropriar as “montras” da Rua do Ouvidor e da Avenida, para ampliá-las, embelezá-las, de forma a poder aumentar o número de bonecas de cera, vestidas a capricho.

Tudo delira e todos nós estamos atacados de megalomania. De quando em quando, dá-nos essa moléstia e nós nos esquecemos de obras vistas, de utilidade geral e social, para pensar só nesses arremedos parisienses, nessas fachadas e ilusões cenográficas.

Não há casas, entretanto queremos arrasar o morro do Castelo, tirando habitação de alguns milhares de pessoas.

Como lógica administrativa, não há cousa mais perfeita!

O mundo passa por tão profunda crise, e de tão variados aspectos, que só um cego não vê o que há nesses projetos de loucura, desafiando a miséria geral.

Remodelar o Rio! Mas como? Arrasando os morros... Mas não será mais o Rio de Janeiro; será toda outra qualquer cidade que não ele.

É caso de apelar para os ditados. Vão dous: cada louco com a sua mania; sua alma, sua palma.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Megalomania. *Careta*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1920.]

Divertimento?

Nas segundas-feiras, quando os jornais estão frouxos, ao recebê-los pela manhã, o meu divertimento é ler neles o noticiário policial e as crônicas esportivas.

Estas crônicas, as mais das vezes, me fazem sorrir. Elas são de uma ênfase, são escritas em tom tão altaneiro e homérico que a gente lastima que escritores tão épicos não procurem assunto na guerra de Troia, na expedição dos Argonautas, na viagem de Vasco da Gama e proezas que tais.

Entretanto, eles tratam simplesmente de jogo de bola, de remar em canoa de cedro — coisas que demandam força, mas a História há de desconhecer sempre as suas vitórias e derrotas que nelas houve.

Demais, elas são escritas numa linguagem especial, com galicismos próprios e epítetos adequados.

Quando chove, por exemplo, com uma “entidade” ou, então uma “entidade máxima”, quase arrebenta de rir.

No noticiário policial, porém, as cousas não são assim tão risonhas; elas tomam um ar de acontecimentos da Saúde ou da falecida Gamboa.

Leio este “tópico”:

O encontro que, no campo do Botafogo, teve lugar, ontem, entre esta entidade e o São Cristovão, caracterizou-se por uma grande desordem. Corria a partida dos primeiros *teams* dos dois clubes, entre apupos e vaias, ditos escandalosos e gestos feios, quando, num dado instante, um dos jogadores do São Cristovão agrediu um adversário, fazendo que abandonasse o jogo ambas as *équipes* e se engalfinhassem.

Os assistentes, partidários de uma e outra entidade, invadiram a arena e o conflito generalizou-se. Houve bengaladas, rasteiras, cabeçadas, etc., etc. Foi preciso a intervenção enérgica da autoridade para que o rolo cessasse. A “assistência” compareceu. Não houve mortes, felizmente.

Coisa parecida se passou no campo do Bangu; coisa parecida se passou no *ground* do Fluminense; coisa parecida se passou no Inhaúma Football Clube; e por todo este vasto Rio de Janeiro se deram conflitos, alguns sangrentos, por causa do *football*.

Não foi só no Rio de Janeiro que isto aconteceu. Em Niterói, também houve uns barulhos nos *matches*.

Não quero que se acabe com semelhante jogo; como não quero que se acabe com a capoeiragem. Lastimo até o desaparecimento dos Nagoas e Santa-Ritas.

É preciso, porém, dar os nomes aos bois. Essa coisa não é divertimento, não é esporte.

Pode ser tudo, nunca isto.

Nos Estados Unidos, conta J. Huret, quando se dá o tradicional encontro entre as universidades de Yale e Harvard, os jogadores vão quase com armaduras e tomam a precaução de levar médicos, enfermeiros e boticas.

Os nossos patrícios que gostam de semelhantes justas devem seguir o exemplo dos americanos.

Seria mais lógico...

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Divertimento? *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1920.]

Os tais higienistas

Queria escrever uma longa carta ao Excelentíssimo Senhor doutor Carlos Chagas sobre a sua Saúde Pública e o draconiano regulamento que Sua Excelência acaba de extorquir dos poderes da República.

Há muitas presunções profissionais. Há a presunção literária, que é ridícula; há a militar, que é odiosa; há a médica, que é de uma lamentável estreiteza; e muitas outras, porque cada profissão tem a sua presunção e se julga como a dominadora de todas as outras, sem

perceber que todos os ofícios se entrelaçam e a nossa sociedade é uma rede de artes e mestres, todos eles necessários a ela.

O Senhor Chagas é o mais alto representante da presunção médica.

Ele julga que, se há tuberculose, é porque não se decreta tal e qual lei e não se põe a sua execução nas mãos dele e dos seus colegas; se há opilação é porque não se açoita o sujeito que anda descalço e não se fuzila o que não constrói fossos sépticos nos fundos do seu “tijupar” ou cousa que o valha; e, assim, por diante.

Todos os males da humanidade estariam curados se ela fosse governada por ditadores médicos, auxiliares acadêmicos, mata-mosquitos, etc., etc.

O equilíbrio de outras condições da vida atual com as necessidades da higiene, ele não vê.

Não vê que é preciso dinheiro para se ter boa alimentação, vestuário e domicílio, condições primordiais da mais elementar higiene; entretanto, por isto ou por aquilo, a maioria da população do Brasil se debate na maior miséria, luta com as maiores necessidades, não podendo obter aqueles elementos de vida senão precariamente, mesmo assim custando-lhe os olhos da cara.

Sua Excelência antes de expedir regulamentos minuciosos sobre tantos atos da nossa vida doméstica, devia ter o cuidado de facultar-nos os meios de realizar as suas exigências.

O que há em Sua Excelência, é o que há em todos de sua categoria: Sua Excelência nunca conheceu necessidades e afere a vida dos outros pela sua, feliz e rica.

Por falar nisto, lembro aqui um caso.

Quando morreu o professor Francisco de Castro, suspeitou-se que houvesse sido de peste, que reinava entre nós naquele tempo.

Os médicos da Saúde Pública quiseram verificar a cousa; mas a camarilha do doutor Castro, a cuja frente se achava o Senhor Azevedo Sodré, se opôs violentamente que eles cumprissem o seu dever. Chico de Castro não podia morrer de peste bubônica...

São assim os nossos ferrabrases de higienistas à prussiana: dois pesos e duas medidas...

L. B.

[BARRETO, Lima. Os tais higienistas. *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1920.]

O prefeito e o povo

O Senhor doutor Carlos Sampaio é um excelente prefeito, melhor do que ele só o Senhor de Frontin. Eu sou habitante da cidade do Rio de Janeiro, e, até, nela nasci; mas, apesar disso não sinto quase a ação administrativa de Sua Excelência. Para mim, Sua Excelência é um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Cochinchina.

Vê-se bem que a principal preocupação do atual governador do Rio de Janeiro é dividi-lo em duas cidades: uma será a europeia e a outra, a indígena.

É isto que se faz ou se fez na Índia, na China, em Java, etc.; e em geral, nos países conquistados e habitados por gente mais ou menos amarela ou negra. Senão, vejamos.

Todo o dia, pela manhã, quando vou dar o meu passeio filosófico e higiênico, pelos arredores da minha casa suburbana, tropeço nos caldeirões da rua principal da localidade de minha residência, rua essa que foi calçada há bem cinquenta anos, a pedregulhos respeitáveis.

Lembro-me dos silhares dos caminhos romanos e do asfalto com que a Prefeitura Municipal está cobrindo os areais desertos de Copacabana.

Por que será que ela não reserva um pouquinho dos seus cuidados para essa útil rua das minhas vizinhanças, que até é caminho de defuntos para o cemitério de Inhaúma? Justos céus! Tem acontecido com estes cada coisa macabra! Nem vale a pena contar.

Penso que, nessa predileção dos prefeitos por Copacabana, há milonga; mas nada digo, porquanto tenho aconselhado aos meus vizinhos proprietários que a usem também.

Outro cuidado que me faz meditar sobre as singulares cogitações do atual prefeito, é a sua preocupação constante dos hotéis e hospedarias.

No tempo em que o Senhor Calmon foi ministro da Indústria, quase se criou uma diretoria geral, na sua secretaria, para tratar de hotéis, hospedarias, albergues, pousos e quilombos; atualmente, cogita-se na criação de um Ministério de Festas, Bailes, Piqueniques, Funçonatas, Charangas e Football; mas essas criações são, ou serão, levadas a efeito pelo Governo Federal, cuja riqueza é ilimitada e pode arcar com as despesas respectivas e bem empregadas na defesa da Pátria.

A prefeitura, a municipalidade, porém, não tem, como ele, o privilégio de fazer dinheiro à vontade, donde se pode concluir que ela não poderá arcar com os pesados gastos de hotéis luxuosos para hospedar grossos e médios visitantes ilustres.

De resto, municipalidade supõe-se ser, segundo a origem, um governo popular que cuide de atender, em primeiro lugar, ao interesse comum dos habitantes da cidade (comuna) e favorecer o mais possível a vida da gente pobre. Esses hotéis serão para ela?

Pode-se, entretanto, admitir, a fim de justificar o amor do prefeito aos hotéis de luxo, que quer construir à custa dos nossos magros cobres; pode-se admitir que, com isso, Sua Excelência pretenda influir indiretamente no saneamento do morro da Favela.

Municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis *chics*, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo das suas barracas. Pode ser...

O Senhor Sampaio também tem se preocupado muito com o plano de viação geral da cidade.

Quem quiser, pode ir comodamente de automóvel da Avenida a Angra dos Reis, passando por Botafogo e Copacabana; mas, ninguém será capaz de ir a cavalo do Jacaré a Irajá.

Todos os seus esforços tendem para a educação do povo nas coisas de luxo e gozo. A cidade e os seus habitantes, ele quer catitas. É bom; mas a polícia é que vai ter mais trabalho. Não havendo dinheiro em todas as algibeiras, os furtos, os roubos, as fraudes de toda a natureza hão de se multiplicar; e, só assim, uma grande parte dos cariocas terá “gimbo” para custear os esmartismos sampaínos.

A recrudescência do aparecimento de notas falsas está fornecendo um excelente pano de amostra.

Contudo, não é conveniente censurar o doutor Sampaio por isso.

O Teatro Municipal é uma demonstração de como a municipalidade pode educar o povo, muito a contento.

Construiu, ali, na Avenida, aquele luxuoso edifício que nos está por mais de vinte mil contos.

Para se ir lá, regularmente, um qualquer sujeito tem que gastar, só em vestuário, dinheiro que dá para ele viver e família, durante meses; as representações que lá se dão, são em línguas que só um reduzido número de pessoas entende; entretanto, o Teatro Municipal, inclusive o seu porão pomerizado, está concorrendo fortemente para a educação dos escriturários do Méier, dos mestres de oficina do Engenho de Dentro e dos soldados e lavadeiras da Favela.

Não se pode negar...

Lima Barreto

O poderoso doutor Matamorros

Naquela noite cheguei ao meu palacete, bem tarde. Lembro-me perfeitamente.

Minha mulher tinha vindo a dormir no automóvel Packard da repartição que eu dirigia. O espetáculo acabava muito depois de meia-noite; fomos ainda tomar chocolate e atravessamos a “Cidade Nova”, o Mangue, quando já havia passado muito de uma hora. Olhei com tristeza as casas do Mangue, as da “Cidade Nova” nas ruas transversais; as do morro da Favela eu apenas entrevia. Pensei de mim para mim: por que não se acabava com “aquilo”? Seria necessário aquele *repoussoir* para afirmar a beleza dos bairros chamados *chics*?

Apesar de engenheiro, eu não tinha atividade ou especialidade técnica ou profissional qualquer; era “doutor”. Porém, como me havia casado bem e os meus parentes fossem influentes, na política, eu pleiteara e arranjava ser diretor geral das Águas Medicinais do Brasil, de que nada entendia.

Tinha um gordo ordenado, ajuda de custo para viajar de automóvel oficial (marca imposta pelo ministro) da minha casa, na Tijuca, para sede da minha repartição, em uns cubículos da Rua Primeiro de Março, segundo andar.

No meu cargo não havia nada que ver com saneamento de cidades, nem com cousas correlatas; mesmo, verdadeiramente, com águas virtuosas, tinha pouco ou nada; mas, naquele momento, deu-me em pensar nas dores dos outros...

O meu serviço era mandar compilar relatórios sobre Carlsbad, Tiflis, Ems e outras estações afamadas de águas medicinais de todo o mundo; e, postos no vernáculo, assiná-los e mandá-los ao ministro.

Mesmo assim, tinha por meu maior desejo deixar o cargo, para criar galinhas; mas, via-me obrigado a tentar nele, até poder ocupar um de mando efetivo, onde viesse a sentir a alegria de governar, de algum modo, a vida de outros muitos. Era atiçado nisso por minha mulher que sempre me dizia:

— Encerrabodes, você é um trouxa, um molenga.

Porque minha mulher, apesar de figurar no Gota das seções elegantes e mundanas dos jornais e revistas, gostava de falar em calão. Ela tinha sido torcedora de *football*.

Quando lhe ouvia tais palavras, acudia humilde:

— Por quê, minha filha?

— Você não arranja um cargo de destaque! Não há meio!

— Não tenho elementos, Nepomucena.

— Qual! O Chico Neves é filho de um “bombeiro” e já foi governador do Juruá.

— Se o Albino tivesse vindo presidente... Então, sim!

— Estás mesmo à espera dele... Hum!... Se eu não tratar...

Esses diálogos eram constantes entre nós; mas nunca passavam daí.

Ela mesmo, quando cismava, é que dava os passos para a minha ascensão; eu, a bem dizer, não fazia nada, nunca! Dormindo como ela estava no automóvel, mergulhado na misteriosa grandeza de uma noite negra e estrelada, muito só no seio do seu silêncio grandioso, pus-me a pensar na sorte daqueles que residiam naquelas casas pobres. Certamente, imaginei, pagam aluguéis exorbitantes! Aquilo era uma injustiça e o fundamento da sociedade (tinha lido não sei onde) é a justiça. Se eu estivesse no lugar do Matamorros, já tinha dado um remédio a um tal estado de cousas!

Afinal, o meu Packard, quase presidencial, parou em frente ao meu palacete, na Tijuca. Despertei Maria Nepomucena, a minha mulher, e, em breve, dormíamos na santa paz do Senhor.

Sonhei que era autoridade; que era o Matamorros; que a Constituição, as leis, os regulamentos, os avisos, as portarias, os acórdãos, as decisões, os decretos, as ordenações, as cartas régias, os alvarás, as decretais papalinas, as luperciais, as saturnais e mais institutos de Justiniano e de sua virtuosa mulher Teodora — todo esse acervo de disposições legais presentes e passadas me dava poder para fazer o que promettesse, tanto mais quando se tratasse do benefício geral.

Foi com a macia carícia desse sonho no meu pensamento que despertei.

Também não me havia passado na mente a impressão das casas pobres a vencer exorbitantes aluguéis.

Tomei uma simples xícara de café, adiei o banho morno para mais tarde e pus-me a ler os jornais.

No primeiro que peguei, topei com este artigo: “Casas populares e o governo civil”.

Li-o e encontrei este trecho:

Iam as cousas nesse pé e todos estavam exuberantemente esperançados, quando o doutor Matamorros, o nosso ilustre governador civil, esquecido do seu anterior pronunciamento favorável e público, fulminou o projeto dos vereadores, sobre casas populares, com o seu veto.

O interessado corre ao gabinete do governador, sem compreender a sua atitude. Este nega que o houvesse feito, mas lhe é mostrado o jornal oficial. Movimenta-se o gabinete, buscam-se os autógrafos. O caso não pôde ficar suficientemente esclarecido. O governador ou alguém por ele vetara o projeto, o que certamente não foi a primeira vez, nem será a última.

— Diabo! — exclamei eu. Que governador de cidade é este que não sabe o que assina? Livra! E falam dos jurados!

Continuei a leitura:

Mas o Senhor Matamorros prometeu que, no dia seguinte, retificaria seu ato, sancionando o projeto!...
Ao invés, porém, comunicou ao interessado que lhe era impossível cumprir a promessa da véspera.

Minha mulher, por aí, entrou no aposento em que estava, e eu, o doutor Encerrabodes, descansando o jornal, disse-lhe com ar zombeteiro:

— Queres ver um fiasco que fez o Matamorros?

— Qual foi? — indagou ela.

— Prometeu aprovar uma cousa, mas não só não a aprovou, como deixou que alguém a reprovasse por ele. Fresca autoridade.

— Mas, mesmo assim é governador...

(Das Notas de um Aspirante à Presidência de Qualquer Cousa.)

L. B.

[BARRETO, Lima. O poderoso doutor Matamorros. *Careta*. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1921.]

Leitura de jornais

Não há dúvida alguma que o embelezamento das cidades sobreleva as questões de higiene e de assistência que elas também reclamam. É isto que se tem visto em toda a parte, principalmente nas capitais de tiranos asiáticos, onde se erguem monumentos maravilhosos de mármore e ouro, de ônix e porcelana, de ouro e jaspe, em cidades que não têm água nem esgotos e o grosso da população habita choupanas miseráveis.

Essa regra geral das administrações asiáticas obedece a certo critério de origem divina, em que se estatui que o senhor e os senhores têm direito a tudo; e os restantes, no máximo, à vida, e são obrigados a pagar impostos para gáudio daqueles outros.

Mais ou menos, em obediência a essa regra, foi que se ergueram tantos monumentos célebres no mundo inteiro, desde o “Palácio do Serralho”, em Constantinopla, até o Taj-Mahal, de Agra, na Índia, com a moldura de uma cidade de miseráveis.

Com o advento da democracia nos países de origem europeia, especialmente no nosso, depois da proclamação da república, essa regra asiática tem sido mais ou menos obedecida, com o caráter cenográfico, que nos é próprio.

Ainda há dias, lendo os jornais desta cidade, tive ocasião de verificar essa feição característica da nossa mentalidade administrativa.

O excelente *O Jornal*, nos primeiros dias deste mês, lamentava que a municipalidade ainda não houvesse levado a efeito a construção de um *stadium*, no Leblon.

Reproduzia a planta respectiva que a edilidade, com grande menosprezo pelos interesses vitais do povo, tinha atirado ao pó dos arquivos. Lastima-se o redator da notícia assim:

Diante dessas informações perguntamos:

— Por que se abandonou assim um projeto sob todos os títulos grandioso, para se fazer a concessão de hoje, que tantos comentários vão provocando?

Não há dúvida alguma que tal abandono é motivo de lástima a mais profunda, porquanto já temos para realçar semelhantes grandiosos projetos dessa natureza, os magníficos *repoussoirs* da Favela, do Salgueiro, do Nheco e outros em muitos morros e colinas que são descritos por um jovem jornal desta cidade, *O Dia*, de 3 do corrente, desta maneira:

Encontram-se extensos aldeamentos de casas construídas com folhas de latas de gasolina, ripas de caixas de batata e caixões de automóveis.

Por essas barracas, que seria impossível de qualificar de casebres, porque nelas nenhum homem rico abrigaria o seu cão de estima, cobram-se de 30\$ a 50\$000 por mês e até mais.

Convém notar que essas maravilhas nada custaram à prefeitura, e, nem ao menos, exigem-lhe o trabalho de cobrar-lhes impostos ou dízimos quaisquer.

São puras criações de iniciativa particular que se mostra assim solícita para abrigar os pobres e dotar a cidade com essas curiosas construções, dignas de Huê ou de São Paulo de Luanda.

Buenos Aires, que não nos deixa dormir, tendo lá cousa semelhante, tratou de acabar com tão pitorescas excrescências. Que fez? Construiu pistas ou arenas de jogos atléticos? Não: construiu casas, conforme informa o último dos jornais citados, que ele descreve desta forma:

Essas casas, construídas com armações de madeira ou ferro, oferecem aos seus habitantes o melhor conforto, pois todas elas, como se pode verificar nos projetos do Senhor Ayerza, dispõem de ótimas acomodações, água corrente, banheiros, salas, luz e ventilação, enfim, tudo o que se torna necessário ao bem-estar dos moradores.

Está se vendo por aí que os nossos vizinhos não têm o espírito olímpico; mas, uma alma cheia de baixas e subalternas preocupações burguesas.

A nossa origem divina, ou melhor: a origem divina dos nossos dirigentes não lhes permite ter dessas cogitações práticas e comuns de casas para desafortunados.

Não seria possível que o sultão de Mossul fosse se preocupar com casas para o seu povo; mas, quando a bexiga irrompe, sabe ele da existência de uma plebe necessitada na sua capital, e, então, manda-a vacinar a toda pressa, sob pena de cortar a cabeça os recalcitrantes, com medo que a difusão da peste venha enfear as sultanas do seu mimo.

São essas as considerações que me vieram ao fazer a leitura, com intervalo de dias, de dous grandes jornais cariocas que já citei.

Por aí, vim a concluir que a nossa administração ainda se guia pela estética urbana dos rajás asiáticos e que, sob este aspecto, ela é absolutamente original nestas Américas e talvez nas europeias.

Os seus arquivos, o que faz supor a descoberta do plumitivo do *O Jornal*, devem regurgitar de planos de prados, coliseus, frontões, boliches, teatros, palácios, etc., etc.

Entretanto, ela não presta atenção nos meios de enfear e emporcalhar mais a Favela, embora os seus propósitos de embelezamento de Copacabana e arredores peçam logicamente, de acordo com a sua doutrina calcutaense, a transformação daquele e outros morros que circundam a cidade, na cousa mais repugnante deste mundo...

A leitura dos jornais é sempre utilíssima, como já disse o outro.

L. B.

[BARRETO, Lima. Leitura de jornais. *Careta*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1921.]

A questão dos telefones

Andam sempre os jornais com uma birra, uma briga por causa do serviço telefônico desta cidade.

Implicam sempre com a Light, mas creio que esta poderosa companhia é simplesmente pseudônimo de uma outra que tem um nome alemão.

Das muitas inutilidades que, para mim, está cheia esta vida, o telefone é uma delas. Passam-se anos e anos que não ponho um fone ao ouvido; e, de resto, quando me atrevo a servir-me de um desses aparelhos, desisto logo. Entre as razões está a que não compreendo absolutamente a numeração das moças do telefone. Se digo seis qualquer cousa, a telefonista imediatamente me corrige: meia dúzia qualquer cousa. Não quero expor a minha sabedoria

em elementos de aritmética; mas meia-dúzia é uma cousa, pois nunca vi dizer meia dúzia vinte e sete e sim seiscentos e vinte e sete.

Esta é uma das minhas quizílias com o telefone. Uma outra é a tal história: “está em ligação”; e há mais.

De forma que muito me surpreende esse interesse dos jornais por esse negócio de telefones.

Observei, porém, que as moças gostam muito de falar no aparelho.

Não se entra numa casa de negócio de qualquer ordem que não se encontre uma dama a falar ao fone:

— Minha senhora, faz favor?

— ?

— Sete meia dúzia três, Vila.

— ?

— Sim, minha senhora.

Durante cinco minutos a dama troca com a invisível Alice frases ternas e dá risadinhas.

Perguntei a um negociante da minha amizade:

— Que querem essas moças tanto com o telefone?

— Não sei. Há dias que é um nunca acabar... Formam uma fileira que nem em bilheteria de teatro em dia de espetáculo... Na semana passada, quase perdi um negócio urgente e do meu interesse, porque tive de esperar que mais de vinte “freguesas” dessas, dessem o seu recadinho ao aparelho... Levaram, todas, cerca de meia hora ou mais.

— Então é por isso que os jornais tanto nos atazanam com essa questão do telefone, de Light? Servem as senhoras...

— Qual o quê! — fez o negociante.

— Então, por que é?

— A questão é o preço do aluguel dos aparelhos e essas meninas são freguesas de graça que, às vezes até, nada compram na casa.

Fica, para mim, ainda insolúvel essa questão de telefone.

[BARRETO, Lima. A questão dos telefones. *Careta*. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1921.]

Mas... Esses americanos...

Lembram-se os senhores de uns americanos que, muito generosamente, se ofereceram para transformar Niterói, a pacata Praia Grande, numa coisa maravilhosa? Lembram-se? Eram obras portentosas de avenidas, jardins, palácios, saneamentos, etc., etc.

Os niteroienses, inclusive o nosso Manuel Benício, entusiasmaram-se tanto com tais projetos mirabolantes, que fizeram tal pressão na respectiva edilidade, a ponto de obrigarem a passar a mecânica autorização municipal, com uma pressa de medida de salvação pública.

O Rio de Janeiro estremeceu. Carlos Sampaio, o genial edil do “arrasamento” e da “Gruta da Imprensa”, ia ficar *enfoncé*. Passos, então este!

A cousa era deveras portentosa: arrasavam-se morros (*vide* Sampaio da máquina de lama) e surgiam em seus lugares vários Bois de Boulogne; aterrava-se Niterói, desde Gragoatá até a Armação, e erguiam-se modernos armazéns para receber cargas do Porto do Rosa e de Magé; bairros sem conta iam surgir — bairros ricos, remediados e pobres, brancos, mulatos e pretos; as barcas com que eles iam dotar o serviço de ligação da “Invicta” com o Largo do Paço, haviam de ser de tanto luxo que os pobres e modestos haviam de ter medo de embarcarem nelas; enfim, aquilo havia de ficar um encanto de espantar.

À vista das plantas, dos desenhos, dos projetos e dos relatórios, todos diziam: não há como os americanos; eles é que sabem fazer as cousas. Nós somos uns pungas!

Eu também, que sou leitor assíduo do *O Estado* de meu amigo Mário Alves, fiquei arrebatado de entusiasmo, à vista de tanta cousa fantástica que Niterói, onde estudei os meus primeiros preparatórios, ia ter.

Passam-se os dias, vêm os meses e — oh! decepção! — abro *A Noite* de um dia destes e descubro que o que os americanos querem ou vão pôr em Niterói é uma colossal batota.

Desgostou-me e penso cá com os meus botões: para isso nós não precisávamos de americanos; aqui mesmo, desde a Rua da Conceição até o Catete, passando pela Lapa, temos gente com esse talento criador.

Mas... esses americanos...

L. B.

[BARRETO, Lima. Mas... esses americanos... *Careta*. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1921.]

Até Mirassol II

Até bem pouco, segundo me parece, a capacidade comercial das gentes ribeirinhas à Estrada de Ferro Central do Brasil, consistia em vender frutas, queijos e café aos viajantes dos comboios que atravessavam as suas terras.

Hoje, porém, as coisas mudaram. Veio o progresso. Já há o carro-restaurante e, mesmo, pelos carros de passageiros, de onde em onde, atravessa um empregado dele, por demais disposto a fornecer aos viajantes o que eles quiserem.

Matou o rudimentar comércio dos camaradas do interior; e, com essa morte, não sei se devido ao progresso ou à moda, desapareceram os guarda-pós.

Quando a primeira vez, em menino, viajei com meu pai em trem de ferro, para Barbacena, não levar guarda-pó era sinal de lamentável pobreza ou de mau gosto sem igual.

Quem não podia comprar um, pedia-o emprestado, tal qual fiz eu com o calhambeque da mala que levei e tantos dissabores me fez passar.

Hoje, porém, quem se apresentar no trem com um guarda-pó, por mais caro que seja, mesmo que seja de seda, como uma vestimenta chinesa ou japonesa, se não levar vaia, pelo menos é tomado como roceiro ou coisa parecida.

A moda pede que não se os use e exige até que se viaje com roupas caras e finas.

Dous dos meus vizinhos, no carro, viajavam com caríssimos ternos de linho imaculadamente lavados e passados a ferro.

Eu tinha posto uma roupa nova naquele dia, para viajar — coisa que não aumentou nem diminuiu o meu valor.

Entretanto, achei absurdo semelhante moda — deusa, aliás, que é fértil em absurdos.

O pó das estradas de ferro continua a existir, mesmo à noite — por que então suprimir o capote de brim que resguardava as nossas roupas dele? Por que tornar chique viajar com roupas impróprias que muito mal se defendem da poeira?

É difícil encontrar razões para os preceitos da moda. A alguém, a quem perguntei por que usava o paletó aberto com a camisa à mostra, uso que constituiria um sinal de má educação antigamente, respondeu-me:

— É porque é moda.

Eis um forte motivo que justifica os trejeitos de andadura que fazem as nossas melindrosas, e a transparência venusiana de seus vestidos que tanto indigna o Senhor Peixoto Fortuna, da Liga pela Moralidade.

O progresso, como já disse, trouxe a supressão do guarda-pó, sem suprimir o pó das estradas de ferro; em compensação, porém, graças à sua capacidade de criar profissões

miseráveis, introduziu nos trens o lustrador de botinas dos graúdos do meu estofo que conseguem viajar na primeira classe.

O Senhor Mário de Alencar, cujo fino talento tanta admiração me causa, já resolveu, com grande simplicidade de meios e palavras, a questão social; e, em certa ocasião ao meio de uma grave sessão da Academia Brasileira, de que sou, com os senhores Pinto da Rocha, Eduardo Ramos, Almáquio Dinis e outros, membro virtual, foi ele que me observou o seguinte:

— Se o progresso traz miséria, em compensação faz nascer outras profissões. Veja você só os *manicures*, os *pedicures*, os engraxates, os motorneiros, os *chauffeurs*, os massagistas, os tripeiros, etc., etc. Porventura existiam essas profissões antigamente? Não há motivo para maldizer o estado atual da sociedade; ela fabrica necessidades, para criar trabalho e profissões.

Lembrei-me dessa frase do meu conspícuo amigo e confrade Mário de Alencar, quando, ainda dentro do Estado do Rio, passando instantes em uma estação, vi agachada a meus pés, uma pobre criança que me lustrava, sem aviso algum, e com pressa e medo, naturalmente das autoridades do trem, as minhas modestas botinas.

Dei-lhe um cruzado e bendisse, com o Senhor Mário de Alencar, a organização da atual sociedade que me fazia tão rico e àquela criança tão miserável e pobre.

O trem partiu e os meus companheiros de viagem voltaram a tomar assento e a discutir política que, segundo Bossuet, é a arte de dar felicidade aos povos e tornar a vida cômoda.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Até Mirassol II. *Careta*. Rio de Janeiro, 30 de abril de 1921.]

Feiras livres

Não há dúvida alguma que a aproximação do produtor do consumidor é negócio proveitoso para os níqueis deste último.

Foi com esta intenção que o Senhor Dulfe instituiu as feiras livres que atualmente se realizam em várias partes deste Rio de Janeiro.

Nas minhas vizinhanças, isto é, no Méier, há uma delas. Lá fui ter. Não era muito cedo. Não me levanto às primeiras horas do dia, embora seja pobre. Fui às oito horas da manhã. Que lindeza de moças e senhoras!

Nunca as vi tão lindas nem mesmo na Rua do Ouvidor que frequento desde os dezesseis anos quando me matriculei na Escola Politécnica.

Naturalmente, um homem como eu, estando em “feira livre” e vendo tanta moça bonita, havia de ficar contente.

Não aconteceu isto, porém, porque encontrei um ferrabrás que logo implicou comigo.

Esse vagabundozinho dos subúrbios é um tipo lá daquelas bandas que a gente não sabe como vive. Toma uns ares de valentão e não faz nada.

A vida corre-lhe fácil e, sem dificuldades e aborrecimentos, vai comendo o seu feijão e carne-seca. Aparece um dia, entretanto, um outro tipo que não está disposto a respeitar-lhe semelhante lordismo, logo ele se esvai. Foi o que aconteceu com este tal de Bragalhões que vivia com a função feminina de vender “bruxas” de pano e serragem.

Fiquei admirado que essas feiras livres de gêneros de primeira necessidade, isto é, arroz, feijão e carne-seca, fossem também negócio de brinquedos, tal e qual as de Leipzig, mas me contive.

Embora não tivesse exprimido o meu pensamento, esse tal de Bragalhões compreendeu-me e me interpelou. Aí que foi a história!

Nunca ando armado, nem gosto de armas; ele, porém, que é muito valente, tanto assim que tem prontuário na polícia, honra que não me cabe, puxou canhão 420 e quis fazer um disparo. O tal de Bragalhões, porém, não o sabia disparar. Está aí um desastre.

Neste momento chega o Tácito de Morais Wernes, tenente-coronel do Exército, acompanhado do seu cabo de peça, capitão Bartolomeu Klier, e logo regulam o canhão, põem-no em posição e fazem o disparo. Bragalhões foi pelos ares...

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Feiras livres. *Careta*. Rio de Janeiro, 16 de julho de 1921.]

A revolta do mar

A última e formidável ressaca que devastou e destruiu grande parte da Avenida Beira-Mar merece considerações especiais que não posso deixar de fazer. O Mar tinham os antigos como sendo um dos cinco elementos da Natureza; do Mar, afirmam os sábios modernos, veio toda a vida. É assim o Mar um Deus tutelar da nossa espécie. Nós lhe devemos tudo ou quase tudo. Não fora o Mar, ainda a Terra estaria muito por conhecer; ele é o meio mais eficaz de comunicação entre os povos.

Vence-se mais facilmente a mesma distância por mar do que por terra. Desde tempos imemoriais, é o campo das grandes audácias e dos grandes audaciosos.

O Mar é um deus ou um semideus.

Como tal, tem merecido desde os tempos homéricos o louvor dos grandes poetas. Ele é a maravilha da Terra, a maior delas. Ainda agora recebo um livro de poesias — *Asas no azul* — de Mário José de Almeida — que abre com este lindo soneto sobre o monstro:

ÂNSIA DO MAR

*Vibra, escachoa o oceano, brame, investe
para o amplo azul — noite e dia — não cansa
a onda que na praia se destrança
e da alvura da espuma se reveste.*

*Dentro do sonho, envolto na esperança
de inda atingir a placidez celeste,
o mar se arroja, torvo se abalança
nas asas colossais do sudoeste.*

*E parece que o mar se espraia
de praia a praia, ovante ramifica
o mesmo anelo — anseio de Himalaia.*

*À noite, à luz da lua que desponta
a onda em sua fala comunica
todo o queixume que a outra prata conta.*

Mas, os grosseiros homens do nosso tempo, homens educados nos cafundós escusos da City londrina ou nos gabinetes dos banqueiros de Wall Street, onde se fomenta a miséria dos povos, não lhe quiseram ver a grandeza, o mistério e a divindade, a sua palpação íntima. O Mar, como a vida humana, não podia deixar de ser também um bom campo às suas “cavações” ou “escavações” e trataram de explorá-lo.

De há muito que ele havia marcado os seus limites com a terra; de há muito que ele dissera a esta: o teu domínio para aí e daí não passarás.

Tais homens, porém, embotados pela sede de riquezas não perceberam bem isto; e, a pretexto de melhoramentos e embelezamentos, mas, na verdade, no intuito de auferirem gordas gratificações de banqueiros, trataram de estrangulá-lo, de aterrá-lo com lama. Diziam eles que tal faziam, para tornejar belos passeios, como se o Mar por si só não fosse Beleza.

No começo, entraram por ele adentro com timidez; ele deu uns pequenos avisos de que não deveriam continuar. Os homens de negócios não viram tais avisos; não presentiram o que eles continham, porque não entraram no mistério das Cousas. Tomaram-se de audácia e foram levando além o propósito de comprimir o mar, a fim de ganharem boas gorjetas.

O mar nada disse e deixou-os, por alguns meses, encherem-no de lama. Um belo dia, ele não se conteve. Enche-se de fúria e, em ondas formidáveis, atira para a terra a lama com que o haviam injuriado.

L. B.

[BARRETO, Lima. A revolta do mar. *Careta*. Rio de Janeiro, 23 de julho de 1921.]

Coisas do Jambon

O reino do Jambon é assim chamado porque afeta, mais ou menos, a forma de um presunto. Até aqui, não tem sido comido; mas tem sido muito roído. Roem-no os de fora; roem os de dentro; mas não há meio, quer uns, quer outros de o deglutirem completamente. O diabo da perna de porco resiste à voracidade externa e interna de uma maneira perfeitamente milagrosa.

Após muitas vicissitudes políticas, veio a governá-lo um príncipezinho vaidoso chamado Tupita I, que tinha para condestável um renegado grego Kalogheras, também vaidoso e mandão. Este levantino nunca havia visto uma espingarda, mas caprichos de Tupita fizeram-no logo marechal. Assim, erguido de repente a tão alto posto, o grego pensou que o houvesse sido por verdadeira glória militar, e começou como condestável a dar por paus e por pedras.

Tal coisa desgostou um velho servidor da pátria, o Conde Milaky, que se retirou para as suas terras, a fim de continuar as suas experiências prediletas de pomologia. Esse Milaky não era lá grande inteligência, mas era honesto e sincero. Tinha uma paixão: a pomologia. As suas pesquisas em tal assunto eram de louco varrido.

Ele queria obter que uma única árvore desse todos os frutos de várias estações. Para isso fazia as enxertias mais extravagantes, empregava toda a espécie de adubos e matava todas as plantas com descargas elétricas de alta voltagem. Desejava que os frutos se sucedessem no mesmo pé, durante o ano, da mesma forma que acontece com os que sazonam em vários.

Vivia assim nas suas terras todo entregue às suas loucas experiências, quando veio a dar-se a questão da sucessão de Tupita I. Dela, isto é, da questão da sucessão, ele não teve notícia.

Consistia ela no seguinte:

No Reino do Jambon, a sucessão não se dá por via hereditária. Ela se verifica por eleição, em que são eleitores vinte dignitários principais do reino (governadores) e alguns mais, sem função de governo, entre os quais estava Milaky. Todos são paxás.

Tupita não levava o governo do reino a sério. A sua preocupação mais sincera eram bailes, rega-bofes, chás-dançantes, teatros, comidas, automóveis e quejandos. Sob qualquer pretexto, gastava milhares de contos em luminárias e tirava retrato. Um paxá obscuro de um paxalique importante, aproveitando-se da cegueira dançante de Tupita, tramou com outros tomar-lhe a sucessão. Chamava-se este paxá obscuro Ar-ben-Mudes e só era conhecido no país, por vir, de quando em quando, o seu nome nas gazetas; mas não tinha feitos nem proezas que o recomendassem.

Um belo dia, sem que Tupita esperasse, recebe a intimação de quase todos os paxás para reconhecer Ar-ben-Mudes como seu sucessor. Ele se surpreendeu, pois não estava em extrema velhice, nem o minava moléstia que o ameaçasse de morte próxima.

Surpreendeu-se e respondeu:

— Pois não: consinto; mas com uma condição.

— Qual é? — pergunta-lhe o chefe da comissão de paxás.

— É que vocês me deixem dançar até o fim do meu governo. Deixam?

— Não seja essa a dúvida.

Iam as coisas assim muito bem, quando aparece um certo número de paxás descontentes que não querem Ar-ben-Mudes para chefe, e escolhem, para sucessor de Tupita, o paxá sem governo Nil-cer-Thenza. Era este, homem conhecido no país, ladino e jeitoso. Sabia simular e dissimular; mas era estimado e popular. Os partidários dele foram também a Tupita que os recebeu de mau humor:

— Vocês não me deixam folgar... Que aborrecimento!

— Mas, Majestade...

— Bem. Vocês vão me fazer uma promessa.

— Qual é, Majestade?

— Vocês briguem lá, entre vocês; mas me deixem dançar até o fim do meu governo.

Prometem?

— Prometemos.

— Pois bem, vou aumentar a orquestra do palácio.

Os partidários de Nil-cer-Thenza, em tão apertadas conjecturas eleitorais, lembraram-se de Milaky, de quem os adversários se haviam esquecido. Foram às suas terras cabalar-lhe o voto. O velho servidor perguntou-lhes:

— Há outro candidato?

— Há.

— Quem é?

- É o paxá Ar-ben-Mudes. Conhece?
 — Não, mas voto nele.
 — Por quê?
 — Porque é inteiramente desconhecido.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Coisas do Jambon. *Careta*. Rio de Janeiro, 30 de julho de 1921.]

Botafogo e os pró-homens

De uns tempos a esta parte — e isto só data dos meados da República — tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra.

Não merece a mais simples mirada...

Um cidadão lembra-se que nós não temos um Chantilly, um Epton, um Palermo, isto é, um prado de corridas *comme il faut* — logo ele aventa a ideia ao governo construí-lo, como se fosse cousa de utilidade geral, e concomitantemente indica o local: o Leblon — um areal!

Pobres cavalos! Tão delicados... Um outro quer um jardim zoológico. O governo deve construí-lo; mas onde? Na Rua Voluntários da Pátria. Que ideia! Parece ironia...

Os provincianos que nos dirigem, muito são culpados desse rastaquerismo ultrabobo. Quando eles cavam um passe lá nos seus estados e embarcam para o Rio, vêm fascinados, pois já sonharam com Botafogo desde a meninice. Para eles, não há nada como Botafogo, a não ser Petrópolis; e são eles que, nos jornais e nas suas peças de cordel, exaltam as pulhices botafoganas, afetam desprezo pelos outros bairros, onde quase proclamam não haver família, nem moralidade algumas. Verdadeiros *zungas*... Dessa forma, sem querer, ele animam os especuladores a embelezar areais à custa dos cofres públicos organizando uma verdadeira jogatina com os preços dos terrenos das restingas que eles compraram por dez-réis-de-melcoado.

Os lamentáveis conflitos que se vêm dando entre estudantes e o pessoal da Light, por causa de passagens para a Praia Vermelha, é uma consequência dessa bisonha e fútil mania por Botafogo.

Uma cabeça de algum senso que não estivesse entupida com frases de alfarrábios soporíficos e tivesse uma verdadeira visão e consciência da responsabilidade da direção de qualquer cousa, não iria pôr uma escola frequentada por mais de mil rapazes, num recanto

afastado da cidade, servido por uma única linha de bondes, de passagens caras, só porque esse recanto fica para as bandas de Botafogo!

Um estabelecimento, mais ou menos sustentado pelo Estado, em tudo, tem por escopo primordial servir ao maior número de cidadãos; e a sua situação devia obedecer a esse critério, o que levaria a ser o seu edifício erguido em lugar o mais central possível da cidade. Entretanto, a botafogana vaidade dos que mandam nessa joça, foram colocá-lo numa das portas da metrópole, cujo acesso em bondes é relativamente desperdício para as bolsas médias, e ninguém protestou. Daí, os conflitos.

Querem saber de uma cousa? No Brasil, tudo é possível.

Quando a vaidade toca os nossos homens de governo, eles estão dispostos a fazer as maiores tolices.

Ainda devemos dar graças a Deus que tenham posto a Faculdade de Medicina na Praia Vermelha; podiam muito bem edificá-la em Petrópolis.

L. B.

[BARRETO, Lima. Botafogo e os pró-homens. *Careta*. Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1921.]

Vejam só

Sobre a regulamentação do jogo muito se há escrito, antes e depois da passagem da lei que estabeleceu semelhante medida.

Não segui tais escritos porque não me interessavam. Sempre se jogou aqui e em toda parte, de alto abaixo; é uma paixão, o jogo, que não pode ser combatida. Fingir que ela desaparece só porque a lei a proíbe, é refalsada hipocrisia. Isto tem sido dito muitas vezes; mas convém repeti-lo mais uma.

O que, porém, me tem causado espanto, é o número avultado de clubes que se tem habilitado perante a lei, para funcionar e, conseqüentemente, o número de fiscais respectivos nomeados.

Não se podia acreditar que houvesse tanta gente que jogasse, a ponto de poder sustentar tantas casas de jogo.

Verifiquei pela leitura dos jornais que não é só todo o Rio de Janeiro que joga, mas também todo o Brasil.

Entretanto dizem que isso é vício de quem tem dinheiro, donde se conclui que o Brasil é país rico. Até agora se sabia que era rico em produtos naturais; hoje se sabe que o é também em dinheiro de contado.

Outra cousa que se nota nessas notícias é o nome desses clubes.

Em geral, eles têm nomes pomposos em inglês, em francês, em turco e em chinês. Creio que assim eles disfarçam um pouco o vício.

Chamando-se “Aplomb Club” a roleta ou o dado ficam mais virtuosos; é como aquele sujeito que não se julgava bêbedo porque não se embriagava com parati, mas sim com Pommery.

Entretanto, apesar desse luxo de nomes, encontrei um com título mais modesto. Chama-se — “Club Saia Fora do Bloco”; e é na Rua do Ouvidor! Vejam só!

L. B.

[BARRETO, Lima. Vejam só. *Careta*. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1921.]

Estupendo melhoramento

É bem possível que, sob o governo desmontador do Senhor Carlos Sampaio, os serviços da prefeitura não tenham progredido ou desempenhado o papel normal que lhes cabe; mas, uma outra iniciativa não se pode negar a esse iluminado prefeito que está aí, homem ultrapoderoso que até desafia, com a sua engenharia de máquinas de lama, as fúrias do Oceano.

Em matéria de higiene, só lhe resta, ao que parece, a Assistência Pública Municipal que, graças a Deus, ainda continua a ser uma instituição benemérita, muito pouco oficial, pela sua presteza e solicitude. Dou disto testemunho pessoal, pelo menos no que toca ao posto do Méier.

Em matéria de obras, o serviço da prefeitura é valorizar as areias de Copacabana e adjacências e bater-se contra os furores de indignação do Mar sem fim e sem amo.

Em matéria de instrução é que se abre uma exceção e, também, onde não se pode negar ao atual prefeito, uma útil iniciativa, como já notei mais atrás.

Todos os prefeitos do Distrito Federal (que nome horrível!) sempre se voltaram para a instrução pública: uns, construindo edifícios para escolas; outros, instituindo estabelecimentos de ensino profissional; outros, lembrando a criação de escolas noturnas para adultos ou para crianças; um outro, muito sabiamente, o maior, aboletou numa escola, que não cabia duzentos, mil e quinhentos alunos. O doutor Sampaio fez cousa mais extraordinária: de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente frequentam as escolas públicas soubessem pronunciar francês. Disraeli nunca o soube bem; Diez que, teoricamente, o sabia como ninguém, segundo Gaston Paris, tinha dificuldades em

falá-lo desembaraçadamente; mas — como são as coisas desta terra e o quanto pode um *ukase* do ultrapoderoso doutor Sampaio! — as crianças do Rio de Janeiro, num instante, aprenderam-no logo e cantaram magnificamente o hino belga, em coro, caindo de inanição, de sede e insolação, na Quinta da Boa Vista. Contam que o Rei Alberto, que recebia a estranha homenagem, dissera, ao ouvi-las:

— Quando cantado, o português se parece muito com o francês.

O municipal poliglotismo infantil não ficou só nisso. A ideia do Senhor Carlos Sampaio proliferou. Há dias comemorou-se o sexto aniversário da morte de Dante; e, conforme li nos jornais da ocasião, os meninos e meninas das escolas públicas iriam cantar, em italiano, um hino ao altíssimo poeta.

Vai ou não vai em marcha, a ideia sampaiana?

A petizada dos colégios municipais, nesse andar, acaba falando ou cantando todas as línguas do Globo; e é de esperar que, quando vier aqui o imperador dos maoris, ela saiba também entoar o lindo hino, da terra de tais antropófagos, o “Pihé”, que diz assim:

Papa ra te wati tidi

I dounga nei...

Um tão estupendo melhoramento municipal, pelo que lhe somos eternamente gratos, devemos a iniciativa do Senhor Carlos Sampaio. Que homem viajado!

L. B.

[BARRETO, Lima. Estupendo melhoramento. *Careta*. Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1921.]

15 de Novembro

Escrevo esta no dia seguinte ao do aniversário da proclamação da República. Não fui à cidade e deixei-me ficar pelos arredores da casa em que moro, num subúrbio distante. Não ouvi nem sequer as salvas da pragmática; e, hoje, nem sequer li a notícia das festas comemorativas que se realizaram. Entretanto, li com tristeza a notícia da morte da Princesa Isabel. Embora eu não a julgue com o entusiasmo de panegírico dos jornais, não posso deixar de confessar que simpatizo com essa eminente senhora.

Veio, entretanto, vontade de lembrar-me o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República. Isso me acudiu porque topei com as palavras de compaixão do Senhor Ciro de Azevedo pelo estado de miséria em que se acha o grosso da população do

antigo Império Austríaco. Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade.

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para a reconstrução da Avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar.

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regímen da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repoussoir* a miséria geral? Não posso provar e não seria capaz de fazê-lo.

Saí pelas ruas do meu subúrbio longínquo a ler as folhas diárias. Lia-as, conforme o gosto antigo e roceiro, numa “venda” de que minha família é freguesa.

Quase todas elas estavam cheias de artigos e tópicos, tratando das candidaturas presidenciais. Afora o capítulo descomposturas, o mais importante era o de falsidade.

Não se discutia uma questão econômica ou política; mas um título do Código Penal.

Pois é possível que, para a escolha do chefe de uma nação, o mais importante objeto de discussão seja esse?

Voltei melancolicamente para almoçar, em casa, pensando, cá com os meus botões, como devia qualificar perfeitamente a República.

Entretanto — eu o sei bem — o 15 de Novembro é uma data gloriosa, nos fastos da nossa história, marcando um grande passo na evolução política do país.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. 15 de Novembro. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1921.]

Em Petrópolis

A crescente carestia dos aluguéis de casas nesta capital tem provocado as mais hilariantes, as mais diversas e as mais surpreendentes coisas.

Eu conheço uma família modesta é verdade, mas que sempre residiu em casas decentes de oitenta ou setenta mil, nos subúrbios. Um belo dia, o senhorio aumentou-lhe o aluguel de cem para cento e trinta. Ficou. Daí a dias, para cento e cinquenta. Não podia, pois, apesar de, com a gratificação da fome, fazer perto de quinhentos mil réis, era o único a sustentar a família e o que lhe sobrava, pago o tal aluguel, não lhe daria para ocorrer às despesas com a mulher e cinco filhos. Procurou outra casa. Não achou, ou melhor: as que achava eram caríssimas e piores daquela em que estava. Como podia resolver semelhante problema? Sonhou, raciocinou e, depois de muito pensar, teve uma ideia: vou para Petrópolis.

Eu não sabia disto e, um dia destes, vim a encontrá-lo, onde toda a gente se encontra no Rio de Janeiro, isto é, na Rua do Ouvidor.

Disse-lhe eu:

— Onde tens andado que não te vejo?

— Mal saio da repartição, vou para casa. Não posso demorar, porque tenho que ir para Petrópolis. Não quero perder o trem...

— Moras em Petrópolis?

— Moro.

— Homessa!

— Eu te explico: obrigado a mudar-me, procurei casas no Rio de Janeiro. Só as encontrei caríssimas e sem cômodos. Fui a Petrópolis e lá encontrei uma que me servia e cujo aluguel era em conta. Somei o preço dela ao custo das passagens e vi que mais me convinha lá morar do que aqui.

— Estás contente?

— Estou, mas tenho um desgosto, embora a vida lá seja relativamente mais barata do que aqui.

— Qual é esse desgosto, Eusébio?

— Viajo em segunda classe.

— Ora, essa! Vaidades.

Despedimo-nos e o meu amigo amanuense foi veranear um Petrópolis, como se fosse um capitalista. Isto devido à carestia das casas aqui.

L. B.

[BARRETO, Lima. Em Petrópolis. *Careta*. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1921.]

Egresso de Petrópolis

Aquele meu amigo, a respeito do qual, em um dos últimos números desta revista, contei que se havia mudado para Petrópolis, à vista da carestia de casas aqui, acaba de abandonar a linda cidade serrana (V. secção de elegâncias dos jornais) completamente desiludido. Perguntei-lhe:

— Mas, então, como foi isto, meu caro?

— Não te conto. Foi uma grande asneira que fiz. Por causa de trinta ou quarenta mil-réis, é mesmo uma burrice deixar o meu meigo, generoso e franco Rio de Janeiro, para me

meter num forno onde se fundem, em cadinhos de porcelana, a vaidade, a simulação, o egoísmo, a jactância e o rastaquerismo para dar esse pechisbeque de petropolismo.

Este Rio — olha que não sou carioca, como tu sabes; — este Rio, como ia te dizendo, pode ter muitos defeitos, mas ainda não perdeu de todo a simplicidade e ainda tem muitos aspectos de generosidade. É uma grande aldeia, dizem os *snoobs*; admito. É porém, preferível uma grande aldeia com generosidade, caridade e simplicidade de gostos e modos do que uma aldeola com pretensões a altas elegâncias europeias, *tout à fait up to date*, etc., etc., como é o tal de Petrópolis, com os seus verdadeiros e falsos ricos, cavadores nacionais, *escrocs* internacionais, lindos tocadores de guitarras pigattianas, falsificadores, interceptadores ou portadores de correspondência de figurões e outros que tais.

No Rio, há dessa gente, eu o sei; mas eles vivem longe de nós, nas altas esferas políticas, mundanas e tabelioas. Nós, os pequenos burgueses, não os tapamos; sumimo-nos na massa, e cavalheiros de tão raras prendas e o seu *pendant* de esnobinetas, melindrosas e *coureuses* de cinemas, como diz a Senhora Berta Lutz, não nos enxergam para simular desprezo pela nossa pobreza e pela nossa fé na honestidade — coisa desprezível aos olhos desses *preux* do “arame” e desses inspiradores de altas traquibérmias. Eles estão acima do bem e do mal — são super-homens de poucas letras; elas estão simplesmente acima do mal — são superfemininas, “mulheres-cavalheiras” do tango, do *ragtime* e do *one-step*, e outras danças próprias a clubes de carnaval e às damas que, por desgraça delas, nelas dançam.

— Mas, a que vem essa digressão?

— Vim indignado com Petrópolis. É uma cidade, de alto a baixo, estragada pela presunção de riqueza e prosápias equívocas.

— Só, por isso, é que estás indignado?

— Não. A indignação vem de fato mais sensível, que me feriu diretamente; mas que se origina, se enraíza no espírito geral da cidade, que é de fatuidade, frivolidade e desdém pela pobreza.

— O que houve, então, filho?

— A minha comadre Maria Eugênia — tu a conheces?

— Conheço.

— Pois ela foi passar comigo uns dias, lá na cidade das hortênsias, das camélias — não sei mesmo como Afrânio a batizou. Um dia destes, a comadre Eugênia, teve um súbito e quase fulminante ataque de uremia. Estava em casa e logo corri à procura de um médico. Petrópolis, naquela hora, pelo correr do dia, não tem médicos, ou antes: tem muitos; mas são todos homens importantes que não acodem a chamado de qualquer, mesmo se estivessem lá.

Não estavam, porque, no correr do dia todos eles vêm ao Rio, para o consultório, para as lições, ou mesmo para as companhias de seguros contra a morte. Que audácia de homens, hein? São capazes de curar um milionário de graça, mas atender a chamado de uma família modesta — qual o quê! Perdiam, por certo, a sabedoria e os formidáveis poderes com que lutam com a morte, mesmo nas companhias de seguros de que são presidentes, mas, tendo a cautela de não receitar para segurados.

Andei toda a cidade e afinal encontrei o doutor Encerrabodes — um dos únicos que não desce ao Rio diariamente, para curar fantasias de “melindrosas” e gaiteras em famosos consultórios chiques. Foi a contragosto, mas foi até à minha casa. Examinava a doente com má vontade, quando, de repente, perguntou: “Esta senhora é daqui?” Disse-lhe que viera do Rio, não havia uma semana, e estava a passeio. O doutor exclamou cheio de desdenhosa jactância: “Ora! Ora! O senhor então me chama, para passar atestado de óbito”. Respondi-lhe: “Creio que o senhor não está habituado sempre a fazer semelhante cousa com os seus doentes”. Houve um bate-boca; eu o pus à força pela porta afora, quase dei-lhe pancada e, dentro de poucos dias, descia, com os cacarús e tudo. Está aí como sou um egresso de Petrópolis. Nunca mais saio do Rio de Janeiro. Uma ova!

Despediu-se e se foi.

L. B.

[BARRETO, Lima. Egresso de Petrópolis. *Careta*. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1921.]

Relíquias, ossos e colchões

Como herdeiro de Estácio de Sá, o nosso maravilhoso prefeito, com toda a solenidade, e após cerimônias preliminares, resolveu transferir os veneráveis ossos do venerável “avô”, do Castelo para outro local desta cidade.

Estácio de Sá não sei se teve algum título do governo da cidade que fundou. Sei, porém, que, quando andou por aqui, isto ainda era uma brenha braba, cheia de bichinhos e bicharocos, onde se espalhavam franceses ousados nas malocas do gentio aguerrido, seu aliado e industriado no melhor modo de combater os portugueses.

Frei Vicente do Salvador conta com muita simplicidade como Estácio fundou a cidade. Entrou, com seus companheiros, na enseada a 1º de março de 1565, e “saltaram em terra, e feitos tujupares, que são umas tendas ou choupanas de palha, para morarem, onde agora chamam cidade velha, ao pé de um penedo que se vai às nuvens, chamado Pão de Açúcar, etc., etc.”.

Portanto, o esforçado capitão-mor morava numa cabana coberta de colmo e dormia num jirau. Imagino o sofrimento do conquistador com os mosquitos; e adivinho também que, em sonhos, o parente do poeta Sá de Miranda tivesse antevisto a nossa atual Saúde Pública, matando-os num ano, criando-os em outros, para gáudio das angélicas enfermeiras norte-americanas.

Se eu tivesse a veia épica, como um cronista esportivo, escreveria uma epopeia sobre a fundação do Rio de Janeiro e, num canto, desenvolveria esse sonho de Estácio. Infelizmente, porém, a minha musa não tem essa capacidade e tomo o alvitre de apontar a ideia a outrem mais bem-dotado.

A vida que, durante dous anos, levou, no sopé do Pão de Açúcar, o guerreiro português, não era das mais cômodas, tanto mais que tinha de guerrear incessantemente — uma guerra prolixa, como a chama Frei Vicente do Salvador.

Foi pena que ele ainda não previsse o tino administrativo dos prefeitos modernos que se preocupam com hotéis luxuosos e “mosquiteiros” patenteados.

Estou bem certo se assim fosse, mais depressa teria batido aos franceses e a tamoios, seus aliados, dispensando o auxílio do tio; e hoje teríamos um Rio de Janeiro completamente cassino suíço, para repouso dos estrangeiros e desespero dos nacionais.

Naquele tempo, porém, os governadores e guerreiros não tinham essas úteis e paternas preocupações de conforto exagerado dos recém-chegados à fortuna. Eram nobres de quatro costados e a sua nobreza não se manifestava com calistas e “manicuras”, mas em feitos duradouros. Dormiam em cima de jiraus e puxavam valorosamente o terçado quando o inimigo os obrigava. O Senhor Carlos Sampaio que, por via do seu cargo, descende de Estácio de Sá, estaria bem aviado se tivesse que levar a vida que este levava. Pode-se lá admitir, o operoso administrador que o Senhor Carlos Sampaio é, sem cadeiras estofadas, automóvel e sem serviços de porcelanas, para as suas refeições? Absolutamente não.

O Senhor Parreiras pintou uma grande tela que está no Paço Municipal, representando a morte do fundador desta cidade.

O atual capitão-mor da nossa metrópole, quando sai do seu gabinete, topa logo com esse quadro. Disse-me um amigo que, certa vez, o Senhor Sampaio parou diante da obra do Senhor Parreiras e observou a um “toma-larguras” da sua comitiva:

— Você está vendo onde o “meu” Estácio morava? Num casebre indigno da “Favela”... A “coisa” vem de longe... Ainda querem que eu acabe com “aquilo”... O mal tem raízes antigas.

Isto não impediu que ele fosse cheio de compunção assistir a exumação dos restos do esforçado guerrilheiro português. Há quem duvide que os tais despojos fúnebres sejam mesmo de Estácio de Sá. Eu admito que sejam, porque ainda não apareceram outros do sobrinho de Mem de Sá, como tem acontecido com vários heróis e relíquias de santos e do próprio Nosso Senhor Jesus Cristo.

Esse culto a relíquias e a restos mortais de santos e heróis é cousa sempre duvidosa, não pela sua essência que, em geral, é segura; mas pela autenticidade dos objetos, das imagens, das tíbias, dos fêmures que, às vezes, podiam ter pertencido a varões de vida pouco edificante. Não lembro aqui *A Relíquia* do Eça, porque toda a gente a conhece; lembro, entretanto, um conhecido prolóquio popular: “Mais vale a fé do que o pau da barca”.

Tudo me leva a acreditar que o Senhor Sampaio pensa assim e as homenagens que prestou aos ossos de Estácio de Sá, revestiram-se da maior fé de que tinha mesmo, sob os seus olhos o esqueleto do seu antecessor e quase parente. Além da compunção que o ato de exumação exigia, o prefeito contemporâneo devia também sentir remorsos, em presença daquela ossada do fundador do Rio de Janeiro abrigado, dentro da baía, e que ele e mais outros colegas estão transferindo para as margens do alto oceano, no intuito de valorizar terrenos sobre as águas.

É que Estácio de Sá a fundara assim, porque dormia em jiraus e a cama dura dos seus sucessores não os pode suportar, é refinadamente civilizada e pede colchões macios e de grande preço, segundo os preceitos de Wall Street.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Relíquias, ossos e colchões. *Careta*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1922.]

Enfermeiras louras e mosquitos zumbidores

Um jornal desta cidade, em começos deste mês, denunciou aos quatro cantos do país que o faustoso (o adjetivo é dele, do jornal) Departamento Nacional de Saúde Pública estava dispensando os “mata-mosquitos”, a fim de arranjar dinheiro com que pagar umas norte-americanas que contratou para enfermeiras de epidemias próximas a vir. É preciso não esquecer que o departamento é um subministério técnico e científico, como diz o eminente doutor Teófilo Torres, e o caráter primordial da ciência é a precisão.

O quotidiano em questão aventa a ideia de que, certamente para dar trabalho às tais *girls* americanas, a Saúde Pública, deixando de combater os mosquitos, procura desse modo

provocar o aparecimento de epidemias. É bem possível que haja alguma verdade nisso; estou, porém, mais inclinado a acreditar que o referido departamento pretende provocar epidemias com o intuito de anunciá-las de antemão, de forma a provar a sua infalibilidade científica.

Essas senhoras americanas que o Senhor Carlos Chagas mandou buscar no norte do continente, segundo o mesmo jornal, ganham mais do que os médicos vultuosos vencimentos, lá está na folha.

Isto causa pasmo ao redator da notícia que se apiedou da miséria prestes a cair sobre os pobres “mata-mosquitos” que vão ser despedidos em massa.

Não vejo motivo para tal. As damas não são louras? São; e é até o mesmo jornal que o diz. Se é assim, elas devem saber pegar na seringa como ninguém e fazer curativos com a rapidez e perfeição características da atividade dos americanos em geral.

Não tenho notícia, mas deve ter havido, lá por aquelas paragens de cousas fantásticas, um concurso a tal respeito e é possível que a vencedora tenha dado milhares de seringadas em um minuto, mas também tenha mandado desta para melhor algumas centenas de doentes. Isto não se conta; a questão é andar depressa...

Americano é gente prática e não se vai deter diante da consideração de que alguns pobres-diabos podem morrer, na cura, para deixar de andar depressa no salvamento de outros muitos.

O meu camarada e amigo Sússekind de Mendonça escreveu um pequeno, mas corajoso livro sobre os malefícios que nos tem trazido o *football* que é cousa originária da Inglaterra, segundo tudo faz crer, mas nacionalizada *yankee*, para todos os efeitos; é, portanto, mais ou menos conterrâneo, o tal esporte, das milagrosas enfermeiras que estão pondo a cabeça da nossa Saúde Pública a arder. A obra do meu amigo trata exaustivamente do *football* mas omite o papel que semelhantes enfermeiras representam nele, de acordo com o que se passa na América do Norte. Recorre a Jules Huret e lembra o negócio.

Há lá, conforme tu sabes, meu caro Mendonça, uma partida anual, — um *match*, creio que é assim que se diz — entre as universidades de Yale e Harvard. É tal partida uma verdadeira batalha.

Para essa pugna que nunca se desenvolve sem acidentes graves entre os jogadores e mesmo mortes, vai cada *team* acompanhado de médico, boticário, medicamentos, ferros cirúrgicos, automóvel, sala de operações e enfermeiras doutoradas. É um divertimento, mas se reveste de um total aspecto de encontro guerreiro.

Ora, meu caro Mendonça, o *football* aqui, embora seja o *association*, tem, e não podia deixar de ter, tomado uma feição batalhadora de conflitos, pugilatos, cabeças partidas, sangue

pela boca, etc., como tu sabes. Sendo assim, meu querido Mendonça, não será bom que a Saúde Pública destaque as suas enfermeiras do Hudson ou do Lago Salgado, para os nossos campos de *football* quando houver *matches*? Tudo faz crer que tenham grande prática e experiência disso, porquanto na terra delas joga-se o *rugby* e o jogo é feito, entre gente, que não se apieda por qualquer coisa. É murro e pontapé que te parta!

Dirás tu, Mendonça amigo: “Se aconselhar isso, longe de combater o *football*, estou o favorecendo, tacitamente o admitindo”. Não há tal. Dos males, o menor. O tal esporte bretão continuará a causar os malefícios que está causando; mas serão evitadas pernas e braços mal-encanados, cabeças mal pespontadas, etc., etc.

Quando deres uma segunda edição do teu — *O sport está deseducando a mocidade brasileira* — trata deste ponto e transcreve o que Spencer, nos *Fatos e comentários*, diz desse jogo de pontapés.

Fazendo elogios às habilidades das enfermeiras norte-americanas para consertar os estragos do *football*, talvez arranjes, querido Mendonça, um lugar numa “embaixada” esportiva aos Estados Unidos, à custa do nosso governo, donde trarás mais alouradas enfermeiras que façam a alegria e o encanto dos nossos... “fasciats”, zumbidores.

O *O País*, de 6 do corrente, diz que a Saúde Pública anda apaixonada pelas enfermeiras norte-americanas, etc., etc. Esse jornal não terá tomado o todo pelas partes?

L. B.

[BARRETO, Lima. Enfermeiras louras e mosquitos zumbidores. *Careta*. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1922.]

Melhoramentos

É inegável que a atual administração municipal tem muito trabalhado para a perfeição dos serviços que lhes são afetos. Haja vista o aperfeiçoamento do morro de Santo Antônio que tem inundado de lama todo o centro da cidade, a qualquer chuvarada.

Onde, porém, o digno prefeito contemporâneo se há mostrado uma capacidade em matéria de edilidade, é nos subúrbios.

Toda a gente conhece, pelo menos de nome, a Estrada Real de Santa Cruz, hoje Avenida Suburbana. Pois bem. Num trecho dela que enfrenta com as obras de uma fábrica que um conhecido capitalista está construindo, entre Todos os Santos e Inhaúma, a nossa municipalidade descarregou há alguns meses dezenas de “meios-fios” ou que outro nome tenham, para calçamento da mesma.

Tais pedrouços que se destinavam a facilitar o rolamento das carroças, acabaram, graças ao esquecimento do senhor prefeito e seus auxiliares, a ser um estorvo para toda a espécie de veículos.

Admira-me que o capitalista que está construindo a tal fábrica, no fim da Rua José Bonifácio, em Todos os Santos, não tenha ainda obtido do Senhor Sampaio o aproveitamento de tais pedregulhos ou senão a sua remoção do local em que estão.

Poetas por poetas sejam lidos; capitalistas por capitalistas sejam... atendidos.

L. B.

[BARRETO, Lima. Melhoramentos. *Careta*. Rio de Janeiro, 27 de maio de 1922.]

No próximo centenário

Estamos nas vésperas de comemorar o centenário da nossa independência política e os poderes públicos se não esforçaram, em matéria de gastos, para festejá-lo condignamente.

Não há negar que esse é um serviço meritório que muito há de dignificá-los perante a história e torná-los merecedores da gratidão dos brasileiros.

O Senhor Carlos Sampaio, por exemplo, tem sido de uma rara abnegação no problemático desmonte de morros e no entupimento das lindas enseadas da nossa majestosa baía.

O Senhor Carlos Sampaio é sem dúvida alguma um homem sisudo e grave. Disso, tem dado provas desde a antiga “Melhoramentos”, inclusive a encampação, até à sua atual eficiência na Prefeitura do Distrito Federal... (Meu Deus! Que nome horrível!)

Ele não se detém diante de considerações estéticas, tradicionais e outras de natureza mais ou menos fútil.

A sua escola filosófica que o meu amigo doutor Manuel Duarte diz ser a “pragmatista” de tal William James pode ser resumida neste rifão da sabedoria popular *yankee*: “Make Money, honestly if you can; but make money”.

Sendo assim, nada mais próprio do que o engenheiro para presidir ou fazer coisa semelhante com relação aos trabalhos de construção da nossa monumental feira votiva ao centenário do grito do Ipiranga.

Ela vai indo como vai indo a derrubada do morro do Castelo. Esta dentro de cinquenta anos estará acabada; e aquela, se não me falham os cálculos, demorará um pouco mais...

Isto tudo, porém, não vem ao caso. Não tenho nenhum motivo para acreditar-me capaz de dar conselhos aos administradores do Brasil em matéria de festejos, porquanto sei bem que

eles são exímios em tão transcendental capítulo de administração pública enquanto o subscritor destas linhas é um pobre-diabo triste que não tem, para gozar alguma alegria, como procurar “paraísos artificiais”.

Contudo, animo-me a lembrar-lhes que não se esqueçam de uma estátua, de um monumento, de uma *stella* ou cousa que valha, em toda digna à comemoração que se vai efetuar.

Naturalmente, os senhores pensarão que se trata de um monumento a Tiradentes e a seus precursores. Não há tal.

O Alferes Xavier é de fato um grande vulto da nossa história política; mas não é a ele, nem a Filipe dos Santos, nem a Bernardo Vieira de Melo, o tal Olinda, etc., etc. É a outrem que se deve erigir o pomposo monumento ao nosso apogeu político.

Os monarquistas pensarão que é a Pedro II e os seus principais ministros Dantas, Zacarias, Rio Branco, Nabuco, João Alfredo, Ouro Preto, etc. Ainda mais uma vez, não há tal. A estátua deve ser a outra pessoa que resuma a nossa cultura política de cem anos.

Os jacobinos pensarão que é a Floriano Peixoto; os positivistas que se trata de Benjamim Constant. Estão todos enganados.

Estou a ouvir aqui um oportunista que a pede ao Senhor Epitácio Pessoa. Não o posso atender. A minha ideia é que o monumento comemorativo da nossa perfeição política seja elevado a Oldemar Lacerda.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. No próximo centenário. *Careta*. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1922.]

O football

Não é possível deixar de falar no tal esporte que dizem ser bretão.

Todo dia e toda a hora ele enche o noticiário dos jornais com notas de malefícios, e mais do que isto, de assassinatos. Não é possível que as autoridades policiais não vejam semelhante cousa.

O Rio de Janeiro é uma cidade civilizada e não pode estar entregue a certa malta de desordeiros que se querem intitular *spormen*.

Os apostadores de brigas de galos portam-se muito melhor. Entre eles, não há questões, nem rolos. As apostas correm em paz e a polícia não tem que fazer com elas; entretanto, os tais de *footballers* todos os domingos fazem rolos e barulhos e a polícia passa-lhes a mão pela cabeça.

Tudo tem limite e o *football* não goza do privilégio de cousa inteligente.

L. B.

[BARRETO, Lima. *O football. Careta*. Rio de Janeiro, 1º de julho de 1922.]

Vestidos Modernos

Nunca foi da minha vocação ser cronista elegante; entretanto, às vezes, me dá na telha olhar os vestidos e atavios das senhoras e moças, quando venho à Avenida. Isto acontece principalmente nos dias em que estou sujo e barbado.

A razão é simples. É que sinto uma grande volúpia em comparar os requintes de aperfeiçoamentos na indumentária, tanto cuidado de tecidos caros que mal encobrem o corpo das “nossas castas esposas e inocentes donzelas”, como diz não sei que clássico que o Costa Rego citou outro dia, com o meu absoluto relaxamento.

Há dias, saindo de meu subúrbio, vim à Avenida e à Rua do Ouvidor e pus-me a olhar os trajes das damas.

Olhei, notei e concluí: estamos em pleno carnaval.

Uma dama passava com um casaco preto, muito preto, e mangas vermelhas; outra, tinha uma espécie de capote que parecia asas de morcego; ainda outra vestia uma saia patriótica verde e amarelo; enfim, era um dia verdadeiramente dedicado a Momo.

Nunca fui ao Clube dos Democráticos, nem ao dos Fenianos, nem ao dos Tenentes; mas estou disposto a apostar que em dias de bailes entusiásticos nesses templos de folia, os seus salões não se apresentam tão carnavalescos como a Avenida e adjacências nas horas que correm.

L. B.

[BARRETO, Lima. *Vestidos Modernos. Careta*. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1922.]

De Cascadura ao Garnier

Embarco em Cascadura. É de manhã. O bonde se enche de moças de todas as cores com os vestuários de todas as cores. Vou ocupar o banco da frente, junto ao motorneiro. Quem é ele? É o mais popular da linha. É o “titio Arrelia” — um crioulo forte, espadaúdo, feio, mas simpático. Ele vai manobrando com as manivelas e deitando pilhérias, para um lado e para outro.

Os garotos, zombando da velocidade do veículo, trepam no bonde e dizem uma chalaça ao “titio”. Ele os faz descer sem bulha nem matinada, graças a uma graçola que sublinha, como todas as outras, com o estribilho:

— É pau!

Esse estribilho tornou-o conhecido em todo o longo trajeto desse interessante bonde que é o Cascadura. Ele percorre uma parte da cidade que até agora era completamente desconhecida. Em grande trecho, perluastra a velha Estrada Real de Santa Cruz que até bem pouco vivia esquecida.

Entretanto, essa trilha lamacenta que, preguiçosamente, a Prefeitura Municipal vai melhorando, viu carruagens de reis, de príncipes e imperadores. Veio a Estrada de Ferro e matou-a, como diz o povo. Assim aconteceu com Inhomirim, Estrela e outros “portos” do fundo da baía. A Light, porém, com o seu bonde de “Cascadura” descobriu-a de novo e hoje, por ela toda, há um sopro de renascimento, uma palpitação de vida urbana, embora os bacorinhos, a fossar a lama, e as cabras, a pastar pelas suas margens, ainda lhe deem muito do seu primitivo ar rural de antanho.

Mas... o bonde de Cascadura corre; “titio Arrelia”, manejando o “controle”, vai deitando pilhérias, para a direita e para a esquerda; ele já não se contenta com o tímpano; assovia como os cocheiros dos tempos dos bondes de burro; e eu vejo delinear-se uma nova e irregular cidade, por aqueles capinzais que já foram canaviais; contemplo aquelas velhas casas de fazenda que se erguem no cimo das meias-laranjas; e penso no passado.

No passado! Mas... o passado é um veneno. Fujo dele, de pensar nele e o bonde entra com toda a força na embocadura do Mangue. A usina do gás fica ali e olho aquelas chaminés, aqueles guindastes, aquele amontoado de carvão de pedra. Mais adiante, meus olhos topam com medas de manganês... E o bonde corre, mas “titio Arrelia” não diz mais pilhérias, nem assovia. Limita-se muito civilizadamente a tanger o tímpano regulamentar. Estamos em pleno Mangue, cujas palmeiras farfalham mansamente, sob um céu ingratamente nevoento. Estamos no Largo de São Francisco. Desço. Penetro pela Rua do Ouvidor. Onde ficou a Estrada Real, com os seus bácoros, as suas cabras, os seus galos e os seus capinzais? Não sei ou esqueci-me. Entro na Garnier e logo topo um poeta, que me recita:

“Minh'alma é triste como a rola aflita”, etc.

Então de novo me lembro da Estrada Real, dos seus porcos, das suas cabras, dos seus galos, dos capinzais...

[BARRETO, Lima. De Cascadura ao Garnier. *Careta*. Rio de Janeiro, 29 de julho de 1922.]

Hotel Sete de Setembro

Li nos jornais que um grupo de senhoras da nossa melhor sociedade e gentis senhoritas inauguraram, com um chá-dançante, a dez mil-réis a cabeça, o hotel do Senhor Carlos Sampaio, nas encostas do morro da Viúva. Os resultados pecuniários de semelhante festança, segundo diziam os jornais, reverteriam em favor das crianças pobres, das quais as referidas senhoras e senhoritas, agremiadas sob o título de “Pequena Cruzada”, se fizeram espontâneas protetoras.

Ora, não há nada mais belo que a caridade; e, se não cito aqui um profundo pensamento a respeito, motivo é não ter ao alcance da mão um dicionário de “chapas”.

Se o tivesse, os leitores veriam como eu ia além do esteta Antônio Ferro, que saltou no Cais Mauá, para nos ofuscar, com os seus trapos de José Estevão, Alexandre Herculano e outros que tais!

Felizmente não o tenho e posso falar simplesmente — o que já é uma vantagem. Quero dizer que semelhante festa, a dez mil-réis a cabeça, para proteger crianças pobres, é uma injúria e uma ofensa, feita a essas mesmas crianças, num edifício em que o governo da cidade gastou, segundo ele próprio confessa, oito mil contos de réis.

Pois é justo que a municipalidade do Rio de Janeiro gaste tão vultuosa quantia para abrigar forasteiros ricos e deixe sem abrigo milhares de crianças pobres ao léu da vida?

O primeiro dever da Municipalidade não era construir hotéis de luxo, nem hospedarias, nem zungas, nem quilombos, como pensa o Senhor Carlos Sampaio. O seu primeiro dever era dar assistência aos necessitados, toda a espécie de assistência.

Agora, depois de gastar tão fabulosa quantia, dar um bródio para minorar o sofrimento da infância desvalida, só uma coisa resta dizer à edilidade: “passem bem!”

Um dia é da caça e outro é do caçador. Digo assim, para não dizer em latim: “Hodie mihi, cras tibi”.

Nada mais ponho na carta. Adeus.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Hotel Sete de Setembro. *Careta*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1922.]

O telefone e seu inventor

Noticiaram os jornais, nestes últimos dias, que havia falecido, nos Estados Unidos da América do Norte, o Senhor Graham Bell, inventor do telefone.

Ao ler semelhante notícia e vendo que os quotidianos insistiam na utilidade de tal invento, pus-me a considerar se, de fato, havia nele alguma.

Concordei, cá com os meus botões, que sim. Há não só uma, mas várias; e isto, eu concluí pela leitura constante que faço das folhas volantes.

Abro, pela manhã, após o café, uma delas e leio a notícia de um assassinato, por adultério. Quem entra no crime? Naturalmente “ela” e o “outro”. Há, porém, um quarto personagem no qual ninguém repara, é nele uma espécie de “Galeoto”; é o telefone. De forma que se ele existisse, no tempo de Paolo e Francesca da Ramini, Dante teria de escrever: “Galeoto foi o telefone e quem o inventou”.

Pois as nossas atuais arranhaduras no nono mandamento se dão, não por intermédio da leitura do livro de Lanceloto, mas, com auxílio de telefonemas repetidos. Estou certo que o Senhor Bell não esperava que o seu maravilhoso invento tivesse tão imprevista aplicação; mas tem, como todos sabem.

Outra aplicação criminoso em que ele é habitualmente empregado, é na chantagem sobre as casas comerciais. Chega um meliante ao fone e pede:

— 9748 Pavuna.

Logo em seguida, faz com império:

— Alô! Quem fala?

— !!??...

— Constâncio, Irmão & Cia?

— !!!!??...

— Bem. Mandem-me dez fardos de linho, com urgência. A carroça vai aí.

— ??!!...

— É para Mendes, Mulad & Jussuf; mas trata-se de atender a um freguês do interior.

Embarcarão logo na Marítima.

Os senhores Constâncio, Irmão & Cia mandam os fardos e, quando procuram a firma que os comprou, não a encontram nem nos registros da Junta Comercial, nem em qualquer bairro da cidade. Eis mais uma proeza do telefone com que não contava o respeitável pai dele, o Senhor Graham Bell.

Não é amaldiçoado tal aparelho, não só por causa disso, mas também por outros motivos.

Ele é amaldiçoado também pelos donos de cafés, confeitarias, padarias e vendas de todos recantos do Rio, por causa das meninas namoradeiras que não o largam.

Ninguém entra num desses estabelecimentos comerciais que não veja, de cinco em cinco minutos, uma moçoila entrar e pedir a um dos caixeiros:

— Dá licença que vá ao telefone?

— Pois não — responde amável o empregado ou o patrão.

Pensamos todos que ela vai chamar o médico ou cousa de urgência equivalente.

Não há tal. Feita a ligação, pomo-nos de ouvidos atentos. O que é que ela telefona?

Mais ou menos isto:

— Cazuzza, você hoje vai ao cinema?

— ??!...

— Se fores, vai ao “Splendid”, pois eu vou e leva uma fita que deve ser muito interessante.

— ??!...

— Ah! Você já conhecia?

— !!??...

— Mas vai assim mesmo, pois eu vou. É razão de sobra.

Por estes e outros exemplos, não posso deixar de concordar que o telefone é muito útil. Por isso, talvez, é que nunca me sirvo dele, nem me servi. O que não causou nenhum prejuízo ao Senhor Bell.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. O telefone e seu inventor. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1922.]

Os enterros de Inhaúma

Certamente há de ser impressão particular minha não encontrar no cemitério municipal de Inhaúma aquele ar de recolhimento, de resignada tristeza, de imponderável poesia do Além, que encontro nos outros. Acho-o feio, sem compunção, com um ar morno de repartição pública; mas se o cemitério me parece assim, e não me interessa, os enterros que lá vão ter, todos eles, aguçam sempre a minha atenção quando os vejo passar, pobres ou não, a pé ou em coche-automóvel.

A pobreza da maioria dos habitantes dos subúrbios ainda mantém neles esse costume rural de levar a pé, carregados a braços, os mortos queridos.

É um sacrifício que redundará num penhor de amizade, em uma homenagem das mais sinceras e piedosas que um vivo pode prestar a um morto.

Vejo-os passar e calculo que os condutores daquele viajante para tão longínquas paragens, já andaram alguns quilômetros e vão carregar o amigo morto, ainda durante cerca de uma légua. Em geral assisto a passagem desses cortejos fúnebres na Rua José Bonifácio canto da Estrada Real. Pela manhã gosto de ler os jornais num botequim que há por lá. Vejo os Órgãos, quando as manhãs estão límpidas, tintos com a sua tinta especial de um profundo azul-ferrete e vejo uma velha casa de fazenda que se ergue bem próximo, no alto de uma meia laranja, passam carros de bois, tropas de mulas com sacas de carvão nas cangalhas, carros de bananas, pequenas manadas de bois, cujo campeiro cavalga atrás sempre com o pé direito embaralhado em panos.

Em certos instantes, suspendo mais demoradamente a leitura do jornal, e espreguicho o olhar por sobre o macio tapete verde do capinzal intérmino que se estende na minha frente.

Sonhos de vida roceira me vêm; suposições do que aquilo havia sido, ponho-me a fazer. Índios, canaviais, escravos, troncos, reis, rainhas, imperadores — tudo isso me acode à vista daquelas coisas mudas que em nada falam do passado.

De repente, tilinta um elétrico, buzina um automóvel, chega um caminhão carregado de caixas de garrafas de cerveja; então, todo o bucolismo do local se desfaz, a emoção das priscas eras em que os coches de Dom João VI transitavam por ali, esvai-se e ponho-me a ouvir o retinir de ferro malhado, uma fábrica que se constrói bem perto.

Vem porém o enterro de uma criança; e volto a sonhar.

São moças que carregam o caixão minúsculo; mas, assim mesmo, pesa. Percebo-o bem, no esforço que fazem.

Vestem-se de branco e calçam sapatos de salto alto. Sopesando o esquiife, pisando o mau calçamento da rua, é com dificuldade que cumprem a sua piedosa missão. E eu me lembro que ainda têm de andar tanto! Contudo, elas vão ficar livres de um suplício; é o do calçamento da Rua do Senador José Bonifácio. É que vão entrar na Estrada Real; e, naquele trecho, a prefeitura só tem feito amontoar pedregulhos, mas tem deixado a vetusta via pública no estado de nudez virginal em que nasceu. Isto há anos que se verifica.

Logo que as portadoras do defunto pisam o barro unido do velho trilho, adivinho que elas sentem um grande alívio dos pés à cabeça. As fisionomias denunciam. Atrás, seguem outras moças que as auxiliarão bem depressa, na sua tocante missão de levar um mortal à sua última morada neste mundo; e, logo após, graves cavalheiros de preto, com o chapéu na mão,

carregando palmas de flores naturais, algumas com aspecto silvestre, e baratas e humildes coroas artificiais fecham o cortejo.

Este calçamento da Rua Senador José Bonifácio, que deve datar de uns cinquenta anos, é feito de pedacinhos de seixos mal-ajustados e está cheio de depressões e elevações imprevistas. É mau para os defuntos; e até já fez um ressuscitar.

Conto-lhes. O enterro era feito em coche puxado por muares. Vinha das bandas do Engenho Novo, e tudo corria bem. O carro mortuário ia na frente, ao trote igual das bestas. Acompanhavam-no seis ou oito caleças, ou meias caleças, com os amigos do defunto. Na altura da estação de Todos os Santos, o cortejo deixa a Rua Arquias Cordeiro e toma perpendicularmente, à direita, a de José Bonifácio. Coche e caleças põem-se logo a jogar como navios em alto-mar tempestuoso. Tudo dança dentro deles. O cocheiro do carro fúnebre mal se equilibra na boleia alta. Oscila da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, que nem um mastro de galera debaixo de tempestade braba. Subitamente, antes de chegar aos “Dois Irmãos”, o coche cai num caldeirão, pende violentamente para um lado; o cocheiro é cuspidado ao solo, as correias que prendem o caixão ao carro, partem-se, escorregando a jeito e vindo espatifar-se de encontro às pedras; e — oh! terrível surpresa! do interior do esquife, surge de pé — lépido, vivo, vivinho, o defunto que ia sendo levado ao cemitério a enterrar. Quando ele atinou e coordenou os fatos não pôde conter a sua indignação e soltou uma maldição: “Desgraçada municipalidade de minha terra que deixas este calçamento em tão mal estado! Eu que ia afinal descansar, devido ao teu relaxamento volto ao mundo, para ouvir as queixas da minha mulher por causa da carestia da vida, de que não tenho culpa alguma; e sofrer as impertinências do meu chefe Selrão, por causa das suas hemorroidas, pelas quais não me cabe responsabilidade qualquer! Ah! Prefeitura de uma figa, se tivesses uma só cabeça havias de ver as forças das minhas munhecas! Eu te esganava, maldita, que me trazes de novo à vida!”

A este fato, eu não assisti, nem ao menos morava naquelas paragens, quando aconteceu; mas pessoas dignas de toda a confiança me garantem a autenticidade dele. Porém, um outro muito interessante aconteceu com um enterro quando eu já morava por elas, e dele tive notícias frescas, logo após o sucedido, por pessoas que nele tomaram parte.

Tinha morrido o Felisberto Catarino, operário, lustrador e empalhador numa oficina de móveis de Cascadura. Ele morava no Engenho de Dentro, em casa própria, com um razoável quintal, onde havia, além de alguns pés de laranjeiras, uma umbrosa mangueira, debaixo da qual, aos domingos, reunia colegas e amigos para bebericar e jogar a bisca.

Catarino gozava de muita estima, tanto na oficina como na vizinhança.

Como era de esperar, o seu enterro foi muito concorrido e feito a pé, com um denso acompanhamento. De onde ele morava, até ao cemitério de Inhaúma, era um bom pedaço; mas os seus amigos a nada quiseram atender. Resolveram levá-lo mesmo a pé. Lá fora, e no trajeto, por tudo que era botequim e taverna por que passavam, bebiam o seu trago. Quando o caminho se tornou mais deserto até os condutores do esquife deixavam-no na borda da estrada e iam à taverna “desalterar”. Numa das últimas etapas do itinerário, os que carregavam, resolveram de mútuo acordo deixar o pesado fardo para os outros e encaminharam-se subrepticamente para a porta do cemitério. Tanto estes como os demais — é de toda a conveniência dizer — já estavam bem transtornados pelo álcool. Outro grupo concordou fazer o mesmo que tinham feito os carregadores dos despojos mortais de Catarino; um outro, idem; e, assim, todo o acompanhamento dividido em grupos, tomou o rumo do portão do campo santo, deixando o caixão fúnebre com o cadáver de Catarino dentro abandonado à margem da estrada.

Na porta do cemitério, cada um esperava ver chegar o esquife pelas mãos de outros que não as deles; mas nada de chegar. Um, mais audaz, após algum tempo de espera, dirigindo-se a todos os companheiros, disse bem alto:

— Querem ver que perdemos o defunto?

— Como? — perguntaram os outros, a uma voz.

— Ele não aparece e estamos todos aqui, refletiu o da iniciativa.

— É verdade, fez outro.

Alguém então aventou:

— Vamos procurá-lo. Não seria melhor?

E todos voltaram sobre os seus passos, para procurar aquela agulha em palheiro...

Tristes enterros de Inhaúma! Não fossem essas tintas pinturescas e pitorescas de que vos revestis de quando em quando de quanta reflexão acabrunhadora não havíeis de sugerir aos que vos veem passar; e como não convenceríeis também a eles que a maior dor desta vida não é morrer...

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. Os enterros de Inhaúma. *Careta*. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1922.]

A comédia brasileira

De uns tempos a esta parte, tanto o executivo como o legislativo municipal, de onde em onde, exibem-se em demonstrações dispendiosas de tentativas de salvar o teatro nacional.

Não sei bem se é mesmo função normal de uma municipalidade, essa de salvação de teatros, sejam nacionais, provinciais, ou comunais; mas, creio que, se essa função pode ser atribuída a uma edilidade qualquer, ela deve ser a última a ser exercida.

O primeiro dever dos poderes municipais é apresentarem ruas limpas e calçadas, estradas rurais capazes, matadouros higiênicos, escolas, hospitais — coisas enfim, de benefício geral e de utilidade a ser sentida pela maioria dos munícipes, sejam ricos ou pobres, sábios ou ignorantes.

Ora, teatro não entra nessa classificação e só interessa um reduzido número de cidadãos que, pela sua educação e fortuna, podem frequentá-los. Por que então essa fascinação dos alguns almotacés e vereadores pelo teatro? Dizem eles: é uma nobre arte que deve ser protegida.

Não há dúvida alguma e não me atreveria aqui a contestar tão profunda opinião. Pergunto, porém, por que o Conselho Municipal e o prefeito não protegem a literatura, da qual o teatro depende? Porventura não é ela a arte máxima?

Que têm feito os poderes municipais por ela? Nada.

A música não é uma das belas-artes que maior número de corações pode fazer vibrar e cuja influência sobre as almas é das mais profundas?

Que têm feito por ela, os “homens bons da cidade”, como se dizia no tempo Del-rei nosso senhor? Nada.

E pela pintura? Por acaso os vereadores compram quadros para adornar o palácio de suas reuniões? Não. Por acaso subvencionam artistas, nascidos na cidade que representam, para aperfeiçoar seus estudos na Europa? Não.

O que se diz para pintura, pode-se dizer para a escultura, etc., etc.

Pois a geologia da cidade não indica que, em vez de estar a nossa municipalidade gastando rios de dinheiro com tentativas cambaias de estabelecer um arremedo de Comédie Française entre nós, devia antes estimular o estabelecimento da indústria de cerâmica, artística ou não, de vidraria, no Rio de Janeiro?

Por que, pois, essa orientação cega pelo teatro? Por que estar a despender centenas, até milhares (lembrem-se do “Municipal”) de contos com essa utopia de teatro nacional, criado à força de decretos e do erário da cidade?

É possível aprovar-se semelhante maluquice quando nós sabemos o que é o serviço de remoção do lixo, na nossa cidade; o que é a ilha de Sapucaia?

Um amigo, a quem comunicava as reflexões que acima ficam, quando concluí, me perguntou displicentemente:

- Qual é o elemento que domina no teatro?
- Qual? A mulher — respondi após uma pequena pausa.
- Pois está aí, meu caro, a explicação. “Ce que la femme veut...”

L. B.

[BARRETO, Lima. A comédia brasileira. *Careta*. Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1922.]

O centenário

O que se nota, nas atuais festas comemorativas da passagem do centenário da proclamação da Independência do Brasil, é que elas se vão desenrolando completamente estranhas ao povo da cidade. O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no ânimo nenhuma vibração patriótica. Se não há, na nossa pequena gente, indiferença; há, pelo menos, incompreensão pela data que se comemora. De resto, o nosso povo carioca sempre foi assim: nunca levou a sério as datas nacionais, sempre elas lhe mereceram essa atitude displicente que está tomando agora com o “Centenário”, festejado tão pomposamente com bailes e banquetes.

Há um conto de humorista inglês em que faz falar um mendigo de Londres da seguinte maneira: “Sou súdito de Sua Majestade Britânica. Tenho, além das ilhas Britânicas, o Canadá, a Austrália, a Índia, a Nova Zelândia e não sei que mais terras; entretanto, visto-me com farrapos, durmo, às mais das vezes, ao relento, e passo dias sem comer. Que me vale ter nominalmente tantas terras? Nada. Antes tivesse alguns níqueis por dia”.

Creio que o carioca raciocina de alguma forma parecida. Dirá ele: “Que me adianta José Bonifácio, Pedro I, Álvares Cabral, o Amazonas, o ouro de Minas, a feérica exposição, o Minas Gerais, se levo a vida a contar vinténs, para poder viver?”

Um tal estado de espírito não é favorável para entusiasmos patrióticos; ao contrário, há de trazer depauperamento e abatimento geral.

Os tempos estão bicudos; tudo está pelos olhos da cara. Um pobre chefe de família tem que pensar constantemente no dia de amanhã. Terá ele tempo de impressionar-se com festividades patrióticas em que mais predominam jogos de bola e outras futilidades do que mesmo manifestações sérias de um culto ao país e a seu passado?

O Brasil passa por uma crise curiosa que não sei como classificar. Com estas festas do “Centenário”, nós vemos uma das suas manifestações. Abre-se um jornal qualquer. Páginas e páginas são ocupadas com notícias de pugnas esportivas que se destinam a consagrar a

efeméride que passa. A data em si é esquecida; tudo que se pode relacionar com ela, o é também; mas o negócio de bola e de box ocupa o primeiro lugar.

De forma que nós não festejamos os cem anos da nossa independência política. O que nós fazemos, é transformar o Rio de Janeiro num grande campo de lutas de box e corrida de cavalos.

Disse no começo destas breves linhas que o povo não se associava às festas do “Centenário”. Enganei-me. Às esportivas, ele se associa de bom grado. A elas, e às de luminárias e às paradas militares.

O povo saberá o parentesco que elas têm.

Lima Barreto

[BARRETO, Lima. O centenário. *Careta*. Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1922.]